**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES**

SANDRA PEREIRA FALCÃO

Interfaces colaborativas em comunicação e educação ambiental

São Paulo
Fevereiro – 2018

SANDRA PEREIRA FALCÃO

Interfaces colaborativas em comunicação e educação ambiental

Versão Corrigida
(versão original disponível na Biblioteca da ECA/USP)

Tese apresentada à Escola de Comunicações e Artes da
Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de
Doutora em Ciências.

Área de concentração: Interfaces Sociais da Comunicação
Orientador: Prof. Dr. Adilson Odair Citelli.

São Paulo
Fevereiro – 2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Falcão, Sandra Pereira

Interfaces colaborativas em comunicação e educação ambiental / Sandra Pereira Falcão. -- São Paulo: S. P. Falcão, 2018.

507 p.: il.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação - Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Orientador: Adilson Citelli

Bibliografia

1. comunicação ambiental urbana 2. educomunicação socioambiental 3. trânsitos discursivos multidimensionais 4. comunicação 5. educação ambiental I. Citelli, Adilson II. Título.

CDD 21.ed. - 302.2

Elaborado por Sarah Lorenzon Ferreira - CRB-8/6888

Nome: FALCÃO, Sandra Pereira

Título: Interfaces colaborativas em comunicação e educação ambiental

Tese apresentada à Escola de Comunicações e Artes da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de
Doutora em Ciências.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____
Instituição: _____
Julgamento: _____
Assinatura: _____

Prof. Dr. _____
Instituição: _____
Julgamento: _____
Assinatura: _____

Prof. Dr. _____
Instituição: _____
Julgamento: _____
Assinatura: _____

Prof. Dr. _____
Instituição: _____
Julgamento: _____
Assinatura: _____

Prof. Dr. _____
Instituição: _____
Julgamento: _____
Assinatura: _____

Prof. Dr. _____
Instituição: _____
Julgamento: _____
Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

*À minha mãe, Marluce, que aqui representará os ramos da família inteira:
Aragão, Falcão, Pereira, Silva*

AGRADECIMENTOS

À Santíssima Trindade e à Virgem Misericordiosa.

À minha família, que sempre me amparou na caminhada: Antonio, meu esposo, braço forte; Ivan e André, filhos diletos; Marina, nova filha; Marluce, mamãe sempre orante; papai, Manoel (*in memoriam*); Rodrigo, Giselle, Bruno, Jaqueline, Vera Lúcia – meus irmãos – dois de sangue, três de alma. A todos agradeço pelo incentivo, pelos ternos momentos, pela presença amiga, por me fazerem rir quando alguma lágrima caía.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Adilson Citelli, pela ampliação da minha leitura de mundo, pela oferta ininterrupta de um olhar ao mesmo tempo micro e macroscópico sobre a pesquisa, demarcando com bom humor e extremo cuidado epistemológico minha trajetória doutoral.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão da bolsa de estudos que viabilizou minha permanência na universidade durante o doutorado.

Às professoras doutoras Heloiza Matos, Nídia Nacib Pontuschka, Lucilene Cury, Cicilia Peruzzo e aos professores doutores Wagner Souza e Silva e Antonio Hélio Junqueira: pelas especiais contribuições em direção ao esclarecimento dos meus caminhos de pesquisa.

Ao professor Dr. Marcelo de Almeida Buriti e Prof. Ms. Marco Antonio Grillo, incentivadores da minha trajetória acadêmica, desde o antigo CEFET até hoje.

Aos amigos do Grupo de Estudos: Maria, Helena, Ana, Michel, Lisa, Eliana, Rogério, Gláucia, Cristiane, Douglas, Suéller, Edilane, Nardes – uma honra caminhar com vocês!

Aos conselheiros José Ramos de Carvalho e Paulo Moura, lutadores incansáveis em prol das causas que envolvem saúde e meio ambiente, e a todos os conselheiros participantes deste estudo.

À chefe de gabinete da subprefeitura Vila Maria-Vila Guilherme (gestão 2013-2016), Sra. Elizabeth Tavares e à secretária Sra. Sandra Regina Machado, cujo entusiasmo pelas questões socioambientais anima os conselhos.

Aos Srs. Dário José Barreto e Evandro Vinicius Felizardo Gilio, respectivamente, subprefeito e chefe de gabinete da subprefeitura Vila Maria-Guilherme-Medeiros, São Paulo, capital (gestão 2017-2020), pela simpática abertura ao nosso trabalho acadêmico.

À Dra. Tânia Alves da Costa, do Instituto de Ciências Biológicas da USP, que, ao me convidar para participar do projeto PAP-servidores, abriu-me novos ângulos pelos quais pude vislumbrar a questão socioambiental.

À Elisa e à Norma — pelo incentivo e pela concordância com meu afastamento para dedicar-me ao doutorado; à Elvira e a todos os colegas docentes do Curso Objetivo; ao Francisco Evangelista; a todos os funcionários; aos nossos alunos.

Aos colaboradores da ECA, especialmente aos que tão dedicados nos atendem nas secretarias e no setor de audiovisual.

Ao Sr. Fernando, Elaine, Sílvia e equipe, pelo apoio operacional ao longo do curso.

Ao professor Luís Carlos Fernandes, do Justino, e à professora Fernanda Veiga, do Lourenço Filho.

Ao colaboradores da FotoTerra, pela participação na pesquisa virtual aberta.

A todos os participantes com os quais interagi nesta trajetória científica.

EPÍGRAFE

Em tudo amar e servir
(Santo Inácio de Loyola)

We live and work if, and only if, nature lives and works.
(Michael J. Cohen)

A cultura ecológica não se pode reduzir a uma série de respostas urgentes e parciais para os problemas que vão surgindo à volta da degradação ambiental, do esgotamento das reservas naturais e da poluição. Deveria ser um olhar diferente, um pensamento, uma política, um programa educativo, um estilo de vida e uma espiritualidade que oponham resistência ao avanço do paradigma tecnocrático.
(Papa Francisco, na Encíclica *Laudato Si'*)

RESUMO

Falcão, S. P. **Interfaces Colaborativas em Comunicação e Educação Ambiental** – 2018. 507 p. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Análise de trânsitos discursivos multidimensionais (CITELLI, 2012) relacionados à “ecocrise”, em busca de encaminhamentos práticos e epistêmicos para promover reflexão e estímulo à proatividade socioambiental cidadã a partir do eixo Comunicação-Educação. Entre os objetivos específicos do estudo, do qual participaram 514 sujeitos de pesquisa (distribuídos em 12 grupos heterogêneos), incluem-se: estudar possibilidades de preenchimento de falhas na comunicação vinculada ao cenário atual de múltiplos agravantes ao meio ambiente e envolver diferentes grupos da sociedade civil na pesquisa acadêmica, verificando oportunidades de contato e estabelecendo pontes participativas entre universidade e coletividade. A abordagem teórica multirreferencial associada a um conjunto de expedientes variados para captação de dados de campo configuram o método estabelecido para a investigação, de natureza quali/quantitativa. Assim, a observação e análise de aportes em circulação midiática, de interfaces dialógicas físicas e virtuais, bem como a oferta de palestras, minicursos, realização de entrevistas e dinâmicas, aplicação de questionários virtuais e presenciais perfazem uma combinação de técnicas (LOPES, 2005; PONTUSCHKA, 2011) cuja intenção foi recolher fluxos discursivos socioambientais de diferentes dimensões/direções, por meio dos quais verificamos aspectos medulares da comunicação socioambiental contemporânea. Entre os principais resultados, destacam-se: a) percepções díspares quanto à comunicação ambiental em rede, sugerindo que variáveis como faixa etária, interesses, velocidade de contato, tipo de páginas implicam (in)eficácia das interações digitais voltadas à temática ambiental; b) percepções uníssonas quanto ao papel da escola básica em favor do compartilhamento de conteúdos educacionais socioambientais na perspectiva do território; c) persistência da *incomunicação* cidadão-poder público (e vice-versa) no tangente a assuntos socioambientais urbanos; d) ratificação da percepção coletiva de que a comunicação ambiental a circular hoje nos espaços pesquisados está mais próxima de *informação* e não de *comunicação* propriamente dita (capaz de sensibilizar para engajamento concreto); e) confirmação de preferência majoritária entre os respondentes por atividades ecopedagógicas que envolvam deslocamento pelo bairro/pela cidade, acopladas ao emprego de meios para produção de tecnoimagens — preferencialmente estáticas; f) observação de que circuitos colaborativos de informação, comunicação e ação socioambiental podem ser proficientes se conjugada reelaboração de conteúdos científicos (teóricos e práticos, incluindo resultados de campo) a aportes midiáticos para apresentação/discussão presencial dos trânsitos discursivos recolhidos e recombinações; g) observação de que o estudo do discurso coletivo socioambiental proporcionado pela verificação e análise de trânsitos discursivos multidimensionais evidenciou-se como fresta epistêmica e estratégia metodológica viável para: g1) incremento da ação socioambiental proativa entre habitantes de áreas urbanas ambientalmente prejudicadas e g2) planejamento multi-institucional dos processos pesquisa-ensino correlacionados ao binômio comunicação-educação ambiental em tempo de progressivo agravo ecológico. Nossa investigação aponta, entretanto, para a urgência em amplificar contato institucional da universidade com escolas de ensino básico (públicas e privadas), instituições religiosas, instâncias de governo e instituições outras, a fim de desenvolver projetos territorializados de comunicação e educação ambiental integrados ao ensino formal, não formal e informal. Tal movimento vem ao encontro da necessidade de identificar novos mecanismos discursivos, comportamentais, institucionais e epistêmicos aptos a reduzir a distância entre as políticas públicas e a participação dos cidadãos nos processos decisórios ligados à qualidade da vida cidadã.

Palavras-chave: comunicação ambiental urbana. educomunicação socioambiental. trânsitos discursivos multidimensionais. comunicação. educação ambiental

ABSTRACT

Falcão, S. P. **Interfaces Colaborativas em Comunicação e Educação Ambiental**. 2018. 507 p. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Analysis of multidimensional discursive transits (CITELLI, 2012) related to "ecocrisis", in search of practical and epistemic referrals to promote reflection and stimulation of citizen socio-environmental proactivity from the Communication-Education axis. Some of the specific objectives of the study, which involved 514 research subjects (distributed into 12 heterogeneous groups), are: studying possibilities of filling in communication gaps linked to the current scenario of multiple aggravating factors to the environment and involving different groups of civil society in academic research, verifying opportunities for contact and establishing participatory bridges between university and community. The established qualitative/quantitative research method consists of the multireferential approach coupled with a set of varied tactics for field data collection. Thus, the observation and analysis of contributions in media circulation, of physical and virtual dialogic interfaces, as well as the offer of lectures, mini-courses, interviewing and dynamics, virtual and face-to-face questionnaires constitute a combination of techniques (LOPES, 2005; PONTUSCHKA, 2011) whose intention was to collect socio-environmental discursive flows from different dimensions/directions, through which we verify the core aspects of contemporary socio-environmental communication. Among the main findings: a) disparate views regarding environmental network communication, suggesting that variables such as age range, interests, speed of contact, type of pages influence in the (in)effectiveness of the digital interactions focused on the environmental theme; b) unified perceptions about the role of the middle and high school in favor of the sharing of socio-environmental educational contents in the perspective of the territory; c) persistence of the *incommunication* citizen-public power (and vice versa) when it comes to urban socio-environmental issues; d) ratification of the collective perception that the available environmental communication nowadays in the researched places is closer to *information* and not to *communication* itself (which is capable of raising awareness for concrete engagement); e) confirmation of majority preference among respondents for ecopedagogical activities involving walking around the neighborhood / city, together with the use of means to produce techno-images — preferably static ones; f) observing that collaborative circuits of information, communication and socioenvironmental action can be proficient by combining re-elaboration of scientific contents (theoretical and practical, including field results) to media contributions used to face-to-face presentations/discussions of collected and recombined discursive transits; g) observing that the study of the socio-environmental collective discourse provided by the verification and analysis of multidimensional discursive transits was evidenced as an epistemic gap and viable methodological strategy for: g1) increasing of proactive socio-environmental action among inhabitants of environmentally impaired urban areas and g2) multi-institutional planning of the research-teaching processes correlated to the binomial communication-environmental education in a time of progressive ecological damage. Our research points, however, to the urgency of amplifying the university's institutional contact with public and private elementary, middle and high schools, religious institutions, government agencies and other institutions, in order to develop territorial communication and environmental education projects integrated into formal, non-formal and informal teaching. Such a movement meets the need to identify new discursive, behavioral, institutional and epistemic mechanisms capable of reducing the gap between public policies and citizen participation in decision-making processes linked to the quality of city life.

Keywords: urban environmental communication. socio-environmental educommunication. multidimensional discursive transits. communication. environmental education

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

(inclui mapas, quadros, gráficos, figuras e fotografias)

Figura 1 - Descritores da participação pública socioambiental segundo Susan Senecah.....	59
Figura 2 - Salvar a Amazônia sem juntar seu próprio lixo.....	60
Figura 3 - Simplicidade voluntária.....	64
Figura 4 - Do cinza ao verde.....	68
Figura 5 - Figueira centenária destruída.....	69
Figura 6 - Figueira destruída para "ceder espaço" ao condomínio - visão lateral.....	70
Figura 7 - Árvore ainda viva, no terreno do estacionamento que cedeu lugar ao condomínio.....	71
Figura 8 - Páginas de diálogo no Facebook.....	72
Figura 9 - ONU alerta para urgência da transição para energias limpas - comentário.....	73
Figura 10 - Feirão de veículos.....	75
Figura 11 - Peixes mortos por queda brusca de temperatura em São Paulo, bairro da Aclimação.....	77
Figura 12 - A "neve de granizo".....	78
Figura 13- Onda de calor e saldo positivo na economia.....	79
Figura 14 - Imagem de satélite do desastre de Mariana - Minas Gerais (Brasil).....	81
Figura 15 - Garoto catador mergulhando em mar de lixo e esgoto no Recife.....	88
Figura 16- Sensação dos moradores do distrito Vila Medeiros (São Paulo, capital) ao caminhar pelas ruas do bairro onde moram.....	89
Figura 17 - Carro dos Flintstones circula em São Paulo.....	92
Figura 18 - Paraisópolis e Morumbi – contraste socioambiental urbano no mesmo espaço geográfico.....	95
Figura 19 - Definições de Políticas Públicas.....	105
Figura 20 – Empoderamento cidadão dos moradores do distrito Vila Medeiros (São Paulo, capital), face às dificuldades locais.....	108
Figura 21 - Relatório CONFEMA 2016.....	117
Figura 22 – Participação dos moradores do distrito Vila Medeiros (adultos, jovens do ensino fundamental e ensino médio) em projeto público ou privado para melhoria do meio ambiente local.....	119
Figura 23 - Especulação imobiliária inviabiliza arborização nas calçadas do distrito Vila Medeiros (São Paulo, capital).....	123
Figura 24 - Árvore vitimada em favor de ocupação imobiliária no distrito Vila Medeiros (São Paulo, capital).....	124
Figura 25 - Nota no site de Gestão Urbana da Prefeitura de São Paulo.....	127
Figura 26 – Quantitativos de projetos no Programa Saúde da Família/Programa Ambientes Verdes e Saudáveis (2011).....	128
Figura 27 - Projetos em andamento no ano de 2015 – PAVS (Coordenadorias Regionais de Saúde).....	129
Figura 28 – Projetos finalizados em 2015 – PAVS (Coordenadorias Regionais de Saúde) ..	130
Figura 29 – O receptor contemporâneo, na visão de Dominique Wolton.....	137
Figura 30 - Praia de Copacabana (Rio de Janeiro, Brasil), cenário pós-Reveillon, amanhecer do dia 01/01/2016.....	146
Figura 31 - Museu do Amanhã (Rio de Janeiro), um dia após a inauguração (dez. 2015)	146
Figura 32 - Acúmulo de lixo após passagem de blocos carnavalescos.....	147
Figura 33 – Lixo acumulado nas praias cariocas após passagem de bloco carnavalesco	147

Figura 34 - Torcedores japoneses recolhendo o lixo produzido por eles após a partida Japão X Grécia, na Arena das Dunas (Natal), pela Copa do Mundo de 2014.	148
Figura 35 - Escola se propõe formar para a incerteza.....	152
Figura 36 - Proposta de escola com conceito diferenciado (recorte de anúncio em jornal) ..	153
Figura 37 - Base Nacional Comum Curricular (2017) – Ensino Fundamental – Ciências da Natureza	162
Figura 38 – Desinformação agrava quadro ambiental nas cidades, segundo pesquisa da USP	168
Figura 39 - Grupos participantes da pesquisa	192
Figura 40 - Distribuição dos respondentes de questionário por município.....	193
Figura 41- Distribuição dos respondentes pelos subdistritos paulistanos.....	194
Figura 42 – Chamada de Pesquisa no Facebook da doutoranda	198
Figura 43 - Folder de curso para conselheiros e gestores de parques	202
Figura 44 - Primeira interação com conselheiros participativos (2014)	203
Figura 45- Alunos da Escola Estadual Dr. Justino Cardoso participando da pesquisa na biblioteca escolar.....	205
Figura 46 - A professora Andressa Briganó (ao centro, de verde), conosco e com seus alunos durante uma das interações	206
Figura 47- Corpo docente da Escola Municipal Lourenço Filho (São Paulo, capital, Vila Constança).....	207
Figura 48 – Participantes da primeira interação com o grupo 6 – Crisma (grupo religioso). ..	208
Figura 49 – Participantes da segunda interação com o grupo 6 – Crisma (religioso).....	209
Figura 50 - Dinâmica de abertura entre participantes da segunda interação com o grupo 6 (Crisma)	210
Figura 51- Segunda dinâmica com o grupo 6 - sobre o conceito de Meio Ambiente.....	210
Figura 52 - Interação com a mesa durante fala pública na audiência	213
Figura 53 - QR-Code do questionário digital para universitários.....	216
Figuras 54, 54a, 54b - Interação com a professora Lucilene Cury e a Turma ECA - 2015 de Teoria e Método de Pesquisa em Comunicação	218
Figura 55 - Varal preparado para dinâmica de memória afetiva – minicurso Intercom	223
Figura 56 - Dinâmica de memória afetiva em andamento no Instituto de Física (Projeto PAP)	223
Figura 57- Tela de abertura do curta-metragem Man	229
Figura 58 - Uma das cenas do curta-metragem Man	230
Figura 59 - Imagens empregadas na dinâmica de memória afetiva	230
Figura 60 - Problemas socioambientais do distrito Vila Medeiros e adjacências.....	234
Figura 61 - Fala 1, G., 34 anos, grupo IQA	241
Figura 62- Fala 2, P., 53 anos, grupo IQA	241
Figura 63- Fala 3, F., 41 anos, grupo IQA	242
Figura 64 - Fala 4, A., 18 anos, grupo IQA	243
Figura 65- Fala 5, A., 34 anos, grupo IQA	244
Figura 66 - Fala 6, A., 51 anos, grupo IQA	245
Figura 67- Fala 7, R., 36 anos, grupo IQA.....	246
Figura 68 - Percepção de problemas ambientais/socioambientais no bairro	249
Figura 69 - Problemas ambientais/socioambientais no bairro (1), na visão dos respondentes - eixo 1.....	252
Figura 70 - Problemas ambientais/socioambientais do bairro (2), na visão dos respondentes - eixo 2.....	253
Figura 71- Problemas ambientais/socioambientais do bairro (3), na visão dos respondentes – eixo 3.....	255

Figura 72 - Problemas ambientais/socioambientais do bairro (4), na visão dos respondentes – eixo 4	257
Figura 73 - Problemas ambientais/socioambientais do bairro (5), na visão dos respondentes – eixo 5	258
Figura 74 - Problemas ambientais/socioambientais do bairro (6), na visão dos respondentes – eixo 6	259
Figura 75 - Problemas ambientais/socioambientais no bairro (7), na visão dos respondentes – eixo 7	260
Figura 76- Queixas socioambientais dos grupos pesquisados	261
Figura 77 - Frequência de comunicação do munícipe com o poder público sobre problemas ambientais no bairro (visão dos respondentes do grupo RDP).....	265
Figura 78 – Frequência de comunicação do munícipe com o poder público sobre problemas ambientais no bairro (visão dos respondentes do grupo VST)	265
Figura 79 – Frequência de comunicação do munícipe com o poder público sobre problemas ambientais no bairro (visão dos respondentes do grupo UN).....	266
Figura 80 - Frequência de comunicação com o poder público sobre problemas ambientais (visão do grupo CON)	266
Figura 81- Frequência com que o munícipe recebeu informações do poder público no último ano sobre problemas ambientais em seu bairro (visão do grupo RDP).....	268
Figura 82 - Frequência com que o munícipe recebeu informações do poder público no último ano sobre problemas ambientais em seu bairro (visão do grupo VST)	269
Figura 83 - Frequência com que o munícipe recebeu informações do poder público no último ano sobre problemas ambientais no bairro (visão do grupo UN)	269
Figura 84 - Frequência com que os conselheiros receberam informações do poder público no último ano sobre problemas ambientais em seu bairro (visão do grupo CON).....	270
Figura 85- Relação entre comunicação ambiental local, comportamento dos moradores e cuidado com o bairro	272
Figura 86 - Relação entre escolaridade básica e visões socioambientais do território	274
Figura 87 - Relação entre faixa etária, escolaridade básica e visões socioambientais do território	275
Figura 88 - Contribuição da conexão comunicação-educação para estimular a proatividade socioambiental na visão dos grupos RDP e CON	277
Figura 89 - Formas de comunicação socioambiental local mais eficazes para o grupo RDP	280
Figura 90 - Formas de comunicação socioambiental eficazes para o grupo AEJ	280
Figura 91 - Formas de comunicação socioambiental local eficazes para o grupo VST	281
Figura 92 - Formas de comunicação socioambiental local eficazes para o grupo UN.....	281
Figura 93 - Formas de comunicação socioambiental local mais eficazes para o grupo PRF	282
Figura 94 - Formas de comunicação socioambiental local mais eficazes para o grupo RC... ..	282
Figura 95 - Formas de comunicação socioambiental local mais eficazes para o grupo ADP	283
Figura 96 - Formais de comunicação socioambiental mais eficazes para o grupo CON	283
Figura 97 - Outras formas de comunicação sugeridas pelo grupo RDP	284
Figura 98 - Formas de comunicação socioambiental local mais eficazes na visão do total de respondentes (resultados expressos em frequência)	290
Figura 99 – Outras formas de comunicação (predominância de referências digitais).....	293
Figura 100- Relação entre faixa etária e formas de comunicação socioambiental local consideradas eficazes.....	294
Figura 101- Atividades de que gostaria de participar na escola (grupo AEJ – Alunos).....	298
Figura 102- Atividades que desenvolveria prazerosamente com os alunos (grupo PRF - Professores)	299
Figura 103- Atividades de que gostaria de participar na igreja (grupo RC - Crisma).....	300

Figura 104 - Atividades prazerosas que desenvolveria em um possível projeto socioambiental comunitário (grupo ADP - Audiência Pública).....	305
Figura 105 - Atividades prazerosas que desenvolveria em um possível projeto socioambiental comunitário (grupo VST - Vestibulandos).....	306
Figura 106 - Atividades prazerosas que desenvolveria em um possível projeto socioambiental comunitário (grupo UN - Universitários).....	307
Figura 107 - Relação entre faixa etária e tipo de atividades nas quais os respondentes gostariam de se envolver/se envolveriam prazerosamente	310
Figura 108 – Relação entre faixa etária e atividades nas quais os respondentes gostariam de se envolver/se envolveriam prazerosamente (com acréscimo da variável 'encontro público/oficina na subprefeitura').....	312
Figura 109 - Se fosse professor, atividades que escolheria para sensibilizar os alunos quanto aos problemas socioambientais locais (grupo AEJ – alunos)	314
Figura 110 - Se fosse professor, atividades que escolheria para sensibilizar os alunos quanto aos problemas socioambientais locais (grupo VST - vestibulandos).....	315
Figura 111 - Se fosse professor, atividades que escolheria para sensibilizar os alunos quanto aos problemas socioambientais locais (grupo UN – universitários)	316
Figura 112 - Se fosse professor, atividades que escolheria para sensibilizar os alunos quanto aos problemas socioambientais locais (grupo RC - Crisma)	317
Figura 113 - Se fosse professor, atividades que escolheria para sensibilizar os alunos quanto aos problemas socioambientais locais (grupo ADP - Audiência Pública).....	318
Figura 114 - Atividades que os docentes elegeriam para sensibilizar seus alunos quanto aos problemas socioambientais do bairro (grupo PRF - professores)	319
Figura 115 - Atividades ecopedagógicas preferidas pelos diferentes grupos	320
Figura 116- Opinião do grupo VST (vestibulandos) sobre plataformas colaborativas digitais e resolução de problemas ambientais locais	335
Figura 117- Opinião do grupo UN (universitários) sobre plataformas colaborativas digitais e resolução de problemas ambientais locais	336
Figura 118 - Questionário aplicado ao grupo RDP (Redes de Pertencimento Digital)	379
Figura 119 - Questionário aplicado ao grupo IQA (Inicial Questões Abertas).....	385
Figura 120 - Questionário aplicado ao grupo CON (conselheiros)	391
Figura 121 - Questionário-roteiro para interação com o grupo ACC (arquitetura e construção civil)	399
Figura 122 - Questionário aplicado ao grupo VST (vestibulandos)	405
Figura 123 - Questionário aplicado ao grupo UN (universitários)	411
Figura 124 - Questionário aplicado ao grupo GIC (Interações complementares)	417
Figura 125 - Questionário aplicado ao grupo AEJ (alunos de EJA e Ensino Médio regular)	423
Figura 126 -Questionário aplicado ao grupo PRF (professores do Ensino Básico).....	427
Figura 127 - Questionário aplicado ao grupo RC (Religioso - Crisma)	431
Figura 128 - Questionário aplicado ao grupo ADP (Audiência Pública)	435
Figura 129 - Exemplo de correlações entre dados verificadas no programa ClikSense	445
Figura 130 - Exemplos de correlações entre faixa etária e valorização da comunicação/educação (respondentes do grupo RDP)	449
Figura 131 - Planilha para armazenamento e organização dos dados totais por grupos/cores	453
Figura 132 - Demonstrativo de dados dos conselheiros na planilha de respostas do Google Forms	457
Figura 133 - Algumas imagens da abertura do projeto Formação Socioambiental dos Servidores da USP (PAP)	461

Figura 134 - Algumas imagens dos cursos e palestras do projeto Formação Socioambiental dos Servidores da USP (Instituto de Física)	465
Figura 135 - Servidores no Instituto de Física da USP, participantes do projeto Conscientização Ambiental (PAP-3)	468
Figura 136 - Substitutivo ao projeto de Lei nº 2.246/2007	491
Figura 137 - Localização do Distrito Vila Medeiros e mapa de cobertura vegetal	496
Figura 138 - Mapa de temperaturas da superfície (imagem de satélite da NASA) – efeito ilha de calor no locus físico de pesquisa	497
Figura 139 - Efeito ilha de calor no locus físico referência - imagem ampliada	498
Figura 140 - Dados para a compreensão de mapa referente às ilhas de calor urbanas	498
Figura 141 - Tabela-quadro para exercícios educacionais (I – Ideias/interesses/instituições)	501
Figura 142 - Tabela-quadro para exercícios educacionais (II -Agenda)	502
Figura 143 - Tabelas-quadro para exercícios educacionais (III - Implementação)	503
Figura 144 - Tabela-quadro para exercícios educacionais (IV- Território e Pressupostos)	504
Figura 145 - Tabela-quadro para exercícios educacionais (V - Atores/Agentes)	505
Figura 146 - Tabela-quadro para exercícios educacionais (VI - Redes)	506
Figura 147 - Tabela-quadro para exercícios educacionais (VII - Avaliação)	507

LISTA DE SIGLAS

ACC – Grupo Arquitetura/Construção Civil
ADP – Grupo Audiência Pública
AUN-USP - Agência Universitária de Notícias - Universidade de São Paulo
AEJ – Grupo Alunos do Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos
CADES – Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
CADES-MG- Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz da região Vila Maria-Vila Guilherme (São Paulo, capital)
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica (hoje IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo)
CET – Companhia de Engenharia de Tráfego
CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRS – Centre National de la Recherche Scientifique (Paris)
CON – Grupo Conselheiros
CONAMA - Conselho de Meio Ambiente
CONAR - Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária
CONFEMA – Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
COP-23 - Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática
CRUSP – Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo
DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S/A
DGD - Departamento de Gestão Descentralizada (Secretaria do Verde e do Meio Ambiente)
EACH/USP - Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo
EGAP-Fundap – Escola do Governo de Administração Pública-Fundação de Desenvolvimento Administrativo
EJA – Educação de Jovens e Adultos
FEMA – Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
GIC – Grupo Interação Complementar
IECA –International Environmental Communication Association (Associação Internacional de Comunicação Ambiental)
IEE – Instituto de Energia e Ambiente
ILUME – Departamento de Iluminação Pública de São Paulo
IQA – Grupo Inicial Questões Abertas
ITC – Grupo Interações Tecnoimagéticas
MMA – Ministério do Meio Ambiente
NASA – National Aeronautics and Space Administration
PAVS - Programa Ambientes Verdes e Saudáveis
PPGCOM - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo
PRF – Professores do ensino básico
PROCAM/USP – Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo
ProFEA - Programa Nacional de Formação de Educadoras e Educadores Ambientais
ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental
RC – Grupo Religioso (Crisma)
RDP – Redes Digitais de Pertencimento
SEPAC – Serviço à Pastoral da Comunicação
SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente

SVMA – Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do município de São Paulo
TCA – Termo de Compensação Ambiental
UCF - Urban Communication Foundation
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UN – Grupo Universitários
UMAPAZ - Universidade Aberta do Meio Ambiente e da Cultura de Paz
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VST – Grupo Vestibulandos
WWF - World Wide Fund for Nature (Fundo Mundial para a Natureza)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	27
2. OBJETO DE ESTUDOS	28
3. OBJETIVOS	29
3.1 Objetivo Geral	29
3.2 Objetivos Específicos	29
4. REFERENCIAL TEÓRICO	31
4.1 Abrindo cancelas	31
4.2 Comunicação Ambiental	35
4.3 Comunicação Ambiental Urbana e Educação: constructos inter-relacionados pelos jogos de linguagem	55
4.3.3 Jogos de Linguagem e Apropriação Discursiva	62
4.4 Tecnoimagética e Comunicação Ambiental Urbana: aproximações/inter-relações	83
4.4.1 Da cidade-imagem-de-passagem à cidade como imagem vital	84
4.4.2 Filtragem inventiva no diálogo cidadão-cidade: articular as “imagens que nos olham”, os textos que nos capturam	93
4.5 Um olhar educomunicativo sobre Políticas Públicas e suas interfaces socioambientais	99
4.5.1 Educomunicação e Educomunicação Socioambiental – aclarando conceitos	99
4.5.2 Participação, Meio Ambiente e Políticas Públicas – interconexões sob a égide educomunicativa	101
4.6 O receptor diante dos novos sensórios comunicativo-educativos – dinâmicas sociais, alteridade e engajamento socioambiental	135
4.7 Docência em cenário de aceleração e incerteza – desafios formativos para o cuidado socioambiental	151
4.8 Desfragmentar com fragmentos – ponderações sobre a pesquisa na interface Comunicação e Educação Socioambiental	173
5. HIPÓTESES	181
6. MÉTODO	183
6.1 Breve Ponderação	183
6.2 Método de recolha multifásico e multifaces. Questionários <i>in progress</i> .	183
6.3 Níveis e fases – intersecção	185
6.4 Ajustamento dos instrumentos de interação e coleta <i>in progress</i>	186

6. 4. 1 Das negativas que moldaram alterações metodológicas	187
6. 6 Definição da Amostragem	189
6. 7 Coleta de Dados: técnicas selecionadas – explicitação e justificativas	190
7. RESULTADOS E DISCUSSÃO	191
7. 1 Notas Preliminares	191
7. 2 Relato circunstanciado das interações	196
7. 3 Do desenvolvimento das atividades com questionários e entrevistas	233
7. 4 Teste das hipóteses	340
8. CONCLUSÕES	345
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	355
REFERÊNCIAS	357
ANEXOS	375

Apresentação

Face à decantada complexidade representada pelo avanço dos cenários degradados no sistema-terra e dos hábitos coletivos que os amplificam — sobretudo em áreas urbanas — observamos hoje ampla disponibilização de informação socioambiental aos indivíduos, por meio de inúmeros canais de acesso. Entretanto, balizadas as fontes e estratégias capazes de alterar significativamente a crise socioecológica em curso, nota-se com frequência distância abissal entre o que se prega e o que se faz, entre as ações efetivamente executadas e os resultados obtidos em diferentes escalas.

Isso se torna mais patente ao dirigirmos o olhar aos eventos de magnitude global promovidos dos anos 1970 em diante, quando já se fazia muito clara a urgência na alteração cultural dos padrões de produção e consumo, a fim de que o saldo não fosse a depauperação do meio ambiente e, por extensão, a da espécie humana. Resoluções coletivas protagonizadas por governos de diversos países, nessas ocasiões, fizeram e fazem acender centelhas de esperança entre cientistas, ambientalistas e cidadãos comuns atentos aos gritos de Gaia e sua multidão de excluídos. No entanto, as medidas cabíveis — e prometidas — através da assinatura de acordos e tratados escorregam para o limbo das fagulhas apagadas em terreno pantanoso, uma vez arrefecidas as formações discursivas encantatórias dos líderes globais.

Assim, não é preciso reiterar a percepção coletiva segundo a qual a maioria dos detentores de poder, seja no âmbito político, econômico, sociocultural e, às vezes, científico, trabalha contra a crise eco-humana em ritmo muito aquém do esperado. Parte desses atores sociais, atracada, como lhes sói, ao discurso das finanças, da (in)disponibilidade de recursos materiais, encontra expressivo apoio noutros sujeitos sociais impelidos à condição de assujeitados felizes/conformados, para os quais o sistema parece bastante lógico — pois desse modo os primeiros o fazem parecer.

Noutra frente, a preocupação mundial com o aproveitamento milimétrico do tempo para a satisfação dos objetivos tecnocráticos (e quase sempre descolados de interesse ambiental) configurou um fenômeno aceleratório que se erigiu como marca cultural de nossos dias. A relação deste fenômeno com o descuido socioambiental recorrente parece suplantar o discurso segundo o qual basta informar para alcançar consciência e sensibilização. Salvaguardadas as sempre honrosas exceções, quanto mais — e mais rápido — se tem informado, menos se têm observado, principalmente nos países periféricos, mudanças de gestão e atitude — com a

agravante de que o despejo das responsabilidades com o meio sobre o indivíduo, e apenas sobre ele, caracteriza tendência crescente em certos discursos midiáticos. Quer venham de fontes governamentais, quer de actantes do círculo econômico-financeiro, de organizações essencialmente vinculadas ao restauro do equilíbrio socioambiental ou de instituições educadoras em geral, os conteúdos pluriangulares aos quais os cidadãos do mundo são expostos em escala crescente giram em falso ao redor de uma espécie de totem vestido com carapaça impermeável, mas com sorriso assertivo na boca inerte.

Cabe-nos indagar, se não faltam informação e sujeitos, quais caminhos potencializariam a transformação desse turbilhão informativo no que entendemos por comunicação. Quanto a este entendimento, algo próximo de despertar *desejo de mover-se em favor de*, ponderamos amiúde nas linhas vindouras. O que se apresenta neste trabalho é, portanto, o resultado de um percurso interativo-reflexivo por entre manifestações discursivas socioambientais de diferentes origens e matizes, com vista a auscultar possibilidades epistêmicas e práxis com potencial reorientador dos processos de Comunicação e Educação Ambiental no trato das questões afeitas à ecocrise.

Tal interesse deriva de trabalho científico pregresso, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da ECA-USP, em nível de mestrado, entre 2010 e 2013. Orientada pelo prof. Dr. Adilson Citelli e intitulada *Comunicação e Educação Ambiental na Construção de Sentidos Urbanos*, a investigação revelou significativas lacunas no âmbito da comunicação socioambiental no espaço geográfico então pesquisado¹, o que nos incentivou a prosseguir na busca por sentidos/estratégias/teorizações mais amplas — sempre mantendo o foco nas relações entre a comunicação socioambiental e a educação (permeadas por dezenas de aportes multidisciplinares sem os quais não se torna possível abarcar a temática).

A investigação atual iniciou-se em 2014, mantendo-se ancorada em arcabouços teóricos de diferentes campos do conhecimento e em extensa pesquisa de campo. Entre 2014 e 2017, recolhemos trânsitos discursivos multidimensionais (CITELLI, 2012) de natureza socioambiental em curso no ecossistema comunicativo-educativo local e global, cuja verificação, análise e aspectos conclusivos apresentamos a seguir.

¹ O distrito Vila Medeiros (São Paulo, capital). Essa área faz parte de uma extensa ilha de calor urbana, apresentando alto índice de impermeabilização do solo e baixíssima taxa de arborização; também possui diversos problemas com relação ao descarte de resíduos sólidos, como pontos viciados de lixo e alguns córregos a céu aberto em que habitantes despejam resíduos de todo tipo, assim como um terminal de cargas altamente poluente, entre outras dificuldades socioambientais. Com população total de 129.919 habitantes (cf. censo 2010-IBGE), estende-se por uma área de 7,80 km², sob administração da subprefeitura Vila Maria- V. Guilherme, abrangendo os bairros: V. Medeiros, V. Sabrina, V. Ede, V. Gustavo, V. Munhoz, V. Nivi, Jd. Brasil, Jd. Julieta, Parque Rodrigues Alves, Conjunto Promorar Fernão Dias e uma parcela de bairros circunvizinhos, como o Parque Edu Chaves.

1. Introdução

Os trânsitos discursivos multidimensionais examinados ao longo de nossa investigação de mestrado, conforme assinalado no texto de apresentação, apontaram lacunas nos fluxos de comunicação ambiental operados do poder público em direção aos cidadãos, dos cidadãos em direção ao poder público, entre os cidadãos e nas trocas que envolvem instituições/entidades, no lócus de pesquisa tomado como referência para o trabalho de campo. Também foi possível comprovar uma lacuna no que tange ao empoderamento dos munícipes para questionar representações sociais sedimentadas, cuja ancoragem freia/desestimula ou não permite ações ambientais proativas.

Logo, verificamos por meio do percurso investigativo supracitado a necessidade de potencializar a chegada, a interpretação e a transformação da informação ambiental no distrito referência, de maneira a construir ou restaurar os elos que possibilitem a reflexão e a ação proativa dos moradores. Por essa razão, e tendo em vista que há diversos outros distritos, bairros específicos e mesmo cidades inteiras no Brasil com dificuldade semelhante no que se refere ao trato comunicacional em favor da eficácia no cuidado com o meio ambiente local, propusemos ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da ECA-USP a realização deste projeto. Vinculado à ideia da Educomunicação Socioambiental Urbana, seus elementos norteadores incluíram: a) verificar e analisar fluxos de comunicação sobre o meio ambiente a partir da participação, na pesquisa de campo, de moradores/trabalhadores de espaços citadinos comprometidos por mazelas socioambientais; b) auscultar as possibilidades de construção acadêmico-comunitária de um aprendizado comunicacional colaborativo, calcado em princípios de retroalimentação os quais permitissem interfaces múltiplas com as questões envolvidas na Comunicação/Educação Ambiental urbanas.

Tal aprendizado foi buscado no âmbito de um conjunto de procedimentos/trânsitos discursivos a tratar de aspectos socioambientais glocais² em deslocamento no eixo físico e

² No Ocidente, o primeiro autor a explicitar a ideia de glocal é o sociólogo Roland Robertson [ver capítulo Glocalização: tempo-espaco e homogeneidade-heterogeneidade (pp. 246-268) do livro **Globalização - Teoria Social e Cultura Global** (ROBERTSON, 1999)]. Na referida obra, o autor recorda que o Dicionário Oxford de Novas Palavras, edição de 1991, traz o seguinte registro: o termo "glocal" e o substantivo, glocalização, originaram-se da fusão do termo global com local. O termo "glocal" também é empregado, neste trabalho, em alusão à realidade socioambiental cuja geolocalização diz respeito às novas percepções de territorialidade no mundo contemporâneo, explicitadas por Rogério Haesbaert. "Como no mundo contemporâneo vive-se constantemente uma multiplicidade de escalas, numa simultaneidade atroz de eventos, vivenciam-se também, ao mesmo tempo, múltiplos territórios. Ora somos requisitados a nos posicionar perante uma determinada territorialidade, ora perante outra, como se nossos marcos de referência e controle espaciais fossem perpassados por múltiplas escalas de poder e de identidade. Isto resulta em uma geografia complexa, uma realidade multiterritorial (ou mesmo transterritorial) que se busca traduzir em novas concepções, como os termos hibridismo e "glocal", este significando que os níveis global e local podem

virtual da investigação. Nestes termos, focamos possibilidades comunicacionais diversas, fazendo uso de diferentes meios para produção, compartilhamento e debate de conteúdos a respeito da problemática ambiental contemporânea. Sem a intenção de construir ‘ferramentas’ ou ‘aplicativos’ para tal discussão, dada a redundância representada por essa possibilidade no contexto atual, a investigação seguiu em direção à observação e à análise de movimentos comunicacionais capazes de contribuir para uma *episteme* comunicacional derivada, por sua vez, de *práxis* gestada na interface entre universidade e grupos sociais distintos, representantes de alguns segmentos - sistemas de ensino básico, comunidade, público de redes, conselheiros municipais, graduandos, entre outros. Para isso, valemo-nos do auxílio de formas/meios de comunicação tanto físicos quanto digitais, tanto presenciais quanto não presenciais. Em termos epistemológicos, buscamos concretizar uma experiência acadêmica que tenda à ‘replicabilidade’ e à longevidade, apoiada em sistemas de retroalimentação envolvendo universidade-comunidade(s) e instituições (de ensino básico e outras, interessadas na proposta/no estudo).

2. Objeto de Estudos

Nosso objeto de pesquisa são as manifestações discursivas socioambientais de cunho teórico e prático, por meio das quais é possível observar/analisar o campo da Comunicação Ambiental e suas intersecções com a Educação. A partir desse liame, investigamos trânsitos discursivos de diferentes procedências e matizes a abranger a relação humano-ambiente, nos cenários informativo-educativos em que se efetuam trocas/diálogos capazes de reelaborar sentidos socioambientais, sobretudo aqueles vinculados à vida nas urbes contemporâneas. Trata-se de percurso interativo-reflexivo com orientação epistêmica e *práxis* voltadas à rediscussão da ecocrise e ao fortalecimento da cidadania ambiental, tendo como principal vetor o eixo Comunicação-Educação.

estar quase inteiramente confundidos.” (HAESBAERT, 2006, p. 121). Do ponto de vista socioambiental, aplica-se igualmente a esse vocábulo a definição proposta por Rolf Schmidt Martini, especialista em Educação Ambiental, para o Dicionário Informal (on-line): glocal é aquilo “que reúne sob uma perspectiva holística, 'holos', do grego "Todo", os âmbitos local e global para a edificação de uma sociedade sustentável” (cf. <www.dicionarioinformal.com.br/glocal/>).

3. Objetivos

3.1 Objetivo Geral

Verificar e analisar trânsitos discursivos relacionados à “ecocrise”, em busca de encaminhamentos práticos e epistêmicos para promover reflexão e estímulo à proatividade socioambiental cidadã a partir do eixo Comunicação-Educação.

3.2 Objetivos Específicos

- Recolher fluxos discursivos socioambientais de diferentes dimensões/direções, a fim de observar/revisar/analisar aspectos medulares da comunicação socioambiental contemporânea
- Estudar possíveis formas de preencher falhas na comunicação vinculada a cenário de agravantes socioambientais que afetam a qualidade de vida individual e coletiva nas cidades.
- Buscar e entender maneiras mais eficazes para conceber e realizar interfaces comunicacionais colaborativas (baseadas ou não na internet) focadas em difusão/discussão de problemas socioambientais urbanos.
- Envolver diferentes grupos da sociedade civil na pesquisa acadêmica, verificando possibilidades de contato e estabelecendo pontes participativas entre universidade e coletividade.
- Estudar o engajamento/a participação de moradores citadinos de diferentes faixas etárias na esfera pública socioambiental urbana, tomando como ponto de partida intervenções apoiadas em aportes teóricos e midiáticos, bem como em resultados de pesquisa(s) acadêmica(s) desenvolvidas anteriormente no lócus físico referência.
- Estimular a participação cidadã centrada na retroalimentação de conteúdos socioambientais por meio dos trânsitos discursivos recolhidos/gerados/redimensionados nas interações comunicacionais construídas ao longo do projeto.
- Gerar contribuições teórico-práticas para ações educacionais em favor da proatividade socioambiental em áreas nas quais a comunicação ambiental porventura

não esteja surtindo os efeitos desejados de recuperação e preservação do meio ambiente (tanto o natural, quanto aquele alterado pela ação antrópica).

4. Referencial teórico

4.1 Abrindo cancelas

A amplitude do campo comunicacional comporta distintas discussões teóricas sobre o que vem a ser, em sua essência, a comunicação. Etimologicamente, recorda Muniz Sodré (2014), comunicar significa tornar comum por meio da partilha, da participação, conforme os termos latinos "communicatio/communicare", dos quais deriva.

Originariamente, *comunicar* — “agir em comum” ou “deixar agir o comum” — significa vincular, relacionar, concatenar, organizar ou deixar-se organizar pela dimensão constituinte, intensiva e pré-subjetiva do ordenamento simbólico do mundo. Assim como a biologia descreve vasos *comunicantes* ou a arquitetura prevê espaços *comunicantes*, os seres humanos são comunicantes, não porque falam (atributo consequente ao sistema linguístico), mas porque *relacionam* ou *organizam* mediações simbólicas — de modo consciente ou inconsciente — em função de um *comum* a ser partilhado. No âmbito radical da comunicação, essas mediações não se reduzem à lógica sintática ou semântica dos signos, porque são *transverbais*, oscilantes entre mecanismos inconscientes, palavras, imagens e afecções corporais. (SODRÉ, 2014, p. 9, grifos do autor).

No esforço pela busca do que seria este comum a partilhar em nossos *espaços comunicantes*, como os nominam Sodré (2014) e Ferrara (2007), surgem olhares multifacetados para definir o que é o fenômeno comunicacional.

Para a tradição fenomenológica, comunicação é diálogo, experiência de alteridade, relacionada a questões como “O que fazemos com nossa experiência? O que é a experiência de ser uma pessoa em comunicação? Quais são os limites e possibilidades de compreender os outros?” (CRAIG e MULLER, 2007, p. 217). Brianke Chang³, autor da obra *Deconstructing Communication*⁴, argumenta sobre uma espécie de verdade duplicada presente na Comunicação, pois ela:

[...] pode realmente ter lugar quando *não aparenta* ter lugar, e pode parecer ter lugar quando na verdade não consegue sequer começar. [...] Esta possível falha da comunicação, a “incerteza irreduzível” implícita no próprio fato da comunicação, refletida em minha estúpida incompreensão vis-à-vis com meu visitante [no sentido de desconhecido], é constitutiva da comunicação da mesma forma que o silêncio é constitutivo dos sons, ou que o ruído é constitutivo de sinais transmissíveis. Como se pode inferir do meu último cenário hipotético, a estupidez constitutiva da minha parte, levada ao limite, significa que o espaço de comunicação é mais radicalmente ele mesmo, mais

³Professor associado da *University of Massachusetts Amherst*, cujos interesses de pesquisa giram em torno da filosofia da comunicação, dos estudos culturais e teoria e crítica de mídia.

⁴*Deconstructing communication: representation, subject, and economies of exchange* (1996, University of Minnesota Press).

radicalmente aberto à vinda do outro, quando eu nem tenho certeza se alguém veio e disse alguma coisa. Ao mesmo tempo, e de um ponto de vista levemente diferente, isto também significa que a comunicação torna-se virtual somente quando seu espaço é heterogêneo, quando ele é invadido por um alienígena, um inescrutável outro que encarna um vazio, um nada como o eu-sei-não-o-quê, que eu, tendo sido convidado para esse espaço, não posso ignorar. É esta invasão alienígena que cria uma crise em mim, e é esta crise que faz com que o evento de comunicação ocupe-me, para tomar o seu lugar em mim — apesar de seu nada, apesar do vazio que induz em mim. (CHANG, 2007, p. 254, tradução nossa, grifo do autor).

Ciro Marcondes Filho, no mesmo diapasão fenomenológico, refere-se à comunicação como feixes de luz, energias, intensidades, capazes de torná-la um evento raro, pessoal, discreto, não inconsequente, oposto à simples informação. Trata-se, para o autor, de “um tranco produzido pela contingência do próprio existir”, porque envolve algo estranho, novo, que desestabiliza (MARCONDES FILHO, 2016, s/p.) — tal qual Chang o refere, sobretudo por meio da expressão “crise em mim” (2007, p. 254).

No caso específico da comunicação ambiental, o elemento desestabilizador parece residir além dos esforços de ONGs, cidadãos comuns, governos, estabelecimentos de ensino, *mass* e micromídia (interessados verdadeiramente na temática) para comunicar a urgência de mudança de atitudes, de paradigmas diante do cenário crítico vivenciado no planeta. As contingências do próprio existir, para usar as palavras de Marcondes Filho (2016), têm gerado trancos provisórios em escala local e global, os quais, no entanto, não logram estender na mesma medida a duração do seu impacto e a decisão majoritária de engajar-se noutros modos de viver.

A “crise em mim” (CHANG, 2007), cuja extensão deslocaremos aqui para “crise em nós” — crise planetária no modo de viver e relacionar-se com os elementos naturais da esfera terrestre —, é auferida com clareza nos centros urbanos nos quais impera a letargia coletiva e os investimentos quase cosméticos relacionados ao cumprimento de propostas simples como a de separar e enviar para a reciclagem⁵ o lixo doméstico.

Noutra frente, buscando a inversão da lógica tangida pelo martelar sobre a onipresente e, a esta altura, nefasta ideia de “crescimento” (a gerar montanhas de resíduos e a transformar homens e mulheres em rejeitos), fortalece-se o movimento decrescentista, trazendo propostas de existência baseadas em economia estacionária, comunidades ecológicas/ecosóficas, práticas

⁵ Na cidade de São Paulo, a maior e mais rica da América Latina, apenas 6,56% do lixo produzido é reciclado, conforme dado oficial divulgado em 2016 (ver mais em <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-quadruplica-porcentagem-de-reciclagem-na-cidade>).

*nowtópicas*⁶, entre outras sugestões de resposta à crise planetária em curso. De acordo com D’Alisa, Demaria e Kallis (2016), o termo *decrescimento* foi empregado pela primeira vez em 1972, por André Gorz, intelectual francês preocupado com a questão segundo a qual a própria sobrevivência do sistema capitalista mantinha-se ameaçada mesmo se adotado crescimento zero. Para além de uma crítica ao “progresso” vendido como objetivo social e de alto custo ambiental, o conceito remete a um clamor pela descolonização do debate público em relação aos ditames do economicismo. Passa a significar “uma direção desejada, na qual as sociedades vão usar menos recursos naturais e se organizar e conviver de forma diferente de hoje” (D’ALISA, DEMARIA e KALLIS, 2016, pp. 21 e 24), valorizando mais aspectos como compartilhamento, simplicidade, convivencialidade, cuidado e recursos comuns.

[...] o movimento a favor do *decrescimento* não defende algum tipo de recessão ou de decrescimento do PIB, ou mesmo uma “outra economia”. Ele advoga a saída da economia como princípio organizador da sociedade. Trata-se de outro projeto de civilização, que visa tanto à redução da *pegada ecológica* quanto à indispensável e concomitante redução drástica das desigualdades. De fato, a *redução de consumo material* que isso representa só pode ser aceita se a sociedade for bastante igualitária e democrática. O fim da subordinação dos desejos e da vida em geral às necessidades da economia é considerado como emancipatório. Para o movimento decrescentista, a inovação não vai parar, ao contrário, a criatividade será liberada, mas as novas tecnologias eventualmente inventadas deverão ser objeto de deliberação democrática e compatíveis com os objetivos sociais e políticos e contribuir para a redução da pegada ecológica (LÉNA, 2017).

A deliberação democrática nessa direção tem sido foco de inúmeras iniciativas ao redor do globo. O SESC São Paulo, a título de exemplo, promoveu, entre 15 e 16 de fevereiro de 2017, evento denominado *Encontro Internacional Pensar o Futuro: as histórias que tecemos e as histórias que queremos*, cuja proposta central era justamente o pensar coletivo sobre temas em destaque no panorama de incertezas e marcado por múltiplas possibilidades e temporalidades, como é o nosso hoje. Os seis eixos conceituais propostos para o debate procuraram gerar um espaço reflexivo acerca de questões medulares da contemporaneidade, com base nas interrogativas:

Como vivermos juntos no século XXI?
 Para onde a aceleração da vida atual nos leva?
 Depois das vanguardas ainda restam utopias?
 Quais são os caminhos para a construção de uma ordem cosmopolita?
 Qual o futuro do *homo economicus*?

⁶ A esse respeito, consultar a obra *Nowtopia - iniciativas que estão construindo o futuro hoje*, de Chris Carlsson (Tomo Editorial, 2014).

Como pensar as questões ambientais integradas à produção da vida na contemporaneidade? (SESC, 2017, s/p)

Esforços como os de Serge Latouche, autor da obra *Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno*, ou Giacomino D'Alisa, Federico Demaria e Giorgos Kallis, organizadores do livro *Decrescimento - Vocabulário para um Novo Mundo* (há pouco citados) exemplificam empenho comunicacional de grande monta rumo à proposição de análise das contingências envolvidas na opção cega pelo crescimento insustentável. Trata-se de trabalho da ciência em favor da comunicação de outra(s) possibilidade(s) de pensar a existência concreta despida do *olhar sem ver*.

Os cientistas são uma fonte crucial de informação para todos os comunicadores ambientais. A posição intermediária entre os cientistas e a população não-técnica, majoritária, é precária, emocionante e crucial. Aqueles que praticam a comunicação ambiental precisam aprimorar suas próprias habilidades de percepção, para entender o que o planeta tem a dizer através deles. (JURIN, ROUSH E DANTER, 2010, p. 4, trad. nossa)

4. 2 Comunicação Ambiental

Dos anos 1970 até hoje, em diferentes países, inúmeras fontes têm abordado a preocupação ambiental, sob nuances que deslizam entre distintas categorias discursivas. No que se refere ao *modus comunicandi* desse conteúdo, notam-se argumentações heterogêneas sobre vasto leque de mazelas provocadas pela ação antrópica ao longo de décadas e suas possíveis soluções. Os andamentos comunicativos responsáveis por mediar a adoção e incorporação de temas ambientais em diferentes esferas sociais revelam a substituição da linearidade pela multivocalidade⁷, o que dá margem a adaptações, transformações discursivas e ampliações interpretativas. Uma edição especial do *ESSACHESS*⁸ - *Journal for Communication Studies*⁹, intitulada *Environmental Communication*, procurou abordar esses processos, tendo em vista que através deles as questões ambientais conquistam espaço e ganham onipresença. Os autores, provindos de diferentes contextos teóricos e aplicando métodos variados, analisam em dossiê casos de alguns países da Europa (Bélgica, França, Itália, Países Baixos, Portugal e Espanha)¹⁰ e se concentram na maneira como as partes interessadas enquadram “sua” questão ambiental e nas escolhas/cruzamentos estratégicos realizados em favor do enfrentamento do problema (LEROY e SURAUD, 2014, p. 6).

No artigo *Impact of environmental discourses on public health policy arrangements: A comparative study in the UK and Flanders (Belgium)*, publicado em 2010, Kristien Stassen (Bélgica), Maya Gislason (Reino Unido/Canadá) e Pieter Leroy (Holanda) reuniram esforços para avaliar como os discursos sobre saúde ambiental têm influenciado as políticas públicas na Bélgica e no Reino Unido, que apresentam foco comum nesse campo. Inspirados — em termos teóricos — no institucionalismo discursivo e na governança multinível, os pesquisadores procuraram identificar quais mecanismos desencadeiam ou cerceiam mudanças institucionais; ao mesmo tempo, buscaram avaliar em que medida a “saúde ambiental” emergiu como um novo

⁷ Conceito bahktiniano. A obra *Estética da criação verbal* (2010) oferece boa aproximação do que o autor entende por polifonia/multivocalidade, especialmente no capítulo sobre gêneros discursivos. Consultar também o artigo *Texto e dialogismo no estudo da memória coletiva* (WERTSCH, 2010).

⁸ Referência ao grupo de pesquisa *Études Scientifiques Spécialisées Appliquées aux Complexités Humaines, Économiques, Sociales et Symboliques*, conforme esclarece o fundador e diretor da revista, Stefan Bratosin, professor da Universidade francesa Paul Valéry Montpellier 3. Ver mais em: <https://rfsic.revues.org/1923>.

⁹ Revista de Ciências da Comunicação editada em francês e inglês, publica artigos originais que contenham contribuições inovadoras internacionais para uma melhor compreensão de temas regionais. Ver mais em: <http://www.essachess.com/index.php/jcs/about/editorialPolicies#focusAndScope>.

¹⁰ Os problemas abordados incluem aspectos da biodiversidade, agricultura industrial, hidrelétricas, carvão e energia nuclear, *fracking* (ver nota adiante), políticas de paisagem, criação participativa de um observatório ambiental, gestão de portos, erosão costeira e informação ambiental transnacional.

discurso em nível europeu. Apuraram, por meio de análise textual profunda de inúmeros documentos, o impacto produzido por discursos lançados internacionalmente sobre instituições locais, procurando entender quando e onde eles surgiram. Verificaram a penetração e influência destes discursos sobre as políticas de saúde ambiental no Reino Unido e na Bélgica, concluindo que persistem diferenças nas políticas públicas de ambas as nações, as quais levam a divergências na interação entre instituições nacionais e internacionais (STASSEN, GISLASON e LEROY, 2010)¹¹. No Brasil, salta à vista com muita frequência o descompasso entre os discursos institucionais voltados ao tema do meio ambiente e as decisões em sentido contrário, atadas a discursos econômicos. O caderno Ciência+Saúde, do jornal *Folha de S. Paulo* (14/11/2017), trouxe a público duas matérias que apontam essa contramão ambiental na qual vem seguindo o país: “*Brasil cobra ambição na COP, mas não faz ‘lição de casa climática’*” e “*É ‘inaceitável’ o incentivo a petróleo, diz Sarney Filho*”. Nesta última, o ministro do Meio Ambiente (ano-exercício 2017) critica, no evento internacional COP-23¹², medida provisória originada no Ministério da Fazenda, que reduz impostos sobre as atividades ligadas ao petróleo, e contra a qual, afirma, pretende lutar.

Os trânsitos discursivos a envolver questões institucionais bi ou multilaterais no trato socioambiental parecem constituir-se aquecido objeto de pesquisa. A comunicação ambiental transnacional tem sido um dos tópicos emergentes nas revistas acadêmicas, e outro viés dessa discussão pode ser apreciado no artigo *Transnational communication and domestic environmental policy learning*, de Sietske Veenman e Duncan Liefferink (2014). Os professores da *Radboud University Nijmegen* (Holanda) chamam a atenção, entre outros enfoques, para um fato específico: eles observaram que a comunicação sobre problemas ambientais envolvendo diferentes países parece ter mais chances de frutificar em ambientes não formais de interação

¹¹ “No caso da Bélgica, documentos de política nacional e legislação foram recolhidos a partir do motor de busca do Parlamento flamengo. Relatórios anuais, relatórios consultivos e recomendações também foram baixados dos sites das administrações de saúde pública, órgãos consultivos, redes científicas e grupos de partes interessadas. Para a análise sistemática destes textos e documentos, foram utilizados instrumentos automatizados de pesquisa para rastrear os documentos relativos ao termo “saúde ambiental”. Subsequentemente, cada caso de referência à saúde ambiental foi avaliado qualitativamente pela análise do significado do termo. Para considerar mudanças na definição ao longo do tempo, essas definições foram comparadas, assim como os tópicos mencionados em relação à saúde ambiental. A última abordagem permite a identificação de mudanças discursivas. Para analisar os arranjos políticos nos dois países em questão, e as possíveis mudanças nele contidas, utilizou-se o mapa de atores como ponto de partida. Tanto quanto é possível através de mera análise de texto, foram estabelecidos os recursos, conhecimentos e competências dessas agências, incluindo as relações de poder entre elas. Mais uma vez, o mapa de atores permitiu aos autores plotar as várias agências, avaliando sua centralidade para subdomínios de políticas específicas. Finalmente, vale a pena mencionar que este artigo relata pesquisas que ainda estão em andamento [estavam em andamento quando o artigo foi redigido]. Até agora, a pesquisa é baseada em documentos; como tal, uma restrição deste estudo é que, enquanto as regras formais do jogo podem ser observadas, apenas se pode formular uma hipótese sobre suas contrapartes informais. Enquanto a abordagem anterior é suficiente para uma avaliação das principais alterações induzidas discursivamente (ou a falta delas), estas últimas podem acrescentar informações mais detalhadas sobre os mecanismos por trás delas” (STASSEN, GISLASON e LEROY, 2000, p. 583, trad. nossa).

¹² Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (6-17 nov. 2017). Ver: <https://cop23.unfccc.int/un-climate-change-conference-november-2017>

do que em ambientes formais nos quais exista algum tipo de pressão socioeconômica ou preocupações comuns com o não fornecimento de informações sobre problemas internos.

Anders Hansen, professor do Departamento de Mídia e Comunicação da Universidade de Leicester¹³, no Reino Unido, mapeou as tendências de pesquisa e divulgação dos assuntos ambientais das últimas três ou quatro décadas, tendo explicitado alguns resultados em artigo publicado na *International Communication Gazette*¹⁴. No referido trabalho, o fundador do *Grupo de Estudos sobre Questões Ambientais, Ciência e Comunicação de Risco* da Associação Internacional para a Pesquisa de Mídia e Comunicação procurou fazer revisão abrangente das linhas-chave de investigação, considerando o princípio de que

A comunicação é central para como adquirimos informações sobre o meio ambiente e conhecemos os problemas ambientais, e a maioria dos meios de comunicação são uma arena pública crucial por meio da qual começamos a nos preocupar com as dificuldades ambientais e o modo pelo qual elas são abordadas, contestadas e resolvidas. De fato, a centralidade da "comunicação" para o surgimento do "ambiente" como uma questão social e política central desde os anos 60 reflete-se na crescente proeminência e consolidação dos estudos de "comunicação ambiental" como vertente distintiva dos estudos de mídia e comunicação em geral (HANSEN, 2011, p. 9, trad. nossa).

Robert Cox e Phaedra Pezzullo (2016, p. 15) definem a *comunicação ambiental* como “o veículo pragmático e constitutivo para nosso entendimento sobre o ambiente, bem como nossas relações com o mundo natural”. Consideram-na pragmática porque alerta, educa, persuade e auxilia os indivíduos a resolverem problemas nesse campo, estando sempre presente nas campanhas de conscientização/sensibilização. Sua característica constitutiva ancora-se no fato de ser o tipo de comunicação que nos ajuda a compor representações da natureza e a formular “problemas ambientais como sujeitos para nosso entendimento”. Ademais, afirmam os estudiosos norte-americanos, permite-nos enveredar por uma perspectiva específica, através da qual evoca determinados valores, desencadeando movimento que a transforma em “meio simbólico” para a “construção de problemas ambientais” e para a “negociação de diferentes respostas da sociedade” (COX e PEZZULO, 2016, p.15).

¹³ O professor Anders Hansen foi fundador, presidente e hoje é vice-presidente do Grupo de Estudos sobre Questões Ambientais, Ciência e Comunicação de Risco da *Associação Internacional para a Pesquisa de Mídia e Comunicação* (IAMCR). Membro do Conselho Executivo e Secretário da *Associação Internacional de Comunicação Ambiental* (IECA).

¹⁴ Trata-se do artigo *Communication, media and environment: towards reconnecting research on the production, content and social implications of environmental communication*. A *International Communication Gazette* é uma das principais revistas científicas de comunicação do mundo, voltada principalmente ao escopo da comunicação internacional. Ver mais em: <https://us.sagepub.com/en-us/sam/journal/international-communication-gazette>. O periódico, segundo se pode ler na página inicial de seu sítio eletrônico, “abrange todos os aspectos da comunicação internacional, incluindo as estruturas e processos de comunicação internacional, os regimes reguladores no campo da comunicação internacional, a interação entre os fluxos de comunicação internacionais e nacionais e as complexidades da comunicação intercultural através das fronteiras nacionais”.

Cox (COX e PEZZULLO, 2016) organiza o campo da comunicação ambiental subdividindo-o em sete grandes áreas de estudo e práticas:

1. Retórica e discurso ambiental
2. Meios de comunicação social e jornalismo ambiental
3. Participação pública na tomada de decisões ambientais
4. Campanhas de marketing social e *advocacy*¹⁵
5. Colaboração ambiental e resolução de conflitos
6. Comunicação de risco
7. Representações da natureza na cultura popular e no mercado verde

Sonia Aguiar (docente, coordenadora do Laboratório Interdisciplinar de Comunicação Ambiental da Universidade Federal de Sergipe – LICA) e Jean Fábio Cerqueira (professor na mesma universidade e pesquisador do núcleo) apresentam em artigo uma síntese do estado da arte da comunicação ambiental a partir da análise comparativa de cinco obras de referência publicadas nos Estados Unidos. Buscam, como parte do projeto *Geografias da Comunicação Ambiental no Brasil*, financiado pelo CNPq, estabelecer um quadro de referência teórico-conceitual e metodológico capaz de auxiliar não só seus intentos investigativos mas também servir como lastro a futuros trabalhos nesse campo de pesquisa emergente. No texto indicado, os pesquisadores asseveram ser Robert Cox o autor mais citado na literatura internacional sobre o tema. Retomando cronologias estabelecidas por ele e pelos demais autores estudados, traçam uma perspectiva histórica breve e cuidada¹⁶, lembrando ao leitor que

o primeiro registro de uso acadêmico da expressão *environmental communication*, segundo Jurin, Roush & Danter (2010)¹⁷, apareceu em 1969, em um artigo publicado na edição inaugural do *Journal of Environmental Education* por seu editor-fundador Clarence A. Schoenfeld. Para este repórter que se tornou professor, a comunicação ambiental remonta a formas narrativas pré-midiáticas sobre a natureza, como os relatos dos descobridores, os diários de viagens e os relatórios descritivos de fenômenos naturais publicados pelas

¹⁵ “O termo *advocacy*, expressão inglesa que ainda não ganhou tradução literal para o português, generalizou-se ao longo do tempo em função do acelerado crescimento do Terceiro Setor em todo o mundo. O *lobby* - ou o *advocacy* - é a utilização do poder e do status para se comunicar melhor e conquistar os objetivos pretendidos. Apesar de a palavra *lobby* ter sido usurpada por nossos malfadados governantes, o significado real dela é tão nobre quanto o objetivo do Terceiro Setor. || *Advocacy* é, basicamente, um *lobby* realizado entre setores (ou personagens) influentes na sociedade. É na realização de processos de comunicação, reuniões entre os interessados e os pedidos entre essas influências que se dá o verdadeiro *advocacy*, que pode ter várias vertentes, como social, ambiental ou cultural. (ZEPPELINI, 2017, s/p.)”, disponível em: <http://www.ipea.gov.br/acaosocial/article26c3.html?id.article=592>. Acesso em: 03 ago. 2017.

¹⁶ Centrada, como informam, nos eventos e autores especificamente relacionados à institucionalização da comunicação ambiental.

¹⁷ JURIN, ROUSH e DANTER (2010, p. 6). Disponível em:

https://is.muni.cz/el/1423/jaro2015/HEN629/um/55718400/Jurin__Roush__Danter__2010__Understanding_the_World_Around_Us.pdfsh & Danter (2010, p. 4).

revistas científicas desde o século XIX. Mas, como atividade intencional, seu objetivo seria “produzir cidadãos capacitados a respeito do nosso ambiente e os problemas a ele associados, cientes de como ajudar a resolver esses problemas, e motivados para trabalhar pelas suas soluções” (AGUIAR e CERQUEIRA, 2012, p. 13; JURIN, ROUSH e DANTER, 2010, p. 6).

Jurin, Roush e Danter (2010), na obra *Environmental Communication*, organizam a trajetória de emergência do campo até 2007, oferecendo aos leitores o que chamam de “seleção de pedras de toque” — elaborada a partir de suas coleções pessoais, pesquisas em bibliotecas tradicionais e pesquisas on-line:

- 1949 – Primeira edição do livro *A Sand County Almanac*, de Aldo Leopold [em português, *Pensar Como uma Montanha*]. A edição de bolso em 1966 alcançou milhões [de pessoas].
- 1957 – Primeira edição do livro *Interpreting our heritage*, de Freeman Tilden [sem tradução para o português].
- 1958 – *Environment* — primeiras questões publicadas pelo *Scientist's Institute for Public Information*.
- 1962 – *Silent Spring* [*Primavera Silenciosa*], de Rachel Carson. Primeira edição.
- 1968 – Imagens da Terra vista do espaço, tomadas quase como uma reflexão posterior por astronautas da Apollo 8, espectadores atordoados que veem um pequeno planeta finito face ao vazio. Nascia a metáfora da “Espaçonave Terra”.
- 1969 – Clay Schoenfeld usa o termo ‘comunicação ambiental’ na edição inaugural do *Journal of Environmental Education*. Ele era um gestor de vida selvagem e repórter de jornal que se tornou professor universitário. O periódico continua até hoje.
- 1970 – Primeiro *Dia da Terra*. Evento iniciado quatro meses após a assinatura da Lei Nacional de Política Ambiental americana. Ambos são acontecimentos visionários.
- 1971 – *Recursos Naturais e Relações Públicas*, publicação de Douglas Gilbert.
- 1972 – Instituição do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas – com escritórios principais em Nairobi, Quênia.
- 1973 – ‘*Mídia de massa e relacionamento do homem com seu meio ambiente*’, de Gerhart Wiebe, aparece no periódico *Journalism Quarterly*.
- 1981 – ‘*John Muir, Yosemite e a sublime resposta: um estudo da retórica da preservação*’, de Cristine Oravec, no *Quarterly Journal of Speech*, traz análise retórica para dar suporte às comunicações sobre meio ambiente. Até esta junção, gerenciamento de recursos naturais e estudos de mídia serviram como fontes predominantes de bolsas de estudos.
- 1988 – *Relatório sobre o Meio Ambiente: um manual para jornalistas*, publicação de Sharon e Kenneth Friedman.
- 1989 – Fundação da *Associação de Mídia Ambiental (Environmental Media Association)*, usando celebridades do entretenimento para promover a consciência ambiental.
- 1990 – Fundação da *Sociedade dos Jornalistas Ambientais (Society of Environmental Journalists)*, por repórteres norte-americanos.

- 1991 – Primeira conferência acadêmica sobre Comunicação e Meio Ambiente (embora o nome inaugural fosse *Conferência do Discurso da Advocacia Ambiental*). Fundada por Christine Oravec, o evento continua bienalmente.
- 1993 – Fundada a *Federação Internacional dos Jornalistas Ambientais*, por repórteres europeus.
- 1994 – Lançamento da revista científica *Electronic Green Journal*, um dos primeiros periódicos de acesso aberto on-line.
- 1995 – Lançamento do *Environmental News Network*, como um serviço de notícias on-line.
- 2001 – Estreia o periódico *Applied Environmental Education and Communication* (Educação Ambiental Aplicada e Comunicação)
- 2004 – Surge *The Environmental Communication Yearbook*, com duração de três volumes.
- 2007– Estreia *Environmental Communication: A Journal of Nature and Culture*, sucedendo o formato anuário com uma programação de publicação três vezes ao ano.

(JURIN, ROUSH e DANTER, 2010, p.5-6, trad. nossa)

Aguiar e Cerqueira (2012), apoiados nessa fonte, citam o final da década de 1980 como o período em que a institucionalização do campo iniciou-se, agregada ao surgimento de várias entidades, iniciativas e publicações. Acrescentam ao histórico de Jurin, Roush e Danter (2010) os seguintes acontecimentos fundacionais: Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental (RBJA, 2005, Brasil); *International Journal of Sustainability Communication* (2007); *Communicate Now* (2008, Reino Unido); *The Media and the Environment* (2009, Portugal – Lisboa); *International Environmental Communication Association* (IECA – EUA, 2011) e I Encontro Interdisciplinar de Comunicação Ambiental (EICA, Brasil, 2011). Cumpre-nos lembrar que o III Encontro Interdisciplinar de Comunicação Ambiental (IECA, 2017) ocorreu em Sergipe, Brasil, entre 5 e 7 de junho de 2017, sob o tema geral *Comunicação de Riscos e Vulnerabilidades Socioambientais*.¹⁸ Sobre esse último quadrante, contextualização emergente no campo socioambiental, Giulio et al. (2015), discutem, em ampla revisão de literatura, acerca da percepção de risco na interface meio ambiente, sustentabilidade e saúde pública:

O debate atual sobre percepção de risco considera, em particular, que fatores sociais e culturais influenciam direta e indiretamente as percepções que os indivíduos têm sobre diferentes riscos. Entre esses fatores estão os julgamentos estéticos, variáveis contextuais, imagens semânticas, valores,

¹⁸ Ver também: https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_environmental_social_science_journals (repositório de Comunicação e Educação Ambiental); https://www.researchgate.net/journal/1533-Applied_Environmental_Education_and_Communication).

efeitos da comunicação (incluindo a mídia), confiança nas organizações e instituições (nos seus diversos níveis) envolvidas na regulação e no gerenciamento do risco, protótipos culturais, arenas políticas e o clima global de sociedades individualizadas e pluralistas, entre outros.

O conjunto de eventos coligado à comunicação ambiental desde os primeiros exercícios discursivos sob tal ótica tem revelado interesse crescente em inúmeras localidades do planeta. No ano de 2011 — como se pôde observar no mapeamento de eventos realizado por Aguiar e Cerqueira (2012) —, surgiu a Associação Internacional de Comunicação Ambiental (IECA), criada por acadêmicos e praticantes vinculados às questões ecológicas, com o propósito de coordenar atividades de pesquisa e outras relacionadas ao meio ambiente em todo o mundo. Esse interesse tem aumentado na América do Norte (onde é baseada a instituição), no Reino Unido, na Europa — de modo geral —, e também em China, Índia, Sudeste Asiático, Oriente Médio, Austrália, Rússia, Coreia, África e América Latina, conforme atestam Cox e Pezzullo (2016). Constituem-se objetivos da IECA:

- a) Proporcionar um fórum internacional para a criação de redes colaborativas transdisciplinares e para o avanço do campo da comunicação ambiental;
- b) Apoiar a pesquisa e bolsa de estudos em comunicação ambiental;
- c) Apoiar a comunicação ambiental aplicada por praticantes (leigos) e profissionais;
- d) Estabelecer conexões e parcerias com organizações não governamentais, formuladores de políticas, empresas, instituições e membros da comunidade;
- e) Promover a pedagogia, o ensino e o desenvolvimento curricular em vários níveis educacionais;
- f) Desenvolver e promover melhores práticas sustentáveis em ambientes de comunicação ambiental aplicada;
- g) Promover a conscientização acerca da comunicação ambiental como prática e campo de estudo entre profissionais, educadores, ativistas, formuladores de políticas e organizações de mídia. (IECA, 2017, s/p., tradução nossa).

Mark Meisner, diretor executivo da entidade, define comunicação ambiental como aquela que se ocupa de assuntos ambientais levando em conta o trabalho interdisciplinar desse campo de estudos, incluindo

[...] todas as diversas formas de comunicação interpessoal, grupal, pública, organizacional e mediada que compõem o debate social sobre questões e problemas ambientais e nossa relação com o restante da natureza. Qualquer pessoa que tome parte nessas discussões está envolvida na atividade de comunicação ambiental. Isso inclui todos, desde os defensores ambientais mais apaixonados até os mais ferozes adversários das proteções ecológicas. Neste sentido, é ao mesmo tempo tanto uma atividade leiga que qualquer pessoa pode realizar quanto um campo de prática que os comunicadores profissionais criaram (MEISNER, 2015, tradução nossa).

Neste espectro simultaneamente laico e profissional, identificam-se lutas de todos os matizes — por exemplo aquelas diretamente vinculadas às campanhas contra o aquecimento global¹⁹ —, sem que nenhuma delas possa prescindir de um planejamento comunicacional cuja intenção central seja persuadir mais e mais cidadãos para que se engajem em alguma forma de ação. O engajamento, no entanto, esbarra no que Giulio e Vasconcelos (2015, p. 9, trad. nossa) identificam como um problema de comunicação possivelmente responsável pela “falta de urgência e responsabilidade sobre as questões climáticas”, pois os efeitos da mudança no clima “são psicologicamente remotos e vistos como distantes (em termos de tempo e espaço)”. Desse ponto de vista, o discurso ambiental, a depender da fonte, pode assumir uma aparência de neutralidade que naturaliza a presença de graves problemas ambientais.

Vilmar Berna, jornalista e educador, fundador da Rede Brasileira de Informação Ambiental (REBIA), recorda que

a comunicação e a educação ambiental não são neutras [...], tanto podem estar a serviço de grupos e pessoas empenhadas sinceramente na defesa do meio ambiente quanto movidas por interesses individuais ou corporativos que contratam profissionais para tentar passar uma imagem de ambientalmente responsáveis, sem o serem, para se apossar de recursos naturais ameaçados antes que se tornem indisponíveis ou se torne caro demais tirá-los de onde estão. Diante da impossibilidade de neutralidade, o profissional da educação ou comunicação ambiental precisa balizar sua conduta por um código de ética. [...]. Qualquer plano, campanha ou projeto de educação e comunicação ambiental deve estar baseado no desejo sincero de se comunicar francamente com seus diversos públicos (BERNA, 2010, p. 67).

Como, entretanto, engajar públicos de maneira mais efetiva? Pedro Roberto Jacobi — professor do Instituto de Energia e Ambiente e da Faculdade de Educação da USP — lembra que *o cidadão só se engaja se tiver uma função no processo*, ou seja, se sentir de fato algum pertencimento à causa pela qual é instado a lutar, se entender que a luta tem relação com sua vida (JACOBI, 2000 e 2008, grifo nosso).

Em raciocínio semelhante, Robert Joseph Brulle, professor de Sociologia e Ciência Ambiental da *Drexel University* (Filadélfia)²⁰, assevera que o engajamento depende de fatores que vão além de apenas informar o público e angariar apoio para posições políticas elitistas²¹.

¹⁹ Em nossa revisão de literatura, observamos que é abundante a publicação de livros, artigos e outros materiais vinculados especificamente à relação entre aquecimento global e as formas pelas quais o assunto é comunicado/discutido no âmbito multi/transdisciplinar, com vista à mobilização cidadã.

²⁰ Suas pesquisas focalizam o movimento ambiental norte-americano, e suas relações com a teoria crítica e a participação pública na tomada de decisões ambientais.

²¹ Por exemplo, como cita Berna (2010, p.67), “divulgar, como grande mérito ambiental, ações e projetos que fazem parte das obrigações legais ou de controle de poluição intrínsecos à própria atividade poluidora, ou então dar ênfase exagerada a investimentos ambientais absolutamente desproporcionais com o que se retira da natureza ou se provoca em degradação ambiental [caso das petroleiras], sob pena de não se conseguir agregar credibilidade à informação ambiental”.

De acordo com o docente, é preciso envidar esforços para “desenvolver *procedimentos relativos a mensagens que envolvam os cidadãos diretamente no processo de construção/evolução de políticas públicas*” (BRULLE, 2010, p. 93, grifo nosso), de maneira que se sintam parte do processo — como também lembra Jacobi (2000 e 2008). Ademais, adverte Brulle (2010, p. 91): “Para mobilizar um amplo apoio à mudança social, os cidadãos não podem ser tratados como objetos para manipulação. Em vez disso, devem ser tratados como cidadãos envolvidos em um diálogo mútuo”. Isso significa a necessidade de

[...] uma nova visão social que engaje os cidadãos e promova o desenvolvimento de autointeresse esclarecido e uma conscientização acerca dos interesses comunitários de longo prazo. O atual estado de degradação ecológica leva esse projeto à vanguarda do desafio à sobrevivência humana. Enquanto os seres humanos fazem sua própria história, nós geralmente fazemos isso de uma maneira que é irreflexiva, desencadeando forças que produzem destruição e miséria humana. Esta abordagem não reflexiva agora tem levado o globo à beira da catástrofe ecológica. Para evitar que essa ameaça se torne realidade, nós precisamos promover intencionalmente a capacidade reflexiva da sociedade global para aumentar sua aprendizagem social e habilidade transformadora. Para abordar questões ambientais, precisamos ser capazes de ter uma ampla discussão democrática para estabelecer metas comuns. (BRULLE, 2010, p. 93-94, trad. nossa)

Tal discussão envolve — secunda Zygmunt Bauman — outorgar poderes aos cidadãos, levando em conta sua “capacidade de fazer escolhas e de agir eficazmente com base nas escolhas feitas”, ao mesmo tempo que não se pode dispensar “a construção e a reconstrução de vínculos interpessoais, a vontade e a capacidade de empenhar-se continuamente junto com os outros [...]” (PORCHEDDU, 2009, p. 679). No plano sociopolítico, o recorte ambiental depende, pois, de empenho coletivo para democratizar o acesso de cada cidadão a sua própria voz. Como caminho, Matos e Nobre (2014) sugerem a urgência da *democratização das habilidades parlamentares civis*, cujo aprendizado por parte do cidadão poderá alçá-lo a um patamar verdadeiramente participativo na esfera pública socioambiental (principalmente, a urbana). Habilitar cidadãos a envolver-se na elaboração/cobrança/aplicação de políticas públicas fortalece a capacidade coletiva dos indivíduos para lutar contra certas frentes estacionárias²² a impedir avanços socioambientais importantes. Conquanto no Brasil não tenhamos ainda uma associação voltada especificamente ao trato da comunicação ambiental

²²Representadas tanto por grupos de alto poderio econômico quanto por governos a eles subordinados. Um exemplo notório do resultado dessa relação é a lentidão nas políticas públicas capazes de direcionar o país para uma matriz energética verde em larga escala, o que não ocorre em razão da proteção indevida do Estado a determinados cartéis de energia fóssil. Aqui, reproduz-se a lógica que levou o presidente Donald Trump a cancelar, em 28 de março de 2017, por decreto, decisões do ex-presidente Barack Obama para conter o aquecimento global (DECRETO, 2017).

nos moldes da IECA (talvez porque o enfoque seja visto, ao que nos parece, como um aspecto transversal e, portanto, menos imantado no mundo acadêmico), também aqui encontramos — e há algum tempo — pesquisadores interessados em aprofundamento teórico-prático.

No ano de 1996, Ada de Freitas Dencker e Margarida Maria Krohling Kunsch organizaram volume especial da coleção Intercom²³ dedicado ao tema Comunicação e Meio Ambiente. À época, Kunsch (1996, p. 116) já constatava “uma carência de estudos mais sistematizados sobre comunicação e meio ambiente”. Para a professora da ECA/USP,

é evidente a importância da comunicação para uma consciência ambiental, no entanto nem todos os integrantes da comunidade acadêmica têm demonstrado preocupação e motivação para levar a efeito projetos de pesquisa nesse sentido. São poucos os trabalhos sobre essa temática que foram produzidos nos cursos de pós-graduação em comunicação. Há, portanto, muito a ser discutido e elaborado dentro das universidades para que a comunicação possa efetivamente exercer o seu papel de agente de mudança em prol da comunicação na questão ecológica.

De lá para cá, malgrado a série histórica de importantes eventos ambientais ocorrida antes e depois da edição do referido volume (muitos dos quais mencionados pelos autores), os avanços na exploração da temática têm sido mais vinculados ao uso da comunicação ambiental no âmbito empresarial/organizacional do que ao escopo dos processos comunicativo-educativos que também poderiam contribuir para aprimorar estratégias de sensibilização coletiva longa (quiçá, permanente) dos diferentes conjuntos de atores sociais. Para além das visões proporcionadas pelos estudos vinculados especificamente a Relações Públicas, Jornalismo e Publicidade — cujo mérito é indiscutível —, parece persistir uma lacuna epistemológica, do ponto de vista comunicacional, no que tange a intersecções multidisciplinares originadas no campo educativo em direção ao campo comunicativo (e vice-versa) e o que se refere ao estudo das políticas públicas de teor socioambiental.

Em artigo intitulado *A comunicação ambiental e suas potencialidades no enfrentamento dos dilemas socioambientais*, Myrian del Vecchio de Lima e colaboradores promovem revisão de literatura centrada no termo *comunicação ambiental*. Entendem-na como aquela “especializada na divulgação de informações e conhecimentos socioambientais aos mais diferentes públicos e âmbitos institucionais, a partir da compreensão dos fundamentos do campo ambiental”, definindo-a também como “uma construção situada nas interfaces entre os campos da comunicação e do meio ambiente, abarcando saberes, princípios epistemológicos e questionamentos sobre as práticas ambientais” inerentes a um e outro. Os autores, pertencentes

²³ Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

ao grupo de estudos sobre Comunicação e Educação e suas interfaces com o meio ambiente, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), lembram que esse tipo de comunicação envolve não somente temáticas ecológicas em seu âmbito específico, mas sobretudo impõe-se como auxílio fundamental “nas ações de enfrentamento dos problemas socioambientais contemporâneos” (2015, p. 76). Os pesquisadores defendem

[...] a construção e a concepção da comunicação ambiental a ser pensada em prol de uma real compreensão dos efeitos das mudanças ambientais e do despertar da cidadania, contribuindo para a participação política e, posteriormente, quiçá, uma mobilização global. Nesse contexto, para que o efetivo exercício da cidadania em relação ao meio ambiente seja possível, é preciso que exista acesso à informação de qualidade e produção de conhecimentos que permitam o empoderamento dos interlocutores. (DEL VECCHIO DE LIMA, M. et al., 2015, p. 82)

Para propor e levar a cabo ações comunicacionais exitosas apoiadas no tripé *saúde pública-meio ambiente-proatividade cidadã* também é importante que se compreendam as diferentes formas de empoderamento (*empowerment*). Em revisão de literatura, Sérgio Resende Carvalho (2004, p. 675), estudioso da Saúde Pública, constatou

a existência de duas abordagens principais do *empowerment*: o enfoque psicológico e o enfoque comunitário. Na diferenciação dessas variantes encontram-se múltiplas dimensões da categoria “poder”, em que convivem dimensões criativas e instituintes da ação política e dimensões que reforçam o controle e a regulação do social: o poder que é opressão e, ao mesmo tempo, produção e potência liberadora.

Sua análise do estado da arte nessa vertente sugere que o *empowerment* psicológico, mais voltado para produzir uma autonomia regulada do sujeito, talvez não contribua tanto para evitar que o sentimento de poder crie a ilusão da existência efetiva de poder (algo como “*Cogito empowerment, ergo sum empowered*”). Em surgindo, tal engodo pode dar ensejo a manipulações motivadas por interesses políticos e econômicos cuja intenção seja apenas perpetuar uma ordem social injusta.

Do ponto de vista socioambiental, observa-se efeito especialmente danoso quando o cidadão, levado a acreditar em um empoderamento irreal, ilusório, é chamado a “participar” de decisões políticas e operacionais pré-decidas. Stephen Depoe e John Delicath (2004) examinaram extensa literatura a respeito e identificaram uma série de deficiências envolvendo os mecanismos tradicionais de participação (como as audiências públicas ou períodos abertos especificamente para comentários dos cidadãos). Em sua análise, destacam cinco pontos-chave para reflexão:

- 1) A participação do público normalmente opera em modelos tecnocráticos de racionalidade em que os responsáveis políticos, funcionários administrativos e especialistas veem o seu papel como sendo o de educar e convencer o público sobre a legitimidade de suas decisões²⁴.
- 2) A participação do público muitas vezes ocorre muito tarde no processo de tomada de decisões, por vezes até mesmo após as decisões já terem sido feitas.
- 3) A participação pública frequentemente segue uma trajetória contraditória, especialmente quando processos de participação pública são conduzidos em um modo “decidir-anunciar-defender” por parte dos funcionários.
- 4) A participação do público muitas vezes carece de mecanismos e fóruns adequados para o diálogo informado entre as partes interessadas.
- 5) A participação do público muitas vezes carece de disposições adequadas para garantir que a entrada adquirida através da participação pública tenha um impacto real sobre resultados da decisão. (DEPOE e DELICATH, 2004, p. xvi)

Para garantir que a participação cidadã alcance eficácia e longevidade, o ideal seria estimular procedimentos voltados ao empoderamento comunitário. Embasado em autores da área da Saúde Pública, como John Raeburn/Irving Rootman²⁵ e Márcia Hills²⁶, Carvalho (2004, p. 676) argumenta:

O “empowerment comunitário” suscita a elaboração de estratégias que procurem promover a participação visando ao aumento do controle sobre a vida por parte de indivíduos e comunidades, a eficácia política, uma maior justiça social e a melhoria da qualidade de vida. Espera-se, como resultado, o aumento da capacidade dos indivíduos e coletivos para definirem, analisarem e atuarem sobre seus próprios problemas. Mais do que repassar informações e induzir determinados comportamentos, esta estratégia sugere que as pessoas e coletivos sejam apoiados no processo de reflexão sobre os problemas postos pela vida em sociedade, procurando contribuir para a tomada de decisões, o desenvolvimento da consciência crítica e o aumento da capacidade de intervenção sobre a realidade.

Esse tripé assume centralidade face a distúrbios ambientais múltiplos em diferentes geolocalizações. Somados a um estado geral de vida alienada pelas relações de trabalho/consumo/conflitos de diferentes naturezas²⁷, amplificam vozes a clamar contra a redução progressiva da qualidade de vida humana no globo. Trata-se de pensar *empowerment* como “conceito e estratégia política” capazes de promover uma ordenação societária com vínculos mais justos, que se contraponham a “propostas de gestão e regulação do social”

²⁴ No Brasil, dois exemplos contundentes são a instalação da hidrelétrica de Belo Monte (em área na qual havia outras possíveis fontes energéticas e na qual os maiores beneficiários serão as indústrias e não a população banida de seu território original) e, noutra vertente, as recentes campanhas em favor de uma reforma da previdência que intenta sacrificar a população sem incluir o correspondente sacrifício político de redução de valores e cessação do recebimento de aposentadorias indevidas por parte da classe dirigente e outras.

²⁵ Autores do livro *People-centred health promotion* (Toronto, John Wiley & Sons: 1998).

²⁶ Professora de Enfermagem da Universidade de Vitória (Canadá), facilitadora do *Workshop for Teachers of Health Promotion*, no VI Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva. AbrascoENSP-CPHA, Rio de Janeiro.

²⁷ Consultar também, a esse respeito, Crary (2014), Gaulejac (2007) e Dardot e Laval (2016). Referências completas ao final deste trabalho.

distanciadas desse objetivo (CARVALHO, 2004, p. 676). Embora nem sempre logrem êxito na totalidade das iniciativas, tais clamores, exigindo ações sociopolíticas e comunicacionais efetivas, ajudam a desenhar uma teia de empoderamento cidadão a fortalecer-se paulatinamente sobretudo com o auxílio dos aparatos eletrônicos interativos.

Destaca-se, por conseguinte, a força do espaço representado pelas redes²⁸ criadas para sensibilizar, por intermédio da comunicação ambiental, comunidades com as quais se deseja desenvolver um processo colaborativo, de que os coletivos educadores semeados pelo território nacional são exemplo a propagar.

Coletivos Educadores são conjuntos de instituições que atuam em processos formativos permanentes, participativos, continuados e voltados à totalidade e diversidade de habitantes de um determinado território. O Coletivo Educador é, ao mesmo tempo, resultado e realizador do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e do Programa Nacional de Formação de Educadoras e Educadores Ambientais (ProFEA). O papel de um Coletivo Educador é promover a articulação institucional e de políticas públicas, a reflexão crítica acerca da problemática socioambiental, o aprofundamento conceitual e criar condições para o desenvolvimento continuado de ações e processos de formação em Educação Ambiental com a população do contexto, visando a sinergia dos processos de aprendizagem que contribuem para a construção de territórios sustentáveis (BRASIL, 2008, s/p.).

Outro exemplo derivado das proposições acima é (são) a(s) rede(s) tecidas/utilizadas no trabalho de formação socioambiental dos servidores da USP por meio do método PAP (Pessoas que Aprendem Participando – ou Pesquisa-Ação-Participante, em sua denominação original). Iniciado em 2013 e coordenado pela Superintendência de Gestão Ambiental da Universidade de São Paulo, o projeto busca “fomentar ações sustentáveis na gestão universitária, oferecer subsídios para a ampliação de consciência sobre as problemáticas socioambientais e a responsabilidade individual e coletiva” relacionada a esse cenário, de maneira a estimular um modelo de ação no qual a aprendizagem das pessoas se dá comunitariamente, pela participação nos diversos núcleos articuladores dos campi (SGA, 2017, s/p). Esse tipo de iniciativa, lastreada em orientações do Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2005), opera numa tríade indissociável de eixos pedagógicos: 1) práxis de ensino focada na intervenção socioeducacional; 2) criação de comunidades interpretativas e de aprendizagem; e 3) cardápios de conteúdos e instrumentos relacionados à problemática socioambiental dos contextos locais,

²⁸ Tratamos aqui tanto de redes físicas de contato quanto de redes virtuais que possam mobilizar o capital social (MATOS, 2009) de seus membros.

cujos acesso é autogerido (cf. SORRENTINO, TRAJBER, MENDONÇA e FERRARO JUNIOR, 2005, p. 292; SGA, 2017).

No Brasil, a aprendizagem comunitária nos moldes propostos por Sorrentino et al. (2005) representam caminho a amplificar diante, por exemplo, da recorrência dos episódios de dengue/zika/chikungunya/febre amarela nos últimos anos, face à crise da água em 2014 ou às enchentes onipresentes em diversos pontos do território brasileiro ano após ano, ou, ainda, ao desmatamento em ritmo marcial (para a retirada de madeira, implantação de pastagens e lavouras). No turbilhão praticamente silencioso dessas ocorrências, inúmeras ações jornalísticas²⁹ — tanto de origem governamental quanto promovidas pelos meios de comunicação não diretamente subordinados à esfera política, e mesmo por coletivos ou indivíduos comuns — objetivam promoção e exercício do empoderamento, a fim de despertar os cidadãos de um certo estado letárgico que os transforma em vítimas contumazes, quer se apercebam do fato, quer não.

Convém frisar, porém, que uma estratégia socioambiental de longo prazo, capaz de permitir alterações significativas no modo de ver e interagir com o ambiente vital não se resume ao acionamento do cidadão e à simples transferência de responsabilidade diante de mazelas cuja origem não raro está noutro ponto (brechas legislativas, gestão pública claudicante e educação ambiental deficitária, para ficar em três exemplos básicos, cuja análise requer também perscrutar a ação de grandes empresas — petrolíferas, mineradoras, empreiteiras e outras — a corroer os pilares da saúde ambiental urbana). Também se faz urgente intensificar políticas públicas qualitativas gestadas a partir da visão das pessoas sobre o ambiente em que habitam e a partir de sua inserção como atores sociais — em cunho permanente e não como eventuais espectadores. Para que um item e outro logrem realizar-se, importa pensar de maneira mais intensa sobre uma comunicação que permita conectar/reconectar/ressaltar saberes ecológicos/ecosóficos no interior de uma cadeia informativa que hoje parece apresentar-se, perdoe-se o trocadilho, sob forma de cárcere.

Urgem, pois, aberturas reflexivas suficientes para uma guinada radical no trato das questões redutoras da saúde e qualidade de vida coletivas, sobretudo nas áreas urbanas, a se concretizar preferencialmente em esquema de retroalimentação, fomentado pelo conjunto comunicativo-informativo de que se dispõe na contemporaneidade. Este escopo teórico-prático, cujo papel é decisivo na ação proativa socioambiental, requer considerar de que modo o

²⁹ Consultar, a respeito das ações jornalísticas voltadas à comunicação ambiental, o capítulo *News Media and Environmental Journalism (Old and New)*. In: COX, Robert; PEZZULLO, Phaedra C. **Environmental Communication and the Public Sphere**. Los Angeles: Sage Publications, 2016, 4ª ed.

binômio comunicação-educação pode contribuir para otimizá-la, no sentido de promover sensibilização e interesse por diálogos críticos acerca das teorias e práticas a gravitar no entorno da temática, conforme pontuam Citelli e Falcão (2015).

A obra *Environmental Communication and the Public Sphere*, de Robert Cox e Phaedra Pezzullo, promove aproximações tendo em vista esse objetivo. Os autores enfatizam que:

nossa compreensão do ambiente e da nossa capacidade de trabalhar em conjunto não pode ser separada da necessidade de nos comunicarmos com os outros. De fato, nossa linguagem, imagens visuais e formas de interagir com outros influenciam nossas percepções mais básicas do mundo e o que entendemos ser ‘um problema’ ambiental em si.
[...] as imagens do planeta e as informações que recebemos dos amigos, blogs, mídia, professores, ou filmes populares desempenham um papel poderoso no que concerne a influenciar não só como percebemos o ambiente, mas também as ações que tomamos [em relação a ele] (COX e PEZZULLO, 2016, pp.1 e 2, trad. nossa).

À primeira vista, existe pouca necessidade de persuasão ou debate acerca de assuntos ambientais, já que o público norte-americano, para o qual se dirigem em primeira instância os autores acima, em linhas gerais tem mostrado forte apoio aos valores ambientais. Mesmo assim, asseveram, é preciso *enunciar a palavra* porque existem diferenças entre o público sobre como a sociedade deve resolver problemas específicos³⁰. Os estudiosos citam a controvérsia sobre o “*fracking* hidráulico”, tecnologia em utilização nos EUA para a exploração de gás natural que envolve discussões entre comunidades locais e também com países europeus. Seria apropriado, por exemplo, perfurar poços de petróleo ao longo de litorais frágeis? Quem tem o dever de arcar com os custos da limpeza de extensões geográficas que vêm se tornando verdadeiras lixeiras tóxicas – os contribuintes ou as empresas responsáveis pela contaminação? Cientistas, grupos ambientalistas, políticos, comentaristas da mídia, representantes das indústrias de óleo e gás e outros líderes empresariais entram no debate público com pontos de vista amplamente divergentes a apoiar sua argumentação — eivada de interesses pessoais, em muitos casos.

Portanto, permanece a pergunta central para esses pesquisadores: “Por que precisamos falar a respeito do ambiente?”. Uma vez que ele não se manifesta verbalmente (pelo menos não em fóruns públicos, brincam Cox e Pezzullo), surge o dilema a respeito de quem teria o direito de falar em seu nome. Quem poderia definir os interesses da sociedade em relação ao mundo

³⁰ Também é necessário incluir nessa conta as diferenças gritantes entre governantes e sua relação/preocupação com os assuntos ligados ao meio ambiente. Nos EUA, a ascensão ao poder de um presidente cujas primeiras providências deixaram clara a desvalorização da questão ambiental (ver nota 22) é um sintoma ameaçador, pois o coloca na contramão das tendências verificadas por Cox entre a população de seu próprio país.

natural (que definitivamente não se constitui “meio ambiente sem gente”, para utilizar as palavras de Novicki (2007, p. 142)), tendo em vista que “você, nós e todos em uma sociedade democrática” temos um papel singular ao falar das questões ambientais maiores/menores que nos atingem? (COX e PEZZULLO, 2016, p. 3).

Cabe ao conjunto social planetário buscar formas de compreensão que ampliem a visão segundo a qual o mundo natural, incluindo neste a presença humana, carece da amplificação do número e da intensidade das vozes prontas a analisar e, se necessário, insurgir-se contra movimentos econômicos, políticos, sociais e mesmo comunicacionais que não representem a vida, em sua acepção primeira. A Encíclica *Laudato Si'* (IGREJA, 2015) propõe reflexões sobre o consumo conspícuo³¹ e o desenvolvimentismo inconsequente que terminam por ceifar a vida em lugar de sustentá-la. Para Gino Giacomini Filho (2010, pp. 53 e 54), o consumismo, termo mais comum quando se trata hoje do *consumo conspícuo*,

[...] é um dos fatores contributivos e influenciadores dos danos ambientais e da qualidade de vida. [...] um consumo extravagante face ao âmbito quantitativo, uma vez que excede as necessidades e demandas reais; assume também um caráter espúrio, em termos qualitativos, já que seu direcionamento e proveito são questionáveis. O consumo, que é econômica e socialmente legítimo, quando distorcido gera o consumismo, que por sua vez causa impactos negativos nas próprias pessoas (obesidade, cultura material etc), nas instituições sociais (usura, monetarização dos valores sociais, dentre outros) e no meio ambiente (crescimento do lixo urbano e comprometimento de recursos naturais).

Em seu artigo *Consumismo e meio ambiente: discursos e conexões no campo religioso*, do qual extraímos o excerto acima, o professor da ECA/USP explora os elos entre consumo, meio ambiente e religião examinando o discurso bíblico. Esse mesmo viés, associado ao discurso acadêmico, norteia o movimento de alguns líderes religiosos na tentativa de chamar a atenção para a urgência em frear/reverter a ecocrise planetária. Apoiado em consenso científico sobre as alterações climáticas e em consultas a especialistas em distintos aspectos da problemática em torno de sociedade e ambiente, o Papa Francisco convida à unificação global dos esforços para combater a destruição ambiental (e humana) em curso. Suas palavras

³¹ O consumo conspícuo, aquele que sobre-excede as necessidades vitais dos indivíduos e se relaciona à competição por status, teve sua discussão pioneira feita pelo economista, filósofo e sociólogo estadunidense Thorstein Veblen, na obra **Teoria da Classe Ociosa**, datada de 1889. O artigo *Raízes da Cultura do Consumo* (TASCHNER, 1996-97) retoma esse e outros conceitos para mapear elementos que alteraram a predisposição das pessoas ao consumo ao longo do tempo. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/26029/27758>.

transitam dos aspectos planetários àqueles coligados à perspectiva do território vívido da cotidianidade³² urbana, conduzindo nossa reflexão ao cuidado dos espaços comuns:

É preciso cuidar dos espaços comuns, dos marcos visuais e das estruturas urbanas que melhoram o nosso sentido de pertença, a nossa sensação de enraizamento, o nosso sentimento de “estar em casa” dentro da cidade que nos envolve e une. (IGREJA, 2015, §151)

O Sumo Pontífice também propõe a boa integração dos bairros, a fim de que os habitantes possam amplificar a visão de conjunto e “viver a cidade inteira, como um espaço próprio partilhado com os outros” (IGREJA, 2015, § 151). De que maneira, porém, se pode viabilizar a amplificação do debate público sobre o espaço público senão com imersão massiva em um sistema comunicativo-educativo de alta qualidade? E de que modo fazer circular com acurácia as informações para movimentá-lo, permitindo aos indivíduos acionar seu capital social (MATOS, 2009) no intuito de promover, além da discussão aprofundada da crise ambiental em curso, também formas de intervenção capazes de envolver para resolver — e não apenas para gerar a falsa impressão de adesão coletiva às propostas de sustentabilidade em tela no círculo midiático?

Phaedra Pezzullo, quando estudante de graduação em recursos naturais, observou que os cientistas sabiam muito bem o que necessitávamos fazer para tornar o mundo mais sustentável; no entanto, também notou que eles só não descobriram como era possível comunicar essas ideias de forma convincente. Como resultado de seus trabalhos, experiências e docência no campo ambiental, tornou-se uma pesquisadora firmemente persuadida sobre três pilares a partir dos quais ela e seu orientador, Robert Cox, resolveram escrever um livro sobre comunicação ambiental e esfera pública (já citado neste capítulo e em sua quarta edição ao tempo de nossa pesquisa):

1. Indivíduos e comunidades têm chances mais fortes para salvaguardar a saúde ambiental e qualidade de seus ambientes locais se eles entendem algumas das dinâmicas e oportunidades de comunicação sobre suas preocupações.
2. As questões ambientais e órgãos públicos não precisam permanecer remotas, misteriosas e impenetráveis. O movimento ambiental, as medidas legais e novos e ‘antigos’ meios de comunicação têm ajudado a desmistificar os procedimentos governamentais e abrem as portas e arquivos de

³² Avanzi (2004) assinala as categorias *cotidianidade* e *mundo vivido* como aspectos fundamentais à pedagogia voltada para o trato das questões socioambientais — ou *ecopedagogia* — termo este criado por Francisco Gutiérrez (educador, consultor em comunicação e educação, que foi diretor/fundador do Instituto Paulo Freire de São Paulo e até pouco antes de seu falecimento, em 2016, presidiu o Instituto Latino de Pesquisa e Cultura, sediado na Costa Rica.).

computadores relacionados às burocracias do governo para maior acesso público e participação nas decisões ambientais.

3. Como consequência, os indivíduos têm muitas oportunidades para participar de forma significativa em debates públicos sobre o nosso meio ambiente e, de fato, há mais urgência em fazê-lo do que jamais houve. (COX e PEZZULLO, 2016, p. 5, trad. nossa.)

No que alude ao debate sobre a comunicação urbana, cuja demanda aumenta exponencialmente — na mesma proporção em que crescem os conglomerados humanos — faz-se notável o trabalho de diversas instituições ao redor do mundo. Entre elas *The Urban Communication Foundation* (UCF)³³, cujo intento é promover pesquisas apoiadas em diferentes estratégias que aprimorem nossa compreensão sobre os padrões de comunicação no ambiente urbano. A fundação incentiva professores de comunicação, urbanistas, decisores políticos e todos os interessados e profissionais que estudam as várias formas de comunicação urbana a colaborarem no processo, conforme esclarece a página de abertura de seu site. Gary Gumpert, no texto intitulado *O que é "Comunicação Urbana"?* frisa aspectos basilares:

Embora as cidades tenham sido vistas tradicionalmente como entidades financeiras, comerciais e industriais, um corpo crescente de bolsas de estudo está examinando as cidades a partir da perspectiva da teoria da comunicação. O que exatamente queremos dizer com "comunicação" neste contexto? Partimos da premissa de que as próprias cidades funcionam como um meio de comunicação, indiscutivelmente entre as mais antigas formas de mídia e comunicação do mundo. As cidades são lugares onde as mensagens são criadas, transportadas e trocadas por estruturas, infraestruturas e pessoas. "Comunicação urbana" é a mesclagem, para melhor ou pior, de tecnologia e interação social (GUMPERT, 2012, s/p., trad. nossa).

O pesquisador assinala que a ‘comunicação urbana’, como campo emergente e interdisciplinar, fornece uma perspectiva diferenciada para ver a cidade e as transformações aí em curso. Por essa razão, a fundação da qual é presidente conclama economistas, geógrafos, sociólogos, planejadores urbanos, psicólogos ambientais, artistas e outros profissionais/interessados a examinar “as mensagens urbanas, as tecnologias que as criam e disseminam, suas inter-relações e seus efeitos de longo alcance sobre a experiência vivida” (idem, s/p.) em nossas cidades. Para o professor emérito de Comunicação no *Queens College* da Universidade de Nova Iorque, “a lente da comunicação oferece valiosas perspectivas e metodologias para o exame da vida urbana e suburbana”, motivo pelo qual ele realiza esforços

³³ <https://urbancomm.org/>

para investigar como a comunicação exerce papel determinante em relação às disparidades de saúde nas comunidades urbanas, entre outros tópicos³⁴ (ibidem, s/p).

Matthew Matsaganis, professor na Universidade Estadual de Nova Iorque e um dos diretores da UCF, define suas atividades de pesquisa e ensino e o trabalho na instituição como

[...] um esforço sistemático para localizar a comunicação na crescente pesquisa multidisciplinar sobre como os lugares em que as pessoas vivem impactam suas vidas, e para investigar duas questões inter-relacionadas: (a) como os lugares onde os indivíduos experimentam corporalmente as condições da vida cotidiana, por exemplo, suas comunidades residenciais — modelam a comunicação e como eles são moldados pela comunicação? E (b) como a comunicação — conceituada como o processo social fundamental através do qual pessoas, organizações, instituições e comunidades organizam e dão sentido às suas atividades — medeia o impacto do lugar na vida dos indivíduos, incluindo sua identidade, nível de envolvimento cívico e seu bem-estar físico e mental? (MATSAGANIS, 2012, trad. nossa)

A comunicação ambiental urbana ganha vulto, nesse contexto, quando se observam os impactos na existência individual e societária advindos da bola de neve (ou de lixo?) representada por décadas de onipresente descaso com o meio ambiente (cidadino em especial). Desse ponto de vista, aumentam a importância e a necessidade de se dar mais atenção ao giro comunicacional no ambiente urbano, como forma de auscultar possibilidades diferentes de se pensar a existência cotidiana nas comunidades de que fazemos parte. Dr. Leo Jeffres, professor de Comunicação na *Cleveland State University*, investiga padrões de compreensão que representem "capital comunicacional" de áreas urbanas e procura desenvolver métodos para uma auditoria que permita tecer comparações e construir um modelo dinâmico através do tempo.

Precisamos entender como o "capital comunicacional" de uma cidade está ligado ao engajamento cívico e a uma vida pública saudável. Isso significa pesquisar e compreender os processos de comunicação interpessoal, mediada e organizacional que são importantes para o planejamento urbano, o debate público e a resolução de problemas em todos os tipos de cidades e culturas (JEFFRES, 2012, s/p., tradução nossa).

No caso da promoção de discussões públicas sobre o déficit socioambiental das megaurbes, em seus bairros e distritos, a dificuldade de agendamento físico e, de certa forma, "cultural" parece interpor-se com intensidade em desfavor da construção desse tipo de capital comunicacional. Durante contatos travados com coordenadores de escolas de ensino básico e

³⁴ Entre seus interesses estão a pesquisa sobre as cidades comunicativas, o papel das mídias étnicas em comunidades cada vez mais diversas (quanto aos hábitos de consumo, produção e política) e as desigualdades e o impacto social provocado pelas novas tecnologias de comunicação.

outras instituições existentes no lócus geográfico de nossa pesquisa, a fim de viabilizar o trabalho de campo, notamos a presença de um discurso pessoal e institucional simpático às questões ambientais, nem sempre acompanhado, porém, de disposição/abertura para trabalho conjunto com instituições outras que não sejam a própria escola, limitada aos muros que a circundam.

Na esteira das elaborações discursivas a respeito da relação homem-ambiente permeada/determinada pela comunicação, que conduziriam ao debate público — segundo preconiza Jeffres (2012) —, Hansen (2011) argumenta sobre a necessidade de reconectar e integrar a *produção/construção de mensagens* de mídia e comunicações públicas, o seu *conteúdo* e o *impacto* dos meios de comunicação e da comunicação pública *sobre as audiências* (o público em geral e grupos particulares de públicos, como políticos, cientistas, peritos, decisores, grupos de pressão etc). Para ele, esses três focos tradicionais de pesquisa em comunicação sobre questões de mídia e meio ambiente precisam sintonizar-se.

Cerqueira, Campos e Vega (2012) oferecem pistas sobre algumas possibilidades de sintonia analisando as produções de animação voltadas à temática ambiental em circulação no *Youtube*. Observam expansão qualitativa e quantitativa das animações compartilhadas, com crescente inserção de novos filmes. Conquanto a relativa baixa audiência das produções pesquisadas revele que a temática ambiental ainda não impera entre os usuários da plataforma, para os autores ela se constitui espaço que potencializa/revela enfoques provindos de um rol diversificado de atores e visões de mundo ambientais, desde usuários comuns às grandes corporações. Esta característica torna-se bastante contributiva para alimentar pesquisas vinculadas à segunda preocupação de Hansen (2011, p. 8-9, trad. nossa): a necessidade de que a atividade investigativa na área “volte a se conectar com preocupações sociológicas tradicionais sobre poder e desigualdade na esfera pública e na comunicação pública”. Ambas as premências apontadas pelo pesquisador guardam estreita ligação com os jogos de linguagem em andamento no ecossistema comunicativo-educativo, enfoque a ser desdobrado no capítulo a seguir.

4.3 Comunicação Ambiental Urbana e Educação: constructos inter-relacionados pelos jogos de linguagem

A convergência de esforços aplicada à solução/minimização de problemas contemporâneos tem-se alargado com o uso extensivo das novas tecnologias de comunicação. Diferentes grupos, em escala glocal, apropriam-se de aportes de todas as áreas do conhecimento humano em circulação na rede, ressignificando-os em prol de projetos os mais variados – para fins empresariais e pessoais, individuais e coletivos, de cunho humanitário ou não.

Clay Shirky, professor do programa de Telecomunicações Interativas da Universidade de Nova Iorque, aponta a drástica redução do custo de se dirigir ao público e o fantástico aumento da população conectada como elementos centrais de um processo interativo no qual “podemos fazer coisas de valor duradouro a partir de agregações maciças de pequenas contribuições”. Ele crê que adentramos uma era na qual é possível “obter mais valor da participação voluntária do que jamais foi imaginado”, em razão do “aperfeiçoamento de nossa habilidade de nos conectarmos uns aos outros e de nossa imaginação do que será possível a partir dessa participação” (SHIRKY, 2011, p. 144).

Shirky observa que há uma grande ‘sobra de recursos cognitivos’ nos múltiplos trânsitos informacionais em curso, o que pode conduzir cada um de nós a integrar com criatividade e generosidade a ‘revolução participativa’ já em andamento. Papel central nesse cenário ocupa a mídia, o “tecido conjuntivo da sociedade”, cujas imbricações permitem o aproveitamento ímpar do que o autor denomina “excedente cognitivo” construído nas interações em rede (SHIRKY, 2011, p. 52).

Martín-Barbero, também observando as lógicas comunicacionais contemporâneas, evidencia “a densa relação dos fluxos que o regime econômico da temporalidade estabelece”. Citando Beatriz Sarlo, fala de um *enfrentamento da opacidade urbana* que se dá por meio da recolha e mistura de saberes com os quais boa parte da população tece soluções para sobreviver (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 134, grifo nosso). Curiosamente, a coleta de ‘retalhos midiáticos para a sobrevivência urbana’, ainda que estes sejam costurados com cuidado, não tem dado conta de garantir qualidade de vida ao cidadão (o metropolitano em especial) – muito embora a colcha tecida contribua inegavelmente para a extensão progressiva da reflexão sobre o que há de opaco na urbe.

Por razão simples opera-se o dito: enquanto se vão emendando os retalhos de um lado, o “regime econômico da temporalidade” (aquele marcado pela valorização do capital e da produção), na outra ponta, trata de desfazer as costuras reflexivas mais ousadas, na firme

convicção de manter visíveis apenas aquelas que servem ao repisado estereótipo representado pela expressão “interessam ao sistema”.

Ainda assim, vale observar o crescente uso das mídias para a proposição de tramas reforçadas (a partir da interação coletiva), que tornem difícil a tarefa de descosturar o que seria um novo tecido socioambiental. Os coletivos educadores têm trabalhado largamente nessa direção, bem como jornalistas³⁵ e outros profissionais dedicados a divulgar modos alternativos de existir e pensar a existência. No site da Revista *Vida Simples*, encontramos orientações sobre a *simplicidade voluntária* (VIDA SIMPLES, 2014). Ali, é possível compreender rapidamente a origem e as diretrizes desse movimento: iniciativa de Duane Elgin, educador e ativista de mídia norte-americano, que em 1981 publicou o livro “*Simplicidade Voluntária*” (ELGIN, 2012). Também há hiperlink para o site oficial do autor, no qual é possível encontrar atualizações sobre a temática. Elgin propõe a adoção de um estilo de vida desprovido do que chama “distrações desnecessárias”, mais centrado em relacionamentos despretensiosos e diretos com nossos semelhantes, focados em aliviar nossas cargas cotidianas para vivermos com mais leveza, buscando a riqueza interior em lugar da superabundância de bens de consumo.

E isso inclui nossa conexão com os elementos naturais, confrontando-os com nossos hábitos diários, ponderando sobre o que é possível mudar para alcançar uma existência não marcada por privações, mas em equilíbrio — de modo que consumir o indispensável e assumir uma consciência ecológica representem crescimento pessoal. Cumpre observar: conquanto soe utópica a ideia da simplicidade voluntária no interior de um sistema cujos elementos radiculares constituem-se lucros e circulação de mercadorias/capitais, trata-se de noção basilar a ser comunicada com a máxima intensidade (e dificuldade, sem dúvida, face à contracorrente financeira, para a qual não interessa a promoção dessa “quase insanidade” a fim de poupar os recursos do planeta).

Em outro suporte informativo, e ainda sob a mesma rubrica, apontamos o livro de Paul Ariès, “*A Simplicidade Voluntária contra o mito da abundância*”, no qual o autor discute aspectos políticos das correntes de esquerda que, tanto quanto as torrentes capitalistas, contribuíram para o colapso socioambiental de hoje. Sem abandonar algumas de suas convicções no campo político, Ariès propõe a criação de uma “esquerda antiprodutivista e otimista”, avesso tanto dos esquemas centrados em aguardo do crescimento das riquezas para então proceder à sua divisão equitativa³⁶ quanto dos esquemas capitalistas típicos da sociedade

³⁵Destacam-se André Trigueiro, Rosana Jatobá, Fábio Takahashi, entre muitos outros.

³⁶Paul Ariès, como outros autores contemporâneos, critica os modos de produção nos quais a pregação fundamental gira em torno de trabalhar cada vez um número maior de horas para comprar um número cada vez maior de coisas (o ‘ser feliz’ do capitalismo), com prejuízo nítido da qualidade de vida de inúmeros cidadãos. O autor faz alusão à frase “esperar que o bolo

produtivista³⁷. O cientista político, jornalista e ativista francês, face ao que denomina “sociedade do desprezo”, clama por um viés central nessa discussão: a necessária conciliação das imposições ambientais com a busca de justiça social e reconhecimento humano. Para o estudioso, combater o ‘*sempre mais* do sistema produtivista’ só será possível se tivermos em mente que “a defesa e a extensão da esfera da gratuidade constituem o único paradigma capaz de dar novamente sentido aos nossos combates e energia à tarefa” de promovê-los (ARIÈS, 2013, p.185, grifo do autor).

Que é a defesa do paradigma da gratuidade senão uma face da cultura participativa preconizada por Shirky (2011)? O cruzamento dessas linhas, trazido a conversar com nossas preocupações dorsais, faz pensar que se o engajamento massivo por um ambiente melhor inexistisse ou é pífio, uma proposta para a ampliação do processo participativo socioambiental nas megaurbes deve incluir contributos de ambas as correntes teóricas. Imaginamos, portanto, necessários mais trabalhos interventivos integrando tais contributos (e outros³⁸) a partir do eixo escolar/comunitário/universitário. Nesse veio, parece frutífero o reforço da conjugação de aportes multimidiáticos com a devida análise dos jogos de linguagem aí contidos, o que pode viabilizar pontes participativas mais sólidas.

Naturalmente, imaginamos aqui tanto a sala de aula quanto os espaços não formais e informais de educação como pontos irradiadores dos frutos de uma ação comunicativo-educativa que se deseja mais ampla. Seu sucesso dependerá do maior número possível de atores sociais ligados ao território — isto é, por ele interessados.

A participação coletiva em torno da discussão acerca da problemática ambiental urbana do ponto de vista do território apresenta um condão cujo poder é desenviesar os discursos nos quais “as organizações, as instituições, os grupos de pressão, as instâncias de mando e de poder” dão “como pertencendo a todos o que deriva de alguns” (CITELLI, 2006, p. 172). No caso socioambiental, Susan Senecah (2004, p. 13)³⁹ propõe — a fim de que as vozes de alguns não sejam tomadas como as de todos — que em audiências públicas, reuniões de grupos e outras oportunidades de encontro coletivo, a apuração da efetividade da comunicação seja feita a partir do modelo TOV (da sigla em inglês *Trinity of Voice*, ou “Trindade da Voz”). Baseada na tríade

cresça para só então reparti-lo”, na expressão de uma esquerda mais tradicional que foi apropriada, mais tarde, por correntes de direita no Brasil. Em território nacional, atribui-se a frase ao economista Antonio Delfim Netto, ex-ministro do período ditatorial, que ficou famoso ao comparar o crescimento econômico brasileiro entre 1968 e 1973 a um bolo a ser repartido quando crescesse. O bolo cresceu, mas nunca foi, de fato, repartido. Ver mais em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/delfimNetto.html>.

³⁷Parece bom augúrio para a cidade que Caetano, na canção *Sampa*, cantou como ‘o avesso do avesso do avesso do avesso’.

³⁸ Como as pesquisas acadêmicas (a Universidade indo até a escola e vice-versa), a integração do trabalho de ONGs locais (dando-se a conhecer aos jovens) e/ou a produção artística, musical que envolve docentes, discentes, moradores do espaço geográfico onde se situam as comunidades aprendentes – para ficar em alguns exemplos.

³⁹ Professora emérita da Faculdade de Meio Ambiente da Universidade Estadual de Nova Iorque.

“*access, standing and influence*”, trata-se de que haja não apenas *acesso* à participação do cidadão, mas também de que ele tenha clareza do que isso significa, disponha de instrumentos a partir dos quais possa entender e aproveitar melhor suas oportunidades participativas. Além disso, precisa existir a possibilidade de que seu discurso *se sustente*, seja respeitado, e alcance *influência* — no sentido de ser uma voz contada entre as vozes importantes. Mesmo que suas ideias e propostas não sejam viabilizadas todo o tempo, elas precisam ser ouvidas, compreendidas, acatadas como válidas, para dar ensejo à real oportunidade de interferência nos fatos a partir de sua visão, a partir de seu território.

Senecah (2004) argumenta, entretanto, sobre a dificuldade de efetivação do processo participativo centrado nessa tríade. Afirma que embora exista, nos textos acadêmicos que tratam de participação socioambiental, um leque bastante extenso de descritores utilizados para remissão à participação, ainda assim não temos certeza sobre o que de fato torna mais eficazes os processos, ou, em última análise, sobre o que significa “eficaz”. A autora observa, em seu país, o crescimento dos estudos de caso na área ambiental, porém questiona a contribuição epistêmica desses trabalhos, pois embora seja sensível e útil a orientação que deles resulta, a docente não considera que uma teoria mais geral esteja sendo extraída do conjunto — em razão da extrema especificidade dos casos ou da vaguidão em suas análises e conclusões. Poucos trabalhos tratam do sucesso na tomada de decisões pela via participativa; número reduzido de pesquisas focalizam os processos participativos propriamente ditos, tais como as audiências públicas.

Quanto aos descritores que teoricamente indicariam participação pública efetiva nos processos de tomada de decisão socioambiental, Senecah (2004) os reúne em uma amostra diversificada, extraída, segundo ela, de inúmeros materiais organizacionais dispostos em coleções, materiais de treinamento relacionados ao tema *agência* (e outros), boletins informativos de cidadania e artigos acadêmicos:

Figura 1 - Descritores da participação pública socioambiental segundo Susan Senecah

fonte: Senecah (2004)

De maneira geral, todos aparentemente sabemos o que é eficácia quando a vemos ou não a vemos, diz Senecah (2004, p. 20), mas “massageando esses atributos em um modelo geral que pode ser usado por todos, independentemente de contextos individuais” essa identificação tem provado ser mais difícil. A pesquisadora conclui que a chave comumente identificada quando se consideram os elementos efetivos de um embate socioambiental é a *confiança* (sua presença ou ausência); assim, a criação, o aprimoramento ou a manutenção da confiança constitui-se ideia primordial conquanto parem muitas dúvidas sobre como/quando se estabelece a confiança, e ainda sobre como se fecham feridas abertas pela desconfiança. Mesmo considerando-o um conceito difícil de operacionalizar, ela argumenta que precisamos de uma teoria geral, coadunada com a prática, capaz de explicar os elementos de confiança de maneira a permitir “a avaliação comparativa desses componentes na concepção, monitoramento ou remediação de processos públicos” (p. 21).

Trata-se de promover aclaramento salutar no entorno das palavras, porque embora

os atos de linguagem incluam a possibilidade da interpretação, nos circuitos mediáticos de trânsito das palavras é preciso atentar para dois desdobramentos: 1) o desejo de esconder tal evidência sob o pretexto de

aparente neutralidade dos relatos, como se houvesse plena e única objetividade descritiva (não intelectiva) dos fatos, ocorrências, acontecimentos; 2) a possibilidade de os procedimentos compreensivos ficarem cada vez mais reduzidos a um conjunto dominante de argumentos, à unicidade discursiva, e, ao mesmo tempo, controlados por poucas vozes, quase sempre afeitas às redes de televisão, aos grupos de jornais e revistas, às estações de rádio, à continuidade dos discursos oficiais, à repercussão do que é dito pelos capitães hereditários do poder. Aqui, o verbo interpretar ganha relevância quando confrontado com os termos ‘monopólio’ e ‘renúncia’ (da interpretação). (CITELLI, 2006, p. 172)

Como o discurso dito ecológico tem sido contumaz vítima do monopólio interpretativo imposto pelos aparelhos ideológicos de Estado – lembrando Althusser (2003) –, há que abri-lo a possibilidades interpretativas emanadas de vozes sociais menos próximas dos jogos de poder mais vorazes – leia-se: o cidadão comum. Segundo Berna (2001), a questão ecológica tem-se transformado em tema do cotidiano das pessoas⁴⁰; por tal razão, convém promover o pensar crítico sobre a realidade ambiental à sua volta. Essa reflexão crítica, quando observada em termos de espaço urbano — insistimos nisso, pois é o que verificamos diuturnamente —, parece hoje ocorrer a respeito de qualquer outro ponto do planeta que não o lugar onde a maioria dos ‘cidadãos reflexivos’ vivem, trabalham e desfrutam de seus momentos de lazer. Tecnoimagem produzida pelo informativo *on-line* Jornal da Cidade e veiculada nas redes sociais após o apelo da modelo Gisele Bündchen em favor da preservação da Amazônia, no *Rock In Rio 2017*, atesta a assertiva. Por si só, o fato é tão alarmante quanto a intensidade/o descontrole dos distúrbios climáticos reinantes no globo:

Figura 2 - Salvar a Amazônia sem juntar seu próprio lixo

Fonte: Jornal da Cidade, 2017⁴¹

⁴⁰ Conquanto a discussão ecológica crítica, geradora de proatividade, pouco se verifique, segundo nossas pesquisas/observações.

⁴¹ Disponível em : <http://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/7042/rock-in-rio-querem-salvar-a-amazonia-mas-nao-juntam-o-proprio-lixo>. Acesso em: 18 set 2017.

Se somos tomados, então, pela impressão de já termos propostas iguais ou semelhantes à de Vilmar Berna em andamento, igualmente transparece a sensação de que precisamos encontrar novos modos de aplicá-las, porque em algumas cidades (São Paulo é nosso exemplo recorrente), a deseducação ambiental parece muito mais presente que o seu inverso. Propomos, pois, que ao utilizarmos aportes midiáticos para a educação ambiental urbana em seu aspecto formal, busquemos em cada exercício diferenciais no que tange: 1) à maneira de trabalhá-los em sala de aula, de modo que 2) fora da sala de aula, continuem a fazer sentido e a se propagar numa corrente que permita 3) a ação proativa também no ambiente extraescolar.

Explorar com profundidade os jogos de linguagem afeitos ao binômio sociedade/ambiente nas atividades (formais, informais, não formais) de educação ambiental afigura-se-nos como um quarto diferencial, a peça faltante de um quebra-cabeças no qual nos perguntamos o tempo todo: “Com tanta informação sobre meio ambiente disponível, dando-nos conta de toda sorte de tecnologias emergentes e também de catástrofes⁴² que se abatem e teimarão em se abater sobre nós doravante, por que é que não alteramos radicalmente nosso modo de vida?”. Arriscamos dizer que pode ser porque os jogos de linguagem que tentamos hoje ao discutir a questão socioambiental careçam de repaginação de jogadores (antigos e novos), fornecendo-lhes uniformes em cores mais vibrantes, bem como centros de treinamento e apoio argumentativo — nos quais seja possível fortalecer estratégias de ação proativa.

Na próxima seção deste capítulo refletimos sobre os jogos de linguagem e a apropriação discursiva de produções midiáticas de natureza socioambiental, compondo o que poderia ser um exercício no espaço pedagógico formal/informal. No entanto e para esclarecimento, preferimos nessa seção desviar-nos de argumentar utilizando como pedra angular a simples reiteração do discurso que aponta o sistema como o gerador-gerenciador de todas as mazelas urbanas. Trabalhamos, sim, com o discurso corrente em mídia impressa e de internet, mas preferimos recolher alguns fragmentos em circulação que nos permitissem apenas observar mais de perto os jogos de linguagem e os sentidos daí apreendidos. Uma espécie de busca pelos sentidos sem predeterminação desses mesmos sentidos, por meio de breve apanhado teórico e um exercício discursivo-imagético.

⁴² Catástrofes em pequena, média e grande escala – se é que se pode atribuir uma escala a vocábulo que sozinho remete a ‘coisa grande e ruim’.

4. 3. 3 Jogos de Linguagem e Apropriação Discursiva

Adilson Citelli, professor e pesquisador da Universidade de São Paulo, analisa as investigações filosóficas sobre a linguagem empreendidas por Ludwig Wittgenstein — para quem o conceito de jogo tem vários desdobramentos⁴³ —, e constrói a partir daí um operador conceitual importante para nossas reflexões:

O conceito de jogo registra enorme âmbito de utilização, podendo ir dos movimentos entre o cá da linguagem e o lá do mundo, passando por funções diversas que incluem verbos performativos (ordenar, agir, solicitar, saudar, etc.) e enunciados ou enunciações mais amplas, como o entendimento de um enigma, a formulação de um problema matemático, o sistema retórico de um sermão religioso. Dos jogos fazem parte não apenas as palavras, mas toda a sequência contextual em que se incluem os participantes, os objetos, as várias circunstâncias afetas à situação de uso. Isto é, *os jogos de linguagem alimentam-se e são alimentados pelos usos em contextos determinados que circundam cultural e historicamente os usuários.[...] Ou seja, um enunciado não significa em si, mas se faz nas relações (jogos) que a linguagem permite em seus exercícios ordinários, cotidianos* (CITELLI, 2014, p. 476, grifo nosso).

Assim, para compreender com mais clareza os esquemas de enunciação passíveis de ensinar (ou não) a apropriação crítica dos conteúdos em andamento no ecossistema comunicacional, convém a observação amiudada dos já referidos trânsitos, definidos como aqueles operados

entre os mundos formais e os não formais escolares – englobados aqui a televisão, o rádio, a internet, as tecnoculturas. Trata-se de movimentos de retroalimentação entre sistemas de signos, cuja arena de circulação social abriga desde os lugares educativos formais até os dispositivos midiáticos. Tais ambientes se interconectam permanente e continuamente, conquanto possam apresentar temporalidades diferentes e níveis variados de inter-relações. (CITELLI, 2012, s/p.).

Tal movimento importa ao sistema educativo/comunicativo como forma de reconhecimento não só dos grandes planos representados pela apropriação social dos discursos⁴⁴, mas também dos microplanos que, inseridos nos cenários maiores, às vezes escapam à percepção, conquanto influam fortemente em nossa existência cotidiana.

A abertura de canais intercomunicativos por meio dos quais seja possível adensar a cultura participativa dos jovens, aproveitando a grande convergência proporcionada pela

⁴³ Consultar: Investigações filosóficas (WITTGENSTEIN, 2009, p. 54, proposição 71).

⁴⁴ Como bem sugere Michel Foucault. “Sabe-se que a educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT, 2006, p. 44).

escola, é sugerida por Gómez (2014), para que a juventude possa comentar sobre o que vê ou escuta em diversas telas. Tal sugestão liga-se ao exercício de jogos discursivos em vigência, por exemplo, nas redes sociais digitais, tabuleiro⁴⁵ de múltiplas manifestações verboimagéticas postadas diariamente por seus *habitués*.

Interessa-nos, pesquisando jogos linguageiros, pensar formas segundo as quais seja viável, principalmente nos recintos escolares e outros espaços comunitários, fazer bom emprego do ânimo participativo demonstrado pelas pessoas, em geral [nas teias virtuais, com maior frequência], a fim de aprimorar o liame Comunicação-Educação e seus desdobramentos. Imaginamos aqui, afeitos à ideia de um mundo mais pautado pela Teoria do Decrescimento (LATOUCHE, 2009; D’ALISA, DEMARIA e KALLIS, 2016), “de que modo” a Comunicação pode contribuir para gerar apropriações discursivas menos atreladas à “irremediabilidade” da existência do mercado, à inexorabilidade dos impositivos de consumo — com sua obsolescência programada (DANNORITZER, 2011; LEONARD, 2011; LATOUCHE, 2009) correndo a todo vapor —, e mais voltadas a uma Educação Ambiental Emancipatória⁴⁶ (LOUREIRO, 2004).

Em outras palavras, ainda que vinculados a um sistema econômico que se quer soberano na mínima atividade cerebral do cidadão, cabe-nos indagar: como pensar outras maneiras de existir transitando com segurança entre a enxurrada de apelos mercadológicos e a reflexão sobre formas mais equilibradas de ser/estar no mundo? Podemos, simultaneamente, ver consumo como direito (BACCEGA, 2014) e também entender a ética do direito/dever de não consumir desbragadamente para viver melhor? Em que medida o desvelamento de determinados jogos discursivos é capaz de, na educação formal/informal/não formal, agregar discernimento e modificar estados inerciais?

(...) afirmar o conhecimento emancipador implica reconhecer que, para o universo da linguagem, os fatos, acontecimentos, ocorrências estão registrados em signos: isto é, discursos, mecanismos de representação, constituição, amparados no universo simbólico, por exemplo, das palavras. O que lemos ou ouvimos já é, portanto, uma forma de inteligência (entendimento, compreensão, atribuição de sentido) do enunciado constituído pelo emissor (CITELLI, 2006, p. 171).

⁴⁵ Relembrando aqui o conceito de tabuleiro referido por Souza e Silva (2014).

⁴⁶ Para Loureiro (2004), a Educação Ambiental Emancipatória ocorre a partir de uma matriz que engloba a compreensão da educação como elemento de transformação social inspirada no diálogo, no fortalecimento dos sujeitos, no exercício da cidadania, na criação de espaços coletivos restauradores das regras de convívio social, na superação das formas de dominação promovidas pelo capitalismo selvagem e, por fim, na compreensão do mundo e da vida em sua complexidade e totalidade.

Inserir em nosso enunciado uma expressão como “simplicidade voluntária” (ELGIN, 2012; ARIÈS, 2013), ainda com pouca circulação, mas presente na mídia, ou os ‘novocábulos’⁴⁷ reunidos/propostos por D’Alisa, Demaria e Kallis (2016) — também pouco divulgados nos meios extra-acadêmicos — poderia ser tomado como exemplo de frutífera discussão com os jovens (nos pontos de encontro físicos – escola inclusa – e virtuais) acerca da vida que se leva nas grandes cidades⁴⁸. Surgiria, quiçá, a dúvida: tal discussão permaneceria inócua ou contribuiria para fazê-los ampliar sua participação no resgate da qualidade de vida urbana? Trata-se de tentar, ao menos – para fazer valer nossa condição freireana de educadores-educandos – levar aos mais jovens os excertos com os quais nos deparamos aqui e ali, como o seguinte:

Figura 3 - Simplicidade voluntária

A simplicidade voluntária não é opção pela pobreza. É opção pelo essencial, pelo que é necessário para nossa vida e para a vida da comunidade. Não é uma visão totalitária, pois o essencial e o necessário são sempre diferentes em cada um de nós, mas é uma crítica tenaz, permanente, contra o consumismo moderno, contra a opressão da extrema riqueza e da extrema pobreza (...). Ela também não é uma utopia regressiva, hostil à inovação e ao desenvolvimento tecnológico. Apenas pretende dar um sentido ético a esse desenvolvimento.

Eduardo Jorge, ex-secretário municipal do meio ambiente na cidade de São Paulo
(FOLHA, 22/4/2014)

fonte: Folha de S. Paulo 22/4/2014

O excerto, retirado do artigo *A Força da Simplicidade* (SOBRINHO, 2014), aponta para a premência de se discutir com mais profundidade a vida em *stand by* calcada em retrógrado modelo de desenvolvimento conduzido por mecanismos predatórios e de exploração do ser

⁴⁷ Emprestando a terminologia a Millôr Fernandes, que, na obra *Trinta Anos de Mim Mesmo* (Nórdica, 1972), criou o seu *novocabulário*.

⁴⁸ Nestas, o fenômeno do ApareSer (termo criado pela professora Cíntia Dal Bello, PUC/UNINOVE-SP) faz desaparecer em ritmo crescente o interesse pela cidade como lugar de vivência/convivência/cooperação para o bem-estar coletivo. Este é um ponto a ser resgatado quando se intenta promover reflexão sobre os aglomerados humanos vistos desse ângulo.

humano e do meio ambiente — ao qual faltam não só a simplicidade voluntária, mas também um renovado sentido ético a ser erigido *por* e *entre* todos. E quando se alude a *sentido ético*, não se está aqui propondo loas irretocáveis ao discurso da sustentabilidade, vez que este se tornou, segundo o professor Antonio Hélio Junqueira, um “discurso de fissura” em quase todas as suas vertentes, isto é, um conjunto multifacetado de justificações cirúrgicas voltado a disfarçar incongruências/inconsistências nos diferentes cenários que deveriam primar pela reconstrução/preservação coletiva dos liames ambiente-sociedade (JUNQUEIRA, 2015)⁴⁹. Neste ponto e de certo modo, o docente — engenheiro agrônomo e doutor em Ciências da Comunicação pela ECA-USP — é corroborado pelo economista José Eli da Veiga (também agrônomo e professor do Instituto de Energia e Ambiente da USP):

Tenho um problema com essa palavra, sobretudo quando não é seguida pela expressão ‘ambiental’. Sustentabilidade é um termo que entrou na moda desde que começou a ser usado. Surgiu no debate público por causa da questão ambiental, mas é usada a torto e a direito para qualquer coisa” (VEIGA, 2010, p. 142).

O termo, como se vê, desperta — entre outras —, análises vinculadas à questão de apropriação discursiva⁵⁰. Ricardo Abramovay, titular do Departamento de Economia da FEA-USP e autor da obra *Muito Além da Economia Verde* lembra que a sustentabilidade foi apropriada não somente pelo discurso, mas também pelas práticas das maiores marcas globais (ABRAMOVAY, 2013). — estas cuja onipresença reforça no globo o *ethos* discursivo (MAINGUENEAU, 2015)⁵¹ vinculado ao binômio “desenvolvimento econômico e bem-estar”. Desatrelar, no imaginário global e, em especial no imaginário urbano brasileiro, tais termos— ou expressões assemelhadas, como *‘progresso [financeiro] e qualidade de vida’*—, constitui-se boa causa contemporânea, pois estes binômios, insistentemente propostos pelos salvadores políticos da vez, há muito deixaram de representar ganho real para a coletividade – como bem prova Ariès (2013).

Ora, neste presente em que tanto se verbaliza o poder da comunicação em rede e o uso criativo do *excedente cognitivo* (cf. SHIRKY, 2011) para a promoção de interações participativas emancipadoras, talvez nem seja tão urgente criar novos discursos socioambientais: estes aparecerão quase que espontaneamente se concentrarmos esforço maior em criar novas maneiras, multifacetadas, de desconstruir-reconstruir os discursos já em trânsito.

⁴⁹ Informação verbal. JUNQUEIRA, Antonio Hélio. Mediação entre participantes do GT Comunicação, Educação e Consumo, do 5º Encontro de GTs do V Congresso Internacional em Comunicação e Consumo, realizado nos dias 5, 6 e 7 de outubro de 2015 na Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, capital.

⁵⁰ Ver também a tese *Crítica do Discurso da Sustentabilidade Global: a comunicação como estratégia possível* (MOYA, 2016).

⁵¹ Para Dominique Maingueneau, os discursos “não são apenas uma representação do mundo”, pois “falar é uma forma de *ação* sobre o outro” e, nessa relação, “o discurso *constrói* socialmente o sentido” (MAINGUENEAU, 2015, pp. 25 e 28).

A escola, se bem que de algum modo considere essa forma de trabalhar – a deduzir dos parâmetros legais balizadores do ensino nacional –, poderia intensificar a análise dos produtos comunicacionais contemporâneos, agregá-la a suas diferentes disciplinas, ou, ainda melhor, criar/incentivar projetos socioambientais orgânicos, envolvendo a escola e seu entorno. Gómez (2014) propõe que a instituição escolar abra canais de intercomunicação. Porém, na ausência de concretude da Educação Ambiental Emancipatória em alguns projetos político-pedagógicos, não raro o estabelecimento educador passa ao largo desse procedimento [intercomunicativo] ou confina ao estudo do idioma pátrio a riqueza contributiva pululante nos variados dispositivos midiáticos.

Jovens com os quais conversamos em algumas escolas da capital paulistana⁵² relataram que, na maior parte das vezes, são proibidos/dissuadidos de utilizarem as possibilidades tecnoanalíticas abertas pelas ‘n’ telas que carregam consigo. Merece destaque, neste ponto, a ideia da força performática evocada por Citelli (2014) — ao analisar as contribuições de Austin para os estudos educomunicativos — do discurso de negação do qual os estudantes se queixam. Tal debate, na esfera pública, culminou com a promulgação de leis estaduais (cada Estado legislando a seu modo sobre o uso/não uso de celulares e outros aparelhos eletrônicos em sala de aula) e com a Lei nº 2.246, de 2007, federal, revista em 2009, nos seguintes termos: embora proibido o uso de mídias locativas em sala, com a devida autorização dos docentes ou gestores e devidamente inseridos nas atividades didático-pedagógicas, isso pode acontecer (vide cópia do documento nos anexos). No Estado de São Paulo, a lei nº 16.567 — sancionada pelo governador Geraldo Alckmin em 06 de novembro de 2017 — determina que o professor pode fazer uso do aparelho celular para incentivar os jovens a pesquisar algum tópico específico ou mesmo para aumentar a atenção deles no que está sendo ensinado em dado momento, conforme explicitou o secretário da Educação, José Renato Nalini, à Folha de S. Paulo (EDUCAÇÃO, 2017).

A despeito das imposições legais, pouco mais ou pouco menos restritivas⁵³, há outro horizonte a ser contemplado. Alguns docentes, embora também utilizem *gadgets* em seu dia a dia, têm alguma dificuldade em descobrir meios de ajudar os alunos a fazerem uso mais criativo dos aparatos que veem em mãos discentes o tempo todo. O receio ou a falta de apoio tecnoeducativo de boa parcela dos professores para que retirem os novos dispositivos de uma

⁵² Durante pesquisa de campo no ano de 2014, relativa à temática *Escolas, Meios de Comunicação e Novas Tecnologias*, desenvolvida pelo prof. Dr. Adilson Citelli para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

⁵³ Há diferentes espaços de discussão na web a respeito da proibição de celulares e outros aparelhos nos estabelecimentos de ensino públicos. Nesses espaços de debate, disponíveis a partir de qualquer buscador eletrônico, há argumentações bem consistentes sobre posturas distintas dos debatedores. Alguns inclusive questionam o fato de as leis em vigor não se aplicarem com clareza a estabelecimentos particulares de ensino.

espécie de “terceira margem” do processo ensino-aprendizagem é compreensível. Talvez se dê, entre outros motivos: a) em função da sobrecarga de trabalho e do estresse docente⁵⁴, que anulam tempo precioso de criação pedagógica, b) em razão da ausência, nos cursos formativos, de preparação dos ensinantes para a lide com as questões sociotécnicas do ensino e c) pelo fato de que “a escola, frequentemente, não sabe bem como tratar a linguagem, seu material fundamental, básico” (CITELLI, 2014a)⁵⁵ — trata-se, aqui, de um problema de comunicação. Se acerca de ‘a’ não nos parece certo falar com segurança sem que para isso (re)leiamos monografias — inumeráveis — em repouso nas bibliotecas universitárias e repositórios digitais, diante de ‘b’ e ‘c’, ao menos, enxergamos possibilidade clara de reforçar o cabedal docente (durante o seu processo de formação ou durante o exercício profissional). Trata-se, então, de prover aos mestres aparato teórico-prático para revisitar e trabalhar com a(s) *linguagem(ns)-engrenagem(ns)* onipresentes no cotidiano. Barreira vencida, será tanto mais simples aproveitar a “condição comunicacional” de nosso tempo para repensá-lo — como sugere Gómez (2014, p.86) — que vê nesse deslocamento a representação da

possibilidade inédita de transitar do papel de consumidores (passivos ou hiperativos) para o papel de produtores criativos, criadores de informação substancial e, em seguida, para o papel de emissores, através das combinações multimídia ou transmidiática de produtos audiovisuais a partir de plataformas diversas.

As variadas plataformas audiovisuais (quer eletrônicas, quer físicas) possibilitam aos interessados na produção de sentido socioambiental, como nós, a (re)criação de informação substancial a ser trabalhada nos ambientes formais/informais/não formais de aprendizagem, como vemos no exemplo das animações do Youtube (VEGA, CAMPOS e CERQUEIRA, 2012) e dos sites de redes voltadas especificamente para o trânsito de informação ambiental. No tocante às interações digitais, Massimo di Felice, Juliana Torres e Leandro Yanaze contribuem com a discussão em voz dissonante do discurso coadunado às falhas recorrentes nas tentativas empresariais de abraçar a sustentabilidade. Para estes autores:

[...] há uma relação estreita entre a cultura comunicativa que se difundiu após o advento das redes digitais e a difusão contemporânea de uma nova sensibilidade ecológica generalizada, visível nos conjuntos de práticas e presente nas preocupações políticas de governos e empresas, conhecidas com o termo sustentabilidade. Estas últimas, de fato, apresentam-se como a expressão de uma nova cultura ecológica que exprime a percepção de uma sinergia reticular que não contrapõe mais o indivíduo ao

⁵⁴ Consultar, a esse respeito, CITELLI (2017), capítulo *Aceleração Temporal e Estresse Docente*, de Sandra Pereira Falcão.

⁵⁵ Excerto de aula. CITELLI, Adilson. Linguagem como ponto de convergência nas relações entre Comunicação e Educação. Curso de pós-graduação *Processos de Linguagem em Comunicação e Educação*, ministrado na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, no primeiro semestre de 2014.

território e ao meio ambiente, mas que parece substituir essa oposição pelas dimensões interativas de relações interdependentes e comunicantes (FELICE, TORRES e YANAZE, 2012, p. 22).

Assim, vislumbram-se esperanças importantes, partilhadas também por Dencker e Kunsch (1996) e Kunsch (2015)⁵⁶, conquanto ainda encontremos jogos discursivos mais aproximados do “discurso de fissura” ao qual alude Junqueira (2015)⁵⁷. Nessa linha, outros exemplos de discursos com teor socioambiental coletados na imprensa (em papel e digital) podem prestar-se ao aprofundamento analítico contributivo à elaboração de planos de aula, palestras, dinâmicas de grupo que privilegiem o desvelamento de intenções menos nobres e a busca por ações de reparação e cuidado voltado à qualidade de vida coletiva. Seleccionamos alguns:

O primeiro consiste em recorte de anúncio publicitário criado para a venda de apartamentos de alto luxo, em condomínio fechado, na cidade de São Paulo:

Figura 4 - Do cinza ao verde

fonte: Folha de S. Paulo, 26/4/2014

Note-se na imagem, publicada no caderno *Poder* (informação indicial, diga-se de passagem), o jogo de cores que transforma o cinza da cidade em verde — criativo arranjo

⁵⁶Kunsch (2015) constatou que 100% de um rol de 52 grandes empresas participantes de pesquisa por ela coordenada — vinculada ao Centro de Estudos de Comunicação Organizacional e Relações Públicas (Cecorp) da ECA-USP — utilizam regularmente a via digital para a comunicação sobre sustentabilidade com seu público (sites, intranet, redes sociais, blogs), que inclui quaisquer pessoas que porventura acessem esses canais, embora os funcionários sejam o primeiro público objetivado.

⁵⁷ Informação verbal. JUNQUEIRA, Antonio Hélio. Mediação entre participantes do GT Comunicação, Educação e Consumo, do 5º Encontro de GTs do V Congresso Internacional em Comunicação e Consumo, realizado nos dias 5, 6 e 7 de outubro de 2015 na Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, capital.

artístico — mas o que ele representa não necessariamente se aplica à totalidade dos habitantes urbanos, como certifica a frase “*A exclusividade de viver como nos bons tempos*”, logo abaixo do mote central. A peça publicitária sugere, sem nenhum esforço interpretativo, a ideia de que viver bem (= em meio ao verde) é um bem *comprável*, por altíssimo valor — porquanto convenha protegê-lo por altos muros. Outras famílias poderão adquirir imóvel em distinto empreendimento também mencionado pela Folha de S. Paulo (noutra ocasião), a partir de três imagens não publicitárias, constantes das edições impressa e digital e compartilhadas na página do jornal no Facebook:

Figura 5 - Figueira centenária destruída

Fonte: página da Folha de S. Paulo em 11/7/2014, no Facebook)

Segundo os engenheiros da construtora responsável pela obra cujo portal aparece à esquerda no plano de fundo da figura 5, a empresa “sempre dispõe de práticas que valorizam o meio ambiente”, mas “a conclusão de estudo realizado pela equipe de engenharia constatou a necessidade” de retirar a figueira (conforme edição impressa de 11/7/2014). Por mais ‘técnicas’ que tenham sido as decisões da equipe, uma análise bem superficial do que segue ajudou moradores do bairro do Ipiranga, em São Paulo, (e outros) a protestar nas redes sociais contra a ação:

Figura 6 - Figueira destruída para "ceder espaço" ao condomínio - visão lateral

Fonte: Folha de S. Paulo, 11/7/2014, página do jornal no Facebook

Esse outro ângulo do extermínio arbóreo complementa a percepção que já existia na imagem anterior: a árvore poderia ser preservada e mantida na fachada condominial (há espaço suficiente na entrada do imóvel e o exemplar não apresenta sinais visíveis de ataque de pragas — além do fato de que ficaria localizado aquém do portal de acesso às residências). Mas, por algum motivo denominado ‘técnico’ — possivelmente o paisagismo externo e interno, que também tem sua importância — decerto naquele momento mais relevante para os planejadores do empreendimento que o grave problema de saúde pública na cidade por falta de vegetação arbórea de grande absorção carbônica, optou-se por exterminá-la e assinar um termo de compensação ambiental (TCA). Este previa o plantio de doze mudas na área. Imagens parciais disponibilizadas pelo *Google Maps* em 2017 mostram floríferas no interior do empreendimento e canteiros na área externa (talvez façam parte da compensação ambiental, embora também aludam, de certa maneira, a mais um exemplo de privatização do verde urbano em seu formato árvore)⁵⁸.

Nossa crítica repousa também na constatação de que os TCAs nem sempre geram tal reparo, como no caso de plantio compensatório (pela ampliação das marginais do rio Tietê, em São Paulo) feito pela DERSA (Desenvolvimento Rodoviário S.A) em 2009/2010 na área do Terminal de Cargas Fernão Dias (distrito Vila Medeiros, São Paulo, capital): eliminaram-se,

⁵⁸ Em abril de 2017, realizamos uma busca na internet a respeito dessa compensação ambiental, mas não encontramos informações. Em setembro do mesmo ano, verificamos as imagens da fachada condominial no Google Maps.

durante a obra, árvores consolidadas, substituindo-as, via TCA, por mudas que, em pouco tempo, sem cuidado, viraram um conjunto de estacas secas, mais assemelhado a um paliteiro. Ou seja, não houve qualquer compensação ambiental. Mas disso podemos tratar com mais vagar noutro momento acadêmico. Por ora, fiquemos apenas com esse exemplo de “descompensação ambiental” e com a imagem da figueira do Ipiranga quando ainda viva:

Figura 7 - Árvore ainda viva, no terreno do estacionamento que cedeu lugar ao condomínio

Fonte: Folha de S. Paulo, 11/07/2014, página do jornal no Facebook

Prosseguindo nosso exercício – discursivo-imagético – de analisar conteúdos socioambientais originários de diferentes fontes midiáticas, reproduzimos aqui um *printscreen* de telas de discussão sobre a derrubada da árvore na rede social Facebook, a partir de nossa própria participação (o que seria bastante simples fazer em situações formais/informais de ensino, dada a imersão sociotécnica da maior parcela dos indivíduos nos multidispositivos de conexão contemporâneos):

Figura 8 - Páginas de diálogo no Facebook

Sandra Falcao compartilhou uma atualização de status de **Folha de S.Paulo**.

23 h · 📷

Folha de S.Paulo adicionou 3 novas fotos.

Velha figueira vai ao chão no Ipiranga para dar lugar a lançamento imobiliário.
<http://uol.com/bndKG3> (via Revista sãopaulo)

Curtir · Comentar · Compartilhar

Adeliana Barbedo Sr. M..., Profa. Wilma Penna, Profa. Sandra Falcao: enquanto a LEI permitir a compensação, em detrimento à preservação/conservação, fatos como esse irão se repetir, E DENTRO DA LEI. A sociedade civil, através de seus vereadores, pode e deve se mobilizar para que tenhamos uma legislação que apresente, CLARAMENTE, quais as justificativas para o CORTE EM CARÁTER EXCEPCIONAL E DEVIDAMENTE JUSTIFICADO e que a especulação imobiliária não seja mais a balança ganhadora desse jogo.

13 de julho às 11:51 · Descurtir · 🍊 3

Sandra Falcao Lamentável...

13 de julho às 11:56 · Curtir · 🍊 1

Sandra Falcao Essa história é triste

13 de julho às 11:57 · Curtir · 🍊 1

Dalziza Oliveira Pecado!!!

13 de julho às 15:13 · Curtir · 🍊 1

Wilma Penna Obrigada pelo esclarecimento amiga!

13 de julho às 16:46 · Curtir · 🍊 1

Sandra Falcao Adeliana Barbedo, obrigada pelas orientações. Sabe que recortei essa mesma foto, pensando em postá-la hoje? Vamos juntos nessa luta. Tem um outro problema, que hoje estou considerando muito grave: os cidadãos de São paulo

23 h · Curtir · 🍊 1

Sandra Falcao Para os cidadãos paulistanos, falta o 'sentido ambiental'... falta a percepção de que nossa vida está sendo retirada sórdida e lentamente nesta cidade (basta ver as pesquisas da Faculdade de Medicina/ Laboratório de Poluição Atmosférica da USP). Falta a percepção de que isso deveria fazer todo mundo ir pra rua.

23 h · Curtir · 🍊 1

Adeliana Barbedo Sabe, Sandra, falta ao povo que mora, trabalha, estuda, enfim, VIVE em São Paulo, o tal do PERTENCIMENTO. Vários colegas passam a semana inteira aqui, recebem salário de quem trabalha aqui e quando vc pergunta onde mora: na cidade onde ele passa o final de semana! Não cuida porque acha que não é seu! Parece o brasileiro. Ora é paulista, ora é mineiro, ora é nordestino, quando é para falar bem. Quando não, é generalista: brasileiro. Estou de férias para recarregar as energias. Até a volta! BJ

23 h · Descurtir · 🍊 2

Wilma Penna Ade, teve uma materia no bom dia sp, sobre esta arvores e outras que foram cortadas.

20 h · Curtir

👍 Antonio Pedro Raimundo, Meire Reis e outras 2 pessoas curtiram isso.

Lorrene Stacy que absurdo... quero ver só qdo não tiverem como respirar por falta de ar. 😞

23 h · Descurtir · 🍊 1

Sandra Falcao Lorrene Stacy, acompanhe as discussões sobre este e mais alguns casos parecidos em Sampa - tentei transcrever aqui, mas não veio...vou ver como e te passo, tá? Bjs

16 h · Curtir · 🍊 1

Fonte: Facebook da autora

No painel, figuram diferentes categorias discursivas as quais poderiam desdobrar a discussão socioambiental em diversas direções. Observemos uma: a menção à falta de *pertencimento* dos cidadãos paulistanos. Diríamos que microcontroles mediáticos (à moda da microfísica do poder foucaultiana) constroem uma redoma em torno da maioria dos habitantes, no sentido de isolá-los das preocupações com ambiente e saúde urbanos. A internet, excluídas suas facetas alienantes, tem permitido trincar um pouco o vidro desse dispositivo de alheamento.

Citelli (2006, p. 172) recorda que “a facilidade de engendrar informações e conhecimentos pela internet” permite o escape aos “controles midiáticos tradicionais” – exatamente o que acontece em grande parcela das conversas em rede. Aspectos emocionais, racionais, legais, acadêmicos passíveis de aparição quando se trata de abusos ambientais surgiram na página de diálogo por nós transcrita do Facebook. Atividades dialógicas semelhantes podem ser tecidas em redes menores, como as salas de aula, estimulando os alunos a pesquisarem e analisarem não só excertos de redes sociais (estas que eles conhecem muito bem) como também material midiático embasado em pesquisas científicas.

Tais conteúdos, se confrontados com notícias sobre extermínio de árvores, incentivo à compra de veículos alimentados por combustíveis fósseis, impermeabilização excessiva do solo, má gestão de espaços de contenção de rejeitos, consumo conspícuo, entre outras incoerências socioambientais, auxiliam na ampliação da capacidade interpretativa dos estudantes e demais cidadãos interessados.

Exemplificamos com um prisma retirado da imprensa em papel — trata-se de comentário sobre um dos relatórios do Painel do Clima:

Figura 9 - ONU alerta para urgência da transição para energias limpas - comentário

O investimento em energias sujas, o foco permanente na extração petrolífera indicam mesmo uma contramão seguida pelo Brasil⁵⁹. Entretanto, falta ao homem urbano a percepção mais clara de que, tal como no trânsito, andar na contramão pode custar-lhe a vida. E não é complicado imaginar uma geratriz desse comportamento:

O cidadão fica confuso com tantos interesses desencontrados. De um lado há o discurso de entidades públicas clamando pelo zelo da qualidade do ar e da vida urbana; de outro, integrantes do mesmo governo solicitam que empresas e consumidores incrementem o mercado automobilístico para gerar mais empregos e renda. A própria mídia mostra-se incoerente: apresenta na sua programação procedimentos de educação ambiental e, em outros momentos, anúncios e programas com apelo consumista. É também uma postura que tira a credibilidade da informação proativa. (GIACOMINI, 2004, p.21)

O caso da *Folha de S. Paulo* ilustra adequadamente a assertiva. Explicamos: a publicação não conta com um caderno de Meio Ambiente, como também não há um caderno de Educação, mas, três vezes por semana, publica como ‘classificados’ uma espécie de caderno/suplemento, denominado *Veículos*, com média de doze páginas na edição de domingo, recheado de ofertas automotoras movidas a combustíveis dos quais muitos países desenvolvidos estão se esquivando numa velocidade impressionante.

Assim, embora faça vir a público excelentes matérias sobre preservação/restauro/ciência/tecnologia ambiental, na ‘outra ponta’ o jornal se dobra ao anunciante que polui, mas paga bem pelo anúncio predatório. A quem venderemos — certamente é a pergunta-chave a fazer aos alunos — tantos barris de petróleo senão às nações que mantiverem frotas poluentes e hábitos de vida idem? Como manter esse quadro senão pela propaganda maciça que acrescenta ainda mais veículos ao cenário urbano todos os dias? Como sustentar esse quadro (e os infinitos ganhos financeiros dele advindos) e ao mesmo tempo incentivar as energias limpas?

Certos operadores do alheamento socioambiental podem concluir sobre como “é simples”: basta promulgar algumas leis de incentivo (o que tem acontecido) e praticamente fingir o incentivo, mantendo em alta, na verdade, a oferta dos ‘objetos de desejo mortíferos’ (em quase todos os sentidos imagináveis) — via estímulos fiscais aos fabricantes e fartas linhas

⁵⁹ Agravada pela Medida Provisória (MP) do Repetro, em tramitação na Câmara e no Senado. O governo brasileiro pretende oferecer através dessa MP maior incentivo às petrolíferas através de renúncia fiscal equivalente a um trilhão de reais em 40 anos, segundo cálculos preliminares, o que é impensável para uma nação que está cortando gastos em Saúde, Educação, Segurança e que precisa entrar em sintonia com o avanço das energias limpas no mundo. Mais em: www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/12/12/mp-que-da-incentivos-a-petroliferas-e-aprovada-com-alteracoes-e-volta-a-camara.

de crédito ao consumidor final. Embora sob certas circunstâncias a ativação de linhas de crédito funcione como política anticíclica para travamentos econômicos, vez ou outra, um pesquisador cujo interesse seja verificar o ângulo mencionado no início deste parágrafo pode coletar imagens com certa esquizofrenia embutida:

Figura 10 - Feirão de veículos

Fonte: Folha de S. Paulo, 27/04/2014, fotografia de recorte coletado pela autora

Em aparente e desesperado esforço para desencalhar os pátios, a imagem acima, ilustrativa de um ‘saldão imperdível’ (daqueles anunciados pelas concessionárias todos os finais de semana), guarda uma caricatura subjacente à mensagem que se quer transmitir. Algo como: *‘Compre, está muito barato, como legumes na feira! E você ainda leva um ‘pacote de bondades automotivas!’*. Esta é, aparentemente, a leitura desejada. O conteúdo subliminar — e certamente não programado pelas empresas — poderia ser resumido na frase: *‘Compre, porque estes veículos que lotam nossos pátios são o encalhe que não podemos ter para bater nossas metas*

do mês/do ano’ (a escolha, pelos elaboradores do anúncio, da expressão *‘desovar estoques’*, no alto da imagem, reforça a preocupação). Cabe, ainda, uma terceira leitura: *‘Compre a xepa da tecnologia mundial em fabricação de automóveis, pois só mesmo aqui para vendermos carros de baixa qualidade por altíssimos valores’*.

E o que terá tudo isso a ver com as árvores dizimadas em São Paulo – a maioria para a ampliação de garagens? Eduardo Galeano ponderava, em 1996: “segundo relatam os estudiosos de antiguidades gregas, a cidade nasceu como um lugar de encontro das pessoas. Há espaço para as pessoas nestas imensas garagens?”. Em crítica aberta ao que denomina “automovelcracia”, o autor aponta a saga dos anúncios publicitários cuja linguagem “fabrica a realidade ilusória que a publicidade precisa para vender seus produtos” (GALEANO, 2011, s/p).

Conquanto aos imperativos do mercado não possamos legar desprezo total, e ainda que subsista um viés bastante subjetivo em alguns dos aspectos da interpretação que ora fazemos, cremos que também isto é importante trabalhar com os alunos em sala de aula. Citelli (2006, p. 171) abona o caminho:

(...) o “real” disponibilizado por um autor é uma forma de relato, sobre o qual o leitor/ouvinte/interlocutor/coenunciador estabelece os seus próprios procedimentos intelectivos, suas formas de ver e perceber os enunciados que lhe chegam. Os discursos, quando entram em circulação social, e para ganharem sentido, acabam cruzando duas instâncias intelectivas: uma que deriva dos processos de apreensão promovidos pelos enunciadorees, outra, dependente dos destinatários.

Aspectos objetivos e subjetivos dos discursos em torno da problemática ambiental contribuem da mesma maneira para a construção intitulada Educação Ambiental Emancipatória (LOUREIRO, 2004). Importa muito, ao final, compreender melhor por que razão notícias fundamentadas em pesquisas científicas e imagens de problemas ambientais recorrentes (porém pouco perceptíveis) misturam-se indistintamente a imagens-choque, cada vez menos pontuais e cada vez mais estarrecedoras, como estas, que registram os efeitos de uma alteração brusca de temperatura no bairro da Aclimação, em São Paulo, no ano de 2014:

Figura 11 - Peixes mortos por queda brusca de temperatura em São Paulo, bairro da Aclimação

Fonte: Folha de S. Paulo, 20/05/2014, fotografia de recorte coletado pela autora.

Figura 12 - A "neve de granizo"

Fonte: Folha de S. Paulo, 19/05/2014), fotografias de recortes coletados pela autora.

Enquanto distúrbios variados apresentam-se para desestabilizar (ainda mais) o cenário urbano, vale recordar a problemática concernente à estiagem prolongada que comprometeu sistemas hídricos entre 2014 e 2016 no município de São Paulo (e em outros do mesmo Estado) — subsequente à problemática inversa enfrentada em anos anteriores, repetida em todos os verões: excesso de chuvas, enchentes e impossibilidade de escoamento adequado da água por conta da alta taxa de impermeabilização do solo. É impossível deixar de lembrar, também, a onda de calor incomum (que passará a ser sempre mais comum) vivenciada por algumas regiões brasileiras no verão 2014-2015. Quanto a esta, um dos resultados midiáticos interessantes para explorar com estudantes do ensino básico, tendo em vista o liame Comunicação-Educação, é o que segue:

Figura 13- Onda de calor e saldo positivo na economia

Fonte: Folha de S. Paulo, caderno Mercado, 16/02/2014.

O conteúdo do recorte atesta que a qualidade caiu e os preços de hortifrutigranjeiros subiram, mas houve um saldo considerado positivo: a elevação do Produto Interno Bruto

(PIB)⁶⁰ com a venda de produtos para amenizar a sensação térmica de estar no interior de uma panela de pressão. *‘Economia quente resulta de um sacrifício que vale a pena’*, diriam, hipoteticamente, comerciantes, industriais e operadores do mercado financeiro, pois, afinal, o saldo monetário foi positivo. O saldo humano terá a contabilização transferida às Faculdades de Medicina, Saúde Pública e outras que se ocupem de pesquisas em favor dos homens, mulheres e crianças cuja saúde tem sido insistentemente depauperada – afinal, parece tratar-se apenas de desafortunados que não conseguiram adquirir seu ar condicionado.

Outro aspecto, que a matéria da qual extraímos o excerto acima também permite discutir (mas não o faremos neste momento), são dados científicos sobre recordes de calor em 22 capitais brasileiras de 2000 a 2014. Em 21 de janeiro de 2016, a Folha de S. Paulo estampou a manchete: “2015 ferveu”, sobre recorde de altas temperaturas; um dia antes, o site do ClimaTempo estampava: “2015 foi o ano mais quente da Terra em 136 anos”⁶¹. Giacomini Filho (2004) discute o valor da interpretação de dados científicos, mesmo que contenham viés metodológico, como forma de ampliar a leitura crítica da sociedade sobre indicadores ambientais. As imagens de satélite na página a seguir, por exemplo, transitam nas redes sociais e são alvo de discussões e interpretações por parte de leigos e cientistas, desde o rompimento da barragem em Mariana (Minas Gerais, Brasil). Elucidam o “antes” e o “depois” da catástrofe ambiental:

⁶⁰ Para uma revisão do conceito de PIB à luz da Teoria do Decrescimento, consultar o capítulo *Produto Interno Bruto*, de Dan O’Neill, no livro *Decrescimento – vocabulário para um novo mundo*, organizado por D’Alisa, Demaria e Kallis (2016). Referências completas ao final deste trabalho.

⁶¹ Fonte: <http://www.climatempo.com.br/noticia/2016/01/20/temperatura-media-global-de-2015-foi-a-mais-alta-4641>.

Figura 14 - Imagem de satélite do desastre de Mariana - Minas Gerais (Brasil)

Fonte⁶²: GlobalGeo/rede social *Facebook* – 2015.

Nosso breve exercício discursivo-imagético ancorado nos aportes teóricos afeitos à conexão Comunicação-Educação permite depreender a ideia de que, a partir do ecossistema comunicativo, com alguma disposição e organização, torna-se viável tecer conjuntos específicos de informações socioambientais a serem empregados em ações cujo objetivo alinhe-se aos princípios da Educação Ambiental Emancipatória (LOUREIRO, 2004). Nesta, o filão inesgotável dos *jogos de linguagem e sentidos* (CITELLI, 2014) – onipresentes na mídia e na vida cotidiana – presta-se ao estudo de conceitos como *cultura participativa*, *excedente cognitivo* (SHIRKY, 2011), *simplicidade voluntária* (ARIÈS, 2013; SOBRINHO, 2014), *esfera*

⁶² Produzidas pela empresa GlobalGeo, em circulação nas redes sociais a partir de novembro de 2015, alguns dias após o rompimento da barragem em Mariana - Minas Gerais, Brasil.

da *gratuidade* (ARIÈS, 2013), *pertencimento* (MARQUES e MAIA, 2008; MATOS, 2009; LOUREIRO, 2004; MARTÍN-BARBERO, 2003) e tantos outros, que se vão revelando e amalgamando, à proporção de nosso adentramento pela via educomunicativa.

Coletar ‘retalhos midiáticos socioambientais’ e discuti-los (à luz de teorias que entrecruzam Comunicação, Educação e Educação Ambiental) com a comunidade escolar e do entorno de áreas ambientalmente prejudicadas parece-nos uma brecha inter/transdisciplinar pela qual podemos enveredar com uma perspectiva positiva no que tange a despertar/intensificar o interesse do homem urbano pela proatividade socioambiental. Também os conteúdos produzidos por empresas como a GlobalGeo⁶³, tanto quanto aqueles advindos diretamente das pesquisas científicas, adaptando-se-lhes a linguagem (no caso de esta não ser de fácil entendimento), representam contributos de peso. Nessa investida, o horizonte auspicioso seria aquele a permitir a quebra de “monopólios interpretativos” (CITELLI, 2006 e 2014⁶⁴) colados ao atual conjunto de linguagens que integram a Comunicação Ambiental Urbana. Isso nos facultaria avançar no estudo das categorias de pensamento proativas, capazes de reverter – não apenas virtualmente, mas fisicamente – parte da “opacidade urbana” (MARTÍN-BARBERO, 2014) das metrópoles.

Por “opacidade urbana das metrópoles” (estamos aqui extrapolando o conceito de Barbero) compreendemos o cenário criado pelo abandono do cuidado com os espaços públicos da urbe, bem como o desleixo – associado à categoria do “não pertencimento” – impregnado na reflexão sobre meio ambiente e qualidade de vida nos grandes centros. Vislumbramos, pois, a partir do paradigma da *gratuidade* (ARIÈS, 2013), a acionar com mais vigor, a chance de promover ações interventivas que contribuam para a construção de um novo tecido socioambiental nas megalópoles — pautado por interesse maior de seus cidadãos pela participação coletiva, real e voluntária, em favor de um meio ambiente no qual o ser humano não seja o ponto esquecido (SALDIVA, 2010). Mantendo em mira essa visão, segundo a qual o elemento “gente” deve ser inolvidável em se tratando de ecocrise — como também sublinha Novicki (2007) — o capítulo a seguir busca aproximações teórico-práticas entre Comunicação Ambiental e Tecnoimagética, objetivando refletir sobre as possibilidades do emprego educomunicativo das imagens-discurso socioambientais em ações interventivas favoráveis à proatividade cidadã no meio urbano.

⁶³ Empresa de geoprocessamento que captou e disponibilizou as imagens de satélite acima apresentadas, referentes ao “antes” e “depois” do rompimento da barragem em Mariana (MG- Brasil), em novembro de 2015.

⁶⁴ Excerto de aula. CITELLI, Adilson. Linguagem como ponto de convergência nas relações entre Comunicação e Educação. Curso de pós-graduação *Processos de Linguagem em Comunicação e Educação*, ministrado na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, no primeiro semestre de 2014.

4. 4 Tecnoimagética e Comunicação Ambiental Urbana: aproximações/inter-relações

Os meios de comunicação social impressos e digitais, além de informar, possibilitam “compartilhar um bairro, uma cidade, seus sujeitos e acontecimentos numa perspectiva muito maior do que se possa imaginar”. Entretanto, “as mídias que informam o mundo obedecem a demandas do mercado, da política e de sua identidade editorial. Conformados a isso estão a cidade, o país, o bairro” (WEBER, 2007, p. 261).

O elevado grau de conformação às demandas do mercado e da política, talvez mais que à identidade editorial dos veículos de comunicação, tem criado cenário nefasto em termos de percepção global do ambiente urbano em cidades multifacetadas como São Paulo e metrópoles análogas. Assim, a perspectiva de Debord (1997, p. 14) segundo a qual “o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre as pessoas, mediada por imagens”, assume, na perspectiva cotidiana dos habitantes metropolitanos, um papel central que obnubila a percepção do conjunto de cenas urbanas como faces da anormalidade das relações sociais a que têm sido submetidos por instâncias de poder. Em outras palavras, as imagens urbanas anômalas que geram decréscimo de qualidade de vida expandem-se, frequentemente, em tecnoimagens de órgãos internos acometidos de males associados a ‘quase toda causa’, mas muito pouco ao estilo de vida (espetacular) ‘comercializado’ nos grandes centros⁶⁵.

A percepção do imagético citadino, em suas linhas gerais, parece acompanhar o movimento no qual a visão da cidade, tal como na imagem espetacularizada descrita por Debord (1997), é uma espécie de categoria societária que se injetou nas nossas relações sociais — afirma Adilson Citelli (2014a), resgatando a fala do filósofo-cineasta. Injetou-se, entretanto, de maneira inversa às necessidades de saúde e bem-estar urbanos, pois assume a forma de elemento/relação de passagem, imagem fugidia, quase não integrante da vida diária em seus atributos vivenciais. Para Vilém Flusser (2013, p. 143), “existe nas imagens, como em todas as mediações, uma curiosa e inerente dialética. O propósito das imagens é dar significados ao mundo, mas elas podem se tornar opacas para ele, encobri-lo e até mesmo substituí-lo”. Exatamente o que ocorre quando olhamos o mundo pelo cabresto pautado pela(s) linguagem(ns) que exalta(m) “os *sinais* da produção reinante” (DEBORD, 1997, p. 15). Esse olhar produz,

⁶⁵ O professor da Faculdade de Medicina e atual diretor do Instituto de Estudos Avançados da USP, Dr. Paulo Saldiva, tem publicado vez ou outra, em redes sociais, imagens técnicas de órgãos internos de pacientes acometidos por doenças causadas/agravadas pela poluição do ar na cidade de São Paulo. Ver também nota 67.

não raro, extremos de deslumbramento e enfado, posturas ambas impeditivas do avanço reflexivo acerca do lugar psicofísico em que se vive cotidianamente.

Nas regiões metropolitanas, acostumamo-nos a mal ver a cidade enquanto nela transitamos, apressados, ou a vemos, mesmo sem perceber, pelo prisma debordiano acima referido, e assim, na perspectiva menos positiva, “tudo que vemos seria uma imagem derruída do abismo” (CITELLI, 2014a)⁶⁶ sobre a qual não valeria deter-se. Entretanto, um trabalho de resgate de valores socioambientais depende de reeducação do olhar para que passe a ver. Nessa perspectiva, cabe ponderar a urgência de um olhar afetivo, um olhar de pertencimento sobre ‘o espaço não casa’, isto é, o espaço de trânsito e convivência ‘extralar’.

4. 4. 1 Da cidade-imagem-de-passagem à cidade como imagem vital

Torna-se rotineira, na maior parte das cidades, a captação de um sem-número de ‘imagens-mensagens-de-socorro’, sem que nos demos conta de que o são, ou, mesmo nos dando conta, sem que escolhamos percebê-las. Convivemos com sensações de mal-estar urbano de variadas naturezas e gêneses, quase sempre negando uma reflexão promotora de ação proativa em larga escala para a eliminação das origens desse mal-estar.

Outrossim, as ocorrências ligadas ao plano socioambiental não mais podem, nos espaços metropolitanos, ser denominadas ‘danos ao ambiente’, como se dele os seres humanos não fizessem parte — lembrando Saldiva (2010) e Novicki (2007), — porque se tornaram danos graves à vida humana no espaço urbano. A título de exemplo, o índice de doenças respiratórias entre os cidadãos paulistanos alcança patamares alarmantes⁶⁷, sem que autoridades tomem providências radicais para a desaceleração da insalubridade urbana.

Trata-se de uma daquelas ‘imagens que não existem’ — não existem para a maioria, porque são cuidadosamente encobertas por imagens-espetáculo cujo intento é fazer crer que ‘está tudo bem’, que esse modo de vida calcado no consumo inveterado de toda sorte de

⁶⁶ Excerto de aula. CITELLI, Adilson. Linguagem como ponto de convergência nas relações entre Comunicação e Educação. Curso de pós-graduação *Processos de Linguagem em Comunicação e Educação*, ministrado na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, no primeiro semestre de 2014 (2014a).

⁶⁷ Estudo coordenado pelo médico patologista Paulo Saldiva, da Universidade de São Paulo (USP), atesta que a poluição do ar pode cortar até três anos da expectativa de vida de um morador de São Paulo. Segundo o Dr. Saldiva, a fumaça venenosa respirada diariamente pelos paulistanos — equivalente a três ou quatro cigarros por dia — ocasiona a morte de 35 indivíduos a cada 24 horas. Ver mais em: <http://www.minhavidade.com.br/saude/materias/18915-paulistanos-perdem-ate-tres-anos-de-vida-por-causa-da-poluicao-diz-estudo> e <http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,nao-e-so-a-mobilidade-que-faremos-com-a-poluicao-imp-,1079329>.

produtos (veículos movidos a combustíveis fósseis, principalmente), via crédito ‘farto’, é o modo de vida ‘ideal’.

(...) o espetáculo moderno expressa o que a sociedade *pode fazer*, mas nessa expressão o *permitido* opõe-se de todo ao *possível*. O espetáculo é a conservação da inconsciência na mudança prática das condições de existência. (DEBORD, 1997, p. 21, grifo do autor)

No espaço geográfico em que desenvolvemos nossas pesquisas sobre comunicação ambiental urbana, constatamos com clareza que o *permitido* impede o *possível e acirra a inconsciência* — tal como sugere Debord (1997, p. 21). Ali chegamos a coletar dados assustadores, que clamam pelo *possível* (uma releitura das imagens), como aquele que atesta a morte de oito idosos, em curto espaço de tempo, vitimados por males do sistema respiratório, em uma mesma rua — próxima do Terminal de Cargas Fernão Dias, área castigada por poluentes pesados advindos da movimentação diária de centenas de caminhões ⁶⁸.

Assim, enquanto uma megacidade virtual cresce por meio das redes sociais — o que tem seus méritos, segundo Martín-Barbero (2014), por conta das promissoras pontes participativas para o desenvolvimento de ações proativas, — uma megacidade real, São Paulo, acelera a morte de seus habitantes pela perda de oxigênio em ritmo marcial. Pode parecer exagero o quadro que aqui se desdobra, mas basta uma busca simples em sistemas de informações sobre saúde e meio ambiente urbano para se ter certeza de que por trás das “imagens vencedoras” que nos são ofertadas diariamente, há “imagens sem luz”, sombras que nos engolem e que engolimos, como em cenas ficcionais. Nos meses de junho e julho dos últimos anos, muitos dos relógios da cidade indicaram “*qualidade do ar: ruim*” ⁶⁹. Peso extra se cobre da leitura dessa ‘imagem-texto-urbana’: a qualidade do ar pode estar, na verdade, em nível muito mais crítico que o informado pelos medidores das calçadas, pois recentemente houve “reclassificação” da nomenclatura relativa a essa medição. Embora a CETESB tenha enrijecido um pouco os padrões, eles ainda estão distantes daqueles recomendados pela Organização Mundial da Saúde ⁷⁰.

Ou seja, ler as imagens urbanas, sejam elas mescladas a formas textuais, sejam em sua apresentação exclusivamente imagética, hoje requer muito mais que um breve olhar. Lima (2009) sugere um trabalho mais apurado, nas escolas, em relação à leitura de imagens, a fim de

⁶⁸ Informação verbal fornecida pelo gestor ambiental José Ramos de Carvalho, residente e pesquisador na referida área.

⁶⁹ Informação verificada pessoalmente por mim, em trajetos da Cidade Universitária até a zona norte da cidade, passando pelo corredor da Rua Teodoro Sampaio, Av. Pacaembu e outras vias importantes, durante 2013, 2014 e 2015.

⁷⁰ Ver, a esse respeito, a série de matérias do jornalista Eduardo Geraque para a Folha de S. Paulo, uma das quais intitulada *Poluição do ar ‘melhora’ em São Paulo por decreto* (16/05/2013). Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/109179-poluicao-do-ar-melhora-em-sao-paulo-por-decreto.shtml>

superar inabilidades de compreensão imagética que limitam o acesso ao conhecimento, e cita Sardelich (2006, p. 462) para corroborar seu raciocínio:

com o surgimento das novas tecnologias de obtenção de imagens, principalmente a partir da fotografia, cinema, televisão, publicidade e hoje com a internet, o que se vê é um novo conceito de produção e distribuição do conhecimento, que se dá cada vez mais pelo uso da imagem. Atualmente as imagens não são mais manipuladas exclusivamente por artistas, mas desempenham funções sociais.

Daí a urgência em ensinar — tanto por meio das imagens naturais quanto por intermédio daquelas sociotécnicas — o cidadão a perscrutar *também* as funções sociais por elas desempenhadas, para além da visada econômica. Quais seriam, então, as funções das imagens socioambientais em circulação nos *media* contemporâneos? Qual seu papel na perspectiva humana, no tangente à vida cotidiana, à sobrevivência, ao convívio nos espaços urbanos comuns?

Kevin Lynch⁷¹, no prólogo de sua obra *A Boa Forma da Cidade*, afirma que “é comum as pessoas sentirem que a maioria dos locais urbanos são pouco satisfatórios – desconfortáveis, feios ou aborrecidos” (acrescentaríamos aqui ‘insalubres’) – “como se esses locais fossem avaliados numa escala absoluta” (LYNCH, 2010, p. 7). Segundo o urbanista, somente alguns poucos espaços no mundo excluem-se dessa perspectiva, que ele considera melancólica, mas sobre a qual aponta um norte:

Só alguns fragmentos do mundo povoado estão, regra geral, excluídos desta perspectiva melancólica: um subúrbio opulento, um parque elegante, uma cidade histórica, o centro vital de uma grande cidade, uma antiga região agrícola. *Se conseguíssemos sistematizar os motivos que nos levam a sentir assim, estaríamos preparados para desenvolver mudanças eficazes.* (LYNCH, 2010, p.7, grifo nosso)

Dependem, porém, de integração de sensações e associação de percepções os aspectos relacionados à complexidade do ato de recepção coligado ao ambiente, conforme Ferrara (2007, p. 24): “Sensações e associações despertam a memória das nossas experiências sensíveis e culturais, individuais e coletivas, de modo que toda a nossa vivência passada e conservada na memória seja acionada”. Na realidade, afirma a autora, é essencial despertar determinados valores ou juízos perceptivos para compreender

⁷¹ Urbanista e escritor norte-americano (1918-1984), professor do MIT (Massachusetts Institute of Technology).

uma interação entre passado e presente, entre as sensações de ontem e de hoje, mais a reflexão sobre elas para compará-las e perceber-lhes os pontos de convergência e/ou divergência. Esta recepção supõe o repertório do receptor e sua atuação reflexiva sobre as próprias experiências ambientais (FERRARA, 2007, p. 24)⁷².

Por meio da leitura do texto não-verbal representado pela “descontinuidade sígnica presente no espaço ambiental” – para manter a fidelidade ao discurso de Ferrara – torna-se possível produzir sentido através da organização entre as convergências e divergências observadas.

É importante notar que a leitura não-verbal é dominada pelo movimento porque, para concentrar o que se apresenta disperso, é necessário operar com rapidez para não perder informação e para acompanhar o ritmo acelerado da associação de ideias à medida que a atenção se desloca no espaço e sobre ele. É possível prever certa disritmia e certa assimetria entre o que é registrado pela atenção e o que o leitor consegue produzir na leitura, daí o caráter relativo e parcial dessa prática, que, de saída, se propõe como provisória; sua verdade tem a mesma duração do movimento que a sustenta” (FERRARA, 2007, p. 25).

O critério de ‘verdade fugaz’ sugerido por Ferrara pode associar-se à noção proposta por Santaella (2012): a de mundo multifacetado em que transitamos absorvendo imagens por meio de olhares rápidos.

[...] ler uma imagem significa dar-lhe o tempo que ela precisa para começar a falar conosco. Quase sempre, dirigimos às imagens olhares fugidios, entorpecidos pelo hábito, sem dar-lhes a chance da exploração de seus dotes – suas formas, suas cores, suas luzes, seus recursos constitutivos – o que é uma pena e uma grande perda” (SANTAELLA, 2012, p. 183).

Souza e Silva (2014), igualmente analisando a leitura de imagens na sociedade contemporânea, chama-nos a atenção para o “anestesiamento do senso estético” que impede a fruição de produções imagéticas à maneira sugerida por Santaella (2012). Esse anestesiamento, em se tratando de meio ambiente urbano, torna-se facilmente constatável diante da indiferença de muitos cidadãos às mazelas redutoras de qualidade de vida nas cidades, representadas pelo olhar displicente diante das cenas de descuido urbano, comuns sobretudo em bairros mais afastados dos eixos centrais. Moradores são capazes de sentir um desconforto relacionado às imagens do meio que diante de si desfilam repetidamente, porém do desconforto à proatividade para a reversão dos problemas vemos um hiato.

⁷² Ver, a respeito da questão do receptor, o capítulo 6 deste referencial teórico (seção 4.6).

Figura 15 - Garoto catador mergulhando em mar de lixo e esgoto no Recife

Fonte: Jornal do Commercio, Recife, 02/11/2013. Imagem: Diego Nigro

Lançando um rápido olhar a cenas como a registrada pelo fotógrafo Diego Nigro, compreendemos (sem aceitar) a inclusão do lixo urbano como parte do ‘espetáculo’ que devemos comprar, ainda que dentro dele esteja mergulhado um garoto de nove anos.

Cortemos para o sudeste: na região paulistana que é nosso lócus referência de pesquisa, poucos moradores, entre 179 participantes de estudo desenvolvido por nós entre 2011 e 2013⁷³, declaram um bem-estar absoluto ao caminhar pelas ruas do bairro onde residem, conforme atesta o gráfico abaixo:

⁷³ FALCÃO, Sandra Pereira. Comunicação e Educação Ambiental na construção de sentidos urbanos. 2013. Dissertação (Mestrado em Interfaces Sociais da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-30012014-113513/>>

Figura 16- Sensação dos moradores do distrito Vila Medeiros (São Paulo, capital) ao caminhar pelas ruas do bairro onde moram

Fonte: FALCÃO, 2013 - resultados expressos em frequência.

Tal desconforto, entretanto e para a maioria dos que diariamente transitam pelas vias urbanas, parece alcançar o grau máximo de resiliência do cidadão quando, após uma esquina qualquer, a reflexão sobre certo mal-estar, quando existe, sucumbe aos apelos ‘vitais’ de um mercado e uma política que tiram do munícipe exatamente o que há de vital na existência: o bem-estar. O alto grau de conformação às determinações mercadológicas e políticas, conforme sugeriu Weber (2007), fala mais alto ao cidadão que a vontade de fazer algo a respeito de sua cidade, seu bairro, uma vez que o sentimento de pertença a eles encontra-se seriamente

prejudicado e sobrepujado pelo sentimento de pertença a uma ‘outra vida’ e a uma cultura desterritorializadas – vividas, amiúde, no plano virtual.

Sem entrar no mérito do quanto também se pode viver bem agregando ao viver o emprego rotineiro de inúmeros aparatos técnicos de acesso ao ciber mundo — ainda que alguns destes nos encarcerem, de certo modo, nos não-lugares virtuais —, cabe notar a possibilidade de explorar educativamente um prisma socioambiental transformador a partir das imagens fornecidas pelos meios de comunicação. Tais imagens e sua relação com o indivíduo urbano carecem hoje, parece-nos, de elucidação/discussão mediante ações interventivas bem planejadas, a serem implementadas na educação formal/informal/não formal. Não nos soa tão implausível manter a busca de capilaridade e abrangência preconizadas na Educação Ambiental incluindo também nas grades curriculares “disciplinas-projeto” voltadas à educação socioambiental.

Daniele Saheb e Araci Asinelli da Luz aludem a prisma semelhante quando demarcam a urgência em inserir Educação Socioambiental nos currículos escolares, pois ao mesmo tempo em que se amplifica a consciência dos problemas ambientais, também é perceptível que os sistemas educacionais necessitam buscar soluções mediatas para eles, dada sua complexidade. As autoras propõem a inserção da educação socioambiental desde a base formativa do professor, em especial no curso de Pedagogia. Torna-se essencial, afirmam,

preparar os futuros professores para que sejam capazes de, em sua prática pedagógica, abordar de maneira apropriada os problemas socioambientais que vão influenciar o cotidiano da escola, da comunidade e, em consequência, do país e do próprio planeta. (SAHEB e LUZ, 2010, p. 212-213)

Destarte, importa igualmente trabalhar a temática com mais intensidade nas instituições de ensino básico. O que se quer aqui afirmar é que temos ciência das razões segundo as quais alguns estudiosos⁷⁴ asseveram a impropriedade de se implantar a Educação Ambiental como

⁷⁴ Entre eles o professor Marcos Sorrentino, da ESALQ-USP, que já esteve em posição estratégica no Ministério do Meio Ambiente e muito contribuiu para a formulação das políticas públicas de educação ambiental no Brasil. O Método OCA para pesquisa e intervenção socioambiental (OCA, 2016) parece-nos, de fato, o ideal quando se pensa sob a perspectiva da transversalidade. Cremos que é preciso expandir ainda mais as estratégias desse método para diferentes instâncias participativas, principalmente os sistemas de ensino básico e universitário (como tem sido feito), por isso também acreditamos na possibilidade de atingir ganhos de escala se o aplicarmos por meio de “transdisciplinas”, que seriam, conforme propusemos, disciplinas/disciplinas-projeto/disciplinas-oficinas capazes de catalisar ‘inter e transdisciplinarmente’ os esforços ecopedagógicos providos de distintas comunidades aprendentes (escola, universidade, instituições religiosas, instituições governamentais e não governamentais, imprensa e outras). Nesse formato, talvez fossem proposta adotável tanto em contraturnos escolares (no caso de não ser possível integrá-las ao turno regular, em razão do excesso de carga) quanto, no caso das escolas que já dispõem de ensino em tempo integral, compondo a grade curricular.

disciplina no Ensino Básico, sob pena de encapsulá-la e assim fragmentar um desejável processo rizomático dos saberes ambientais, despido de clivagens limitantes; no entanto, igualmente observamos que ainda não foi tentado, em larga escala, instituir projetos educacionais permanentes, inter/transdisciplinares, que podem ser implementados em comunhão com as demais frentes em todos os estabelecimentos de ensino.

Considerando-se abordagens contemporâneas centradas na ideia de que todas as contribuições e possibilidades devem ser integradas ao esforço de expansão da sensibilização diante da ecocrise planetária, para ser coerentes devemos, pois, levar em conta também a testagem do que ainda não foi testado. O estudo das tecnoimagens socioambientais, por si só e como exemplo, no interior de uma possível ‘transdisciplina’⁷⁵ educacional catalisadora, na educação básica e na totalidade das licenciaturas, comportaria potencial motivador dos estudantes num espaço público híbrido, marcadamente sensorial, no qual professores e alunos trocam informações texto-imagéticas (como os memes) via redes.

No tocante ao excesso de veículos e à poluição atmosférica crescente em cidades como São Paulo, a imagem abaixo, por exemplo, propicia reflexão profícua sobre automotores movidos a energias limpas:

⁷⁵ O vocábulo “transdisciplina” é aqui emprestado e adaptado de Alexander Gonzales Flor (2004), professor, pesquisador de alto nível e reitor da Universidade Aberta das Filipinas, que, entre outros estudos, procura desenvolver um currículo voltado à comunicação ambiental. Para ele, as Ciências Ambientais são uma transdisciplina à medida que profissionais de diferentes campos do conhecimento cada vez mais se agregam ao estudo do campo, muito embora não tenham sido treinados como ambientalistas, especificamente. Isso acontece porque a proteção e a gestão do meio ambiente não envolvem somente preocupações biogeofísicas, mas precisa cada vez mais da visão crítica da análise e ação sociais. Dessa maneira, as fileiras de especialistas em meio ambiente têm crescido não só mediante a inclusão de químicos, biólogos, geólogos e engenheiros, mas igualmente por antropólogos, sociólogos, economistas, advogados, cientistas políticos e especialistas em comunicação. Estes últimos, na visão de Flor, ocupam lugar especial na arena ambiental.

Figura 17 - Carro dos Flintstones circula em São Paulo

Fonte: fotografia de recorte coletado pela autora na edição de 16/04/2014 do jornal Folha de S. Paulo – caderno Mercado.

O estranhamento que o Greenpeace pretendeu dar à cena⁷⁶ remete-nos ao impacto tecnoimagético da figura e à sua relação com as percepções de Flusser (2013, p.74):

O progresso começa a derrapar, como acontece com os carros que estão numa pista de gelo. E existe o perigo de que, em meio a um progresso que desliza sem atritos, a humanidade seja atropelada exatamente quando tenta pisar no freio.

Em significativa parcela das cidades brasileiras, porém, bem antes de ‘pisarmos no freio’ para deter o avanço das más condições de saúde urbana, cuidamos de ‘entupir’ as ruas com mais veículos, seduzidos pela imagem campeã que a posse de um deles ainda representa para a maioria. Desse ponto de vista, contribuímos para *não dar* um significado ao “ser-para-a-

⁷⁶ Sobre os desdobramentos do uso das imagens nas ações e campanhas ambientais, consultar Cox e Pezzullo (2016).

morte” (agimos inversamente ao que sugere Flusser), pois o que fazemos é, na verdade, dar o ser de cada um de nós para a morte prematura. Faz sentido, então, a ideia de que não falta comunicação na contemporaneidade (FLUSSER, 2013); no entanto, nas cidades, mesmo com tanta “comunicação” — ou mera informação, se aguçada a análise —, estamos construindo uma existência sem sentido.

4.4.2 Filtragem inventiva no diálogo cidadão-cidade: articular as “imagens que nos olham”, os textos que nos capturam

Devolver sentidos socioambientais mais humanos à vida das grandes cidades exige garimpar abordagens criativas que logrem trazer seus habitantes para um território menos incorpóreo (ainda que através da incorporeidade imagética). Flusser (2013, p. 120) sugere combinar a mídia linear (os textos) com a mídia de superfície (as technoimagens), de modo que daí resulte uma relação criativa, capaz de fazer mediações mais ricas, mesmo que ambivalentes, subjetivas ou inconscientes, porque “o pensamento imagético está se tornando capaz de pensar conceitos” (p.125)⁷⁷. O autor de *O Mundo Codificado* considera a possibilidade de se criar modelos de superfície, e nós, de nossa parte, cremos na oportunidade de se trabalhar com “modelos de superfície socioambientais”, a partir dos quais possamos realizar trabalhos interventivos (em escolas e instituições religiosas, por exemplo) em que a discussão/análise das technoimagens por muitos participantes *projetasse sentidos*, como sugere Flusser (2013, p.159, grifo nosso).

Multiplicar olhares e intervenções educomunicativas a partir do estudo das technoimagens, como forma de resgate de sentidos ambientais reflexivos e proativos entre moradores urbanos – sobretudo aqueles que habitam áreas ambientalmente prejudicadas – torna-se, por conseguinte, horizonte promissor. Nestas áreas, acreditamos na eficácia de um trabalho também a partir de palestras, grupos focais, oficinas e outras formas de intervenção cuja base sejam fotografias e outros tipos de imagens técnicas, retiradas dos meios de comunicação ou extraídas de trabalhos científicos. Um trabalho próximo da foto-elicitação, técnica sugerida por Marcus Banks (2009) para uso em entrevistas⁷⁸.

⁷⁷ A esse respeito, vale a leitura do livro **Desaplanar** (SOUSANIS, 2017), uma tese doutoral em quadrinhos, e da dissertação de mestrado de Douglas Calixto (2016), sobre o uso dos memes no contexto escolar.

⁷⁸ A foto-elicitação [...] envolve o uso de fotografias para evocar comentários, memória e discussão no decorrer de uma entrevista semiestruturada” (BANKS, 2009, p. 89).

As imagens coletadas, por exemplo, na vigência de fenômenos climáticos incomuns originados na ação entrópica humana⁷⁹ podem prestar-se a leitura e análise que aproximem um pouco mais o cidadão do local onde vive. Tal aproximação guarda potencial para retirá-lo da posição de espectador e estimulá-lo a ser ator no universo das imagens socioambientais e sua relação com a vida cotidiana. Um movimento dessa ordem torna mais provável a emergência da “afetividade” (SOUZA e SILVA, 2013) do sujeito pelo meio onde vive e, em conjunto com o fenômeno das redes sociais, é capaz de proporcionar maior permeabilidade ao discurso socioambiental, principalmente nos grandes aglomerados urbanos.

As redes sociais que propulsionam a circulação das imagens fotográficas permitem considerar a possibilidade de uma apropriação oportuna do termo *tele* (“à distância”, no grego arcaico) à fotografia: fazemos “telefotografias” atualmente, só que não mais no sentido da captura do que está distante, tal como sempre foi possível com as teleobjetivas e o mecanismo do zoom, e sim telefotografia no sentido de que muito da produção imagética contemporânea destina-se a uma escala inédita de permeabilidade social (SOUZA e SILVA, 2013, p. 5).

Essa escala *ad infinitum* de permeabilidade da produção imagética contemporânea torna possível e desejável, também, o trabalho interventivo em Educação Ambiental Urbana baseado em imagens produzidas pelos próprios moradores de áreas problemáticas. Produções desse tipo os estimulariam a refletir sobre o de que ‘gostam’ e o de que ‘não gostam’ em seu bairro/sua região, conforme sugere a metodologia Estudo do Meio, proposta pela professora Nídia Nacib Pontuschka⁸⁰. Nesse método de ensino e pesquisa, a docente das faculdades de Geografia e Educação da USP sugere que, nós, pesquisadores, levemos sempre conosco uma câmera fotográfica e peçamos a cada morador entrevistado que fotografe algo de que ‘gosta muito’ em seu bairro e algo de que ‘não gosta’. A análise das imagens fornecerá pistas sobre sentidos ambientais a serem trabalhados posteriormente para traçar planos de estudo, estratégias de trabalho em educação ambiental, no intuito de gerar pensamento reflexivo e proatividade entre cidadãos.

As tecnoimagens de natureza socioambiental guardam potencial para fazer sair do senso comum a discussão sobre meio ambiente urbano, que hoje praticamente se prende ao viés da

⁷⁹ Tais como efeitos de secas prolongadas (como as represas quase sem água), ou frio intenso e repentino (que recentemente matou centenas de peixes no Parque da Aclimação, em São Paulo), alagamentos cada vez mais devastadores, ecocatástrofes como a de Mariana (2015), ou ainda, simplesmente, as imagens dos chamados PVDRs urbanos (pontos viciados de descarte de resíduos sólidos).

⁸⁰ O primeiro contato que tivemos com essa metodologia foi durante a disciplina de pós-graduação *A Educação Ambiental e a Formação de Professores através da Pesquisa Interdisciplinar*, ministrada no 2º semestre de 2011, na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo pela professora Nídia Nacib Pontuschka.

‘irremediabilidade’. No entanto, para que se processem mudanças em favor da qualidade de vida coletiva nos grandes centros a partir desse viés, é preciso discutir em profundidade não apenas a noção ‘qualidade de vida’, mas também sua relação intrínseca com a qualidade física da cidade e a redução do diálogo cidadão-cidade.

Frequentemente dominada pelo hábito e pelos modos de ver consagrados pelo senso comum, a cidade parece estar longe de ser abordada como um local epistemológico. No entanto, quando estudada sob o ponto de vista da dinâmica de seus ambientes como meio (entorno) ou mediação (gerador de relações), e enquanto lugar de fluxos comunicativos (sociais e culturais), ela acaba se revelando como quadro cognitivo da atualidade. Os ambientes da cidade se tornam, eles mesmos, representações de formas de pensar (THRALL, 2007, p. 235).

Um observador criterioso notará uma ‘forma torta de pensar’ a conduzir o *modus vivendi* na maioria dos logradouros paulistanos. Essa ‘forma torta’, sem entrar no mérito dos planos mais antigos de ocupação urbana – especialmente em regiões periféricas —, produz imagens ícones do desequilíbrio socioeconômico e ambiental na urbe, como esta:

Figura 18 - Paraisópolis e Morumbi – contraste socioambiental urbano no mesmo espaço geográfico

Fonte: <http://vejasp.abril.com.br/materia/morumbi-criminalidade>. Imagem: Tuca Vieira/Folha Imagem - 2011

Do mesmo modo, o “anestesiamento do senso estético” (SOUZA e SILVA, 2014)⁸¹ que vem caracterizando a produção espacial urbana em diversas regiões da cidade culmina em cenas que aqui denominaremos ‘imagens invasivas do espaço coletivo metropolitano’. Trata-se das imagens dos Pontos Viciados de Descarte de Resíduos Sólidos (os PVDR, denominação oficial da administração pública), do esgoto a céu aberto, dos córregos urbanos transformados em receptáculo de resíduos orgânicos e inorgânicos, das grades residenciais que avançam nas calçadas para que carros cada vez maiores caibam em espaços cada vez menores, do lixo individual atirado ao chão em vias públicas sem a menor cerimônia, dos dejetos de animais de estimação socializados com a vizinhança — para ficar apenas em alguns exemplos. Essas imagens invasivas/pervasivas representam a supressão de um diálogo multifacetado que poderia existir entre cidadãos e entre cidadãos-cidade-instâncias de poder. A falta desse diálogo (“embora não falte comunicação”, no dizer de Flusser) praticamente inviabiliza a permeabilidade do discurso de contato visual direto e do discurso tecnoimagético de natureza socioambiental. Ou seja, existem os discursos, mas falta o diálogo que permitirá a decodificação das imagens, das tecnoimagens e dos textos-imagem por eles trazidos, para enfim transformar pessoas em “designers de significados socioambientais” — adaptando a terminologia flusseriana.

Pode-se afirmar, na verdade, que a comunicação só pode alcançar seu objetivo, a saber, superar a solidão e dar significado à vida, quando há um equilíbrio entre discurso e diálogo. Como hoje predomina o discurso, os homens sentem-se solitários, apesar da permanente ligação com as chamadas “fontes de informação” (FLUSSER, 2013, p. 98).

Há extensa quantidade de conteúdo socioambiental (em forma de imagem e em forma de textos) circulando na mídia impressa e na internet⁸², entre outras fontes, porém um olhar para a superfície imagética urbana trará consigo, hoje, pouco retorno reflexivo gerador de ação reparatória entre a população da urbe. Talvez porque inexista um desvelamento permanente, a partir da instância educacional, da abundância de imagens “que nos olham”— as quais necessitam de *articulação*, como em um grande tabuleiro, para que signifiquem (SOUZA e SILVA, 2014⁸³). Assim, parece-nos que a busca por sentidos ambientais capazes de aguçar a percepção do ambiente urbano e gerar atitudes de afeto e cuidado exige um trabalho mais

⁸¹ Excerto de aula da disciplina de pós-graduação *Tecnoimagética; produção e circulação da imagem na comunicação*, ministrada na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, no primeiro semestre de 2014.

⁸² Uma varredura feita por nós no Google em julho de 2014 revelou um sem-número de fotografias e desenhos com temática ambiental. Na busca por imagens socioambientais em formato ‘vídeo’, encontramos 16.200.000 resultados para a palavra-chave ‘meio ambiente’ e 2.220.000 resultados para ‘ambiente urbano’. Para a palavra socioambiental – 1.180.000 resultados.

⁸³ Excerto de aula da disciplina de pós-graduação *Tecnoimagética; produção e circulação da imagem na comunicação*, ministrada na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, no primeiro semestre de 2014.

exaustivo tanto com as tecnoimagens disponibilizadas à coletividade nos múltiplos dispositivos do ecossistema comunicacional quanto com aquelas produzidas ‘para consumo próprio’ pelos moradores.

Nossa argumentação, até o momento, manteve liame com a concretude das imagens presentes no cenário das cidades; entretanto, cremos que também a tecnoimagem não focada no ‘concreto’, mas plena de concretude enquanto imagem, pode trazer contribuições reflexivas fundamentais à discussão socioambiental urbana e geral. Para tanto, convém lembrar a importância de nos desprendermos das noções de verdadeiro/falso no trato com as imagens, conforme Souza e Silva (2014, s/p.⁸⁴), para o qual a concretude seria “a ilusão criada para passar um certo sentido”. Portanto, “a percepção [nossa] da imagem é fundamental. Aqui é onde as coisas realmente acontecem”.

Outrossim, se a “imagem vale mil palavras”, mil palavras podem ser condensadas em breves expressões escritas, conjugadas a desenhos elaborados por ágeis mãos, e desse modo originar memes, quadrinhos e charges altamente contributivos para as reflexões socioambientais a partir do eixo Comunicação-Educação. O binômio imagem-texto não deixa esquecer uma abordagem teórica da Comunicação que vem ganhando contornos significativos – aquela “que trata a linguagem verbal no âmbito das relações de sentidos, construídas no processo comunicacional, na formulação de enunciados e discursos” (FÍGARO, 2012, p. 11). Roseli Fígaro (2014, p. 2) aponta a linguagem verbal como “base conceitual para as demais linguagens na produção de efeitos de sentido”, enquanto Souza e Silva (2014) ressalta o olhar de Flusser (conforme vimos no primeiro parágrafo desta seção), para quem, vale reiterar, “o pensamento imagético está se tornando capaz de pensar conceitos” (FLUSSER, 2013, p.125). Cabe ponderar sobre a intersecção dessas linhas de pensamento ao trabalhar com materiais imagéticos de natureza socioambiental no âmbito da Comunicação/Educação.

Um desprendimento do “concreto” — às vezes a pautar a leitura do discurso embasado na imagem — pode, por fim, como sugere SOUZA e SILVA (2014), fazer com que compreendamos melhor como “os sentidos se fabricam no processo intersubjetivo, na comunicação material entre os homens, nas relações sociais, na circulação que enfrenta áreas de tensão e de conflito” (FÍGARO, 2014, p. 11). O desapego do concreto apoiado na concretude dos aportes linguísticos do ecossistema comunicacional pode fazer-nos encontrar no espetáculo das imagens socioambientais já produzidas uma oportunidade melhor de utilizá-las como estratégia emancipadora em Educação Ambiental Urbana.

⁸⁴ Idem.

Reforçando, pois, a perspectiva de Guy Debord (1997, p. 14), do espetáculo como uma “relação social [...] mediada por imagens” e, ao mesmo tempo, deixando — por alguns momentos — de enfatizar o lado menos otimista dessa força (sobre o qual se apoiam seus escritos e, em instância última, configura e reforça o que Han (2012) nomeia Sociedade da Transparência), Souza e Silva (2014) aponta um arcabouço imagético dinâmico, com multicamadas a plasmar o espaço público.

Se eu enxergar o espetáculo como uma coisa ruim [sempre], perco a oportunidade de utilizá-lo como uma estratégia. [...] Espetáculo também traz a possibilidade emancipadora (SOUZA E SILVA, 2014)⁸⁵.

Nele, o sensorial motivador torna-se capaz de oferecer seu quinhão de riqueza para a construção de estratégias analíticas a serem exploradas (sempre no melhor sentido) pelos estudos educacionais. Maior êxito se alcançará se privilegiarmos a forma de ver as imagens como parte de uma teia socioimagética, considerando, como propõe Catalá Domènech (2015), inspirado em Edgar Morin⁸⁶, os níveis de complexidade na relação que o observador/interagente estabelece com elas.

⁸⁵ Excerto de aula da disciplina de pós-graduação *Tecnoimagética: produção e circulação da imagem na comunicação*, ministrada na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, no primeiro semestre de 2014.

⁸⁶ O conjunto da obra, especialmente os textos que tratam da complexidade, segundo dá a compreender a entrevista de Catalá-Domènech por nós citada.

4. 5 Um olhar educomunicativo sobre Políticas Públicas e suas interfaces socioambientais

4.5.1 Educomunicação e Educomunicação Socioambiental – aclarando conceitos

A Educomunicação define-se, conforme Ismar Soares, como campo emergente de pesquisas constituído pelo “conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e fortalecer *ecossistemas comunicativos*” (SOARES, 2011, p. 44, grifo do autor). Cláudio Messias (2011, p. 212), em investigação epistêmica sobre o conceito, enuncia:

[...] a Educomunicação sai do arcabouço científico que a teoriza e chega, enquanto prática reflexiva, aos mais variados ambientes, fazendo parte do saber social resultante de experiências vividas e/ou ouvidas no cotidiano de educadores, comunicadores ou demais profissionais relacionados direta ou indiretamente a práticas de ensino-aprendizagem em contextos diversos.

Revisitando o histórico da palavra Educomunicação, o docente da Universidade Federal de Campina Grande observa ao menos duas formas de entendimento do processo ao qual remete o vocábulo: a) o uso compartilhado de “atributos da comunicação social e da atividade pedagógica”, que provém de longa data e tem seu exemplo nas práticas de Célestin Freinet, educador francês; b) o aproveitamento da formação cognitiva, no ensino formal, para uma conscientização acerca da capacidade persuasiva dos meios massivos de comunicação e quanto ao aproveitamento da produção midiática no intuito de educar para os meios a partir dos meios (MESSIAS, 2011, pp. 212 e 213).

O conceito “educomunicação” é concebido mediante o cruzamento entre parâmetros já advindos dos anos 1960 e 1970, na América Latina, nos postulados de Mário Kaplún, Juan Dias Bordenave, Paulo Freire, Valerio Fuenzalida, Luis Ramiro Beltrán, entre outros, e práticas da inter-relação comunicação/educação sistematizadas em pesquisa desenvolvida por Ismar de Oliveira Soares. Enquanto objeto de estudo latino-americano, essa área do conhecimento é apresentada à comunidade científica em *paper* publicado nos anais do XXII Congresso Nacional Intercom, realizado na Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro, em 1999. O trabalho, intitulado “Educomunicação: ou a emergência do campo da inter-relação comunicação/educação”, foi exposto, presencialmente, por Eliany Salvatierra Machado, então pesquisadora vinculada ao Núcleo de Comunicação e Educação da USP, no Grupo de Pesquisa Comunicação e Educação (MESSIAS, 2017, p. 4).

O termo suscita, para os pesquisadores da área, a ideia de:

uma figura de linguagem para nomear um ideal de relações, construído coletivamente em dado espaço, em decorrência de uma decisão estratégica de favorecer o diálogo social, levando em conta, inclusive, as potencialidades dos meios de comunicação e de suas tecnologias. (SOARES, 2011, p.44)

Tais relações implicam “o reconhecimento estratégico da luta pela liberdade da palavra, como uma utopia que se concretiza em ações efetivas nos espaços educativos” (SOARES, 2011, p. 44). Ações solidárias em áreas específicas tornam-se, pois, eixo em torno do qual se estrutura o campo. Com a expectativa de formar para a cidadania sem esquecer a ética profissional e objetivando a educação do ‘cidadão global’, os educomunicadores promovem articulações pautadas em valores educativos que lhes dão suporte, organizadas em torno de quatro pontos fundamentais: a) trabalhar em equipe, por opção, respeitando as diferenças; b) valorizar os erros como parte do processo de aprendizagem; c) amparar projetos direcionados à transformação social e d) gerir de forma participativa e em sua totalidade o processo de intervenção comunicativa (SOARES, 2014, pp. 146-147).

Nesse cenário, a participação emerge como elemento catalisador para os ecossistemas comunicativos. Joan Ferrés i Prats sugere estudá-la a partir de dois níveis: 1) os que lhe parecem mais primários, como a *participação mediante o jogo de inferências*, a *participação emocional* e a *participação inconsciente* e os patamares que lhe parecem superiores, como a *participação através da interatividade tecnológica*; a *participação mediante a relação* — evocando a sociedade em rede, de Castells (1999) —; a *participação na construção da inteligência coletiva* (de Lévy e Jenkins)⁸⁷ e a *participação para a transformação do ambiente* (FERRÉS i PRATS, 2014, pp. 264- 271). O especialista em Comunicação e Educação lembra, no entanto, que há inúmeros desafios para a Educomunicação se o que se almeja é fornecer respostas face às possibilidades e aos aspectos limitantes do novo ambiente comunicativo. Assim, cabe ressaltar que a emergência de um novo ambiente tecnológico não é determinante para que cidadãos tornem-se indivíduos socialmente engajados. O simples fato de estarem disponíveis “ferramentas que propiciam a colaboração” jamais será suficiente para promover o engajamento dos indivíduos em uma problemática social ou cultural “diante da qual adotam uma atitude indiferente”⁸⁸ — vencer a indiferença, portanto, depende de nossa capacidade de mobilizar o

⁸⁷ Pierre Lévy, filósofo da informação, pesquisador na área de cibernética e inteligência artificial, autor de *Inteligência Coletiva - para uma antropologia do ciberespaço* (Loyola, 2007). Henry Jenkins, pesquisador de mídia, professor de Comunicação, Jornalismo e Artes Cinematográficas, autor de *Cultura da Convergência* (Aleph, 2009).

⁸⁸ Como também o lembram Jacobi (2008) e Berna (2010).

‘querer’ dos indivíduos, de maneira a “canalizar seu *capital emocional* para um compromisso social cada vez mais sólido” (FERRÉS i PRATS, 2014, pp. 274 e 276, grifo nosso).

Dessa linha de força tem-se ocupado em crescente a Educomunicação Socioambiental, “um conjunto de ações e valores desenvolvidos no dialogismo, através da participação e pelo trabalho coletivo”, segundo Gattás (2015, p. 110). O conceito, afirma a autora, passa a ter reconhecimento na década de 1980, unindo os campos social e ambiental; assim, “as práticas educacionais, em seu pressuposto político-metodológico, tornam-se essenciais para o desenvolvimento de uma educação ambiental crítica e dialógica” (GATTÁS, 2015, p. 110). O texto base do Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2008, p. 9) detalha:

Na perspectiva da Educomunicação, pode-se perceber que uma política de gestão da informação socioambiental (por mais dinâmico e interativo que seja o processo de gestão e disponibilização destas informações) não contempla todos os aspectos de uma política de comunicação e informação ambiental que aqui apresentamos como ação comunicativa para a emergência de sociedades sustentáveis. É preciso prover a popularização do uso dos meios a partir da experiência aprendiz e diálogo interativo constante entre estudantes, educadores, pesquisadores e comunicólogos, entre outros profissionais, estando esses atores identificados tanto no sistema formal de educação quanto nos processos educadores não-formais e informais. É preciso qualificar o processo educacional para que haja a organização de um fluxo formador permanente e biorregionalmente contextualizado.

4.5.2 Participação, Meio Ambiente e Políticas Públicas – interconexões sob a égide educacional

Enrique Leff, em seu livro *Epistemologia Ambiental*, situa a questão do meio ambiente como problemática ligada sobretudo ao âmbito social, originada em processos sociais conjuntos e por estes perpassada. Do ponto de vista teórico, o autor critica a ausência de renovação de paradigmas, conceitos e métodos das Ciências Sociais para o estudo das relações entre tais processos e as mudanças ambientais em curso. A conexão normalmente estabelecida entre a vida associada e o mundo natural, afirma, restringiu-se à internalização de aparato normativo ecológico e tecnológico ao arcabouço das teorias e políticas econômicas vigentes, relegando a plano marginal o escrutínio de dois fatores fundamentais: o conflito que permeia o campo e as estratégias políticas para seu enfrentamento.

O preenchimento progressivo dessa lacuna tem-se dado, mais recentemente, por meio de enfoques inter/multi/transdisciplinares da temática socioambiental, em busca de compreensões mais amplas e menos compartimentadas acerca da propalada transformação

social que, enfim, nos retirará do caos iminente. Havemos de concordar, portanto, que a glocal e galopante entropia do sistema-terra clama por esforços de reversão coletivos oriundos de múltiplos campos do conhecimento e seus pontos de contato.

A resolução dos problemas ambientais, assim como a possibilidade de incorporar condições ecológicas e bases de sustentabilidade aos processos econômicos – de internalizar as externalidades ambientais na racionalidade econômica e os mecanismos do mercado – e para construir uma racionalidade ambiental e um estilo alternativo de desenvolvimento, implica a ativação e objetivação de um conjunto de processos sociais: a incorporação dos valores do ambiente na ética individual, nos direitos humanos e na norma jurídica dos atores econômicos e sociais; a socialização do acesso e apropriação da natureza; a democratização dos processos produtivos e do poder político; as reformas do Estado que lhe permitam mediar a resolução de conflitos de interesses em torno da propriedade e aproveitamento dos recursos e que favoreçam a gestão participativa e descentralizada dos recursos naturais; o estabelecimento de uma legislação ambiental eficaz que normatiza os agentes econômicos, o governo e a sociedade civil; as transformações institucionais que permitam uma administração transestorial do desenvolvimento; e a reorientação interdisciplinar do desenvolvimento do conhecimento e da formação profissional. Estes processos implicam a necessidade de abrir a reflexão e a pesquisa sociológica ao campo dos problemas ambientais (LEFF, 2002, p. 111-112).

Em busca desse alargamento cognitivo, propomos rememorar a ponte entre a Educomunicação Socioambiental e a Ciência Política, sob o prisma das Políticas Públicas (PPs), vistas aqui como mediadoras de relações substanciais entre a coletividade e aqueles que a governam. Importa, nesse percurso teórico, imaginar formas pelas quais seja possível não perceber o Estado apenas como “um campo de ação pouco ágil, contaminado pelos vícios da burocracia, que diminui a sua eficiência enquanto gestor, apesar de apresentar importante função reguladora” (LOUREIRO, 2008, p. 26). Essa característica, uma de muitas presentes no ambientalismo fim-de-século analisadas por Carlos Frederico Loureiro (2008, p. 25), tem “implicações diretas sobre a construção teórica no campo social”. Outro traço constitui-se o tipo de uso midiático dos espaços reservados à problemática ambiental. Para o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro,

A mídia, que desempenha papel fundamental na era da informação, não tem proporcionado o devido espaço à problemática, situando-a isoladamente, em uma narrativa que tende a expressar-se como dramática, romântica e apolítica⁸⁹. Além disso, incorre no equívoco de trazer para o indivíduo e para o plano comportamental a responsabilidade pela crise ecológica. A

⁸⁹ Exceto em tempos de eleição – constituímos aqui um aparte –, nos quais a politização extremada e extremista das questões ambientais impede igualmente o avanço das reflexões.

apresentação dos desastres ambientais parece dificultar aos espectadores o estabelecimento de nexos entre o fato e a dinâmica social (LOUREIRO, 2008, p. 25).

Daí resultaria um cenário no qual emerge certa crise de identidade no movimento ambientalista, enquanto este tenta posicionar-se “entre a mobilização e a proposição, entre a parceria e o conflito”. A ausência de uma “maior inserção junto ao cidadão comum”, o distanciamento das bases dos movimentos sociais e populares e a redução do “poder para interferir na definição de políticas públicas com estratégias macrosociais visíveis” (LOUREIRO, 2008, p. 25) completam o quadro a exigir pinceladas de duas cores adicionais: as educacionais e as provenientes dos estudos de política pública.

O documento relativo ao Programa de Educomunicação Socioambiental publicado em 2005 pelo órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente tratou de maneira detalhada de encaminhamentos *sine qua non* para o sucesso da comunicação e educação ambiental em quaisquer de suas manifestações. De lá para cá, conquanto se alterassem governantes, permaneceu este documento uma peça basilar para estudo e promoção da mobilização, do engajamento cidadão a partir de uma visão integrada das Políticas Públicas – tanto aquelas específicas de Meio Ambiente quanto as que não necessariamente lograssem tal designativo. As motivações determinantes da publicação apontam um norte para movimentos ambientalistas, instituições de ensino, sistemas de governança, cidadãos interessados. Pretende-se, segundo o documento oficial:

a) *apresentar um esboço da formulação de uma política pública de comunicação para a educação ambiental*, em resposta à linha de ação “Comunicação para a Educação Ambiental” e sua descrição – “Produzir, gerir e disponibilizar, de forma interativa e dinâmica, as informações relativas à educação ambiental”. A intenção é sistematizar as ações já traçadas pelo Órgão Gestor do PNEA [Programa Nacional de Educação Ambiental] quanto a esta linha de ação, redefinindo-as, na medida do necessário, e ampliando-as;

(b) *lançar elementos para se pensar mais amplamente uma política de comunicação ambiental de modo geral, visando a interação dos objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental com as ações e políticas das demais secretarias do Ministério do Meio Ambiente e seus órgãos vinculados, do Ministério da Educação, outras instâncias de governo e da sociedade civil, inclusive da mídia* (BRASIL, 2005, grifo nosso).

O texto em foco relata que as recomendações do coletivo promovido na primeira Oficina de Comunicação e Educação (Brasília, 20 e 21 de outubro de 2004) “apontaram para a construção aberta e participativa, entre governo e sociedade, de um programa de comunicação

ambiental na perspectiva da Educomunicação” (BRASIL, 2005, p. 5). Seus elaboradores, à época, sublinharam a intenção de

propor uma política estruturante, favorecendo um pensamento coeso sobre que projetos apoiar, sob quais critérios, que ações são consideradas prioritárias e como, metodologicamente falando, implementar estas iniciativas. É preciso uma contextualização clara do terreno em que se atua, o que só é possível em diálogo com os setores que pesquisam a comunicação, com as redes e coletivos representativos do setor. Mais ainda, uma política que não responda apenas às demandas de governo, mas ao refletir uma construção participada, fale diretamente aos governos locais e estaduais, à sociedade civil, em especial aos meios de comunicação, como um referencial de práticas de comunicação educativa ambiental (BRASIL, 2005, p. 7).

Para construir tal referencial, é importante, ainda segundo o documento, não confundir “política de comunicação com ação de monitoramento e intervenção pontual nos meios de comunicação”, bem como não estabelecer a mesma confusão no que concerne a gestão e democratização da informação.

Ocorre que a ação comunicativa só expressa plenamente um conteúdo de fato educativo quando não se reduz a uma acepção de extensão-transmissão de informações, mesmo com a prerrogativa do dever democrático de estendê-la ao público que detém o direito de destinatário. Também não se trata apenas de responder ou pautar o tema Educação Ambiental, visando um controle-doutrinação da mídia ou pela mídia. Uma política de comunicação não pode se resumir, também, a uma diretriz que ordene a produção de materiais informativos e documentos ou gerência de redes de informação (BRASIL, 2005, p. 9).

Donde se conclui que a formulação de um escopo sólido de Políticas Públicas vinculadas aos múltiplos aspectos da temática ambiental — política de comunicação eficaz inclusa — precisa agregar a seus processos formativos estudos mais aprofundados do que vêm a ser as PPs, em seu círculo maior de abrangência. Celina Souza (2006) e Eduardo Caldas (2014) arrolam diversas definições, recolhidas em suas pesquisas sobre o estado da arte. A síntese, reelaborada por nós no quadro abaixo, com acréscimo de mais autores, pode ser ponto de partida para discuti-las num crescente: de aspectos mais didáticos a aspectos que exijam maior abstração, a depender do público envolvido⁹⁰.

⁹⁰ Observação: as referências citadas por estes autores aparecerão em notas de rodapé, enquanto as demais encontram-se arroladas na lista de referências deste trabalho, conforme indicações da ABNT e da Biblioteca da ECA/USP.

Figura 19 - Definições de Políticas Públicas

POLÍTICAS PÚBLICAS
“um sistema [...], uma relação entre formulação, resultados e o ambiente”, com acréscimo de “inputs dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos”⁹¹.
“conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos”⁹².
“[...] é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegações, e que influenciam a vida dos cidadãos”⁹³
“o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas. Expressa a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público”⁹⁴.
[...] “um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas” (MEAD, 1995)⁹⁵
“ [...] o que o governo escolhe fazer ou não fazer”⁹⁶
“um conjunto articulado de decisões orientadas para a resolução de um problema ou para a realização de um objetivo considerado de interesse público. As decisões constituem um padrão de atividade governamental a respeito do assunto. Aquilo que é de fato realizado e não um conjunto de intenções”. (CALDAS, 2014)
“conjunto de instrumentos de ação, tomados no interior do Estado, que visam apresentar as diretrizes e as estratégias de concretização de interesses públicos e de alteração de relações sociais estabelecidas” (SAYAGO e PINTO, 2005)
“programas de ação governamental visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados”.⁹⁷

Fonte: quadro elaborado pela autora com base em SOUZA (2006), CALDAS (2014) e SAYAGO e PINTO (2005)

Caldas (2014, s/p), docente da EACH e do PROCAM-USP, recorda-nos que as Políticas Públicas

são desenvolvidas por instituições governamentais e seus responsáveis por meio de processos políticos. Sua implementação pode ou não envolver organizações da sociedade, empresas etc. As políticas públicas envolvem não

⁹¹EASTON, D. **A Framework for Political Analysis**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1965.

⁹²LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Monica, Calif.: Goodyear, 1980.

⁹³PETERS, B. Guy. **American Public Policy**. Chatham, N. J.: Chatham House, 1986.

⁹⁴GUARESCHI, Neuza et alii. “Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência”. in. M. N. Streyi (org). **Violência, Gênero e Políticas Públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

⁹⁵MEAD, L. M. Public Policy: Vision, Potential, Limits. **Policy Currents**, 1-4, fev. 1995.

⁹⁶DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1984.

⁹⁷BUCCI, Maria de Paula Dallari. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

somente a decisão de elaboração legal, mas os atos subsequentes relacionados à implementação, interpretação e cumprimento da lei.

Souza (2006, p. 24) afirma que “a definição mais conhecida continua a ser a de Harold Laswell⁹⁸, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença [isso] faz”. Vislumbra-se aqui entrada para os aportes da Educomunicação no plano do entendimento da temática concernente às políticas públicas socioambientais, em razão de sua busca constante por uma linguagem de entendimento coletivo — simples, mas não redutora de abordagens e conteúdos.

Em um dos documentos técnicos do Programa de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2005), Marcos Sorrentino⁹⁹ e colaboradores aludem a esse tópico, pontuando os cuidados com a acessibilidade linguística representada pela oralidade no emprego do idioma. Para os pesquisadores, tal atenção implica o uso adequado do diálogo educativo, com o objetivo de aproximar os interlocutores e “unir corações e mentes” em torno do assunto em foco, afastando o risco da tecnocratização/burocratização do discurso, da argumentação, da fala. Sublinham, portanto, o cuidado com a oralidade, a fim de gerar através dela sentidos apropriáveis e não um domínio alcançado plenamente apenas pela elite técnica — tal condição, lembram, deve figurar com expressividade em uma política pública de comunicação socioambiental (BRASIL, 2005, p. 10).

Afastado o risco de burocratizar o discurso e assim distanciar e dispersar os sentidos que poderiam “sensibilizar e mobilizar pela simplicidade e objetividade” (BRASIL, 2005, p.10), convém mirar noutras entradas pelas quais se torne viável azeitar os processos de entendimento de Políticas Públicas por parte do cidadão comum, incluindo nossos estudantes e docentes envolvidos em construção de estruturas participativas cidadãs.

Podemos também e sobretudo entender ‘política’ já não no sentido de uma atividade de gestão e organizadora, mas como uma práxis horizontal cujos atores são os governados. Esta práxis designa relações entre homens que se exprimem através da mediação única da palavra, ao contrário das atividades de produção em que as relações entre os homens não se elaboram a não ser através da mediação dos objetos e da sua fabricação. Contrariamente, a política como práxis, como atividade horizontal de confrontos, de debates, de formulação de exigências inscreve-se em múltiplas redes, através da criação ou recriação de laços, em torno das seguintes questões: o que queremos nós ou o que recusamos nós aqui e agora, para nós e para os outros? Quais são nossos recursos? O que fazer? (HANSOTTE, 2005, p. 21)

⁹⁸ Cientista político e teórico da Comunicação. A definição a que Souza (2006) se refere aparece na obra *Politics: Who Gets What, When, How* (Cleveland: Meridian Books, 1936/1958).

⁹⁹ Professor da Escola Superior de Agricultura Luís de Queiroz - ESALQ-USP.

As respostas a tais indagações envolvem a construção de estruturas participativas que funcionem como porta de aprendizagem socioeducativa e socioambiental — por exemplo, a metodologia do projeto Bairro-Escola, desenvolvida pela associação Cidade Escola Aprendiz, para Educação Comunitária Integral¹⁰⁰. Esta associação surgiu há vinte anos na Vila Madalena (São Paulo, capital) e desde então vem desenvolvendo metodologias e ações educativas cujo intuito inicial — a educação integral dos jovens do entorno — originou uma rede também voltada à expansão da iniciativa para diversas cidades do país.

O Bairro-escola é um sistema de aprendizagem compartilhada entre escolas, comunidades, poder público, empresas e organizações sociais, que visa o desenvolvimento integral de indivíduos e seus territórios, com especial atenção às crianças, adolescentes e jovens. Esta visão dialoga com a perspectiva do que vem sendo chamado no Brasil de educação integral. (BAIRRO-ESCOLA, 2014, s/p.)

O pressuposto fundante da Educação Integral, de acordo com a instituição, é desenvolver os indivíduos do ponto de vista intelectual, afetivo, físico, social e simbólico, estabelecendo integração dos diferentes espaços e agentes de um dado território. Como se trata de tarefa bastante complexa, levá-la adiante requer integrar em torno de um projeto comum a totalidade ou a máxima parcela desses atores sociais, compreendendo, de antemão, a perspectiva de território adotada pela associação Cidade Escola Aprendiz:

(...) produto da dinâmica social onde tencionam sujeitos sociais; uma apropriação no sentido simbólico, um domínio no sentido político-econômico, um espaço socialmente partilhado; uma construção a partir dos percursos diários trabalho-casa, casa-escola e das relações que se estabelecem no uso dos espaços ao longo dos dias e das vidas das pessoas (...) (BAIRRO-ESCOLA, 2014, s/p.).

O estudo dos métodos aplicados à concepção balizadora dessa proposta é capaz de prover, de maneira simples e direta, o entendimento de alguns aspectos das políticas públicas, conduzindo ao empoderamento cidadão e à replicação de iniciativas iguais ou assemelhadas ao projeto. No caso do prisma socioambiental, aquele sobre o qual nos temos debruçado, vislumbramos possibilidade de adaptação da metodologia para alcançar outros patamares de relação dos moradores com seu entorno geofísico. Isto se justifica a partir de dados coletados por nós durante pesquisa finalizada em 2013, em nível de mestrado (cuja temática se desdobrou nesta investigação doutoral), que indicam um sentimento de *não empoderamento* e de

¹⁰⁰ Mais em: http://www.cidadeescolaaprendiz.org.br/content/uploads/2014/03/Bairro-escola_passo-a-passo.pdf e http://www.cidadeescolaaprendiz.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Bairro-escola_passo-a-passo.pdf.

distanciamento dos estudantes e da população de modo geral quanto às mazelas socioambientais do distrito então pesquisado (reduzindo severamente o grau de proatividade cidadã nesse território). O quadro a seguir ilustra a condição mencionada:

Figura 20 – Empoderamento cidadão dos moradores do distrito Vila Medeiros (São Paulo, capital), face às dificuldades locais

Empoderamento cidadão face às questões ambientais locais																	
PARA INFLUENCIAR EM DECISÕES AMBIENTAIS RELATIVAS AO MEU BAIRRO, EU ME SINTO UM CIDADÃO...	ADULTOS		JOVENS ENSINO MÉDIO		JOVENS ENSINO FUNDAMENTAL		TOTAL DOS RESPONDENTES		RANKING								
	F	%	F	%	F	%	F	%									
COM TOTAL PODER	7	12,28	4	6,45	15	25,00	26	14,53	3º								
COM BASTANTE PODER	3	5,26	7	11,29	9	15,00	19	10,61	5º								
COM POUCO/ALGUM PODER	23	40,35	27	43,55	19	31,67	69	38,55	1º								
SEM PODER	18	31,58	21	33,87	16	26,67	55	30,73	2º								
NÃO RESPONDERAM	6	10,53	3	4,84	1	1,67	10	5,59	4º								
<table><tr><td></td><td>MAIORES VALORES DE CADA GRUPO</td><td></td><td>PRIMEIRA RESPOSTA MAIS ASSINALADA</td><td></td><td>SEGUNDA RESPOSTA MAIS ASSINALADA</td><td></td><td>TERCEIRA RESPOSTA MAIS ASSINALADA</td></tr></table>											MAIORES VALORES DE CADA GRUPO		PRIMEIRA RESPOSTA MAIS ASSINALADA		SEGUNDA RESPOSTA MAIS ASSINALADA		TERCEIRA RESPOSTA MAIS ASSINALADA
	MAIORES VALORES DE CADA GRUPO		PRIMEIRA RESPOSTA MAIS ASSINALADA		SEGUNDA RESPOSTA MAIS ASSINALADA		TERCEIRA RESPOSTA MAIS ASSINALADA										

Fonte: Falcão (2013)

Como exercício educ comunicativo anterior à reflexão a ser proposta em grupos sociais pertencentes a áreas ambientalmente prejudicadas, parece-nos exequível, por exemplo, investir na formação inicial de equipes de educação socioambiental promovendo a discussão de quadros embasados na Metodologia Bairro-Escola, em suas interfaces com aspectos das políticas públicas, que podem ser trabalhados na educação formal, não formal e informal. Caberia a tais equipes, munidas de diagnósticos e panoramas territoriais em consonância com

formações paralelas como as oferecidas pela Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz - UMAPAZ¹⁰¹ (INOJOSA, 2012) - e pelos projetos PAPs (Pessoas que Aprendem Participando)¹⁰², apresentar sugestões de trabalho aos Conselhos Participativo e Ambiental e/ou outras instâncias locais interessadas, propondo atividades educacionais a serem desenvolvidas junto à(s) comunidade(s). O objetivo final seria ampliar o empoderamento entre os cidadãos desses territórios, ofertando-lhes portas de entrada para uma relação de atenção e cuidado com o meio ambiente local. Ao indagar, em uma eventual oficina, *o que são Políticas Públicas e como podem contribuir para melhorar a vida de todos?*, abrimos espaço para a criação coletivo-dirigida de produções dessa natureza. Entendemos por coletivo-dirigido o processo desenvolvido em grupo, mediado por um educador com o objetivo de organizar/facilitar a emergência, troca e reorganização dos saberes em torno de uma temática pré-selecionada (por ele ou pela comunidade de aprendizagem).

Rodas de conversa, oficinas, minicursos focando a proatividade ambiental podem originar-se na apresentação e discussão das diferentes nuances a condicionar as Políticas Públicas, após sessão escutatória¹⁰³ das múltiplas noções emergentes entre participantes. Entrecruzando tais saberes com excertos teórico-práticos de projetos bem sucedidos e breve respaldo da literatura afim, torna-se viável aos facilitadores tecer questionamentos cuja intenção seja desenvolver diálogos formativos. Caberia apresentar tal panorama aos Conselhos Participativo e Ambiental e/ou outras instâncias locais interessadas, propondo atividades educacionais comunitárias.

Como exercício teórico-prático de cunho exploratório — e também como contribuição pedagógica —, criamos quadros utilizando excertos da metodologia Bairro-Escola (livremente disponibilizados pela associação Cidade Escola Aprendiz) em intersecção com contribuições teóricas de autores voltados ao estudo das políticas públicas. Esse material é visualizável nos anexos e pode ser aproveitado em atividades de formação, tanto *para/por* educadores e educadores, quanto *para e por* moradores e quaisquer cidadãos envolvidos em atividades cujo objetivo seja multiplicar ações socioambientais engajadas.

¹⁰¹ “A UMAPAZ – Universidade Aberta do Meio Ambiente e da Cultura de Paz, Departamento de Educação Ambiental da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), desenvolve e dissemina conhecimentos e práticas de educação para a sustentabilidade, alicerçados no respeito à vida e inspirados na Carta da Terra”. Ver mais em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/umapaz/sobre_a_umapaz/index.php?p=243

¹⁰² Conforme descritivo no capítulo 4.

¹⁰³ Tomamos aqui o termo a Rubem Alves, para quem a palavra “escutatória” tinha sentido muito especial, que se pode depreender da leitura da crônica *Escutatória*, publicada em agosto de 2011 no site da Revista Educação do UOL. Dela transcrevemos o trecho inicial: “Sempre vejo anunciados cursos de oratória. Nunca vi anunciado curso de escutatória. Todo mundo quer aprender a falar. Ninguém quer aprender a ouvir. Pensei em oferecer um curso de escutatória. Mas acho que ninguém vai se matricular.” (<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/160/artigo234825-1.asp>)

Tal proposta surge da revisão dos sete eixos fundamentais para desenvolvimento de formações ligadas às Políticas Públicas:

1. Ideias, interesses e instituições
2. Agenda
3. Implementação
4. Território e Pressupostos
5. Atores/agentes
6. Redes
7. Avaliação

Em relação ao eixo 1 (*Ideias, interesses e instituições*), Massardier (2011, p. 75) argumenta que “[...] toda ideia é uma construção social não concebida *a priori*” e que a análise cognitiva das políticas públicas permite ‘desnaturalizar’ alguns monopólios liderados pela razão econômica, técnica ou burocrática. Para o autor, esse tipo de análise faculta compreender melhor as construções em torno de uma ideia/uma determinada política pública, tendo em vista que

“[...] as escolhas técnicas e econômicas não são apenas uma opção entre outras, os atores não são somente agentes econômicos *short-term self-interesting maximisers*¹⁰⁴, os ajustamentos entre atores não são exclusivamente e imediatamente corrigidos pelo mercado e pelos preços” (MASSARDIER, 2011, p. 74, grifo do autor).

O trabalho analítico nessa linha desnuda “*a competição entre as representações do mundo*”, pois mostra que a burocracia, o mercado e a técnica não são os únicos a pautar as racionalidades dos atores sociais. Estas últimas “*abrem as políticas públicas à concorrência entre uma variedade de ‘razões para agir’*”, envolvendo “*todos os tipos de causas — miséria, meio ambiente [...]*”, e englobando ideias como equidade, justiça, segurança — além das emoções atreladas a tais percepções (MASSARDIER, 2011, p. 75, grifo nosso). O trabalho com os conceitos ligados às políticas públicas, assim, depende das maneiras pelas quais se trabalha em conjunto com uma ou várias instituições, negociando os interesses individuais e coletivos sobre os quais pontua Ângela Marques (2011).

Mais uma questão importante a considerar é a crescente influência de outros campos teóricos (e suas premissas) sobre o debate concernente às políticas públicas, com destaque para o neoinstitucionalismo, cuja ênfase está na “importância crucial das instituições/regras para a decisão, formulação e implementação de políticas públicas”, conforme Souza (2006, p. 37).

¹⁰⁴ Algo como “maximizadores de autointeresse de curto prazo”, na versão para o português.

A *agenda*, para Kingdon (2007, p. 222), constitui a lista de problemas ou temas a serem focalizados em momentos de séria atenção por governantes e também por pessoas de fora do governo, mas que estejam fortemente ligadas às autoridades. Divide-se em agenda de governo (a lista dos temas objeto de atenção) e agenda de decisões (a “lista dos assuntos dentro da agenda do governo encaminhados para deliberação”) — cada qual definida por processos distintos. Joan Subirats discute como se define — ou como se ‘constrói’ — um problema e como este se insere na agenda pública.

Ao colocar o problema como uma discrepância entre realidade e desejos, não se resolve a dificuldade de atravessar a distância entre as duas situações. Talvez devêssemos referir-nos aos problemas como discrepâncias, senão também sublinhar as diferenças entre o que é e o que deveria ser, mas ao mesmo tempo articulando uma solução que permita salvar a distância? O que seria solução neste sentido? O problema é basicamente uma construção analítica. (SUBIRATS, 2006, p. 202-203)¹⁰⁵

Sobre essa construção debruçam-se os governos, normalmente a partir de um cenário *top-down*, a despeito da aceitação de diversas teses sobre o neogerencialismo público e dos experimentos de “delegação de poder para grupos sociais comunitários e/ou que representam grupos de interesse” (SOUZA, 2006, p. 36). Administradores públicos tomam, portanto, decisões sobre situações-problema e desenham políticas de enfrentamento, “mesmo que delegando parte de sua responsabilidade, principalmente a de implementação, para outras instâncias, inclusive não governamentais” (SOUZA, 2006, p. 36). Para Laurence O’Toole Jr.¹⁰⁶ (2010, p. 232), o mundo da implementação de políticas é bastante complexo estruturalmente e um dos fatores condicionantes reside no “aumento no número de programas públicos elaborados para acolher valores múltiplos”.

Cabe aqui lembrar, conquanto não desdobremos o enfoque no presente trabalho, a complexidade envolvida no verbo *acolher* quando o assunto é política pública: Adilson Citelli¹⁰⁷ chama a atenção para o seguinte fato: “‘Acolhe-se’, em grande monta, o que deriva dos grupos de pressão, dos interesses do capital (em seus vários segmentos), dos interesses políticos, etc.”. Quebrar esse ciclo transforma-se em tarefa cada vez mais penosa tendo em mira a ação de grupos especiais de interesses, os quais manipulam até mesmo as avaliações de riscos ambientais, fazendo com que resultem tendenciosas, como afirma Anthony Giddens; assim, é preciso estimular a sociedade a fim de que se torne progressivamente atenta, pois “movimentos diferentes podem servir-se de ideias similares, mas colocá-las a serviço de fins opostos”

¹⁰⁵ Sobre análises relacionadas à construção da noção de ‘problema ambiental’, consultar o artigo *Representação Social de “Problema Ambiental”: uma Contribuição à Educação Ambiental*, de Tarso Bonilha Mazzotti (1997).

¹⁰⁶ Professor emérito de Administração e Políticas Públicas da Universidade de Georgia (EUA).

¹⁰⁷ Informações verbais, colhidas nos diálogos durante o processo de orientação desta tese.

(GIDDENS, 2010, p. 76). Na quadra histórica atual, alerta Citelli, está em curso a “reversão de políticas públicas’ garantidas pela Constituição de 1988”¹⁰⁸, interferindo negativamente, entre outros assuntos, no que tange à posse da terra por índios, quilombolas e demais grupos sociais não hegemônicos; sem contar a leniência em relação ao agronegócio, que “está passando o trator sobre reservas para garantir a expansão dos campos de soja e ‘da riqueza nacional’”¹⁰⁹. De quais *valores múltiplos* estamos falando, nesse caso, e quanto eles afetam as questões coligadas ao trato do meio ambiente tendo em vista o cenário deslindado? Basta notar que

Quando uma determinada unidade pública implementadora de projetos tem de lidar também com problemas de degradação ambiental, deslocamento de moradias, poluição sonora e impactos outros de um determinado programa, as dificuldades de implementação, incluindo os arranjos institucionais, tornam-se mais complexos (O’Toole Jr., 2010, p.232).

Nesse caso, convém reforçar o investimento nos processos deliberativos genuínos (DAHLGREN, 2009) e garantir eficácia ao plano de comunicação, para gerar/angariar entendimento popular sobre os processos de implementação, a fim de obter apoio/adesão dos cidadãos, e, muito importante, fazê-lo de maneira a permitir-lhes negociar eliminação/redução de danos e perdas ou, ainda, cobrar/promover ações de compensação. Quais medidas, entretanto, ou quais chamamentos seriam capazes de mobilizar de modo mais eficaz a população de uma determinada região, para que pudesse acompanhar as atividades de implementação de uma certa política pública e questionar seus desvios, caso ocorram?

A população precisa ser mobilizada para compreender, desejar e participar da [sua] implementação. Torna-se interessante, portanto, que líderes comunitários, organizações sociais e formadores de opinião, juntamente com a prefeitura, construam uma espécie de pacto capaz de traçar objetivos, responsabilidades e metas comuns e garantir o comprometimento de todos com a sua consecução. (BAIRRO-ESCOLA, 2014, p. 23)

Isso, no entanto, só é possível se o grau de pertencimento dos cidadãos ao seu espaço geográfico e social (MARQUES e MAIA, 2008; MATOS, 2009; LOUREIRO, 2004; MARTÍN-BARBERO, 2003) for suficientemente forte para promover engajamento. Cabe,

¹⁰⁸ Idem à nota anterior.

¹⁰⁹ Ibidem. Ver também, a esse respeito, editorial da Folha de S. Paulo denominado *Faroeste Caboclo* (07/02/2018), sobre a relação entre o avanço do garimpo ilegal na Amazônia e a degradação dos territórios indígenas — acompanhada da depauperação humana representada pelo alcoolismo, o trabalho semiescravo, a prostituição com os quais acabam por se envolver.

nessa reflexão, lembrar o papel da comunicação comunitária como elemento catalisador de ações coletivas, conforme Cicilia Peruzzo (2009, p. 39):

A comunicação comunitária se configura em uma grande variedade de feições, tais como a presencial (comunicação interpessoal, grupal), impressa (panfleto, boletim, fanzine, jornalzinho, cartaz, faixas), sonora (carro e bicicleta de som, alto-falante, rádio comunitária), audiovisual (vídeo, TV de Rua, Canal Comunitário na televisão a cabo) e on-line (blogs, websites, comunidades virtuais, redes, fanzines, emissoras comunitárias na internet). Está repleta de distorções e, simultaneamente, de virtudes. De maneira geral, convém dizermos que as distorções têm relação com o jogo de interesses distintos que movem a criação de um meio comunitário de comunicação. Há aqueles de caráter mobilizador e educativo que visam prestar serviços comunitários para melhorar a qualidade de vida de segmentos da população. Outros se movem por interesses comerciais, pois há quem se aproprie de meios comunitários, especialmente do rádio, como forma de arrecadar dinheiro. Há também os interesses de caráter religioso e os de cunho personalista e/ou político-eleitoral. Outras distorções ocorrem em virtude da falta de recursos financeiros, práticas autoritárias de lideranças, uso político eleitoral, falta de preparação adequada para o manuseio da comunicação etc.

De todo modo, prossegue a autora, as virtudes da comunicação comunitária se destacam quando o assunto é o interesse público. Isso acontece, indica, porque o meio comunitário, ao conscientizar e promover direitos humanos, ao mesmo tempo faculta o exercício da cidadania, abrindo espaço para a difusão da voz do cidadão e possibilitando que ele participe de todas as fases do processo comunicativo — inclusive geração de conteúdos e gestão do meio. Ela acredita que embora as pessoas consigam operar sistemas comunitários de informação mesmo sem formação específica (pois aprendem de maneira prática, uns com os outros, recebem ajudas ocasionais de indivíduos que trabalham com comunicação ou, às vezes, têm oportunidade de participar de algum curso na área), “o exercício de atividades de comunicação comunitária poderia ser melhorado, em alguns casos, se houvesse a possibilidade de formação específica para tal fim” (PERUZZO, 2009, p. 39).

A pesquisadora cogita um tipo de formação capaz de auxiliar o comunicador popular sem conduzi-lo aos padrões da mídia comercial de maior porte, levando-o, assim, ao respeito da dinâmica e da lógica da comunicação comunitária. Surge daí sua menção à necessidade de uma formação cujas competências permitam agregar aquilo que vê como *novo direito*, o que dá acesso ao conhecimento em comunicação do ponto de vista técnico e especializado — estímulo a mais para o engajamento menos atrelado aos sistemas de comunicação hegemônicos.

Sem, contudo, que o indivíduo a ser estimulado sinta-se parcela integrante do território que habita, pouco frutíferas serão iniciativas no sentido de capacitá-lo sob a perspectiva da Comunicação. Importa, nesse âmbito, clarificar o próprio conceito de território, para que a partir dele se possa promover participação interessada. Segundo o geógrafo Milton Santos (1999, p. 19),

[...] o território tem de ser visto como algo que está em processo. E ele é muito importante, ele é o quadro da vida de todos nós, na sua dimensão global, na sua dimensão nacional, nas suas dimensões intermediárias e na sua dimensão local. Por conseguinte, é o território que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos. Ele tem de ser visto – e a expressão [...] é de François Perroux¹¹⁰ – como um campo de forças, como o lugar do exercício, de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos.

Abramovay e Beduschi Filho (2003) fornecem pistas adicionais:

Territórios não são, simplesmente, um conjunto neutro de fatores naturais e de dotações humanas capazes de determinar as opções de localização das empresas e dos trabalhadores: eles se constituem por laços informais, por modalidades não mercantis de interação construídas ao longo do tempo e que moldam uma certa personalidade e, portanto, uma das fontes da própria identidade dos indivíduos e dos grupos sociais (ABRAMOVAY, 2003, grifo do autor)¹¹¹. Em torno dos territórios existem certos modelos mentais partilhados e comportamentos que formam uma referência social cognitiva materializada numa certa forma de falar, em episódios históricos e num sentimento de origem e de trajetórias comuns. Os territórios não são definidos pela objetividade dos fatores de que dispõem, mas, antes de tudo, pela maneira como se organizam. (BEDUSCHI FILHO e ABRAMOVAY, 2003, p. 3)

A organização dos *atores* da sociedade civil em dado território influi, portanto, no *como* se desenvolverão as políticas públicas pensadas/gestadas para aquele espaço. Do mesmo modo, os *agentes* do serviço público, com seu poder discricionário, interferem significativamente no planejamento e na execução das ações previstas/propostas — sem, contudo, conseguirem gerar os resultados desejados se inexistir cooperação ativa dos beneficiários/alvos dos serviços e normas públicas (MEYERS e VORSANGER, 2010; HASENFELD, 1990)¹¹². Ainda assim, em razão de

[...] sua posição na interface entre o cidadão e o Estado, os burocratas de nível de rua têm oportunidades significativas de influenciar a execução das políticas públicas. Os trabalhadores de linha de frente são responsáveis por muitas das atividades centrais dos órgãos públicos, desde a determinação da elegibilidade do programa à alocação de benefícios, o julgamento de conformidade com as normas, a imposição de sanções e a isenção de penalidades a indivíduos e empresas. Essas atividades de frente formam o núcleo técnico de muitas organizações públicas. Uma vez essas atividades envolvem interações diretas com os cidadãos, os trabalhadores de linha de frente também exercem discricção considerável. [...] por meio de sua rotina e das decisões que tomam, esses trabalhadores, em realidade, *produzem* políticas públicas tal como os

¹¹⁰ Economista francês, propôs uma nova teoria acerca da interdependência e equilíbrio globais.

¹¹¹ ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.

¹¹² Meyers e Vorsanger, quanto a este aspecto, apoiam-se em Yeheskel Hasenfeld, professor de bem-estar social da Universidade da Califórnia – Los Angeles, mais especificamente na obra **Human Service Organizations** (Prentice-Hall, 1983).

cidadãos as experimentam (MEYERS e VORSANGER, 2010, p. 250-251, grifo das autoras).

Considerando-se que as construções representadas pelas políticas públicas são especialmente elaborações sociais da realidade, suas evidências técnicas/funcionais indicam apenas uma dentre as muitas possibilidades interpretativas e de ação em um determinado território (MASSARDIER, 2011) — uma das interfaces, portanto. Em referência ao processo de implementação de uma dada PP no escopo de um projeto, Spink (2001, p. 12) argumenta sobre pressuposto vital:

[...] ao intervir num lugar, o projeto vira também constitutivo deste mesmo lugar: não é separado, mesmo tendo sua história própria. O projeto e o processo são como dois rios se juntando [...]. A justaposição dos rios, do projeto e do processo é a parte mais visível de toda uma outra série de justaposições — ou interfaces — que estarão presentes.

As redes sociais, de modo geral, isto é, tanto as virtuais quanto as físicas, e as redes de políticas públicas propriamente ditas desenham justaposições de ideias e alimentam *trânsitos discursivos multidimensionais* (CITELLI, 2012) a integrar as micro e macroestruturas componentes do sexto eixo, as *redes*. Spink (2002, p. 154), cujo olhar científico se volta mais para o segundo tipo de associações¹¹³ (as redes de PPs), considera-as “[...] importantes mecanismos interorganizacionais por propiciarem contatos e articulações”; ao mesmo tempo, destaca, elas facultam às pessoas manter-se “informadas sem necessariamente compartilhar todas as mesmas ideias”. Permitindo o acesso e a agregação de outros, constituem-se conjuntos de ligações abertas, os quais, em determinados momentos, também “se agregam e adquirem características mais formais como fóruns populares ou fóruns temáticos, promovendo encontros e congressos”. Granja (2012, p. 118) acrescenta:

[...] a rede dá suporte e apoio àqueles que estão no processo de mediação¹¹⁴. Como a rede tem várias dimensões no território, há possibilidade de gerar trocas de conteúdos, experiências, projetos, práticas de gestão que podem influenciar e agregar outros tipos de conhecimento.

[...] Em rede, é possível ampliar o conhecimento, compartilhar práticas e tarefas com um propósito comum ou simplesmente replicabilidade parcial de experiência prática de uma política pública. O caráter horizontal e não hierárquico da rede é fundamental para o intercâmbio entre os atores e a abertura permanente a novas adesões, bem como para a combinação de recursos técnicos e políticos aos saberes dos atores. A atuação em rede fornece formação e ampliação do vocabulário na mediação.

¹¹³ Naturalmente, as redes de Políticas Públicas, para funcionarem bem, necessitam das redes sociais, tanto virtuais quanto presenciais.

¹¹⁴ A autora se refere de maneira especial à mediação de conflitos. Doutora pelo PROCAM-USP, a professora Sandra Inês Baraglio Granja ministra cursos na Escola de Governo EGAP-Fundap (Escola do Governo de Administração Pública) e tem entre seus interesses de trabalho e pesquisa a negociação socioambiental e a mediação de conflitos.

Subirats (2006, p. 121), em revisão de literatura¹¹⁵, observa que o conceito de rede tem sido sugerido pela Ciência Política “como aquele mais capaz de recolher toda a riqueza de atores [...], intercâmbios, pressões e negociação” a abarcar não somente “o processo de elaboração e decisão do programa de atuação” mas também a fase de implementação e mesmo os parâmetros de avaliação “para decidir a continuidade ou não da política em questão”.

O Estado se insere nas redes de políticas públicas por intermédio de seus funcionários, os quais, como atores dentre vários outros, contribuem para as negociações e discussões e igualmente para o aprendizado interno dos espaços em que ambas acontecem (MASSARDIER, 2011). “O interconhecimento entre os atores membros das redes [...] se estabelecerá sobre um simples interesse a ser mobilizado, sobre a troca dos recursos indispensáveis à existência de um dispositivo de política pública” (tais como financiamentos, informações específicas), “e, claramente, para as redes mais unidas”, encaixadas na tipologia ‘comunidades’, “sobre um *sentido cognitivo compartilhado*.” (MASSARDIER, 2011, p. 86, grifo nosso).

Esse “sentido cognitivo compartilhado” ajuda em todas as fases do processo, desde o surgimento da ideia até o desenho e a implementação de uma PP, sendo bastante precioso no momento da *avaliação*, o sétimo e último eixo sobre o qual refletimos na série. Face às preocupações atuais com “transparência e responsabilização (muito mais visíveis que há alguns anos)”, a avaliação de uma política pública exige, conforme SPINK (2002, pp. 16 e 17), identificar os participantes e verificar se alguém está sendo excluído. Deve-se observar também o seguinte aspecto:

Se atribuir valor é um processo social, pode-se atribuir valor em circunstâncias claras e também em circunstâncias menos claras, incluindo aquelas onde há pouca coisa definida, onde há muita tentativa e erro e onde o conhecimento emerge a partir da prática, ao longo de um caminho que se torna mais claro quando se olha para trás para ver o quanto se conseguiu avançar (SPINK, 2002, p. 16).

Desta feita, como no projeto Bairro-Escola (ao qual aludimos como um dos exemplos de ação bem-sucedida), ao implantar e procurar avaliar uma política pública,

O ganho de escala deve ser acompanhado pela construção de parâmetros de qualidade e indicadores de resultados, analisados por meio de mecanismos permanentes de monitoramento e avaliação. A preocupação é preservar princípios e conceitos e assegurar o alcance dos impactos esperados. Conselhos ou comitês compostos por representantes do poder público e da sociedade civil

¹¹⁵ Incluindo as seguintes fontes: MAYNTZ, R. Sociología de la organización. Madrid: Alianza Editorial, 1972; HECLO, H. Issue networks and the executive establishment. In: The new american political system. Washington: American Enterprise Institute, 1978. pp. 87-124 e SCHNEIDER, V. The structure of policy networks. Comunicación In: ECPR-Joint Workshops Session. abril, 1987. Amsterdam. Mimeografado.

podem se constituir em importantes aliados desse processo, desde que tenham clareza do seu papel e competência para cumprir essa função (BAIRRO-ESCOLA, p. 29).

No caso dos conselhos ambientais paulistanos, alguns mais atuantes, outros menos (dependendo da região onde se localizam), encabeçar projetos de Comunicação e Educação Ambiental¹¹⁶ embasados no estudo das Políticas Públicas e no âmbito dos recursos disponibilizados pelo Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (FEMA) configura ação muito importante para fomentar o interesse público pelo cuidado ambiental urbano. Vale ressaltar que dos recursos advindos desse fundo, percentual ínfimo (em relação às demais alocações de verba) tem sido destinado para as atividades de Educação Ambiental, conforme se depreende da informação abaixo, extraída do *Relatório de Atividades do CONFEMA* (Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável) – 2016:

Figura 21 - Relatório CONFEMA 2016

(fonte: Sítio eletrônico da prefeitura municipal de São Paulo¹¹⁷)

¹¹⁶ Ou *Educomunicação Socioambiental*.

¹¹⁷ Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/uploads/RELATICONFEMA2016.pdf>

Propor questionamentos para discussão dessa e de outras informações técnicas em oficinas/salas de aula, reuniões de conselhos e/ou outros espaços coletivos parece-nos, reiteramos, providência vital para ensejar tanto a proatividade cidadã no campo socioambiental, acompanhada do estudo das políticas públicas, quanto os processos comunicacionais que as envolvem. Consideramos essencial, por conseguinte, tanto o trabalho educ comunicativo embasado em tabelas, gráficos, audiovisuais que detenham condições de despertar alguma discussão, quanto a frente mais epistêmica desenvolvida por meio de parágrafos-chave que se abrem à discussão teórico-prática, como o que segue:

As políticas e seus projetos determinam não apenas o que será feito ou a quem será fornecido, mas também os recursos e a autoridade que os órgãos implementadores terão à disposição, a capacidade do sistema de fornecimento organizacional, a complexidade da rede interorganizacional que deve cooperar para alcançar os objetivos das políticas, a densidade, a coerência da estrutura de políticas existente e outros fatores organizacionais (MEYERS e VORSANGER, 2010, p. 264-265).

A proposta de utilizar definições e outros aspectos teórico-práticos fundamentais das políticas públicas conjugadas a conteúdos de Comunicação Pública e a aportes educ comunicativos para encontros/cursos comunitários em territórios prejudicados do ponto de vista socioambiental (talvez, num primeiro momento, voltados aos docentes, às lideranças locais e conselhos) aflora como uma ponte entre a educação integral via metodologias do tipo bairro-escola e a educ comunicação socioambiental urbana em áreas nas quais o índice de participação popular no cuidado ambiental local seja reduzido. Este é o caso do distrito referência no qual temos feito avançar algumas de nossas investigações de campo, como se pode perceber pela resposta dos moradores à pergunta:

**VOCÊ JÁ PARTICIPOU DE ALGUM PROJETO
(PÚBLICO OU PRIVADO) PARA MELHORIA DO
MEIO AMBIENTE LOCAL?**

Figura 22 – Participação dos moradores do distrito Vila Medeiros (adultos, jovens do ensino fundamental e ensino médio) em projeto público ou privado para melhoria do meio ambiente local

Fonte: Falcão (2013)

O caminho aqui aventado visa a evitar a prescritividade metodológica representada pela ‘intenção *top-down*’ de oferecer conscientização enlatada àqueles que podem fazê-la emergir com mais propriedade a partir de estímulo à participação construída em cenário ‘*bottom-up*’, conforme sugerem Sorrentino e colaboradores (BRASIL, 2005).

Tal preocupação justifica-se diante do caso específico das políticas públicas vinculadas ao meio ambiente no Brasil: contamos com estudos e apanhados históricos muito bem elaborados¹¹⁸, que, se por um lado iluminam esforços sistemáticos para introduzir e fazer prosperar a agenda pública socioambiental no país, por outro nos deixam intrigados com as ações em *slow-motion* e passíveis de descontinuidade que nos colocam ‘a anos-luz em marcha a ré’ das nações mais desenvolvidas.

¹¹⁸ Uma rápida verificação a partir de motores de busca da internet pode dar ideia clara dessa produção, razão pela qual nos absteremos de citar exemplos, sob pena de inadvertidamente deixarmos de fora contribuições salutares.

Daí porque abundam questionamentos, em quaisquer rodas de discussão, acerca da implementação de soluções que minimizem ou revertam a entropia para a qual nós (Estado, mercado, sociedade, comunidade, indivíduo – conforme Novicki, 2007) temos feito caminhar o sistema-terra e, especificamente, nosso entorno mais imediato, representado pelo país, pelo estado, pelas cidades e bairros que nos abrigam.

Carecemos, porém, e em linhas gerais, de uma compreensão mais aprofundada de como se gestam, estruturam, implementam e avaliam políticas públicas, com maior ou menor participação da sociedade civil. Tal lacuna pode ser suprida pela inserção do estudo desses tópicos, tanto nos cursos focados em educação socioambiental quanto em outros, inter-relacionados, no intuito de auxiliar os aprendentes a entender os caminhos percorridos por uma ideia que se transforma (ou não) em política pública¹¹⁹ socioambiental. Importa discutir, por exemplo, o fato de haver vácuos no âmbito da implementação por conta de alterações ocorridas entre objetivos iniciais de tal ou qual política e seus resultados finais, conforme Hill (2006).

Dois modelos básicos, nominados acima em contexto menos preciso, auxiliam no entendimento da posição dos governantes, dos funcionários públicos responsáveis pela implantação de projetos e dos cidadãos comuns e organizações da sociedade civil. Mereceriam discussão, portanto, os modelos *Top-Down* e *Bottom-up*. No primeiro, as políticas públicas são implementadas de cima para baixo e o tomador de decisão estabelece suas prioridades; no segundo, pressupõe-se que a elaboração de políticas públicas e sua implementação constituem-se parte da responsabilidade de todos os agentes, burocratas e gestores, os quais detêm a liberdade de remodelar uma política pública (ou várias delas) caso verifiquem dificuldade para implementação. No modelo *Top-Down*, há divisão nítida em dois pólos: os políticos são aqueles que fazem as políticas públicas, e a implementação cabe aos chamados implementadores. Uma crítica cabível é a de que esse método incorre na possibilidade de se criarem políticas que permanecem apenas no campo simbólico, formuladas sem ou quase sem intenção e ação voltadas à concretude da implementação (HILL, 2006).

Alguns projetos de arborização nas grandes cidades tendem a apresentar tal característica: existem, mas o empenho para concretizá-los enfrenta barreiras (internas e externas) não só por parte de munícipes interessados ou de ONGs, mas também pelos próprios técnicos da prefeitura empenhados em executá-los. Entrevistando servidores públicos

¹¹⁹ Ver: KINGDON, John. Como chega a hora de uma ideia? (referências completas ao final desta tese).

vinculados a tais projetos, notamos que algumas dificuldades por eles enfrentadas dizem respeito a tópicos como: equipes reduzidas; dificuldades nas licitações para obter equipes de plantio; ausência de instrumentos/ferramentas que permitam apurar quantas das mudas plantadas efetivamente vingaram e se transformaram em árvores; lacunas na comunicação com o munícipe; aversão prévia dos moradores à ideia de ter uma árvore em frente a sua casa, entre outros óbices (FALCÃO, 2013).

Mesmo sem que apontemos projetos específicos, um simples passeio pela cidade de São Paulo (para onde acorre amiúde nosso olhar nesta tese), faz-nos ver com clareza que faltam árvores no perímetro urbano e que os poucos exemplares existentes sofrem ameaças constantes, quando não são retiradas na calada da noite (e do dia) para dar lugar a empreendimentos imobiliários insustentáveis. Aí está um espaço argumentativo-deliberativo a ser fortalecido por meio de políticas públicas coerentes: como conciliar os projetos imobiliários, principalmente aqueles nas franjas da cidade, quase sempre erguidos sem controle técnico ou com alguma falha nesse sentido, com a necessidade premente de se ampliar as áreas verdes municipais? Como avolumar as vozes cidadãs a insurgir-se repetidas vezes contra a extirpação do verde minguante para a cessão de terrenos a obras que bem poderiam ocupar outros espaços físicos na urbe? A discussão acerca dos condomínios populares erguidos na área do futuro Parque dos Búfalos, em Cidade Ademar¹²⁰, ilustra a necessidade de fortalecimento dos *espaços deliberativos*. Acerca desse enfoque, aduzimos breve parêntese:

De acordo com Jürgen Habermas (1990, 2003), a deliberação representa a fonte de legitimação de decisões na esfera pública. Para Peter Dahlgren (2009), que também argumenta a partir da perspectiva habermasiana, a deliberação genuína é aquela que tem lugar em contextos políticos e se relaciona à solução de problemas. Rousiley Maia (2008, p. 16), revisando a literatura disponível, avança na discussão do conceito agregando outro ângulo: embora no contexto nacional, afirma, o ato de deliberar seja compreendido como discussão promovida no intuito de estudar ou solucionar um problema, resolver um assunto, ou tomar uma decisão, ela e os demais membros de seu grupo de pesquisa preferem adotar a perspectiva segundo a qual “deliberação é entendida como o processo social de oferecer e examinar argumentos, envolvendo duas ou mais pessoas, para a busca cooperativa de soluções em circunstâncias de conflito ou de divergências” (p. 16).

¹²⁰ Bairro da cidade de São Paulo.

A autora aponta a importância de “examinar não apenas as preferências que os indivíduos têm num dado momento, mas também como complexas redes de argumentações, discussões morais e negociações pragmáticas vão se constituindo e sobrepondo [...]” (p. 55). Igualmente assinala o papel do Estado no modelo de política deliberativa: este, agente central na organização do sistema de direito, deve oferecer algumas garantias, tais como: resguardo da esfera privada cidadã, incentivo aos processos comunicativos informais entre os cidadãos, implementação de demandas oriundas da sociedade civil, promoção de justiça distributiva, cuidado com a institucionalização de novos direitos, entre outras incumbências. No atinente à legitimidade, Maia sustenta (2008, p. 30): “os autores deliberacionistas defendem que uma regra ou decisão política é legítima não porque representa a vontade da maioria, e sim porque teve a aprovação deliberada dos interessados”.

No estudo do conceito *deliberação* reside, conforme percebemos, fresta importante para abordar educativamente conflitos de toda ordem; no entanto, vale atentar ao modo como se pode fazer convergir, no caso socioambiental, o olhar coletivo para um patamar anterior ao(s) momento(s) deliberativo(s): é preciso aguçar a percepção dos problemas ambientais a interferir na saúde pública (física e mental) da coletividade, dentre os quais muitos são pouco percebidos pela maioria.

A título de exemplo, no distrito Vila Medeiros (São Paulo, capital), nosso lócus físico de pesquisa, verificamos um movimento ininterrupto de compra de lotes de dez ou doze metros de frente – nos quais existe, originalmente, apenas um imóvel – que são em seguida micropartidos para dar espaço a moradias com quatro metros de frente (às vezes, cinco) ou ainda menos, como o que se nota na fotografia abaixo:

Figura 23 - Especulação imobiliária inviabiliza arborização nas calçadas do distrito Vila Medeiros (São Paulo, capital)

Imagem: Sandra P. Falcão (jun. 2014)

A elipse verde mostra um imóvel de doze metros de frente (o padrão original da rua); a elipse vermelha mostra um imóvel de mesma metragem subdividido em ‘microsobrados’ de 3m de frente. A marcação de cor laranja indica uma árvore plantada em frente ao imóvel de doze metros. Outras árvores, preexistentes na calçada dos terrenos que estão sendo micropartidos, paulatinamente ‘desapareceram’ – algumas eram frutos de um programa de arborização urbana desenvolvido na região pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente, em conjunto com uma associação local de moradores¹²¹. Mais abaixo da casa envolvida pela elipse verde, à esquerda, vemos outro terreno que foi micropartido e no qual é possível perceber as obras para construção de mais ‘minissobrados’.

Nesse distrito, assim como em outros da cidade, é comum encontrar construções iniciadas em terrenos de 10m bipartidos ou tripartidos. Um acompanhamento amiado das

¹²¹ O MOVERR (Movimento Espontâneo dos Representantes de Ruas), hoje desativado.

obras pode revelar a extinção de diversos exemplares arbóreos, que ficam secos repentinamente, são extraídos e em seguida dão lugar a uma calçada totalmente impermeabilizada, como se pode notar no exemplo abaixo:

Figura 24 - Árvore vitimada em favor de ocupação imobiliária no distrito Vila Medeiros (São Paulo, capital)

Imagem: Sandra P. Falcão (jun. 2014)

Estendendo nossas observações ao plano macro das questões habitacionais urbanas (e compreendendo, naturalmente, o déficit de moradias dignas), registramos no país uma insistência na construção de conjuntos habitacionais no estilo “caixotes aglomerados”, sem espaço para implantação de árvores/pequenos jardins no espaço individual das moradias e, não raro, sem amplas áreas comuns destinadas a esse fim. A ‘não adoção’ das diretrizes de Política Pública Ambiental que acaba por ser incentivada pela administração pública ao aprovar (e, às vezes, criar tais projetos) salta aos olhos por meio da prática aventada. A implantação de soluções verdes depende – não só, mas majoritariamente – de espaço no solo, cada vez menos

disponibilizado ao munícipe de baixa renda. Constrói-se, desta feita, uma espécie de discriminação embutida, quase imperceptível para a maioria, que contribui para estranhos resultados do ponto de vista da qualidade de vida e longevidade. A respeito deste último tópico, matéria do portal de notícias UOL, baseada em informações publicadas pelo jornal O Estado de São Paulo (25/11/2014), denominada *Morador de área nobre de SP vive até 13 anos mais*, fornece – já na leitura do título – pistas para uma discussão na qual a questão socioambiental vem à tona, muito embora não seja ela o único determinante da situação:

Apesar de a região metropolitana de São Paulo ser a mais desenvolvida do País, a desigualdade ainda é muito presente. O Atlas Brasil, divulgado nesta terça-feira, 25, mostra que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é 0,794, mas *os paulistas¹²² de áreas menos desenvolvidas vivem até 13 anos menos do que os de áreas mais nobres*. Um morador da área próxima do Jockey Club e do Estádio do Morumbi, na zona sul da capital, vive, em média, 82,4 anos. Nas regiões com pior desempenho, como Jardim São Jorge, a expectativa de vida é de 69 anos (FORMENTI e PARAGUASSU, 2014, grifo nosso).

Compreendemos, consoante afirmamos há pouco, o grande déficit de moradias na cidade de São Paulo, e a quase impossibilidade de igualar todos os espaços urbanos às regiões nobres do município, mas, diante das ilhas de calor, com suas enchentes, atração de raios, correlação com doenças múltiplas, e diante das Políticas Públicas recentes em direção à desimpermeabilização da metrópole, é-nos impossível deixar de fazer a pergunta-adaga: *qual o problema ambiental diretamente ‘produzido por’ e ‘relacionado a’ tal atividade imobiliária encolhedora de espaços físicos?* Como já sabido, são suprimidos espaços públicos adequados à desimpermeabilização da cidade; são eliminados espaços para arborização urbana, inclusive com morte induzida e retirada de árvores preexistentes, pois as novas edificações engolem a chance de replicar o verde urbano, como é o caso dos microssobradinhos, cuja garagem ocupa toda a reduzida frente. E em se tratando de garagens, outro movimento (também bastante conhecido e já mencionado neste texto), cresce nas periferias: o avanço intencional de grades sobre as calçadas, para abrigar, com prejuízo ao trânsito de pedestres, veículos cada vez maiores. Enrijecimento da legislação acerca desse tópico, com mais esclarecimentos e possíveis sanções, caberiam para inibir a ação silenciosa, depauperadora dos passeios públicos quase sempre estreitos e, por extensão, das paisagens urbanas em visível desgaste.

¹²² Caberia melhor aqui a expressão “paulistanos”, possivelmente não empregada pelas jornalistas porque os dados em que se baseiam não se restringem à cidade de São Paulo.

O crescimento das cidades, de forma desorganizada e rápida, vem causando problemas de ordem social e ambiental, que diminuem a qualidade de vida de seus habitantes. Por isso, vêm demandando atenção os estudos sobre o espaço construído, capazes de subsidiar critérios e estratégias para (re)elaboração dos instrumentos de políticas públicas que proporcionem uma vida digna nas cidades, com um meio ambiente ecologicamente equilibrado. No entanto, nota-se uma dificuldade de se fazer uma interface da política urbana com a gestão ambiental. Mas acredita-se que a implementação do plano diretor pode contribuir para a minimização dos problemas urbanos e favorecer a estruturação de um ambiente mais eficiente e sustentável, dos pontos de vista ambiental, territorial, econômico, cultural e social (SAYAGO e PINTO, 2005).

O plano diretor recentemente aprovado para a cidade de São Paulo (Lei 16.050/14, sancionada em 31/07/2014) traz diretrizes acerca de usos e ocupação do solo urbano, ratificadas após a revisão da Lei de Zoneamento¹²³. No cenário de micropartição de lotes visto em Vila Medeiros e em distritos assemelhados, pois há diversas áreas urbanas que padecem dos mesmos males socioambientais, indagamo-nos: *como* concretizar as políticas públicas ambientais relativas à implantação de mais verde estabelecidas pelo plano diretor da cidade, recém-aprovado? Como fazer valer no plano não teórico a Lei de Apoio à Educação Ambiental publicada no Diário Oficial da Cidade em 25/01/2014? Como concretizar a implementação de iniciativas muito positivas de *per si*, como a Cota Ambiental (em discussão nas oficinas em curso nas diversas subprefeituras em 2014¹²⁴), mas que podem esbarrar em óbices inviabilizadores da prática, como o ‘distanciamento socioambiental’ do munícipe e/ou os interesses políticos e econômicos onipresentes?

Gestão urbana e cuidado socioambiental nas regiões metropolitanas, em suma, têm sido colocados, do ponto de vista prático, em rota de colisão (embora não o pareça), uma vez mantidas, de certo modo, “na superfície” a análise e a discussão das Políticas Públicas que afetam o viver urbano.

¹²³ Processo em curso nas subprefeituras da capital paulista no segundo semestre de 2014. A gestão Fernando Haddad (2013-2016) por meio do que podemos chamar de ‘documento de interface’, trouxe aos cidadãos propostas para a revisão participativa do zoneamento, e recolhe outros pequenos documentos nos quais estão registradas as contribuições dos munícipes.

¹²⁴ No ano de 2014, todas as subprefeituras da cidade de São Paulo promoveram oficinas participativas para discussão das proposições contidas no *Caderno de Propostas para a Revisão Participativa do Zoneamento* (elaborado pela prefeitura paulistana), disponível em <http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2014/10/242430227-Caderno-de-Propostas-para-a-Revisao-do-Zoneamento.pdf>. À página 28 deste caderno, encontramos explicações sobre a cota ambiental: “trata-se de um conjunto de regras de ocupação que fazem com que cada lote na cidade contribua com a melhoria da qualidade ambiental, sendo que tais regras passam a incidir quando se pretender uma nova edificação ou a reforma de um edifício existente”.

Figura 25 - Nota no site de Gestão Urbana da Prefeitura de São Paulo

Fonte: Portal da Prefeitura do Município de São Paulo. Secretaria de Gestão Urbana (exercício 2013-2016)

No cenário em escrutínio, o estudo das Políticas Públicas assume dimensão central, pois afasta a possibilidade de ações desconexas/ingênuas/pouco eficazes (CALDAS, 2014). Necessita-se, por conseguinte, de que o cidadão comum não as encare como ‘bichos de sete cabeças’, mas como parte de um cabedal teórico reforçador do seu interesse [cidadão] em engajamento socioambiental.

Para Jacobi (2008, p. 16-17),

uma sociedade civil se organiza e participa na direção de sua própria vida, e isto permite que as pessoas adquiram um poder político e a capacidade de produzir mudanças. Isto reforça a necessidade de identificar os papéis e as responsabilidades dos diversos atores face aos temas ambientais, e a necessidade de construir consensos em torno deles (...).

Ilumina-se, por intermédio dos aportes trabalhados até aqui, uma interface capital: a partir dos processos educativos preconizados e adotados pela educomunicação socioambiental, torna-se mais motivante um aprendizado no campo das Políticas Públicas. Tal aprendizado ampliará a capacidade dos integrantes da sociedade civil de identificarem seus papéis e responsabilidades, como sugere Jacobi (2008), de maneira que, a partir do empoderamento cidadão (encorajador da superação de conflitos e da construção de consensos) olhares mais aguçados e novas ações engendrem-se em favor do meio ambiente.

Propostas nesse âmbito desenvolve a Universidade Aberta do Meio Ambiente e da Cultura de Paz (INOJOSA, 2012), ao oferecer formação geradora de cenários *bottom-up* através

de projetos vários, entre eles os educacionais — cujo número tem sido importante, mas precisa ser ampliado, preferencialmente por meio da distribuição dos núcleos permanentes de formação pelos pontos cardeais e colaterais da cidade, considerando-se a extensão do depauperamento ambiental metropolitano e a urgência de ampliar a formação de agentes multiplicadores das boas práticas socioambientais.

O Programa Saúde da Família, tendo incorporado em 2008 o Programa Ambientes Verdes e Saudáveis, trabalha para promover agenda integrada com ações em saúde e meio ambiente, buscando fortalecer a participação dos atores sociais na cogestão. O dado abaixo, de 2011, mostra o peso, à época, dos projetos educacionais:

Figura 26 – Quantitativos de projetos no Programa Saúde da Família/Programa Ambientes Verdes e Saudáveis (2011)

EIXOS TEMÁTICOS	Quantitativos de projetos - Coordenadorias Regionais de Saúde					Dez/2011
	Centro-Oeste (95 UBS/ESF)	Leste (55 UBS/ESF)	Norte (43 UBS/ESF)	Sudeste (46 UBS/ESF)	Sul (95 UBS/ESF)	TOTAL DE PROJETOS
Arborização	-	24	2	4	7	37
Hortas/Alimentação Saudável	8	51	35	42	25	161
Oficinas Educativas/Cultura de Paz	16	52	91	76	86	321
Gerenciamento de Resíduos	25	90	107	119	146	487
A3P-Agenda Ambiental na Administração Pública	3	87	8	20	74	192
Const. de Espaços de Convivência	-	9	-	3	5	17
Infraestrutura/Revitalização de espaços públicos	5	14	17	17	6	59
Geração de renda	-	29	-	1	4	34
Educomunicação	4	2	33	12	35	86
Área de Mananciais	-	1	1	1	7	10
Conv. Saud. com animais e prevenção de zoonoses	5	21	9	8	7	50
Nº TOTAL DE PROJETOS	66	380	303	303	402	1.454

Fonte: sítio eletrônico da prefeitura municipal de São Paulo¹²⁵

¹²⁵ Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/atencao_basica/pavs/index.php?p=25407

Conquanto não tenhamos encontrado dados mais recentes organizados consoante a tabela acima, verificamos a presença de informações, no site da prefeitura do município de São Paulo, sobre o andamento das atividades no ano de 2015. Constam, no referido período, 257 projetos envolvendo Cultura e Comunicação, dos quais 105 alcançaram o status *finalizado*. Entre estes, um curso de capacitação denominado “O Educador em (Re)construção”, do Programa Ambientes Verdes e Saudáveis da Coordenação da Atenção Básica de Saúde do Município de São Paulo.

O curso mirou os processos participativos para o desenvolvimento local e teve como um dos palestrantes o professor Marcos Sorrentino, confirmando a permanência dos processos educacionais no rol de ações municipais, embora não tenhamos encontrado quantitativos específicos que nos mostrassem a proporção desse tipo de atividade em comparação com as demais frentes. Os gráficos abaixo, extraídos do site da prefeitura, indicam que os projetos em Comunicação e Cultura ocorreram em maior número em relação às demais intervenções, no entanto seria importante, no balanço, detalhar os tipos de atividades desenvolvidas.

Figura 27 - Projetos em andamento no ano de 2015 – PAVS
(Coordenadorias Regionais de Saúde)

Fonte: portal da Prefeitura de São Paulo (2017)¹²⁶

¹²⁶ <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/BALANCOPAVS2015.pdf>

Figura 28 – Projetos finalizados em 2015 – PAVS (Coordenadorias Regionais de Saúde)

Fonte: portal da Prefeitura de São Paulo (2017)¹²⁷

Os aportes em Comunicação e Educação, a serem mantidos/ampliados, facultam discutir com os aprendentes da ação socioambiental, em salas de aula, em grupos focais, palestras e/ou outros espaços dialogais (de natureza física ou virtual), alguns conceitos básicos de Políticas Públicas, a partir dos quais conexões-contribuições socioambientais emanadas de cada participante¹²⁸ podem agregar-se. Ou iniciar o processo pela via oposta, sempre em mira o fortalecimento dos atores sociais, seu sentido de pertença e possibilidades de engajamento. Por exemplo, partir de acontecimentos contemporâneos, como a crise hídrica no Brasil (no estado de São Paulo, especialmente, vivida a partir de 2014), o desmatamento desenfreado na região amazônica¹²⁹— fomentado no ano de 2017 por tentativas de extinguir reservas

¹²⁷ idem.

¹²⁸ Tivemos oportunidade de ver concretizada tal proposta, em nível de pós-graduação, na disciplina *Políticas Públicas de Meio Ambiente no Brasil: Dimensões Nacional, Regional e Local da Ação do Estado*, ministrada no segundo semestre de 2014, no Instituto de Energia e Meio Ambiente da Universidade de São Paulo (programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental), pelos professores Eduardo de Lima Caldas e Luiz Carlos Beduschi. Cremos possível adaptá-la a outras instâncias de ensino, incluindo ensino informal/não formal.

¹²⁹ No ano de 2014, em razão da estiagem severa verificada em São Paulo e em muitas áreas de diversos outros estados brasileiros, acumulou-se vasto material de comunicação a ser aproveitado em trabalhos educacionais que envolvam discussões socioambientais. Ver, a título de exemplo, o contundente artigo *Amazônia morre e os jornais não veem*, escrito por Leão Serva e publicado na Folha de S. Paulo em 10/11/2014.

indígenas¹³⁰ —, ou as barragens das mineradoras, sem controle¹³¹, e, “linkando-os”, promover reflexões que conduzam ao estudo das Políticas Públicas. Embora a ideia seja muito simples e certamente tenha sido aplicada em outros e variados contextos, cabe lembrar que não é incomum o óbvio deixar de ser trabalhado por se acreditar que já é do domínio de todos. E isso nem sempre espelha premissa verdadeira. Entretanto, mesmo resolvida essa equação, restam outras de igual complexidade. O frequente menosprezo da classe política brasileira pelos saberes científicos no momento da tomada de decisões é uma delas, razão pela qual também urge capacitar o cidadão para cobrar dos dirigentes outra postura no trato das PPs socioambientais.

Flávia Donadelli, professora de Ciência Política na *London School of Economics*, avaliou como se deram as discussões e tomadas de decisões sobre políticas ambientais no Brasil de 2005 a 2015. Em sua tese doutoral, a pesquisadora brasileira hoje radicada em Londres constatou a ausência quase total de interlocução entre Ciência e Política no Brasil durante o decênio investigado. Esse diálogo é comum fora do país quando se trata de formulação de PPs, conforme explicou à imprensa:

Pela análise dos debates no Congresso, avaliação de 343 documentos e de acordo com as 58 entrevistas que fiz, não achei praticamente nenhuma referência a argumentos científicos no processo de formulação e definição de Políticas Públicas. (BUARQUE, 2017).

Diante do arrazoadado, defendemos que procedimento educ comunicativo bem pensado a partir de um ponto inicial pouco complexo pode contribuir para criar, conforme Portilho (2010), arcabouço potente voltado à renovação das formas políticas capazes de fazer frente à crise ecológica, com ênfase especial na reflexividade e na participação. Tal esforço sináptico requer sublinhar componente essencial: até mesmo a crítica ao produtivismo gerador de mazelas socioambientais constitui-se reflexão que precisa vir acompanhada de “uma recuperação dos valores positivos da vida, guiada pelos temas da autonomia, solidariedade e busca da felicidade” (PORTILHO, 2010, p. 209; GIDDENS, 1997), conjugados ao aprendizado da participação em seus diferentes níveis, conforme ensinam Bordenave (1994), Shirky (2011 e 2012) e outros. Aqui cabem igualmente as propostas de Matos e Nobre (2014) acerca da aprendizagem deliberativa, o estudo do Decrescentismo (LATOUCHE, 2009; D’ALISA, DEMARIA e

¹³⁰ https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/25/politica/1506372008_097256.html

¹³¹ O rompimento da barragem de Fundão, no dia 5 de novembro de 2015, na unidade industrial de Germano, entre os distritos de Mariana e Ouro Preto (cerca de 100 km de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil), gerou uma onda de lama que devastou distritos próximos (cf. <http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2015/11/rompimento-de-barragens-em-mariana-perguntas-e-respostas.html>). Quanto a esta ecocatástrofe, abundam aportes midiáticos passíveis de análise.

KALLIS, 2016), o aprofundamento da compreensão dos conceitos de *ressonância e vida boa* (ROSA, 2017), *simplicidade voluntária* (ELGIN, 2012; ARIÈS, 2013) e *cuidado da Casa Comum* — representado pela proposição da *conversão ecológica* (IGREJA CATÓLICA, 2015).

De nossa parte, acreditamos que a retomada de Anthony Giddens (1997) feita por Portilho (2010) conduz a dois caminhos a serem trilhados paralelamente: o primeiro diz respeito à maior compreensão do que vem a ser autonomia, solidariedade e felicidade para cada pessoa diante das configurações de mundo que cada qual tem diante de si hoje¹³²; o segundo se refere a como transformar as atuais crises ambientais em movimentos de renovação política. Portilho (2010) encontra também em Giddens (1997) um aporte teórico que aclara a reflexão pela qual enveredamos neste ponto do capítulo e, de certa forma, responde sinteticamente às duas buscas por nós sugeridas no início do parágrafo:

Giddens (1997) [...] aponta para a necessidade de uma interação dialética entre as dimensões pessoal e coletiva, pois percebe a vida privada não como uma dimensão residual da coletiva, mas como uma esfera ativa que comporta reações de tal forma que as mudanças no seu interior também afetam as instituições globalizadas da modernidade. Ao contrário das abordagens pautadas pelas análises do predomínio da mídia na cultura contemporânea, que apontam a fragmentação cultural e a dissolução do sujeito, como é caso das abordagens frankfurtianas, o autor acredita que os tempos atuais favorecem a emergência de um novo ativismo e uma nova consciência planetária (PORTILHO, 2010, p. 208).

As redes digitais de ativismo socioambiental são exemplos dessa emergência e sua análise “pode contemplar não só o aspecto relacional dos atores que estão imersos nelas, mas também a análise nos seus dispositivos técnicos, nas suas arquiteturas digitais”, considerando “os objetos tecnológicos e as estruturas comunicativas que tornam possível a existência [entre outras] de uma rede comunicativa relacional”, segundo FELICE, TORRES e YANAZE (2012, p. 152). Os autores lembram, à página 76 da obra *Redes Digitais e Sustentabilidade*, que

a forma-rede e sua específica arquitetura interativa impõem algumas questões qualitativas que remetem não apenas à mudança da nossa forma de interação comunicativa, mas também à alteração da própria noção de complexidade. Em primeiro lugar, a arquitetura reticular nos obriga a tipos singulares de fruição e de interação imersivas que não podem mais ser consideradas como resultado de um repasse de informações externas nem como consequência de uma exposição frontal. De fato, a única possibilidade de realizar um processo comunicativo reticular e de comunicar em rede é experienciar uma rede, isto

¹³² Sugerimos como ponto de partida para oficinas educomunicativas nessa direção o artigo *A Felicidade Geral da Nação* (CALDAS, 2014).

é, estar *inside*, imerso nela, tornando-se parte integrante comunicativa — um comembro.

A concepção reticular, na visão dos pesquisadores, apresenta-se como alteração epistêmica com características voltadas às importantes mudanças no significado atribuído em moldes tradicionais ao conhecimento e à eficiência da observação. Desse modo, contribui sobremaneira para renovar e reforçar o ativismo socioambiental.

Há que se cuidar, no entanto, para que o “ativismo renovado” não seja apenas expressão de revolta estéril, mas exemplo de ação concreta pautada pela consciência planetária — e isso implica, por outro lado, a existência de um “espaço público mediador e reparador”, no dizer de Majo Hansotte (2005). A pesquisadora, responsável pelo pólo de cidadania do Instituto Jules-Destrée, na Bélgica, argumenta:

para que a confrontação e a ação entre cidadãos de sensibilidades, experiências ou culturas múltiplas possam acontecer, há um preliminar indispensável: que esses cidadãos tenham sido postos em relação uns com os outros, não só como pessoas mas sobretudo como portadores coletivos de uma experiência social e de um mundo vivido particular (HANSOTTE, 2005, p. 148).

Coordenar a miríade de experiências sociais coletivas e particulares exige conhecimento e traquejo da temática “Redes” — estas que aqui são entendidas em sua acepção plena, englobando: a) tanto os grupos de conexões não virtuais quanto aqueles baseados na mediação ‘virtutécnica’ — como os estudados por FELICE, TORRES e YANAZE (2012); b) tanto quanto aqueles relacionados a campos específicos do conhecimento quanto os dedicados à intersecção entre esses campos, como é o caso das redes de Políticas Públicas e das demais redes sociotécnicas, conforme vimos em Peter Spink (2002).

O professor da fundação Getúlio Vargas explica que há cuidados especiais a se tomar ao lidar com as redes, quaisquer que sejam e qualquer seja o nível de interatividade estabelecido entre elas; um deles diz respeito à atenção que é preciso ter quanto à alteridade (“a sociabilidade no outro”, “o enfrentamento tranquilo das diferenças” — considerados elementos fulcrais), bem como quanto às necessidades da interação e quanto às opções mais eficazes para a ação, balanceando esses itens com as questões relativas ao mundo frio de ação, alavancagem¹³³, recursos, resultados. Para o docente, não deve haver preocupação com a formalização da rede: “a melhor maneira de terminar com uma rede é tentar transformá-la numa associação” (SPINK, 2002, p. 158). Outro ponto-chave destacado pelo pesquisador constitui-se o pensar num terreno específico e altamente contributivo ao trabalho conjunto de organizações: “entre o espaço da

¹³³ Alavancagem é definida pelo professor Spink como a “utilização de oportunidades e recursos para fazer mais do que é possível fazer sozinho” (2002, p. 147).

comunicação e o espaço da colaboração, é útil pensar num terreno de cooperação.” (SPINK, 2002, p. 158).

Tal terreno exige, previamente, aproximar indivíduos/organizações e colocá-los “em relação”. Estabelecer mutualidade entre os sujeitos do processo, no entanto, requer muito mais do que simplesmente informá-los do que acontece com uns e com os outros. Trata-se de concretizar um real trabalho de mediação, no qual sejam colocadas em relação ativa as opiniões públicas. Os *media* são a chave a acionar o jogo no qual transitam as influências (às vezes ambíguas) dos meios de comunicação tradicionais e daqueles baseados em internet. Entretanto, a fim de que consigam desempenhar com plenitude seu papel de mediadores, “é preciso ainda que os cidadãos os obriguem a isso sendo eles próprios educados na exigência ética e metodológica de tal aposta política” (HANSOTTE, 2005, p. 149).

O *como* colaborar para que descubram a partir de si a possibilidade de aposta política nos moldes sugeridos por Hansotte redireciona-nos aos contributos da Educomunicação. E se a aposta política for fazer crescer o interesse e a proatividade cidadã face aos problemas ambientais urbanos, como a nossa, não há como não rememorar os postulados da Educomunicação Socioambiental e neles perceber com exatidão a ideia de *criar vínculos* ou *ligação social de ação* – terminologias preferidas por Spink (2002). Os vínculos que gerarão ação social, para promover intervenção, estão entre as características marcantes desse novo campo:

As áreas de intervenção do campo da educomunicação são, sobretudo, ‘pontes’ lançadas entre os sujeitos sociais e o mundo da mídia, do terceiro setor, da escola, oferecendo um diálogo sobre determinado âmbito da ação comunicativa. (SOARES, 2011, p. 49)

O âmbito sobre o qual pensamos útil labutar nesse momento é aquele concernente à construção participativa de Políticas Públicas Socioambientais cuja eficácia na reversão de mazelas urbanas cresça à medida que se instaure “uma política integrada de comunicação ambiental”, que não deixe “sem resposta uma demanda crescente por informação e comunicação ambiental” (BRASIL, 2005, p. 7). Tendo em vista essa ótica, os desdobramentos analíticos requeridos seguem, no próximo capítulo, em direção à indagação sobre “as dinâmicas societárias” e o “envolvimento dos sujeitos” que ensejam as relações constituídas no duplo eixo Comunicação-Educação (CITELLI, 2011, p. 64), em sua intersecção com a Ciência e a Educação Ambiental.

4.6 O receptor diante dos novos sensórios comunicativo-educativos – dinâmicas sociais, alteridade e engajamento socioambiental

O conceito de comunicação como experiência da alteridade emergente no diálogo, conforme a tradição fenomenológica (CRAIG e MULLER, 2007), conecta-se ao mesmo tempo a dois territórios fronteiriços: o da perspectiva de completude e o da frustração dessa expectativa. Briankle Chang, defensor da ideia, argumenta que “a impossibilidade de comunicação é o nascimento de sua possibilidade” (CHANG, 2007, p. 254). Subjetividade e alteridade, a partir dessa interpretação, ganham contornos centrais como categorias analíticas importantes para o entendimento de matrizes comunicativo-educativas vinculadas à questão socioambiental. Cabem, portanto, reflexões atinentes a tal relação.

Os horizontes atuais da Comunicação indicam que “a recepção não se atém mais à relação imediata das pessoas com as tecnologias de suporte” bem como não se circunscreve a seus “efeitos comportamentais”, mas tem seu ponto central “no que envolve os sujeitos” — isto é, no “processo de mediações que faz a interação indivíduo-sociedade”, pontua Mauro Wilton Sousa (2006, p. 236). Tal transição implica a observação das imbricações entre ambiente e cultura, permeadas por questões atinentes à subjetividade daquele que podemos denominar ‘novo sujeito da comunicação’. O ambiente cultural da contemporaneidade, no qual transita tal sujeito, mostra-se, para Adilson Citelli (2011, p.64):

atravessado de maneira contínua por mudanças resultantes [...] das novas mediações tecnológicas, da apreensão cronotópica forjada pelos ritmos do tempo acelerado e do espaço contraído, pelos trânsitos, muitas vezes imperceptíveis, envolvendo ocorrência, presencialidade, virtualidade [...].

Tal quadro, argumenta o docente da ECA-USP, “torna imperioso propor o estreitamento das passagens entre novos sensórios: comunicação e educação” (CITELLI, 2011, p. 64). Em busca de maior vigor na aproximação das passagens pelas quais agora avançamos, vemos fundamental importância em trazer a este referencial teórico mais alguns lineamentos acerca do entendimento da posição do receptor nos ecossistemas comunicacionais cotidianos, bem como acerca da recepção alcançada pelo discurso socioambiental em tempos de aceleração social (ROSA, 2013).

Principiaremos acionando Dominique Wolton (2011, p. 12), para quem o verdadeiro desafio da contemporaneidade é “menos de compartilhar o que temos em comum do que aprender a administrar as diferenças que nos separam”. Em busca da reafirmação dos valores

emancipatórios da Comunicação encontrados em Jacques Rancière e Theodor Adorno, Wolton propõe, em seu livro *Informar não é Comunicar* (2011), repensar com urgência a Comunicação no momento de triunfo das tecnologias da informação. Não há comunicação sem informação, daí porque o autor não se dedica a discorrer sobre um mundo sem tecnologia informativa de ponta, uma vez que a incorporação das tecnologias é fato consumado e tem seu quinhão de bem a ofertar. Wolton, porém, frisa um aspecto que considera neural e nele centra sua argumentação: ‘comunicar’ implica algo sempre mais complicado do que o simples ‘informar’, porque impõe a questão da relação — materializada na presença do outro (2011).

Na tentativa de atingir o objetivo de ‘comunicar’ — *tocar o outro*, como diria Marcondes Filho (2008), ou apenas informá-lo (o que, segundo Dominique Wolton, não é comunicar) —, “nunca se investiu tanto dinheiro em tecnologias cada vez mais sofisticadas” (WOLTON, 2011, pp.11-12)¹³⁴. O diretor do Centro Nacional de Pesquisa Científica da França busca “derrubar o estereótipo dominante” representado nesse movimento-investimento, com o objetivo de demonstrar que o desafio real não está na informação, mas sim na comunicação. Para ele, “é falso pensar que basta informar sempre mais para comunicar, pois a onipresença da informação torna a comunicação ainda mais difícil” (WOLTON, 2011, pp.11-12). O pesquisador argumenta que o receptor pode ser considerado, no cenário atual, um elemento de ruptura, em razão do crescimento de seu papel nos ecossistemas comunicativos.

Os receptores negociam, filtram, hierarquizam, recusam ou aceitam as incontáveis mensagens recebidas, como todos nós, diariamente. O receptor, que nunca foi passivo, está cada vez mais ativo para resistir ao fluxo de informações. Seria mais adequado falar em receptor-ator para destacar o aspecto dinâmico dessa função (WOLTON, 2011, p. 18).

A imagem abaixo, elaborada a partir da enumeração das características desse novo receptor evocadas na obra *É preciso salvar a comunicação* (WOLTON, 2006), condensa alguns

¹³⁴ Dominique Wolton, explicam Vicente e Ferreira (2016), demonstra visão mais pragmática da comunicação, coligada ao contexto global e grupal no qual indivíduos alcancem condições de, na prática, estabelecer-se em meio à polifonia discursiva, enquanto Marcondes Filho focaliza uma nova atmosfera comunicacional cujo cerne está mais próximo de como os sujeitos percebem a si mesmos e ao mundo que os envolve — importa muito, nesse caso, o *como se abrem ao outro* de modo a construir juntos *comunicação*, de fato. Esse encontro com o *outro* é o que faculta questionamentos novos sobre os significados daquilo que se pensa, sente e da maneira como se age. A *interação*, juntamente com a *alteridade* que ela exige, são terminologias recorrentes tanto em Wolton, quanto em Marcondes Filho e Mario Kaplún, conquanto cada um deles se defronte com os problemas da comunicação de maneira peculiar.

aspectos importantes no estudo das sintonias/dessintonias comunicacionais que envolvem os novos sensórios apontados por Citelli (2011):

Figura 29 – O receptor contemporâneo, na visão de Dominique Wolton

Fonte: elaboração da autora a partir de Wolton (2006)

Acompanhando o movimento desse ‘novo sujeito comunicacional’, Ferrara (2015) lembra-nos que os pontos de confluência (ou nós) irradiadores dos “lugares do mediar” apresentam-se “no ambiente comunicativo gerado entre as fronteiras de sentidos mediativos e processos interativos” (p. 21). Estes lócus são perceptíveis planetariamente, porém apresentados de forma diferente em cada manifestação. Trata-se das interações glocais, situadas “na periferia dos pontos centrais das tecnologias dos meios onde se concentram as decisões

sociopolíticas da globalização”, como uma espécie de “espacialidades representativas” (p. 21). Em tal espaço, periférico-planetário, dá-se a interação, a emergir como um “estado de comunicabilidade”, característico das novas multidões que, embora marquem presença na dominância mundial, alcançam sua concretude “na modesta manifestação do comum, onde, em simbiose, se conjugam o particular e o geral, o subjetivo e o objetivo, a informação e a comunicação” (p.21).

As abordagens sistêmicas vinculadas à ciência comunicacional não raro legam a segundo plano a potência do indivíduo ou o seu ser-político (compreendido como sua possibilidade de livre-agir), na reinterpretação e na reelaboração de contextos por meio dos quais decorre o processo de comunicação. “Enxergar apenas o sistema e a máquina é cegar-se para o que, no homem, é potencialmente abertura” e, assim, “*expelir o maquinista*” (SODRÉ, 2014, p. 191). A contribuição requerida, pois, para uma ciência da comunicação humana exige antes “associar à questão moderna a velha noção de *communicatio* [...], para designar a coesão social sob o ângulo de uma transcendência, que é a do ‘diálogo’ [...]”. Este, no entanto, precisa ser visto “não como mero intercâmbio de palavras, mas como ação de fazer ponte entre as diferenças”, cuja concretude exprime-se em abrir a existência na plenitude de suas dimensões, constituindo “ecologicamente o homem no seu espaço de habitação — portanto, diálogo como categoria ética” (SODRÉ, 2014, p. 191, grifos do autor).

Nessa lógica, Muniz Sodré frisa que a coesão instituída no diálogo não deve ser confundida com gestão institucional ou organizacional da sociedade, porque ela é “a própria condição de possibilidade do *socius*” a tornar possível a “comunicação, compreendida como ação de articulação do comum por meio da mobilização social das diferenças” (SODRÉ, 2014, p. 259, grifo do autor). Entre o eu-tu (SODRÉ, 2014; BUBER, 2001); entre o eu-nós (HANSOTTE, 2005), circula o discurso polissêmico habilitador da interação, cujo substrato é um contexto comum, no qual se pode observar

a articulação de duas dimensões: uma *intradiscursiva*, que diz respeito ao modo como o falante organiza, por tradução individual do que pensa e a partir de sua pré-compreensão das possibilidades semânticas da língua, o seu discurso; a outra *interdiscursiva*, em que ele oferece o seu ato comunicativo ao confronto ou à negociação (com o objetivo de confirmação ou de contradição) com o discurso do outro, para gerar efeitos de sentido (SODRÉ, 2014, p. 260).

Rodrigues (1990, pp. 71-72) acrescenta: “quando falamos de natureza simbólica da articulação do sentido com a significação e fazemos incidir sobre esta articulação a explicação

fundamental da comunicação humana”, damos relevo à “natureza ambivalente da troca entre os mundos heterogêneos da experiência de cada um dos interlocutores”. Desse modo, adita,

no processo comunicacional, cada um dos mundos da experiência serve de ponto de partida para a intercompreensão, mas sofre alterações diversas que podem ir desde o alargamento ou estreitamento do horizonte hermenêutico até seu deslocamento para mundos inesperados. Mas só existe processo comunicacional se cada um dos protagonistas vir a sua experiência individual transformada pelo confronto com a experiência do outro interlocutor.

Trata-se, pois, das trocas interativas referidas por França e Simon (2015, p. 170), a configurar

[...] um tipo particular de interação social, marcado por ações e relações interdependentes, realizadas por indivíduos que se afetam e se interinfluenciam reciprocamente por meio da linguagem. São interações que se efetivam em um contexto social, em que condições e situações são compartilhadas pelos agentes que as realizam. São, enfim, interações que supõem o engajamento mútuo, não necessariamente proporcional, dos sujeitos na sua realização e que são construídas a partir das ações reciprocamente referenciadas desses sujeitos, os quais têm consciência dessa mútua afetação.”

Se as diferenças a serem articuladas para a construção de sentidos a partir do *tocar-se mutuamente* (gerando experiências singulares) constituem ponto central na reconstrução da proximidade com o outro e igualmente com a origem etimológica da palavra comunicação (= tornar comum através da linguagem oral, da escrita ou dos símbolos, conforme TORRES, NEIVA et al., 2011), há que se iluminar a ideia da alteridade¹³⁵. Presente em diversos tópicos da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), é considerada pelo professor de Direito Ambiental Antonio Biermann Pinto (2007) como categoria nevrálgica na ética relativa ao meio ambiente, pois possibilita convivência mais qualitativa do indivíduo com seu semelhante e com o meio natural e/ou construído. A alteridade realiza, destarte, o potencial recebido pelo elemento humano enquanto ser-no-mundo, que acolhe o outro para dar sentido à vida.

¹³⁵ A ideia de alteridade está presente no conceito de receptor-ator, empregado por Dominique Wolton (2011), bem como, conservadas as singularidades pertinentes a cada plano, também se conecta à ideia de ator-rede (LATOURETTE, 2012), e/ou, igualmente, do *prossumidor* e termos afins. “O termo *prosumer* [prossumidor] foi cunhado por Alvin Toffler, escritor americano especialista em apontar tendências para o futuro, em 1980, quando publicou o livro *A Terceira Onda*. No entanto, a primeira discussão sobre o assunto aconteceu quando Marshall McLuhan e Barrington Nevitt sugeriram, em uma obra de 1972, *Take Today*, que, com a tecnologia elétrica, o consumidor se tornaria um produtor. Essa ideia avançou para o que Toffler chamou *prosumer* e foi retomada em 1996 por Tapscott em sua obra *Economia Digital* (2010, p. 251 e 408)”, cf. Costa, Vercesi, Heimann et al. (2013, p. 63-64), em trabalho coletivo na disciplina “Novas Lógicas e Literacias Emergentes no Contexto da Educação em Rede: Práticas, Leituras e Reflexões” (PPGCOM-USP). Orientadora: Profª. Drª. Brasilina Passarelli, Disponível em: http://ccvap.futuro.usp.br/noticiasfiles/25.06.2013_TextoColetivo_Prosumer.pdf

O tema [...] surge no Ocidente a partir da questão do holocausto, quando se põs em xeque a questão da indiferença em relação ao destino das outras pessoas (a outrem) e ao conjunto geral formado por pessoas, cultura e pensamento de uma época (o Outro). Instituir a alteridade é questionar exatamente essa indiferença (MARCONDES FILHO, 2014, p. 26).

Ao analisar tal temática em diversas vertentes filosóficas, Ruiz (2008, p. 119) caminha para o estudo do tema focando especialmente os escritos de Emmanuel Levinas, em busca de contrastar o pensamento deste filósofo com questões cruciais de nosso tempo. Tece, no percurso, ponto medular a partir do qual podemos refletir sobre a emergência hodierna do olhar sobre o “outro”:

a presença diluída da alteridade humana nos corolários da filosofia tem contribuído para considerá-la como uma categoria residual no pensamento filosófico. A presença periférica do outro no pensamento ocidental fez, em geral, que a alteridade fosse significada como um componente acessório e instrumental dos sistemas. A referência à alteridade de modo secundário e instrumental no conjunto dos diversos sistemas filosóficos, exceto honrosas exceções, levou a considerar o outro como um mero apêndice do eu ou do sistema. A função da alteridade foi a de coroar de modo acidental reflexões de caráter ético, político, ou teológico, mas não se lhe reconheceu o potencial filosófico de ser uma dimensão fundante de um pensamento, nem se pensou alteridade como uma categoria filosófica sobre a qual se poderia construir o conjunto de uma cultura. Não se imaginou que a alteridade pudesse ter uma dimensão metafísica que possibilitasse entender o ser humano, a sociedade e a história a partir do outro. Temos que admitir que esta perspectiva metafísica da alteridade passou despercebida para o conjunto do pensamento filosófico. (RUIZ, 2008, p. 119).

No campo da Comunicação, porém, o estudo da alteridade tem alcançado cada vez mais interesse. Nele escrutinam-se, repetidamente, fragmentos assimétricos das percepções filosóficas multifacetadas das quais nos fala Ruiz (2008), pois, como bem recorda Ferrara (2015, p. 46):

para que seja possível construir territórios e culturas, é necessário que nada seja simétrico a fim de que, nas diferenças, seja possível surpreender a troca e fazer da comunicação com o outro a grande possibilidade do encontro onde ainda é possível aprender. Nessa diferença, estão em interface os territórios, a comunicação, os homens, seus objetos, dispositivos comunicativos e as relações que entre eles se produzem.

O ecossistema assim constituído pressupõe ser, como argumenta Ciro Marcondes Filho, “a relação que realiza a informação e a comunicação”. Conquanto tenha o emissor a intenção de influenciar, cabe ao receptor abrir-se ou não a esses atos intencionais, pois “ele tem a prerrogativa da decisão”. No jogo entre emissor e receptor, “em certo momento, algo muda. Muda na consciência do receptor. Algo sutil informa que estamos pensando diferentemente. É

a virada. Seu realizador foi a própria alteridade à qual nos expusemos”, da qual “saímos transformados, ‘reconfigurados’” (MARCONDES FILHO, 2014, pp. 82-83). A comunicação consiste, portanto, no fruto de uma transformação resultante da abertura à alteridade e trabalhará precisamente o modo como o ato/momento comunicacional é recebido pela mente de cada pessoa, o que produz nessa consciência e quais efeitos detectam-se. O pressuposto do qual parte o autor de *Até que ponto, de fato, nos comunicamos?* vai além da ‘outridade’ como aspecto vinculado à pessoa, estendendo-se também ao entendimento de que “*Outro* seja um contexto que produz indivíduos em seu agir social, que os precede, que seja o ‘mundo’ que os observa, que os estrutura, que opera uma matéria-prima original” (MARCONDES FILHO, 2014, p. 18, grifo do autor).

Mesmo nos ambientes eletrônicos/virtuais de comunicação, embora não exista a presença física do outro, figura a virtualidade do Outro, a nos proporcionar condições de comunicabilidade semelhantes às encontradas na comunicação presencial e na irradiada. Tal circunstância, bem verdade, enseja camuflagens de si desejosas de escamotear sua alteridade; ainda assim, explica Ciro Marcondes (2014, pp. 20-21), a alteridade aparece, conquanto em sua versão “despotencializada, inócua, mero brinquedo”. O aspecto ético da comunicação, nesse caso, estaria a sofrer um esvaziamento, dificultando a dissolução do egoísmo, do desinteresse, do isolamento, da postura apática diante do mundo.

Outrossim, face aos diuturnos apelos ecológicos a circular no ecossistema comunicacional e à aparente impermeabilidade discursiva a impedir resultados mais eficazes mesmo com providências drásticas, de larga escala¹³⁶, há que rever o compromisso ético individual e coletivo, tanto público quanto privado, a fim de romper os ciclos de desinteresse, isolamento, egoísmo, apatia — tais quais os cita Marcondes Filho (2014). No aparente caos socioambiental em que temos mergulhado rumo a profundidades abissais, cabe lembrar que o princípio da revisão ética de nosso estar-no-mundo passa, indubitavelmente, pelo prisma da alteridade.

A abertura para o Outro é uma decisão de cada um. Não é algo casual ou acidental, com exceção das armadilhas publicitárias ou sedutoras que capturam nossa intencionalidade. É preciso se abrir, a decisão pode não ser inteiramente consciente, pode ser apenas uma aceitação, um interesse difuso, uma vontade vaga de se abrir ao Outro, de concordar com o acolhimento do diferente. Mas esse pressuposto, essa inclinação tem de existir, senão não haverá a comunicação.|| Abrir-se para o Outro é também uma forma de “estar na vida”, de querer sair de si e dar validade à alteridade

¹³⁶ Haja vista, relembremos, as campanhas pró-combate ao mosquito *Aedes Aegypti* no Brasil, especialmente a partir de 2015, quando se verificou ampliação do rol de doenças transmitidas pelo inseto: dengue, chikungunya e zika vírus, e no período 2016-2017, quando se confirmou a possibilidade iminente de expansão da febre amarela silvestre e humana por meio desse vetor.

que está fora de cada um de nós, de recusar o *status* de estar “morto por dentro” (MARCONDES FILHO, 2014, p. 44).

E a recusa da condição de estar internamente morto cresce em número de seguidores quando o assunto é ambiente e qualidade de vida, conquanto a taxa de aceleração desse crescimento seja ainda muito menor que a taxa de aceleração social referida por Rosa (2013). Ascende no globo a produção/veiculação de campanhas (utilizando todas as estratégias apontadas por Ribeiro (2004) e alguns tecnocaminhos mais recentes, comentados por Cox e Pezzullo (2016)); aumenta a publicação de artigos, livros, materiais videográficos e afins cuja intenção combativa insurge-se contra a configuração forçada e contra a diluição do sujeito no mundo da vida, sobre o que pontua Citelli (2009, p. 195):

Os movimentos subsequentes do capitalismo financeiro, tecnológico e midiático não apenas aprofundaram a demanda por produtos e serviços, como passaram a configurar e mesmo diluir o estatuto do ser sujeito e ser cidadão numa ordem que contempla, requisita e institui vínculos de necessidade entre comprar e existir, ter posse e garantir *status*, procedimentos que figurando na quadratura do conspício permitem matizar diferenças e projetar singularidades.

Considerando a busca mercadológica pela vinculação permanente entre sujeito e consumo, como alerta logo acima o docente da USP, e tomando como base a ideia de que o espetáculo das imagens sustentadoras da proposta “vital” baseada no plano do conspício oferece-se como brecha analítica para a emancipação reflexiva, conforme sugere Souza e Silva (2014)¹³⁷, somos levados a ponderar acerca de *como* o eixo Comunicação-Educação pode atuar no processo de releitura da relação homem-ambiente. O próprio conceito de *consumo*, central nessa discussão porque dele derivam diferentes frentes de agressão ao meio, revela-se mais uma vez chave atualizada se pensado, por exemplo, como sugere Citelli (2009, p. 195, grifos do autor):

É interessante verificar que os termos *consumo*, *consumismo*, *consumidor*, *consumação* se desdobram a partir de uma origem etimológica comum. O verbo consumir, do latim *consumere*, traz consigo Eros e Thanatos, Apolo e Dionísio, vida e morte, glória e infortúnio. De *consumere* derivam, também, gastar e arruinar, recompensa prazerosa e excídio. Consumir-se na tristeza, no álcool, em dívidas. Daí, muitas vezes, a euforia efêmera de guiar o carro que não poderá ser pago, de flunar pelo apartamento cujas prestações se acumulam e que terminam por dar cabo (acabar, consumir) aos devaneios de uma vida confortável. O *consumere*, ademais, pode trazer consigo a satisfação do sonho

¹³⁷ Uma vez que o “o pensamento imagético está se tornando capaz de pensar conceitos” (FLUSSER, 2007, p. 118), Souza e Silva (2014, s/p.) considera a profusão de imagens como elementos de um grande tabuleiro, no qual, como se viu: “se eu enxergar o espetáculo como uma coisa ruim [sempre], perco a oportunidade de utilizá-lo como uma estratégia” para construções emancipatórias.

traduzido em fato, em encontros que ajustam ter e ser. As nuances variadas que ensinam a cultura do consumo, pelo que acenam, abrem-se para exegeses pouco afeitas a figurinos de corte justo demais.

Reside justamente na ‘não justeza do figurino’ o viés que a Comunicação-Educação proporciona aos sistemas de ensino formais, informais e não formais, sobretudo para a reconstrução do que Félix Guattari (2012, p. 54-55) denomina “uma ecosofia de um tipo novo, ao mesmo tempo prática e especulativa, ético-política e estética”, que, na visão do pensador, deve:

substituir as antigas formas de engajamento religioso, político, associativo...Ela não será nem uma disciplina de recolhimento na interioridade, nem uma simples renovação das antigas formas de “militantismo”. Tratar-se-á antes de movimento de múltiplas faces dando lugar a instâncias e dispositivos ao mesmo tempo analíticos e produtores de subjetividade. Subjetividade tanto individual quanto coletiva, transbordando por todos os lados as circunscrições individuais, ‘egoizadas’, enclausuradas em identificações e abrindo-se em todas as direções: do lado do *socius*, mas também do *Phylum* maquínicos, dos universos de referência técnico-científicos, dos mundos estéticos, e ainda do lado de novas apreensões ‘pré-pessoais’ do tempo, do corpo, do sexo...[...]. Por todos os meios, trata-se de conjurar o crescimento entrópico da subjetividade dominante. Em vez de ficar perpetuamente ao sabor da eficácia falaciosa de *challenges* econômicos, trata-se de se reapropriar de Universos de valor no seio dos quais processos de singularização poderão reencontrar consistência. Novas práticas sociais, novas práticas estéticas, novas práticas de si na relação com o outro, com o estrangeiro, com o estranho [...]: é exatamente na articulação: da subjetividade em estado nascente, do *socius* em estado mutante, do meio ambiente do ponto em que pode ser reinventado, que estará em jogo a saída das crises maiores de nossa época.

O autor de *As Três Ecologias* abre, assim, um leque de atitudes a adotar com a máxima urgência, a fim de combater “espécies de invólucros neurolépticos” que têm por alvo impedir “qualquer singularidade intrusiva” (GUATTARI, 2012, p. 54) capaz de fazer ver — como lembrou Adilson Citelli (2009, p. 195-196) — “uma das acepções do *consumere*: destruição por inteiro”. Tendo em conta a realidade tangível, segundo a qual, afirma o professor da ECA/USP, muito provavelmente não “seria possível ativar os fluxos de capital sem a parceria prioritária do consumo”, distanciamos aqui os esforços da Comunicação-Educação — em sua intersecção com a Educação Ambiental — de quaisquer posturas radicais no sentido impeditivo do consumo. Do mesmo modo nos distanciamos da recusa deliberada a todo e qualquer engajamento político, lembrando, com Guattari (2012), a necessidade de que este engajamento exista e seja ético, a fim de seguirmos — guiados, entre outras, pela sua proposta ecosófica — no enalço de articulações que possibilitem aos indivíduos, num tempo único, tornar-se solidários embora cada vez mais diferentes. Isso se torna essencial para transitarmos em busca do bem comum no espaço do triplo registro ecológico ancorado no meio ambiente, nas relações sociais e na subjetividade humana.

A encíclica papal *Laudato Si'* (IGREJA CATÓLICA, 2015) apresenta-se, desse ponto de vista, como documento comunicativo-educativo essencial — segundo Junqueira (2015)¹³⁸ — apto a respaldar o esforço ecosófico proposto por Guattari (2012) e cuja leitura evoca o tripé proposto pelo filósofo. O parágrafo de número 147, por exemplo, traz exortação relacionada à acepção de *progresso* (palavra recorrente nos discursos políticos) em meio ao que o Sumo Pontífice nomeia ‘ecologia da vida cotidiana’:

Para se poder falar de autêntico progresso, será preciso verificar que se produza uma melhoria global na qualidade de vida humana; isto implica analisar o espaço onde as pessoas transcorrem a sua existência. Os ambientes onde vivemos influem sobre nossa maneira de ver a vida, sentir e agir. Ao mesmo tempo, no nosso quarto, na nossa casa, no nosso lugar de trabalho e no nosso bairro, usamos o ambiente para exprimir a nossa identidade. Esforçamo-nos por nos adaptar ao ambiente e, quando este aparece desordenado, caótico ou cheio de poluição visual e acústica, o excesso de estímulos põe à prova as nossas tentativas de desenvolver uma identidade integrada e feliz (IGREJA CATÓLICA, 2015, p. 90).

Nossas ações cotidianas, do ponto de vista da relação ser humano-ambiente, ainda estão, entretanto, aquém de promover o desenvolvimento de identidades integradas, felizes, ‘ecosoficamente orientadas’, tanto em nível global quanto local. Jorge Mario Bergoglio, a esse respeito, abre alguns parênteses para lembrar que

pouco a pouco alguns países podem mostrar progressos significativos, o desenvolvimento de controles mais eficientes e uma luta mais sincera contra a corrupção. Cresceu a sensibilidade ecológica das populações, mas ainda é insuficiente para mudar os hábitos nocivos de consumo, que não parecem diminuir; antes, expandem-se e desenvolvem-se. É o que acontece — só para dar um exemplo simples — com o crescente aumento do uso e intensidade dos condicionadores de ar: os mercados, apostando num ganho imediato, estimulam ainda mais a procura. Se alguém observasse de fora a sociedade planetária, maravilhar-se-ia com esse comportamento que às vezes parece suicida (IGREJA CATÓLICA, 2015, p. 38).

Enquanto isso, e paralelamente à discussão sobre o uso indiscriminado do termo ‘sustentabilidade’, o papa (IGREJA CATÓLICA, 2015, pp. 39-40) ratifica a visão de que “cresce uma ecologia superficial ou aparente que consolida certo torpor e uma alegre irresponsabilidade”, sob cujas asas “somos tentados a pensar que aquilo que está a acontecer

¹³⁸ Junqueira, em seu artigo *A Igreja entra no clima: comunicação, educação e consumo em “Sobre o cuidado da casa comum” - encíclica papal de Francisco*, procura verificar como “a conformação tridimensional do campo comunicação/educação/consumo objetiva dar conta dos complexos processos e relações que envolvem a construção do cidadão enquanto ator social ativo na produção das suas próprias identidade e cultura e responsável pelo seu destino histórico. [...] visa, a partir da análise da encíclica papal “Laudato si” evidenciar a construção discursiva do campo comunicação/educação/consumo, que o documento aporta, sinalizando para a pertinência e eficácia deste no entendimento da construção de sujeitos críticos na sociedade contemporânea.” (p.1). (Trabalho apresentado no GT Comunicação, Educação e Consumo, do 5º Encontro de GTs - Comunicon, realizado nos dias 5, 6 e 7 de outubro de 2015 na Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo)

não é verdade”, dando, por fim, larga margem a um “comportamento evasivo”, mantenedor de vícios — ancorados, estes, no consumo conspícuo de que nos alerta Citelli (2009). Assim, embora destrutivos, tais vícios não são reconhecidos por homens e mulheres — pela razão simples de assegurarem a manutenção de seus estilos de vida. Portanto, não há luta contra eles: na tentativa de ‘não ver’ que existem, os humanos adiam as decisões importantes que gravitam em seu entorno (IGREJA CATÓLICA, 2015, p. 40).

De nossa parte, acreditamos que os recursos ‘mundidiscursivos’ capazes de dissuadir cidadãos de colocar sua subjetividade a serviço da Casa Comum (IGREJA CATÓLICA, 2015) também guardam em si a possibilidade intrínseca de gerar, a partir do eixo Comunicação-Educação, novos discursos passíveis de reverter essa equação. Urge trabalhar, portanto, para não perder a capacidade de percepção e negociação face à alteridade, tendo em mira o fortalecimento das subjetividades individuais e coletivas por meio da imersão na dessemelhança, como também propõe Dominique Wolton (2011).

Contrera e Baitello Jr (2010, p. 108) descrevem uma tendência (a ser combatida) de regressão nas capacidades de os indivíduos negociarem complexamente a alteridade. Bauman, (2004, p. 134-135), chamado a corroborar a assertiva, sustenta que

O impulso na direção de uma “comunidade de semelhança” é um signo de recuo não apenas em relação à alteridade externa, mas também ao compromisso com a interação interna (...). Quanto mais as pessoas permanecem num ambiente uniforme — na companhia de outras “como elas”, com as quais podem “socializar-se” de modo superficial e prosaico sem o risco de serem mal compreendidas nem a irritante necessidade de tradução entre diferentes universos de significações —, mais se tornam propensas a “desaprender” a arte de negociar um *modus convivendi* e significados compartilhados.

Desaprender ou sequer estabelecer um *modus convivendi* configura, com frequência cada vez maior, acúmulo de um “modo de destruição progressiva”, ilustrado por índices que podem ser recolhidos facilmente em diferentes meios de comunicação:

Figura 30 - Praia de Copacabana (Rio de Janeiro, Brasil), cenário pós-Reveillon, amanhecer do dia 01/01/2016

Fonte: imagem postada por internauta presente ao evento, na rede social Facebook¹³⁹.

Figura 31 - Museu do Amanhã (Rio de Janeiro), um dia após a inauguração (dez. 2015)

Fonte: Imagem compartilhada na rede social Facebook¹⁴⁰.

¹³⁹ Esta imagem ensejou discussões na rede social Facebook, entre internautas que comparavam o estado de praias estrangeiras com o de praias brasileiras, como a de Copacabana, no dia 01-01-2016.

¹⁴⁰ Disponível em: <http://www.opopular.com.br/editorias/cidades/lixo-ao-redor-do-museu-do-amanh%C3%A3-ganha-redes-sociais-1.1009559>. Acesso em 01/02/2016

Figura 32 - Acúmulo de lixo após passagem de blocos
carnavalescos

Fonte: figuras 32¹⁴¹ e 32a¹⁴² – São Paulo - imagem: Renato Mendes/Brazil Photo Press; figura 32b¹⁴³ – Rio de Janeiro - imagem: Felipe Hanower.

Figura 33 – Lixo acumulado nas praias cariocas após passagem de bloco
carnavalesco

(Imagens: Eduardo Naddar/O Globo - 2016¹⁴⁴)

¹⁴¹ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/blocos-deixam-rastro-de-sujeira-pelas-ruas-de-sao-paulo/> acesso abr. 2015.

¹⁴² Disponível em: https://abrilveja.files.wordpress.com/2016/06/alx_carnaval-lixo-blocos-de-rua-20150209-002_original1.jpeg?quality=70&strip=info&w=817. Acesso jun. 2016

¹⁴³ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/blocos-deixam-rastro-de-sujeira-pelas-ruas-de-sao-paulo/>. Acesso 10 fev. 2015

¹⁴⁴ Disponíveis em: <http://oglobo.globo.com/rio/lixo-se-acumula-nas-ruas-do-rio-apos-passagem-de-blocos-7567026> Acesso em 01 fev 2016.

Destas imagens indiciais não tarda a vir a conclusão a que, embora em contexto ligeiramente diferente, chegaram Contrera e Baitello Jr (2010, p. 108):

o máximo de avanço tecnológico abriga o máximo de atraso comportamental nas sociedades chamadas liberais. Haveria um nexó entre as duas coisas? O desencantamento estaria agindo como abandono de princípios civilizatórios éticos ou mesmo simplesmente humanitários e de tolerância? Ou a perda do olhar para o diverso teria nascido da incapacidade inerente à tecnologia de ela própria ter olhos para o outro?

As imagens abaixo podem dar pista para respondermos ao menos à última pergunta:

Figura 34 - Torcedores japoneses recolhendo o lixo produzido por eles após a partida Japão X Grécia, na Arena das Dunas (Natal), pela Copa do Mundo de 2014.

Imagem: Chandy Teixeira¹⁴⁵

No Japão, país do grande apreço pela tecnologia, não faltam cidadãos dispostos a refletir sobre o impacto de seu lixo sobre o Outro — este Outro que é ninguém menos que o próprio indivíduo. O *Outro-outrem*, como o definia Marcondes Filho (2014, grifo nosso), parece ser para onde se dirige o olhar de Contrera e Baitello Jr. tanto no excerto selecionado acima quanto nas imagens imediatamente anteriores. Os autores, em diferente trecho do mesmo artigo, atribuem a “oftalgia terminal para o outro” (p. 109) a uma série de fatores, entre os quais: o ‘modo antiespera’ ativado pelo contato imoderado com games e com produtos massivos da indústria cinematográfica destinados a causar tensão. Esta, calcada em e provocada por um

¹⁴⁵ Disponíveis em: <http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2014/06/japoneses-dao-exemplo-de-civilidade-e-recolhem-lixo-na-arena-das-dunas.html>

excesso de imposição (simultânea) da visualidade e da exacerbação sonora, conduz a uma “afirmação do presente, da presença e do corpo” (p. 109) em detrimento da preocupação com a alteridade, subsumindo-se, por fim, nesse movimento, o “eu” e o “outro”.

Como não há eu, porque não há o outro, também não pode haver presente, nem espera, nem corpo. Todas as fichas são jogadas na imagem, filha da técnica, que, por ser projeção, escapa das agruras da espera, da presença, do corpo (CONTRERA e BAITELLO JR., 2010, p. 109).

O modo antiespera produz, também, um fenômeno paralelo de alienação, mediante o qual o sujeito não raro deixa de estabelecer contato intelectual com imagens cotidianas concretas tais quais as representadas nas figuras acima, o que demonstra a proeminência do “apagamento dos ritmos reflexivos, autorreflexivos e proprioperceptivos que permitem a construção da alteridade” (CONTRERA e BAITELLO JR., 2010, p. 109).

Do ponto de vista da comunicação socioambiental, persiste uma falésia, em que o papel erosivo cabe ao *modus vivendi* e à inação reversiva da maior parcela da população face ao cuidado com o seu espaço vivencial concreto. Assim, conquanto seja notória a produção de informações acerca de meio ambiente (este, uma espécie de ‘alter’¹⁴⁶) bem como sua veiculação em múltiplas interfaces, permanecemos distanciados da proposta ecosófica (GUATTARI, 2012) que poderia conduzir à perspectiva de êxito na mudança de cultura.

Retornamos aqui a um dos pontos de partida: o ambiente cultural da contemporaneidade, conforme lemos em Citelli (2011) ao mesmo passo que forja ritmos acelerados do tempo e contrai este último de modo cada vez mais afeito a dinâmicas maquínicas, como também o demonstram Rosa (2013) e Crary (2014) —, faz-nos ver sinais inequívocos da urgência de uma comunicação ambiental produtora de sentidos. Já há muito se vem discutindo, em diferentes eventos e produções acadêmicas, a importância dos conceitos *subjetividade* e *pertencimento* para trabalhar em direção a posturas socioambientais proativas.

Em reunião do Conselho Ambiental da subprefeitura Vila Maria-Guilherme-Medeiros (2015), tivemos oportunidade de ouvir relato curioso: no bairro Jardim Julieta, segundo o gestor ambiental José Ramos de Carvalho, os moradores se reuniram para confeccionar enfeites de Natal e os penduraram em postes da região. Lixeiras novas haviam sido colocadas pela prefeitura nos mesmos postes pouco tempo antes. Ao cabo de um mês, Ramos observou que a maior parte das lixeiras tinha sido depredada, mas os enfeites permaneceram intocados. De algum modo, a subjetividade vinculada à sua [da população] *função no processo* (JACOBI,

¹⁴⁶ Considerando e invertendo a fala de Victor Novicki sobre o ‘meio ambiente sem gente’ (NOVICKI, 2007, p. 142).

2000 e 2008, grifo nosso) emerge nesse relato como vereda a trilhar com mais atenção quando o assunto é cultura socioambiental urbana. Permanece aberto vasto campo de pesquisas a focar especificamente essa vertente analítica.

Mauro Wilton Sousa (2006, grifo nosso), a quem também aludimos no início deste capítulo, tem razão, portanto, quando afirma que a recepção hoje está muito mais conectada com aquilo que *envolve* as pessoas do que com os efeitos comportamentais oriundos da relação direta que elas travam com as tecnologias de suporte. Dada essa constatação, nossa bússola aponta um norte: observar, ouvir o receptor, interagir com ele, inspirá-lo a produzir e analisar informação — tendo em vista a coalizão de forças em torno dos conceitos: subjetividade, alteridade, pertencimento, cidadania proativa, interesse socioambiental, comunicação e educação. Desse exercício nos ocupamos ao longo do percurso doutoral, utilizando, entre outros expedientes, a exibição e discussão de trechos de documentários (curta e longa metragem) e imagens fixas, em palestras e minicursos. Nossa busca teve em vista a construção coletiva de circuitos socioambientais colaborativos, como forma de replicação das boas práticas e como modo de conhecer as inter-relações pessoais e, sobretudo, discursivas envolvidas nas estratégias de reconstrução de sentidos e ressonância — aspectos que ocuparão parte das próximas linhas.

4. 7 Docência em cenário de aceleração e incerteza – desafios formativos para o cuidado socioambiental

Ao fim das certezas correspondente a um novo modo de encarar o saber científico face à complexidade do mundo real (PRIGOGINE, 2011), somam-se e destacam-se incertezas relativas à existência cotidiana — sobretudo nos ambientes urbanos —, marcada por inconformidades capazes de reduzir drasticamente a qualidade de vida coletiva (quando não aniquilá-la por completo, a depender do ponto para o qual se olha).

Ilya Prigogine, físico-químico ganhador do Nobel em 1977, dedicava-se ao estudo dos sistemas instáveis, ou estruturas de não equilíbrio geradoras da entropia capaz de designar a direção do futuro muito mais do que os sistemas reversíveis (em equilíbrio). Massoni (2008, p. 2308-3), retraduzindo-o, afirma:

Em situações de equilíbrio tudo é simples, estável e não há variação de entropia. Ocorre que processos irreversíveis, aos quais se aplica o segundo princípio da termodinâmica (a entropia do universo cresce na direção de um máximo) constituem a imensa maioria no universo. Longe do equilíbrio pode aparecer o instável e o complexo, mas surge também a possibilidade de formação de estruturas complexas e delicadas. As estruturas biológicas, a auto-organização, a vida só é possível longe do equilíbrio. Isso mostra que o “caos” assume papel construtivo e é nesse sentido que Prigogine fala em generalização desse conceito [...].

O caos construtivo que assume papel substancial para Prigogine pode ser comparado a dezenas de outros quadros em campos diferentes do conhecimento, entre eles ao cenário escorregadio e fugaz em que se desenham hoje competências formativas para a ação docente. Que professor reunirá, por exemplo, atributos para lecionar imerso na realidade exemplada pelo anúncio abaixo?

Figura 35 - Escola se propõe formar para a incerteza

Fonte: Folha de S.Paulo, 03/10/2017, caderno Poder.

Em que direções vale seguir com mais ímpeto face à imprevisibilidade socioeconômica e socioestrutural de boa parte das sociedades globais, à qual alude a peça publicitária acima? Um dos textos a elucidar a proposta do estabelecimento de ensino conjuga-se à nossa reflexão quanto à formação dos professores:

Figura 36 - Proposta de escola com conceito diferenciado (recorte de anúncio em jornal)

Fonte: *Folha de S. Paulo*, 03/10/2017, caderno Poder.

Como formar um professor para ajudar seu aluno a “antever o invisível” e “reconhecer o inexistente”? Questionamos, também, com mais simplicidade: como formar o educador para a percepção diferenciada do óbvio na “construção da consciência” do aluno e no estímulo ao que o faz humano? A maior parte de nossos problemas socioambientais (e outros) persistem por indiferença e/ou desinteresse deliberado quanto ao reconhecimento do que se faz patente e exige proatividade. Quanto ao tipo de iniciativa ecológica encontrada na maioria das escolas, Loureiro (2011, p. 23) pondera:

Acredito que os educadores, cada vez mais, demonstram estar sensíveis à dimensão ambiental. No cotidiano escolar, por exemplo, já é comum se perceberem educadores sinceramente empenhados em trabalhar as questões ambientais. Acompanhamos um número crescente de escolas desenvolverem projetos de educação ambiental, muitas vezes apoiados por empresas e ONGs, o que reflete também a aceitação e difusão da educação ambiental em outros

diferentes setores da sociedade; no entanto, em minha avaliação, a realidade socioambiental, mesmo no entorno dessas escolas, tem sofrido transformações pouco significativas e os problemas ambientais só têm se agravado.

Diante dessa constatação, e da premência quase utópica de equalizar minimamente os sistemas de ensino público e privado para o enfrentamento da ecocrise épica a erodir a qualidade da vida associada, brotam mais dúvidas: quais sentidos construir para um viver *em comum* e *incomum* (no sentido de renovação de paradigmas socioambientais e econômicos) na *Casa Comum*? O Papa Francisco, na Encíclica *Laudato Si'*, conclama-nos a uma ação educativa incisiva, na qual é indispensável

[...] *assegurar um debate científico e social que seja responsável e amplo, capaz de considerar toda a informação disponível e chamar as coisas pelo seu nome. Às vezes, não se coloca sobre a mesa a informação completa, mas [esta] é selecionada de acordo com os próprios interesses, sejam eles políticos, econômicos ou ideológicos. Isso torna difícil elaborar um juízo equilibrado e prudente sobre as várias questões, tendo presentes todas as variáveis em jogo. É necessário dispor de espaços de debate, onde todos aqueles que poderiam, de algum modo, ver-se, direta ou indiretamente afetados (agricultores, consumidores, autoridades, cientistas, produtores de sementes, populações vizinhas dos campos tratados e outros) tenham possibilidade de expor as suas problemáticas ou ter acesso a uma informação ampla e fidedigna para adotar decisões tendentes ao bem comum presente e futuro (IGREJA, 2015, § 135, grifo nosso)*¹⁴⁷.

Junqueira (2015), ao analisar a problemática comunicação-educação-consumo em sua intersecção com as propostas do documento eclesial, constata, como adiantamos em capítulo pregresso, o viés comunicativo-educativo por meio do qual a carta pontifícia reúne sugestões para o debate. Incluindo recomendações sobre como o sujeito pode desprender-se do jogo tecnocrático sustentado pela massificação midiática,

[...] a encíclica papal [...] passa à proposição de uma estratégia de comunicação-educação focada na desconstrução crítica do uso interessado da mídia na produção de ilusórios sentidos para a vida, que mantêm e recriam sujeitos ‘angustiados, insatisfeitos’ (§ 2013), ‘melancólicos, isolados’ (§ 47) e ‘entediados’ (§113) (JUNQUEIRA, 2015, p.7).

As estratégias propostas pela Educomunicação fazem parte de um esforço científico através do qual a Ciência pode achegar-se com mais vigor aos planos de ação cotidiana que permitam trazer nova luz na direção dessa desconstrução crítica. O propósito de contribuir para o equilíbrio reorganizador das estruturas instáveis (PRIGOGINE, 2011) entre as quais

¹⁴⁷ A problemática dos organismos geneticamente modificados, exemplo colocado pelo Papa Francisco nesse parágrafo, necessita, segundo ele, de um trato mais abrangente, acompanhado de “um maior esforço para financiar distintas linhas de pesquisa autônoma e interdisciplinar que possam trazer nova luz” (IGREJA, 2015, § 135, grifo nosso).

transitamos inclui a imersão nessas mesmas estruturas, favorecendo o debate e a ação capazes de reverter a crença na onipotência tecnológica/tecnocrática, o desânimo injetado pelos atuais arranjos de mundo e, ao mesmo tempo, sustentar os processos criativos requeridos para trabalhar nas intervenções urgentes — como a que circunda a tríade comunicação-educação-meio ambiente.

[...] através da recuperação da importância do tempo e dos processos irreversíveis, Prigogine pretendeu nos mostrar que é possível reconstruir uma aliança entre o homem (sua cultura, sua sociedade e seus saberes) e a aventura de exploração da natureza (o saber científico). (MASSONI, 2008, 2308-8)

O termo *exploração* no excerto recém-destacado distancia-se, como se verifica, dos propósitos extrativo-destrutivos a multiplicar manifestações indignadas por todo o planeta e busca pensar as possibilidades do fazer científico nos termos da religação dos saberes (MORIN, 2003) e dos tempos e processos envolvidos nessa trajetória. Prigogine (2011), entretanto, apontava um caráter imprevisível nos processos de desenvolvimento da ciência, cujo avanço, para ele, estaria relacionado de modo íntimo a um questionamento permanente, uma desilusão quanto ao conhecimento anterior — como também o afirmava Gaston Bachelard¹⁴⁸ (MASSONI, 2008; BACHELARD, 2009). Ao ponderar sobre os rumos do saber científico, Prigogine, para quem a vida é o reino do não linear, impele-nos a estender outra vez nossas preocupações para aspectos relacionados à docência nesse tempo inconstante, mais próximo das estruturas dissipativas às quais ele dedicou grande parcela de seus estudos.

Francisco Imbernón (2011), na obra *Formação Docente e Profissional – formar-se para a mudança e a incerteza*, situa a instituição educativa e a atividade de educador em contexto marcado por “um incremento acelerado e uma mudança vertiginosa nas formas adotadas pela comunidade social, no conhecimento científico e nos produtos do pensamento, a cultura e a arte” (p. 9) — estado geral de coisas também apontado por Rosa (2013), em seu livro *Social Acceleration — a new theory of modernity*. Outros apontamentos nesse sentido coincidem em ambas as obras.

Para Imbernón (2011, p. 9), “uma evolução acelerada da sociedade em suas estruturas materiais, institucionais e formas de organização da convivência, modelos de família, de produção e de distribuição” produzem “reflexos na mudança inevitável das atuais formas de pensar, sentir e agir das novas gerações”. Assim, os contextos sociais emergentes condicionam a educação e refletem forças inúmeras em conflito. Entre elas destacam-se mudanças nucleares

¹⁴⁸ Gaston Bachelard, filósofo e poeta francês dedicado a estudos sobre a Filosofia da Ciência. A obra em questão é *A Filosofia do Não* (Editorial Presença, Lisboa, 1988), consultada por nós em edição de 2009, listada nas referências desta tese.

em termos de tecnologia e dos meios de comunicação em si, acompanhadas de transformações institucionais que abalaram tanto a ideia de transmissão do conhecimento quanto as próprias instituições. Some-se a isso o mito da sociedade da informação, mantenedora de muitas pessoas totalmente desinformadas enquanto grupos específicos acumulam o capital informativo em seu benefício exclusivo e/ou de poucos aliados (IMBERNÓN, 2011; IGREJA, 2015) — crítica igualmente verificada entre um sem-número de autores contemporâneos. Martín-Barbero (1998, p. 7), a esse respeito, assinala:

Quanto da enorme quantidade de informação que recebemos sobre o país e o mundo se traduzem em maior conhecimento dos outros, em possibilidade de comunicação e em capacidade de atuar de modo transformador sobre nossa sociedade? De outro lado, a informação tem passado a simular o social, a participação. Ao sentir-me informado do que acontece, tenho a ilusória sensação de estar participando, atuando na sociedade, de ser protagonista, quando “sabemos” que os protagonistas são outros e bem poucos. Pois se é verdade que as novas tecnologias descentralizam, é certo que não estão fazendo nada contra a concentração de poder e capital, que é cada vez maior. Temos informação mas nos “escapa” o sentido, vivemos na euforia de uma participação que a própria vida se encarrega de mostrar o que ela tem de simulacro.

Além de sofrermos certa ilusão quanto à abertura para nossa participação, a qual, em tese, produziria a transformação, constatamos que a “cada dia estamos informados sobre mais coisas, porém cada dia sabemos menos o que significam” (MARTÍN-BARBERO, 1998, p. 7). Noutras palavras, “estamos infrainformados, apesar da muitíssima informação que temos”, conforme asseverou Guillermo Orozco Gómez durante conferência na USP¹⁴⁹ em 2016. Há que se pensar em como os estudos de Comunicação e Educação podem contribuir para reverter o fenômeno da infrainformação, sobretudo diante dos simulacros a esconder um vocabulário em alta representado pelos termos *liquefação*, *derretimento*, *evaporação*, *insegurança*, e mesmo diante da apreensão com a qual percebemos a *mudança* — ela já não é sentida, lembra Rosa (2013), como simples alteração de estruturas fixas, mas como indeterminação.

O próprio fazer educativo, diante do escorregamento de encostas representado pelo cenário de indeterminação em nível global (ROSA, 2013), requer, conforme Imbernón (2011), novos modelos, pois passou a ser patrimônio comunitário no que tange aos aspectos relacionais e participativos (incluindo todos os meios dos quais a comunidade dispõe para interagir) e não

¹⁴⁹ Abertura do XXXIX Intercom. Educomunicação e Direitos Humanos, o grande cruzamento democrático de hoje. São Paulo, 6 de setembro de 2016.

mais território exclusivo da ação docente¹⁵⁰. Conquanto seja possível apormos alguns questionamentos quanto à assertiva que se segue, o autor enxerga no quadro em análise uma abertura para novas concepções nas quais toma lugar a preocupação com a incerteza acompanhada da (ou gerada pela) obsolescência voraz — das coisas e das pessoas — a pôr em xeque o conhecimento imutável norteador das ações da escola por longas décadas. Porém o mais significativo, em sua visão, é a ampla demanda entre diferentes setores da sociedade para que a educação se acerque com mais vigor dos aspectos capazes de valorizar a vivência democrática: ética, sentido de coletividade, capacidades comunicativas, comportamentais e emocionais. Matos e Nobre (2014) fornecem pistas seguras para esse encaminhamento ao abordarem a ideia de democratização das *habilidades parlamentares civis*. Para efeito de tornar democráticas tais habilidades tendo em mira a desejável proatividade socioambiental — através da qual o cidadão poderia confrontar estruturas de poder que inviabilizam transformações urgentes para o seu viver qualitativo — é preciso, no entanto, remover barreiras centenárias, transformar a cultura política e ambiental vigentes, ainda pouco abertas à participação no estilo TOV proposta por Senecah (2004). De acordo com Márcia Westphal, professora sênior da Faculdade de Saúde Pública da USP,

Temos vivido o autoritarismo e o clientelismo há quinhentos anos e não será em um, dois ou quatro anos que conseguiremos mudar essa realidade. São necessários outros mecanismos, além de criar espaços de negociação, para garantir uma relação viva e dinâmica do poder público com a sociedade civil, tais como a informação e a capacitação da sociedade civil para elaborar diagnósticos críticos, para formular propostas e para aumentar gradativamente seu poder de negociação (WESTPHAL, 2000, p. 49).

À página 2 do artigo *Capacitação em Comunicação Pública e em Comunicação Política: democratizando as habilidades parlamentares civis*, Matos e Nobre (2014) defendem essa mesma ideia e propõem a forma de concretizá-la:

A comunicação é uma habilidade técnica que deve ser ensinada às crianças, aos jovens e aos adultos durante sua capacitação para cidadãos. Assim, a formação do cidadão requer treinamento em comunicação pública, que capacita a falar em público, e em comunicação política, que habilita a conduzir a ação pública. Ambas as atividades (dialogar-contigo e fazermos-no-mundo) pertencem à esfera parlamentar: a primeira prepara para a disputa de palavras, e a segunda para a disputa de decisões. Assim, a comunicação está na base da cidadania (enquanto conjunto de atividades dos cidadãos) e da democracia (enquanto conjunto de ações públicas praticadas via cidadania).

¹⁵⁰ Nesse ponto, parece haver inversão positiva (?) em alguns aspectos do cenário geral de participação ilusória referido por Martín-Barbero (1998).

O peso dessa esperança depositada na comunicação-educação amplia-se quando o assunto desliza para o embate entre vida proposta pelos operadores econômicos majoritários e vida efetivamente vivida pelos cidadãos; entre um *fac-símile* de mundo que parece consolidado — a sociedade espetacular de Guy Debord (1997) — e aquele que desmorona pixel a pixel nas telas de nossos equipamentos digitais, ou que se liquefaz lágrima a lágrima na peleja concreta por vidas melhores possíveis.

Se de um lado enxergamos a instituição escola como baluarte da permanência diante do escorregamento de encostas (ROSA, 2013); por outro também a vemos arrastada pela dissolução de seu valor enquanto símbolo expressivo do ser-estar no mundo em consonância com o refazer constante do mundo. Educar para as incertezas, como propõe Morin (2003), ou para a fluidez do mundo líquido, como preconiza Bauman (2016), envolve cuidado especial com a formação docente e com as condições de vida do professor. Até aí, nada de novo caso consideremos o arsenal discursivo que envolve as lutas históricas em favor da categoria, e, em especial no eixo sul-sudeste, se levarmos em conta a miríade de ofertas formativas à disposição.

Educar para a certeza de que estamos rumando para uma existência coletiva cada vez mais incerta no país e no planeta emerge, porém, como desafio central, não contemplado diretamente na maioria dos processos formativos e em grande parte dos projetos político-pedagógicos. Ainda que se discutam questões relacionadas ao binômio homem-ambiente, isso ainda é feito de forma “transversal”¹⁵¹ na escola e na sociedade de maneira geral, quando deveria galgar *status* de preocupação fundante em redor da qual os processos de formação, tanto de discentes quanto de docentes, deveriam desenvolver-se.

Em outras palavras: se estamos todos, conforme afirmamos diuturnamente nas redes sociais (e a despeito das cenas de gládio também aí protagonizadas), em busca de uma vida boa, de um mundo melhor, da igualdade, da tolerância, do bem-estar coletivo, do equilíbrio socioambiental, não há por que deixar de considerar que se ainda não atingimos um patamar satisfatório nesses quesitos os motivos não estão à vista somente nas decisões econômicas e políticas a teleguiar nosso viver cotidiano, tampouco na responsabilização puramente individual pelo derruir planetário. Há mais a ser considerado, conforme indicam as abordagens holísticas e as nossas percepções pessoais de mundo (CONTRERA e BAITELLO JR., 2010); desse ponto

¹⁵¹ Compreendemos o imenso valor da transversalidade no trato das questões socioambientais, um avanço e tanto se considerada a linha do tempo das discussões sobre meio ambiente no Brasil; entretanto propomos que, além de transitar de maneira transversal por todos os campos do conhecimento, por todas as disciplinas, enfim, pela totalidade das vivências humanas, a preocupação socioambiental seja a pedra angular do nosso agir-no-mundo. Parece-nos que a forma mais eficaz para nos aproximarmos disso é torná-la base para todas as outras discussões a envolver o sistema-mundo.

de vista, vale refletir sobre a contribuição do professor na construção/deslindamento de estratégias de participação e ressonância capazes de promover transformação.

Imbernón (2011) acredita que a urgência está em “formar o professor na mudança e para a mudança por meio do desenvolvimento de capacidades reflexivas em grupo” (pp. 13-16). O ponto de partida, para o teórico, são as situações problemáticas: convém estudá-las, analisá-las, de modo a contribuir para a criação de espaços participativos, reflexivos, de formação — a fim de que seja possível às pessoas aprenderem e se adaptarem com vistas a conviver melhor com as incertezas resultantes das mudanças em curso. Trata-se de aproximar professores e alunos dos “pescadores” (PONTUSCHKA, 2013) — o que se vai esclarecer a seguir.

No capítulo *O conceito de Estudo do Meio transforma-se...em tempos diferentes, em escolas diferentes, com professores diferentes*¹⁵² (VESENTINI, 2013), a professora Nídia Nacib Pontuschka relata o antes, o durante e o depois do encontro de alunos e professores com os pescadores artesanais de Iguape (litoral de São Paulo), por ocasião das discussões sobre legislação pesqueira prejudicial aos que viviam da pesca de subsistência. A “Lei Sarney”, explica ela, determinava que ninguém poderia pescar profissionalmente entre 1º de outubro de 1988 e 30 de janeiro de 1989, em todo o território brasileiro. A época coincidia, no entanto, com o período propício à pesca da manjuba, principal atividade econômica dos trabalhadores locais, razão pela qual estes deflagraram questionamentos à imposição da lei — os quais, por seu turno, impactaram a maneira como os alunos enxergavam as relações entre território e sujeitos naquele espaço geográfico. A experiência resultou numa profunda alteração da visão de mundo dos estudantes, e também os conduziu, junto com os docentes participantes do estudo, a refletir sobre suas possibilidades de ação face às inúmeras variáveis socioambientais, econômicas e históricas vinculadas ao projeto em andamento. Decidiram e conseguiram ajudar os pescadores a fazerem chegar suas vozes a Brasília, tendo sido a lei, ao final, suspensa. A vontade de transformar transformou-os, portanto, e a todos — alunos, professores, pescadores — em sujeitos de ação à medida que fortaleceu, entre outras, as já referidas *capacidades parlamentares*.

Esse é um exemplo bem-sucedido daquilo que Ilya Prigogine (2011) propunha como ruptura de ciclos geradores de mudanças e incertezas incapazes de compor caos reestruturante. Os sistemas instáveis — ou *estruturas de não equilíbrio* — estudadas pelo Nobel de Química são capazes de promover reestruturação a partir do caos, o que, de certo modo, guarda relação

com o tipo de mudanças a promover na educação e, especificamente, nos processos de formação docente.

Nessa esteira, vale rememorar Imbernón (2011) quando discorre sobre a necessidade de redefinir a docência como profissão, indagando: “Quais são as competências necessárias para que o professor assuma essa profissionalização na instituição educacional e tenha uma repercussão educativa e social de mudança e transformação?” (pp. 12 e 13). Quais seriam as mudanças necessárias considerando-se o fortalecimento dos discursos em torno do valor do sujeito, do quanto importa sua participação e, por conseguinte, do quão relevante é a assunção do seu repertório sociocultural na educação?

O contexto em que trabalha o magistério tornou-se complexo e diversificado. Hoje, a profissão já não é a transmissão de um conhecimento acadêmico ou a transformação do conhecimento comum do aluno em um conhecimento acadêmico. A profissão exerce outras funções: motivação, luta contra a exclusão social, participação, animação de grupos, relações com estruturas sociais, com a comunidade...E é claro que tudo isso requer uma nova formação: inicial e permanente. (IMBERNÓN, 2011, p. 14)

A prodigalidade dos títulos à disposição para fins de reflexão formativa (nas livrarias, bibliotecas, sítios eletrônicos) oferece marcos teóricos e orientações práticas; porém é perceptível o número menor de publicações a tratar da formação docente tomando como ponto medular a perspectiva ecosófica (GUATTARI, 2012). Heloísa Dupas Penteado (2010) sugere esforços para um passo transformador, representado nas alterações da visão de mundo docente e discente (que mais uma vez depende de como foi/está sendo formado o professor) e na orientação dos trabalhos escolares por uma lógica ambiental. Em sua visão, é mister e viável contribuir para formar indivíduos que criem e ampliem espaços de participação socioambientais, principalmente coadunados à tomada de decisões nesse campo. Para ela, essa mudança no trabalho escolar desenvolve

[...] a capacidade de participar, de se relacionar com o mundo (grupos sociais e demais elementos do meio ambiente), de maneira organizada e com um objetivo específico. No caso da vida escolar, este objetivo é conhecer melhor o mundo e ‘aprender a organizar o seu comportamento social para resolver questões’. Com isto, cresce a capacidade e a qualidade humana de exercer a cidadania de uma maneira organizada e democrática, sem perder de vista em nenhum momento a existência do ‘outro’, porque se aprende a participar, a entrar em relação social de maneira organizada. E isto é condição para sermos capazes de organizar nossos comportamentos de maneira a ampliar e diversificar a participação de pessoas nas tomadas de decisões. Hoje esta

participação é solicitada para a resolução de problemas decorrentes de decisões para as quais não fomos consultados (PENTEADO, 2010, p. 61)

Além do problema conectado à superação do fato de não sermos consultados sobre um sem-número de decisões que afetaram, afetam e afetarão nosso estar no mundo, seguimos também com incógnitas sobre o tipo de participação para o qual somos chamados (que pode produzir tanto o engajamento coletivo quanto o distanciamento das instâncias democráticas)¹⁵³. Ainda assim, argumenta Penteado, é preciso estimular processos formativos (docentes e discentes) cuja tônica gire em torno da relação escola e território em que esta se insere. Como, indaga, a sua/nossa escola “se relaciona com o meio ambiente mais amplo em que está localizada, como, por exemplo, o bairro”? (PENTEADO, 2010, p. 99-100). Como as questões ambientais da atualidade se manifestam no ambiente escolar? A nossa capacidade de (re)construção, nesse sentido, depende de uma consciência ambiental gestada através de dois processos básicos indicados pela pesquisadora: a) aquisição de conhecimentos (tecnocientíficos, jurídicos, antropológicos etc); b) vivência de experiências que envolvam organizar e participar de comissões escolares cuja finalidade seja conhecer aspectos do meio ambiente e formas de atuar na restauração/preservação, além da “participação em experiências sociais organizadas que lidem com questões relativas a direitos e deveres do cidadão e a qualidade de vida que temos” (PENTEADO, 2010, p. 100-101).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC)¹⁵⁴ — homologada em 20 de setembro de 2017 — prevê uma sequência de estratégias educacionais, sobretudo no eixo *Ciências da Natureza*, por intermédio das quais a ação socioambiental proativa tem possibilidade de ganho escalar. À página 321, há uma síntese das ações pedagógicas para o ensino fundamental, divididas em quatro momentos: 1) definição de problemas; 2) levantamento, análise e representação; 3) comunicação e 4) intervenção:

¹⁵³ Os conselhos regionais de meio ambiente e os conselhos participativos na cidade de São Paulo, a depender das circunscrições administrativas onde se encontram, revelam as duas possibilidades: engajamento e distanciamento, segundo apuramos via observação direta e conversas com conselheiros. Entre os vários motivos a promover o distanciamento, foram apontados horários de reunião incompatíveis com a agenda de quem trabalha, excesso de procedimentos burocráticos, ocupação eminentemente política dos espaços deliberativos e diversas discussões pouco profícuas para a resolução dos problemas comunitários.

¹⁵⁴ http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf

Figura 37 - Base Nacional Comum Curricular (2017) – Ensino Fundamental
– Ciências da Natureza

Fonte: Sítio eletrônico do Ministério da Educação

O conjunto das frentes organizadas no quadro acima deixam claro o propósito geral de ação no eixo Ciências da Natureza, resumido no enunciado:

[...] ao longo do Ensino Fundamental, a área de Ciências da Natureza tem um compromisso com o desenvolvimento do *letramento científico*, que envolve a capacidade de compreender e interpretar o mundo (natural, social e tecnológico), mas também de transformá-lo com base nos aportes teóricos e processuais das ciências. (BRASIL, 2017, p. 319, grifo dos autores)

Entre as competências gerais almejadas na Base Nacional Comum Curricular, figura a aprendizagem da argumentação baseada em fatos, dados e informações de fontes confiáveis, “que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta” (BRASIL, 2017, p. 9). Nas diretrizes para o ensino de Língua Portuguesa, aparece proposição afinada com as anteriores: “Analisar informações, argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se ética e criticamente em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e *ambientais*” (p. 83, grifo nosso).

O Ensino Médio contará com diretrizes pautadas pelos mesmos princípios pedagógicos (e legais), mas ainda não tem sua base detalhada em razão da Medida Provisória nº 446, de 22 de setembro de 2016, transformada na Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Tal lei alterou significativamente a estrutura desse nível de ensino e exigiu, portanto, mais tempo dos elaboradores para o detalhamento da Base Nacional Comum Curricular correspondente, como afirma nota à página 23 do referido documento. Ainda assim, verificam-se no detalhamento dos passos a serem seguidos no Ensino Fundamental contornos bastante definidos no tangente à geração de métodos pedagógicos calcados na visada científica. Revalorizar o *letramento científico* no âmbito da *ecopedagogia* parece-nos decisão capaz de contribuir significativamente para a geração de cuidado socioambiental. Esse aspecto também é lembrado, conforme vimos, por Gino Giacomini Filho (2004) e Jorge Mario Bergoglio (IGREJA, 2015), entre outros.

Processos geradores de interesse pelo reparo/cuidado socioambiental carecem de incrementação em todos os níveis de ensino e talvez nas licenciaturas com mais vigor¹⁵⁵, independentemente da área na qual se formam seus graduandos. Repensar tal quesito desde o projeto político-pedagógico até as providências concretas para garantir implementação — a despeito das restrições orçamentárias, das responsabilidades crescentes e mudanças radicais a pressionar o corpo docente, das burocracias a serem enfrentadas para rever componentes curriculares — envolve senso de urgência. Note-se que aqui estamos mais preocupados com

¹⁵⁵ Conforme visto na proposta de Saheb e Luz (2010) para os cursos de Pedagogia.

escala, qualidade e resultados dos processos socioambientais para além dos discursos legais e institucionais, nos quais praticamente ‘tudo’ que há por fazer já está contemplado.

Retornando a Imbernón, tem-se mais uma parcela importante da síntese informativa a influenciar um necessário e indeclinável trabalho socioambiental vinculado à carreira docente:

- a formação do professor deveria basear-se em estabelecer estratégias de pensamento, de percepção, de estímulos e centrar-se na tomada de decisões para processar, sistematizar e comunicar a informação.
- a formação deveria dotar o professor de instrumentos intelectuais que possam auxiliar o conhecimento e interpretação das situações complexas com que se depara. Por outro lado, deveria envolver os professores em tarefas de formação comunitária para dar à educação escolarizada a dimensão de vínculo entre o saber intelectual e a realidade social, com a qual deve manter estreitas relações. (IMBERNÓN, 2011, p. 44)

Valorizar o “tempo experiencial” nos processos formativos, ressignificando o passado — por meio do presente ou de expectativas em relação ao futuro —, é o que propõe Carvalho (2005, p. 7) para criar novas memórias *na* e *com a* realidade socioambiental circundante. Este parece ser um norte promissor para o trabalho docente aplicado nos termos que aqui se deseja sublinhar. Vale ressaltar, nesse processo, a ecopedagogia, conceito criado por Francisco Gutiérrez (GUTIÉRREZ e PRADO, 2013) e referido por diversos pesquisadores, entre eles Moacir Gadotti (2008):

A pesquisa de Francisco Gutiérrez e Cruz Prado [1998] sobre a ecopedagogia originou-se na preocupação com o sentido da vida cotidiana. A formação está ligada ao espaço-tempo no qual se realizam concretamente as relações entre o ser humano e o meio ambiente e os seres humanos entre eles mesmos. Elas se dão, sobretudo, ao nível da sensibilidade, muito mais do que no nível da consciência. A relação homem–natureza é também uma relação que se dá ao nível da subconsciência. Por isso, precisamos de uma *ecoformação* para torná-la consciente. E a ecoformação necessita de uma *ecopedagogia* (GADOTTI, 2008, p. 63).

Avanzi (2004) explica que a *pedagogia da demanda* constitui eixo orientador da prática ecopedagógica, alicerçada em chaves propostas por Francisco Gutiérrez e Daniel Pietro¹⁵⁶ (em 1984) e retomadas, mais tarde, por Gutiérrez e Prado (2013):

- *Faz-se caminho ao andar*: os caminhos devem ser construídos a partir de um fazer cotidiano e permanente;

¹⁵⁶ GUTIÉRREZ, Francisco e PIETRO, Daniel. *La mediación pedagógica para la educación popular*. San Jose: ICEA/IPEC, 1984.

- *Caminhar com sentido*: dar sentido ao que fazemos, impregnar de sentido as práticas da vida cotidiana e compreender o sem-sentido de muitas outras práticas;
- *Caminhar em atitude de aprendizagem*: desencadear processos pedagógicos abertos, dinâmicos, criativos, em que seus protagonistas estejam em atitude de aprendizagem permanente;
- *Caminhar em diálogo com o entorno*: a interlocução é tida como essência do ato educativo. Por interlocução, os autores compreendem “a capacidade de chegar ao outro, de abrir-se ao meio, de percorrer caminhos de compreensão e expressão, de promover processos e de facilitar aprendizagens abertas” (p. 67);
- *No caminhar a intuição é prioritária*: os sentimentos, a emotividade e a imaginação são considerados fundamento da relação entre os seres humanos e a natureza na perspectiva da Ecopedagogia;
- *Caminhar como processo produtivo*: é ressaltada a importância de resultados concretos para retroalimentar o processo educativo em construção. Trata-se de elaborar uma memória do processo de aprendizagem, a partir de registro escrito, gráfico, audiovisual do que se aprende a cada dia. Um registro que desempenhe o papel não de tarefas a serem cumpridas, mas como processo de busca de apreender a cotidianidade;
- *Caminhar re-criando o mundo*: em que se exercita a expressão criadora e a comunicação que, para os autores, geram compromisso, iniciativa, desinibição, autoestima;
- *Caminhar avaliando o processo*: propõe-se um sistema de avaliação que permite integrar processos e produtos, em que se busque identificar: a apropriação de conteúdos, o desenvolvimento e mudança de atitudes, o desenvolvimento da criatividade, a capacidade de relacionar-se e expressar-se, a consecução de produtos que evidenciam o desenvolvimento pessoal. (AVANZI, 2004, p. 46-47).

Relembramos a seguir algumas estratégias ecoformativas e pontos de força para o trabalho docente na vertente ecopedagógica apontada por Gutiérrez e Prado (2013), Avanzi (2004) e Gadotti (2008):

1) *Estudo do Meio* — “O estudo do meio, como método que pressupõe o diálogo, a formação de um trabalho coletivo e o professor como pesquisador de sua prática, de seu espaço, de sua história, da vida de sua gente, de seus alunos”, estabelece “como meta criar o próprio currículo da escola, estabelecendo vínculos com a vida de seu aluno e com a sua própria, como cidadão e como profissional” (PONTUSCHKA, PAGANELLI e CACETE, 2007, p. 175-176)¹⁵⁷. A realização de um Estudo do Meio, divulga o site da Faculdade de Educação da USP, inclui um processo de avaliação permanente composto de atividades desenvolvidas em três

¹⁵⁷ Ver também: *O “Estudo do Meio” como trabalho integrador das práticas de ensino*, de Nidia Nacib Pontuschka, Circe Maria Fernandes Bittencourt, Elza Nadai, Rosa Kulcsar. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/927/820>. Acesso em 02 ago. 2017.

momentos: 1) planejamento e preparação, ou pré-campo; 2) atividade de campo propriamente dita e 3) sistematização dos dados, ou pós-campo (EA-FEUSP, 2017)¹⁵⁸.

2) *Mapeamento socioambiental* - cujas práticas têm similaridade com aquelas preconizadas nos estudos do meio:

“[...] o mapeamento socioambiental local configura um importante instrumento colaborador em processos político-pedagógicos para a formação continuada de professores em exercício. Ele contribui para a aprendizagem social em processos de educação para a sustentabilidade local e também como proposta metodológica para a educação ambiental.”

[...] “Podemos iniciar as atividades com mapas indo ao laboratório de informática, no site do Google, pesquisando e localizando sua residência, sua escola, enfim seu bairro, partindo para o registro e construção de um mapa em grupo. As disciplinas envolvidas neste processo são: matemática (escala/razão/proporção); português (registro fotográfico das placas comerciais para análise e adequação gramatical, se necessária); geografia (topografia, maquete, leitura e escrita de mapas, hidrografia); história (história do bairro e migração); ciências (pesquisa sobre o saneamento básico da região). Partindo dos conhecimentos levantamos os problemas locais originando uma mobilização da população para a mudança local (exercício da cidadania).” (BACCI e NUNES, 2013, p. 27)

3) *Treinamento constante e autotreinamento para uso das imagens nos processos comunicativo-educativos* (fotografia, pintura, desenho, vídeo, cinema, *powerpoint* — as tecnoimagens em geral e também as imagens naturais), cujas práticas de uso expandem-se em diversas possibilidades formativas. O buscador Google, em outubro de 2017, acusou 510 mil resultados para a expressão *formação docente e cinema*; em sua versão acadêmica, observamos 68 mil retornos sobre formação docente e diferentes tipos de abordagem vinculadas à imagem. Citamos, dentre muitos no cenário universitário, os trabalhos de alguns docentes, para rememorar apenas algumas frestas a partir das quais se podem nortear os trabalhos com imagens em formação docente/discente: Maria Cristina Castilho Costa (2013) - *Educação, Imagens e Mídias*; Lúcia Santaella (2012) — *Leitura de Imagens*; Norval Baitello Júnior — *A Era da Iconofagia* (2005); Wagner Souza e Silva (2016) — *Foto0Foto1*, além de artigos e o curso *Tecnoimagética* (ministrado em nível de pós-graduação na ECA-USP); Marie-Cécile Wagner (2001) e suas sugestões sobre videoformação; a abordagem da cineformação no âmbito escolar – Cláudia Mogadouro (2011) e, no âmbito específico das licenciaturas, citamos o trabalho de Maria do Carmo Souza de Almeida (2014).

¹⁵⁸ Ver mais em: <http://www2.ea.fe.usp.br/estudo-do-meio>

As histórias em quadrinhos, tirinhas, charges e memes, filões inesgotáveis, também contam com diferentes profissionais trabalhando em direção à produção de sentido ambiental. Essa riqueza de contributos pode ser mais bem explorada, portanto, no âmbito da comunicação-educação socioambiental, como vêm procurando fazer Jean Fábio Borba Cerqueira e colaboradores, ao trabalhar com os vídeos sobre meio ambiente em circulação no *youtube*, e a UNICAMP, que iniciou em agosto de 2017 um novo curso, inspirado na *Mostra Ecofalante de Cinema Ambiental* (esta caminhando para a sua sétima edição)¹⁵⁹. De natureza interdisciplinar, o percurso formativo para graduandos da universidade utiliza os filmes da referida mostra nos debates em sala de aula e na produção dos trabalhos acadêmicos¹⁶⁰. Quase fechando este item, lembremos também a vasta gama de produções imagéticas geradas no campo do marketing multimídia — cuja notável produção de opacidade foi assunto de inúmeros teóricos, sob diferentes perspectivas, entre eles Debord (1997) e Vilém Flusser (2013) —, além das não menos importantes imagens geradas e discutidas pelo jornalismo/fotojornalismo ambiental. Nesta linha, citamos também um trabalho acadêmico: *Fotografia e meio ambiente: possíveis usos e interpretações*, publicado pelo Grupo de Estudos Aplicados em Jornalismo Ambiental da UNESP (SANTOS; CASADEI; PIRES; CARDINALLI, 2015). O Jornalismo Ambiental, nem sempre valorizado, segundo profissionais da área, costuma trabalhar em consonância com os achados e recomendações científicas, razão suficiente para que as produções sejam integradas pelo professor aos seus planos de aula quando o assunto é sociedade e meio ambiente.

Abaixo, o *caput* de uma publicação da Agência Universitária de Notícias (AUN-USP), editoria de Meio Ambiente, noticiando pesquisa científica e integrando versão da icônica imagem dos três macaquinhos “não vi, não olhei, não escutei”¹⁶¹ (cujas centenas de variantes dariam um estudo à parte):

¹⁵⁹ Ver mais em: <http://www.ecofalante.org.br/mostra2016/empresa/>.

¹⁶⁰ Ver mais em: <https://mostraecofalante.wordpress.com/2017/08/11/mostra-ecofalante-inspira-novo-curso-interdisciplinar-na-unicamp/>

¹⁶¹ De acordo com Ricardo Mário Gonçalves, professor de História Oriental da USP, e segundo diversas compilações digitais sobre o tema, “Os Três Macacos Sábios ilustram a porta do Estábulo Sagrado, um templo do século XVII localizado no Santuário Toshogu, na cidade de Nikkō, Japão. Sua origem é baseada em um provérbio japonês. Seus nomes são mizaru (o que cobre os olhos), kikazaru (o que tapa os ouvidos) e iwazaru (o que tapa a boca), que é traduzido como não ouça o mal, não fale o mal e não veja o mal. A palavra saru, em japonês, significa macaco, e tem o mesmo som da terminação verbal zaru, que está ligado à negação. Existem vários significados atribuídos aos macacos e ao provérbio que incluem associações com estar de boa mente, fala e ação. No mundo ocidental a frase é muitas vezes usada para se referir àqueles que lidam com impropriedade por fazer vista grossa”. Fontes: Revista Galileu (<http://revistagalileu.globo.com/Galileu/0,6993,ECT688136-1716-6,00.html>) e Wikipedia (https://pt.wikipedia.org/wiki/Tr%C3%AAs_Macacos_S%C3%A1bios).

Figura 38 – Desinformação agrava quadro ambiental nas cidades, segundo pesquisa da USP

Fonte: Agência Universitária de Notícias (AUN-USP, 26/09/2016) ¹⁶²

¹⁶² Edição nº 113, de 26/09/2016 – Meio Ambiente – Instituto de Eletrotécnica. Disponível em: <http://www.usp.br/aun/antigo/exibir?id=7901&ed=1399&f=32>

Há, ainda, que se fazer referência a uma comunicação mediada por imagens de um ponto de vista específico: a comunicação imagética que pode acontecer por via indireta, como é o caso da interação pessoal de alunos e professores (ou outros sujeitos dialogantes) com imagens mentais ou produzidas em termos concretos durante interações avocadas pela leitura de outros estímulos imagéticos ou verbais. Os livros *Diagnóstico da Percepção Ambiental através de Desenho Infantil*, de Mateus Elisei (2008), e *História Falada – memória, rede e mudança social*, produção coordenada por Worcman e Pereira (2006), são interessantes portas de entrada para o estudo da aplicabilidade do processo, levando em conta a ideia a seguir:

Nossa inserção no campo das imagens significa que, pela intuição, nos submetemos inteiramente a elas, escancarando as barreiras da censura, como ocorre no mundo dos jogos, da ficção, dos sonhos, dos devaneios, das paixões, mas também na relação com pessoas de nossa confiança e intimidade. Trata-se do campo das ressonâncias, de Bachelard, em que se atinge a alma e as mudanças profundas. É o campo favorável à comunicação, embora ela não seja obrigatória nele. (MARCONDES FILHO, 2012)

Trabalhar as imagens (em movimento e estáticas) como campo de ressonância exige do professor uma formação mais aprofundada no trato do elemento icônico, sobretudo em tempos de *transparência* nos moldes propostos por Byung-Chul Han (2017). Para este teórico, o conceito de transparência aplicado à abundância de imagens postas em circulação, sobretudo nas redes sociais eletrônicas, diz respeito a um *ver sem ver*, pois o *punctum* deixa de ser processado na maior parte do tempo. O *punctum*, conceito que o autor traz de Roland Barthes¹⁶³, é “uma intensidade semiótica”, “um lugar do silêncio, que possibilita um demorar-se contemplativo” (HAN, 2017, pp. 64 e 66) — necessário para o exercício do ver, sentir, compreender, questionar, propor, transformar. Silva (2016, p. 50) completa o raciocínio: “a imagem não é um objeto, é um sujeito, olha de volta, é criadora, gera um ambiente [...], é a presença viva de toda uma genealogia, de todas as imagens que a tornam possível hoje.”. Vista assim, parece conceitualmente aglutinada ao processo educativo. Existe, porém, uma contraface analítica nessa assertiva, que só se resolve elucidando o modo como a tratamos na interface Comunicação/ Educação. E aí se abre um campo atrativo de pesquisa. Para muito além da mera ilustração, importa aprender a trabalhar de diferentes maneiras com “as imagens que nos olham”, conforme posto acima por Souza e Silva, conjugando-as a produções textuais ou híbridas (texto + imagem + som) de maneira a gerar *punctum* suficiente para criar/renovar o

¹⁶³ Han ancora seu pensamento na obra de Roland Barthes *A Câmara Clara – nota sobre a fotografia*, a partir da tradução alemã *Die helle Kammer – Bemerkung zur Photographie* (Frankfurt, 1989).

interesse pelos trânsitos discursivos multidimensionais — retomando a terminologia de Citelli — sobretudo os de natureza socioambiental, aqueles sobre os quais vimos pesquisando.

4) *Valorização da comunicação interpessoal no plano da comunicação educativa.*

Quanto mais o professor (ou o facilitador, para usar jargão corrente no campo da educação não formal) fizer uso de um discurso amistoso, aberto, amoroso e mantiver postura agregadora e respeitosa, tanto mais encontrará ressonância e adesão dos jovens (ouvintes, participantes de oficinas); conseguirá, pois, despertar motivação. “Para que a interlocução se dê, os educadores devem cuidar muito de sua linguagem, seu estilo e sua presença. A conversa amena, familiar, fluida, transparente, simples e clara é o gancho para que se dê a interlocução” (GUTIÉRREZ e PRADO, p. 71). Naturalmente, a densidade crítico-informativa e a didática límpida são requisitos igualmente importantes, mas somente produzem efeito otimizado em conjunto com uma comunicação interpessoal que motive os alunos a interagir. Dominique Wolton (2004a) indica como vetor central da comunicação educativa a valorização da interação direta, em detrimento da mediada por tecnodispositivos. O uso destes, porém, pode ajudar, em doses apropriadas, a sensibilizar para o problema da ecocrise no âmbito glocal, desde que imagens, textos e hipertextos empregados para esse fim não se tornem “transparentes” no sentido que Han (2017) lhes atribui.

5) *Aprofundamento via textos mais densos e aprimoramento da própria produção textual.* Neste item, queremos destacar a importância de:

a) resgatar entre professores e alunos o gosto pela leitura imersiva, cujo propósito seja expandir as superfícies de contato com os temas afeitos às manifestações discursivas escritas de maior extensão, como artigos e livros, a respeito da problemática sociedade-ambiente, sobretudo a urbana. Francisco Mendonça, geógrafo da UFPR, destaca a importância de inserir a questão da urbe na agenda socioambiental, pois mesmo sendo inter-relacionadas todas as mudanças socioambientais no país, de acordo com órgãos oficiais cerca de 80% da população brasileira vive hoje nas cidades. Os impactos que isso causa, afetando fortemente a saúde/qualidade de vida coletiva, merecem atenção redobrada e são discutidos, por exemplo, nas obras *Impactos Socioambientais Urbanos*, organizada pelo próprio Francisco Mendonça (2004)¹⁶⁴, e *Meio Ambiente e Saúde: o desafio das metrópoles* (2010), de Paulo Saldiva e colaboradores. Outras trilhas pelas quais é preciso enveredar residem nas leituras sobre

¹⁶⁴ Do mesmo autor, indicamos também *Clima e Criminalidade*, obra na qual ele analisa a correlação entre a incidência da criminalidade urbana e a temperatura do ar (Editora UFPR, 2001).

ordenamento jurídico vinculado às questões ambientais¹⁶⁵, *psicologia ambiental* (CAVALCANTE e ELALI, 2017)¹⁶⁶, *ecofilosofia*¹⁶⁷, *democracia ambiental e participação coletiva*¹⁶⁸ — incluindo sua conexão com os conceitos de *capital social* (MATOS, 2009), *espaço público*¹⁶⁹, *redes* (SHIRKY, 2011; MARTINO, 2014; SPINK, 2002), *sustentabilidade no ciberespaço* (FELICE, TORRES E YANAZE, 2012), *interesses* (MARQUES, 2011), *risco* (GIULIO, 2015), *comunicação/discurso ambiental*¹⁷⁰ —, além de publicações reunidas sob o nominativo mais amplo *gestão ambiental* (LOUREIRO, LAYRARGUES e CASTRO, 2008; RIBEIRO e VARGAS, 2004)¹⁷¹. Publicações futuras sobre *educomunicação socioambiental* abarcando o conjunto desses conceitos numa sistematização mais integrada ao campo também serão leituras muito bem-vindas;

b) resgatar entre os docentes atividades de escrita, tanto lúdicas quanto acadêmicas, pois isso ajuda o professor a registrar suas práticas. Lembrando o paradigma da gratuidade (ARIÈS, 2013) e o *caminhar como processo produtivo* (GUTIÉRREZ e PRADO, 2013; AVANZI, 2004), isso, levado a público, inspira e anima outros ensinantes — como procuram fazer os autores de *Professores que não jogaram a toalha*¹⁷² — além de contribuir para a Ciência.

No próximo capítulo, procuramos tecer ponderação de cunho mais abrangente, sobre Ciência e percurso investigativo socioambiental, tendo em vista o eixo Comunicação-Educação e as interfaces vividas ao longo da trajetória acadêmica.

¹⁶⁵ Demétrius Coelho Souza, no livro *O Meio Ambiente das Cidades* (Atlas, 2010) adentra o assunto.

¹⁶⁶ Nota: os artigos de Eda Terezinha Tassara, professora aposentada do Instituto de Psicologia da USP, são pioneiros nessa abordagem.

¹⁶⁷ Outro portal vasto, pleno de exemplos nem sempre reunidos tendo em vista essa “categorização”. As referências finais desta tese indicam autores que consideramos indispensáveis.

¹⁶⁸ FURRIELA, Rachel Biderman. *Democracia, cidadania e proteção do meio ambiente* (Annablume: FAPESP, 2002).

¹⁶⁹ Teóricos de peso estudam o conceito; em lugar de citá-los numa lista que decerto deixaria muitos de fora, indicaremos apenas um artigo de nossa autoria para contato com o tema numa perspectiva afeita às de que tratamos nesta tese. De lá, esperamos que o leitor sinta-se motivado a buscar as leituras fundantes: *Espaço Público e Ressonância: aproximações comunicativo-educativas em tempos acelerados* (FALCÃO, 2017). Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-1479-1.pdf>.

¹⁷⁰ Os capítulos iniciais deste trabalho contêm indicações “genealógicas”.

¹⁷¹ Além dos indicados, há inúmeras obras de peso voltadas ao estudo da gestão ambiental, facilmente encontráveis nos mecanismos digitais das livrarias. Destacaremos um compêndio: PHILIPPI JR, A.; ROMÉRO, M. A.; BRUNA, G. C. (Ed.). *Curso de Gestão Ambiental*. Barueri, São Paulo: Manole, 2004.

¹⁷² Volume organizado por Ana Archangelo e publicado pela Editora Loyola em 2014.

4. 8 Desfragmentar com fragmentos – ponderações sobre a pesquisa na interface Comunicação e Educação Socioambiental

Boaventura de Sousa Santos, na obra *Um Discurso sobre as Ciências*, percorre de forma sucinta amplo espectro de tendências e paradigmas científicos a partir dos quais justifica a proposição do *paradigma emergente*, cujos pressupostos incluem a valorização do conhecimento totalizante (universal e local ao mesmo tempo) — ou o *saber não fragmentário*, como diria Edgar Morin (2006). O pesquisador português assinala sua chave para alcançá-lo: “A fragmentação pós-moderna não é disciplinar e sim temática. Os temas são galerias por onde os conhecimentos progridem ao encontro uns dos outros” (SOUSA SANTOS, 2010, p. 76). Tais passagens estabelecem novas interfaces em processo contínuo, permitindo às teorias e conceitos “emigrarem para outros lugares cognitivos, de modo a poderem ser utilizados fora do seu contexto de origem” (p. 77). Naturalmente, afirma, essa abordagem encontra resistência face a formas anteriores de conhecimento cujo cerne se traduzia (traduz) em operacionalização e generalização, vinculadas quase exclusivamente a aspectos quantitativos e uniformizadores. Por se tratar de conhecimento constituído a partir de pluralidade metodológica, o *paradigma emergente* — centrado nas condições segundo as quais se torna possível “a ação humana projetada no mundo a partir de um espaço-tempo local” — chega a ser “relativamente imetódico” (SOUSA SANTOS, 2010, pp. 76-77). Isso se justifica, continua, tendo em mira que

Cada método é uma linguagem e a realidade responde na língua em que é perguntada. Só uma constelação de métodos pode captar o silêncio que persiste entre cada língua que pergunta. Numa fase de revolução científica como a que atravessamos, essa pluralidade de métodos só é possível mediante transgressão metodológica. Sendo certo que cada método só esclarece o que lhe convém e quando esclarece fá-lo sem surpresas de maior, a inovação científica consiste em inventar contextos persuasivos que conduzam à aplicação dos métodos fora de seu habitat natural. (SOUSA SANTOS, 2010, p. 77-78)

Em se tratando do desenvolvimento de trabalhos na interface Comunicação-Educação socioambiental, parece-nos pertinente a ideia de certa transgressão metodológica como forma de buscar/construir arcabouço teórico-prático passível de contribuir para um campo de pesquisa emergente. Outrossim, pensar de modo totalizante (SOUSA SANTOS, 2010), ou complexo (MORIN, 2003), acerca da problemática coligada à relação homem-ambiente exige que não se excluam contribuições, conforme lembra o Papa Francisco na chamada Encíclica Verde, a *Laudato Si'* (referida algumas vezes ao longo deste referencial teórico). Para o Sumo Pontífice,

o pensamento eclesial não pode ser excluído do debate socioambiental; do mesmo modo, também não se podem olvidar as vozes de representantes de todos os credos quando o assunto é crise eco-humana. Ele próprio alinhou-se ao representante máximo da igreja ortodoxa (em 1º de setembro de 2017) para emitirem um apelo conjunto¹⁷³ aos líderes políticos globais, pedindo-lhes apoio ao consenso mundial e urgentes providências acerca das mudanças climáticas e outros males responsáveis pela crise ecológico-social de nosso tempo. O Patriarca Bartolomeu, um ativista ambiental conhecido na mídia por “Patriarca Verde”, publicou em 2011 a obra *Na Terra como no céu: visão ecológica e iniciativas do patriarca ecumênico Bartolomeu*¹⁷⁴ e em 2013 prefaciou o livro *Para uma Ecologia da Transfiguração: Perspectivas Cristãs Ortodoxas sobre Meio Ambiente, Natureza e Criação*, entre outros escritos. Uma rápida passagem pelos mecanismos digitais de busca pode revelar estas e outras variadas contribuições entrelaçando religião e causa socioambiental: os textos e vídeos produzidos por monges zen-budistas, nos quais os religiosos situam a relação humano-ambiente na complexidade do cosmos¹⁷⁵; a *Declaração Islâmica sobre o Clima*¹⁷⁶, disponível no sítio da *Fundação Islâmica para a Ecologia e as Ciências Ambientais*; o artigo *Eco(Teo)logia: discurso teológico ambiental x prática comunitária evangélica*¹⁷⁷ (LIMEIRA e ANDRADE, 2013); as publicações jornalísticas¹⁷⁸ e acadêmicas¹⁷⁹ nas quais são abordados aspectos do Hinduísmo, do Judaísmo, das tradições religiosas indígenas e demais crenças em sua intersecção com o meio ambiente.

Os exemplos acima circundam a temática dentro do paradigma religioso. Mas que tipo de abordagem torna-se viável, em termos teóricos, para abarcar estes e outros contributos de algum modo distanciados quanto a seus eixos paradigmáticos, de forma a trazê-los para a

¹⁷³ Cf. Pope Francis, *Orthodox Patriarch Bartholomew blame ‘moral decay’ for ecology crisis, urge all to ‘heal our wounded creation’*, matéria de Nicole Winfield para o jornal *The Salt Lake Tribune* (01/09/2017). Disponível em: <http://www.sltrib.com/religion/global/2017/09/01/pope-francis-orthodox-patriarch-bartholomew-blame-moral-decay-for-ecology-crisis-urge-all-to-heal-our-wounded-creation/>. e em <https://press.vatican.va/content/salastampa/en/bollettino/pubblico/2017/09/01/170901a.html> (*Joint Message of Pope Francis and the Ecumenical Patriarch Bartholomew for the World Day of Prayer for Creation, 01.09.2017*).

¹⁷⁴ *On Earth As In Heaven: Ecological Vision and Initiatives of Ecumenical Patriarch Bartholomew*. New York: Fordham University Press, 2011. Mais recentemente, o Patriarca Bartolomeu prefaciou a obra *Toward an Ecology of Transfiguration: Orthodox Christian Perspectives on Environment, Nature, and Creation*, da qual participaram eminentes teólogos e filósofos contemporâneos.

¹⁷⁵ A Monja Cohen, por exemplo, inclui o debate no vídeo *Como ficar em paz com a destruição do meio ambiente?*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7N7acHu_9l8.

¹⁷⁶ Disponível em: SYMPOSIUM, International Islamic Climate Change. Islamic Declaration on Global Climate Change. Disponível em: <<http://islamicclimatedeclaration.org/islamic-declaration-on-global-climate-change>>.

¹⁷⁷ Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/made/article/viewFile/30780/21664>>.

¹⁷⁸ No artigo *Tudo Sobre: Religião e Meio Ambiente*, escrito por Rachel Oliver para o site da CNN, a jornalista aborda algumas relações entre ecologia e cinco religiões (cristianismo, judaísmo, islamismo, hinduísmo, budismo). Disponível em: <http://edition.cnn.com/2008/WORLD/asiapcf/01/27/eco.about.religion/>

¹⁷⁹ Em texto introdutório a um conjunto de ensaios sobre Religiões e Ecologia, sob o título *Emerging Alliance of World Religions and Ecology*, Tucker e Grim (2001) explicam o propósito da publicação: acadêmicos estudiosos da religião oferecem múltiplas sugestões para repensar criativamente as relações homem-Terra sob o prisma “dos recursos potenciais e atuais incorporados na religião mundial para apoiar práticas sustentáveis em relação ao meio ambiente”. Disponível em: www.jstor.org/stable/20027715.

discussão de nosso interesse? Há que tecer, imaginamos, um processo de hibridação discursiva cujo resultado distancie-se da fragmentação epistêmica. Para tanto, é preciso construir um caminho teórico-metodológico específico, todavia não predefinido.

Marcondes Filho (2012) argumenta que o princípio de pesquisa não deve partir de um modelo pronto, mas do enquanto nós pesquisamos. Trata-se, pois, de um caminho que se constrói e desconstrói em seguida¹⁸⁰, no qual o objeto não é “capturado” pelo observador. Este observador depende de um olhar fenomenológico por meio do qual vivencia a cena comunicacional e tenta traduzir da forma mais fiel possível aquilo que vivenciou.

No caso da teoria da comunicação, podemos simplesmente ignorar uma grande quantidade de sinais que se mostram a nós diariamente, exatamente porque, reconhecidos instantaneamente pela memória, os descartamos como “não importantes”. É possível que a maioria absoluta desses sinais cotidianos seja assim desclassificada. A comunicação irá acontecer exatamente quando damos alguma importância a algo que vemos, ouvimos, percebemos do ambiente externo, ou seja, quando efetivamente fazemos uma seleção, quando triamos algo com que queremos nos envolver, seja conscientemente, seja por algum recurso de captura que nos faça nos voltarmos à coisa mesmo sem intenção. Afinal, tudo no mundo (homens, animais, objetos, cenas) emite sinais; alguns, o fazem de forma deliberada, para chamar a atenção, e, de fato, não são apenas afecções, são efetivas percepções. O que fazemos com elas é exatamente a pergunta principal de todo o processo comunicacional. (MARCONDES FILHO, 2012, p. 10)

Tanto a comunicação do ponto de vista do reconhecimento de sinais e o que fazemos com eles a partir da “cena” (um olhar mais fenomenológico) quanto a comunicação do ponto de vista processual coligado aos estudos socioculturais, críticos reclama exame cuidadoso se o problema de pesquisa tem relação com a crise ambiental. Isso nos leva a conjecturar: a análise da ecocrise e a propositura de encaminhamentos para enfrentá-la exige desfragmentar a partir de fragmentos — quer venham de vertentes racionalistas ou empiristas, quer tendam aos estudos de natureza mais holística ou se apeguem a alguns postulados cartesianos.

Tal exercício beira a tarefa inglória por implicar severos riscos ao nosso trabalho como pesquisadores, mormente se em nome da inter/transdisciplinaridade, cada vez mais exigida face

¹⁸⁰O professor Marcondes Filho orienta sua teoria pelo princípio da construção e desconstrução a partir da ideia de metáporo, inspirada no trabalho de sua orientanda Sarah Koffman, que redefiniu o conceito de Poro no âmbito comunicacional. No artigo denominado *Metáporo e o conceito de comunicação como Acontecimento*, Elenice Dantas (2012, p. 8) sintetiza o surgimento da terminologia metapórica: “Poro, para Sarah Koffman [...], é a via que se faz e desfaz o tempo todo, que escapa e que não tem existência, pois se trata de geração contínua. Utilizando-se da definição de Poro, de Koffman, Marcondes Filho cunhou o termo metáporo (*meta + poros*) no lugar de método (*meta + odos*). Metáporo seria o ato de construir a passagem, de ir se abrindo um caminho que vai fechando atrás de si, como um caminho da não-fixação contínua. A ideia do Metáporos é criar apenas algumas indicações, como um paradigma construído por cada pesquisador. “O método para se estudar a comunicação acompanha a própria dinâmica, a versatilidade, a mutabilidade contínua da comunicação. É um procedimento em que se abre o caminho da pesquisa, desbrava-se o campo enquanto se realiza a própria pesquisa (MARCONDES FILHO, 2008, p. 153).”

ao paradigma das incertezas, estivermos munidos da convicção de que retalhos de qualidade bem costurados perfazem a colcha, que é uma *unidade*. Todavia, e aí reside o grande perigo, essa mesma unidade corre o risco de ser interpretada como apenas retalhos e de o serem, de fato, se nos esquecermos do que Bachelard denomina *transmutação permanente de valores epistemológicos experimentais e racionais*, através da qual, afirma o filósofo, o pensamento científico transita.

[...] não dispomos de uma filosofia das ciências que nos mostre em que condições — simultaneamente subjetivas e objetivas — os princípios gerais conduzem a resultados particulares, a flutuações diversas; em que condições os resultados particulares sugerem generalizações que os completam, dialéticas que produzam novos princípios (BACHELARD, 2009, p. 11).

Sendo assim, caso fôssemos capazes de traduzir em termos filosóficos a *alma mater* do pensamento científico, perceberíamos uma obrigatória alternância do *a priori* e do *a posteriori*, ligando, pois, racionalismo e empirismo por meio de um estranho e forte laço. Esse elo deve gerar um movimento dialético que não significa um dualismo, mas complementação — “[...] a polaridade epistemológica é para nós a prova de que cada uma das doutrinas filosóficas que esquematizamos pelo nome de empirismo e racionalismo é o complemento efetivo da outra” (BACHELARD, 2009, p. 11-12).

Uma releitura dessa chave (datada de 1940) face às metáforas líquidas de Zygmunt Bauman (2016), ao escorregamento de encostas de Hartmut Rosa (2013 e 2016), ao mundo natural e social prenhe de incertezas (MORIN, MOTTA e CIURANA, 2003), à sociedade global sem referenciais fixos (RORTY, 2007), aos novos sensórios requisitados para lidar com tantas e tão velozes mudanças (CITELLI, 2015) — tudo isso em meio ao triunfo labiríntico das tecnologias, das redes digitais de comunicação — transpõe-nos para uma espécie de *multipolaridade epistemológica*. Esta, a nosso ver imprescindível para a consecução do atual estudo, fez-nos visitar autores de diferentes tradições no campo da Comunicação (fenomenológica, crítica, semiótica, cibernética, sociocultural, sociopsicológica) e da Educação, além de teóricos da Ciência Ambiental, da Educação Ambiental, da Sociologia, da Filosofia, da Saúde Pública e outros campos que nos pudessem nortear quanto à elaboração de um escopo sólido sob o qual e com o qual pudéssemos construir a trajetória imaginada. O extenso exercício de entendimento, filtragem e organização dos contributos resultou no diálogo que ora tecemos — dos autores visitados *entre si, conosco, com aqueles que nos leem no exato*

instante e com nossos sujeitos de pesquisa, pois durante o trabalho de campo fizemos questão de partilhá-los em todas as ocasiões nas quais isso se fez possível.

Assim, face ao risco de aproximar correntes de pensamento opostas a partir de pontos de convergência específicos, preferimos não recuar, do contrário talvez assumíssemos a responsabilidade de apagar parcialmente a trajetória de alguns conceitos “viajantes do tempo”, como o de *problema*, essencial à Ciência, essencial ao nosso trabalho. Para fazer emergir novas indagações em cenários considerados incongruentes (comuns na maioria dos estudos científicos, daí a necessidade de manter claro o *problema de pesquisa*), parece-nos importante, em certos momentos, promover o toque entre teorias distintas — embora seja preciso dobrar cuidados, sob pena de misturar o que não é miscível. A interface comunicação-educação requisita aproximações às vezes arriscadas, em nome da multivocalidade pela qual nutrimos apreço. E o risco aumenta sobretudo se, enquanto faz a busca de aportes teórico-metodológicos, o pesquisador dispensa a análise crítica resumida na indagação de Lopes (2011): “Eu estou pensando o que eu estou fazendo?”¹⁸¹.

De maneira geral, poucas investigações científicas (quaisquer tenham sido os métodos adotados) desenvolveram-se apartadas da sensação de pisar um solo instável, ao menos em suas etapas iniciais¹⁸². Bachelard (1997) dirá que a *vigilância epistemológica* confere mais solidez ao chão do cientista. Morin (1990), mesmo reconhecendo o valor do cartesianismo, advertirá da urgência em escapar do paradigma da simplificação para garantir acesso a um real que não seja o corte arbitrário do real.

Do ponto de vista da Comunicação/Educação, colocam-se encruzilhadas teórico-práticas diante das quais urge fazer escolhas árduas para enfrentar algumas muralhas cognitivas erguidas pela fragmentação paradigmática a demarcar territórios do saber científico ao longo das décadas.

Pelo que temos observado nas discussões entre especialistas, nos trabalhos apresentados em congressos, nas dissertações e teses publicadas, tende a continuar bem-vindo o olhar qualitativo e quantitativo sobre o objeto de pesquisa, o que por si justifica a recorrência a contributos metodológicos diversificados, às vezes dispersos em paradigmas bastante diferentes, mas que, combinados sob vigilância epistemológica (BACHELARD, 1977), podem

¹⁸¹ Informação verbal. Trata-se de frase proferida em sala de aula, pela profª Maria Immacolata Vassallo de Lopes, durante o curso Metodologia da Pesquisa em Comunicação, frequentado pela doutoranda na Escola de Comunicações e Artes da USP (ministrado no primeiro semestre de 2011).

¹⁸² Essa ideia de solo instável é, por exemplo, aquela a conduzir Popper (2006) em suas ressalvas ao positivismo, quando frisa a importância da crítica permanente ao fazer científico — mais ainda, destaca ele, quando estamos lidando com pessoas, seus objetivos, as instituições a que pertencem, a ligação de todos esses elementos com a totalidade do mundo sociofísico, a tentativa de resolver problemas decorrentes.

produzir bons frutos. A Teoria da Complexidade (MORIN, 2003) e o referencial emergente (SOUSA SANTOS, 2010) — diante da força espectral dos diferentes paradigmas e métodos empregados ao longo do tempo por cientistas de orientações nem sempre convergentes — fornecem bom lastro para as hibridações e recontextualizações que é preciso promover ao investigar as interfaces sociais da Comunicação no corrente século. Conquanto critiquem (e com razão) o ‘retalhamento’ disciplinar, também abrem renovado ânimo para a recolagem produtiva dos elementos socioambientais constituidores do *complexus* (MORIN, 2003) face às “condições de possibilidade da ação humana projetada no mundo a partir de um espaço-tempo local” (SOUSA SANTOS, 2010, p. 77).

Considerando-se que no campo educacional, em especial, coexistem pesquisas desenvolvidas tanto a partir de um problema quanto a partir de protopercepções/recolha de dados que farão, adiante, vislumbrar possíveis problemas — tanto teóricos quanto práticos — e, quiçá, algumas soluções, não se torna incomum pinçar contribuições de diferentes linhas de pensamento enquanto se busca a construção de um caminho metodológico para a investigação de determinado objeto de pesquisa. É por esta razão que, navegando por correntes nem sempre miscíveis, mas com alguns importantes pontos de contato¹⁸³, buscamos construir um método de *olhar para e trabalhar na* questão socioambiental tendo em mira um prisma educacional: a partir de todas as contribuições, trabalhar solidariamente, nos próprios projetos e nos projetos coletivos, em busca de redescrições — leia-se *outras abordagens teóricas e outras práxis*, que de maneira alguma descartam ou segregam o que veio antes, o que está ao lado, o que nunca foi visto...Algo como preocupar-se, à maneira do pragmático Richard Rorty, com a construção de um vocabulário redescritivo que não se pretende final, pois uma vez diante de uma realidade sem referenciais fixos, exige constantemente um método menos ortodoxo para renová-lo, sem, no entanto, fazer dele uma cápsula do tempo.

A filosofia interessante raras vezes é a análise dos prós e contras de uma tese. Em geral, de maneira implícita ou explícita, é uma disputa entre um vocabulário arraigado, que se transformou num incômodo, e um novo vocabulário, parcialmente formado, que traz a vaga promessa de coisas grandiosas. [...] o método consiste em descrever uma porção de coisas de maneiras novas, até criar um padrão de conduta linguística que tente a geração em ascensão a adotá-la, com isso fazendo-a buscar novas formas apropriadas de comportamento não linguístico. Esse tipo de filosofia [...] não finge dispor de um candidato melhor para fazer as mesmas velhas coisas que fazíamos quando falávamos da maneira antiga. Em vez disso, sugere que talvez

¹⁸³ Uma trajetória que lembra um pouco as agruras dos protagonistas do filme franco-canadense *Upside Down*, exibido no Brasil com o título *Mundos Opostos* (2014, direção de Juan Solanas), cujo esforço para se fazerem tocar num universo espelhado e rigidamente dividido emociona da mesma forma que o *punctum* da imagem referido por Han (2017).

convenha pararmos de fazer aquelas coisas e fazer outras, mas não defende essa sugestão com base em critérios antecedentes comuns ao velho e ao novo jogos de linguagem. Isso porque, na medida em que a nova linguagem for realmente nova, tais critérios não existirão. (RORTY, 2007, p. 34-35)

Em termos socioambientais, perscrutar uma linguagem nova, considerando ou não a dicotomia entre os velhos e novos jogos de linguagem (o interesse do pesquisador definirá esse quesito), aproxima-se do que buscam realizar D’Alisa, Demaria e Kallis (2016) na já citada obra *Decrescimento: vocabulário para um novo mundo*. Na mesma sintonia, trabalham autores voltados ao estudos de *Slow Life*, *Simplicidade Voluntária*, *Gratuidade* e outros paradigmas alternativos. Independentemente das diferenças entre as proposições destes e da miríade de autores/pesquisadores interessados em renovar a visada sobre a relação humano-Terra, quaisquer sejam os esquemas de pensamento aos quais se apeguem e à parte eventuais controvérsias entre eles, para os fins de nossa investigação importou coaduná-los em um quadro teórico que nos permitisse aprofundar os estudos da práxis comunicativo-educativa e sua aplicabilidade na díade ambiente-sociedade.

Desse ponto de vista, houve preocupação em capturar tudo que estivesse mais vivamente conectado ao objeto de nossa pesquisa para, em seguida, filtrar sinais que pudessem, de algum modo, emitir contrarrespostas para as perguntas primárias — do tipo “Se não falta comunicação socioambiental no ecossistema comunicativo, por que tarda a pressão social pela amplificação da escala segundo a qual se pretende levar adiante um discurso sustentável sinonímico de práticas sustentáveis de fato?” — e para as indagações decorrentes, como “Em que a pesquisa em Comunicação e Educação pode contribuir para alterar esse quadro paradoxal?” ou “Quais movimentos no interior do campo resultariam nalgum tipo de episteme irradiadora, que lograsse animar cientistas, cidadãos comuns e seus governos a protagonizar outras formas de pensar e agir diante da urgência de amplitude escalar da qual precisamos para reverter o colapso ecológico em curso?”; “Em que medida e sob que condições a cultura da participação e a valorização da alteridade, instauradas em processos educativos formais e não formais, são capazes de virar o jogo, reduzindo a sobredeterminação do motor econômico-financeiro no exercício do olhar e ver?”.

Reconhecemos alguma ingenuidade, excesso de ousadia e uma dose de pretensão na insistência em imaginar maneiras segundo as quais pudéssemos, quiçá, substituir a caixa de marchas do sistema por mecanismos mais vitais — analógicos, talvez — no entanto menos nebulosos para o resgate de vidas às quais se possa conferir em plenitude tal designativo. Mas a esperança nos diz ao pé do ouvido para prosseguirmos nas tentativas. Assim, seguimos

buscando os meios. Robert Craig e Heidi Muller (2007, p. 221) apontam, ao analisar as contribuições de Hans-George Gadamer (2007), um dos autores a embasar a tradição fenomenológica da comunicação, que “não há um método fixo para fazer perguntas, mas sempre ocorrerá uma pergunta a alguém que naturalmente deseja saber e reconhece não saber” — à maneira da conhecida proposição socrática.

Uma das formas de aclarar perguntas e objetos de pesquisa reside justamente na possibilidade de combinar estratégias metodológicas, conforme sugerem Lopes (2005) e Günther, Elali e Pinheiro (2017), para os quais a adoção da multiplicidade de técnicas propicia iluminação multifacetada do objeto de investigação. Lopes frisa, ademais, que o pesquisador deve prestar atenção contínua à utilização crítica das formas escolhidas para a captação de dados, já que nenhuma delas pode ser classificada como neutra. Assim, apenas encaixar-se num modelo pronto de pesquisa sem questioná-lo, sem inová-lo à luz de suas convicções, valores e paixões acaba por servir muito mais à estagnação que ao avanço da ciência¹⁸⁴ — e neste ponto Popper (2006, p. 106, grifo nosso) pode arrematar a reflexão quando afirma: “O cientista objetivo e livre de valores não é o cientista ideal. Sem *paixão* nada é possível [...]”.

¹⁸⁴ Excluídas dessa assertiva estão, naturalmente, a maioria dos processos básicos, fundantes, vinculados às ciências exatas e biológicas, antes dos quais sequer é possível iniciar a investigação científica. Mas mesmo estes, se não questionados e propostas novas soluções, deixam de contribuir para o avanço científico, como amplamente sabido.

5. Hipóteses

As hipóteses sobre as quais trabalhamos nesta investigação remetem-nos a buscar e procurar entender abordagens promissoras para a montagem de circuitos colaborativos de informação, reflexão e ação socioambiental. Nossa proposição é a de que tais circuitos possam tornar-se contributos importantes para: a) investigação/discernimento de atividades e estratégias de comunicação que contribuam para suprir lacunas concernentes à problemática socioambiental, principalmente no que se refere ao morar urbano; b) estímulo à discussão e à ação proativa dos cidadãos pela via educomunicativa, face às urgências socioambientais porventura existentes na cidade/no bairro onde habitam; c) sistematização de dados que representem, no eixo comunicativo-educativo, uma contribuição epistemológica para o estudo da Comunicação Ambiental Urbana em sua interface com a Educação. A seguir, listamos os itens a compor nosso sistema de hipóteses:

- 1 - Atividades educomunicativas compartilhadas que sejam encabeçadas pela universidade podem mobilizar cidadãos de distintas faixas etárias — jovens estudantes, professores e moradores/trabalhadores de áreas com dificuldades socioambientais — para discutir conceitos sedimentados a respeito do campo ambiental.
- 2 - A participação construída/estimulada por meio de cenário *bottom-up* em pesquisas e discussões socioambientais promove o empoderamento cidadão e estimula o interesse/o engajamento do munícipe em ações coletivas e individuais de cuidado urbano.
- 3 - Compreender e analisar por intermédio da pesquisa científica de interface universidade-escola-comunidade meios/estratégias para a montagem de circuitos colaborativos de informação socioambiental pode contribuir para repensar e reverter problemas ambientais urbanos a partir de iniciativas locais.
- 4 - A recolha, o aproveitamento e o processamento em retroalimentação de conteúdos socioambientais advindos dos Trânsitos Discursivos Multidimensionais (CITELLI, 2012) em circulação na universidade e nas comunidades lócus de pesquisa podem contribuir para a construção de um estilo de comunicação comunitária capaz de ensejar trato mais elaborado das questões socioambientais locais e globais.

6. Método

“As coisas aparecem primeiro onde as procuramos, e só lentamente as colocamos onde elas estão.”
(BACHELARD, 2008, p. 30).

6. 1 Breve Ponderação

Para o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1983), ainda que tendam a derrubar ou efetivamente derrubem a ordem científica estabelecida, as estratégias de pesquisa têm no campo (lugar da investigação) o seu principal designador. A adoção ou construção apropriada de um método — ou conjunto de métodos — para a pesquisa científica presume a necessidade de o pesquisador sempre se perguntar o porquê das escolhas feitas, o que é dito tanto por Bachelard (1977) quanto por Lopes (2005).

6. 2 Método de recolha multifásico e multifaces. Questionários *in progress*.

A adoção da abordagem “multimétodo”, “triangulação metodológica” ou “*mixed methods*” corresponde ao uso de dois ou mais métodos de pesquisa definidos em função do objeto e dos objetivos almejados pelo pesquisador. Desde a década de 1930 vários autores recomendam a adoção de múltiplos métodos para a abordagem de um tema, estratégia que, embora possa representar um significativo trabalho adicional na coleta e análise dos dados, tem o propósito de diminuir os vieses inerentes à adoção de procedimentos que ressaltam um aspecto do objeto em estudo em detrimento de outros. Para essa escolha, portanto, é essencial um conhecimento abrangente do objeto de estudo e das dimensões que atuam em sua definição. Saliente-se, ainda, que opção metodológica não representa apenas o domínio/aplicação de ferramentas diferenciadas; é essencial que, além de apresentar e discutir os resultados oriundos de cada tipo de coleta de informações, o pesquisador busque a integração entre eles. (GÜNTHER, ELALI E PINHEIRO, 2017, p. 239)

Nosso método para a abordagem dos sujeitos de pesquisa durante as atividades de campo baseou-se na criação e efetivação de diálogos socioambientais a partir de diferentes possibilidades interativas:

a) oferta, na frente física, de palestras e minicursos com conteúdos/informações socioambientais na perspectiva territorializada (recolhidos em pesquisa pregressa) em intersecção com aspectos locais da comunicação sobre meio ambiente. Ao final dessas atividades, solicitou-se a participação coletiva dos presentes na pesquisa científica por meio da resposta a um breve questionário.

b) oferta de dinâmicas de grupo (antes e durante as palestras e minicursos) focadas em conteúdos a serem trabalhados nessas atividades, com recolha de impressões iniciais sobre meio ambiente e/ou relatos associados à memória afetiva dos participantes sobre objetos que fizeram parte de sua vida e/ou a acerca das relações entre o meio ambiente local, global e glocal¹⁸⁵. A opção pelo tipo de dinâmica e pelo conteúdo socioambiental a recolher entre os participantes deu-se conforme as necessidades de adaptação da atividade para os diferentes públicos com os quais a doutoranda esteve em contato ao longo da trajetória acadêmica.

c) oferta, na frente digital mais ampla, de questionários estruturados e adaptados para tratar das questões de comunicação e educação socioambiental a partir da perspectiva do respondente a respeito do território onde habita.

d) oferta, na frente digital estrita, de questionários semelhantes, a serem respondidos após exposição oral do problema de pesquisa a grupos específicos (conselheiros participativos/ambientais, vestibulandos, universitários).

e) elaboração de questionário-roteiro com conteúdo socioambiental local e perguntas vinculadas ao distrito referência, para entrevistas presenciais e/ou digitais com profissionais vinculados à construção civil no distrito base.

Importa informar, em relação a todos os questionários digitais empregados no estudo, que em nenhum deles inserimos perguntas classificadas como *obrigatórias*¹⁸⁶, pois apesar do risco de não resposta a alguns itens, acreditamos que a ausência do quesito obrigatoriedade está de acordo com a proposta das contribuições baseadas nos paradigma da *gratuidade* (ARIÉS, 2013) e da agregação de pequenas contribuições voluntárias aproveitando o excedente cognitivo das redes (SHIRKY, 2011 e 2012).

¹⁸⁵ Loureiro (2012, p. 95) recorda que “trabalhar com a dinâmica afetiva e alcançar a etapa de afetividade categorial, por meio de questionamentos, pode ser traduzido como escopo essencial para a concretização da educação ambiental, estimulando a consciência crítica necessária à transformação social”.

¹⁸⁶ Os programas para confeccionar formulários digitais oferecem ao pesquisador a opção de travar a participação caso o respondente deixe de responder a alguma pergunta e só a destravam mediante o atendimento da obrigatoriedade de resposta a uma, várias ou a todas as perguntas da sequência. Observamos, como respondentes de algumas pesquisas e como pesquisadores, que esse tipo de prática, utilizada para “garantir” a vinda dos dados, gera também redução do número de sujeitos participantes, pois muitos ficam desagradados com as imposições e desistem de participar.

6. 3 Níveis e fases – intersecção

Os níveis teórico e prático da investigação foram desenvolvidos mesclando os aspectos e estratégias acima descritos, tendo a doutoranda optado, ao longo do percurso investigativo, por três etapas de revisão teórica: uma inicial, para verificar o estado da arte e das interconexões entre os diferentes campos do conhecimento envolvidos na discussão da problemática socioambiental; uma após recolher grande quantidade de dados e dar andamento aos processos de categorização; e uma terceira, permanente, em que acompanhou a oferta de obras de referência relacionadas ao espectro da pesquisa, incorporando-as ao arcabouço teórico sempre que cabíveis.

Fase 1 – revisão teórica considerando: a) o processo comunicacional e a intersecção de campos do conhecimento que envolvem o estudo da comunicação socioambiental (educação, educomunicação, ciência ambiental, comunicação ambiental, educação ambiental, políticas públicas) ; b) a intersecção de achados teóricos com a análise de alguns aportes midiáticos ambientais/socioambientais.

Fase 2 – Contatos múltiplos com possíveis participantes do estudo: presenciais, por e-mail, telefone, rede social. Observação: esta fase se estendeu do segundo semestre do doutorado até o penúltimo semestre para algumas frentes, pois foi necessário rever diversas vezes as estratégias de captação de dados, tanto em função de resultados parciais considerados insuficientes/inadequados, quanto pelo fato de que muitos contatos se construíram e desconstruíram ao sabor de crises políticas, institucionais e pessoais atravessadas ao longo do percurso acadêmico.

Fase 3 – Geração de aportes teórico-práticos para o trabalho de campo (*slides*, questionários nas versões em papel e digital, materiais para dinâmicas), mesclando dados de pesquisa pregressa e conteúdos da pesquisa atual, com a intenção de proporcionar, durante a imersão em campo, um estímulo à participação construída em cenário ‘*bottom-up*’, conforme sugerido por Sorrentino et. al. (BRASIL, 2005).

Fase 4 – Intervenções em campo para o estímulo ao estabelecimento e recolha de diferentes *trânsitos discursivos multidimensionais* de natureza socioambiental. Criação de momentos de interação com públicos distintos, tratando de questões ambientais de escala global e local,

incluindo, como já explicitado: oferecimento de palestras, dinâmicas e minicursos, coleta de respostas via presencial e virtual, diálogos informais, observação das interações e seus desdobramentos, gravação de diálogos com foto-elicitação (BANKS, 2009)¹⁸⁷.

Fase 5 (concomitante às fases 4 e 6) – confrontação dos dados emergentes com o referencial inicial e inserção de novos aportes no arcabouço teórico à medida que estes se fizeram necessários.

Fase 6 – Organização e tabulação dos dados; descrição e análise à luz do referencial teórico final, conclusões e sugestões.

6. 4 Ajustamento dos instrumentos de interação e coleta *in progress*

As atividades promovidas, as anotações de campo e a totalidade das perguntas de pesquisa mantiveram em mira questões centrais para a investigação, conectadas à Comunicação Socioambiental Urbana em sua interface com a educação, a participação, a proatividade cidadã. As indagações, no entanto, não foram idênticas para todos grupos, tanto em sua formulação quanto em seu conteúdo, havendo algumas questões coincidentes e outras, específicas. Além disso, a doutoranda optou por ajustar seus instrumentos de interação e coleta *in progress*, como forma de auscultar com mais precisão determinados aspectos teórico-práticos percebidos durante a investigação. Com relação aos questionários virtuais montados no gerador *Google Forms* e encaminhados por e-mail e redes sociais, acercamo-nos de revisão teórica específica, como forma de amparo ao que comumente é conhecido nos meios acadêmicos como tarefa inglória.

Vasconcellos-Guedes e Guedes (2007), em revisão de estudos sobre diferentes maneiras de empregar questionários em pesquisas científicas, constataram como desvantagem do questionário virtual o baixo índice de resposta, menor que o retorno apresentado por todos os outros métodos de aplicação de questionário investigados¹⁸⁸; outra desvantagem observada dizia respeito ao fato de a taxa de resposta depender significativamente da estratégia de

¹⁸⁷ No método da foto-elicitação, o pesquisador seleciona imagens (fixas e/ou móveis) para “evocar comentários, memória e discussão no decorrer de uma entrevista semiestruturada” (BANKS, 2009, p. 89).

¹⁸⁸ Autores consultados por Vasconcellos-Guedes e Guedes (2007) a esse respeito: : EVANS, J. R.; MATHUR, A. The Value of Online Surveys. *Internet Research*, v. 15, n. 2, 2005, p. 195-219. LITVIN, Stephen W.; KAR, Goh Hwai; E-surveying for tourism research: Legitimate tool or a researcher's fantasy? *Journal of Travel Research*, Boulder, v. 39, n. 3, Fevereiro de 2001, p. 308-314. GORMAN, J. W. An Opposing View of Online Surveying. *Marketing News*. April 24, 2000, p. 48.

abordagem dos respondentes¹⁸⁹, entre outros fatores desestimulantes. Verificaram também muitos aspectos positivos: em termos de tempo e custo da pesquisa, apontam: menor tempo de realização, o fato de o questionário chegar mais rápido e as respostas retornarem em pouco tempo; a não utilização de papel; a chance de atingir grande número de pessoas e alcançar respondentes geograficamente distantes. Também pontuam a facilitação no momento de tabular os dados e, no que se refere ao desenho do instrumento, lembram que possibilita o emprego de novos estímulos, tais como cores, sons, imagens estáticas e/ou animadas, além de facultar apresentações visuais diversas de maneira mais econômica. Quanto à aplicação propriamente dita, apontam a facilitação da entrada de dados e possibilidade de validação de respostas de acordo com critérios predeterminados pelo pesquisador, entre outras menções favoráveis¹⁹⁰.

Quanto à estruturação das perguntas, baseamo-nos em Günther (2008) e em experiências advindas de pesquisas pregressas por nós realizadas. Quanto às dinâmicas, ver relato da interação com os grupos que delas participaram.

6. 4. 1 Das negativas que moldaram alterações metodológicas

O desenho inicial da pesquisa previa interação mais intensiva com alunos e professores de diferentes escolas do distrito referência, razão pela qual contactamos coordenadores de ensino de seis estabelecimentos. Estes coordenadores, a maioria conhecidos e já tendo colaborado em investigações pregressas (realizamos três pesquisas de campo no distrito base; esta era nossa quarta interação científica com as comunidades escolares locais), foram bastante receptivos nos contatos iniciais, porém distanciaram-se após a explicação detalhada da proposta interativa. O que mudou entre as três primeiras interações e a quarta foi o modo de proposição da captação dos dados e da interação com docentes e discentes. Enquanto nas três primeiras fomos à escola apenas buscar dados por meio de questionários, a serem analisados na universidade, na quarta incursão planejamos, como esclarecido em **Método**, oferecer aos sujeitos de pesquisa contato com conteúdos de pesquisa acadêmica vinculados ao território e organizados em linguagem de fácil acesso.

Propusemos uma via de reelaboração do conhecimento trabalhado na universidade, sobre o território, para compartilhar com a escola — na forma de palestra para

¹⁸⁹SILVA, S. M. et al. O Uso do Questionário Eletrônico na Pesquisa Acadêmica: Um Caso de Uso na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, II Semead – Seminários em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração da FEA/USP, 1997. p.408- 421

¹⁹⁰ Ver, para maior detalhamento das vantagens e desvantagens, quadro 6 e figura 2 de Vasconcellos-Guedes e Guedes (2007).

alunos/professores, ao final da qual um breve questionário seria aplicado, e também por meio de um curso organizado para os professores em uma das escolas. Quanto a esta última proposta, quando estávamos com permissão e tratativas avançadas junto à unidade que abrigaria o evento, já com a ementa pronta, datas e horários em definição junto à coordenação, trâmites institucionais em curso na Escola de Comunicações e Artes, sentimos efeitos de uma turbulência sociopolítica que, de um lado, levaram a escola a abandonar totalmente os contatos conosco, conquanto tentássemos recontatá-la; por outro, enfrentamos um período de paralisação na universidade, cujo resultado foi uma dessincronização e não concretização dos trâmites burocráticos. Das seis escolas inicialmente contatadas, apenas duas, ao final, participaram do momento comunicativo-educativo planejado.

Diante desse resultado e da análise dos prazos acadêmicos, decidimos, ainda, buscar ajuda da responsável junto à prefeitura de São Paulo pela Educação Ambiental nas escolas do locus físico de pesquisa. Isso ocorreu mediante contato indireto via GT Comunicação e Educação do Ibercom 2015, quando nos encontramos com sua filha, também pesquisadora, e ela nos ofereceu o contato. Entretanto, travados os diálogos por e-mail e tendo sido acolhidos com respeito e incentivo à nossa investigação (conforme referido nos relatórios de bolsa e de qualificação), tivemos de aguardar um momento oportuno para o atendimento, conforme orientação da coordenadora municipal. Enquanto aguardávamos, apanhou-nos de chofre um período de mudanças drásticas na organização do ensino municipal. A coordenadora, então, explicou que não poderia tomar atitudes naquele momento em razão das alterações em curso, sobre as quais deveria inteirar-se para depois conversar novamente conosco. Ficamos no aguardo, mas essa nova conversa não aconteceu e demos então por encerradas as tentativas nessa frente, por conta das limitações temporais envolvidas no projeto. A interação com a) profissionais da construção civil, b) servidora pública ligada aos conselhos ambientais do município e c) representante de movimento de moradia enfrentou algumas dificuldades, descritas no relato circunstanciado das interações.

6.5 Participantes

Foram sujeitos de pesquisa: a) internautas residentes no Brasil; b) moradores do Distrito Vila Medeiros e adjacências - São Paulo, capital (consoante informado, uma área geográfica com alto índice de mazelas socioambientais, sob administração da subprefeitura V. Maria - V. Guilherme); c) professores de uma escola municipal de ensino básico, no locus físico de

investigação; d) alunos do ensino médio e da educação de jovens e adultos (noturno) de uma escola estadual, a maioria moradores do distrito referência; e) conselheiros participativos e ambientais paulistanos; f) membros de comunidade religiosa local; g) participantes de uma audiência pública no distrito referência; h) profissionais de arquitetura e construção civil atuantes no distrito base; i) vestibulandos; j) estudantes de graduação dos cursos *Publicidade e Propaganda e Relações Públicas* da ECA/USP; k) participantes de minicursos e l) leitores de jornal de bairro¹⁹¹.

6. 6 Definição da Amostragem

A amostra, estratificada e não probabilística, é composta de 514 sujeitos de pesquisa, com idades entre 12 e 70 anos, residentes em diferentes cidades brasileiras, havendo predominância de respondentes residentes em São Paulo, moradores de diversos distritos administrativos, distribuídos em 12 grupos heterogêneos entre si mas com homogeneidade interna considerando-se as motivações pelas quais se agrupam/agrupavam:

- 213 internautas residentes no Brasil (resposta a questionário digital)
- 98 alunos de Ensino Médio Regular Noturno (palestra e resposta a questionário presencial) e Educação de Jovens e Adultos (EJA), 1º, 2º e 3º termos (palestra e resposta a questionário presencial)
- 31 professores do Ensino Básico (palestra e resposta a questionário presencial)
- 13 conselheiros participativos e ambientais (palestra no Conselho Participativo e resposta a questionário digital)
- 10 moradores do distrito referência não enquadrados nas categorias acima (questionário inicial virtual)
- 26 integrantes de comunidade religiosa (palestra com dinâmicas e resposta a questionário presencial)
- 32 participantes de uma Audiência Pública na subprefeitura regional de Vila Maria-Guilherme-Medeiros (São Paulo, capital).
- 34 vestibulandos (resposta a questionário virtual/presencial)
- 43 estudantes universitários, 32 dos quais respondentes de questionário virtual

¹⁹¹ Também é preciso registrar a participação dos membros do Grupo de Pesquisa em Comunicação/Educação *Mediações Comunicativas*, que colaboraram com sugestões analíticas para alguns dos dados coletados por nós em campo, bem como a contribuição da Profa. Dra. Lucilene Cury nas interações promovidas com os estudantes universitários (seus alunos na disciplina *Teoria e Método de Pesquisa em Comunicação*, com os quais interagimos no primeiro semestre de 2017).

- 01 profissional de Arquitetura e Construção (entrevista semiestruturada presencial com foto-elicitación e resposta a questionário)
- 01 profissional de Construção Civil (empreiteiro de pequeno porte), (diálogo presencial com foto-elicitación, esclarecimento da temática e resposta a questionário)
- 03 leitores de jornal de bairro virtual (grupo complementar)
- Participantes de dinâmicas desenvolvidas em diferentes momentos do percurso acadêmico: no Projeto PAP 3, em minicurso Intercom/2016, em palestra para grupo religioso e com alunos de curso pré-universitário (como parte de um dos temas trabalhados em sala de aula). A contagem desses sujeitos de pesquisa será realizada à parte e não inclusa no cômputo geral, à exceção de alguns participantes de minicurso, em razão de que boa parte das dinâmicas foi feita em conjunto com as atividades que envolviam respostas a questionários. Desse modo, a maior parte já está contabilizada como respondente. O grupo, portanto, recebeu nomeação específica em razão das peculiaridades vinculadas à análise dos dados provenientes do tipo de interação.

6. 7 Coleta de Dados: técnicas selecionadas – explicitação e justificativas

Para a captação dos dados de campo, utilizamos, além da observação direta, questionários virtuais e presenciais, palestras, minicursos, dinâmicas de grupo, diálogos informais, entrevista e diálogo com foto-elicitación e esclarecimento da pesquisa — acompanhados, sempre que possível, de registros fotográficos e sonoros das atividades. O material audiovisual utilizado nas interações e os questionários foram construídos/organizados paulatinamente, no decorrer do tempo de investigação, sendo adaptados aos diferentes grupos de respondentes pelos quais circulamos em busca de informações. Tal opção se deu em razão da necessidade de recolher/gerar trânsitos discursivos variados, que ensejassem reflexão e participação ativa dos sujeitos de pesquisa na investigação em curso. A inserção de conteúdos provenientes de pesquisa científica na interface comunicação-educação manteve-se como eixo organizador das estratégias e conteúdos empregados nos instrumentos de campo, em busca de uma interação dos sujeitos de pesquisa tanto com a pesquisadora quanto entre si e com os demais agentes das suas comunidades de origem, sempre que possível. Nos anexos, visualizam-se os questionários construídos, amostras das páginas de resposta, entre outros expedientes empregados na intervenção em campo.

7. Resultados e Discussão

7.1 Notas Preliminares

Em sendo nosso método pensado para a promoção de interações nas quais fôssemos capazes de gerar, recolher e analisar trânsitos discursivos multidimensionais (CITELLI, 2012) relacionados à temática socioambiental — sobretudo urbana —, reiteramos que os resultados aqui apresentados contemplam grupos diferentes de sujeitos de pesquisa, cada qual com suas especificidades e certa homogeneidade tendo em vista os motivos pelos quais se agrupam. Assim, consideramos essencial relatar, durante os desdobramentos analíticos, a natureza das interações promovidas, suas circunstâncias e eventuais distorções em relação ao plano original de pesquisa e à evolução do edifício metodológico. Alguns dos aspectos heterogêneos são abarcados por três vias: a) análise da relação entre o tipo de interação proposta e o retorno obtido em cada grupo; b) análise comparada das respostas às perguntas comuns a mais de um grupo e c) alguns recortes ligados à faixa etária dos respondentes.

Assim, as perguntas dos questionários virtuais e presenciais aplicados no trabalho de campo, bem como a entrevista e o diálogo com foto-elicitación e outros movimentos de recolha de dados — por exemplo, as dinâmicas empregadas em palestras e minicursos —, giram em torno da temática socioambiental em sua interface com os estudos de Comunicação e Educação; no entanto, sua formulação foi adaptada (conforme se detalha em *Método*) de acordo com o público pretendido em cada etapa e segundo a intencionalidade referente aos enfoques escolhidos.

Relembramos que a amostra, estratificada e não probabilística, constitui-se de 514 sujeitos de pesquisa, subdivididos em 12 grupos heterogêneos, classificados por um sistema de símbolos/siglas, a fim de identificá-los com mais clareza e precisão ao longo da análise:

Figura 39 - Grupos participantes da pesquisa

GRUPO INICIAL QUESTÕES ABERTAS – IQA
GRUPO REDES DIGITAIS DE PERTENCIMENTO - RDP
GRUPO ALUNOS EJA/EM NOTURNO – AEJ
GRUPO PROFESSORES – PRF
GRUPO CONSELHEIROS - CON
GRUPO RELIGIOSO/CRISMA – RC
GRUPO AUDIÊNCIA PÚBLICA – ADP
GRUPO UNIVERSITÁRIOS – UN
GRUPO VESTIBULANDOS – VST
GRUPO ARQUITETURA/CONSTRUÇÃO CIVIL - ACC
GRUPO INTERAÇÕES TECNOIMAGÉTICAS – ITC
GRUPO INTERAÇÃO COMPLEMENTAR - GIC

Fonte: elaboração da autora

Os participantes do estudo via questionários dividem-se entre as seguintes cidades:

Figura 40 - Distribuição dos respondentes de questionário por município

CIDADES	Nº de respondentes	CIDADES	Nº de respondentes
São Paulo	408	Praia Grande	1
Guarulhos	8	Natal	1
Osasco	5	Salvador	1
Taubaté	5	Mairiporã	1
Santo André	4	São José dos Campos	1
São Vicente	3	Joinville	1
Caieiras	3	Jandira	1
Santos	3	São Roque	1
Parnamirim	3	Florianópolis	1
Jundiaí	3	Cuiabá	1
São Bernardo do Campo	3	Taboão da Serra	1
Sorocaba	2	Uberlândia	1
Campinas	2	Cajobi	1
Rio de Janeiro	2	Valinhos	1
Ribeirão Preto	2	Barra Mansa	1
Cotia	2	Araras	1
Águas Claras	2	Piracicaba	1
Votorantim	1	Não informado	17

Fonte: elaboração da autora

A distribuição geográfica dos respondentes moradores da cidade de São Paulo (a maioria) está representada, no mapa abaixo, pelos subdistritos nos quais se localiza a residência dos participantes:

Figura 41- Distribuição dos respondentes pelos subdistritos paulistanos

Observa-se que dos 32 subdistritos da cidade de São Paulo, 25 tiveram representantes participando da pesquisa, com participação maior (em número) de moradores de Vila Maria-Vila Guilherme (191), seguidos de Santana-Tucuruvi (44), Jaçanã-Tremembé (35), Butantã (25), Pinheiros (17), Sé (14), Mooca (9), Lapa (9), Vila Mariana (9), Jabaquara (8), Vila Prudente (6), Casa Verde-Cachoeirinha (5), Freguesia do Ó-Brasilândia (5), Ipiranga (4), Santo Amaro (4), Ermelino Matarazzo (4), Pirituba-Jaraguá (4), Itaquera (3), Itaim Paulista (3), Penha (3), Parelheiros (2), Aricanduva-Vila Formosa (1), Cidade Tiradentes (1), Capela do Socorro (1), Sapopemba (1).

A análise dos dados obtidos em campo realiza-se pela aproximação/entrecruzamento dos conjuntos parciais de informações vinculadas aos tópicos trabalhados nos grupos, sem a pretensão de esgotar todas as possibilidades analíticas das informações coletadas, mas com o olhar voltado para aspectos vinculados aos trânsitos discursivos multidimensionais que tenham relações mais fortes/significativas com a problemática socioambiental a partir do ângulo comunicativo-educativo.

Organizamos e expomos as informações obtidas empregando relatos das interações, acompanhados de gráficos, tabelas, quadros e outras imagens geradas com o auxílio de quatro *softwares* de tratamento de dados: *Google Forms*, *Google Maps*, *Excel*, *ArcView 3.2* e *QlikSense*. O *Google Forms* traduz as respostas captadas através de formulários *Google* (elaborados via plataforma e utilizados por nós no trabalho de campo) em nível bruto/primário; *ArcView* e *Google Maps* são ferramentas utilizadas na elaboração dos mapas da pesquisa e tabulação de segundo nível; *QlikSense* constituiu-se o programa empregado para prospectar correlações mais profundas entre os dados obtidos (tabulação de terceiro nível)¹⁹², enquanto o *Excel* (associado ao *PowerPoint* e ao *Paint*) serviu à construção de gráficos e ao aprimoramento da apresentação numérico-visual de alguns grupos de dados.

A análise quanti/qualitativa dos conjuntos informacionais provindos dos distintos grupos de respondentes confronta os dados de campo tabulados/organizados com o arcabouço teórico balizador do trabalho.

¹⁹² O *Qlik Sense* unifica fontes de dados para uma visão mais completa de informações e torna possível, por meio da dinâmica interativa entre pesquisador e sistema, descobrir conhecimentos ocultos acionando as interfaces de correlação ultradinâmicas disponíveis. A plataforma Qlik é alimentada pelo motor Qlik Indexing (QIX) – atualmente o mais eficaz mecanismo associativo de indexação de dados do mundo. Por meio dela, torna-se viável explorar dados com visualizações que se adaptam automaticamente aos parâmetros definidos pelo usuário. Trata-se de uma ferramenta originalmente aplicada à Inteligência de Negócios (ou *Business Intelligence*), adaptada, em nosso caso, para a pesquisa em Comunicação.

7.2 Relato circunstanciado das interações

Grupo 1 - Inicial Questões Abertas (IQA)

Neste primeiro grupo pesquisado, buscamos concretizar experiência participativa em pequena escala, criando uma entrevista virtual, com foco maior em questões abertas, nas quais oferecemos espaço de 3000 caracteres para as respostas, a fim de estimular os participantes a escreverem suas sugestões sem preocupação com a extensão do texto. Nessa frente¹⁹³, trabalhamos com público reduzido, composto por 10 moradores (com idades entre 18 e 60 anos) do distrito referência no qual temos desenvolvido pesquisa científica socioambiental desde 2011¹⁹⁴. Após pré-teste, encaminhamos a entrevista digital apenas para potenciais colaboradores, via e-mail e/ou caixa privada de mensagens da rede social Facebook. Tratava-se de pessoas conhecidas da pesquisadora, para as quais ela redigiu mensagens personalizadas solicitando colaboração, tendo obtido 10 respostas face a 16 questionários enviados. A intenção dessa primeira experiência foi coletar junto a moradores (utilizando, como informado, perguntas abertas com grande espaço para digitação) opiniões espontâneas sobre questões comunicacionais vinculadas ao trabalho socioambiental local, a partir das quais pudéssemos organizar experiências subsequentes de modo a evitar, no horizonte próximo de nosso itinerário acadêmico, possível desinteresse dos respondentes pelo tema/pela participação nas atividades de pesquisa.

A opção por incluir questões abertas, conquanto pudesse gerar desânimo entre os respondentes e algumas dificuldades analíticas para nós, constituiu uma etapa considerada importante e necessária, pois trouxe dados complexos que contribuíram para as fases seguintes da investigação (apesar do risco de saturação informacional ou desconfiança quanto à veracidade da mensagem, dada a indicação de um link para acesso ao questionário digital). Não nos eram desconhecidos os problemas em obter dados de pesquisa por meios virtuais (VASCONCELLOS-GUEDES E GUEDES, 2007), ficando tal condição clara nessa primeira

¹⁹³ Realizamos, antes de consolidar os resultados desse pequeno grupo, duas experiências-piloto com questionários virtuais e público reduzido. A segunda experiência gerou dados importantes para o direcionamento das etapas subsequentes da investigação, razão pela qual optamos por denominá-la Grupo 1, incluindo a compilação e análise dos dados no princípio da seção destinada a Resultados e Discussão.

¹⁹⁴ Distrito Vila Medeiros, São Paulo, Brasil (pertencente à subprefeitura Vila Maria-Vila Guilherme). Para conhecer em detalhes o histórico investigativo, consultar <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-30012014-113513/pt-br.php>.

abordagem¹⁹⁵, já que mesmo se tratando de indivíduos familiarizados com a pesquisadora, 37,5% deixaram de responder, enquanto 62,5% deles participaram.

Os que não responderam não chegaram a entrar em contato para checar/indagar, por exemplo, se a mensagem havia mesmo partido da pesquisadora. Para não haver constrangimentos, optamos por não contatar uma segunda vez aqueles que não responderam, embora isso fosse possível para averiguar detalhes. Desse movimento inicial surgiram alguns resultados geradores das primeiras reflexões sobre (re)direcionamentos teóricos e práticos da investigação.

Grupo 2 - Redes Digitais de Pertencimento (RDP)

Os dados desse grupo foram coletados no período entre 15/01/2016 e 29/06/2016, por meio de questionário virtual construído na plataforma *Google Forms*, distribuído a usuários de redes eletrônicas de informação: a) pela rede social *Facebook* (*participou por essa via um público bastante diversificado, desde moradores do distrito referência a alguns pós-graduandos do grupo PPGCOM-ECA, no qual o questionário circulou*¹⁹⁶) e b) através de *e-mail*. Participaram 213 respondentes de diferentes cidades brasileiras, com idades entre 17 e 70 anos.

A maioria dos respondentes reside no estado de São Paulo e na cidade de São Paulo. Os nós de rede que serviram como ponto de partida dos questionários virtuais localizam-se em São Paulo, cidade na qual reside a pesquisadora. O fato de ter mais conexões com pessoas residentes em sua cidade e em seu estado gerou volume maior de respostas nessa circunscrição geográfica. As replicações alcançaram outros estados, conquanto em menor escala. Tal fato, porém, não interfere no tipo de pesquisa pretendida, na qual a prioridade é verificar e compreender o conteúdo dos trânsitos discursivos representativos de reflexão socioambiental, de onde quer que venham, selecionando-se como único limitador de campo para participação do público o território nacional. Publicamos a chamada em um domingo¹⁹⁷ e, ao solicitar a participação, agregamos à mensagem a palavra *ajuda*, para observar se haveria efeito vinculado aos elementos da *gratuidade* (ARIÈS, 2013) e da *participação em rede* (SHIRKY, 2011 e 2012) nesse tipo de interação:

¹⁹⁵ Ver, para maior detalhamento das vantagens e desvantagens da coleta digital de dados, quadro 6 (Resumo das vantagens e limitações do uso do questionário eletrônico via Internet) e figura 2 (Resumo das vantagens e limitações do questionário eletrônico via Internet) de Vasconcellos-Guedes e Guedes (2007, pp. 14 e 15).

¹⁹⁶ Agradecimento especial a Rosely Sousa, então funcionária da ECA/USP, pela divulgação do questionário virtual aberto para o grupo da pós-graduação em Ciências da Comunicação.

¹⁹⁷ O domingo, segundo jovens por nós consultados, costuma ser um dia em que o número de acessos é maior.

Figura 42 – Chamada de Pesquisa no Facebook da doutoranda

Fonte: Formulário Google criado pela autora e publicado em seu Facebook

Observamos a presença e força do elemento “ajuda” na rápida replicação do questionário na rede, com algumas pessoas oferecendo-se para encaminhá-lo a amigos e conhecidos, lembrando o que Shirky (2011) afirma sobre as mobilizações que constroem conhecimento a partir da agregação voluntária de pequenas contribuições. Um dos participantes ofereceu-se para digitar as respostas de uma senhora que desejava responder para nos ajudar, mas não sabia manusear computadores. Ajuda aceita, ela participou dessa fase da pesquisa mesmo sem ter acesso à inclusão digital.

Grupo 3 – Conselheiros participativos e ambientais

A interação com esse grupo originou-se em conversa com o líder comunitário Paulo Moura, do distrito Vila Medeiros (São Paulo, capital) durante evento público promovido pela prefeitura de São Paulo na Escola Municipal Almirante Tamandaré, por ocasião da revisão do Plano Diretor da cidade (a doutoranda participou como relatora de um dos grupos de trabalho). Ativista da área da Saúde Pública e então membro coordenador do Conselho Participativo da subprefeitura Vila Maria-Guilherme-Medeiros, ao saber do nosso projeto de pesquisa, convidou-nos para uma palestra envolvendo as questões de saúde pública, meio ambiente e participação. Convite aceito, em 17/11/2014 ocorreu a interação, com envolvimento interessado dos presentes, sem, no entanto, proposição imediata, de nossa parte, de questionários, pois estávamos na fase inicial da pesquisa e havia necessidade de avançar um pouco mais nas questões teórico-metodológicas.

Em novembro de 2015, estivemos também em reunião do Conselho Ambiental local, para comunicar a realização da pesquisa e solicitar colaborações na resposta aos questionários digitais (que, a esta altura, já estavam com seu formato definido para este público). A participação de membros dos conselhos ambiental e participativo ocorreu entre 15 e 30 de janeiro de 2016, após informarmos oficial e previamente a chefia de gabinete da subprefeitura local sobre a investigação científica, bem como pedirmos autorização para o encaminhamento dos questionários digitais aos conselheiros. Questionários enviados, a princípio parece ter havido certo temor em responder e apenas dois conselheiros retornaram. Tendo relatado o caso à secretária e entusiasta das questões ambientais urbanas, Sra. Sandra Regina Machado, contamos com a interveniência dela junto à chefe de gabinete, Sra. Elizabeth Tavares, a qual, então, solicitou diretamente aos conselheiros que participassem da pesquisa. Mais onze participaram, totalizando 13 conselheiros, com idades entre 38 e 63 anos, assim distribuídos: ambientais – 7; participativo – 1; da saúde – 2; outros (suplentes, agente local) – 3. Dez deles eram/são conselheiros da sociedade civil e três, conselheiros do poder público. Nos anexos, pode ser visto um *printscreen* da tela de respostas dos conselheiros na plataforma *Google Forms*.

Paralelamente às ações relatadas acima, fizemos contato em 15/01/2016 com funcionária da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente paulistana cujo mister envolve o trato com conselheiros ambientais da cidade de São Paulo¹⁹⁸, inclusive organização de eventos com

¹⁹⁸ O nome da funcionária não será aqui revelado, pois se trata de pessoa bastante dedicada à causa dos conselhos, que, por algum motivo alheio ao nosso conhecimento, não pôde colaborar com nossa investigação.

eles. Estávamos em busca de maior participação nesse âmbito. Enviamos o pedido e o questionário duas vezes: uma por rede social, tendo recebido resposta gentil sobre estar vendo a melhor forma de auxiliar. Depois disso, aguardamos durante um ano; não obtivemos resposta, então reenviamos a mensagem, desta vez por rede social e pelo e-mail oficial da servidora, imaginando que, talvez, a troca de gestão pudesse influenciar positivamente na continuidade dos contatos. Desta vez, houve novamente visualização da mensagem, mas nenhuma resposta. Demos por encerradas as tentativas nesse sentido (logo adiante se fará a análise do ponto de vista do *poder discricionário*).

No ano de 2017, durante reunião do Conselho Participativo, realizamos nova interação com os conselheiros locais, para abarcar os integrantes da nova gestão. A experiência incluiu o descritivo verbal da pesquisa e a oferta de links e um código QR impresso, com cópias para todos, para acesso dos conselheiros (da gestão subsequente àquela que gerou o primeiro agrupamento de informações) ao questionário digital destinado a esse grupo. A ideia era a de que acessassem dali mesmo os formulários digitais, com seus celulares, ou de casa, como preferissem. À exceção de uma pessoa, os conselheiros participativos da nova gestão não enviaram suas respostas, embora tenham todos ouvido com atenção a breve comunicação da doutoranda sobre a pesquisa e a importância da participação deles. Verificamos que embora esse público tivesse acesso ao mundo digital, o processo empregado na captura de dados ou o próprio assunto não despertou seu interesse em fazer a devolutiva dos questionários. Essa segunda investida, com a presença física da pesquisadora na reunião do conselho e a proposta de uma interação mista, digital e pessoal, embora contasse com o convite e a abertura de espaço de interlocução pelo Sr. Nelson Marques (produtor cultural e presidente do conselho participativo à época), não teve retorno significativo quanto aos questionários: apenas uma conselheira respondeu, mas era sua segunda gestão e já havia respondido na interação anterior.

Importa observar, para finalizar a análise dos dados do grupo 3 – CON, que na segunda investida, junto aos conselheiros da nova gestão, acrescentamos perguntas ao questionário digital (o que também foi feito em relação a outros grupos), já que nossa escolha era elaborar questionários *in progress*. Entretanto, dado o fato de que apenas um dos conselheiros da segunda gestão (acionados conforme o descritivo acima) retornou, optamos por manter a colaboração inicial em lugar dessa segunda participação. Conclusão do relato: não funcionou a abordagem digital para questionário nesse grupo, o que leva a pensar em pouco interesse pela causa e/ou nas dificuldades operacionais relacionadas ao trato digital.

Durante a referida reunião, a pesquisadora observou pelas conversas, reclamações e proposições que as preocupações dos conselheiros eleitos tinham mais relação com aspectos

pontuais do funcionamento dos bairros, como a necessidade de um semáforo em determinada avenida. Depoimento de um deles, em particular, revelou desânimo com o andamento das atividades nesta instância participativa, relatando que o teor das discussões e conversas acabavam por desconsiderar os problemas mais gritantes do território e as vozes da totalidade dos conselheiros¹⁹⁹, fato também apurado por nós na pesquisa pregressa (FALCÃO, 2013). As queixas dos conselheiros podem ter relação com a ausência de aplicação, durante as reuniões e trabalhos coletivos, do método TOV, aludido por Senecah (2004). Segundo esta autora, apenas o acesso à participação é insuficiente — é preciso que o cidadão tenha à sua disposição instrumentos que o auxiliem a entender e aproveitar melhor as oportunidades de participar. Ademais, faz-se essencial que o seu discurso “*se sustente*, seja respeitado e alcance influência”, ou seja, a voz do cidadão que participa tem de ser “uma voz contada entre as vozes importantes”, mesmo que não haja viabilização constante de suas ideias e propostas. Estas “precisam ser ouvidas, compreendidas, acatadas como válidas, para dar ensejo à real oportunidade de interferência nos fatos a partir de sua visão, a partir de seu território.” (SENECAH, 2004. p. 13).

Os que se elegem como conselheiros, em linhas gerais, fazem-no justamente em razão de preocupar-se com seu território, oferecendo-se como interlocutores entre os moradores e o poder público. Detêm conhecimento das demandas e estão prontos a discorrer sobre elas. Falta a alguns, talvez, auxílio educacional no sentido de alargamento da percepção de sua própria função, de suas possibilidades de atuação como intermediário entre a população local e o poder público, incluindo o aprimoramento do aprendizado sobre *processos comunicacionais*, como sugere Peruzzo (2009). Cursos para conselheiros costumam ser estruturados e oferecidos, de tempos em tempos, pela administração pública paulistana aos conselheiros em exercício. Em folder veiculado em 2017, por nós examinado, notamos que esse tópico não era explorado, conquanto houvesse avanço no sentido de ofertar aprendizagem vinculada às políticas públicas ambientais:

¹⁹⁹ Informação verbal espontânea de um conselheiro sentado ao lado da pesquisadora durante as atividades do dia, acompanhadas do início ao final.

Figura 43 - Folder de curso para conselheiros e gestores de parques

Capacitação e Encontro Macro Norte Pelos ODS para Conselheiros (as) de CADES Regionais e Gestores de Parques

Programação

Encontro I 01/11/2017	Tema 1: A questão ambiental Tema 2: Educação e Gestão Ambiental Facilitadora: Sônia Joana Jabur Salomão Apoio: Priscila Col Del Nero	Turma 1 Das 15h às 18h	Turma 2 Das 19h às 22h
Encontro II 08/11/2017	Tema 1: Conceitos Básicos em Políticas Públicas Ambientais Tema 2: Introdução ao Planejamento Estratégico Facilitadora: Maralina Matoso Apoio: Sônia Joana	Turma 1 Das 15h às 18h	Turma 2 Das 19h às 22h
Encontro III 22/11/2017	Tema 1: Planejamento Estratégico Parte I Facilitadora: Maralina Matoso Apoio: Sônia Joana	Turma 1 Das 15h às 18h	Turma 2 Das 19h às 22h
Encontro IV 29/11/2017	Tema 1: Planejamento Estratégico Parte II Facilitadora: Maralina Matoso Apoio: Sônia Joana	Turma 1 Das 15h às 18h	Turma 2 Das 19h às 22h
Encontro V 01/12/2017	Encontro Macro Norte pelos ODS - Apresentação dos planos de trabalhos - Mesa de encerramento: Diretores DPP, facilitadores das aulas, Prefeitos Regionais e assinatura das cartas de adesão (lançamento da construção do Fórum Norte pelos ODS).	Turma 1 Das 15h às 18h	Turma 2 Das 19h às 22h

Público-alvo: Conselheiros Regionais de Pirituba/Jaraguá, Perus, Freguesia/Brasilândia, Santana/Tucuruvi, Jaçanã/Tremembé, Vila Maria/Vila Guilherme e Casa Verde/Cachoeirinha. Conselheiros Gestores dos Parques Municipais Cidade de Toronto, Jacinto Alberto, Lions Clube Tucuruvi, Pinheirinho D'Água/Linear do Fogo, Rodrigo de Gáspari, Senhor do Vale, Tenente Brig, Roberto Faria Lima, Vila Guilherme/Trote e Linear Canivete.

As inscrições devem ser realizadas pelo endereço mmatoso@prefeitura.sp.gov.br até 29 de outubro de 2017 contendo as seguintes informações:

- Nome completo
- Nome do Parque ou Prefeitura Regional
- Conselho ao qual pertence
- Turma escolhida (tarde ou noite)

Local: UNINOVE - CAMPUS MEMORIAL
Rua Dr. Adolpho Pinto, 109 - Barra Funda

Organização
DPP
UMAPAZ

**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
VERDE E
MEIO AMBIENTE

Facebook: [FACEBOOK.COM/SVMASP](https://www.facebook.com/SVMASP) Instagram: [@SVMASP](https://www.instagram.com/SVMASP) Twitter: [@SVMASP](https://twitter.com/SVMASP) YouTube: [YOUTUBE.COM/SVMASP](https://www.youtube.com/SVMASP) SAIAM MAIS NO SITE: PREFEITURA.SP.GOV.BR/COMISSAO/SECRETARIAS/MEIO_AMBIENTE/

Fonte: recebimento por e-mail pessoal da autora

Embora não exista no folheto acima referência específica à promoção de capacidades comunicacionais, é possível que o tópico tenha sido abordado em algum dos momentos interativos. De todo modo, diante da incerteza (não encontramos a ementa do curso, para checagem mais apurada), vale reforçar a importância de agregar aportes educacionais aos cursos já em oferta, ou disponibilizar um minicurso teórico-prático sobre comunicação e políticas públicas. Este poderia ser ministrado de forma aberta (aos conselheiros e aos moradores em geral), a fim de relembrar-lhes as diferentes frentes e formas segundo as quais

um representante/um cidadão comum pode contribuir com sua comunidade/bairro/região. Talvez seja uma maneira de despertar maior interesse pela participação, evitando que ela fique mais restrita aos líderes comunitários ou que nem a eles se abra por completo. Trata-se, pois, da ampliação das habilidades parlamentares civis de que tratam Matos e Nobre (2014).

Na totalidade das interações com esse grupo, confirmamos a importância do *poder discricionário* (HASENFELD, 1990; HASENFELD, 1983, ap. MEYERS e VORSANGER, 2010) como influência central para a concretização ou não de pesquisa científica com conselheiros participativos e ambientais. Com a interferência e incentivo da chefe de gabinete da subprefeitura Vila Maria-Guilherme-Medeiros, Sra. Elizabeth Tavares (gestão 2013-2016), à resposta do questionário virtual na primeira investida, o retorno das respostas passou de 2 para 13, melhoria significativa. No caso da interação paralela, com a funcionária da Secretaria do Verde, deparamo-nos com um poder discricionário invertido ou com uma ausência de possibilidade de atendimento que gerou resultado zero. Poderíamos ter buscado contato com o secretário do Verde e Meio Ambiente, caso nossa pesquisa estivesse voltada exclusivamente a esse público, e assim talvez tivéssemos resultado melhor percorrendo vias mais complexas quanto a dispêndio de tempo e cumprimento de burocracias. Não foi nossa opção, visto ser mais abrangente o objeto de pesquisa e visto termos preferido investigar a partir de interações menos formais, justamente para avaliar a variável da *gratuidade* e a questão do *poder discricionário*, comparando a experiência concreta ao que afirmam os autores estudados como lastro teórico da investigação.

Figura 44 - Primeira interação com conselheiros participativos (2014)

Imagem: André Falcão

GRUPO 4 – Alunos de Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (AEJ)

Compõem esse grupo 98 respondentes, com idades entre 15 e 54 anos, alunos do Ensino Médio regular e da Educação de Jovens e Adultos, período noturno, da Escola Estadual Dr. Justino Cardoso, distrito Vila Medeiros, São Paulo, capital. Quase todos os estudantes residem em bairros próximos da escola (ou no mesmo bairro onde ela se localiza): Vila Medeiros, Vila Ede, Vila Sabrina, Jardim Brasil, Vila Munhoz, Vila Nivi, Vila Gustavo, Vila Maria, Vila Maria Alta, Vila Guilherme, Parque Novo Mundo, Tucuruvi.

A interação com os discentes tornou-se possível graças aos diálogos prévios, via e-mail e pessoalmente, com o então vice-diretor Prof. Luís Carlos Fernandes. Favorável à causa socioambiental e ele mesmo tendo sido coordenador de projetos nesse âmbito envolvendo a escola, abriu-nos as portas para ministrarmos quatro palestras aos alunos do ensino noturno. Após participarem dos encontros, os alunos responderam a um breve questionário presencial e alguns interagiram informalmente com a pesquisadora acerca dos conteúdos apresentados/discutidos e sobre suas experiências socioambientais pregressas. Um aluno veio pedir orientações, ao final de uma das palestras, junto com um colega, sobre como poderiam desenvolver projetos na região, sobre como poderiam transformar um posto de gasolina abandonado no distrito em um espaço público verde. Queriam saber com quem poderiam entrar em contato. Retornamos a eles por e-mail, com informações gerais da prefeitura/subprefeitura, informações sobre o Conselho Ambiental e sobre a Conferência de Meio Ambiente do ano. Outro estudante fez questão de relatar: “*Já participei da arborização da minha rua, Francisco Peixoto Bizerra*”, descrevendo à classe como isso havia acontecido. Um terceiro estudante declarou-se empresário do setor de reciclagem de entulho da construção civil, explicando-nos (e aos colegas) como funcionava a máquina que transformava entulho em uma espécie de brita bastante útil para pavimentação e outros usos.

As palestras foram preparadas tendo a vista a apresentação dos problemas socioambientais do Distrito Vila Medeiros (no qual se localiza a escola e no qual, conforme dito, residem a maioria dos estudantes) coligadas aos principais resultados da pesquisa de mestrado por nós realizada entre 2011 e 2013. Promovemos análise e discussão dos dados principais com os alunos, em linguagem simples. Essa escolha vinculou-se à nossa intenção de observar os efeitos da interação *universidade-escola básica-interatividade cidadã* (sob a perspectiva do território, a perspectiva do entorno escolar) e com a intenção de verificar o potencial da comunicação científica em linguagem de fácil entendimento, conservando em mira

a dialogicidade educomunicativa (SOARES, 2011). Muitos dos alunos dessa escola haviam participado de nossa pesquisa anterior, o que também pesou na escolha da forma de interação, pois ao citarmos o fato aos estudantes, isso aumentou seu interesse, funcionando como elemento de percepção e promoção de pertencimento (JACOBI, 2000 e 2008; MARQUES e MAIA, 2008; MATOS, 2009; LOUREIRO, 2004; MARTÍN-BARBERO, 2003) entre os alunos participantes da atual investigação. Colocamos em prática, portanto, a ideia da ligação social de ação por meio da criação/fortalecimento de vínculos (SPINK, 2002). Ademais, na interação com o grupo inicial (IQA), participantes apontaram *palestras* como um caminho considerado eficaz para a comunicação/discussão de problemas socioambientais locais. Mais um lastro teórico corrobora essa escolha: Messias (2011, p. 212), em seu trabalho *Duas décadas de educomunicação - da crítica ao espetáculo*, afirma que a educomunicação extrapola o seu arcabouço teórico, integrando o saber social proveniente das práticas resultantes de experiências vividas pelos sujeitos-em-diálogo em diferentes contextos.

Exercitamos, portanto, em nosso trabalho de campo, com o grupo 4 e também com os demais grupos integrantes da pesquisa, a transição do arcabouço científico ligado à *Comunicação e Educação* para uma práxis reflexiva, resultante de experiências interativas construídas em conjunto com nossos sujeitos de pesquisa.

Figura 45- Alunos da Escola Estadual Dr. Justino Cardoso participando da pesquisa na biblioteca escolar

Imagem: Sandra Falcão

Figura 46 - A professora Andressa Briganó (ao centro, de verde), conosco e com seus alunos durante uma das interações

Imagem: alunos

Grupo 5 – Professores do Ensino Fundamental (PRF)

Participaram dessa frente de coleta 31 professores com idades entre 32 e 66 anos, da Escola Municipal de Ensino Básico Lourenço Filho (São Paulo, capital), na qual oferecemos, a convite da então coordenadora Fernanda Veiga (e indicados pelo professor Luís Carlos Fernandes, da Escola Estadual Dr. Justino Cardoso), palestra para os docentes durante a semana pedagógica do ano de 2016²⁰⁰. A Escola Municipal Lourenço Filho dispõe de instalações físicas muito boas e bem cuidadas, que ensejam acolhimento. Quando chegamos, ocorria um café de confraternização pré-atividades, para o qual fomos gentilmente convidados.

No dia em que lá estivemos, observamos um ambiente alegre e camarada entre os professores, inclusive no enfrentamento de incompatibilidades com equipamentos de áudio e vídeo²⁰¹ que acabaram por forçar a coordenação a transferir a atividade, inicialmente planejada

²⁰⁰ A interação inicial com a coordenação ocorreu através de e-mails.

²⁰¹ Fizemos a checagem acerca dos equipamentos necessários conversando por e-mail com a coordenação. Confirmamos previamente a existência de projetor, mas não perguntamos sobre o modelo. Lá chegando, encontramos na biblioteca um equipamento bastante diferente dos equipamentos padrão. Conseguimos conectá-lo aos nossos, mas verificamos que os

para acontecer em espaço interativo na biblioteca, para o pátio escolar. Ali havia um equipamento apropriado e compatível com os nossos; em pouco tempo, os obstáculos técnicos foram vencidos e atividade se realizou conforme planejado. Tivemos participação ativa dos docentes e recebemos, ao final, agradecimentos pela palestra e um kit de lembranças da escola, incluindo um exemplar do jornal escolar (muito bem elaborado). Abaixo, uma imagem do corpo docente, tendo à frente o professor de filosofia Heleno Ferreira do Prado:

Figura 47- Corpo docente da Escola Municipal Lourenço Filho (São Paulo, capital, Vila Constança)

Imagem: Profª Daniela (Informática)

Muito simpático, o professor Heleno, 66 anos, interessado na temática socioambiental e estimulado pela interação recém-ocorrida, relatou-nos (durante diálogo pós-palestra) que costuma sair para caminhar com seus alunos pela vizinhança da escola, com a intenção de levá-los a observar e refletir sobre as questões socioambientais do entorno. O docente, cujo discurso reflete nítido apreço pelas percepções freireanas, coloca em prática a ideia de que a escola trabalhe para a abertura de canais de intercomunicação (GÓMEZ, 2014) e conduz os discentes à percepção de seu território (ABRAMOVAY E BEDUSCHI FILHO, 2003; SENECAH, 2004; BRASIL, 2008; PERUZZO, 2009; PENTEADO, 2010; MASSARDIER, 2011; SOARES, 2011; FELICE, TORRES E YANAZE, 2012; BAIRRO-ESCOLA, 2014; FERRARA, 2015).

cabeamentos e programas eram incompatíveis para a reprodução das imagens originais. Felizmente, havia outro conjunto de equipamentos no pátio interno, para onde nos transferimos.

Também contribui para a abordagem da cidade como local epistemológico, conforme propõe Thrall (2007, p. 235), para quem os ambientes urbanos representam as formas de pensar dos habitantes, sendo, portanto, fundamental estudar a urbe a partir da “dinâmica de seus ambientes como meio (entorno) ou mediação (gerador de relações), e enquanto lugar de fluxos comunicativos (sociais e culturais)”, de maneira a formar “um quadro cognitivo da atualidade”.

Para o objetivo acima, igualmente contribuem no Lourenço Filho mais alguns docentes e seus alunos. De acordo com a coordenadora, Fernanda, é habitual na escola desenvolver com os estudantes projetos em educação/educomunicação socioambiental (apoiados pela coordenação e pela direção) e há alguns professores bastante engajados/interessados na temática. Dois ou três deles se apresentaram ao final e fizeram breve descritivo de projetos, como exposição de trabalhos socioambientais advindos de pesquisa dos alunos e confecção de jornal escolar.

Grupo 6 - Religioso (RC)

Nesse grupo, composto por 26 participantes com idades entre 12 e 56 anos, trabalhamos com a oferta de dois momentos de interação:

1) no primeiro (em novembro de 2016) ministramos uma palestra sobre as questões socioambientais do distrito Vila Medeiros, do qual faz parte a instituição religiosa, precedida de dinâmica sobre memória afetiva e objetos, interconectando a atividade com aportes da Encíclica *Laudato Si'*. Dela participaram os organizadores do Crisma na paróquia Santo Antonio de Lisboa e alguns poucos jovens que se dispuseram a vir, mesmo estando oficialmente em férias ou tendo terminado o curso.

Figura 48 – Participantes da primeira interação com o grupo 6 – Crisma (grupo religioso)

Imagem: André Falcão

2) em um segundo momento (abril de 2017), ministramos uma palestra sobre as questões socioambientais locais a partir da Campanha da Fraternidade 2017 (sobre Biomas), precedida de dinâmicas relacionadas à compreensão pessoal sobre meio ambiente e à simbologia do cuidado ambiental local-regional-global, entremeada com outras dinâmicas breves para estimular a participação espontânea dos presentes ao longo do evento, como adivinhação dos biomas a partir de imagens e, a pedido da organização, um jogo de perguntas e respostas vinculadas ao tema da palestra, com direito a uma bíblia (oferecida pelos organizadores do curso) para quem mais acertasse respostas. Nesta ocasião, estiveram presentes 26 pessoas, entre crismandos e organizadores.

Figura 49 – Participantes da segunda interação com o grupo 6 – Crisma (religioso)

Imagem: André Falcão

A dinâmica de abertura do segundo encontro consistiu de um círculo no qual todos os participantes seriam responsáveis por manter no ar por três minutos: primeiro, uma bola de pilates; segundo, uma peteca; terceiro, uma bolinha de espuma do tamanho de uma bola de pingue-pongue. Simbolizavam a Terra, os biomas e o bairro em que cada um morava. A atividade promoveu a descontração do grupo e a motivação-reflexão associada a ela foi explicada aos participantes durante a palestra.

Figura 50 - Dinâmica de abertura entre participantes da segunda interação com o grupo 6 (Crisma)

Imagem: André Falcão

Figura 51- Segunda dinâmica com o grupo 6 - sobre o conceito de Meio Ambiente

Imagem: André Falcão

As falas dos participantes na dinâmica relacionada à sua visão de *meio ambiente* excluíram, sem exceção, a menção à figura humana, correlacionando a expressão a aspectos físicos da biosfera e à reciclagem do lixo. Prevaleceu, naquele momento, a noção de meio ambiente sem gente (NOVICKI, 2007) — modificada, depois, com o andamento da palestra.

Cerca de duas horas foi o tempo total de interação em cada uma das ocasiões de contato com o grupo, totalizando quatro horas de atividades. Após cada palestra e as interações lúdicas a elas correspondentes, os presentes foram convidados a participar de nossa pesquisa por meio da resposta a questionário em papel (reciclado).

Grupo 7 – Participantes de Audiência Pública (ADP)

Para interagir com esse grupo, participamos de uma audiência pública em 08/04/2017, no auditório da subprefeitura Vila Maria-Guilherme-Medeiros (Rua General Mendes, 111 - São Paulo, capital), cujo assunto central era a inclusão de sugestões dos moradores para o Plano de Metas da Administração 2017-2020. A interação, após breve exposição da pesquisa e solicitação de autorização às autoridades responsáveis, foi feita na hora antecedente ao início do evento, por meio de questionário breve, impresso em papel reciclado. Os participantes tinham idades entre 23 e 69 anos.

A atividade desenvolveu-se a partir de conversa pessoa a pessoa, na qual a doutoranda expunha rapidamente a pesquisa a cada uma e solicitava colaboração através de resposta ao questionário, tendo obtido previamente, para tanto, a anuência do chefe de gabinete, Sr. Evandro Vinicius Felizardo Gilio, e do subprefeito regional, Sr. Dário José Barreto. Vale registrar que ambos se mostraram totalmente abertos ao diálogo e favoráveis a integrar os participantes da audiência em uma pesquisa da ECA, reconhecendo verbalmente sua importância institucional. Forneceram seus contatos, colocando-se à disposição para disponibilizar, caso necessitássemos, arquivos de imagens relacionadas ao combate aos PVDRs²⁰² na região. Demonstraram, também, interesse em pensar projetos conjuntos, especialmente voltados à erradicação/minimização desse problema socioambiental, recorrente na região. (Durante o evento público, observamos que diversas vozes tocaram em diferentes

²⁰² Nomenclatura técnica para Pontos de Descarte Irregular de Resíduos Sólidos.

faces da problemática socioambiental local, cobrando atenção da nova administração e, sobretudo, ação).

Inscrevemo-nos também para uma breve fala cidadã durante a audiência, na qual discorreremos sobre a questão da necessidade de ampliar a participação popular nas atividades pensadas pelo poder público para esse fim, pois, historicamente, verifica-se baixa frequência dos moradores nos diversos conselhos locais e certa descrença em sua eficácia, conforme Falcão (2013). Sugerimos mais projetos envolvendo o binômio comunicação-educação, para promover um olhar coletivo socioambiental. Também sugerimos contato com o NCE (Núcleo de Comunicação e Educação da ECA-USP) e indicamos a licenciatura em Educomunicação, sobretudo a disciplina Educomunicação Socioambiental, como pontes de trabalho conjunto, inclusive busca por jovens estagiários/profissionais para colaborar nesse tipo de ação. Dois representantes de jornais de bairro vieram conversar conosco ao final do evento, oferecendo espaço para que divulgássemos eventuais projetos: *A Gazeta da Zona Norte*, representada pela jornalista Srta. Mariana Amud e o *Diário da Zona Norte*, representado pelo diretor de redação Sr. Maurício Benassatti, que também nos convidou para produzir um artigo de opinião sobre a temática enfocada nesse evento (convite aceito, artigo publicado em 14/04/2017).

Tivemos também oportunidade de conhecer Jesus “Insurgente”, jovem líder de um coletivo educador, que participou da nossa pesquisa, fez um relato e nos convidou para conhecer as atividades do coletivo. No evento, notamos a articulação dos líderes comunitários ao trazer as demandas de suas comunidades para o espaço de diálogo aberto pelo poder público, revelando grande disposição para o trabalho de comunicação comunitária — um “elemento catalisador de ações coletivas”, conforme lembra Peruzzo (2009, p. 39).

Líder comunitário da área da Cultura, o Sr. Nelson Marques nos convidou, naquele dia, para um nova fala no conselho participativo (que ocorreu em 17/04/2017) e para desenvolver futura oficina em associação de moradores recém-organizada; um pai cuja luta junto à administração pública traduzia sua própria luta pelas crianças autistas veio conversar conosco, estimulado pelas possibilidades de interação do momento, e um compositor apresentou-se após responder o questionário e observar que havia um item no qual se falava *de incentivo à produção de uma música*: perguntou se podia compor uma canção sobre a questão socioambiental e nos enviar o áudio, para agregar ao trabalho. Assentimos e passamos nosso contato, porém até o fechamento desta tese ele não enviou a produção.

Figura 52 - Interação com a mesa durante fala pública na audiência

Imagem: André Falcão

Grupo 8 – Vestibulandos (VST)

A interação com esse grupo, alunos do Laboratório de Redação do curso Objetivo, unidade Santana, foi integrada às aulas conforme a pertinência dos temas trabalhados e se deu em três fases: a) pré-teste de questionário virtual realizado sem instruções prévias quanto a programas de acesso digital, para testagem da acessibilidade de questionários virtuais entre públicos jovens com o uso de QR-Codes. Esse pré-teste revelou que, embora os jovens estejam aparentemente conectados o tempo todo, enfrentam com frequência barreiras relacionadas à técnica, tais como baterias descarregadas ou com carga insuficiente ou pacotes de dados restritos, os quais podem dificultar a operacionalização desse tipo de pesquisa/atividade sem aviso prévio, conforme se constatou. Dos cerca de 50 alunos em sala, apenas 13 conseguiram acessar o QR-Code indicado, abrir o link e responder às questões. Os demais alegaram impossibilidade de acesso em razão das dificuldades técnicas acima expostas. Verificamos que, em caso de se desejar trabalhar com questionários digitais para plateias “ao vivo” (parte de nossas intenções no tocante às experiências em coleta progressiva de dados), é necessário acordar previamente com o público pretendido a carga completa dos aparelhos celulares, verificar — se possível — a disponibilidade de seu pacote de dados, a disposição em participar,

bem como solicitar que baixem antecipadamente leitores de *QR-Code* ou programas do tipo *VoxVote*²⁰³.

Essa verificação revelou também que alguns vestibulandos sentiram essa primeira aproximação, vinculada ao tema de aula do dia, a “Solidariedade”, como uma espécie de desvio do estudo cotidiano, conquanto tivéssemos mencionado que a atividade seria integrada a um trabalho subsequente em sala, voltado para os vestibulares, seu interesse central. Havia também um intento, de nossa parte, de levar o relato da experiência, se finalizada em tempo hábil, a congresso de ensino — intenção explicitada ao coordenador de nossa unidade, Prof. Francisco Evangelista. Marques (2011), Brulle (2010), Jacobi (2000 e 2008) nortearam as escolhas relacionadas à questão dos interesses das partes envolvidas nas atividades programadas, principalmente no sentido de que, para envolver estudantes pré-universitários em reflexões socioambientais na perspectiva do território no qual habitam seria preciso esclarecer-lhes de antemão os elos entre essa temática, o nosso estar no mundo e o nosso saber/fazer enquanto cidadãos, beneficiários e geradores de políticas públicas, e, no caso deles, considerando de maneira especial a peleja por uma vaga que lhes permitisse ingressar no fazer científico como futuros membros de comunidade acadêmica.

b) diante dos percalços e das observações colhidas na primeira investida, na qual também houve uma distorção de respostas por conta de uma falha de requisitos cometida por nós quando da elaboração das perguntas no *Google Forms*, cuidamos de reestruturar o questionário virtual inicialmente pensado para esse grupo e imprimi-lo. Construímos, conforme previsto inicialmente, um plano de aula para integrar o assunto à discussão sobre a *intervenção* (solicitada na prova de redação do ENEM e em outras avaliações afins) e retornamos à experiência, um mês depois. Rememoramos a atividade inicial (digital), as dificuldades inerentes a ela e propusemos a participação via questionário impresso, calculando entre 5 e 10 minutos o prazo de resposta, o que foi suficiente para a participação de todos os presentes. Na data, encontravam-se em sala 34 estudantes e todos participaram. Comprometemo-nos a tabular os dados para apresentar-lhes uma prévia na aula seguinte, sempre mantendo a integração com os planos de aula. Em 12/06/2017 mostramos aos alunos a tabulação bruta, e promovemos breve análise dos dados durante a aula ministrada.

²⁰³ O *VoxVote* é um programa com acesso instantâneo aos dados resultantes de pesquisa, permitindo sua discussão imediata com os participantes.

Grupo 9 – Universitários (UN)

O trabalho com este grupo foi desenvolvido na ECA-USP, na turma CCA0277 - Teoria e Método de Pesquisa em Comunicação, primeiro semestre de 2017, com a colaboração da Profa. Dra. Lucilene Cury, que aceitou integrar às atividades de sala de aula nossa proposta de interação. Os alunos (dos cursos de Relações Públicas e Publicidade e Propaganda) trouxeram seus celulares carregados, conforme solicitado (com antecedência), para participar de algumas atividades utilizando o equipamento. O pré-teste da ação foi realizado algumas semanas antes com o grupo de pré-vestibulandos (alunos da doutoranda), experiência relatada no bloco imediatamente anterior. Identificadas e corrigidas as distorções, tornou-se possível encaminhar com sucesso os dois encontros com os universitários, em 26/04/2017 e 03/05/2017. (As distorções verificadas no pré-teste giraram em torno do elemento surpresa na apresentação da pesquisa acoplada a um tema de aula e exigindo ao mesmo tempo o uso do celular. Muitos estudantes, como o dissemos, não o traziam carregado ou não tinham acesso à internet naquele momento, e não havíamos previsto para aquela atividade um questionário em papel, presumindo a conectividade de todos os jovens – o que não se verificou na prática.)

No primeiro encontro com o grupo Universitários, após a assinatura digital da lista de presença²⁰⁴, a professora Lucilene fez uma explanação sobre Karl Popper (a visão da Ciência segundo este cientista) e abriu espaço para nossa participação, iniciada com a ideia de “estar juntos” e conectados, mas nem sempre em conexão. Apresentamos a tela de entrada da Revista InTexto, e indicamos a leitura do artigo *Comunicação/Comunicação Digital — uma análise relacionada ao estar juntos no mundo contemporâneo*, de nossa autoria (havíamos escrito um artigo em parceria, publicado pouco antes), sobre o qual tecemos comentários relacionados ao conteúdo e à nossa experiência com a turma ECA-2015 de Teoria e Método de Pesquisa em Comunicação - CCA0277-2-05)²⁰⁵. A ideia foi criar em conjunto um espaço reflexivo sobre a teoria e a prática da pesquisa científica, incluindo a participação dos estudantes como respondentes na pesquisa da doutoranda. Esta, no primeiro dos dois encontros programados, expôs sua trajetória de pesquisa, desde o mestrado até a fase em que se encontrava naquele momento de interação com os alunos da disciplina. Houve, nesta apresentação, abordagem de

²⁰⁴ Processo inovador, em testagem, desenvolvido por Paulo PC (estagiário naquele semestre) para aprimorar o controle de faltas. Os alunos, por meio de um link que se renova e é fornecido a cada aula, confirmam sua presença, com registro automático de data/hora.

²⁰⁵ Junto à qual, sob supervisão da profa. Dra. Lucilene Cury, a doutoranda desenvolveu estágio correspondente ao Programa de Aperfeiçoamento do Ensino (PAE).

todas as fases da investigação científica, com ênfase na discussão sobre o *problema de pesquisa* (CURY, 2008) — em integração com o texto *A Lógica das Ciências Sociais* (POPPER, 2006), cuja leitura os estudantes haviam efetuado, pois fazia parte do tópico em foco nas semanas de aula em que interagimos com os alunos.

Os discentes se mostraram interessados na temática e aceitaram a experiência, no final da apresentação, de acessar um questionário digital por *QR-Code* ou por *link*, ambos fornecidos pela pesquisadora (em *slide* e cópias físicas em papel). Houve também a oferta da opção de responder às questões em uma versão feita em papel reciclado caso não fosse possível, por algum motivo, acessar o link com o aparelho celular. Todos os alunos presentes providenciaram acesso assim que receberam o *QR-Code* e o *link* (mostrado em tela do *powerpoint* e também impresso em miniaturas, que foram distribuídas pela sala, uma para cada aluno). Todos conseguiram acessar rapidamente o questionário digital. Um dos alunos preferiu responder na versão em papel. De 38 alunos presentes em sala e que acessaram o material, 32 responderam.

Figura 53 - QR-Code do questionário digital para universitários

Fonte: Gerador de QR Code Generator

Alguns jovens vieram conversar conosco ao final da aula, expondo suas intenções de pesquisa, relatando trabalhos profissionais e solicitando contato. Nessas breves conversas, uma jovem estudante relatou seu trabalho junto a uma multinacional do ramo de alimentos que desenvolvia um projeto de educação alimentar por meio de gamificação vinculada ao território, sugerindo-nos pensar em estratégia semelhante para o trabalho socioambiental. Um aluno já formado em Administração e cursista de Publicidade e Propaganda lembrou que o interesse ou não pelas questões socioambientais poderia ser explorado também a partir da Pirâmide de Maslow²⁰⁶. Outro discente revelou seu interesse em trabalhar academicamente com as ações

²⁰⁶ A pirâmide proposta pelo psicólogo americano Abraham Maslow (1908-1970), autor da obra *A Theory of Human Motivation* (1943) consiste numa divisão hierárquica das necessidades humanas (biológicas, de segurança, afeição, autoestima e

proativas dos grupos de “hortelões urbanos”. O jovem afirmou ter vislumbrado, durante as atividades daquele dia, o modo como poderia trazer essa questão prática para dentro da universidade, o que nos deixou particularmente agradecidas. Três alunas vieram conversar sobre a ideia de criar um blog para popularizar as pesquisas acadêmicas. Coincidentemente, na véspera circulara no grupo de *facebook* do PPGCOM um artigo sobre a necessidade de incentivo para publicar resultados de pesquisas também em mídias mais populares e não apenas em veículos acadêmicos de divulgação. Realizou-se ali uma troca de experiências/sugestões e incentivos mútuos cujo registro fizemos questão de inserir neste descritivo.

No segundo encontro, do qual participaram 43 alunos, a proposta foi apresentar a eles uma prévia dos resultados obtidos em seu grupo, avaliando-os em comparação com outros grupos de respondentes e retomando alguns conceitos teóricos do texto de Popper (2006), para manter a relação com a abordagem em curso naquelas semanas (o fazer científico). Durante a atividade, registramos as inserções dos presentes, quer observações, quer indagações, quer análises críticas.

Quando mencionamos em sala, ao contar nossa história de vida, a dificuldade de aceitação do morador quanto ao plantio de árvores em frente às residências, um jovem comentou: “*essa visão negativa da árvore....tem relação/origem em um provérbio árabe....*” – segundo o qual, explicou o aluno, é preciso suprimir as árvores, para que malfeitores não se escondam atrás delas. Essa visão guarda relação com um dado apurado por nós em conversa informal com funcionários da prefeitura de São Paulo que trabalham com arborização urbana. Em determinada ocasião, relatam servidores, a equipe de plantio iniciava trabalho de reposição de mata ciliar à beira de um córrego na zona norte da cidade, quando foi agredida por um grupo de moradores. Aos gritos, diziam algo como “*Vocês não vão plantar aqui! Pra quê? Pra encher de bandido? Pra bandido se esconder?!*”. Embora o solo já estivesse preparado para o plantio, não foi possível executar a tarefa por conta das ameaças dos moradores, com pedras nas mãos. Noutra ocasião, durante projeto de arborização, desta vez em nosso distrito referência, ao conversarmos com alguns munícipes tentando convencê-los sobre a importância de arborizar o bairro, uma moradora saiu-se com frase parecida: “*Plantar árvore pra quê? Pra juntar bandido pra fumar embaixo?*”. Entrecruzam-se aí efeitos da violência urbana e uma visão sedimentada (muito estimulada pela imprensa por ocasião das chuvas de verão) da árvore como causadora

autorrealização), em que as necessidades de nível mais baixo precisam ser satisfeitas antes das necessidades de nível mais alto para que o indivíduo consiga alcançar a sua autorrealização.

de transtornos. A reversão dessa percepção parece constituir, segundo nossa experiência, o maior dos óbices a vencer para obter a adesão dos munícipes à implantação de árvores nos cenários altamente impermeabilizados de algumas cidades.

No quesito verificações de ordem técnico-operacional da pesquisa científica digital via *smartphones*, observamos com esta experiência que é possível alcançar alto índice de participação via comunicação virtual entre públicos jovens, tomando-se o cuidado de solicitar com antecedência a carga completa dos aparelhos e a pré-instalação de programas leitores de códigos digitais, além, naturalmente, de conectar com clareza essas atividades ao plano de aula/programa do curso.

Figuras 54, 54a, 54b - Interação com a professora Lucilene Cury e a Turma ECA - 2015 de Teoria e Método de Pesquisa em Comunicação

Imagens: Paulo (PC), Luiz Roberto (pós-graduandos do PPGCOM-ECA/USP) e alunos de graduação

Grupo 10 - Profissionais de Arquitetura/Construção Civil

Para travar o diálogo pretendido com esse grupo, elaboramos um questionário-entrevista *on-line* (com *link* a ser enviado por e-mail) e também uma versão impressa, para ser empregada em encontros presenciais. As perguntas versaram sobre itens constantes dos questionários oferecidos aos demais grupos, mas foram acrescidas indagações com o objetivo de que a interação produzisse alguma reflexão e conversa vinculada ao padrão de construções no distrito referência *versus* a sua condição de severa ilha de calor urbana. Utilizamos imagem (para foto-elicitación) e texto, incluindo quadro com a problemática socioambiental do distrito apurada em pesquisa pregressa (FALCÃO, 2013) e uma imagem de satélite da NASA com a qual vimos trabalhando, dado o fato de ser comprobatória da severidade do fenômeno de aquecimento da superfície na área geográfica pesquisada.

Nosso empenho em busca de contatos com os profissionais desse grupo não teve o retorno esperado, o que nos abre espaço para ponderar brevemente acerca de algumas condições as quais nos impusemos que, afinal, tornaram-se traves. Para delimitar melhor o tipo de informação que desejávamos obter, decidimos contatar somente profissionais que tocassem obras no lócus físico referência, o distrito Vila Medeiros (São Paulo, capital). Os modelos de edificações erguidas nesse distrito, segundo vimos observando por muitos anos, têm seguido padrão altamente impermeabilizante do solo, não raro implicando remoção de árvores sãs das calçadas onde ficam os novos imóveis, para ceder lugar a entradas de garagens. Além disso, a área interna de muitos terrenos sofre partições em desconformidade com as determinações legais, originando moradias de tamanho reduzido, sem reserva de área verde desimpermeabilizada, conforme indicado no capítulo 5.

Isso configura um problema socioambiental e de saúde pública, dado o fato de que o distrito é uma severa ilha de calor urbana. Nossa intenção, portanto, era entender como os profissionais de construção civil viam a relação entre os padrões recorrentes de construção locais, a situação socioambiental do território e as possibilidades comunicativo-educativas de se promover alguma transformação. Percorremos várias ruas anotando os telefones e e-mails constantes das placas de arquitetos e engenheiros nos canteiros de obra; em seguida, tentamos contato elaborando mensagens explicativas da pesquisa e já enviando o questionário virtual para alguns, a fim de que conhecessem de antemão o teor da investigação e avaliassem a possibilidade de respondê-lo.

Essas primeiras tentativas não deram fruto, então passamos a buscar pessoas que pudessem participar presencialmente e reunissem as mesmas condições (prestar serviços no distrito referência e/ou adjacências). Uma arquiteta indicada por um conhecido, com a qual conversamos duas vezes por telefone e que havia concordado gentilmente em participar – via questionário digital e até mesmo pessoalmente — recebeu o questionário mas não o respondeu, tendo cessado aí nossos contatos; dois profissionais da região que já nos haviam prestado serviços concordaram em participar. Resolvemos então realizar uma entrevista presencial e um diálogo do tipo entrevista, também com foto-elicitación, porém com exposição mais detalhada da natureza da pesquisa durante a entrada de cada questão²⁰⁷. Mantivemos ambas as atividades focadas no conteúdo do questionário inicialmente elaborado para interagir com os profissionais desse grupo. Durante a conversa, gravamos as falas (transcritas nos anexos) e anotamos as respostas vinculadas a itens de múltipla escolha no questionário. Algumas das impressões captadas foram integradas ao bloco analítico dos questionários, à medida que apresentaram relações com as respostas de integrantes de outros grupos.

Vale deixar registrado, antes de prosseguirmos, que ambos os profissionais com os quais tivemos contato, ao responderem sobre *elementos de arquitetura/construção vinculados a práticas sustentáveis* que porventura fossem solicitados pelos clientes no distrito referência, assinalaram poucos itens. Foram citados: elementos para otimização da circulação de ar e aproveitamento da luz natural (mais frequentes porque indispensáveis), sistema de aquecimento por placas solares, sistema de recolhimento/aproveitamento de água de chuva, canteiro, janela antirruído (com frequência reduzida). Itens como calçada verde, verde vertical, telhado verde, sistema de reúso de águas não pluviais, sistemas de irrigação controlada, placas fotovoltaicas, entre outros, são, conforme os profissionais, muito pouco frequentes ou infrequentes no distrito pesquisado. A razão central seria a oneração da obra — para a qual muitos proprietários não estão preparados. Ambos os respondentes consideraram parcialmente viável conversar sobre determinadas sugestões de arquitetura sustentável com os proprietários. O empreiteiro afirmou haver preocupação dos construtores com ‘não pegar o serviço’ se questionarem o que o proprietário deseja — no caso de ele não respeitar a legislação vigente. Embora estes enfoques sejam importantes no trato da problemática socioambiental urbana, optamos por não desdobrá-

²⁰⁷ Essa opção deu-se em razão de observarmos, durante a conversa, a necessidade de desdobrar alguns tópicos para melhor entendimento da temática da pesquisa por parte do entrevistado e de seu sócio. Este demonstrou interesse nas perguntas e acompanhou o andamento do diálogo. Nós o convidamos a participar também, mas ele preferiu não o fazer.

los no presente trabalho em razão da ausência de um número maior de respondentes nesse grupo a fortalecer nossa amostra.

Grupo 11 – Interações Tecnoimagéticas

Esta denominação foi criada para abarcar especificamente os percursos educacionais criados para as atividades presenciais (dinâmicas/minicursos/palestras) oferecidas por nós ao longo da trajetória acadêmica, nas quais os presentes interagiram com tecnoimagens socioambientais, dinâmicas e estáticas. Para os fins de nossa pesquisa, aplicamo-nos à observação dos processos interativos apoiados em imagens (SOUZA e SILVA, 2014), tanto as produzidas por nós quanto aquelas coletadas nos meios de comunicação acerca da problemática socioambiental contemporânea, com ênfase nas questões de consumo (BACCEGA, 2014; GIACOMINI FILHO, 2004; CITELLI, 2009) e obsolescência programada (DANNORITZER, 2011; LEONARD, 2011; LATOUCHE, 2009), trabalhadas à luz do referencial teórico de nossas duas pesquisas (mestrado e doutorado).

Todas as apresentações em *powerpoint* elaboradas para esses eventos incluíram trechos de filmes e vídeos, recortes de jornais, anúncios, fotografias e imagens de satélite vinculadas à questão socioambiental local e planetária. A dinâmica principal das atividades nas quais desejávamos gerar reflexão sobre nossa relação com os objetos com os quais temos contato durante nossa existência contou com a construção de um varal com um cordão de sisal ou barbante, no qual dispúnhamos imagens de objetos antigos. Para montá-lo, pesquisamos na internet imagens desses objetos, de várias décadas passadas até os anos 1990/2000, imprimindo-as de modo que coubessem em crachás para veículos, cujo formato favorecia a produção rápida do varal sem utilizar prendedores. Chegávamos com antecedência ao local da interação, deixávamos o varal montado, para despertar a curiosidade dos participantes, e logo no início pedíamos que olhassem com atenção as imagens e escolhessem uma ou duas que tivessem relação com algum momento de suas vidas, dando preferência a imagens que lhes trouxessem recordações marcantes.

Abaixo, um varal montado para minicurso oferecido no Intercom-2016 e uma imagem da mesma dinâmica em curso no Instituto de Física da USP:

Figura 55 - Varal preparado para dinâmica de memória afetiva –
minicurso Intercom

Imagem: Sandra Falcão

Figura 56 - Dinâmica de memória afetiva em andamento no Instituto
de Física (Projeto PAP)

Imagem feita pelos organizadores

Enquanto cada um selecionava suas imagens, todos riam com a experiência e compartilhavam algumas impressões suscitadas pelo primeiro contato com o material. Feita a escolha das imagens (vários participantes optaram por pendurá-las no decote da sua vestimenta ou no cordão do crachá), dispuseram-se todos em círculo, a nosso pedido. Apresentavam-se aos demais, apresentavam também as imagens escolhidas e faziam breve relato das recordações trazidas por elas.

Nossa intenção era, a partir de um exercício de memória afetiva (WORCMAN e PEREIRA, 2006), integrar percepções e associar sensações ligadas à complexidade perceptiva vinculada ao ambiente (FERRARA, 2007). Acionar nossas vivências passadas por meio de experiências “sensíveis e culturais, individuais e coletivas” que despertem certos juízos ou valores é importante para gerar “atuação reflexiva sobre as próprias experiências ambientais” a partir do repertório do sujeito receptor, de acordo com FERRARA (2007, p. 24). Carvalho (2005, p. 7) propõe criar novas memórias relacionadas à realidade socioambiental em que está imerso o indivíduo, procurando desenvolver processos formativos nos quais se valorize o que ela chama de “tempo experiencial”, enquanto Gutiérrez e Prado (2013) e Moacir Gadotti (2008) pontuam a necessidade de que os processos formativos ecopedagógicos guardem relação com a vida cotidiana, explorando a sensibilidade que, nesta, sobrepõe-se à consciência.

Cox e Pezzullo (2016) lembram que o nosso entendimento sobre o que vem a ser um ‘problema ambiental’ tem relação direta com a linguagem que empregamos em nossos diálogos e também sofre influência tanto das imagens visuais com as quais temos contato quanto das interações vivenciadas cotidianamente. Procuramos, pois, nessas atividades de campo, integrar a percepção ambiental contemporânea à percepção suscitada pela memória afetiva dos participantes, para gerar reflexão inicial sobre o fato de que embora muitos objetos que passaram por nossas vidas estivessem ainda em bom estado à época do uso, nós os vínhamos descartando com uma frequência cada vez maior, impactando negativamente o ambiente.

Aproveitando essa vinculação, trabalhamos conteúdos relacionados ao consumo conspícuo (CITELLI, 2009; TASCHNER, 1996-97), à obsolescência programada (DANNORITZER, 2011; LEONARD, 2011; LATOUCHE, 2009), à simplicidade voluntária (ELGIN, 2012; ARIÈS, 2013; SOBRINHO, 2014), ao trato educacional das questões relacionadas ao meio ambiente (SOARES, 2000, 2011 E 2014; SORRENTINO et al., 2005; FERRARO JÚNIOR E SORRENTINO, 2005; BRASIL, 2005) e aos aspectos teórico-práticos ligados ao uso das imagens técnicas (FLUSSER, 2013; SOUZA e SILVA, 2014) para sensibilização socioambiental,

tendo em mira a contribuição das alteridades (BAUMAN, 2004; CONTRERA e BAITELLO JR., 2010; WOLTON (2011); MARCONDES FILHO, 2014). Vale lembrar, as imagens constituem-se um campo de ressonâncias capaz de gerar mudanças profundas nos sujeitos em termos comunicacionais, porque este campo atinge a alma — secunda Marcondes Filho (2012), retomando escritos de Gaston Bachelard — e essas mesmas representações pictóricas assumem o status de sujeito, porque ao *olharem de volta*, tornam-se criadoras e geram um ambiente (SILVA, 2016).

Gravamos todas as falas, geramos um ambiente a partir das imagens e palavras. Na maioria dos relatos, é possível perceber que a memória afetiva, conectada a pessoas queridas, está também muito vinculada ao *lugar* em que se desenrolaram vivências significativas, o que tornou bem sucedida a estratégia empregada para fazer o elo da abordagem socioambiental com o percurso educacional que nos propusemos a desenvolver com os grupos, ligado ao conceito de território (SANTOS, 1999; ABRAMOVAY e BEDUSCHI FILHO (2003), SENECAH, 2004; BRASIL, 2008) e concretizado na ideia dos trânsitos discursivos multidimensionais (CITELLI, 2012). Abaixo, alguns exemplos das falas recolhidas²⁰⁸, que serviram à discussão sobre memória familiar vinculada a objetos e territórios vivenciais, consumo e obsolescência programada.

Discurso 1:

[...] esse filtro de barro [filtro de barro São João] tem até hoje na casa da minha avó. Eu sou de Belém, mas morava no interior de Minas, então por lá isso aqui nunca deixou de ser usado — na casa da minha vó tem e...[...] eu lembro muito de família...de ter aquele copo de alumínio [...], todo mundo usa e lava e depois usa de novo. Isso é algo que desde que eu tinha — sei lá — quatro anos, até hoje na casa da minha avó...então me lembra a casa da minha avó.

(V., grupo ITC)

²⁰⁸ Nossos agradecimentos a Vitória Mendes Alves, Tarcísio Saldivar Silveira, Maria Luíza Cáceres Rodrigues da Silva, Nanci Maziero Trevisan, Luiz Francisco Ananias Jr., participantes de minicurso ministrado por nós no Intercom (2016) que gentilmente nos concederam permissões por e-mail para a inclusão de suas falas no presente trabalho. Agradecemos também à nossa aluna Larissa Ferracini e a todos os demais que aceitaram participar, de alguma maneira, da nossa pesquisa.

Discurso 2:

[...] Eu acho que é meio unânime a história da avó! A máquina [de costura], fogão [com abas], o filtro...é tudo de uma casa só. E essa xícara que eu me lembro do café da manhã do domingo [fala intercalada de uma participante: 'minha avó tinha uma dessas!']. Eu acordava e fazia escândalo se não me levassem na casa da minha avó – e [o café] tinha de ser nessa xícara aqui!

(T., grupo ITC)

Discurso 3:

[...] a porcelana: minha mãe faz coleção de porcelana. Então, o que vocês pensarem de porcelana, de xícara, de bule — o casamento da tia-avó do vizinho que não sabe o faz, minha mãe peeega. A casa dela tem cristaleiras e armários, com detalhes, com bules, xícaras, enfim. E ela tem um jogo, não assim [exatamente como a da imagem escolhida], mas que as xícaras têm essas flores.

(M. L., grupo ITC)

Discurso 4:

[Escolhi] isso aqui [celular antigo] porque eu sou um produto acho que da obsolescência programada. Até o ano retrasado, eu fazia muita troca de telefone, aí quando a gente vai envelhecendo, a gente vai agregando outros assuntos....da casa e afins, então a gente acaba deixando de lado algumas situações como essa.

(L. F., grupo ITC)

Discurso 5:

Bom, gente, eu peguei o pinguim. Não sei se vocês já assistiram aquele desenho que geralmente passava na Cultura, o Pingu, e eu adorava porque....ele não falava nada, você só via as imagens e [...] se divertia.

(L., grupo VST)

Mediadora (pesquisadora): Eu pensei que você tinha lembrado do pinguim de geladeira! [Risos, seguidos de conversa sobre a volta da moda de colocar pinguins sobre o eletrodoméstico. Uma aluna se lembrou de que, jogando bola, havia quebrado um pinguim de geladeira da casa...]. A gente lembrou de alguns objetos e agora eu faço a seguinte pergunta: onde é que foram parar esses objetos? Lembram? Alguém lembra o que aconteceu? Lembra, L., o que aconteceu com o Babyssauro?

Discurso 5A :

(aluna): Eu lembro, eu ainda tenho. A minha avó tem um problema muito sério: ela é uma acumuladora compulsiva, então ela não consegue jogar nada fora, absolutamente nada fora. Então eu ainda tenho o Baby.

(L., grupo VST)

Discurso 6:

[...com a imagem do pião de madeira nas mãos]: meu avô era marceneiro, ele fazia e a gente brincava. [...] Eu brinquei muito, muito, muito com isso aqui [carrinho de rolimã]! Eu era muito moleque quando criança, vivia muito mais com os meus primos, então cansei de arrancar a tampa do dedão com isso aqui. A gente descia do portão de entrada até o fundão do quintal. Nooossa! [...] Isso eu brincava também [fogãozinho de plástico]. Comprava na feira essas coisas. Você esqueceu da galinha! Aquela que aperta e saem os ovinhos! Todo mundo tinha – comprava na feira a galinha [...]. Eu senti falta da galinha. [fala intercalada da mediadora: ‘nossa, é mesmo!!!’] E tinha uma vaquinha também, que a gente apertava embaixo e ela desmontava, lembra? [fala intercalada da mediadora: ‘siiim, na próxima dinâmica precisamos incluir!!!’]

(N., grupo ITC)

[falas intercaladas dos demais participantes, recordando, a pedido da mediadora, outros brinquedos que não figuravam no varal].

As falas 1 e 2, como diversas outras recolhidas durante as dinâmicas, remetem à ideia de lugar de acolhida (a casa da avó) e rememoram tempo menos acometido pelo descarte inveterado de objetos, representado pela caneca de alumínio — que era usada, lavada e reutilizada — e pela tradicional xícara de porcelana (presente também na terceira fala), de certo modo símbolos de estabilidade, permanência. O quarto discurso revela autoanálise do participante em relação ao seu comportamento como consumidor: a princípio mais voltado à compulsão pela compra de novos celulares — o consumo conspícuo mencionado por Taschner (1996-97) e Citelli (2009) —, hábito modificado, depois, pelas contingências vitais com as quais foi se deparando, elucida o respondente. No terceiro discurso, sobre a coleção de porcelanas, temos um misto entre a ideia de acumulação e as de tradição, memória e permanência. A formação discursiva de número 5 remete explicitamente ao mundo das imagens em movimento e sem som — ou quase —, levando a participante a rememorar o nome da rede televisiva que lhe proporcionou a experiência relatada, enquanto a de número 6 conduz a memória às práticas concretas com brinquedos populares no tempo de infância.

Nos diversos grupos pelos quais passamos aplicando essa dinâmica, chamou a atenção a recorrência na escolha de alguns objetos, como os citados nas falas mais acima. A máquina de costura movida a pedal foi lembrada em todos os grupos, e sobre ela, além das lembranças das brincadeiras com a roda de ferro que comportava a correia, houve lembranças relacionadas ao sustento familiar retirado a partir do ofício correlacionado ao artefato: muitas mães e avós costureiras foram lembradas em depoimentos emocionados.

No grupo vestibulandos, após lembrar aos alunos a relação entre os objetos que utilizamos durante a vida e o impacto ambiental relacionado a eles, exibimos em seguida o vídeo *Man*, de Steve Cutts²⁰⁹, e uma série de slides, dando continuidade à discussão sobre a nossa relação com o consumo.

Figura 57- Tela de abertura do curta-metragem *Man*

Fonte: página do ilustrador Steve Cutts na rede²¹⁰

²⁰⁹ Ilustrador e animador inglês. O vídeo *Man*, que trata da problemática socioambiental contemporânea, foi publicado pela primeira vez em 21/12/2012, tendo ultrapassado, desde então, a casa dos 19 milhões de visualizações (<https://freefromharm.org/videos/why-vegan/man-a-must-see-animation-short-by-london-based-illustrator-steve-cutts/> e https://pt.wikipedia.org/wiki/Steve_Cutts#cite_note-4)

²¹⁰ <http://www.stevecutts.com/animation.html>

Na primeira coluna, da esquerda para direita: toca-discos compacto, fogareiro, fogão antigo, carrinho de rolimã, filtro de barro, lancheira plástica, fusca. Na segunda coluna, aparelho de barbear metálico, motoneta, equipamento de som em caixa de madeira, bilboquê, acordeon, vidro de perfume com borrifador, xícaras Colorex. Na terceira coluna: gravador de fita cassete, pinguins de porcelana, radinho de pilha, relógio de pulso, boneco Babyssauro, enciclopédia Barsa, pião. Na quarta coluna: canetinhas Sylvapen, bambolês, celular “tijolão”, rádio de mesa com alça, carrinho-robô transformer, bicicleta, calçado conga. Na quinta coluna: bichinhos virtuais, guitarra elétrica, chapéu de feltro, vai-e-vem, jogo de chá de porcelana, toca-discos automático, boneco Topo Gigio. Na sexta e última coluna: disco de vinil, autorama, telefone de disco, brinquedo Aquaplay, fogãozinho de plástico com botijão e panelinhas, bolsa de festa com pérolas, máquina de costura manual. Procuramos inserir imagens simbólicas dos anos 1960 a 2000, para tentar abarcar lembranças de indivíduos de diferentes faixas etárias, já que interagimos com grupos heterogêneos.

Para não gerar distorções por sobreposição ou inconsistência de dados, a contabilização destes sujeitos de pesquisa não será integrada ao cômputo geral dos grupos, já que muitos participantes responderam aos questionários quando estes foram trabalhados em conjunto com as dinâmicas, palestras e minicursos (são, portanto, respondentes contabilizados em diferentes grupos a partir do indicador *questionários*), enquanto outros não foram instados a participar formalmente da pesquisa — apenas observamos o resultado de interações coletivas nas quais estas pessoas casualmente se encontravam. As interações tecnoimagéticas ocorreram em todos os grupos com os quais tivemos contato durante o percurso doutoral, porque consideramos ponto-chave trabalhar com a linguagem verbovisual na elaboração de material de apoio para os diálogos envolvendo alteridade e temas socioambientais, na tentativa de despertar/ampliar o interesse tanto na questão ambiental em si quanto no viés comunicativo-educativo com o qual estivemos trabalhando.

Essa frente foi desenvolvida:

a) no Instituto de Física da USP, por ocasião de nossa participação no projeto PAP (Pessoas que Aprendem Participando) — neste projeto, assistimos às palestras de abertura na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; ajudamos na proposição, formatação e montagem de material de divulgação para um curso a ser oferecido pelo núcleo PAP2 (formado por acadêmicos do Instituto de Química e Instituto de Ciências Biológicas da USP); acompanhamos o referido curso, ofertado no Instituto de Física, e ministramos duas palestras no mesmo instituto (em 16/04/2015 e 24/06/2015).

b) no Conselho Participativo da Subprefeitura Vila Maria-Guilherme-Medeiros (São Paulo, capital), onde realizamos palestra (em 17/11/2014) e aplicamos questionários virtuais e presenciais.

c) no Conselho Ambiental da mesma subprefeitura, também ministrando palestra e propondo questionários.

d) na Escola Municipal Lourenço Filho, distrito Jaçanã-Tremembé (contíguo ao distrito referência), em que ministramos palestra para professores em semana de formação pedagógica e aplicamos questionários presenciais.

e) na Escola Estadual Dr. Justino Cardoso, localizada no distrito referência, na qual ministramos quatro palestras para alunos e aplicamos questionários presenciais.

f) em dois minicursos, um oferecido em 2014 no SEPAC (Serviço à Pastoral da Comunicação), a convite da Ir. Helena Corazza, e outro no Intercom-2016.

As referências empregadas nas interações do Projeto PAP, do minicurso no SEPAC e do minicurso no Intercom, bem como algumas imagens dessas atividades encontram-se nos anexos.

Grupo 12 – Interações complementares (GIC)

Vale observar que o grupo GIC foi criado para agregar contribuições paralelas às obtidas no curso normal da investigação. Trata-se de um grupo pequeno, formado por três leitores de jornal de bairro, cujas contribuições foram recolhidas após nossa interação com o grupo *audiência pública*, ocasião em que se abriu a possibilidade (não prevista, a princípio) de fazer circular nosso questionário virtual no *website* de um veículo informativo local. Como os resultados que vínhamos recolhendo apontavam para uma valorização do jornal de bairro como forma eficaz de comunicar acerca de problemas socioambientais locais, aproveitamos a oportunidade para testar também esse tipo de trânsito discursivo no âmbito da pesquisa, acrescentando os dados à análise geral sem, no entanto, confeccionar sequências de gráficos para este fim. O link para a pesquisa foi publicado junto ao artigo por nós redigido e publicado (a convite) no referido veículo informativo. Imaginamos que das mais de 800 visualizações do texto fosse haver retorno significativo das respostas ao questionário, mas apenas três pessoas acessaram o link e responderam, o que nos leva a conjecturar que seria bom fazer uma experiência também em um jornal de bairro impresso, pois muitos respondentes de outros

grupos assinalaram esta forma de comunicação quando perguntados sobre aquelas que consideravam mais eficazes para a comunicação ambiental local.

Recebemos convite da Srta. Mariana Amud, jornalista da *A Gazeta da Zona Norte*, jornal de bairro impresso, tradicional na região, para a divulgação de projetos futuros envolvendo nossa linha de atuação. Tivemos ímpeto de pedir que fosse publicado o link de nosso questionário virtual também n'*A Gazeta*, porém o receio de que faltasse tempo hábil para tratar volume grande de dados, caso viessem, fez-nos recuar (ao menos temporariamente). Ademais, já estávamos comprometidos com um movimento de moradia cuja representante solicitou pessoalmente (durante reunião do Conselho Participativo) a integração de seus mais de 700 membros à pesquisa (seriam também membros do grupo GIC). Esse era um risco em termos de tempo e volume de informações. Avaliamos as condições técnicas envolvidas na ação; dissemos a ela que conseguiríamos agregar mais 400 (os moradores mais próximos do distrito referência) e preparamos todo o material virtual e físico necessário para a interação. Já tínhamos a data e o endereço ao qual deveríamos nos dirigir, quando então os e-mails de acerto final foram interrompidos completamente e a interação, afinal, não aconteceu. De toda forma, ficam pistas sobre caminhos para a extensão futura das pesquisas voltadas à educomunicação socioambiental urbana: buscar os movimentos de moradia e os jornais de bairro.

7. 3 Do desenvolvimento das atividades com questionários e entrevistas

Nos grupos pesquisados, mantivemos em mira abordagem vinculada à noção de território (SANTOS, 1999; ABRAMOVAY E BEDUSCHI FILHO, 2003; BAIRRO-ESCOLA, 2014), cuja intenção era abrir espaço ao protagonismo discursivo/opinativo dos sujeitos de pesquisa, no sentido sugerido pelos pressupostos educomunicativos (SOARES, 2011; MESSIAS, 2011). Para estimular ainda mais a participação tendo em vista a ideia de pertencimento/identificação (SHIRKY, 2011 e 2012; CASTELLS, 1999; HANSOTTE, 2005; FERRÉS I PRATS, 2014; CARVALHO, 2004; SOUSA, 2006) com os problemas locais, oferecemos aos respondentes um quadro elucidativo acerca das dificuldades socioambientais do distrito referência (FALCÃO, 2013), solicitando-lhes observação atenta antes de responder às nossas indagações:

Figura 60 - Problemas socioambientais do distrito Vila Medeiros e adjacências

Fonte: Falcão (2013)

Principiamos a análise das contribuições considerando as respostas à seguinte solicitação:

Dê uma ou duas sugestões de atividades que poderiam ser desenvolvidas em escolas, instituições religiosas, ONGs, postos de saúde e outras instituições locais, para ajudar os moradores a compreenderem melhor os problemas socioambientais e se interessarem por buscar soluções.

Nos textos-resposta, os sujeitos de pesquisa desse grupo incluíram aspectos relacionados aos mecanismos comunicativo-educativos que buscamos estudar/observar ao longo da trajetória acadêmica, alguns dos quais mantivemos na lembrança ao desenvolver novos modelos de questionários para etapas subsequentes da investigação. Estratégias de campo sobre as quais

vínhamos refletindo antes da aplicação das perguntas, tal como a ideia de oferecer momentos interativos em escolas e outros estabelecimentos da região, também foram mencionadas, entre outras possibilidades sugeridas pelos respondentes:

1. “*Palestras em todas as instituições, principalmente a escola.*” (F., 41 anos)

A sugestão desse tipo de interação repetiu-se entre vários dos participantes e nós a testamos em escolas, conselho participativo, ambiente universitário, conforme se verá mais adiante na descrição e análise dos próximos grupos participantes de nossa investigação.

2. “*Reuniões feitas pelos moradores*”. (F., 41 anos)

Essa resposta (complementação da anterior) sugere a valorização da predisposição dos cidadãos para se organizarem, buscando protagonizar a discussão socioambiental local – uma forma de “deixar agir o comum” (SODRÉ, 2014, p. 9) através da criação de *vínculos* ou *ligação social de ação*, conforme Spink (2002). Tal noção aparece também nos enunciados 3 e 4, proferidos pelos respondentes:

3. “*Projetos de arborização solidária de ruas e áreas [...]*” (R., 36 anos)

A ideia de solidariedade para a resolução de dificuldades socioambientais específicas do distrito referência aparece aqui acompanhada do *modus faciendi* que o respondente considera ideal: a implantação de projetos (embora não mencione quem ou qual/quais instituições ficariam responsáveis por costurar as parcerias necessárias), nos quais as palestras teriam papel importante (conforme também assinala o primeiro participante deste bloco). O respondente assinala igualmente a necessidade de comunicar, durante as palestras, questões objetivas vinculadas aos projetos (custo, benefício, resultados, riscos), revelando um entendimento das questões também do ponto de vista das Políticas Públicas (CALDAS, 2014; SPINK, 2002; MASSARDIER, 2011; HILL, 2006; KINGDON, 2007; SUBIRATS, 2006), embora não tenha havido menção direta a elas. As sugestões remetem a LEROY e SURAUD (2014), os quais, analisando questões socioambientais em diferentes países europeus, concentram-se a) nos *processos* pelos quais o enquadramento de cada questão ambiental é providenciado pelas partes interessadas e b) nas estratégias desenvolvidas para o enfrentamento das dificuldades. Giulio et al. (2015), em ampla revisão de literatura sobre o tema, discutem acerca da *percepção de risco*

na interface meio ambiente, sustentabilidade e saúde pública (*risco* foi tópico lembrado por um respondente), diretamente ligada a variáveis sociais e culturais em jogo nas arenas políticas, tais como os efeitos da comunicação e a confiança dos indivíduos nas instituições responsáveis pela regulação e gerenciamento do risco, entre outros fatores.

4. “[...] *palestras demonstrando objetivamente os resultados que podem ser alcançados com o projeto [sugerido em 3 pelo morador], seus custos e benefícios, bem como o cenário atual e sua perspectiva de agravamento caso [...] não seja implementado.*” (R., 36 anos)

Os enunciados 5 e 6 (abaixo), especificam o *tipo de parcerias* (mencionado por SPINK, 2002) de algum modo imaginado por outros respondentes e o enunciado 7 aponta a necessidade de *atividades extramuros* para estimular a aprendizagem da dinâmica socioambiental e do respeito à natureza (o que corresponde à simpatia manifestada por diversos grupos de respondentes do questionário quanto a atividades desse tipo, fator analisado mais adiante).

5. “*Fazer parcerias com as escolas para incluir o tema em reunião de pais e também no desenvolvimento de atividades com as crianças. Assim como inserir o assunto em missas, cultos e reuniões religiosas.*” (A., 34 anos)

6. “*As escolas poderiam, em conjunto com a prefeitura, tomar conta das praças ou novas praças; as igrejas poderiam receber instruções de silêncio.*” (N/I²¹², 29 anos)

7. “*Aulas e visitas monitoradas das escolas em parques, jardim botânico, planetário poderiam abrir a mente das crianças sobre a dinâmica e respeito à natureza.*” (A., 51 anos)

Vários dos discursos coletados demonstram que os respondentes sentiram-se à vontade para participar da pesquisa sugerindo atividades específicas em favor de melhorias ambientais a serem desenvolvidas em/por instituições locais. Nossa intenção ao perguntar de forma aberta foi, reiteramos, oferecer oportunidade para participar sem limitação de espaço de fala/escrita, a fim de observar, nesse grupo, entre outras variáveis, o “*empowerment* comunitário” (CARVALHO, 2004) e a emergência ou não da assertiva de Jacobi (2000 e 2008), segundo a qual as pessoas participam se perceberem que têm uma função no processo. Oferecer sugestões práticas para solucionar problemas parece ser, nesse grupo, uma “função no processo” bastante

²¹² Nome não informado.

estimulante para criar o “*empowerment* comunitário” — todos os respondentes preencheram o espaço disponível com suas sugestões. Mais respostas continuaram a indicá-lo:

8. *“Nas escolas — nas aulas de Ciências ou Biologia; ensinar as crianças a plantar uma muda de árvore, criar uma horta no quintal ou na varanda de casa etc. Levar as crianças para a vida prática, pois absorvem melhor o conteúdo e tendem a não esquecer nunca mais. A atitude chamará a atenção dos pais, que podem divulgar aos demais conhecidos do bairro.” (G., 34 anos)*

9. *“Em escolas, poderia haver as disciplinas [que citei acima] e passeios em que se colocassem os alunos em atividades práticas ligadas ao plantio e cuidados com o solo; nas igrejas, poderia haver informes regulares sobre os conselhos participativos e as palestras socioambientais; nos postos de Saúde, ao se prover remédios à população, poderiam ser colocados nestes informações sobre doenças causadas pela poluição e como preveni-las. (A., 18 anos)*

10. *“Para adolescentes, poderiam ser realizadas palestras nas escolas, com dinâmicas que simulassem uma eleição para conselheiros ambiental, de saúde e segurança. Cada candidato deveria apresentar suas propostas, em busca da maior quantidade de votos. Adolescentes costumam ser criativos e competitivos, logo, entrariam ‘de cabeça’ na dinâmica. A partir daí, começariam a divulgar a experiência em suas redes sociais, de forma que a mensagem chegaria a um número maior de pessoas [...]” (G., 34 anos)*

O enunciado 8 sugere contato com a experiência concreta, a vida prática, apontando para formas que hoje são consideradas alternativas emergentes, como a horta (que no caso das grandes cidades esbarra na dificuldade em obter espaços livres para esse fim, mas assim mesmo tem avançado). Tais formas lembram as propostas decrescentistas e nowtópicas (D’ALISA, DEMARIA e KALLIS, 2016; LATOUCHE, 2009). Os enunciados 8, 9 e 10, além de oferecerem sugestões práticas de aprendizagem socioambiental nas escolas e igrejas, revelam preocupação com duas frentes em especial:

I) *A questão comunicacional em si*: divulgar a experiência de filhos para pais e também por redes sociais são vistos como interfaces produtivas. A primeira correlacionada à

conversação²¹³ (MATOS, 2009; MARQUES E MAIA, 2008; FALCÃO, 2013) e a segunda, ao emprego das tecnologias eletrônicas de comunicação. Felice, Torres e Yanaze (2012, p. 22) creem na existência de “uma relação estreita entre a cultura comunicativa que se difundiu após o advento das redes digitais e a difusão contemporânea de uma nova sensibilidade ecológica generalizada [...]”. Alguns respondentes ofereceram mais sugestões ligadas ao mundo digital:

11. “[*criar*] Um canal online.” (F., 41 anos)

12. “*Seriam criados jogos interativos sobre saúde e socioambientais entregues em tablets nas escolas, postos de saúde e utilizados pelos alunos, clientes em espera de consulta no SUS e ONGS. Se necessário, haveria ajuda de professor ou funcionário para maximizar o entendimento das atividades digitais.*” (A., 51 anos)

Nessas propostas, destaca-se a valorização das tecnologias digitais (SHIRKY, 2011 e 2012) e a gamificação²¹⁴ como forma de incentivo ao cidadão, conquanto os respondentes não tenham abordado aspectos operacionais tais como: quem seriam os responsáveis pelo canal e pela aparelhagem, pela atualização dos *softwares*, manutenção do *hardware*; quais seriam as formas de controle para que equipamentos de pequeno porte não fossem danificados ou subtraídos, quais seriam as estratégias de treinamento e o custo de funcionários/professores para auxiliar nas interações. Não tendo sido este o foco da pergunta, não se poderia aguardar, naturalmente, esse grau de detalhamento, mas é possível imaginar um enfoque nesse sentido em futuras pesquisas, como mais um mecanismo gerador de “função no processo” (JACOBI, 2000 e 2008).

Há, também, um contraponto a destacar acerca da relação mundo cibernético-questão ecológica/ecosófica: nossos resultados acerca da comunicação digital para a promoção da sensibilização socioambiental no distrito referência (FALCÃO, 2013) indicaram ‘descrença digital’ entre moradores. À época da investigação (2011-2013), a internet foi citada como fonte de informação sobre assuntos locais de meio ambiente, porém a maioria dos respondentes afirmou que essas informações não geravam sensibilização/proatividade entre os cidadãos²¹⁵.

²¹³ Falcão (2013) apurou, com base em estudos de Matos (2009) e Marques e Maia (2008), que a conversação é a principal forma de conhecimento sobre fatos locais relativos a meio ambiente para os moradores do distrito referência, quando se trata da categoria “mediadores individuais diretos”.

²¹⁴ O conceito de gamificação tem sido difundido como estratégia comunicativo-educativo para uso em ambientes formais/não formais e informais de ensino. Um exemplo desse trabalho aplicado ao campo nutricional tem sido desenvolvido pela Companhia Nestlé, conforme nos relatou, durante o trabalho de campo, uma das alunas participantes da interação com o grupo universitários e participante no projeto da referida companhia.

²¹⁵Essa questão, que apareceu novamente na atual pesquisa, foi levada a discussão com o grupo Universitários.

Em uma das indagações de nosso questionário envolvendo possibilidade de escolha relacionada ao uso de rede social digital para discutir problemas ambientais, notamos em vários grupos que essa escolha não prevaleceu, como se verá adiante.

II) *A aprendizagem acerca de mecanismos democráticos e políticas públicas que facultem uma participação mais qualificada do cidadão.* Trata-se de promover o “*empowerment* comunitário” sobre o qual argumenta Carvalho (2004, p. 676), a fim de suscitar a construção de estratégias de controle/eficácia política, promoção de justiça social, melhoria da qualidade de vida, aumentando a capacidade dos cidadãos de definir/analisar/atuar sobre os problemas que lhe dizem respeito.

Para Matos e Nobre (2014), é urgente promover um aprendizado (nas escolas, inclusive e principalmente) que possa alçar o cidadão a um patamar mais elevado no exercício de suas habilidades parlamentares civis — a fim de que, como afirma Sérgio Resende Carvalho (2004, p. 676), o “*empowerment* comunitário”, pensado como “conceito e estratégia política”, ganhe forças. Isso permitirá, segundo este último autor, a promoção de uma ordenação societária cujos vínculos sejam mais justos, com ações interventivas contrapostas a imposições regulatórias/gestionárias afastadas dos objetivos de equidade. De acordo com Brulle (2010, p. 93-94, trad. nossa), importa “promover intencionalmente a capacidade reflexiva da sociedade global para aumentar sua aprendizagem social e habilidade transformadora”, de forma a engajar cidadãos promovendo o “desenvolvimento de autointeresse esclarecido e uma conscientização acerca dos interesses comunitários de longo prazo”.

Surgiram também, entre as respostas, sugestões vinculadas a meios físicos concretos mais pontuais, pelos quais os respondentes acreditam ser possível viabilizar a proatividade cidadã, o que nos levou a refletir sobre os modos segundo os quais os sujeitos de pesquisa interpretam a ideia de *conexão para participação via instituições/entidades do bairro* e também sobre como poderíamos construir questões fechadas (para aplicação nas fases seguintes da pesquisa) que incluíssem tanto aspectos gerais quanto aspectos mais específicos dessa interface:

13. “*Carreata da conscientização, percorrendo cada local e ruas, chamando a todos os moradores na responsabilidade pela nobre causa.*” (P., 53 anos)

Nessa proposta, vemos um viés importado das estratégias comerciais populares de venda porta a porta e também das campanhas eleitorais, com a sugestão de adaptação ao trabalho socioambiental — que na concepção do respondente poderia, portanto, ser efetivado através de comunicação direta. No enunciado seguinte, constatamos que as sugestões englobam o eixo do pertencimento, da corresponsabilização, das ações comunicativo-educativas comunitárias:

14. *“Desenvolver oficinas em eixos do ‘pertencimento’, ‘comprometimento coletivo’ e ‘cidadania.’”(J. R., 59 anos)*

Trata-se de categorias fundamentais tratadas, conforme visto em nosso referencial teórico, por Marques e Maia, 2008; Matos, 2009; Loureiro, 2004; Martín-Barbero, 2003; Sousa, 2006, Jacobi, 2000 e 2008 e outros — sem as quais o trabalho socioambiental não encontra sustentação. Essas categorias também apareceram em discussão na rede social *Facebook* por nós registrada por ocasião da eliminação de árvore centenária em empreendimento imobiliário na cidade de São Paulo, no capítulo terceiro desta tese, e igualmente emergiram nas sugestões dos grupos pesquisados via questionário presencial.

Perguntados especificamente sobre formas de comunicação consideradas eficazes para comunicar questões socioambientais e promover discussões/proatividade entre moradores, os respondentes do grupo 1 sugeriram providências coadunadas aos discursos por eles construídos na questão anterior para compor suas sugestões de atividades nas escolas/instituições da região²¹⁶. O conjunto das respostas constituiu breve mosaico dialógico, dado a conhecer na sequência abaixo:

²¹⁶ Dois respondentes se desviaram do cerne da questão, por isso não incluímos aqui suas respostas.

Figura 61 - Fala 1, G., 34 anos, grupo IQA

Na primeira fala observamos um paralelo com atividades do Estudo do Meio (PONTUSCHKA, 2011 e 2013), que busca registrar de todas as formas possíveis a realidade em foco numa determinada área geográfica, incluindo seus aspectos positivos e negativos. A menção a criar “cartazes” com esse tipo de registro para incentivar as pessoas a “fazerem sua parte” indica valorização da tecnoimagem (SOUZA e SILVA, 2014) como elemento matricial nas atividades comunitárias voltadas ao âmbito socioambiental. Na segunda fala, observamos sugestões focadas em sensibilização/conscientização dos comerciantes e/ou através de diálogos com os clientes, focados na divulgação de boas práticas ambientais em favor de um cenário futuro menos problemático. O comércio de bairro é visto por vários dos grupos pesquisados como mediador comunicacional significativo no que tange aos elementos que podem compor a comunicação comunitária (PERUZZO, 2009).

Figura 62- Fala 2, P., 53 anos, grupo IQA

Na fala acima, notamos a valorização da comunicação inspirada tanto nas campanhas políticas quanto na estratégia de venda porta a porta na qual alto-falantes anunciam o produto (“pamonha”, “30 ovos”, “bolachas de Joanópolis”, “pizza de dez”²¹⁷, entre outros). A panfletagem também é sugerida pelo respondente; entretanto esta forma de comunicação foi preterida pela maioria dos grupos pesquisados, como se verá adiante. Dois aspectos sociopolíticos importantes aparecem nessa fala: a ideia de que a comunicação deve ser feita por “pessoas conhecidas do bairro” (o que reforçaria a adesão às propostas por meio da identificação comunitária) e o elevado índice de disposição para as ações comunitárias representado pelo oferecimento de seu próprio trabalho para concretizar as sugestões oferecidas. Este discurso tipifica um nível de engajamento acima da média, mais encontrado em líderes comunitários – e esta fala pertence, de fato, a um líder comunitário local.

Figura 63- Fala 3, F., 41 anos, grupo IQA

Nesta fala, percebemos a reflexão subdividida em três camadas de pensamento: a primeira coteja as informações dadas na lista de dificuldades socioambientais do distrito e conclui que nem todos os itens listados atingem o bairro onde mora a respondente; a segunda camada propõe um canal virtual para alertar os moradores sobre os problemas que existem de fato e a terceira sugere interação presencial por meio de reuniões. Entre os demais respondentes de nossos questionários não houve a sugestão de que um “canal virtual” fosse criado, todavia surgiram menções várias ao uso dos meios digitais no que tange à resolução de mazelas socioambientais do território. Notou-se, também, grande variação na maneira de encarar o uso

²¹⁷ Chamadas bastante populares nos bairros periféricos, feitas por comunicação direta ou gravada, transmitida por equipamentos sonoros acoplados a veículos.

da internet/das redes para essa finalidade, conforme se verá à medida que analisarmos as contribuições dos demais grupos participantes deste estudo.

Figura 64 - Fala 4, A., 18 anos, grupo IQA

Neste conjunto de proposições, notamos novamente a sugestão de produzir ações interventivas associando saúde e problemas ambientais, sobretudo no que diz respeito ao enfoque relativo à redução do tempo de vida (a morte em aceleração) conectado à ação de descartar o lixo. A televisão, veículo massivo, é vista também como um vetor de comunicação local (e isso foi encontrado nas respostas de diversos outros sujeitos de pesquisa) que pode interferir, segundo o participante, na mudança de hábitos relativos ao uso de automotores e à reciclagem. Essa interferência já é bastante sentida através de programações específicas nas redes, embora o horário nobre em TV aberta ainda não tenha tido a honra de prestar-se com mais vigor a essas intervenções, salvo em situações esporádicas.

Este respondente propõe *disciplinas* nas escolas para a discussão de urbanização, consumo e más práticas ambientais na extensão rural, urbana e silvestre. Embora muitos teóricos asseverem que a Educação Ambiental não deva ser trabalhada como uma disciplina no ensino básico, a exemplo de Sorrentino e colaboradores (2005), para não compartimentar ainda mais os saberes e torná-los estanques, pensamos ser importante avaliar a proposição de “disciplinas abertas”, ou “transdisciplinas” que possam catalisar de maneira inter e transdisciplinar os esforços oriundos de diversas comunidades aprendentes (escola, universidade, instituições religiosas, instituições governamentais e não governamentais, imprensa etc), conforme sinalizamos no capítulo quarto desta tese. Algo como a *educomunicação socioambiental* proposta como projeto permanente ao qual professores, funcionários, estudantes, famílias e comunidades do entorno escolar (setor de comércio,

serviços, indústria, religiosos, filantrópicos não religiosos, entre outros) pudessem agregar-se tendo em vista a ação socioambiental proativa sobre o território comum. Para esse fim, contribuem as orientações da nova Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), principalmente as estratégias propostas no eixo Ciências da Natureza, tratadas no capítulo sétimo de nosso referencial teórico, e sintetizadas em quatro movimentos básicos coadunados ao fazer científico: 1) definição de problemas; 2) levantamento, análise e representação; 3) comunicação e 4) intervenção. Essa lógica quadrangular está presente tanto no Estudo do Meio, quanto no Projeto Bairro-Escola e no projeto PAP, cujas estratégias temos rememorado como exemplos bem-sucedidos de ação sobre o território.

Os parâmetros do Estudo do Meio (PONTUSCHKA, 2011 e 2013) associados aos parâmetros do projeto PAP (SORRENTINO et al., 2005; SGA, 2014), do projeto BAIRRO-ESCOLA (2014) e a aportes teóricos múltiplos que propõem olhares em diferentes direções (conforme os reunidos para a composição de nosso arcabouço teoria-práxis), somados a um novo vocabulário para enfrentar a ecocrise, a exemplo daquele aventado por D’Alisa, Demaria, Kallis (2016), reúnem algumas características fundantes para balizamento educacional centrado na dialogia multirreflexiva²¹⁸ exigida no processo.

Figura 65- Fala 5, A., 34 anos, grupo IQA

²¹⁸ Por *dialogia multirreflexiva* entendemos os processos de diálogo multilaterais e simultâneos. Lima (2015) traduz a ideia da multirreflexividade contida no conceito de arco reflexo discutido pelo educador John Dewey nos seguintes termos: entende-se a comunicação não a partir de uma relação causa-efeito no estilo behaviorista, mas como “um processo multirreflexivo dinâmico e circular, em que a fonte de estímulos é também de respostas e a de respostas, de estímulos” (p. 43). Lana et al. (2015) completam: “Tendo em vista o campo da comunicação, entendemos que as práticas comunicacionais podem ser compreendidas como um processo em que o expressar e o expresso se constituem mutuamente, em ações orientadas pela lógica da interação” (p. 144).

Esta contribuição retoma a ideia de um trabalho presencial, pontual e contínuo (o porta-a-porta), para em seguida sugerir a multiparceria com instituições locais, incluindo as religiosas. Agregamos nos questionários para os demais grupos a menção a diversas instituições locais, a fim de verificar a valoração conferida a cada uma como parte do processo comunicativo-educativo territorializado sobre a problemática socioambiental urbana.

Figura 66 - Fala 6, A., 51 anos,
grupo IQA

1- panfletos de conscientização ambientais poderiam ser entregues juntamente com as contas de água e luz 2 - mensagens por sms entregues com frases curtas de esclarecimentos socioambientais (frequência semanal para não aborrecer o cliente) 3 - propagandas em TV e rádio com inserções curtas em horário nobre com esclarecimentos de saúde e socioambientais (um tema por semana) 4 - propaganda nas laterais internas e externas em ônibus, taxis, metrô com dizeres curtos formatados por empresas de marketing 5 - tv minuto do metrô com matérias esclarecedoras de saúde, meio-ambiente e outros 6 - legalização de outdoors digitais ambientais com temas diversos e com matérias semanais em vias urbanas de grande circulação 7 - no início e intervalo dos jogos de futebol os telões de led poderiam ser usados para inserções rápidas socioambientais 8 - a voz do Brasil e o horários dos partidos políticos também teriam inserções com mensagens de saúde e socioambientais.

Esta contribuição remete a um projeto integrado de comunicação em moldes mais amplos, extrapolando a ideia da comunicação socioambiental local, talvez enxergando-a como parte de um sistema híbrido emergente no qual o aqui e o ali podem ser “vivenciados” simultaneamente, entrecruzados no mundo virtual-real, e desse modo compor ações simultâneas também no plano socioambiental urbano — porém com intensidade maior, a fim de que os resultados sejam visíveis em curto e médio prazo.

Tais ações dependem, em sua maior parte, da adesão de parceiros (sobretudo econômicos) dispostos a abraçar as causas sustentáveis para além do *greenwashing*²¹⁹ — o que algumas determinações legais ajudariam a cumprir. Daí a importância de ampliar discussões sobre o ordenamento jurídico nesse âmbito.

²¹⁹ Annie Leonard (2011) lembra que o *greenwashing* (lavagem verde, ao pé da letra) é uma prática por meio da qual “empresas fingem reduzir resíduos, ou alardeiam restrições que na verdade são mínimas somente para melhorar a imagem de seus negócios” (p. 195).

Figura 67- Fala 7, R., 36 anos,
grupo IQA

Entendo que no Distrito de Vila Medeiros existe heterogeneidade de moradores, ou seja, com maior e menor poder aquisitivo, educação, bem como conteúdo cultural; dessa forma, acredito que a comunicação deve ser elaborada e executada levando em conta os fatores acima descritos. Por conseguinte, sugiro:

- 1) Divisão da comunicação em 03 etapas: planejamento, divulgação e execução (respeitando o cenário descrito acima);
- 2) Engajamento dos moradores no planejamento através da formação de equipes multidisciplinares e multiculturais (diversas faixas etárias, experiências e conhecimentos (pessoais e profissionais));
- 3) Conscientizar previamente os eventuais "dealers" de informação que aderirem ao projeto (comerciantes, prestadores de serviço, líderes comunitários e religiosos (sem distinção e/ou preconceito));
- 4) Após os debates, definição de responsabilidades e início da execução do Projeto, acredito que a elaboração de faixas, criação de um site, busca por eventuais patrocinadores (do bairro e externos) traria maior divulgação e engajamento dos moradores e voluntários participantes.
- 5) Informar os órgãos públicos responsáveis (ex. subprefeitura).

O discurso deste respondente revela atenção especial aos aspectos metodológicos inerentes a ações comunicacionais integradas abrangendo moradores, poder público e demais envolvidos. É externalizada a preocupação prévia com os aspectos culturais e econômicos heterogêneos da população residente, razão pela qual sugerem-se frentes de ação diversificadas que possam convergir entre si. A visão organizacional predomina nesse texto em que o passo a passo é descrito de maneira concatenada, configurando uma espécie de pré-projeto comunicativo-educativo cujo sucesso depende de sincronia entre atores sociais, a ser promovida por equipe(s) “multidisciplinares e multiculturais”. Embora sejam parte do cenário ideal, nem sempre tais equipes são facilmente mobilizáveis para ações socioambientais envolvendo a população de áreas nas quais sequer aflora a preocupação com as dificuldades ambientais. Daí a importância de que actantes com maiores possibilidades de trabalhar em favor de engajamento coletivo detenham também bons conhecimentos de comunicação, educação e políticas públicas desenvolvidas em cenário *bottom-up* (SORRENTINO et. al, 2005).

Entre os moradores que responderam a essa questão, houve, como se pôde constatar, a proposição de uma multiplicidade de encaminhamentos, tanto de ordem operacional propriamente dita quanto de ordem organizacional — mais ampla (KUNSCH, 2015), e/ou voltada à comunicação comunitária integrada à vivência concreta no território (PERUZZO, 2009). Em vários depoimentos, notou-se a menção ao papel da escola como elemento mediador para a promoção de sensibilização socioambiental. Gómez (2014) propõe aproveitar a grande convergência proporcionada pelos estabelecimentos de ensino para reforçar a cultura participativa dos jovens (via multitelas²²⁰) e isso poderia aprofundar-se, acreditamos, no

²²⁰ Trata-se da convergência representada pelo uso de várias telas ao mesmo tempo: celular, tablet, televisão etc. (Recentemente, essa ideia foi aproveitada pela operadora NET para a publicização do serviço *NOW*, lançado com proposta de acesso a várias

tangente à problemática socioambiental. Entretanto, observamos ao longo de nossa trajetória de campo que, em linhas gerais, as escolas costumam trabalhar/afirmam trabalhar questões socioambientais com seus alunos, porém muitas daquelas que se abriram a pesquisas anteriores (em Educação e em Comunicação/Educação, por nós realizadas via questionários presenciais) fecharam-se ao receber a proposta de que uma palestra fosse ministrada para os alunos sobre a relação meio ambiente, território, comunicação-educação ou, no caso de uma delas, para um curso ofertado aos docentes. No intuito de estimular o interesse dos estudantes, propusemos transpor para linguagem acessível aos mais jovens a pesquisa acadêmica a respeito e trabalhamos na redação de uma proposta inicial para avaliação dos coordenadores de diversas escolas do distrito base. Obtivemos adesão baixíssima dos coordenadores locais a esse tipo de interação, apesar de sabermos que muitos deles costumam ter boa vontade com os pesquisadores. Isso remete a Loureiro (2011), quando pondera sobre a ausência de grandes transformações na realidade socioambiental verificada no entorno escolar, mesmo com o desenvolvimento de projetos sobre sustentabilidade (que — a bem da verdade — pouco logram, em sua maioria, ultrapassar os muros da escola). Existe aí, seguramente, brecha a ser explorada pela universidade no sentido de assegurar sua participação na reversão desse quase isolamento dos estabelecimentos de ensino básico no tangente à relação com seu entorno e no que se refere à tipologia das atividades ditas ‘ambientais’ no interior dos recintos educadores.

A experiência interativa com o grupo 1 (IQA) mostrou que a maioria compreendeu bem as perguntas e se dispôs a digitar suas opiniões, tendo devolvido o formulário em menos de uma semana. A observação da interação e a análise das contribuições, bastante diversificadas (mesmo com número reduzido de respondentes), reforçou em nós a percepção de disposição de ânimo dos moradores pesquisados para o exercício da cidadania por meio da tessitura de seus próprios discursos, digitalizando-os em espaços amplos. A atividade transcorreu sem que o respondente tivesse preocupação, portanto, com extremas sintetizações discursivas, mantendo o foco apenas no discurso a ser tecido para externalizar seus pontos de vista. Essa atividade demonstrou, em linhas gerais, percepção dos participantes acerca dos sete eixos da comunicação ambiental (COX E PEZZULLO, 2016) — os quais envolvem todos os tipos de comunicação interpessoal, grupal, pública, mediada (RIBEIRO, 2004) — para a composição

telas simultaneamente. A propaganda “lançou” também o verbo *multitelar*. “Com o lançamento, agora os “NETs” – como são chamados os clientes da operadora – podem assistir à programação da TV a cabo também no computador, tablet e smartphone. A ideia é que conteúdos como programação ao vivo, séries, lançamentos de cinema e desenhos para a criançada possam ser acessados em todas as telas, garantindo a melhor experiência multitela ao cliente.” — explica o site <http://www.minhaoperadora.com.br/2017/06/net-lanca-comercial-sobre-conceito-multitela.html>). Ver também o vídeo: <https://youtu.be/qbLUGPQ4ZQw>.

do debate social sobre as questões que lhe são concernentes, conforme observou Meisner (2015).

Buscando alargar nossa compreensão sobre os trânsitos discursivos conectados à discussão promovida a partir da interação com o grupo IQA, sobretudo acerca de preferências comunicacionais dos participantes para “criar uma agenda socioambiental local”, partimos em busca de um número maior de respondentes, mantendo ainda a interação no plano digital. Ampliamos o número de questões, aproveitando dados das interações com o grupo inicial, aportes teóricos adicionais e experiências dialógicas vividas no projeto Pessoas que Aprendem Participando (PAP-USP, 2014).

Indagados sobre a presença de problemas socioambientais no bairro/na cidade onde residem, 64% dos sujeitos de pesquisa do grupo RDP (redes digitais de pertencimento) afirmaram que sim, eles existem; 28% não souberam dizer e 8% consideraram que não há problemas ambientais no espaço geográfico em que moram, conforme gráfico ao final deste bloco analítico. No grupo VST, reduziu-se o percentual dos que afirmam haver problemas (41%) enquanto aumentou para 38% o percentual dos que não souberam dizer (coincidindo este valor com o do grupo UN) e para 21% o percentual dos que afirmaram não haver problemas. Quanto a esse item, acusando 0% para os universitários (UN) e para os conselheiros (CON), indica que estes foram os únicos dentre os grupos para os quais se propôs a questão em que a ausência total de problemas não aflorou. Porém, no caso dos universitários, o percentil de 38% *não sei dizer* (contra 1% dos conselheiros) contribui para constataremos certo distanciamento desse público em relação à percepção ambiental do entorno de suas moradias. O mesmo ocorre com os grupos VST e RDP, cujos percentis de *não* e *não sei dizer*, somados, alcançam 59% para VST e 36% para RDP.

Ainda assim, prevalece entre todos os grupos investigados a percepção de que há problemas ambientais/socioambientais em seus bairros e cidades, com valor proporcional maior para o grupo dos conselheiros (CON) — o que pode ser considerado resultado previsível, se levarmos em conta que os membros desse grupo são, quase sempre, aqueles com mais disposição para a interação institucional com o poder público, em busca de melhorias/soluções/auxílio para resolver problemas de sua comunidade. Entre estes, também estão, decerto, aqueles cuja intenção maior é, além de cobrar as autoridades, oferecer contribuições pessoais para um trabalho integrado — lembrando a esfera da gratuidade de Ariès (2013). Juntam-se para fazerem ecoar as vozes coletivas, buscando a ressonância (ROSA, 2013, 2016), conquanto a) sejam número muito reduzido em relação ao percentual daqueles que percebem os problemas e b) enfrentem dificuldades para fazer ouvir suas vozes, como alguns

nos relataram *in off* durante as incursões em campo [fator relacionado à trindade da voz mencionada por Senecah (2004)].

O intuito da pergunta foi também mapear o que o meio físico circundante comunicava aos respondentes no momento da investigação, com base em sua percepção de “problema ambiental” (PEZZULLO, 2016; MAZZOTTI, 1997).

Figura 68 - Percepção de problemas ambientais/socioambientais no bairro

Uma visão mais geral dos resultados para os grupos RDP, VST, UN e CON permite observar que a maioria dos respondentes nota a existência de inconformidades ambientais/socioambientais em seu bairro, o que podemos considerar indicador de um estado de atenção importante com relação ao seu entorno; esse mesmo estado de atenção parece não ocorrer entre os que declararam *não saber dizer* se há ou não problemas desse tipo onde moram. Tal resultado pode ter relação com diversos fatores: pouco tempo de residência na região; pouco tempo de permanência no lar/no bairro, circulação reduzida no entorno (opção por dirigir veículo ao transportar-se), o que pode influenciar notadamente a ausência de observação (conforme o conceito de alienação explorado por Rosa, 2013 e 2016). A percepção, nesse caso, poderia estar prejudicada pelos efeitos da aceleração temporal (ROSA, 2013 e 2016). Outras

possibilidades seriam a) concepção parcial/singularizada do que seja um *problema ambiental* conforme o grupo social/esfera de pertencimento (MAZZOTTI, 1997); b) o fato de essa concepção ser resultante das “imagens do planeta” e das “informações que recebemos dos amigos, blogs, mídia, professores, ou filmes populares” (PEZZULLO, 2016, pp. 1 e 2) — os quais podem gerar apreensão seletiva das informações ofertadas pelos meios de comunicação de massa (estes não raro sustentando o sistema ecodestrutivo) e outras fontes informativas, como lembram o Papa Francisco na Encíclica *Laudato Si'* (IGREJA, 2015) e Phaedra Pezzullo (2016), entre outros autores. Além desses aspectos, Pezzullo (2016, pp. 1 e 2) menciona o papel singular de nossa linguagem, das nossas imagens visuais e das formas segundo as quais interagimos com os outros (a alteridade é peça-chave, consoante BAUMAN, 2004; CRAIG e MULLER, 2007; RUIZ, 2008; CONTRERA E BAITELLO JR., 2010; WOLTON, 2011; MARCONDES FILHO, 2014) — variáveis que, em conjunto, “influenciam nossas percepções mais básicas do mundo e o que entendemos ser ‘um problema’ ambiental em si”.

Quanto àqueles que consideram inexistirem problemas, possivelmente se encaixam em um dos estágios/estados que acabamos de mencionar ou residem em região bastante favorecida do ponto de vista socioambiental, o que, de todo modo e em se tratando em maioria de respondentes da metrópole paulistana — prenhe de inconformidades —, representa alguma distorção interpretativa. Entretanto, dada a quase onipresença das dificuldades nesse âmbito em todo o globo, pode ser, também, que os que responderam *não* e *não sei dizer* não disponham de informações/critérios precisos para fazer afirmações quanto à inexistência de dificuldades socioambientais²²¹, ou, ainda, tenham empregado uma estratégia para evitar a resposta à próxima pergunta, na qual os participantes foram convidados a listar em *resposta aberta* o que consideravam problema ambiental/socioambiental em seu bairro. Esta pergunta foi feita para os grupos RDP, VST, UN, CON e GIC.

Elaboramos uma categorização manual dos discursos — sugerida por Tarozzi (2015)²²² — em que organizamos os dados segundo grupos de palavras/formações discursivas oferecidas pelos participantes durante o processo de resposta. Deixamos explicitado o fato de que não

²²¹ Em sendo este fator relacionado diretamente à qualidade das informações recebidas (ou não) e à sua interpretação, cabe reforçar a assertiva sobre quanto é urgente promover “desconstrução crítica do uso interessado da mídia na produção de ilusórios sentidos para a vida”, consoante a análise que Junqueira (2015, p. 7) faz de um dos capítulos da Encíclica *Laudato Si'* (IGREJA, 2015).

²²² TAROZZI, Massimiliano. *Grounded Theory* – compreendendo as práticas de codificação. Palestra proferida na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 24 mar. 2015.

estamos trabalhando com a *Grounded Theory* (utilizada pelo professor Massimiliano Tarozzi²²³) como método de pesquisa, mas apenas empregando, adaptada, uma sugestão de organização de dados ouvida em palestra do docente na ECA-USP. Trata-se, pois, de escolha pontual para o tratamento inicial das informações contidas nesse bloco, por acreditarmos que faz sentido organizar manualmente os dados quando se deseja entender nuances das respostas coletadas. As palavras empregadas foram contabilizadas uma a uma e agrupadas utilizando-se um sistema de cores, para definir blocos de significação nos quais fosse possível perceber inter-relações.

Cabe uma nota sobre a diferença de planejamento na abordagem dos grupos quanto a esse tópico: para o grupo amarelo (IQA), não perguntamos *se havia problemas*, mas sim fornecemos *uma lista de problemas ambientais detectados em pesquisa pregressa*, para que o morador tecesse sugestões a partir desse estímulo; para os demais grupos, que incluíam *não moradores* do distrito referência, trabalhamos com uma pergunta aberta, deixando que os respondentes listassem o que consideravam problema ambiental/socioambiental em seu território.

Nesta categorização manual, portanto, transcrevemos vocábulos/expressões/ideias empregadas pelos respondentes para indicar quais problemas ambientais identificaram em seu bairro/sua cidade, com o intuito de mapear a) *o que o seu meio físico lhes comunicava no momento da pesquisa e como isso era traduzido em seu discurso*; b) *quais as extensões de pensamento voltadas às políticas públicas e à comunicação-educação socioambiental*. Procuramos aclarar as correlações entre ideias na fala dos participantes: as nuances aplicadas às células (nalguns dos quadros a seguir) representam a maneira pela qual as problemáticas centrais apontadas foram associadas entre si ao longo das respostas. Nota-se predominância de referências a sete eixos: 1) Lixo; 2) Poluição; 3) Arborização/áreas verdes urbanas (problemas); 4) Movimento das águas (problemas); 5) Urbanização-precarização ambiental; 6) Moradia e Vulnerabilidade e 7) Espaço Urbano e Mobilidade. Passamos agora a analisá-los mais de perto, incluindo os quantitativos das menções:

²²³ Professor titular da Universidade de Bologna (Itália), departamento de estudos de qualidade de vida. Leciona educação geral e educação de cidadania global, com ênfase em métodos qualitativos.

Figura 69 - Problemas ambientais/socioambientais no bairro (1), na visão dos respondentes - eixo 1

EIXO 1 - LIXO				
LIXO/DEJETOS/ACÚMULO/LIXÕES 63	ENTULHO/ ENTULHO JOGADO NAS RUAS/ACÚMULO 11	DESCARTE/DESPEJO IRREGULAR/INCORRETO/ EM ÁREAS PROIBIDAS/ EM LUGARES INAPROPRIADOS/ 26	VIAS PÚBLICAS/PRAÇAS/ RUAS/ LOGRADOUROS (COM PROBLEMAS) 9	QUEIMA 1
RESÍDUOS SÓLIDOS/RESÍDUOS/ INSERVÍVEIS/RESÍDUOS SÓLIDOS DESCONHECIDOS 6	MÓVEIS NA RUA 1	PVDRs (PONTOS VICIADOS DE DESCARTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS) 4	CONDUTA - JOVENS (LIXO-PRAÇAS) 2	CUSTO LIMPEZA- CONSCIENTIZAÇÃO 1
COLETA SELETIVA - FALTA/PROBLEMAS 13	COLETA DE ÓLEO, FALTA DE 1	COLETA PILHAS E BATERIAS, FALTA DE 1	MORADORES MISTURAM ORGÂNICOS E RECICLÁVEIS 1	POLÍTICAS PÚBLICAS AUSENTES 1
RECICLAGEM - PROBLEMAS 2	CARROS ABANDONADOS 2	LIXEIRAS AUSENTES/ QUEBRADAS/ INSUFICIENTES 7	CAÇAMBAS AUSENTES 1	TERRENOS BALDIOS/ ABANDONADOS/ SUJOS 4

Fonte: elaboração da autora

No eixo 1 – *Lixo*, o maior número de menções foi à própria palavra (no grupo majoritário, RDP, foram 46 menções ao vocábulo, estando as outras 17 distribuídas entre os demais grupos - VST, UN, CON e GIC). Em seguida são citados aspectos correlacionados: descarte irregular; falta/problemas de coleta seletiva; lixeiras quebradas/ausentes/insuficientes; entulho; terrenos baldios/abandonados; inconformidades nas vias públicas e praças, como queima de lixo, entre os outros já citados, com destaque para a questão do descarte irregular: somando-se todos os demais itens conectados a essa ideia-chave, temos 57 menções ao total. Preocupações com a coleta seletiva (sua falta ou impropriedades a ela relacionadas, como falhas no processo de reciclagem e atitudes inadequadas dos moradores quanto à separação do lixo) perfazem 28 menções. Neste bloco, apenas uma resposta aludiu à questão das *políticas públicas*; duas outras questionaram a conduta dos moradores, principalmente os jovens, quanto ao lançamento do lixo nas áreas públicas; um respondente lembrou a importância de se fazer uma conscientização das pessoas quanto ao custo-limpeza-urbana, sendo esta a única resposta que guarda alguma aproximação com os aspectos comunicacionais envolvidos na problemática.

Figura 70 - Problemas ambientais/socioambientais do bairro (2), na visão dos respondentes - eixo 2

EIXO 2 - POLUIÇÃO					
POLUIÇÃO/POLUIÇÃO AMBIENTAL/ALTA POLUIÇÃO 26	POLUIÇÃO DAS ÁGUAS (RIOS, CÓRREGOS, PRAIA, MAR) 13	POLUIÇÃO DA TERRA/AREIA/CHÃO/CONTAMINAÇÃO DO SOLO 3	POLUIÇÃO SONORA/POLUIÇÃO SONORA-ÔNIBUS 12	ADENSAMENTO/AGLOMERAÇÃO 2	CARROS DE SOM/BAILE/SHOWS/PANCADÃO/LIMITE HORÁRIO 1
POLUIÇÃO VISUAL/FIOS ELÉTRICOS EXPOSTOS 4	POLUIÇÃO OLFATIVA 1	POLUIÇÃO DO AR/AR INADEQUADO 9	QUEIMADAS 2	SAÚDE PRECÁRIA/DANOS - SAÚDE AMBIENTAL-HUMANA 3	CONDUTAS INADEQUADAS DOS FREQUENTADORES/MORADORES 2
RODOVIAS-PRODUÇÃO DIÓXIDO-ALTA CONCENTRAÇÃO 1	ESTACIONAMENTO-CAMINHÕES-AMPLIAÇÃO 1	VEÍCULOS 1	QUEIMA DE DIESEL-ÔNIBUS 1	ROTAS DE AVIÕES-QUEIMA COMBUSTÍVEL/AEROPORTO-EMISSIONES 2	FALTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL-POPULAÇÃO/FALTA DE EDUCAÇÃO-POPULAÇÃO 2

A preocupação com o eixo 2 - *Poluição* aparece distribuída entre: a) aquela que se refere ao tema de maneira mais ampla (no grupo RDP, foram 20 menções à palavra em si, sendo as outras 6 citações distribuídas entre os outros grupos) e b) a que tipifica o fenômeno: poluição do solo (terra, areia, chão); do ar (incluindo queimadas, desdobramentos da poluição atmosférica vinculados às emissões de gases por veículos automotores e aviões e o que foi classificado por um dos respondentes como *poluição olfativa*); poluição das águas fluviais e oceânicas – sendo que a das águas e a sonora (incluindo barulho de shows, pancadões) parecem preocupar mais os respondentes (condutas inadequadas dos moradores e dos frequentadores desse eventos mereceram destaque de dois respondentes). Também foi citada a poluição visual (vinculada aos fios elétricos da rede expostos).

Dois respondentes associaram poluição a adensamento urbano e a aglomerações; três a associaram à relação entre danos ambientais e precarização da saúde humana e dois chamaram a atenção para falhas na educação/educação ambiental da população — o que poderíamos classificar como uma aproximação da nuance educacional coadunada à problemática ambiental. As ideias agrupadas nesse bloco não trouxeram conexões explícitas às políticas públicas, entretanto não é seguro dizer que essas conexões inexistam para os respondentes, pois muitas das respostas originais (escritas por extenso) compunham discursos que no seu conjunto coligavam-se ao veio. (Figura na próxima página)

Figura 71- Problemas ambientais/socioambientais do bairro (3), na visão dos respondentes – eixo 3

EIXO 3 – ARBORIZAÇÃO/ÁREAS VERDES URBANAS (PROBLEMAS)			
ARBORIZAÇÃO-VEGETAÇÃO REDUZIDA/AUSENTE/INSUFICIENTE/ESCASSA/ CORTE EXCESSIVO/ABANDONO/DESTRUIÇÃO/ FALTA-DE-ÁRVORES-NAS-RUAS/FALTA-DE- ÁRVORES-NA-FRENTE-DAS-CASAS/POUCAS- ÁRVORES/POUQUÍSSIMAS/BAIXO-ÍNDICE 33	PODAS MAL FEITAS/ FALTA DE PODA 7	PODA IRREGULAR 1	ÁRVORES (ANTIGAS, VELHAS, DOENTES) RISCO DE QUEDA/ÁRVORES- MORTAS-NA- CALÇADA-SEM- SUBSTITUIÇÃO 6
ÁREAS VERDES/CANTEIROS/PRAÇAS/ PARQUES PÚBLICOS: SEM MANUTENÇÃO, SUJOS, SEM CUIDADO, MAL CUIDADOS, ABANDONADOS/ FALTA DE ZELO, POUCA CONSERVAÇÃO/DESCASO- AMBIENTAL 28	ÁREAS VERDES, FALTA DE/ ÁREAS VERDES DE LAZER – AUSENTES/FALTA DE ÁREAS- CONVIVÊNCIA/FALTA- ÁREAS-LAZER-JOVENS- IDOSOS 8	MATO ALTO, CRESCENDO/ EXCESSO- MATO/BAIXA- FREQUÊNCIA- CAPINEIROS/ 6	ARBORIZAÇÃO – FALHAS NA EXECUÇÃO (POUCA ÁREA AO REDOR DA BASE DOS TRONCOS) 1
PROLIFERAÇÃO DE ANIMAIS INDESEJADOS [SINANTRÓPICOS] 1	TRÂMITE- EMPERRADO-ÁREA- VERDE 1	CÃES ABANDONADOS 1	ÁRVORE- MORADORES- QUEREM-QUE- CORTE 1

Fonte: elaboração da autora

Uma aproximação simples dos dados desse eixo indica nos discursos três frentes de preocupação mais gritantes, subdivididas em observações que reforçam as percepções dos respondentes:

1) a quantidade de árvores é insuficiente (33 pessoas o afirmaram) e a falta delas se observa em frente às residências e nas ruas, de modo geral;

2) as árvores que existem sofrem com maus tratos, doenças, negligência no manuseio (incluindo podas inadequadas, falhas na execução do plantio e na manutenção) e promoção de cortes mal-intencionados — como a que relatou um respondente, observando que árvores em sua cidade/seu bairro estavam sendo cortadas/podadas erroneamente para acomodar toldos de

estabelecimentos comerciais na calçada. O enfoque remete-nos também à questão das podas em V na cidade de São Paulo, que desfiguram os exemplares arbóreos e podem favorecer o aporte de pragas, mas são realizados para favorecer a passagem da aérea (e arcaica) fiação elétrica da cidade²²⁴. Quanto a essa questão da “intenção” com que se pratica o corte ou a poda, existe também aquela vertente relacionada à ideia de que qualquer problema que envolva uma árvore deve ter como solução o corte (um respondente falou sobre isso). Talvez tenha associação com o que nos contou, lembremos, um aluno do grupo *Universitários* (UN): eliminar árvores teria relação com antigo provérbio árabe — atrás delas, sentenciava o dito, poderia haver um bandido, um malfeitor. Há, inclusive, derivativos dessa ideia, sobre os quais discorremos ao relatar a interação com o grupo UN. Aí está, parece-nos, mais um caso de representação sedimentada a funcionar como motor-reverso face às urgências de recomposição do verde urbano. O prejuízo ambiental resultante disso aflorou, de certo modo, quando ao perguntarmos ao empreiteiro que trabalha no distrito referência se havia solicitação dos proprietários para confeccionar canteiros destinados ao plantio de árvores e a resposta foi: *“Não, plantar árvore, não. No momento eles fazem muito canteiro pra jardineira, planta pequena, agora pra árvore mesmo, não.”*

3) a terceira frente de preocupação visível nesse conjunto informativo é a negligência na conservação dos espaços públicos verdes. A falta de zelo reúne queixas sobre parques, praças, canteiros sem manutenção, com mato alto (capineiros raramente são vistos em alguns lugares), sujeira, proliferação de animais sinantrópicos, ausência de planejamento melhor para atividades de lazer, sem contar o agravo representado pela presença de animais domésticos nem sempre saudáveis que foram abandonados por seus donos. Um respondente utilizou a expressão “falta de estrutura ambiental” para sintetizar sua percepção; outro explicitou descontentamento com a burocracia envolvida na anexação de uma área ‘semiociosa’ (o antigo Mart-Center, na cidade de São Paulo) ao Parque do Trote — os trâmites emperrados inquietam simpatizantes/militantes da causa e moradores em geral na zona norte paulistana.

No eixo de correlações de número 3 faltam menções a políticas públicas e a termos envolvendo abordagens comunicativo-educativas vinculadas aos problemas relatados.

²²⁴ Há, na verdade, controvérsias quanto a esse tipo de poda. Ela consta como correta em alguns textos informativos e como altamente danosa em outros, como na matéria *Poda de Galhos em V põe a capital em risco*. Disponível em: <http://www.agora.uol.com.br/saopaulo/2016/07/1793108-poda-de-galhos-em-v-poe-arvores-na-capital-em-risco.shtml>

Figura 72 - Problemas ambientais/socioambientais do bairro (4), na visão dos respondentes – eixo 4

EIXO 4 - MOVIMENTO DAS ÁGUAS (PROBLEMAS)			
ENCHENTES/ALAGAMENTOS/ TRANSBORDAMENTOS/ INUNDAÇÕES 24	CÓRREGOS*/ CÓRREGO POLUÍDO/CÓRREGOS- FEITOS-DE-LIXÕES *vistos como algo negativo de per si 5	ASSOREAMENTO-RIOS- CÓRREGOS-BACIAS 2	FALTA DE ÁGUA CONSTANTE 1
ESGOTAMENTO DE ÁGUAS PLUVIAIS INSUFICIENTE/ DRENAGEM INSUFICIENTE 2	RISCO À SAÚDE (PESSOAS E ANIMAIS) 2	BOCAS DE LOBO/BUEIROS ENTUPIDOS 4	DESPERDÍCIO DE ÁGUA 1
DENGUE EM EXPANSÃO/ RISCO DE DENGUE 6	ÁGUA PARADA 2	MOSQUITO 3	CONTROLE DE USO DA ÁGUA [RACIONAMENTO] 1
PISCINAS ABANDONADAS (ÁGUA SUJA) 1	CRIADOUROS , EXPANSÃO DOS 1	AVANÇO DO MAR SOBRE A PRAIA 1	

Fonte: elaboração da autora

Nesse bloco predominam referências a enchentes, alagamentos, esgotamento pluvial insuficiente, escoadouros entupidos, água parada promovendo expansão de vetores da dengue e outros riscos à saúde, cursos d'água poluídos, falta/acionamento/desperdício de água. Uma pessoa expressou preocupação com o avanço do mar sobre a praia em sua cidade. Nesse eixo, chamou a atenção também uma referência à palavra “córrego”: de pequeno curso d'água, significação original, passou a ser visto *de per si* como curso de água suja. Aqui, como no

quadro anterior, não aparecem palavras coligadas às políticas públicas e à comunicação-educação/educação ambiental.

Figura 73 - Problemas ambientais/socioambientais do bairro (5), na visão dos respondentes – eixo 5

EIXO 5 - URBANIZAÇÃO-PRECARIZAÇÃO AMBIENTAL					
REDE DE ESGOTO - PROBLEMAS 15	ÁREAS PÚBLICAS INVADIDAS 6	CONSTRUÇÕES/OCUPAÇÕES EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO/CONSTRUÇÃO-ÁREA-MANANCIAL 4	ESPECULAÇÃO/EXPANSÃO IMOBILIÁRIA 4	GRANDES CONDOMÍNIOS/MUITOS PRÉDIOS 3	DESMATAMENTO CRESCENTE 3
ESGOTO DESPEJADO NOS RIOS/CÓRREGOS/LAGOS 6	OCUPAÇÃO MARGENS/ENTORNO RIOS, MANGUES, NASCENTES, CÓRREGOS/AVANÇO-OCUPAÇÕES-VÁRZEAS 4	CONSTRUÇÕES / HABITAÇÕES IRREGULARES/ INVASÃO-PROPRIEDADE-PRIVADA 6	DEGRADAÇÃO DE ÁREAS VERDES/DESTRUIÇÃO-ÁRVORES-ÁREA-RESERVADA 2	EXPULSÃO DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA 1	COMPENSAÇÃO AMBIENTAL, FALTA DE 1
ESGOTO AUSENTE 1	ALTA TAXA IMPERMEABILIZAÇÃO-SOLO 1	CONSTRUÇÕES EM LUGARES INADEQUADOS 1	URBANIZAÇÃO/ SANEAMENTO BÁSICO, FALTA DE 7	MOVIMENTO INDEVIDO DE TERRAS (CORTE DE MORROS SEM CRITÉRIO) 2	EVASÃO DA FLORA/INVASÃO DA FAUNA (EX.: RODOANEL) 1
TRATAMENTO DE ESGOTO AUSENTE 3	ESGOTO A CÉU ABERTO/ ESGOTO VAZANDO 4	FALTA DE CUIDADO AMBIENTAL 1	INFRAESTRUTURA AMBIENTAL, FALTA DE/INFRAESTRUTURA PRECÁRIA 2	ILHA DE CALOR/ MICROCLIMA/ 1	MUITO CALOR/CALOR INTENSO/LUGARES SUPERAQUECIDOS 2
ESGOTO A CÉU ABERTO 1	ILUMINAÇÃO PRECÁRIA, POUCA, INSUFICIENTE 3	FORNECIMENTO IRREGULAR DE ENERGIA 1	ESTOURO FREQUENTE DE TRANSFORMADORES 1	LINHAS-TRANSMISSÃO-ÁREAS-ABANDONADAS 1	

Fonte: elaboração da autora

Nesse eixo, mesmo fazendo parte das questões relativas a saneamento/urbanização/infraestrutura, o esgotamento foi mencionado como um problema específico, com queixas sobre mazelas variadas na rede, incluindo despejo irregular, falta de tratamento, corrida a céu aberto, entre outros. A crítica às estruturas urbanas precárias incluiu grande número de reclamações sobre: especulação imobiliária, falta de urbanização e saneamento, problemas de fornecimento de energia, degradação de áreas verdes/desmatamento para expansão de condomínios (acompanhada de movimentos indevidos de terras, evasão da

flora/invasão da fauna, falta de compensação ambiental, expulsão das populações de baixa renda).

Outros tipos de construções irregulares também foram mencionadas, principalmente as edificações em zonas de preservação, as habitações no entorno de rios, áreas de mangue, nascentes, córregos e em áreas públicas invadidas. Neste bloco apareceu uma referência ao efeito da urbanização desigual no viver humano (MENDONÇA et al., 2004). Não despontaram associações com políticas públicas nem com elementos comunicacionais ou educativos acerca dos enfoques mencionados, o que começa a aparecer nos eixos seguintes:

Figura 74 - Problemas ambientais/socioambientais do bairro (6), na visão dos respondentes – eixo 6

EIXO 6 - MORADIA E VULNERABILIDADE					
FAVELAS/FAVELIZAÇÃO/ FAVELAS DESESTRUTURADAS 8	MORADIAS PRECÁRIAS 1	BAIXA AÇÃO DO PODER PÚBLICO/ POLÍTICAS PÚBLICAS DE AMPARO AUSENTES 2	ALTO ÍNDICE DE MORADORES DE RUA/GRANDE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA 6	PESSOAS EM SITUAÇÃO PRECÁRIA 1	DROGADIÇÃO/ TRÁFICO DE DROGAS 4
ÁREAS DESPROVIDAS DE QUALIDADE DE VIDA 1	MORADIAS PROVISÓRIAS (BARRACAS) 1	PROBLEMAS ESCOLARES (NÃO ESPECIFICADOS) 1	CRECHES FECHAM CEDO (NÃO ATENDEM QUEM TRABALHA 8h/DIA) 1	VIOLÊNCIA 1	ÁREAS DE RISCO/ SEGURANÇA, FALTA DE 2

Fonte: elaboração da autora

Neste eixo, vemos uma extensão-desdobramento de vocabulário conectado ao do eixo anterior, porém muito mais voltado às dificuldades do *habitar cotidianamente* em áreas precarizadas: a favelização, a presença de moradias precárias/provisórias, o alto índice de pessoas em situação de rua ajudam a caracterizar um cenário de baixa qualidade de vida, ao qual se somam problemas com drogadição, insegurança, violência (para os quais contribui a presença do tráfico), o que levou uma pessoa a anotar “áreas de risco” no rol de mazelas.

Problemas escolares (sem especificação exata) e queixa sobre a incompatibilidade de horário das creches com a necessidade das pessoas que trabalham foram objeto de menção. Dois respondentes, nesse bloco, responsabilizaram o poder público, cuja “baixa ação” coliga-se à ausência de “políticas públicas de amparo”.

Figura 75 - Problemas ambientais/socioambientais no bairro (7), na visão dos respondentes – eixo 7

EIXO 7 - ESPAÇO URBANO E MOBILIDADE				
TRANSPORTE RUIM/FALTA TRANSPORTE PÚBLICO/ BAIXA QUALIDADE/ LOTADO/DEFASADO 6	POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSPORTE AUSENTES 1	CICLOVIAS AUSENTES/FALTA- CICLOVIA 2	CALÇADAS E MUROS EM MÁS CONDIÇÕES (RISCO DE ACIDENTE PARA PEDESTRES)/CALÇADAS MAL PAVIMENTADAS/ CALÇADAS COM MATO 5	CALÇADAS NÃO ADAPTADAS 1
TRÁFEGO INTENSO (EM DIFERENTES HORÁRIOS)/ TRÂNSITO INTENSO 7	TRÁFEGO MAL DIMENSIONADO/ CONGESTIONAMENTOS/ SINALIZAÇÃO- PROBLEMA 5	PAVIMENTO MAL CONSERVADO/ PAVIMENTAÇÃO RUIM/ ASFALTO-PROBLEMA/ BURACOS NAS RUAS/ RUAS ESBURACADAS 7	ESTACIONAMENTO, FALTA DE 1	RUAS MUITO ESTREITAS 1

Fonte: elaboração da autora

O eixo 7 traz as dificuldades de transporte/mobilidade como associações que os respondentes fizeram com “problema ambiental/socioambiental”. A falta de qualidade do transporte público, as ruas estreitas, o trânsito congestionado, o mau estado das vias e das calçadas, a não adaptação dessas mesmas calçadas para o uso de cidadãos com mobilidade reduzida, a falta de modais alternativos são itens arrolados. Uma pessoa mencionou a falta de *políticas públicas* voltadas à melhoria do transporte urbano.

Figura 76- Queixas socioambientais dos grupos pesquisados

Fonte: elaboração da autora

Nos blocos informativos a compor os sete eixos, é possível notar que algumas problemáticas emergem em paralelo, entrecruzam-se, atravessam-se em diferentes pontos. A visão conjugada das queixas configura, de certo modo, um *discurso coletivo* a revelar a percepção de que a complexidade socioambiental não se restringe à noção de ‘meio ambiente-natureza’, mas atualiza-se de acordo com a noção proposta por Novicki (2007), de meio

ambiente *com gente*, que vivencia diariamente as implicações socioambientais, sociopolíticas, econômicas, de saúde pública e outras imbricadas na temática.

Notamos, pelo levantamento das palavras empregadas, que os respondentes reuniram vocabulário através do qual demonstraram de algum modo perceber relações entre a ausência ou execução deficitária de políticas públicas socioambientais e os problemas assinalados, embora somente três deles (ou 1,4% dos respondentes) tenham mencionado a expressão “políticas públicas” — nesse caso, chamando a atenção para sua inexistência ou precariedade em relação a três pontos: tratamento do lixo, moradia e transportes. Os demais eixos arrolados não contaram com menções nesse sentido.

Comunicação e educação quase não apareceram associadas às dificuldades em jogo. Trata-se, a nosso ver, de indicadores importantes para a orientação política de futuras ações educacionais socioambientais e para o planejamento curricular em diferentes níveis de ensino. O estudo das políticas públicas (SOUZA, 2006; CALDAS, 2014; SAYAGO e PINTO, 2005, entre outros), praticamente ausente dos cursos de formação básica e, em muitos casos, dos cursos de formação docente, ensejaria visões mais articuladas das relações homem-ambiente-sistemas produtivos, capazes de conduzir mais rapidamente a planos de restauro.

Ademais, caberia estimular a percepção socioambiental com foco nas *pessoas* em primeiro plano, todavia não do ponto de vista “consumidores”. Ou seja, importa focar o estudo de políticas públicas relacionadas diretamente ao meio em que habita o cidadão — o espaço urbano em especial, dado o contingente de 80% da população brasileira nele domiciliada, segundo órgãos oficiais (MENDONÇA, 2004). Tal visão é corroborada por Saldiva (2010), para quem o ser humano não pode ser um ponto esquecido na discussão do ecossistema socioambiental. Ele deve contar com atenção peremptória, sobretudo quando o assunto é saúde e ambiente. Para isso, torna-se cada vez mais difícil abrir mão de fortalecer a comunicação capaz de “tocar” (MARCONDES FILHO, 2008) e mobilizar (FERRÉS e PRATS, 2014; BRASIL, 2005) — tanto os cidadãos quanto os responsáveis pelas políticas públicas das quais dependem a saúde e o bem-estar dos primeiros.

Ouvir os cidadãos tem sido aspecto ascendente na curva ‘discursiva’ das políticas públicas (PPs) urbanas brasileiras, através das audiências públicas, por exemplo, e de outros mecanismos participativos, como os comitês de bacia²²⁵ ou os conselhos

²²⁵ Conforme explica o sítio da Agência Nacional de Águas (ANA), “Os Comitês de Bacia Hidrográfica são organismos colegiados que fazem parte do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e existem no Brasil desde 1988. A composição diversificada e democrática dos Comitês contribui para que todos os setores da sociedade com interesse sobre a água na bacia tenham representação e poder de decisão sobre sua gestão. Os membros que compõem o colegiado são

ambientais/participativos. Entretanto, mais do que a gravação e arquivamento de falas, mais do que uma análise superficial das contribuições, parece urgente estudar com profundidade o conjunto de discursos populares reunidos nessas interações ditas democráticas, buscando coadunar verdadeiramente a ação pública aos anseios da população. (Queixas de alguns conselheiros durante nossas interações em campo revelam ser este o aspecto menos atendido nos conselhos, resultando, assim, para eles, a percepção de certa ação cosmética da maioria dessas instâncias de participação. Registramos, também, queixas sobre o excesso de burocracia, e a retirada de atores fundamentais para resolução de alguns problemas comunitários, como CET²²⁶ e ILUME²²⁷). O mesmo esforço avaliativo dos discursos carece de ser empreendido (pelos pesquisadores e demais envolvidos na formulação das PPs) em relação aos discursos institucionais a partir dos quais são gestadas, implantadas e avaliadas as PPs socioambientais. Em que pontos convergem para ações a fala institucional e o discurso dos conselheiros nas reuniões ciclicamente promovidas pelo poder público?

Os pesquisadores Stassen, Gislason e Leroy (2010) empreenderam esforços avaliativos voltados aos discursos sobre a temática da saúde ambiental no Reino Unido e na Bélgica, países cujas políticas públicas têm foco semelhante. Em seu trabalho, dedicaram-se a identificar nos diferentes discursos analisados os mecanismos promotores ou cerceadores de mudanças em nível institucional. Procuraram, também, avaliar a emergência do discurso da saúde ambiental na Europa, porém não era seu foco o exame da inter-relação discursiva cidadão-poder público e vice-versa, há pouco mencionada.

No Brasil, torna-se cada vez mais frequente acrescentar aos discursos em circulação *nos* e *a partir dos* órgãos públicos a discussão sobre *empoderamento* cidadão. Vale amplificar a importância do *discurso* do cidadão empoderado, a fim de que constitua, em conjunto com as ações institucionais dos governos, arcabouço para capacitar a coletividade/as comunidades, de maneira a estas definirem, analisarem e atuarem sobre os próprios problemas, conforme visto em Carvalho (2004) e Del Vecchio de Lima et al. (2015). A atenção especial à comunicação entre ambas as partes torna-se, no quadro em voga, condição *sine qua non* de avanços rumo a um patamar diferenciado de participação socioambiental/sociopolítica. Nenhum dos 292 respondentes dessa questão (grupos RDP+VST+UN+CON) mencionou o problema da

escolhidos entre seus pares, sejam eles dos diversos setores usuários de água, das organizações da sociedade civil ou dos poderes públicos. Suas principais competências são: aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia; arbitrar conflitos pelo uso da água, em primeira instância administrativa; estabelecer mecanismos e sugerir os valores da cobrança pelo uso da água; entre outros.”. Ver mais em: <http://www.cbh.gov.br/GestaoComites.aspx>.

²²⁶ Companhia de Engenharia de Tráfego.

²²⁷ Departamento de Iluminação Pública de São Paulo.

comunicação entre poder público e munícipes ou vice-versa, mas diante da grande quantidade de mazelas arroladas pelos participantes, cabe imaginar se, na condição de munícipes, chegaram a fazer contato(s) em algum momento com a administração pública em busca de informações/providências/soluções.

Notamos nas respostas do grupo CON determinadas queixas semelhantes a várias daquelas mencionadas no grupo maior (RDP), porém chamam mais a atenção nesse grupo o fato de diversas respostas aparecerem estruturadas em itens e relacionarem causa-consequência, fato-responsável, problema-solução, oferecendo inclusive dados perceptuais do território e dados técnicos diversos para a justificação das falas. Neste grupo aparecem, portanto, nexos discursivos mais voltados ao conceito de território, ao conhecimento técnico de variáveis ambientais e a movimentações sociopolíticas indicadoras de um olhar conectado à questão das políticas públicas.

Indagamos a esses quatro grupos qual a frequência com que, no último ano, cada um dos respondentes entrou em contato com a prefeitura/subprefeitura quando percebeu a existência de problemas ambientais em seu bairro/em sua cidade. (O que determinou a escolha dos grupos para os quais fazer essa pergunta — e algumas outras indagações — foi a estimativa do tempo e das condições de interação com os respondentes. Quanto maior o tempo disponível para interagirmos e quanto mais convergentes as condições para isso, tanto maior foi o número e mais diferenciados os tipos de perguntas).

A intenção consistiu em entender melhor a relação comunicacional do munícipe com o poder público local e comparar o dado numa escala temporal interna e também com respostas de pesquisa pregressa. Os gráficos a seguir ajudam a compreender os resultados:

Numa escala de 0 a 10, com que frequência você se comunicou, durante o último ano, com a prefeitura/subprefeitura quando detectou problemas ambientais em seu bairro?

Figura 77 - Frequência de comunicação do munícipe com o poder público sobre problemas ambientais no bairro (visão dos respondentes do grupo RDP)

Fonte: elaboração da autora

Figura 78 – Frequência de comunicação do munícipe com o poder público sobre problemas ambientais no bairro (visão dos respondentes do grupo VST)

Fonte: elaboração da autora

Figura 79 – Frequência de comunicação do munícipe com o poder público sobre problemas ambientais no bairro (visão dos respondentes do grupo UN)

Fonte: elaboração da autora

Figura 80 - Frequência de comunicação com o poder público sobre problemas ambientais (visão do grupo CON)

Fonte: elaboração da autora

Nos gráficos acima, os resultados do questionário aplicado a diferentes grupos indicam que o *gap* comunicacional verificado em pesquisa anterior, em nível local (FALCÃO, 2013), apresenta-se novamente em nível local e também em níveis estadual e nacional (guardadas as diferenças de escala/abrangência — a distribuição dos logradouros e quantidade de respondentes em cada grupo, por não ser homogênea, não permite conclusões fechadas). De todo modo, uma vez que os respondentes da cidade de São Paulo pertencem a diferentes subdistritos e os respondentes via rede pertencem a vários estados e cidades brasileiras, há que se observar esse conjunto atentamente.

A preponderância de respostas zero ou próximas do zero nos três primeiros grupos (respondentes em rede – RDP, vestibulandos – VST e universitários – UN) confirma que os cidadãos não costumam utilizar os canais de acesso disponibilizados pelas prefeituras locais ou seus próprios métodos de comunicação para entrar em contato ou solicitar providências que digam respeito a problemas socioambientais das localidades onde moram. Dos três respondentes do grupo Interações Complementares (GIC) — *leitores de jornais de bairro* —, um declarou não ter entrado em contato com o poder público ao detectar problemas ambientais em seu bairro embora afirmasse a existência deles; outro assinalou nível 2 na escala e o terceiro (jornalista responsável pelo periódico em cuja página nosso questionário teve link publicado) asseverou que o seu contato com o poder público na referida escala era 10, resultado esperado em se tratando de profissional muito atuante na cobertura dos acontecimentos nos quais interagem poder público e municípios na zona norte paulistana.

No grupo conselheiros, observou-se maior atividade em direção à comunicação com o poder público, o que seria resultado igualmente esperado, embora também neste grupo desponham indicadores de baixa frequência de comunicação com a administração pública a respeito de problemas socioambientais locais. Cinco conselheiros avaliaram que a frequência de sua comunicação foi muito boa (entre 8 e 10 na escala), três avaliaram que a comunicação foi pouco satisfatória (entre 0 e 3) e quatro consideraram a comunicação regular (entre 4 e 7). Os cinco conselheiros que a consideraram muito boa pertencem todos à sociedade civil. Dois conselheiros deixaram de responder a esta questão, um do poder público e um da sociedade civil.

Do total de 295 pessoas que responderam a essa indagação, 208 (ou 71%) não entraram em contato com agentes públicos para dar queixas, obter informações ou exigir providências relacionadas a mazelas socioambientais existentes em seu território nos últimos doze meses.

Um grande número de pessoas, entretanto, relatou existirem problemas ambientais no bairro/cidade onde residem, como vimos no levantamento mais acima. Perguntamos em seguida aos respondentes qual a frequência com que, no mesmo período de um ano, o poder público teria travado algum tipo de contato com o munícipe para informá-lo/propor soluções acerca de problemas ambientais presentes em sua região:

Numa escala de 0 a 10, como você classifica a frequência com que recebeu informações do poder público, no último ano, sobre problemas ambientais da sua região ou sobre atividades promovidas para combatê-los?

Figura 81- Frequência com que o munícipe recebeu informações do poder público no último ano sobre problemas ambientais em seu bairro (visão do grupo RDP)

GRUPO 2 - REDES DIGITAIS DE PERTENCIMENTO

Fonte: elaboração da autora

Figura 82 - Frequência com que o munícipe recebeu informações do poder público no último ano sobre problemas ambientais em seu bairro (visão do grupo VST)

Fonte: elaboração da autora

Figura 83 - Frequência com que o munícipe recebeu informações do poder público no último ano sobre problemas ambientais no bairro (visão do grupo UN)

Fonte: elaboração da autora

Figura 84 - Frequência com que os conselheiros receberam informações do poder público no último ano sobre problemas ambientais em seu bairro (visão do grupo CON)

Fonte: elaboração da autora

Os resultados apurados fazem ver que a comunicação no sentido inverso, do poder público para o munícipe, permanece prejudicada, pois, conforme as respostas majoritárias, a administração pública não tem ido ao encontro dos moradores a fim de informar/discutir/buscar soluções conjuntas para os problemas socioambientais referidos pelos sujeitos de pesquisa na questão correspondente a esse tópico. No conjunto de dados acima, é visualizável a preponderância da incomunicação nos grupos RDP, VST e UN.

No grupo CON, notam-se níveis maiores de contato, no entanto este grupo, formado por conselheiros da cidade de São Paulo, frequenta espontaneamente as reuniões/atividades promovidas pelas subprefeituras. Uma certa crítica ao esforço comunicacional do poder público pode ser depreendida no gráfico relativo a esse grupo quando se observa que a escala gerada pelas respostas vai do 1 ao 6, estando 7, 8, 9 e 10 com zero menções — um indicador de que há falhas comunicacionais consideráveis.

A avaliação majoritária ficou entre 3 e 6 no grupo CON, uma comunicação considerada regular. Os quatro últimos níveis da escala (que indicariam uma comunicação de muito boa para ótima) não foram assinalados por nenhum dos conselheiros, razão pela qual conviria aos representantes políticos e também técnicos da administração pública refletirem sobre como otimizar a comunicação socioambiental com os cidadãos que se dispõem a representar seus pares nos conselhos municipais e com os cidadãos em geral. Lembrando que no grupo RDP — redes de pertencimento digital — esse tipo de comunicação também foi considerado deficitário, ou melhor, altamente deficitário, pois 142 indivíduos, de 213, assinalaram zero na escala correspondente à questão.

A mesma baixa frequência de marcação recém-mencionada atinge os índices escalares 6, 7, 8, 9 e 10 nos três primeiros grupos (RDP, VST e UN), confirmando a necessidade das instâncias administrativas de intensificarem o diálogo sobre a problemática socioambiental local com os cidadãos. Naturalmente, isso esbarra em a) alguns administradores/agentes públicos que não apreciam compartilhamento de informações com a população por receio de verem expostas determinadas falhas administrativas as quais prefeririam não divulgar (por questões, no mais das vezes, políticas); b) ausência de equipes, nas várias divisões administrativas, formadas/treinadas/designadas para esse diálogo.

O diálogo apenas parcial pode ter relação com o avanço pouco significativo da mudança de comportamento dos munícipes em favor do bem comum socioambiental. Embora o aspecto comportamental seja apenas uma das faces do problema e frequentemente coligada à transposição de responsabilidade exclusivamente para o cidadão (ética comportamentalista), consideramos importante analisar sua ótica do ponto de vista das mudanças que ele observa no ambiente ao redor de si.

A percepção da alteração (ou não) do território em conexão com a comunicação recebida trouxe indicadores preocupantes, dada a vasta oferta de material comunicacional vinculado aos ‘temas sustentáveis’. Indagamos aos participantes como avaliavam a comunicação ambiental disponibilizada na região onde vivem, cuidando para deixar ampla a pergunta, sem especificar a tipologia ou o meio aos quais poderia estar vinculado esse tipo de comunicação. A indagação foi feita aos grupos RDP, VST, UN, ADP, CON e GIC. A seguir, as respostas dos cinco primeiros:

Figura 85- Relação entre comunicação ambiental local, comportamento dos moradores e cuidado com o bairro

Fonte: elaboração da autora

Os dados coletados mostram altos índices quanto à percepção de *não mudança*: 80% para RDP, 76% para VST, 81% para UN, 62,5% para ADP, 77% para CON. No grupo GIC, duas pessoas assinalaram zero na escala de recebimento das informações e uma assinalou 5, registrando pouca percepção de mudanças. Cabe ressaltar que o índice “menos alto” de percepções negativas sobre mudanças vinculadas à comunicação recebida está no grupo ADP, no qual havia comunicadores locais formais e informais, tanto da sociedade civil quanto do poder público. Nesse grupo um percentual maior deixou de responder e também foi menor (em

relação a todos os outros grupos) a percepção de que a comunicação ambiental está alterando o ambiente dos bairros: 18% para ADP, 20% para RDP, 21% para VST, 23% para CON (o percentual otimista mais alto) e 19% para UN (o percentual pessimista mais baixo entre os grupos avaliados). Não é preciso construir um gráfico totalizante para notar que em nenhum dos grupos houve inversão perceptiva que indicasse viés mais positivo em direção a alterações promovidas pela comunicação ambiental a que os respondentes têm acesso e que guardasse paralelo com alterações para melhor no espaço público do bairro, como é demonstrado na representação gráfica acima.

Em comparação com os dados locais obtidos em nossa pesquisa anterior (FALCÃO, 2013), realizada com três grupos (adultos, jovens do ensino médio e jovens do ensino fundamental), percebemos que o cenário é muito semelhante, o que nos leva a persistir na ideia de que a Comunicação Ambiental Urbana em circulação no ecossistema comunicativo, tanto em nível local quanto nacional, não tem surtido o efeito de sensibilização/politização/proatividade esperados e carece, então, de estudos mais aprofundados e maior número de projetos territorializados voltados à temática.

A perspectiva do território (ABRAMOVAY E BEDUSCHI FILHO, 2003; SENECAH, 2004; BRASIL, 2008; PERUZZO, 2009; PENTEADO, 2010; MASSARDIER, 2011; SOARES, 2011; FELICE, TORRES E YANAZE, 2012; BAIRRO-ESCOLA, 2014; FERRARA, 2015), com suas vivências específicas, gera trânsitos discursivos singulares, essenciais para a construção das redes de pertencimento locais e de importância fulcral para os estudos de interface comunicação-educação.

Em busca de verificar e analisar liames da educação com o comportamento comunicacional do cidadão (no tocante a sensibilizar-se e a agir proativamente em favor do meio ambiente local), indagamos aos sujeitos de pesquisa se haviam estudado aspectos socioambientais do território onde se localizava(m) a(s) escola(s) na(s) qual(quais) cursaram o ensino básico. O gráfico a seguir, um recorte por grupos, aclara as respostas:

Figura 86 - Relação entre escolaridade básica e visões socioambientais do território

Estes dados, quando cruzados com os resultados da pergunta sobre a percepção de problemas socioambientais no bairro/na região onde residem os respondentes, demonstram que a ausência de oferta, na escola, de visões relacionadas ao território onde esta se localiza implica redução significativa de percepção do meio ambiente durante e após o processo de escolarização. Observando os percentuais apurados, notamos que nos grupos RDP e CON o *não* prevaleceu; nos grupos VST, UN e ADP ocorreu o inverso. No grupo dos conselheiros destacou-se o fato de que nenhum deles declarou certeza sobre algum contato com tópicos relacionados aos aspectos socioambientais nas escolas de ensino básico por eles frequentadas (0% assinalou *sim*). A maioria (10) respondeu *não* e uma parcela menor (3) afirmou não se lembrar disso. No grupo 3, portanto, nenhum dos respondentes teve contato (ou se lembra do fato) com conteúdos socioambientais locais enquanto cursava a escola básica. Há uma diferença significativa em relação ao grupo maior (RDP), em que cerca de 25% dos respondentes afirmou haver estudado aspectos socioambientais do território durante o ensino básico (o que ainda é pouco, mas logra alguma representatividade).

Tal fato leva a pensar na necessidade de reforçar esse tipo de conhecimento no meio escolar e/ou nos cursos de formação para conselheiros oferecidos pelos órgãos públicos

municipais, a fim de suprir algumas lacunas na escolarização básica e auxiliar os representantes da população nos conselhos — no sentido de uma participação mais efetiva na discussão dos problemas/soluções socioambientais do bairro/do distrito/da região. O exercício da comunicação ambiental em seu âmbito pragmático (no caso, voltado à esfera correspondente aos problemas socioambientais localizados) e constitutivo, capaz de auxiliar na “construção de problemas ambientais” e na “negociação de diferentes respostas da sociedade” (COX e PEZZULLO, 2016, p. 15), pode ser mais frequente tanto durante os processos formativos — como aqueles promovidos pela UMAPAZ (INOJOSA, 2012) e pelo Projeto PAP (SORRENTINO et al., 2005; SGA, 2014) — quanto durante as reuniões dos conselhos, em que os mesmos processos de formação aprimoram-se mediante a participação coletiva.

Ainda com relação a esse grupo de dados, o *recorte etário* indica progressiva ausência de contato com conteúdos socioambientais à medida que a idade avança, conforme se depreende do gráfico abaixo:

Figura 87 - Relação entre faixa etária, escolaridade básica e visões socioambientais do território

Fonte: elaboração da autora

Se por um lado a leitura desses dados sinaliza que a educação ambiental está avançando ao longo dos anos, já que entre os mais jovens é maior a proporção dos que estudaram aspectos socioambientais do território durante o ensino básico, por outro também faz refletir acerca do que diz Loureiro (2011) sobre as transformações pífias na realidade e o visível agravamento dos problemas ambientais. Mais uma leitura possível liga-se à idade dos ‘tomadores de decisão’ no campo das políticas públicas socioambientais — muito provavelmente alocam-se nas faixas etárias que menos contato tiveram com a temática em seu tempo de escola básica (o que não impede, é certo, que tenham reduzido essa defasagem nos níveis de ensino subsequentes, mas também não garante maior qualidade do aprendizado e das decisões). Como reorientar, então, a práxis escolar diante de tais constatações?

Penteado (2010) sugere orientar as atividades escolares por uma lógica ambiental, de maneira a possibilitar a migração para uma escola mais formativa do que informativa — tal mudança facultaria formar indivíduos capazes de criar e ampliar espaços de participação socioambiental coadunados à tomada de decisões nesse campo. Experiências acadêmicas e no ensino básico promotoras de educação ambiental crítica e dialógica (GATTÁS, 2015; SORRENTINO et al., 2005; BRASIL, 2005) têm sido desenvolvidas em diferentes situações: empresas, ONGs, associações outras, núcleos de pesquisa em universidades, repartições públicas. Sua expansão depende tanto de políticas públicas consistentes quanto de aumento na demanda por integração da aprendizagem socioambiental na educação formal, não formal e informal.

Na ECA-USP, por meio da implantação da disciplina Educomunicação Socioambiental, procurou-se “qualificar o processo educador para que haja a organização de um fluxo formador permanente e biorregionalmente contextualizado”, em consonância com o texto base do Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2008, p. 9). A conexão comunicação-educação, assim encaminhada, torna-se vetor capaz de estimular os cidadãos a se interessarem pela busca proativa de encaminhamentos para resolver problemas socioambientais de sua comunidade. Mas diante da dúvida sobre em que medida essa percepção poderia fazer sentido para nossos respondentes, indagamos aos grupos RDP e CON quanto consideravam tal conexão contributiva para estimular proatividade socioambiental entre os cidadãos.

Figura 88 - Contribuição da conexão comunicação-educação para estimular a proatividade socioambiental na visão dos grupos RDP e CON

fonte: elaboração da autora

Os dados revelam boas avaliações dos respondentes quanto à possibilidade de a conexão comunicação-educação contribuir para o estímulo à proatividade socioambiental cidadã. Entrecruzando as respostas a essas questões com as faixas etárias dos respondentes outros

prismas abriram-se à nossa observação. Apreendemos dos dados colhidos em RDP que a valorização da conexão comunicação-educação é maior na faixa situada entre 20 e 40 anos. No grupo CON, cujas faixas de idade variam de 34 a 63 anos, 12 dos 13 respondentes assinalaram entre 8 e 10 na escala oferecida, avaliando como bastante contributiva a intersecção *comunicação-educação-proatividade socioambiental*. Para um dos profissionais da construção civil (grupo ACC), fizemos pergunta parecida: *Numa escala de zero a dez, quanto você acredita que os estudos de Comunicação e Educação poderiam auxiliar no processo de revisão dos valores socioambientais das empresas atuantes no distrito e dos moradores em geral?* Oito foi a resposta, após alguns instantes de hesitação e uma expressão facial que parecia não acreditar muito nisso (razão pela qual reforçamos o pedido para que fosse sincero ao avaliar, sem preocupação com o fato de a pesquisadora ter ligação com esse binômio).

As valorações colhidas, no geral, sugerem uma tendência a entender que o discurso socioambiental, para ser eficaz, gerar mudanças, proatividade, não pode prescindir de um investimento de peso no campo educacional. Esse investimento poderia ser mais estimulado na direção de um esforço conjugado (universidade-escola-comunidade), ao qual o sistema universitário tem dado cada vez mais valor. Cumpre observar: conquanto ficassemos muito animados com as respostas majoritárias, decidimos não fazer essa pergunta aos demais grupos, pois se nos afiguraram duas possibilidades de haver certa distorção dos dados: ao nos apresentarmos e apresentarmos a pesquisa, informamos aos respondentes que se tratava de investigação na interface comunicação-educação, o que pode ter deixado alguns “conhecidos de rede” menos propensos a reduzir a valoração na escala, caso desejassem fazê-lo; no caso específico do grupo RDP, muitos respondentes de mais de 30 anos podem ter alguma relação mais direta com a educação, com a comunicação ou com ambas (por integrarem uma rede na qual há educadores e comunicadores), e isso faz tender para cima na escala a valorização dos elos entre comunicação, educação e proatividade socioambiental. Seria ideal, futuramente, retomar essa questão noutras pesquisas, criando estratégias que pudessem reduzir a probabilidade de distorções. Feita a ressalva, seguimos com a análise. Em busca de formas comunicacionais locais passíveis de integrar trabalho conjunto com maiores chances de frutificar, procuramos verificar entre nossos sujeitos de pesquisa quais *modos de comunicar acerca da problemática socioambiental local* lhes pareciam mais eficazes.

Reunimos aportes educacionais da pesquisa atual e da pesquisa de mestrado (FALCÃO, 2013) para elaborar uma lista de possibilidades, solicitando aos participantes que assinalassem as que consideravam mais frutíferas para tal finalidade ou sugerissem outra(s)

forma(s). Seguem as respostas de todos grupos, individualmente, organizadas em ordem decrescente de preferência para cada bloco de respondentes. Vale observar que o enunciado dessa pergunta (como algumas outras) contou com pequenas variações de formulação, conforme o grupo ao qual se destinava o questionário, não tendo sido observada dificuldade de entendimento/resposta em nenhuma delas:

Formulação 1 [grupo AEJ]

Assinale formas de comunicação locais que na sua opinião funcionariam melhor para despertar interesse nos moradores quanto aos problemas socioambientais do seu bairro:

(pode marcar quantas quiser)

Formulação 2 [grupo RDP]

Assinale formas de comunicação locais que na sua opinião sejam mais eficazes para auxiliar moradores a perceber, compreender e ajudar a buscar soluções para os problemas socioambientais da comunidade onde vivem:

(pode escolher mais de uma opção)

Formulação 3 [grupos RC, PRF, ADP]

Assinale formas de comunicação locais que na sua opinião funcionariam melhor para despertar interesse nos moradores quanto aos problemas socioambientais do bairro onde residem:

(pode marcar quantas quiser)

Formulação 4: [grupos UN, VST, GIC]

Assinale formas de comunicação locais que na sua opinião funcionam melhor para auxiliar moradores a perceber, compreender e ajudar a buscar soluções para os problemas socioambientais do bairro:

[pode escolher mais de uma opção]

Formulação 5: [grupo ACC]

Quais formas de comunicar esses problemas [explicitados em lista e por meio de imagens durante a interação] aos moradores você acredita que contribuiriam melhor para sensibilizá-los e incentivá-los na busca por soluções?

[assinale quantas opções desejar]

Figura 89 - Formas de comunicação socioambiental local mais eficazes para o grupo RDP

Fonte: elaboração da autora

Figura 90 - Formas de comunicação socioambiental eficazes para o grupo AEJ

Fonte: elaboração da autora

Figura 91 - Formas de comunicação socioambiental local eficazes para o grupo VST

fonte: elaboração da autora

Figura 92 - Formas de comunicação socioambiental local eficazes para o grupo UN

Fonte: elaboração da autora

Figura 93 - Formas de comunicação socioambiental local mais eficazes para o grupo PRF

Fonte: elaboração da autora

Figura 94 - Formas de comunicação socioambiental local mais eficazes para o grupo RC

Fonte: elaboração da autora

Figura 95 - Formas de comunicação socioambiental local mais eficazes para o grupo ADP

Fonte: elaboração da autora

Figura 96 - Formais de comunicação socioambiental mais eficazes para o grupo CON

Fonte: elaboração da autora

Os resultados mostram que no grupo RDP a maioria acredita em primeiro lugar nas soluções diretamente vinculadas ao território para resolver problemas: *escola* como mediadora principal, *veículos de comunicação locais* em segundo lugar (jornais de bairro) e, em terceiro, *cartazes no comércio local*. As *instituições religiosas* aparecem em quarto lugar na preferência. Em relação ao veículo rádio, nota-se clara distinção valorativa por parte dos respondentes: enquanto estações comuns aparecem em quinto lugar, as *estações comunitárias* aparecem em décimo (última posição entre as possibilidades oferecidas). Em posição intermediária entre essas duas, estão: *conversa boca a boca* (sexto lugar); *informes e palestras em reuniões de conselhos locais* (sétimo); *distribuição de panfletos* (oitavo) e *mídia-poste* (nona posição). No item *outros*, os respondentes listaram diversas outras possibilidades, embora nem todas, a princípio, possam ser classificadas como formas locais de comunicação. Transcrevemos abaixo as ideias oferecidas, agrupadas em eixos de significação similares²²⁸:

Figura 97 - Outras formas de comunicação sugeridas pelo grupo RDP

<i>anúncios em pontos de ônibus da cidade</i> <i>cartazes nos pontos de ônibus e dentro dos ônibus</i> <i>nos monitores dos ônibus ou nos terminais</i> <i>informes no transporte público</i> <i>utilização de informações nos transportes públicos</i> <i>divulgação no metrô e shoppings</i> <i>mídia do metrô</i> <i>atividades no parque da cidade</i> <i>palestras e outras atividades no parque da cidade</i>
<i>jornais da cidade</i>
<i>cartazes em condomínios</i> <i>cartazes que cheguem até os prédios</i> <i>faixas nas ruas de grande circulação</i> <i>cartazes nos postos de saúde</i> <i>no posto de saúde [sem especificar o tipo de comunicação]</i>

²²⁸ Das formas digitais sugeridas trataremos mais adiante, ao totalizar as contribuições de todos os grupos.

<i>promoção de eventos em diferentes bairros para estimular criação de grupos interessados em divulgar informações sobre os cuidados com meio ambiente</i>
<i>movimentos culturais acerca do tema/teatros/shows</i>
<i>um trabalho dirigido aos síndicos dos prédios incluindo orientações de como fazer comunicação-educação dos moradores</i>
<i>via diversos grupos de moradores de bairros</i>
<i>eventos</i>
<i>palestras</i>
<i>informes</i>
<i>através de trabalhos escolares</i>
<i>campanha massiva</i>
<i>propaganda de televisão em horário nobre</i>
<i>televisão</i>

É possível que os sujeitos de pesquisa dos diferentes grupos tenham pensado em *usos locais de meios massivos*, como a televisão, citada cinco vezes; em *uso específico das linhas de transporte público*, entre outras perspectivas particulares (citadas uma vez cada uma), as quais poderiam ser investigadas em estudos vindouros.

Para o grupo 3 (conselheiros), observamos que matérias em jornais de bairro, informes e palestras em instituições religiosas e escolas locais receberam maior número de citações (mesmo número cada um dos itens), ficando em segundo lugar, também empatados, os informes e palestras em reuniões de conselhos e cartazes no comércio local. Seguiram-se menções aos demais itens e três contribuições ao item *outros* [que teve oito marcações, mas apenas três diretamente ligadas à pergunta-chave: carro de som, internet e mídia eletrônica — celular/face (facebook), cada qual com uma (1) citação]. Uma (1) pessoa conectou a ideia de comunicação local às *associações e sociedades dos bairros*; outra (1) a associou com a ideia de “*fiscalização mais intensa, aumento das multas pecuniárias aplicadas, bem como adoção de medidas mais severas, se necessário*”. A resposta imediatamente anterior faz pensar uma vez mais sobre o fato de alguns respondentes perceberem a ação cotidiana da administração local nas ruas como forma de comunicação eficaz com o cidadão. Surgiu também um comentário mais geral sobre o conjunto das opções: “*todas essas alternativas serão sempre bem aceitas*”. Quatro pessoas

deixaram em branco a explicitação das medidas *outras*, embora tivessem assinalado a alternativa. No grupo GIC, um respondente fez referência específica ao nome de periódico digital local, por trabalhar no referido veículo.

Para os alunos da EJA e do Ensino Médio noturnos, *informes e palestras na escola* foram considerados a principal forma de comunicação acerca de problemas socioambientais locais, seguida da opção *jornais de bairro*. Ambas são alternativas ligadas diretamente ao território em sua concretude cotidiana e demonstram, juntamente com as opções escolhidas em terceiro, quarto e quinto lugares (*cartazes em postes e pontos de ônibus, cartazes no comércio do bairro e informações veiculadas em rádio comunitária*) que esse grupo de respondentes valoriza primeiro as conexões mais próximas de sua vida diária. Isso referenda a importância da cotidianidade citada por Avanzi (2004).

Os *conselhos locais* e as *instituições religiosas* ficaram em último lugar — resultado semelhante ao que obtivemos em investigação anterior (FALCÃO, 2013), e as razões podem estar relacionadas: a) no caso dos conselhos, com o fato de haver pouca divulgação e pouca participação da população local nos conselhos da região; b) no caso das instituições religiosas²²⁹ com a ideia de que as questões religiosas se constituiriam foro à parte: não poderiam ou não deveriam misturar-se a interesses outros que não os estritamente espirituais. Essa visão tem sido sistematicamente modificada, conforme atesta, por exemplo, o lançamento da Encíclica *Laudato Si'* (IGREJA, 2015), pelo Papa Francisco, além de iniciativas no mesmo sentido promovidas por líderes de outras religiões.

Dez alunos assinalaram o item *outras* e ofereceram mais opções comunicacionais avaliadas como eficazes, embora nem todas atendam plenamente à especificação “formas de comunicação locais” (contida no *caput* da pergunta). Podem ter sido, no entanto, consideradas pelos respondentes como meios de comunicar localmente quando focam, em alguns noticiários e programas, aspectos específicos de determinados bairros ou quando, em grupos vinculados a bairros, criados nas redes sociais digitais — ação muito frequente —, tratam especificamente de abordagens comunitárias. TV a cabo (1); mídias de TV (1), mídia [em geral] (1) e internet [em geral] (1) foram mencionadas. Entre as opções que mais pareciam aproximar-se do trato localizado, estão: *outdoor* (1); palestras em locais públicos (1); protestos (1); publicidades em ônibus (1) [esta última opção, embora o aluno não tenha entrado em detalhes, imaginamos que

²²⁹ Em nosso questionário, não estabelecemos nenhum tipo de distinção confessional, empregando a expressão “instituições religiosas” para significar qualquer tipo de instituição voltada ao cuidado com a espiritualidade.

funcionaria se vinculada, naturalmente, às linhas que servem os bairros sobre os quais se quer divulgar questões socioambientais].

Outras interações, fortuitas, também ocorreram nesse grupo. Alguns alunos acrescentaram observações por escrito ao lado de determinados itens do questionário: uma aluna reforçou a importância que via no aspecto religioso, escrevendo ao lado da opção correspondente: “Dentro das igrejas principalmente” (no grupo ADP tal sugestão também apareceu grafada no item *outros*, porém é bom lembrar que já havia um item específico referente ao assunto entre as alternativas contidas na questão) . Outra estudante, no final da frase do item '*criar um grupo no facebook*', anotou: "*whatsapp, twitter*", aditando opções de redes eletrônicas àquela que havíamos mencionado no item. Um terceiro aluno se deteve no coração verde, ilustração que circundava o agradecimento da pesquisadora ao final do questionário, e reforçou o contorno da figura em alguns pontos. Foi o único a externalizar uma interação com essa imagem, procurando destacá-la com sua caneta — ato revelador da atenção ao detalhe, às “entrelinhas” da apresentação visual de nosso questionário.

Nessa questão, omitimos intencionalmente as possibilidades digitais de interação, para observar se elas seriam acrescentadas espontaneamente pelos respondentes no item *outras*. Tal opção deu-se porque, em pesquisa pregressa (FALCÃO, 2013), foi constatado que embora os respondentes assinalassem a internet como forma pela qual costumavam receber informação socioambiental local, também afirmavam que a informação vinda por essa via (redes, principalmente) não era capaz de sensibilizar. A ideia aqui, reiteramos, consistiu em verificar atribuição de importância por citação espontânea, indicativa de uma valoração especial à forma.

Para o grupo de professores, embora coincidam com o grupo dos alunos dois dos itens selecionados nos três primeiros lugares — *informes e palestras em escolas locais* e *matérias em jornais de bairro* —, destacam-se a *conversa boca a boca* (em segundo lugar no ranking docente) e *os informes e palestras em instituições religiosas locais*, que saltaram do último lugar nas escolhas dos alunos pesquisados para o quarto lugar na preferência dos docentes. Essa preferência talvez pudesse auxiliar no planejamento de atividades de ressonância (ROSA, 2013) coligadas aos estudos socioambientais no território onde fica a escola. Os *cartazes em postes e pontos de ônibus*, a chamada *mídia-poste* (que entre os estudantes valeu um terceiro lugar) e a *distribuição de panfletos* (à qual os alunos atribuíram a sexta posição) ficaram em último lugar na escolha dos professores. Parece que os estudantes costumam dar mais atenção/importância aos informes colados nos postes do que os professores. Quanto à *distribuição de panfletos*, a

adesão menor dos dois grupos à opção pode ter relação com a percepção de que essa forma de comunicar gera mais lixo a ser recolhido no ambiente, estando, portanto, numa certa contramão das opções sustentáveis. A opção *outros*, no grupo PRF (professores), trouxe seis (6) sugestões de ações consideradas por eles parte da comunicação local: *palestras para os alunos-conscientização/palestras - conscientização efetiva dos alunos* teve duas citações; *programação de roda de conversa* (1); *canais abertos de TV* (1); *redes sociais do bairro* (1); *atividades práticas – horta comunitária* (2), *plantar mudas nas praças* (1).

No grupo RC (Crisma – religioso), as formas mais assinaladas foram, em primeiro lugar, *informes e palestras em escolas locais* (coincidindo em escolha e posição da escolha com os grupos RDP - *redes de pertencimento digitais*; AEJ - *alunos de EJA e Ensino Médio* e PRF – professores); em segundo, *matérias em jornais de bairro* (coincidindo em escolha e posição no ranking com os grupos RDP e AEJ). Em terceiro, *informes e palestras em instituições religiosas locais* (o que também apareceu nas primeiras escolhas do grupo PRF e do grupo RDP — porém nestes dois a opção por instituições religiosas ficou em quarta posição). Nas últimas posições, ficaram as opções por *rádio comunitária*, *conversas boca a boca* (que para o grupo PRF-professores foi o segundo mais assinalado) e *distribuição de panfletos* (coincidindo com vários outros grupos, nos quais tal opção também teve muito pouco apelo). No item *outros*, quatro (4) participantes do grupo RC sugeriram o uso de redes sociais (redes digitais foram mais referidas, provavelmente em razão da idade dos respondentes, a maioria jovens) e um (1) escreveu “comércio TV”, talvez sugerindo inserções socioambientais nos programas dos canais comerciais, mas não é possível saber com exatidão o que pensou o respondente ao inserir tal opção.

No grupo UN, desdobramos a questão relativa à *conexão rede social e sensibilização ambiental*. Intencionalmente, como explicado, deixamos de incluir na pergunta um item sobre *comunicação digital*, a fim de verificar se a ideia surgiria de maneira espontânea entre os respondentes: apenas 1% aludiu à possibilidade, no item ‘*outros*’ : “*redes sociais! baixo custo, grande alcance*”. Ao expor esse resultado para os alunos, explicando a intencionalidade da indagação, obtivemos um diálogo interessante, que será analisado em breve.

No grupo VST, empataram em 1º lugar *cartazes em postes e pontos de ônibus (mídia-poste)* e *informações veiculadas em estações comuns de rádio*; em 2º lugar, *informes e palestras em escolas locais* e em 3º, a *conversa boca a boca*. Nas preferências intermediárias, os vestibulandos assinalaram: em 4º lugar, *matérias em jornais de bairro*; em 5º, *informações*

veiculadas em rádio comunitária; em 6º, *informes e palestras em reuniões de conselhos locais*. Entre as últimas escolhas feitas por esse grupo figuram: *distribuição de panfletos* (7º lugar); *cartazes no comércio do bairro* (8º lugar) e *informes e palestras em instituições religiosas locais* (9º lugar). No item *outros*, os pré-universitários incluíram: internet (3 citações); campanhas via TV (1); carro de som (1); informações no mural do condomínio (1); ação do poder público (1). Interessante observar que a televisão é vista aqui e nos grupos IQA, RDP e PRF (por alguns respondentes) como veículo local. Para os respondentes que aludiram a isso, o simples fato de presenciar o poder público executando ações no território parece funcionar como instrumento de comunicação local. A sugestão de aproveitar murais de condomínio para comunicar sobre questões socioambientais locais revela potencial para promover sensibilização e ação coletiva, por ser simples e exequível. Um diálogo entre poder público, sistemas de ensino e administradoras de condomínios poderia produzir bons frutos nessa direção.

No grupo ADP, dez pessoas inseriram no item *outras* menções a *redes/mídias sociais/mídias digitais alternativas/canal na internet/aplicativo de celular* (5); *diálogos com coletivos culturais* (1); *divulgação através das igrejas, em sermões em todas — evangélica, católica etc.* (1); *reuniões nos bairros* (1); *TV minuto nas linhas do metrô* (1); *projetos de Educação Ambiental focados em resíduos e o seu problema na comunidade* (1); *realizações das promessas [do poder público]*(1). Percebemos nas respostas a retomada de algumas sugestões também apresentadas noutros grupos. Há acréscimos coligados à *estrutura de projetos* (como nas sugestões do grupo IQA), ao *diálogo com os coletivos* (que ainda não haviam sido sugeridos), ao *uso da TV Minuto do metrô*. Esse meio de comunicação, embora não seja uma rede propriamente “local”, está sendo vista como local, do mesmo modo que as emissoras abertas. Em razão do grande número de usuários, cujo tempo de permanência no metrô geralmente permite acompanhar parte da programação, a rede televisiva interna poderia ser aproveitada realizando-se matérias socioambientais por regiões/bairros da cidade, estimulando a proatividade cidadã para a resolução de dificuldades localizadas. A última sugestão — relativa à *realização de promessas por parte da administração pública*, parte do quesito *confiança* referido por Senecah (2004) — aparece novamente como “forma de comunicação local”.

A imagem a seguir totaliza a frequência de escolhas dos respondentes de todos os grupos:

Figura 98 - Formas de comunicação socioambiental local mais eficazes na visão do total de respondentes (resultados expressos em frequência)

Fonte: elaboração da autora

Veicular informes e realizar palestras nas escolas aparece em primeiro plano nas preferências dos participantes, com 360 citações. Em segundo lugar, figuram os *jornais de bairro*, com 291 citações. Fases da educação e da comunicação (escola e jornal de bairro) emergem como o caminho principal para tratar de assuntos socioambientais do território, complementado pela utilização de *cartazes no comércio local* (terceiro lugar na preferência, com 258 citações). Há que se observar, no entanto, a necessidade de existirem conexões entre esses eixos no sentido de transformá-los em interface voltada ao combate dos distúrbios ambientais/socioambientais redutores da qualidade de vida comunitária. Nossas observações em campo no distrito referência indicaram que ainda não existe conexão eficaz, pois mesmo a escola sendo esperança quanto a intervenções comunitárias, ela nem sempre se abre ao trabalho

interventivo socioambiental voltado ao território, como o demonstraram nossos relatos de campo.

Os jornais de bairro cumprem bem seu papel registrando as dificuldades vividas no dia a dia pelas comunidades, mas no distrito referência não vemos pontes construídas entre este tipo de veículo comunicativo e o trabalho cotidiano nas escolas. Cabem investigações mais detalhadas sobre essa relação em outras geolocalizações. Quanto aos *cartazes no comércio*, segundo a maioria dos respondentes uma forma eficaz de comunicação localizada, têm sido bastante usados no distrito referência para explorar a conexão saúde-ambiente, no sentido de prevenção à dengue e a outras doenças vetorizadas por mosquitos.

Não se veem, entretanto, informes no que diz respeito ao problema da ilha de calor gerado pela dizimação do verde local e pelo modelo impermeabilizante de edificações adotado por moradores/pelas construtoras. Também muito pouco se vê quanto ao problema da destinação dos resíduos sólidos²³⁰ — uma queixa recorrente não só no distrito referência mas na grande maioria das cidades (conforme indicam os dados por nós captados junto a moradores de diferentes municípios brasileiros). Este problema, no distrito referência, tem sido uma das frentes prioritárias da administração municipal (e provavelmente tem atenção do poder público nos outros municípios abrangidos por nosso *survey* digital).

A título de exemplo das ações, existem novos cartazes afixados pela subprefeitura local explicitando a proibição do lançamento de inservíveis em logradouros públicos, determinando as sanções legais e o valor da multa (no ano de 2017, quando coletamos a informação, fixada em R\$ 17.330, 88 — segundo placa informativa instalada pela subprefeitura do distrito referência). Algumas ações mais intensas no sentido de limpeza e requalificação dos espaços nos quais o lançamento de resíduos é recorrente vêm sendo observadas. Trata-se de iniciativa bem-vinda, entretanto estes espaços têm sido amiúde ‘desqualificados’ novamente, com tentativas sucessivas de deposição de resíduos, às vezes exatamente sob as placas de alerta ou no mesmo local após estas serem arrancadas.

²³⁰ No caso do distrito Vila Medeiros, existem cartazes afixados pela administração pública local explicitando a proibição do lançamento de inservíveis em logradouros públicos, quais são as sanções legais e qual o valor da multa. Algumas ações no sentido de limpeza e requalificação dos espaços nos quais o lançamento de resíduos é recorrente têm sido observadas. Trata-se de iniciativa bem-vinda, entretanto estes espaços têm sido amiúde ‘desqualificados’ novamente, com tentativas sucessivas de deposição de resíduos, às vezes exatamente sob as placas de alerta. Cabe intensificação da fiscalização, o que quase sempre esbarra nas queixas sobre verbas escassas/mal direcionadas.

Cabe intensificação da fiscalização, o que quase sempre esbarra nas queixas sobre ausência de equipes, verbas escassas/mal direcionadas, tanto quanto sobre a deseducação coletiva. Em termos de políticas públicas, trata-se de dois pontos a serem revistos. Existem diversos programas públicos e privados de educação ambiental, porém os resultados nas cidades podem ser questionados a partir da observação simples dos logradouros urbanos comprometidos (é visualmente detectável o lixo no chão, em muitas cidades, bem como a depredação dos bens de uso comum). Para que o problema deixe de ser um eterno enxugamento de gelo, há que se investir em plano mais abrangente de vigilância e de educação socioambiental pública, cuja verba para realização poderia vir de percentuais pré-fixados nos montantes destinados a várias instâncias administrativas (e não apenas das secretarias correspondentes), somadas, por sua vez, a contribuições do setor privado.

Na sequência das preferências comunicacionais, os respondentes assinalaram em quarto e quinto lugares as *informações veiculadas em estações comuns de rádio* (253 citações) e os *informes e palestras em instituições religiosas locais* (218). Um meio de comunicação massivo como o rádio é considerado também um meio de comunicação local. Ele aparece entre as três primeiras opções apenas no grupo VST, porém as *rádios comunitárias* ficam em nono lugar de uma lista de dez opções — na qual a última posição é ocupada pela *distribuição de panfletos*. Os *informes e palestras em instituições religiosas*, que não aparecem entre as três primeiras da lista em todos os grupos, também não estão entre as três últimas, à exceção dos grupos AEJ e VST (nos quais aparecem em último lugar). Essa posição, que consideramos intermediária, pode ser alçada a um patamar mais elevado, considerando-se a possibilidade de que o discurso do engajamento socioambiental seja adotado entre líderes religiosos. Valeria, talvez, um trabalho/projeto científico específico, buscando essa conexão (que enfatize o envolvimento socioambiental) entre instituições religiosas-universidade-territórios, embasado, entre outras, nas contribuições dos próprios líderes religiosos para a causa, como o Papa Francisco, o Patriarca Bartholomeu e líderes de outras denominações.

A *conversa boca a boca*, que aparece em posição intermediária no ranking geral (como também aparece no grupo VST), apresenta bastante oscilação nos gráficos individuais dos demais grupos: para PRF e UN, ela está entre as três primeiras opções; para os grupos AEJ, RC, ADP e CON, surge entre as três últimas. Caberia, em desdobramentos futuros, propor grupos focais para melhor entendimento desse aspecto. A *distribuição de panfletos*, à exceção do grupo AEJ, em que foi assinalada como opção intermediária, em todos os demais está entre as três últimas opções para a realização de comunicação socioambiental local. Embora seja

empregada amplamente pelo comércio, a panfletagem pode ter sido associada pelos participantes a maiores quantidades de resíduos a serem recolhidos (*mais lixo*, como anotou um dos respondentes ao lado da referida opção).

No item *outros*, verificamos a inclusão, pelos respondentes, de 42 citações relacionadas à comunicação digital²³¹, assim distribuídas em termos de quantitativos do vocabulário empregado para essas referências:

Figura 99 – Outras formas de comunicação (predominância de referências digitais)

<i>internet/internet-mídia/canal na internet/canal on-line/canal virtual</i>	14
<i>mídias sociais</i>	5
<i>mídia on-line</i>	1
<i>redes sociais</i>	10
<i>redes sociais digitais/redes sociais, postagens em/redes sociais - web</i>	3
<i>redes sociais do bairro</i>	2
<i>páginas dos bairros nas redes sociais</i>	1
<i>explorar as redes sociais por meio das ferramentas de geolocalização</i>	1
<i>comunidades virtuais</i>	1
<i>facebook</i>	1
<i>mídias digitais alternativas</i>	1
<i>aplicativos de celular – propagandas em</i>	1
<i>mídia eletrônica – celular, face</i>	1

Fonte: elaboração da autora

Um dos respondentes do grupo RDP, aparentemente inconformado com a inexistência da opção de meios digitais na lista de respostas, anotou: “*Redes sociais – nem sei como vocês não colocaram essa opção. Olhai [sic] a prefeitura de Curitiba.*”.

Nota-se recorrência à ideia das redes virtuais, embora as redes físicas talvez também fossem lembradas pelos respondentes. As respostas, no entanto, não deixam distinguir com

²³¹ Conquanto seja necessário lembrar que a terminologia “redes sociais” também pode se referir a redes não digitais de pertencimento, o que é menos usual. Diante da impossibilidade de checar se esse uso foi pensado pelos respondentes, optamos por considerar que as menções a redes tenham relação com o mundo digital – a percepção mais comum.

muita clareza esse aspecto. De todo modo, vale lembrar, com Granja (2012), que qualquer seja o tipo de rede, em se tratando de seu uso para o conhecimento, entendimento e ação vinculados às políticas públicas, esta provê auxílio aos participantes dos processos de mediação. Mantendo seu caráter horizontal e não hierárquico e por alcançar várias dimensões do território, a rede, segundo a autora, forma e amplia vocabulário mediativo através do compartilhamento de práticas com um objetivo comum ou concretizadas apenas para replicar, ainda que parcialmente, alguma experiência prática.

Realizamos também um recorte por faixas etárias quanto às formas comunicacionais indicadas pelos respondentes como mais eficazes — o que pode ajudar de alguma maneira no planejamento de ações ecoeducadoras:

Figura 100- Relação entre faixa etária e formas de comunicação socioambiental local consideradas eficazes

FORMAS DE COMUNICAÇÃO \ FAIXA ETÁRIA	até 20 anos	21 a 30 anos	31 a 40 anos	41 a 50 anos	51 a 60 anos	Mais de 61 anos
INFORMES E PALESTRAS EM ESCOLAS LOCAIS	1º	1º	1º	1º	1º	1º
CONVERSA BOCA A BOCA	6º	4º	6º	7º	7º	4º
MÍDIA POSTE (CARTAZES EM POSTES E PONTOS DE ÔNIBUS)	4º	6º	9º	10º	10º	10º
DISTRIBUIÇÃO DE PANFLETOS	9º	8º	10º	8º	9º	6º
INFORMAÇÕES VEICULADAS EM RÁDIO COMUNITÁRIA	8º	10º	8º	9º	8º	9º
INFORMAÇÕES VEICULADAS EM ESTAÇÕES COMUNS DE RÁDIO	5º	5º	4º	6º	5º	5º
INFORMES E PALESTRAS EM REUNIÕES DE CONSELHOS LOCAIS	7º	9º	7º	5º	6º	7º
INFORMES E PALESTRAS EM INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS	10º	7º	5º	3º	4º	2º
CARTAZES NO COMÉRCIO DO BAIRRO	3º	2º	3º	4º	2º	8º
MATÉRIAS EM JORNAIS DE BAIRRO	2º	3º	2º	2º	3º	3º

as duas primeiras escolhas	escolhas intermediárias			as duas últimas escolhas

Fonte: elaboração da autora

Observa-se que a escola mantém-se como unanimidade em todas as faixas etárias, revelando uma crença/esperança intergeracional na educação como forma de *comunicar para transformar* (LOUREIRO, 2011); é interessante notar a variação do item *informes e palestras em instituições religiosas*, que alcança maior valorização à medida do avanço etário. A escala na opção começa pelo vermelho entre os mais jovens, passa pelo cinza nas faixas subsequentes e chega ao verde entre os mais idosos. Conquanto exista no cinza pequena inversão relativa às faixas de *41 a 50 anos* e *51 a 60 anos*, isso não modifica significativamente a percepção acima.

Os próximos resultados mantêm estreita relação com questões vinculadas a elementos formativos (FERRARO JÚNIOR E SORRENTINO, 2005; PENTEADO, 2010) na interface comunicação-educação-educação ambiental. Oferecemos aos respondentes sugestões por meio das quais fosse possível desenvolver/aprimorar um processo de educomunicação socioambiental (SORRENTINO et al., 2005; BRASIL, 2005; BRASIL, 2008; GATTÁS, 2015). Buscamos verificar suas preferências quanto a atividades com as quais *gostariam de/teriam prazer em* envolver-se em seus grupos caso pudessem escolher. A possibilidade da escolha é muito importante para a valorização da alteridade, um aspecto determinante visto em nosso referencial teórico por meio das contribuições de Bauman (2004); Craig e Muller (2007), Ruiz (2008), Contrera e Baitello Jr. (2010); Wolton (2011); Marcondes Filho (2014).

Conhecer as preferências das pessoas com as quais se intenta desenvolver um processo formativo pode levar a formas mais exitosas de estruturar ações comunicativo-educativas socioambientais. Isso garante também a presença dos elos relativos ao *interesse* conforme preconizado por Marques (2011) e implica igualmente considerar os níveis de *engajamento* a serem obtidos a) através da percepção de que o que é proposto tem relação com sua vida (JACOBI, 2000 e 2008) e b) através da contribuição individual para a somatória de pequenas contribuições que vai construir o *excedente cognitivo* mencionado por Shirky (2011 e 2012).

Para abarcar essas construções teóricas e direcioná-las à prática socioambiental formativa, propusemos a alguns grupos, por meio de enunciados distintos na formulação, mas transmitindo a mesma ideia-chave, a escolha entre atividades envolvendo múltiplos interesses: a) a possibilidade de participação em uma nova palestra, noutra ocasião, para aqueles que haviam acabado de participar da nossa intervenção (os respondentes dos grupos AEJ e RC estão nesse rol); b) para os professores, sugerimos a possibilidade de ministrar uma palestra de motivação aos seus alunos para o trabalho socioambiental no bairro (eles também assistiram a uma palestra nossa).

A palestra, no caso dos grupos AEJ e RC, está relacionada à verificação da disposição para participar de atividades que cruzem conteúdos acadêmicos e problemáticas socioambientais no âmbito do território vivencial e ao tipo de ação comunicativo-educativa empregada em diálogos dessa natureza. No caso dos professores, procuramos observar em que medida haveria disposição para atuar como protagonistas em atividades diferentes das costumeiras na escola, tendo em vista a comunicação ambiental/socioambiental (COX e PEZZULLO, 2016; DEL VECCHIO DE LIMA et al., 2015; AGUIAR e CERQUEIRA, 2012; BERNA, 2001). Listamos abaixo as demais opções oferecidas e os motivos que nos levaram a incluí-las nos questionários:

-A *caminhada pelo bairro* foi proposição inspirada no Estudo do Meio — que também inspira sob diversos ângulos as demais opções (PONTUSCHKA, 2011 e 2013) — e na confecção de mapas socioambientais sugerida por BACCI e SANTOS (2013).

- A *atividade de fotografia ou filmagem* conecta-se ao estudo dos processos formativos envolvendo imagens/tecnoimagens (SOUZA e SILVA, 2014; FLUSSER, 2013; COSTA, 2013; SANTAELLA, 2012; CONTRERA e BAITELLO JR., 2010; CATALÀ DOMÈNECH, 2015)

-A proposta de *discussão na internet* relaciona-se à participação em rede, ao uso dos aparatos eletroeletrônicos para o engajamento (SHIRKY, 2011 e 2012; FELICE, TORRES E YANAZE, 2012)

- A atividade de *desenho ou artesanato* foi proposta tendo em vista a aproximação com o fazer artístico, conectado ao que Rosa (2013 e 2016) sugere como uma das atividades de ressonância necessárias à revisão do nosso estar no mundo (assim como o contato com a natureza, que estaria também representado aqui pela *caminhada pelo bairro*, ainda que os elementos propriamente naturais não se manifestem largamente em determinadas zonas urbanas).

- O *minicurso* sugere uma estratégia formativa na qual o sujeito, como na palestra, dispõe-se a diálogos socioambientais organizados a partir de um ponto de vista mais formal (mas não necessariamente desenvolvidos de maneira formal). Coliga-se também à possibilidade de protagonizar ações comunicativo-educativas (o que do mesmo modo pode ocorrer nas outras atividades, porém o *minicurso* e a *palestra*, para quem deseja ofertá-los, estão mais ligados à ideia do protagonismo; para quem deseja

apenas participar deles, é um indicativo de interesse em aprofundamento formativo, sinalizador de um grau maior de interesse no engajamento socioambiental).

- A *roda de conversa* foi proposta pensando nas interações informais, da maior simplicidade possível, tendo em vista auscultar interesse nos temas socioambientais mas sem um envolvimento que exija preparo prévio, deslocamentos maiores ou habilidades específicas. As rodas de conversa, pelo aparente descompromisso que implicam (o que também tem seu contraponto na ideia de permanecer na zona de conforto), podem gerar participação inspiradora de algum engajamento futuro.

Em síntese, o mapeamento de interesses aqui realizado busca caminhos ecopedagógicos (GUTIÉRREZ E PRADO, 2013; GADOTTI, 2008; AVANZI, 2004) para o trato da questão ambiental no âmbito dos estudos de Comunicação e Educação. As propostas de atividades entre as quais os respondentes escolheram foram oferecidas aos grupos AEJ, PRF, RC, ADP, VST, UN e GIC. Os enunciados receberam pequenas alterações — 1) para adaptar a questão a grupos específicos; 2) para agregar mais um item de possível interesse, verificado no decorrer cronológico das interações com os grupos. Os três primeiros (AEJ, PRF e RC) serão analisados em um bloco específico, por não conterem a variável introduzida nos grupos ADP, VST, UN e GIC (acréscimo de um item para escolha).

Figura 101- Atividades de que gostaria de participar na escola (grupo AEJ – Alunos)

fonte: elaboração da autora

Figura 102- Atividades que desenvolveria prazerosamente com os alunos (grupo PRF - Professores)

Qual (quais) das atividades abaixo você desenvolveria prazerosamente com seus alunos, a fim de sensibilizá-los sobre o tema em questão?

fonte: elaboração da autora

Figura 103- Atividades de que gostaria de participar na igreja (grupo RC - Crisma)

fonte: elaboração da autora

Animados pela palestra, os alunos assinalaram este item com mais frequência, conduzindo-o ao primeiro lugar, o que não fornece certeza de que essa seria uma opção assinalada preferencialmente em caso de não ter havido o encontro. De todo modo, foi bastante animador para nós saber, inclusive via manifestações dos estudantes após cada evento, que a maioria deles apreciou a interação e gostaria de repeti-la. Em segundo lugar, os alunos afirmaram preferir realizar *caminhada para observar o meio ambiente local*, e em terceiro, indicaram preferência por *atividade envolvendo as tecnoimagens* (FLUSSER, 2013; SOUZA e SILVA, 2014) e sua *função social* (SARDELICH, 2006, p. 462). Em quarto lugar aparece a

opção por *rodas de conversa* (veremos adiante, na análise do grupo PRF - professores, um posicionamento bastante diferente quanto a essa opção). A perspectiva formalizada (opção *minicurso*) ficou em quinto lugar, seguida da opção por *desenho ou artesanato*, em 6º lugar — o que para nós revela certo distanciamento da arte enquanto abertura para processos criativos (em intersecção, no caso, com os interesses socioambientais). Isso também pode ter relação com a redução progressiva, ao longo dos anos, do número de aulas/atividades no ensino básico a abarcar essa temática.

Outra possibilidade interpretativa reside na conexão cada vez maior de nossos jovens com as velozes tecnologias eletrônicas, restando pouco tempo e paciência para dedicar a atividades “mais lentas”. Seria este mais um dos reflexos da aceleração social do tempo (ROSA, 2013 e 2016) a ser pensado na convergência comunicação-educação-cuidado ambiental. Os estudantes assinalaram em último plano a preferência por uso de internet para discussão de problemas socioambientais. Esse resultado parece estar em dissonância com a superconexão à internet vivenciada pelos jovens das áreas metropolitanas, mas concorda com resultados obtidos em nossa pesquisa anterior (FALCÃO, 2013), quando jovens afirmaram que a internet era para eles um canal pelo qual recebiam conteúdo socioambiental, porém esse conteúdo não conduzia à proatividade, em sua visão²³².

No item *outras*, os alunos arrolaram as seguintes sugestões:

- *sair para conscientizar moradores*
- *fazer distribuições de mudas*
- *qualquer projeto ambiental*

As duas primeiras contribuições demonstram visões adicionais das atividades extramuros nas quais a escola pode se envolver e a terceira traz um indicador igualmente importante: a ideia de projetos, que já aparecera nas sugestões dos moradores do grupo 1 (IQA) como sinalizador de uma ação estruturada em favor da causa socioambiental. A Educomunicação propõe, entre seus valores educativos, “o amparo a projetos dirigidos à transformação social” (SOARES, 2014, p. 147). Dentro dessa ótica transformadora, na qual o

²³² Alunos do grupo Universitários (cujos resultados serão explicitados mais adiante), em diálogo aberto com esta doutoranda, em sala de aula, arrolaram possíveis razões pelas quais a sensibilização pode não acontecer pelas vias digitais.

protagonismo possibilitado pelo *empowerment* (CARVALHO, 2004) tem função basilar, decidimos criar uma pergunta na qual os papéis pudessem ser trocados: o aprendente deveria imaginar-se professor, ponderando sobre quais atividades escolheria para ajudar seus alunos a refletirem sobre o meio ambiente do bairro onde moram. Também propusemos essa troca de papéis aos demais grupos: imaginando-se professores, deveriam os respondentes fazer escolhas pedagógicas que considerassem apropriadas para despertar o interesse de seus alunos pelo meio ambiente do bairro onde habitam (os resultados serão vistos mais adiante).

A questão ora em análise, na formulação para o grupo PRF, pretendeu indagar que tipo de atividades os professores desenvolveriam com seus alunos, *de maneira prazerosa para si mesmos*, no intuito de aguçar a sensibilidade dos jovens para a problemática socioambiental. Incluir a ideia de perguntar sobre atividade que proporcionasse algum prazer/alguma satisfação aos ensinantes surgiu de dois momentos durante o processo de formação doutoral: 1º) em uma aula do curso *Processos de Linguagem em Comunicação e Educação*, o prof. Adilson Citelli, ministrante da disciplina, chamou a atenção dos pós-graduandos para o fato de que ninguém perguntava ao professor o que ele, como pessoa (não apenas como profissional), gostava de fazer, e isso era importante para pensar as questões de formação; 2º) durante o processo de qualificação, diálogos travados com a professora Heloiza Matos e Nobre proporcionaram reflexões de natureza semelhante. À ocasião, ela sugeriu que considerássemos *o sentimento das pessoas*, tanto ao refletir e escrever sobre aspectos teóricos da pesquisa quanto durante a recolha de dados em campo. Essa observação conduziu à escrita do capítulo voltado à alteridade (CRAIG e MULLER, 2007; MARCONDES FILHO, 2008, 2012, 2014 e 2016; WOLTON, 2010; CONTRERA e BAITELLO JR., 2010; SODRÉ, 2014) e a mais uma das alterações/incorporações promovidas em nosso questionário *in progress*.

Nota-se que algumas preferências centrais dos professores coincidem com as de alunos, como a opção pela *caminhada para a observação do meio ambiente local* (em segundo lugar para alunos e terceiro para professores) e uma *atividade de fotografia ou filmagem* (terceiro lugar para alunos e segundo lugar para docentes). Porém, chama a atenção no grupo dos docentes a opção majoritária: *uma roda de conversa* sobre temas socioambientais. Essa escolha, levada à discussão em reunião do Grupo de Estudos em Comunicação e Educação (coordenado pelo prof. Dr. Adilson Citelli, na ECA-USP) propiciou observações dos pesquisadores com relação à motivação dos professores para preferi-la. Seria, perguntou a profa. Eliana Nagamini, uma espécie de tentativa de retorno a um modo de vida menos acelerado – em busca inconsciente, talvez, da ressonância sugerida por Rosa (2013) para combater os efeitos

deletérios da aceleração social do tempo? Guardaria relação com uma percepção aventada frequentemente pelo professor Adilson Citelli e mencionada há pouco, de que falta indagar aos docentes quais atividades eles gostariam de fazer, isto é, o que lhes seria agradável/prazeroso no convívio socioeducativo diário e na vida pessoal? Seria, pensando um terceiro prisma, uma busca por atividades que demandassem menos esforço físico e intelectual dos docentes, boa parte deles passando por estresse contínuo no exercício da profissão?²³³ Teria, ainda, relação com a valorização da dialogicidade (SOARES, 2011) na interação professor-aluno, optando os mestres, intencionalmente, pelo tipo de diálogo postulado por Craig e Muller (2007) e Brulle (2010), com vista à migração do simples *discurso* para o real *diálogo* (FLUSSER, 2013), ou com o objetivo de promover um ensino mais calcado no *bottom-up* do que no *top-down*, a fim de gerar processos participativos dessa mesma natureza (SORRENTINO et al., 2005)? Parece-nos que um mix dessas possibilidades explica, ainda que parcialmente, essa escolha. E abre-se também aqui mais um caminho investigativo para futuras pesquisas.

Em relação às opções deixadas em último plano pelos professores, estão um *minicurso* (que talvez não tenha sido escolhido pela maioria por demandar mais trabalho para preparação e execução ou porque o professor porventura não se julgasse preparado para esse tipo de interação) e uma *discussão na internet* sobre problemas socioambientais locais – opinião na qual são acompanhados pelos sujeitos de pesquisa do grupo *alunos*, que também colocou a ideia de discussão na internet em último plano. Tal ocorrência, igualmente levada à ponderação no Grupo de Estudos em Comunicação e Educação, suscitou em Douglas Calixto e nos vários outros membros presentes à reunião a justificativa segundo a qual a palavra escolhida para compor o item, “discussão”, poderia remeter de pronto a uma atividade negativa, dado o país estar atravessando, nos últimos anos, crise sociopolítica e econômica sem precedentes.

Esse fato tem gerado animosidade proveniente de inúmeras pendengas nas redes sociais, razão pela qual os cidadãos estariam preferindo distanciar-se do gládio digital — que quase sempre culmina na intolerância, na violência simbólica e, nalguns casos, na violência física. Caberiam distinções qualitativas quanto ao modo como os respondentes de rede digital encaram a ideia da participação via internet. Em uma próxima investigação, seria interessante substituir essa palavra por outra que não lembrasse de pronto conotações negativas, como “diálogo”,

²³³ Consultar, a esse respeito, o capítulo *Aceleração social e estresse docente*, desta autora, parte integrante da obra *Comunicação e educação - os desafios da aceleração social do tempo* (CITELLI, 2017).

“conversa”, “interação”, para ver se alcançariamos percentuais diferentes nas opiniões dos grupos.

Vale lembrar que no item *outros*, uma docente sugeriu a adoção de “*atividades permanentes buscando a conscientização*”.

No grupo religioso (RC), uma nova *palestra*, uma *caminhada* e uma *atividade de fotografia ou filmagem sobre o meio ambiente do bairro* ocuparam os três primeiros lugares, enquanto o quarto item escolhido foi uma *discussão na internet* sobre os problemas socioambientais do distrito²³⁴. A escolha da caminhada e da atividade de fotografia ou filmagem coincide com as do grupo AEJ (detêm a mesma posição no ranking), porém a ideia da discussão na internet alcançou no grupo RC maior valorização, ficando em quarto lugar nas preferências, contra 7º lugar no grupo EAJ e penúltimo lugar na escolha dos professores. *Atividade de desenho ou artesanato, minicurso e roda de conversa* ocuparam as três últimas posições. No item *outras*, houve uma sugestão: “*oficinas em instituições do bairro como igrejas, associações e afins*”.

Na proposição dessa questão aos grupos ADP, VST, UN e GIC, acrescentamos o item *um encontro público ou oficina na subprefeitura* — 1) para abarcar possíveis interesses (MARQUES, 2011) em conexões específicas com o poder público, nas quais passamos a refletir em vésperas da interação com os participantes da audiência, considerando ser este um indicador importante para o trabalho conectado às Políticas Públicas; 2) lembrando o fato de as oficinas terem sido sugeridas no item *outros* de grupos anteriores.

No minigrupo GIC, os três participantes assinalaram *encontro público/oficina na prefeitura/subprefeitura* entre as duas primeiras escolhas, a única no caso de um dos respondentes; incluíram também *minicurso* e *caminhada pelo bairro para elaborar mapa socioambiental*, não tendo sido escolhida nenhuma das outras alternativas. Apresentamos a seguir os resultados para os demais grupos:

²³⁴ Utilizamos a palavra “distrito” no questionário (que à primeira vista poderia trazer alguma dúvida aos respondentes) porque em nossa palestra explicamos o que era um distrito e quantos e quais bairros compunham o distrito V. Medeiros, onde se localizava a igreja na qual concretizamos a atividade.

Figura 104 - Atividades prazerosas que desenvolveria em um possível projeto socioambiental comunitário (grupo ADP - Audiência Pública)

Se você fosse responsável por desenvolver um projeto socioambiental comunitário, de quais das atividades abaixo você participaria prazerosamente para incentivar a sensibilização da comunidade?

Fonte: elaboração da autora

Figura 105 - Atividades prazerosas que desenvolveria em um possível projeto socioambiental comunitário (grupo VST - Vestibulandos)

Fonte: elaboração da autora

Figura 106 - Atividades prazerosas que desenvolveria em um possível projeto socioambiental comunitário (grupo UN - Universitários)

Fonte: elaboração da autora

As escolhas correspondentes aos três primeiros lugares no ranking dos grupos ADP, VST e UN coincidiram nalguns pontos: a *roda de conversa*, que só havia aparecido entre as três primeiras posições no grupo dos professores (PRF), surgiu entre os três primeiros nestes: em terceiro lugar para ADP e UN, e em primeiro lugar para VST (coincidindo exatamente com a opção prioritária dos professores), o que faz lembrar a questão do cansaço por estresse,

verificada com frequência também entre vestibulandos. Em segundo lugar para ADP e UN, surgiu a *caminhada*, em UN empatada com *encontro público ou oficina* — sendo esta a opção prioritária do grupo ADP. Nos grupos VST e UN, a primeira escolha incluiu *atividades de fotografia e filmagem* — que estão também entre as primeiras escolhas dos grupos imediatamente anteriores (EAJ, PRF e RC).

Tal resultado remete à importância de investir em processos pedagógicos ricos em abordagem de aspectos iconográficos (FERRARA, 2007; CONTRERA e BAITELLO JR., 2010); SANTAELLA, 2012; FLUSSER, 2013; COSTA, 2013; SOUZA e SILVA, 2014); CATALÀ DOMÈNECH, 2015). Vale observar que em VST o *encontro público ou oficina* não despertou muito interesse, ficando em 7º lugar na preferência, enquanto nos outros dois grupos (ADP e UN) posicionou-se entre as três primeiras opções.

Quanto às escolhas direcionadas para o fim da lista, em ADP a opção *palestra* (a ser ministrada pela própria pessoa ou por um convidado seu) caiu para penúltimo lugar (ficando em último no grupo UN), enquanto o último lugar em ADP foi ocupado por *atividades de desenho ou artesanato* (coincidindo essa classificação no grupo VST: último lugar). O protagonismo do tipo *palestra* pareceu não despertar interesse em ADP, porém o protagonismo representado por participar de um *encontro público* ou pela possibilidade de aprender mais participando de uma *oficina* manifestou-se, como vimos, em primeiro plano por estes respondentes.

No mesmo grupo (ADP), as *atividades de fotografia e filmagem* ocuparam posição intermediária, mas estas constituíram-se atividades muito valorizadas nos grupos VST e UN. Importa observar que o grupo ADP é formado predominantemente por pessoas mais velhas, enquanto VST e UN são formados majoritariamente por jovens, ratificando a preferência dos mais jovens pelo trabalho com os elementos tecnoimagéticos. *Minicurso* ocupou posição intermediária nos três grupos e *discussão na internet* ficou em posição intermediária em ADP e UN. Os participantes desse bloco apontaram *outras* possibilidades de trabalho prazeroso para si, a saber:

VST:

“buscar apoio de instituições estatais e privadas para financiar recreações educativas”

ADP:

“intervenção ou performance no Parque do Trote, no Casarão Vila Guilherme [espaço cultural no bairro V. Guilherme]

“ performance e intervenção teatral”

‘cobrar mais atitudes do poder público, assim como dialogar com todos os coletivos de diversos segmentos”

“integrar coletivos de permacultura”

“cursos de informática, palestras antidoutrinação ideológica e oficinas de incentivo ao trabalho”

UN:

“atividades com participação direta, promovendo mudanças”

As contribuições acima reúnem referências ao agir social e político, resgatam a importância do teatro, sugerem diálogo com coletivos e realização de cursos/oficinas. Promovemos, ainda em relação a essa questão, um recorte etário para complementar o entendimento das preferências dos respondentes quanto a participar de atividades correlacionadas à busca de soluções/encaminhamentos para a problemática socioambiental. Houve preocupação de elaborar enunciados com o cuidado de manter em todos, qualquer fosse a formulação, palavras-chave que nos permitissem identificar com quais tipos de atividades os sujeitos de pesquisa *gostariam de se envolver/se envolveriam prazerosamente* caso pudessem escolher. O quadro a seguir ilustra os resultados:

Figura 107 - Relação entre faixa etária e tipo de atividades nas quais os respondentes gostariam de se envolver/se envolveriam prazerosamente

FAIXA ETÁRIA → PREFERÊNCIA POR ATIVIDADES QUE ENVOLVEM:	até 20 anos	21 a 30 anos	31 a 40 anos	41 a 50 anos	51 a 60 anos	mais de 61 anos
MOVIMENTO (CAMINHADA PELO BAIRRO)	1º	3º	1º	3º	2º e	1º
ARTE MANUAL (DESENHO/ARTESANATO)	6º e	7º	4º e	5º	4º e	4º e
PRODUÇÃO DE TECNOIMAGENS (FOTOGRAFIA E FILMAGEM)	2º	1º	3º e	4º	2º e	3º
INTERAÇÃO NA INTERNET (DEBATE)	5º	6º	5º e	7º	3º	2º e
MINICURSO (MONTAGEM/MINISTRAÇÃO/FREQUÊNCIA)	6º e	5º	4º e	6º	2º e	4º e
PALESTRA (MINISTRAÇÃO/ASSISTÊNCIA)	3º	2º	3º e	1º	4º e	4º e
RODA DE CONVERSA	4º	4º	2º	2º	1º	2º e

LEGENDA		
AS DUAS PRIMEIRAS PREFERÊNCIAS		1º / 2º lugares
PREFERÊNCIAS INTERMEDIÁRIAS		3º / 4º / 5º lugares
AS DUAS ÚLTIMAS PREFERÊNCIAS		6º / 7º lugares
EMPATE ENTRE PREFERÊNCIAS	e	* ver nota abaixo

* TODA VEZ QUE UMA PREFERÊNCIA TEVE A MESMA FREQUÊNCIA DE INDICAÇÕES QUE OUTRA(S), NÓS AS POSICIONAMOS NO MESMO NÍVEL DE ESCALA E ACRESCENTAMOS A LETRA "e" PARA INDICAR O EMPATE.

Fonte: elaboração da autora

É possível observar variações aparentemente aleatórias nalguns itens; no entanto, existem opções nas quais vemos alguma regularidade, suficiente para detectarmos certos padrões — como os que arrolamos a seguir:

- a) nota-se que a preferência por *roda de conversa* está concentrada nos indivíduos com mais de 30 anos. A partir dessa faixa, tal escolha aparece entre as duas primeiras em todas as clivagens, enquanto os respondentes de até 30 anos consideram-na uma atividade menos importante do que, por exemplo, a *produção de tecnoimagens* — classificada entre as duas primeiras escolhas nesse estrato;
- b) percebe-se que o trabalho artístico manual, ou *arte manual*, para mantermos nossa expressão-chave, não está nas duas primeiras preferências de nenhum dos estratos;
- c) constata-se que a opção *minicurso* segue um padrão quase igual — a exceção fica por conta dos respondentes entre 51 e 60 anos, únicos a incluir tal atividade entre suas primeiras preferências (empatada, é verdade, com mais três outras, referidas pelas palavras-chave *roda de conversa*, *movimento* e *produção de tecnoimagens*);
- d) o *debate via internet* não está nas duas primeiras preferências dos indivíduos de quase todas as faixas etárias, à exceção daqueles com mais de 60 anos, que o posicionaram no mesmo nível das rodas de conversa (2ª opção na escala de interesse).

Em quatro dos grupos pesquisados (ADP, UN, VST e GIC) acrescentamos a opção *encontro público/oficina* (na prefeitura/subprefeitura). A introdução dessa variável adveio, conforme elucidado, da sugestão de um dos respondentes anteriores (proposta de oficinas) conjugada à oportunidade de obtermos dados de um grupo de cidadãos que participavam de audiência pública no distrito referência.

Repetimos a pergunta com essa variável também para três grupos subsequentes (UN, VST e GIC). A ideia de auscultar o interesse pela participação mais voltada à politização, ao trato das políticas públicas pareceu-nos apropriada e gerou o recorte que ora fazemos:

Figura 108 – Relação entre faixa etária e atividades nas quais os respondentes gostariam de se envolver/se envolveriam prazerosamente (com acréscimo da variável '*encontro público/oficina na subprefeitura*')

<div> <div>FAIXA ETÁRIA</div> <div>→</div> </div> <div>PREFERÊNCIA POR ATIVIDADES QUE ENVOLVEM:</div>	até 20 anos	21 a 30 anos	31 a 40 anos	41 a 50 anos	51 a 60 anos	mais de 61 anos
MOVIMENTO (CAMINHADA PELO BAIRRO)	2º	2º	1º	3º	2º e	1º
ARTE MANUAL (DESENHO/ARTESANATO)	7º	6º	3º	2º e	5º e	N-E
PRODUÇÃO DE TECNOIMAGENS (FOTOGRAFIA E FILMAGEM)	1º	1º	N-E	2º e	3º e	4º e
INTERAÇÃO NA INTERNET (DEBATE)	4º	5º e	3º e	2º e	4º	2º e
MINICURSO (MONTAGEM/MINISTRAÇÃO/FREQUÊNCIA)	5º	5º e	2º	1º e	3º e	4º e
PALESTRA (MINISTRAÇÃO/ASSISTÊNCIA)	8º	3º e	3º e	2º e	5º e	N-E
RODA DE CONVERSA	3º	4º	1º e	3º	2º e	3º
ENCONTRO PÚBLICO/OFICINA (NA PREFEITURA/SUBPREFEITURA)	6º	3º e	1º e	1º e	1º	2º e

AS DUAS PRIMEIRAS PREFERÊNCIAS		1º / 2º lugares
PREFERÊNCIAS INTERMEDIÁRIAS		3º/4º/5º/6º lugares
AS DUAS ÚLTIMAS PREFERÊNCIAS		7º/8º lugares
EMPATE ENTRE PREFERÊNCIAS	e	
OPÇÃO NÃO ESCOLHIDA	N-E	

Fonte: elaboração da autora

Observamos, no grupo de pessoas com mais de 30 anos, que o item *encontro público/oficina* foi agregado às suas primeiras escolhas; enquanto os respondentes mais jovens alinharam-no às preferências intermediárias. A ideia de *movimento* manteve-se entre as primeiras escolhas, à exceção da faixa de 41 a 50 anos. A *arte manual* alcançou um pouco mais de interesse nessa mesma faixa. Em todas as clivagens, no geral, houve algumas oscilações de posição entre os itens, porém não podem ser analisadas de maneira “fechada” porque se trata de fatia específica do público respondente, em menor número e com maior incidência de jovens, de acordo com nossa contagem. Isso pode explicar parcialmente o fato de algumas opções não terem sido sequer assinaladas por grupos acima de 30 anos. Seria interessante repetir a experiência da pergunta com grupos maiores e, de preferência, com quantidade mais aproximada de participantes, o que não nos foi possível concretizar na presente investigação. As variáveis relacionadas aos interesses, preferências, gostos *versus* as idades dos envolvidos nas interações a serem promovidas (em termos de ensino formal, informal e não formal) podem auxiliar no planejamento de ações educacionais com maior chance de sucesso entre distintos públicos.

Propusemos em seguida aos respondentes um olhar pedagógico sobre atividades que poderiam compor projetos, planos de aula, atividades escolares para despertar interesse nos estudantes quanto à temática socioambiental vinculada ao território e às ações comunicacionais envolvidas na execução. Incluímos opções contidas na questão anterior (sobre o que seria *preferência pessoal dos respondentes* quanto a participar de atividades em seu grupo de origem) e acrescentamos mais algumas possibilidades para compor um ranking de 12 opções (13 considerando-se a opção *outros*). As intenções pelas quais propusemos essa questão foram: a) estimular a alteridade dos sujeitos de pesquisa em relação aos professores, sugerindo que se colocassem no lugar dos docentes para efetuar escolhas pedagógicas; b) estimular o respondente a exercitar o empoderamento comunicativo-educativo voltado ao fazer pedagógico e à autonomia do sujeito; c) ao conhecer as suas escolhas por grupos, verificar, em uma escala de três níveis, qual o posicionamento legado a cada uma das opções assinaladas e a quais interesses elas se alinham/com quais tendências aparentam ter mais vínculo. Procederemos à análise após apresentarmos os resultados em gráficos individualizados para cada um dos grupos e um quadro com o ranking das preferências segundo a escala de três níveis: 1) as quatro primeiras escolhas; 2) as quatro escolhas intermediárias e 3) as quatro últimas escolhas:

Figura 109 - Se fosse professor, atividades que escolheria para sensibilizar os alunos quanto aos problemas socioambientais locais (grupo AEJ – alunos)

Fonte: elaboração da autora

Figura 110 - Se fosse professor, atividades que escolheria para sensibilizar os alunos quanto aos problemas socioambientais locais (grupo VST - vestibulandos)

Fonte: elaboração da autora

Figura 111 - Se fosse professor, atividades que escolheria para sensibilizar os alunos quanto aos problemas socioambientais locais (grupo UN – universitários)

Fonte: elaboração da autora

Figura 112 - Se fosse professor, atividades que escolheria para sensibilizar os alunos quanto aos problemas socioambientais locais (grupo RC - Crisma)

GRUPO 6 - CRISMA

Fonte: elaboração da autora

Figura 113 - Se fosse professor, atividades que escolheria para sensibilizar os alunos quanto aos problemas socioambientais locais (grupo ADP - Audiência Pública)

GRUPO 7- PARTICIPANTES DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Fonte: elaboração da autora

Figura 114 - Atividades que os docentes elegeriam para sensibilizar seus alunos quanto aos problemas socioambientais do bairro (grupo PRF - professores)

Fonte: elaboração da autora

Figura 115 - Atividades ecopedagógicas preferidas pelos diferentes grupos

AÇÕES PEDAGÓGICAS SUGERIDAS	GRUPOS PESQUISADOS					
	AEJ	VST	UN	PRF	RC	ADP
	POSIÇÕES NO RANKING DE 12 OPÇÕES					
CAMINHAR COM OS ALUNOS PELO BAIRRO PARA ELABORAR UM “MAPA SOCIOAMBIENTAL”	1º	4º	2º	4º	2º	4º
PEDIR PARA OS ALUNOS FOTOGRAFAREM ALGUMA COISA DE QUE ELES GOSTEM E OUTRA DE QUE NÃO GOSTEM NO MEIO AMBIENTE DO BAIRRO	2º	1º	1º	1º	1º	2º
INCENTIVAR OS ALUNOS A FAZEREM UM FILME COM O CELULAR, SOBRE AS COISAS INTERESSANTES E AS COISAS PROBLEMÁTICAS DO MEIO AMBIENTE DO BAIRRO	4º	8º	6º	8º	8º	6º
PEDIR AOS ESTUDANTES PARA ENTREVISTAREM MORADORES IDOSOS, PARA SABER COMO ERA O MEIO AMBIENTE DO BAIRRO ANTIGAMENTE	3º	2º	5º	2º	5º	1º
INCENTIVAR OS ALUNOS A TROCAREM CARTAS COM ESTUDANTES DE ESCOLAS PRÓXIMAS, FALANDO SOBRE AS SUAS IMPRESSÕES EM RELAÇÃO AO MEIO AMBIENTE LOCAL	11º	11º	12º	12º	12º	11º
SOLICITAR UMA PESQUISA COM OS MORADORES PARA SABER COMO FAZEM A RECICLAGEM DE EMBALAGENS E PRODUTOS QUE NÃO USAM MAIS	8º	6º	9º	3º	3º	5º
SOLICITAR UMA PESQUISA SOBRE INSTITUIÇÕES DO BAIRRO QUE TRABALHAM EM FAVOR DO MEIO AMBIENTE	6º	7º	8º	11º	10º	7º
INCENTIVAR A CRIAÇÃO DE UMA PEÇA DE TEATRO A SER EXIBIDA NA ESCOLA PARA CONSCIENTIZAR OS MORADORES	10º	10º	10º	9º	11º	8º
INCENTIVAR A PRODUÇÃO DE UMA MÚSICA QUE LEVE AS PESSOAS A PENSAREM NO MEIO AMBIENTE LOCAL	12º	12º	11º	6º	9º	10º
SOLICITAR A CONFECÇÃO DE CARTAZES SOBRE A SITUAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DO DISTRITO, PARA DIVULGAR NOS POSTES E PONTOS DE ÔNIBUS DO BAIRRO (MÍDIA-POSTE)	7º	9º	4º	10º	7º	12º
CRIAR UM GRUPO NO FACEBOOK SOBRE PROJETOS COMUNITÁRIOS PARA MELHORAR O MEIO AMBIENTE LOCAL	5º	3º	7º	7º	6º	9º
DEIXAR QUE OS PRÓPRIOS ALUNOS PROPONHAM ATIVIDADES PARA SENSIBILIZAR A COMUNIDADE QUANTO AOS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS DO DISTRITO	9º	5º	3º	5º	4º	3º

- PRIMEIRAS ESCOLHAS (1º ao 4º lugar no ranking)
- ESCOLHAS INTERMEDIÁRIAS (5º ao 8º lugar no ranking)
- ÚLTIMAS ESCOLHAS (9º ao 12º lugar no ranking)

AEJ – ALUNOS DO ENSINO MÉDIO (EJA E REGULAR NOTURNO)
VST – VESTIBULANDOS
UN- UNIVERSITÁRIOS
PRF- PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO
RC- GRUPO RELIGIOSO
ADP- PARTICIPANTES DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Fonte: elaboração da autora

A proposta de construir um *mapa socioambiental* a partir da observação do entorno escolar (BACCI e SANTOS, 2013) revelou-se unanimidade: todos os grupos a incluíram na

primeira escala de preferência (1º ao 4º lugares). A distribuição por grupos mostra que AEJ confere a essa atividade o 1º lugar no seu ranking; para os grupos UN e RC ela está na 2ª posição e para os grupos VST e ADP cai para a 4ª, permanecendo, porém, na escala das quatro primeiras escolhas. Parece ter soado interessante para os respondentes de todos os grupos a ideia de sair da escola, coletar dados, transformá-los, trazendo-os de volta ao meio escolar. Ao inserir essa opção, pensamos em verificar o interesse pelas atividades de ressonância (ROSA, 2013 e 2016) e pelos passos da pesquisa científica de campo, segundo as diretrizes interdisciplinares do Estudo do Meio (PONTUSCHKA e CONTIN, 2006; PONTUSCHKA, 2011); PONTUSCHKA, PAGANELLI e CACETE, 2007). Entre as possibilidades de integração escola-comunidade-universidade esta parece uma boa entrada para o trabalho socioambiental integrado.

Também foi unanimidade entre os respondentes a proposta *pedir para os alunos fotografarem alguma coisa de que eles gostem e outra de que não gostem* (PONTUSCHKA, 2011) *no meio ambiente do bairro*. Alcançou o 1º lugar na preferência dos grupos VST, UN, PRF e RC. Nos grupos AEJ e ADP essa foi a segunda opção, estando a alternativa para todos os grupos localizada na primeira escala de escolhas. Verificamos nesse resultado o apreço/interesse pelo trabalho com as tecnoimagens (FLUSSER, 2013; SOUZA e SILVA, 2014), que pode ser muito bem explorado na educomunicação socioambiental tendo em vista o contato diário e ubíquo da maioria das pessoas com as diversas manifestações imagéticas, sobretudo aquelas em circulação nos meios digitais. Em termos bem pedagógicos, caberia (re)ver com os estudantes os diferentes enfoques do trabalho e da pesquisa com a imagem. Além de Flusser (2013) e Souza e Silva (2014) — este um especialista na área da fotografia —, são altamente contributivos para o enfoque educutivo autores como Ferrara (2007); Contrera e Baitello Jr. (2010); Costa (2013); Santaella (2012); Català Domènech (2015), entre outros. Naturalmente, é preciso adaptar os conteúdos ao nível de ensino que se pretende abarcar, filtro ao qual os docentes mais experientes já estão mais que habituados, mas, ainda assim, é possível propor, nos cursos de formação docente, mais exercícios nesse sentido.

A proposta *incentivar os alunos a fazerem um filme com o celular, sobre as coisas interessantes e as coisas problemáticas do meio ambiente do bairro* igualmente se relaciona ao trabalho com as imagens no contexto tecnológico contemporâneo, porém apenas o grupo AEJ a classificou entre as quatro primeiras, assinalando-a como a sua quarta opção. Em todos os demais grupos essa opção caiu para a escala das escolhas intermediárias: 6º lugar para os grupos UN e ADP e 8º lugar para os grupos VST, PRF e RC. A participação por meio da interatividade tecnológica (FERRÉS i PRATS, 2014) — via celular, no caso — não parece tão interessante

para a maioria dos grupos pesquisados. Isso pode ter relação com uma certa banalização do uso desse equipamento, que, em não representando mais uma grande novidade (sobretudo as filmagens realizadas com o recurso) talvez atraia menos o interesse dos respondentes para o emprego pedagógico em atividades socioambientais. Esse dado poderia, futuramente, ser discutido em um grupo focal, pois parece contradizer o gosto pelo uso intensivo do aparelho celular no dia a dia de grande parte das pessoas, ávidas em registrar situações cotidianas ou acontecimentos excepcionais.

Pedir aos estudantes para entrevistar moradores idosos, com o objetivo de saber como era o meio ambiente do bairro antigamente alcançou um ranqueamento diferenciado, que chega a surpreender por ser mais positivo que a opção anterior (celular para registrar o meio). Em quatro dos seis grupos verificados, foi colocado na escala das primeiras escolhas — em 1º lugar para ADP, 2º lugar para PRF e VST e 3º lugar para AEJ. A opção por entrevistar idosos revela valorização das experiências dos mais velhos e inclinação ao diálogo intergeracional. Há que se observar, no entanto, que essa opção caiu para a escala das escolhas intermediárias nos grupos UN e RC (5º lugar na classificação de ambos).

A alternativa *incentivar os alunos a trocarem cartas com estudantes de escolas próximas, falando sobre suas impressões em relação ao meio ambiente local* foi uma ‘unanimidade negativa’: a opção foi classificada por todos os grupos, sem exceção, na escala das últimas escolhas: 11ª para os grupos AEJ, VST e ADP e 12ª para os grupos UN, PRF e RC. Ao inserir essa opção prevíamos certa rejeição em razão de a escrita de e-mails e mensagens instantâneas imperar como forma de comunicação interpessoal, mas pretendemos verificar se haveria interessados no resgate de práticas antigas ou no reúso criativo dessas práticas para desenvolver trabalhos no âmbito da comunicação-educação socioambiental²³⁵. No entanto, a ideia de carta soou para todos como um ‘elemento prescrito’ para esse fim, conquanto não seja letra morta em algumas situações sociais vivenciadas hoje.

Em relação a *solicitar uma pesquisa com os moradores para saber como fazem a reciclagem de embalagens e produtos que não usam mais*, houve entre os grupos divisão pelas três escalas de valoração: para PRF e RC, ficou em 3º lugar (a escala das primeiras escolhas); em ADP caiu para 5º lugar; em VST, 6º lugar e em AEJ, 8º lugar (segunda escala valorativa – escolhas intermediárias). O grupo UN, por sua vez, classificou a opção como 9ª escolha (terceira escala valorativa – últimas opções). A reciclagem está constantemente na mídia,

²³⁵ Imaginamos, talvez, um exercício interdisciplinar (arte-história-português-geografia) em que os alunos escrevessem “cartas antigas” (envelhecidas artisticamente e fotografadas) sobre o meio ambiente atual a partir de uma saída para observação do entorno escolar e confecção de mapa socioambiental, e as encaminhariam via rede a alunos de outras escolas e vice-versa.

adentra as conversas cotidianas e é motivação para trabalhos escolares (malgrado o baixo índice de reciclagem alcançado na maioria dos municípios, o que nos faz mais uma vez questionar os reflexos do aprendizado socioambiental escolar sobre o entorno, sobre o território onde a escola se localiza), entretanto, divide opiniões quanto a ser objeto de um trabalho pedagógico conforme proposto, talvez também por implicar a saída para conversas face a face. Lembramos, ainda, que na questão sobre formas de comunicação preferidas para tratar de assuntos socioambientais locais a *conversa boca a boca* (uma modalidade ligeiramente diferente da que se coloca aqui) teve bastante oscilação entre os grupos pesquisados. Em investigação anterior, tratamos, baseados em Dahlgren (2009), da importância da conversação para o ensino da participação político-social dos cidadãos, refletindo sobre a extensão desse *modus comunicandi* no que se refere ao trabalho socioambiental. Outra vertente analítica seria a questão do embate com o ‘Outro’ (BAUMAN, 2004; CRAIG e MULLER, 2007; RUIZ, 2008; CONTRERA E BAITELLO JR., 2010; WOLTON, 2011; MARCONDES FILHO, 2014), nem sempre fácil.

A opção *solicitar uma pesquisa sobre instituições do bairro que trabalham em favor do meio ambiente* não teve uma única classificação na primeira escala de escolhas: o grupo AEJ atribuiu-lhe a 6ª posição; os grupos VST e ADP atribuíram-lhe a 7ª posição; o grupo UN, a 8ª (segunda escala de escolhas). O grupo RC classificou-a como a 10ª opção e o grupo PRF, como a 11ª (terceira escala de escolhas). Isso parece preocupante tendo a vista a necessidade de se fazer parcerias/criar vínculos (SPINK, 2002), inclusive com instituições, para efetuar trabalhos socioambientais de maior fôlego²³⁶. A questão institucional foi mencionada no grupo IQA como elemento essencial a um processo comunicativo-educativo voltado ao resgate dos valores socioambientais, o que também é discutido em Carvalho (2005); Sorrentino et al. (2005); Ferraro Júnior e Sorrentino (2005); Brasil (2005). Na nossa proposição hipotética, talvez tenha parecido mais complexo para os respondentes — possivelmente em razão da presença do elemento “institucional” — do que seria um encontro com idosos para entrevistá-los (opção bem vista pela maioria dos respondentes, como averiguamos).

²³⁶ A questão das parcerias para alavancar o trabalho socioambiental tem estado no foco de algumas universidades, entre elas a USP, que, em 23 de janeiro de 2018, assinou em conjunto com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SMA) dois protocolos de intenções. “O primeiro documento prevê a conjugação de esforços para viabilizar a avaliação das gestões ambientais pelos municípios paulistas, por meio de indicadores de sustentabilidade, no âmbito do Programa *Município VerdeAzul*, desenvolvido pela Secretaria” e o segundo, “estabelece a parceria entre a secretaria e a USP para a implementação de diferentes tipos de projetos e iniciativas que permitam o avanço de discussões, debates, transferência de conhecimento e ações colaborativas relacionados com a Agenda ONU 2030 e os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável” (USP ASSINA, 2018). Ver mais em: <http://jornal.usp.br/institucional/usp-assina-protocolos-de-intencoes-com-secretaria-de-meio-ambiente/>. Uma parceria inovadora já em curso entre universidade e comunidade pode ser apreciada na matéria publicada pela Folha de S. Paulo *Site permite que cidadão ajude em pesquisa* (MAIA, 2018). Trata-se de parceria entre a Universidade Federal Fluminense e cidadãos voluntários, que escolhem o projeto do qual desejam participar e se engajam — por exemplo, coletando dados sobre resíduos em áreas costeiras e lançando-os numa plataforma on-line (fruto da tese doutoral da bióloga Gilda Esteves), para serem organizados e analisados pelos cientistas da universidade.

O *teatro*, expressão artística outrora bastante apreciada entre jovens e adultos de diferentes gerações, teve valorações baixas: escolha intermediária para o grupo ADP, que lhe atribuiu a 8ª posição; todos os outros grupos atribuíram-lhe valores na escala das últimas escolhas: 9ª posição para PRF, 10ª posição para AEJ, VST e UN; 11ª posição para RC. Isso pode ter alguma relação com um distanciamento das formas artísticas “ressonantes” (ROSA, 2013 e 2016) ou talvez seja reflexo da redução do número de aulas de Educação Artística nas grades curriculares, ou, ainda, tenha relação com a sensação coletiva de que a crescente indisciplina dos alunos dificulta a organização de uma atividade dessa natureza. A dificuldade poderia estar, também, representada nos arranjos temporais necessários para ensaios e, como mencionou uma docente que respondeu ao nosso questionário, esse tipo de atividade exige contar com profissionais que conheçam melhor a arte do teatro. Em seu discurso, ela incluiu o trecho *"com ajuda de colegas com facilidade para tal"*. A observação revela reflexões importantes no sentido de que nem sempre existem todos os recursos para a comunicação local e nem sempre estão presentes pessoas com habilidades para se tornarem facilitadoras em determinados tipos de atividade, como a dramaturgia.

E em se tratando da seara artística, a apreciação da música, outra manifestação, embora seja consenso entre indivíduos de todos os matizes (cada qual apreciando o som que lhe é caro), também não foi marcada como opção de primeira escala. A proposição *incentivar a produção de uma música para fazer as pessoas refletirem sobre o meio ambiente do bairro* teve índices de marcação iguais aos da opção *teatro*. Para quatro dos grupos ficou na terceira escala valorativa – últimas opções): 10º lugar para ADP, 11º para UN, 12º para AEJ e VST. Apenas o grupo PRF a classificou na segunda escala valorativa, em 6º lugar. Há que se observar que o grupo PRF é composto de professores do ensino fundamental e pode ser que o trabalho com música desperte mais interesse na faixa etária com a qual estão habituados a trabalhar do que na faixa etária correspondente aos jovens de ensino médio e aos pré-universitários e universitários. Também convém ponderar sobre o fato de que produzir uma música envolve tanto um processo de criação textual quanto, se possível, algum conhecimento musical específico, o que a maioria das escolas têm oferecido cada vez menos aos nossos estudantes, reduzindo as oportunidades nas quais talentos podem aflorar. E o ensejo permite lembrar aqui fato pitoresco relatado mais acima: o caso do compositor que estava presente em nossa interação na audiência pública e indagou se poderia compor uma música que falasse sobre o meio ambiente e nos enviar. Uma esperança no resgate da arte musical para tratar das questões ligadas à vida sustentável.

Em linhas gerais, teatro, cartas e música ficaram em último plano para quase todos os grupos pesquisados. As cartas, talvez por simbolizarem um tipo de comunicação nostálgico, lento, face à hipervelocidade das trocas virtuais. Música e teatro, expressões permanentes da arte e integrantes de parte do que Rosa (2013) classifica como estratégias de ressonância, poderiam ser mais valorizadas a partir do eixo escolar, mas estão em baixa no momento entre a maior parte dos grupos participantes desta etapa investigativa.

A opção *mídia-poste*, por meio da *solicitação aos alunos de cartazes sobre os problemas socioambientais locais, a serem divulgados nos postes e pontos de ônibus do bairro*, variou de 4º lugar no grupo UN (primeira escala valorativa) a 7º lugar nos grupos AEJ e RC (segunda escala valorativa) e 9º lugar VST, 10º lugar PRF e 12º lugar ADP (última escala valorativa). Em um dos minicursos por nós ministrados durante a trajetória doutoral, no SEPAC, uma líder comunitária engajada na luta socioambiental sugeriu a *mídia-poste* como opção viável para a comunicação com a comunidade acerca da temática, principalmente nas franjas urbanas. Todavia, ao que parece, somente o grupo UN compartilha da mesma opinião. Talvez o baixo índice de escolha do item esteja coligado ao fator operacional: confeccionar os cartazes seria relativamente fácil, mas espalhá-los pelos postes do bairro exigiria tanto gastos para reproduzi-los quanto uma logística de distribuição eficaz e segura para os voluntários envolvidos na afixação, os quais também precisariam disputar espaço com os ‘coladores profissionais’. No entanto, valeria a pena testar essa opção — como outras aqui aventadas — em projetos educacionais integrados (escola-comunidade-universidade-outras instituições).

A interação digital via Facebook, muito popular, não foi tão valorizada pelos grupos — mesmo em uma *sociedade em rede* (CASTELLS, 1999) — para compor atividades socioambientais escolares: a proposta de utilizá-la para desenvolver projetos comunitários em favor do meio ambiente local só obteve do grupo VST (que a posicionou como sua terceira escolha) uma classificação na primeira escala valorativa. Em RC, ela apareceu como 6ª opção; em UN e PRF, como 7ª opção (escala valorativa intermediária) e em ADP é a 9ª opção (caindo para a escala das últimas escolhas). Podemos nos perguntar: a) se isso ocorreu por conta de algum sentimento de saturação em relação às interações digitais (WOLTON, 2017); b) por dificuldade quanto ao acesso digital nalguns grupos — como o da EJA, do qual participam pessoas que nem sempre estão conectadas ao mundo virtual ou o caso da senhora que quis nos ajudar respondendo ao questionário virtual mas o fez por intermédio de outra pessoa, pois não sabia lidar com computadores; c) se aconteceu aqui um reflexo de resultado averiguado em pesquisa anterior (FALCÃO, 2013): os conteúdos digitais de teor socioambiental seriam vistos,

mas não sensibilizariam, de acordo com alguns respondentes; d) se a introdução da variável representada pela expressão “projetos comunitários” no enunciado de algum modo poderia significar uma possibilidade não desejada de deslocamento da função de espectador para a função de agente, demandando mais empenho e energia. Em um tempo no qual grande parcela da população ativa sofre com os imperativos da aceleração temporal que gera a sensação de “encolhimento do presente” (ROSA, 2013 e 2016), participar de projetos, ainda que em base inicialmente virtual, pode significar uma carga a mais.

Outro ângulo a levar em conta está representado no número cada vez maior de indivíduos procurando dedicar parcela de suas horas ao trabalho voluntário, por meio da presença física ou cibernética, lembrando a prática da gratuidade de que fala Ariès (2013). Nesse caso, caberiam mais pesquisas em torno do tipo de interação sugerida, acompanhadas da discussão dos resultados entre os respondentes. Levamos esse debate sobre os baixos índices de escolha dos meios envolvendo internet (em nossas duas pesquisas – a de mestrado e a atual) ao grupo Universitários (UN). Propusemos que os jovens universitários levantassem razões pelas quais alguns respondentes, de outros grupos, não consideravam rede social digital um bom caminho para trabalhar questões socioambientais locais. Abaixo, um excerto sequencial da conversa:

Pesquisadora (P.): — *Vocês devem ter reparado que no questionário eu não coloquei nenhuma opção que falasse de internet, de rede social, de trabalho digital...Por que não coloquei? Foi intencional. Porque na pesquisa anterior, muita gente respondeu que não achava rede social [digital] um caminho pra sensibilização socioambiental. Olha que curioso! Trabalhei com três grupos diferentes na pesquisa anterior e aí foi uma coisa que ficou: preciso ir mais a fundo nisso porque as pessoas estão plugadas o tempo todo nas redes. Tanto que esse 1% que respondeu “outros” [resultado do grupo UN sobre meios para comunicar sobre a problemática socioambiental local] respondeu o seguinte: ‘Ó, tem que usar redes sociais’. Deve estar aqui quem deu essa resposta. Porque é ‘ecológico’, tem ‘baixo custo’, ‘grande alcance’: então por que não usar as redes sociais? Eu tô pesquisando isso: funciona mesmo? As pessoas gostam, não gostam? Se sensibilizam de verdade? Quero perguntar pra vocês, parando justamente aí [a explicação da pesquisa], pra vocês darem uma opinião. Vocês que são jovens, estão plugados nas redes, por que será que algumas pessoas consideram que rede*

não funciona pra sensibilização socioambiental? O que vocês levantariam como problemática?

Aluna (A1): — *Quando eu chego à noite, cansada, e vou ver as redes sociais, eu quero ver coisas fofinhas, gatinhos fofinhos [talvez referência aos memes]e não pensar sobre problemas ambientais...[risos coletivos]*

P.: — *[riso e gesto assertivo] O cansaço...*

Aluno (A2): — *Talvez a faixa etária da pessoa...*

P.: — *Então um [outro] dado: faixa etária. Eu teria de olhar a faixa etária com mais cuidado. Que outro dado eu poderia levantar pra justificar isso?*

Aluno (A3): — *Páginas curtidas também, né?*

P.: — *O tipo de páginas...*

Aluno (A3): — *O Facebook meio que vai criando, conforme as coisas que você curte...*

P.: *Justamente...[para a classe:] Número de páginas curtidas, tipo de página. E ele [o aluno que aventou a questão] falou de uma questão muito fundamental: “o facebook vai de certa maneira direcionando”. É a ideia do filtro-bolha²³⁷, que vocês já devem ter estudado em algum momento. Então existe o filtro-bolha, pode ter uma interferência nessa percepção. Mais alguma coisa que surgiria?*

Aluna (A4): — *Talvez a interação muito rápida....*

Aluno (A5): — *Passa muito rápido, você esquece....*

[comentário pouco audível de outro aluno, confirmando a ideia]

P.: — *Pode ser. Pode ser. Muito dado, você não se detém muito e vai pescando só aquilo que interessa mais...*

Aluno (A6): — *É muita informação. Por mais que você veja um vídeo bonitinho do WWF, tipo embaixo vai ter um vídeo do gatinho fofinho e, sei lá, vai esquecer o vídeo da WWF.*

P.: — *Ah, que interessante. Então aí é uma questão de memória até relacionada à quantidade e...à natureza da informação, não é? E essa efemeridade é um dado interessante pra você discutir...a questão de que a informação é efêmera, ela passa tão rápido — e na verdade o que você está dizendo é que “não fixa”, não é? Eu*

²³⁷ Tema do best-seller de Eli Pariser *The Filter Bubble: What The Internet Is Hiding From You* (Penguin, 2011).

posso colocar lá um cartaz socioambiental, falar de uma campanha, tal, a pessoa olha, “que legal, isso aqui é bacana” ou dá até um “curtir”, mas não vai se mobilizar necessariamente por causa daquilo. [para outro aluno:] Você ia dizer alguma coisa.

Aluno (A7): — *Praticamente a mesma coisa.*

P.: — *É a mesma coisa? [para a classe:] — Alguma coisa a mais vocês especulariam em relação a isso?*

Aluno (A8): — *Eu só acho que essa ideia de ser muito efêmero, tudo, depende também muito do tipo de campanha que é feita. Por exemplo, eu curto as páginas da FEV [FAV?], que é uma ONG de proteção aos animais. E eles fizeram uma campanha [...] sobre a morte de animais marinhos, só que a FEV[FAV?] já foi com uma campanha muito agressiva mostrando a realidade, desmatando e tudo. Teve uma pesquisa que saiu que depois desse vídeo que eles fizeram, a conscientização nos EUA — principalmente nas partes mais ‘duras’ em que acontece a caça —, os protestos aumentaram bastante por causa dessa campanha.*

P.: [...] — *Então você acha que natureza da campanha e...[pergunta intercalada sobre as carreiras às quais pertenciam os alunos: a maioria aqui é de PP ou de RP? Quem é de PP? E de RP? (alunos levantam as mãos)/ E tem mais alguma carreira? PP e RP.] [retornando à ideia sugerida pelo aluno:] Então você acha que o tipo de campanha influencia nessa adesão ou não adesão.*

Aluno (A8): — *Acaba marcando...me marcou, por exemplo.*

P.: — *[sorrindo] Está aí uma pesquisa pra vocês fazerem, no mestrado, por essa linha...[risos entre os jovens]. Mais alguém quer falar alguma coisa...que imaginou?*

Aluna (A9): — [...] *acho que é bom [o expediente digital], mas seria mais efetivo utilizar de algumas formas - denúncia, talvez [...] tipo... tem que conversar com a lógica da mídia, né? Debate, essa palavra ‘debate’ é muito difícil de você colocar dentro do facebook principalmente. Uma coisa séria, que demanda as pessoas pensarem — que não é da lógica da efemeridade, mas se você tentar, conseguir articular lá no bairro alguma coisa física, o facebook servir de informação [...] — do tipo “vai ser tal hora, em tal lugar — no parque X aqui do bairro” — isso eu acho que o facebook é efetivo. Ou sei lá...é...[refletindo]...um monte de “GIFzinho” pra...[raciocínio interrompido]. Mas é mais da lógica da brincadeira que do*

debate. Assim, eu acho que ele [o facebook] pode impulsionar o físico, as [inaudível] atividades.

P.: — *Você tocou num ponto legal. [para a classe:] Ela acabou de tocar num ponto que foi discutido no Grupo de Estudos de Comunicação e Educação, porque eu expus os resultados da pesquisa também ao grupo do meu orientador, e algumas pessoas falaram isso também: “Olha, pode ser que as pessoas não tenham assinalado muito essa questão do digital porque você falou da questão de ‘discussão’, de ‘debate’”. Mas aí eles nem levantaram muito esse caminho que você levantou. Levantaram outro caminho, que foi o seguinte: Olha, as pessoas estão um pouco cheias de discutir, principalmente nessa época de ‘nós’ e ‘eles’ na política, aquela guerra digital, gente cortando relações com fulano, com sicrano, porque não é da mesma corrente política. Então, de alguma maneira eles associaram dessa forma – que não funcionava muito bem porque as pessoas estavam cheias dessa coisa de ‘vamos debater, vamos discutir’. Mas aí você está colocando outro plano, que é um uso mais territorial da rede – vinculada aos problemas efetivos e marcando o dia, a hora, tal, ‘vamulá’. Então, eu também acredito nisso, acho que dá pra fazer esse uso, mas...*

Professora Lucilene (L.): — *Ela está chamando de lógica da mídia, que é uma coisa a ser observada por nós, que estamos mexendo com os conceitos...*

P.: — *Lógica da mídia. [voltando-se à aluna:] Já seria, se fosse o seu trabalho, por exemplo, um conceito pra trabalhar teoricamente. Qual seria essa lógica, que autores falam disso?...*

[falas paralelas – inaudíveis]

L.: — *[continuando, para dois alunos que responderam anteriormente:] Você disse “lógica da mídia”. Você disse a natureza da campanha. São questões de fundo, a natureza da campanha... — porque...a natureza da campanha pode ser pela televisão até, por ‘facebairro’, e essa “lógica da mídia” considerando a mídia como um veículo. [voltando-se para toda a classe:] Vocês veem quantas palavras e conceitos estão envolvidos no mundo da comunicação que não são esclarecidos, não são discutidos e acabam sendo lugar-comum sem nem estar colocados em lugar algum?*

P.: — *Justamente. Tanto que às vezes a gente procura e não acha. Tanto que às vezes a gente vai procurar — eu, por exemplo, que pesquiso essa questão socioambiental, só encontro literatura estrangeira que fale dessas questões que vocês estão colocando aqui. Esse trabalho, por exemplo, de campanhas, o tipo de campanha, tem um autor*

chamado Robert Cox, que é o mais citado na área de comunicação ambiental, e ele sim faz essa discussão que vocês estão colocando. Discute o tipo de campanha, o tipo de imagem que é utilizada, a forma como é utilizada, por que funcionou, por que não funcionou. É bem interessante, mas aqui a gente não tem muita gente pesquisando nessa linha. Mas acho legal [pesquisar isso]. Alguém quer levantar mais alguma hipótese aí, relacionada ao mundo digital? [...]

Profa. Lucilene.: *[fazendo um adendo] — Essa questão da lógica da mídia leva àquele outro trabalho que a gente fez, Comunicação ou Conexão, que a gente publicou...²³⁸*

P.: *— Humhum [assertiva]. Porque tem muita “comunicação” [no sentido de informação] — o que eu ‘tô vendo é isso, né? Não falta comunicação socioambiental. Se a gente disser que falta, é mentira. Tem comunicação socioambiental em tudo quanto é lugar, todo lugar pra onde você olhar tem comunicação socioambiental. Mas quando você olha, como eu disse na aula passada, pro chão da rua onde você está caminhando, se você for fazer uma caminhada aqui perto da raia da USP e botar olho no gramado, vai ver toda sorte de resíduo no gramado da USP. Então a gente está tratando de um público qualificado, de um público escolarizado que frequenta a universidade e que passou pela escola e que teve questões socioambientais na escola, mas que joga a lata de refrigerante no gramado lá do lado da raia. Joga palito de pirulito, joga...tudo.*

L.: *— Ninguém recolhe o lixo que fica, por exemplo, do lado do CRUSP²³⁹.
[segue o debate]*

Observamos por meio desse excerto o interesse dos jovens em discutir dados de campo cujo conteúdo tem relação direta com o mundo digital em que muitos deles nasceram e cresceram. As hipóteses levantadas pelos graduandos abrem perspectivas de novas investigações à medida que integram à análise os novos sensórios mencionados por Citelli (2015). O diálogo coletivo estabelecido com a turma gerou também apropriação e incorporação de saberes advindos de outra disciplina, por meio de reapropriações — nas conversas dos alunos fora da sala de aula e novamente em sala de aula, na interação conosco. Evidencia-se o princípio da retroalimentação e há indicativo de reflexão interdisciplinar: um aluno recordou-se de aula noutra disciplina ao sentir nas

²³⁸ Referência ao artigo *Comunicação/Comunicação Digital — uma análise relacionada ao estar juntos no mundo contemporâneo* (CURY e FALCÃO, 2017).

²³⁹ Conjunto residencial da USP.

falas dos colegas aspectos fenomenológicos da comunicação, como exemplifica o excerto abaixo:

Aluno (A9): — *É uma complementação. Dentro disso que você [a pesquisadora] ‘tava falando, eu acho que vale um pouco do gancho que a gente [um grupo de alunos] ‘tava tendo no jantar hoje, que é sobre o professor Ciro. O gancho foi justamente esse, porque hoje à tarde numa aula que eu ‘tava, a professora ‘tava falando sobre o professor Ciro e que ele fala que Comunicação é um evento, ela transforma a pessoa e que comunicação é diferente de informação nesse sentido. Então uma coisa é informar — quando você informa, a relação emissor-canal-mensagem-receptor tá tudo certo. Agora quando você fala de comunicar, ela tem que passar, ela tem que ser além disso, então talvez exista muita informação sobre a questão socioambiental mas essa informação não tá promovendo uma mudança, não tá transformando, não tá de fato sendo recebida pelas pessoas como ela deveria, então no caso você não tá comunicando pra elas. Esse processo entre o que se quer falar e a pessoa entender ele não tá acontecendo. Acho que um pouco disso que a gente fez [o debate em sala] é um pouco de comunicação.*

Ao final dessa interação, diversos alunos vieram conversar conosco antes de sair, alguns levantando mais hipóteses, consoante explicitamos no relato circunstanciado das interações.

Quanto à opção mais voltada para a tomada de decisão (ou protagonismo dos estudantes mais aflorado) e também representativa da valorização da alteridade (CRAIG e MULLER, 2007; MARCONDES FILHO, 2008, 2012, 2014 e 2016; WOLTON, 2010; CONTRERA e BAITELLO JR., 2010; SODRÉ, 2014), integrante da proposta ecoeducadora (GUTIÉRREZ E PRADO, 2013; GADOTTI, 2008; AVANZI, 2004), *deixar que os próprios alunos proponham atividades para sensibilizar a comunidade quanto aos problemas socioambientais*, obtivemos, como nas duas opções imediatamente anteriores, uma classificação distribuída pelas três escalas valorativas: os grupos UN e ADP atribuíram terceira posição a essa opção e o grupo RC a classificou como quarta (os três grupos a situaram na escala valorativa das primeiras escolhas). Para os grupos VST e PRF, que a classificaram como quinta opção, ela representou uma escolha situada na escala valorativa intermediária. O resultado observado em VST e PRF parece remeter a um modo de encarar o processo ensino-aprendizagem como um movimento *top-down*, o que não se coaduna com os princípios educomunicativos (SOARES, 2011) e com as proposições de diversos teóricos da Educação Ambiental e da Educação de modo geral, para os quais o processo de construção de saberes precisa ser o mais democrático possível, abrindo-se à

participação de todos os segmentos envolvidos (SORRENTINO et al., 2005; GADOTTI, 2008; GUTIÉRREZ e PRADO, 2013). No entanto, há que se respeitar também a ideia de que muitos docentes e aprendizes talvez vejam mais sentido, em certos casos, no ensino mais tradicional, marcado pela transmissão pura e simples. Pesquisas nesse diapasão poderiam trazer esclarecimentos importantes, desde que desenvolvidas em cenário *bottom-up*.

O item *outros* trouxe mais contribuições dos diferentes grupos, na forma discursiva:

No grupo VST, registramos três contribuições:

“Desenvolver projetos de reciclagem, como, por exemplo, reutilizar garrafas pets dentro da escola”

“Fazer com que [os alunos] plantem mudas de diversas plantas”

“Fazer uma página de memes para conscientizar a população através do humor”

As duas primeiras dizem respeito a: 1) um tipo de atividade que já é praticada na maioria das escolas — os trabalhos escolares voltados à reciclagem. Importantes, porém muitas vezes sem conexão com o território ao redor da unidade escolar; 2) uma atividade que abarcaria a ideia da conexão da escola com o entorno e que, no entanto, é pouco praticada. A terceira proposição remete ao universo dos memes (CALIXTO, 2017) os quais, tendo caído no gosto da garotada, parecem-nos boa porta de entrada para trabalhos inter/transdisciplinares em comunicação e educação socioambiental.

No grupo ADP, uma pessoa assinalou o item *outras*, mas não indicou alternativas, e três pessoas ofereceram sugestões vinculadas a intervenções que façam ponte com a política e o trabalho comunitário e também uma proposta de alteração curricular no ensino básico (com inclusão de atividades, disciplinas específicas):

“trabalhos sobre o futuro e qual o primeiro passo do nosso bairro, para apresentar na Prefeitura Regional”

“incentivar o trabalho comunitário e estudo econômico”

“realização de seminários, simpósios, workshops e inserção na grade curricular de ensino matérias relativas a ecologia e o meio ambiente, do ensino fundamental ao nível médio”

No grupo UN, não houve sugestões adicionais, apenas um comentário:

“Eu gostei muito da alternativa digital do grupo no facebook! Acho que aliar o trabalho à plataforma digital é uma boa!”

No grupo AEJ, uma pessoa assinalou *outras*, mas não ofereceu sugestões, e três redigiram:

“Divulgar nos parques da cidade por meio de cartazes”

“Fazer uma movimentação com alunos de escolas próximas”

“Criar um grupo de alunos para passar uma vez por semana em bairros diferentes, conscientizando os moradores e dando a eles soluções”

A primeira proposta incluiu um equipamento urbano importante, em geral bastante utilizado pela administração pública para divulgação de temáticas socioambientais, os parques, nos quais a sensibilização pode encontrar um público teoricamente mais disposto a sensibilizar-se. As duas sugestões seguintes apontam a ideia do fazer juntos, da participação coletiva (SHIRKY, 2011 e 2012) conectada à esfera da gratuidade (ARIÈS, 2013).

Os docentes do Grupo PRF sugeriram:

“atividades práticas/horta comunitária/plantar mudas nas praças”

“redes sociais do bairro”

“projeto horta”

“canais abertos de TV”

“programação de rodas de conversa e palestras (conscientização efetiva dos alunos)”

“palestras para os alunos – conscientização”

Atividades de ordem prática para promover conscientização [palavra recorrente nas falas] foram anotadas no espaço oferecido para sugestões: palestras, rodas de conversa, plantio de mudas, horta. A sugestão do uso de televisão aberta, a qual apareceu vez ou outra em diferentes grupos, pode estar associada à percepção de que, por estar presente na maioria absoluta dos domicílios e oferecer programas/noticiários os quais, mesmo esporadicamente, referem-se a problemas socioambientais de um bairro, poderia ser considerada por alguns um “meio local” de disseminação desse tipo de conteúdo. A sugestão de uso das redes sociais do bairro não especifica se os respondentes estariam tratando das redes digitais ou das redes sociais de maneira geral (físicas e digitais), mas o enfoque também surgiu noutros grupos de respondentes, conforme temos observado. Cabe adendar: qualquer seja o tipo de rede, importa que a mediação ocorra dentro de parâmetros como aqueles apontados por Hansotte (2005): o que desejamos e o que recusamos para nós e para os outros, de que recursos dispomos, o que podemos fazer? — de modo a constituir o “sentido cognitivo compartilhado” citado por Massardier (2011, p. 86).

No espaço oferecido para que os professores tecessem comentários, caso desejassem, apenas uma docente se manifestou:

“Recomendo esta palestra também para os alunos.”

Uma de nossas intenções iniciais seria justamente a expansão das palestras para o maior número possível de discentes/docentes no distrito base, abarcando escolas públicas e privadas, porém, diante das circunstâncias pormenorizadas em **7.2. Relato circunstanciado das interações**, esse plano precisou ser remodelado.

Quanto ao item referente às rádios comunitárias (questão 1), que havia assinalado, um dos respondentes anotou ao lado: *“se houver”*. No item “peça de teatro” (questão 3), outro respondente escreveu: *“com ajuda de colegas com facilidade para tal”*. As observações revelam reflexões importantes no sentido de que nem sempre existem todos os recursos para a comunicação local e nem sempre estão presentes pessoas com habilidades para se tornarem facilitadoras em determinados tipos de atividade, como a dramaturgia.

Nos grupos RC, ACC e GIC: não houve sugestões no item *outras*. No grupo RDP, não incluímos essa questão; no grupo IQA, a pergunta foi similar, porém com formato para retorno discursivo, conforme se lê na análise das respostas correspondentes a esse grupo.

A próxima análise desdobra a questão da participação via internet, um aspecto aparentemente multifacetado. A pergunta foi feita apenas para os grupos VST, UN e GIC, como parte da estratégia de questionários *in progress*:

Figura 116- Opinião do grupo VST (vestibulandos) sobre plataformas colaborativas digitais e resolução de problemas ambientais locais

Fonte: elaboração da autora

Observa-se que as respostas se distribuem, alcançando o zero e o dez, porém com predominância de 6 e 7, uma valoração mediana quanto ao emprego das plataformas *on-line* (redes e outras) para o trato de problemas socioambientais. Os motivos destas variações podem estar naqueles arrolados durante a interação com o grupo UN, referida mais acima. Logo abaixo, vemos o gráfico das variações entre os universitários, que apresenta muitas oscilações. A concentração maior também parece estar na faixa mediana (não no sentido matemático/estatístico do termo, mas apenas significando o intervalo entre os dois primeiros e os dois últimos dígitos da sequência).

Figura 117- Opinião do grupo UN (universitários) sobre plataformas colaborativas digitais e resolução de problemas ambientais locais

Fonte: elaboração da autora

No grupo GIC, houve três avaliações, com as escalas 1, 5 e 6, ou seja, um dos respondentes praticamente não acredita que exista possibilidade de resolver problemas ambientais através de engajamento em plataformas on-line e dois acreditam parcialmente, situando suas avaliações mais para a metade da gradação.

O último bloco de dados trata da verificação de interesse no retorno da pesquisa (opção oferecida aos respondentes como forma de avaliar o interesse pela temática em estudo). Entre os vários grupos pesquisados, obtivemos os seguintes resultados:

No grupo ADP (audiência pública), 18 respondentes, de 32, deixaram um contato para conhecer os resultados da pesquisa.

ADP

56% deseja saber o resultado – 18 pessoas

44% não deseja saber o resultado – 14 pessoas

No grupo RDP, 130 pessoas, de 213, deixaram e-mail para receber os resultados da pesquisa quando finalizada, enquanto 83 indivíduos não o fizeram.

RDP

61% desejam conhecer o resultado – 130 pessoas

39% não desejam – 83 pessoas

Quanto a deixar um e-mail ou outra forma de contato para futuramente saber dos resultados da pesquisa, nove (9) conselheiros o fizeram, enquanto quatro (4) deixaram em branco o espaço correspondente.

CON

69% deixaram e-mail – 09 pessoas

31% não deixaram e-mail – 04 pessoas

Avaliamos, no caso desse grupo, que isto pode ter acontecido: a) por falta de interesse, o que nos parece menos provável, dado o fato de tratarmos de conselheiros; entretanto, há ainda uma variável importante: no caso de conselheiros do poder público, existe a possibilidade de não terem sido voluntários, mas *designados* por seus superiores para a representação, o que poderia implicar certa falta de vontade/interesse pela temática; b) por receio de algum tipo de identificação através do endereço eletrônico. De toda forma, a maioria dos respondentes optou por informar um e-mail, ponto positivo.

No grupo alunos de EJA e ensino médio (AEJ), 37 respondentes deixaram um e-mail para saber dos resultados da pesquisa e um deles deixou seu endereço domiciliar, totalizando 38,77% de respondentes que declararam desejar conhecer os resultados da pesquisa da qual participavam, um índice aparentemente baixo de interesse pela temática.

AEJ

38 % desejam conhecer os resultados – 37 pessoas

62% não deixaram contato – 61 pessoas

Ao observar essa resposta, e especialmente aquela em que o respondente deixou seu *endereço*, e confrontá-la com o interesse geral dos alunos pela temática durante as palestras e a disposição coletiva em participar e discutir, percebemos que ao formular a pergunta para esse

grupo não nos lembramos de inserir uma observação: a de que poderia ser qualquer outra forma de comunicação além do e-mail, caso alguém não o tivesse.

Como sempre há alunos mais idosos na EJA, alguns dos quais talvez não possuísem endereço eletrônico — e esse foi um ponto do qual não nos lembramos naquele momento, dada uma protopercepção falseada acerca de que, nas grandes cidades, quase todos têm vínculo com meios eletrônicos de comunicação. Além disso, percebemos que existe uma orientação aos alunos, em algumas escolas, para que evitem deixar e-mails ou outros contatos em formulários — talvez isso seja fruto da recente investida neoliberal nas escolas para venda de produtos variados à população estudantil (inclusive ‘cursos superiores’), o que tem sido combatido nos últimos tempos em alguns estabelecimentos de ensino. De toda forma, a distorção por nós apontada foi corrigida nos questionários para grupos presenciais subsequentes a este, conforme nossa proposta de questionários *in progress*.

No grupo Universitários, metade desejou saber os resultados, metade não:

UN

50% deixaram e-mail – 16 pessoas

50% não deixaram e-mail – 16 pessoas

Entre os vestibulandos:

VST

62% deixaram e-mail – 21 pessoas

38% não deixaram e-mail – 13 pessoas

Entre professores do ensino fundamental:

PRF

55% deixaram contato (16 e-mail e 1 celular) – 17 pessoas

45% não deixaram e-mail – 14 pessoas

No grupo religioso :

RC

46% deixaram contato – 12 pessoas

54% não deixaram contato – 14 pessoas

No grupo complementar (GIC) os três participantes deixaram e-mail; no grupo ACC, os dois participantes deixaram contato; no grupo inicial (IQA) essa pergunta não foi feita, e ao grupo ITC ela não se aplica.

Em suma, os grupos para os quais foi feita essa pergunta são: RDP, CON, AEJ, RC, VST, PRF, UN, ACC e GIC, totalizando 451 respondentes, dos quais 226 (54%) deixaram um contato para conhecer os resultados da pesquisa, enquanto 46% preferiu não fornecê-lo. A princípio, podemos concluir: a) de fato apenas pouco mais da metade dos respondentes teria genuíno interesse na problemática levantada pela pesquisa, o que demonstra distanciamento de quase metade dos participantes em relação às dificuldades socioambientais vividas em seu território, conquanto exista consciência delas (já que a maioria dos respondentes aos quais foi perguntado se havia problemas socioambientais em seu bairro responderam afirmativamente); b) respondentes que talvez tenham/tivessem algum interesse no assunto podem ter optado por não deixar contato em razão de terem vivenciado experiências pregressas (e comuns) nas quais, ao deixar um contato qualquer, passam a ser acionadas para diversos fins, principalmente comerciais; c) deixar e-mail, endereço ou número de telefone poderia identificar respondentes e causar algum constrangimento dependendo das respostas ofertadas.

Não solicitamos essa identificação justamente para estimular mais respostas (e nesse ponto obtivemos saldo bem positivo, pois 494 pessoas se dispuseram a participar via questionário, o que também é sinal de que houve interesse na ajuda a ser fornecida e no tema da pesquisa, mesmo que nem todos tenham deixado e-mail ou outro tipo de abertura para diálogos futuros); d) No caso dos alunos de uma das escolas participantes, há, como sinalizamos há pouco, orientação da direção no sentido de evitar fornecer contatos ao responder pesquisas, para evitar abuso nas investidas comerciais que eram feitas com frequência nas escolas públicas (temos notícia de restrições atualmente, para evitar recidivas). Ainda assim, 38% dos alunos da referida escola forneceram algum contato — o que não deixa de ser animador, dadas as circunstâncias específicas. Os grupos CON, VEST e RDP manifestaram maior interesse em um possível retorno: 69% no primeiro, 62% no segundo e 61% no terceiro, seguidos de PRF (55%),

UN (50%) e RC (46%). As cinco pessoas que integram os diminutos grupos ACC e GIC declararam interesse em conhecer os resultados da investigação, deixando e-mail de contato.

O resultado maior para os conselheiros não traz surpresa, já que são eles os representantes de seus territórios junto ao poder público (algum estranhamento se percebe no fato de que ainda faltam 31% para completar 100% de interesse nesse pequeno grupo, mas isso pode ter a ver com a própria diversificação de interesses (MARQUES, 2011), pois nem todos são conselheiros ambientais, sempre os mais preocupados com a problemática abordada). No caso dos professores, que nos receberam bem e participaram ativamente das atividades propostas (palestra focada nas questões socioambientais do território em intersecção com a pesquisa acadêmica, resposta a questionário e diálogo), esperávamos interesse maior pelo retorno. Também eles podem ter outros pontos focais, que não incluem preocupações socioambientais, ou talvez se sintam parte de uma das situações-problema listadas mais acima. O grupo religioso (católico), que também participou ativamente das dinâmicas, palestras e atividade de resposta a questionários, teve porcentagem de interesse no retorno menor do que 50%, o que faz pensar que o empenho em alcançar esse tipo de público precisa ser maior, sobretudo diante das admoestações do Papa Francisco na Encíclica *Laudato Si'* (IGREJA CATÓLICA, 2015).

7.4 Teste das hipóteses

Os circuitos colaborativos de Comunicação e Educação erigidos por intermédio da pesquisa permitiram: a) investigar e discernir algumas estratégias teórico-metodológicas e atividades práticas para a supressão de lacunas comunicacionais vinculadas ao trato socioambiental urbano; b) estimular a reflexão e a participação proativa da maioria dos sujeitos de pesquisa envolvidos no estudo, conectando-os ao território onde habitam e ao mesmo tempo testando a viabilidade do engajamento do tipo *empowerment comunitário* (CARVALHO, 2004), com “função no processo” (JACOBI, 2000 e 2008); c) sistematizar os dados gerados ao longo da investigação de maneira a construir arcabouço epistemológico contributivo aos

estudos de interface comunicação ambiental-educação-educação ambiental. Consideramos, pois, confirmada nossa hipótese em seu âmbito mais geral.

Quanto aos quatro tópicos específicos componentes de nosso sistema de hipóteses, notamos confirmações parciais em 1, 2 e 3 — dadas as limitações do estudo — e confirmação plena em 4, conforme esclarecemos a seguir:

1) Os expedientes metodológicos e as atividades promovidas durante as interações para mobilizar indivíduos de diferentes grupos e faixas etárias em favor da participação engajada nos ‘exercícios’ de campo do projeto lograram êxito em quase todas as frentes. No entanto, os resultados poderiam dispor de análise ainda mais detalhada se um número maior de escolas básicas e se um grupo maior de representantes dos setores de arquitetura e construção civil se envolvessem no processo educ comunicativo planejado para a investigação, o que não aconteceu, embora possa vir a acontecer em ocasiões futuras.

Nossa pesquisa denotou dificuldades (no distrito referência) para angariar interesse dos coordenadores de escolas em percurso educ comunicativo socioambiental universidade-escola proposto por uma única pesquisadora, ainda que respaldada pelo vínculo com a Universidade de São Paulo. Para a maioria dos coordenadores com os quais tivemos contato, essa proposta teve baixa adesão no sentido de que embora os contatos primeiros tenham sido cordiais e nós tenhamos enviado por e-mail ou entregue pessoalmente o detalhamento da pesquisa, houve pouca disposição de abrir espaço no calendário escolar para a interação sugerida. Nas duas escolas que se abriram à intervenção obtivemos resultados animadores, pois houve, como relatamos, participação interessada dos grupos de alunos e professores, tanto nas palestras quanto na atividade de resposta a questionários e diálogos pós-intervenção.

Diante do *gatekeeper* representado pelo poder discricionário nos estabelecimentos de ensino, insistimos na necessidade de criar circuitos comunicativo-educativos para o trabalho socioambiental envolvendo escola-território a partir da universidade (com propostas dos núcleos de pesquisa ou outras vias). Vale rememorar, tal movimento precisa ser fortalecido do ponto de vista institucional, pois nem mesmo explicando que se tratava de pesquisa vinculada ao PPGCOM-USP sentimos interesse maior das escolas em ampliar contatos conosco.

Naturalmente, já ouvimos relatos de outros pesquisadores acerca de certo recuo das unidades escolares no tocante à aproximação de pesquisadores, mas também há descritivos de experiências muito exitosas nesse sentido. Cabe refletir novamente sobre a questão do poder discricionário a determinar o andamento ou não da investigação científica no âmbito da escola básica, razão pela qual faz-se determinante a busca de apoio institucional dos núcleos de pesquisa universitários (tais como o NCE - Núcleo de Comunicação e Educação da

Universidade de São Paulo) para o desenvolvimento de projetos mais abrangentes. Enxergamos, portanto, urgência em amplificar contato institucional da universidade com escolas de ensino básico (e vice-versa) em favor do compartilhamento de conteúdos educacionais socioambientais na perspectiva do território.

Pensamos importante a proposição (conforme dito) pelos núcleos educadores das universidades de projetos, ou disciplinas-projeto, ou ‘transdisciplinas’ às secretarias municipal e estadual de Educação, na tentativa de contribuir para renovar o modo de trabalhar a educação ambiental — reforçando a conexão escola-entorno por meio de percursos educacionais criados para esse fim. Assim, quiçá confirmemos integralmente nossa faceta hipotética em pesquisas futuras.

Apesar dos percalços relatados quanto às escolas, que de algum modo interferiram no que pretendíamos verificar quanto à hipótese de “engajamento *bottom-up*”, notamos que a menção à universidade durante as intervenções em campo gerou recepção positiva e abertura para a pesquisa entre os membros da sociedade civil convidados a participar e, especialmente, entre os representantes do poder público (de diferentes gestões) ligados à subprefeitura do distrito base. Todos os agentes contatados nessa instância administrativa empenharam-se em nos ajudar para fazer acontecer as interações de que necessitávamos em prol da concretização do estudo, desvelando face positiva do poder discricionário, conforme verificamos.

À parte as dificuldades e distorções enfrentadas, acreditamos que a participação de representantes de vários grupos gerou uma espécie de *engajamento coletivo* para a consecução da pesquisa, refletindo a possibilidade desse mesmo engajamento em escalas maiores de abrangência.

2) Nas interações que se completaram ao longo do percurso, constatamos que os expedientes empregados — entrecruzamento de saberes e promoção de pontes participativas somadas ao esforço para criar cenários *bottom-up* — permitiram aberturas reflexivas e motivacionais entre os participantes (coadunadas ao estímulo afetivo e à valorização representados pela ligação direta dos assuntos tratados, nas interações, com o lugar onde moram). Nos grupos em que foi possível aplicar a dinâmica de memória afetiva relacionada a objetos verificamos ser esta uma ponte bastante viável para os estudos de interface comunicação-consumo-educação ambiental. A participação obtida pelo “engajamento temporário” dos sujeitos de pesquisa nessa e noutras atividades do projeto confirma a hipótese do empoderamento cidadão promovido através da intencionalidade dos processos comunicativo-educativos, mas não será capaz de incentivar proatividade em larga escala se na

mesma medida não forem engendrados processos vinculando a cotidianidade à questão socioambiental urbana.

3) Conjugar a reelaboração de conteúdos científicos (teóricos e práticos, tais como resultados de campo) a aportes midiáticos para apresentação/discussão com os grupos nos quais a interação foi presencial revelou-se capaz de estimular interação qualificada, amena e geradora de conversação livre, evidenciando estratégia metodológica viável para incremento da ação socioambiental proativa entre habitantes de áreas urbanas ambientalmente prejudicadas. Os circuitos colaborativos criados em nossa pesquisa por meio da interface universidade-escola-comunidade revelaram potencial considerável para o trato da complexidade socioambiental urbana. Por meio de sua replicação, parece-nos possível promover reflexão e minimização/reversão de mazelas urbanas a partir de iniciativas locais vinculadas ao território, mas isso depende de renovação no modo de trabalhar a comunicação-educação ambiental nas diferentes instâncias, sobretudo nos sistemas de ensino. Portanto, não se confirma totalmente nossa sub-hipótese. Urge investir para afastar os aprendentes da condição de mero receptáculo informativo, aproximando-os da comunicação socioambiental capaz de tocar e transformar.

4) A sub-hipótese 4 confirmou-se à medida que as estratégias de retroalimentação empregadas na investigação configuraram uma espécie de método para recolher, verificar e analisar os *trânsitos discursivos multidimensionais* (CITELLI, 2012) *de cunho socioambiental* nos quais temos interesse peculiar. Tal caminho metodológico é passível de ser replicado para a promoção da comunicação comunitária voltada às questões socioambientais locais.

8. Conclusões

Por meio da recolha e análise de fluxos discursivos no âmbito teórico e prático da comunicação socioambiental contemporânea, verificamos que este é um campo com vasto potencial acadêmico no que tange à sua intersecção com o eixo comunicação/educação. Baseados em arcabouço multirreferencial, experimentamos diferentes técnicas na recolha e análise dos dados, o que tornou possível aproximarmo-nos de fluxos discursivos de comunicação sobre meio ambiente e ecocrise emanados do olhar coletivo de grupos distintos.

A experiência revelou entradas pelas quais ampliam-se possibilidades de construção acadêmico-comunitária de aprendizado colaborativo mediado por princípios de retroalimentação — ancorados tanto nas interfaces múltiplas criadas e vivenciadas por nós ao longo do percurso doutoral quanto no arcabouço teórico construído.

A participação através de resposta a questão aberta foi a que mais permitiu detectar as percepções socioambientais dos sujeitos de pesquisa e a emergência do empoderamento discursivo, ou, no mínimo, de uma espécie de ensaio das habilidades parlamentares civis. Em todos os grupos aos quais propusemos a opção de indicar, em questão aberta, quais problemas ambientais/socioambientais de seu bairro/cidade os afligiam, houve alto índice de respostas, o que demonstra também apreço pela contribuição voluntária à pesquisa, além de uma vontade/expectativa de ser ouvido (possivelmente reforçada pelo prestígio de uma universidade respeitada, por meio da qual se realizava a investigação).

Evidenciou-se interesse pelo relato escrito, o que não é tão frequente nos questionários de pesquisa. Em linhas gerais, nós, pesquisadores, observamos que as questões a serem respondidas por escrito costumam ter maior índice de não respostas do que as perguntas fechadas. Optamos por oferecer espaços de até 3000 caracteres para a expressão dos respondentes nos *surveys* digitais, embora a coleta dessas impressões resultasse em grande quantidade de dados que necessitaram de paciente categorização manual, desmembramento em subcategorias, para melhor entendimento do conjunto (conforme pôde ser verificado na seção *Resultados e Discussão*).

Chegamos, assim, a uma análise pormenorizada do total de dados dessa frente, conjugando-a com as demais frentes abertas por outros conjuntos de dados/respostas, obtidos através de mecanismos distintos (consoante *Método e Relato circunstanciado das interações*). Esse procedimento, conquanto trabalhoso, foi pensado para reforçar a ideia de *real participação*

no processo, como propõe Jacobi (2000 e 2008), uma vez que os sujeitos de pesquisa fizeram uso de seu próprio discurso, cuja análise propiciou visões mais abrangentes e aprofundadas do objeto de pesquisa. A inclusão de uma ou duas questões abertas nas pesquisas sobre interfaces comunicativo-educativas voltadas à problemática socioambiental, com espaço generoso para as respostas, parece, pois, caminho fecundo para a recolha de trânsitos discursivos que permitam buscar entendimento de como a comunicação pode ser trabalhada no duplo eixo universidade-comunidade — a fim de, como afirma Kunsch (1996), exercer o seu papel de *agente transformador* em favor da questão ecológica.

As lacunas comunicacionais entre municípios e poder público (e vice-versa), detectadas desde pesquisa pregressa (FALCÃO, 2013), permanecem. Embora exista percepção clara dos cidadãos acerca dos problemas socioambientais que acometem os espaços urbanos onde habitam, falta-lhes estímulo para uma interação contínua com as instâncias administrativas teórica e tecnicamente responsáveis por gerir com responsabilidade o passivo e ativo ambiental urbano.

Demonstramos, por intermédio das interfaces colaborativas por nós construídas para concretizar a pesquisa, que a difusão e discussão dos problemas socioambientais pode alcançar maior interesse entre os cidadãos conjugando-se atividades virtuais e presenciais nas quais a função do indivíduo no processo (JACOBI, 2000 e 2008) fique clara para os participantes e os motive a externalizar seu discurso. A conexão cidadão-entorno ratifica-se como ponto de partida fundamental para estimular processos interacionais (inclusive decisórios) vinculados à educação ambiental emancipatória (LOUREIRO, 2004).

No tocante a aspectos metodológicos pontuais de nossa pesquisa, verificamos que as estratégias de questionários *in progress* e formulários digitais *sem obrigatoriedade de resposta* a nenhuma das questões revelaram-se produtivas para a consecução dos objetivos do trabalho, pois permitiram agregar facetas analíticas não contempladas no início da investigação e que se revelaram à medida que avançavam os contatos com os diferentes grupos envolvidos. Tanto nas intervenções via questionários quanto naquelas em forma de palestra — e também nas intervenções em forma de minicurso/aulas/dinâmicas — foi possível observar: a importância do encontro, do diálogo reflexivo que propiciou abertura para as falas mais espontâneas dos participantes e deu vazão à memória perceptivo-ambiental e histórico-afetiva capaz de construir experiências conjuntas alinhadas aos princípios da Educação Ambiental Emancipatória (LOUREIRO, 2004), em sua interface com a comunicação.

Diversos participantes ao longo do percurso investigativo destacaram o valor das tecnologias digitais (SHIRKY, 2011 e 2012; FELICE, TORRES E YANAZE, 2012) para o trato da problemática socioambiental localizada (bairro/distrito/cidade); no entanto, ao propormos, em uma das questões, o uso de rede social (digital) como espaço de debate sobre o tema, notamos a não prevalência dessa opção entre os diversos grupos pesquisados. Os indicativos recolhidos entre jovens graduandos durante interação presencial em torno da conexão *rede social e sensibilização ambiental* evidenciaram que é preciso repensar estratégias de uso dos conteúdos (e formas) em comunicação/educação ambiental veiculados através das ferramentas digitais de interação.

É possível concluir dos resultados apurados que tanto as interfaces via rede virtual quanto aquelas estabelecidas nas redes físicas de encontro são igualmente produtivas para as investigações no eixo comunicação-educação ambiental, desde que observados certos parâmetros (entre eles alguns enunciados pelos respondentes), para a configuração das atividades. Por exemplo, torna-se imprescindível observar que o uso da comunicação digital via celular com emprego de código QR para a pesquisa científica (socioambiental, como a nossa, ou outras) requer antecipação do pesquisador quanto a solicitar aos sujeitos de pesquisa pretendidos o carregamento prévio dos aparelhos e a pré-instalação de programas específicos para decodificação de imagens e/ou programas específicos para *surveys on-line* em tempo real (como o *VoxVote* ou equivalentes).

O apelo aos paradigmas da gratuidade (ARIÈS, 2013) e da participação voluntária para agregação maciça de pequenas contribuições (SHIRKY, 2011) surtiu efeito bastante positivo para o engajamento dos sujeitos de pesquisa na atividade de resposta a questionários. A estratégia de reelaboração de saberes acadêmicos em formato audiovisual, acrescida de linguagem acessível, conexão clara com os problemas socioambientais do território de moradia e abertura simpática para o diálogo durante e ao final das interações proporcionou participação atenta e interessada dos diferentes grupos pelos quais transitamos.

Mais um achado importante diz respeito ao fato de haver predomínio, em todos os grupos, de pessoas que afirmam não terem tido contato, no ensino básico, com saberes socioambientais que dissessem respeito ao território onde habitam/habitavam. Concluímos pela necessidade de esforços para fazer avançar, tanto nesse nível de ensino quanto no ensino superior, uma visão socioambiental mais conectada ao território, a fim de fazer valer de fato as proposições teóricas e legais a encaminhar a educação ambiental nessa direção. A comunicação, como elemento para o avanço do processo, parece sofrer *crise silenciosa* porque a) diante de

tantas vozes informativas (e mesmo deliberativas) e b) diante de espaços físicos em decaimento nos conglomerados urbanos, amarga certa impotência no que diz respeito a comunicar e educar para transformar (LOUREIRO, 2011) — embora seja, como assevera Hansen (2011, p. 9), “central para como adquirimos informações sobre o meio ambiente e conhecemos os problemas ambientais”.

Ainda assim, e em razão de os trânsitos discursivos recolhidos revelarem, em seu conjunto, preocupações socioambientais múltiplas, é mister reiterarmos o valor do reforço aproximativo cidadão-olhar ambiental-cotidiano, como preconiza Avanzi (2004). Sugere-se considerar com mais atenção uma porta de entrada bastante valorizada pelo conjunto dos respondentes — a afixação de cartazes no comércio local e nos murais de condomínios, como propuseram alguns. Esse tipo de comunicação impressa parece fazer mais sentido aos respondentes do que a distribuição de panfletos, provavelmente em virtude do custo-benefício ambiental: panfletos poluem mais do que os cartazes, os quais, além de contarem com responsáveis pela afixação e retirada periódica, serão vistos por grande número de moradores sem representar tanto impacto para o meio ambiente como os folhetos/folders que frequentemente aportam nas vias públicas e entopem os bueiros.

A experiência com o jornal de bairro, efetuada por meio de informativo digital, obteve número significativo de acessos (848), porém não teve retorno semelhante quanto à atividade de resposta a questionário: das mais de 800 visualizações do artigo com o *link*, até o fechamento desta tese manteve-se em 03 o número de respondentes. Conservamos em aberto o referido acesso, para constatar se ao longo do tempo haveria alguma mudança, o que não aconteceu. Repetir a experiência com um jornal de bairro impresso seria interessante, já que a opção por comunicar problemas socioambientais através de jornais locais foi a segunda opção mais assinalada entre os respondentes como forma eficaz de comunicação local. Ou seja, grande parte dos sujeitos de pesquisa creem na força do jornal de bairro para a finalidade sugerida, mas, por algum motivo — talvez semelhante aos que aventaram os jovens universitários quanto à interação digital (influência de variáveis como tipo de páginas, faixa etária, velocidade das interações, interesses etc) — o canal não gerou muito retorno. Outro motivo pelo qual isso pode ter acontecido talvez se conecte ao oferecimento do *link* acoplado ao final de um artigo de opinião numa determinada seção. Nem todos os leitores navegam por todas as seções, leem os artigos na íntegra e nem todos os que os leem até o final interessam-se pela pesquisa científica. É possível que, com chamada mais direta — talvez na página de abertura e associada a informes nas escolas e em outras instituições locais —, lográssemos maior participação. Parece-nos

frutuoso buscar (institucionalmente, se possível) os já referidos jornais de bairro para investigar mais a fundo variáveis relacionadas à comunicação socioambiental local, mantendo a recorrência ao parâmetro da gratuidade (ARIÈS, 2013), conquanto empregando técnicas diversificadas de proposição e aplicação dos *surveys*.

O comércio de bairro revelou-se, na visão da maioria dos respondentes (tanto nos grupos que responderam presencialmente quanto nos grupos que participaram por via digital), *meio coletivo mediador* muito significativo para a comunicação socioambiental local. Estabelece elo com uma das estratégias do Estudo do Meio (PONTUSCHKA, 2011 e 2013): conversar pessoalmente com os comerciantes locais para recolher dados/impressões/informações socioambientais. Tal caminho pode ser tomado como vertente investigativa em projetos multidisciplinares de comunicação-educação, de modo a trabalhar no sentido de aproveitar oportunidades de esclarecimento para além dos informes relacionados ao avanço da dengue, febre amarela e outras mazelas recentes.

Tendo sido as emissoras de rádio comerciais, a televisão aberta e o circuito fechado do metrô (TV Minuto) citados por diversos respondentes como opção de comunicação ‘local’, sugerem-se, quando possível, estreitamento de processos colaborativos emissores-metrô-universidade e sistemas de ensino básico para a replicação de boas práticas e desdobramentos reflexivos a partir do eixo comunicação-educação ambiental (o que certamente já está em curso nalgumas cidades). Tais parcerias ajudam a configurar/desvelar novas possibilidades de uso dos trânsitos discursivos em circulação entre meios mais localizados (como aqueles voltados à comunicação comunitária e à própria TV Minuto, que lida com uma espécie de ‘comunidade em trânsito’) e meios massivos de comunicação.

A escola, apontada em primeiro lugar por todos os grupos como opção eficaz para comunicar a respeito de problemas socioambientais locais, revelou-se um tanto distanciada dessa possibilidade no distrito referência, levando em conta que dentre os seis estabelecimentos de ensino contatados, apenas dois admitiram nossa entrada para um trabalho de pesquisa-intervenção nos moldes deste que realizamos. Além disso, cumpre frisar: fez diferença o modo como tivemos acesso aos estabelecimentos de ensino que efetivamente participaram da pesquisa. No primeiro, houve influência direta do então vice-diretor (Prof. Luís Fernandes) que já nos havia aberto as portas para outras três pesquisas de campo e tem interesse na temática; à segunda escola, chegamos por indicação dele a uma coordenadora, também interessada no tema, que nos convidou para palestrar. Reforça-se aqui a variável dos *interesses* assinalada por

Ângela Marques (2011) e o caráter definidor do *poder discricionário* (MEYERS e VORSANGER, 2010; HASENFELD, 1990).

Os resultados gerais de nossa pesquisa — tanto aqueles advindos de questões fechadas quanto das respostas abertas do grupo IQA, somadas aos sete grupos de preocupações dos respondentes quanto à relação meio ambiente-lugar de residência²⁴⁰, categorizados por nós a partir das respostas abertas — evidenciam presença discursiva sobre a qual nós, pesquisadores e educadores, podemos nos basear para criar/propor intervenções formativas (preferencialmente permanentes, mas não “engessadas”) no circuito escola-comunidade-universidade. No âmbito universitário propriamente dito, urge tonificar a relação humano-ambiente nos processos formativos dos diferentes cursos de graduação, forma inconteste de ampliar a replicação das boas práticas ambientais em consonância com a cotidianidade vivida.

Ponderando, no eixo 3 de nossa categorização (*Arborização/Áreas Verdes Urbanas – problemas*), o grande número de queixas quanto à ausência/insuficiência/destruição de árvores nos logradouros públicos²⁴¹, entre problemas afins, e cruzando estes dados com o que apuramos sobre os porquês da aversão de alguns (muitos?) indivíduos às árvores, notamos certa incongruência a ser retrabalhada nos processos ecoeducadores. Coexistem desejo coletivo de que o verde se expanda e seja conservado nas áreas urbanas e dificuldade perceptível de grande parte dos moradores citadinos em implantar e conservar esse mesmo verde em seus espaços de moradia, nas ruas onde residem. Sugerimos novas análises, mais aprofundadas, sobre o tópico alusivo à resistência ao elemento arbóreo, cujo ponto de partida poderia ser as notícias recorrentes de queda de árvores em zona urbana, uma vez observado viés negativo frequente na imprensa (contribuindo, possivelmente, com a tessitura de representações sociais a tornar-se óbices severos — embora não exclusivos — para a expansão e preservação do verde urbano).

Nossas análises ao longo deste percurso acadêmico permitem-nos acrescentar as seguintes observações: em favor do ganho de escala do qual necessitamos para a reversão da insalubridade crescente de muitas de nossas cidades, parece-nos fundamental trabalhar:

- a) para reverter as representações sociais²⁴² sedimentadas (não somente as que determinam visão negativa da árvore — ressaltada por veículos noticiosos —, mas, também, por exemplo, aquelas a ditar tendência à impermeabilização total dos lotes

²⁴⁰ 1) Lixo; 2) Poluição; 3) Arborização/áreas verdes urbanas (problemas); 4) Movimento das águas (problemas); 5) Urbanização-precarização ambiental; 6) Moradia e Vulnerabilidade e 7) Espaço Urbano e Mobilidade.

²⁴¹ Queixas estas que não raro vêm acompanhadas de observações sobre a inação do poder público na conservação/manejo adequados da flora urbana, dos espaços verdes em geral.

²⁴² Consultar também Falcão (2013) – capítulo 2: *Representações Sociais, Meio Ambiente e Comunicação: da construção de sentidos à ação ambiental proativa*.

como forma de ‘diminuir o trabalho com manutenção’ (acirrando o fenômeno ilha de calor) e/ou a propensão a compactar o maior número possível de pessoas no menor número possível de metros quadrados (solapando a dignidade humana), ou, ainda, aquela segundo a qual ‘córrego’ passa a significar, para muitos, ‘curso de água suja’;

b) para muscular o aprendizado coletivo sobre Políticas Públicas e sobre capacidades parlamentares civis, conforme visto em nosso arcabouço teórico.

Outro aspecto conclusivo a destacar é que a possibilidade de incrementar a comunicação socioambiental com participação mais ativa das instituições religiosas teve mais adesão na pesquisa atual do que na investigação finalizada em 2013. Embora existam opiniões díspares entre alguns grupos, no cômputo final essa opção apareceu em quinto lugar (de 11 alternativas) no ranking geral de eficácia comunicacional para assuntos socioambientais e, segundo o recorte por idades, aumenta em importância à medida do avanço etário. Considerando-se que embora os formadores de opinião sejam em boa parte jovens influenciadores digitais, os *decisores estratégicos* normalmente pertencem a faixas de idade acima dos 30 anos, o que também justifica conferir maior atenção à comunicação-educação no âmbito em foco.

No caso específico das lideranças religiosas, a agregação do discurso socioambiental ao discurso religioso (respeitadas as diferentes crenças) poderia transformar-se em vetor de longo alcance para o engajamento socioambiental coletivo. Esta nos parece, na verdade — e excetuando-se o envolvimento das escolas —, uma das formas mais eficazes de alcançar ganho de escala em curto espaço de tempo e com custo reduzido. Parcerias entre instituições religiosas, universidade e escolas de ensino básico (embora possam representar, em caso de problemas na gestão, algum embate de grupos por divergências de credos) não devem, pois, ser descartadas do rol de atividades educacionais a promover para a disseminação da proatividade socioambiental urbana (e não urbana).

Em ângulo adicional, nossa pesquisa confirmou que a maioria absoluta dos respondentes não se comunica com o poder público em sua cidade/seu bairro em busca de soluções para problemas ambientais verificados em espaços nos quais transitam cotidianamente. Isso faz pensar na prevalência e aceite coletivo — naturalizado — das mazelas socioambientais onipresentes. O poder público, por seu turno, é visto, conforme nossos sujeitos de pesquisa, como pouquíssimo operante ou até mesmo inoperante em seu papel mediativo quando o assunto envolve meio ambiente e suas implicações.

Sabe-se, todavia, do lançamento de iniciativas frequentes dos governos em termos de ferramental (os aplicativos têm sido os mais recentes²⁴³) cujo intento é abrir canais de comunicação para que o cidadão tenha oportunidade e facilidade de relatar suas queixas, mas ainda mais apreciável é que esse mesmo cidadão sinta/visualize a ação rápida do poder público no encaminhamento de soluções, como demonstraram alguns participantes em manifestações discursivas (no item ‘*outros*’ das formas consideradas mais eficazes para comunicar assuntos socioambientais). O *fazer* converte-se, portanto, em *forma de comunicação*.

Os dados imediatamente anteriores apontam forte necessidade de intensificar o diálogo socioambiental entre instâncias administrativas e cidadãos. Não obstante a existência desse esforço, ainda parece escassa a destinação de verbas tanto para a comunicação ambiental urbana quanto para as ações proativas resultantes dessa comunicação. Temos visto algumas iniciativas, porém tímidas diante do sorvedouro de saúde pública em que municípios mais populosos vêm se tornando. Propomos, conforme antecipado em *Resultados e Discussão*, o investimento do poder público, empresariado e terceiro setor em plano integrado e mais abrangente de vigilância e educação socioambiental pública, cuja verba para execução proviria de montantes com percentuais definidos legalmente para cada uma das instâncias e suas subdivisões administrativas. Talvez essa seja uma forma de superar queixas recorrentes dos governantes quanto aos exíguos recursos disponíveis para ações de cuidado ambiental urbano.

Insistimos, ademais, na evidência de que não faltam *informação* sobre meio ambiente e *visões da sustentabilidade* no ecossistema comunicativo, dois itens importantes, mas rareiam interesse e investimento em mecanismos massivos de introjeção da perspectiva ecosófica proativa no cotidiano individual e coletivo. Uma das maneiras de alterar essa equação é mobilizar recursos cognitivos, como propõe Shirky (2011), para promover novo olhar e práticas na relação humano-ambiente. Constitui-se tal procedimento, por fim, mais uma daquelas urgências urgentíssimas, porquanto passado o tempo de tê-lo iniciado. Em busca dessa mobilização, propusemos diversas alternativas comunicacionais ecopedagógicas para que os respondentes exercitassem o protagonismo socioambiental a partir de interesses e afetos individuais, mapeando as preferências por grupos específicos e pelo conjunto dos grupos. Os resultados mostraram, entre outras descobertas, uma preferência majoritária por atividades

²⁴³ A título de exemplo, citamos o Limpa-Rápido, da prefeitura de São Paulo; o Rio Viva Água, do Rio de Janeiro, e o Denúncia Ambiente, lançado pelo Sistema Ambiental do governo paulista, entre muitos outros.

ecopedagógicas que envolvam deslocamento pelo bairro/pela cidade, acopladas ao emprego de meios para produção de technoimagens.

Surpreendeu-nos positivamente, nessa fase da pesquisa, a interação com idosos aparecer na maioria dos grupos como atividade ecopedagógica bastante valorizada para a intervenção socioambiental, o que deixa entrever o valor dado por boa parte dos respondentes à contribuição histórico-social possível através da coeducação entre gerações e também por meio da colaboração intrageracional.

Preocupou-nos, entre os resultados gerais obtidos, a hipovalorização das manifestações artísticas como *teatro* e *música* para a promoção de sensibilização socioambiental, pois, sendo estas estratégias de ressonância reconhecidas mundialmente, remetem ao problema de sua progressiva desvalorização nas escolas brasileiras. A redução do apreço por elas talvez esteja diretamente relacionada à redução ou até mesmo eliminação paulatina das aulas de artes e música em grande número de estabelecimentos de ensino (prejuízo notório — e não apenas no aspecto socioambiental — sendo este, no caso, apenas uma das facetas resultantes do processo). No mais, existe também a possibilidade de que os respondentes valorizem bastante a música e as performances teatrais, porém, como lembrou uma das docentes participantes do estudo em relação ao teatro, estas são atividades que demandam habilidades específicas não tão disseminadas entre os facilitadores da aprendizagem.

Caminhando para o fechamento de nossas conclusões, destacamos mais um resultado complexo a ser levado em conta na construção de percursos educacionais socioambientais: segundo atestam os respondentes dos diferentes grupos, a comunicação ambiental atualmente em circulação está mais próxima de *informação* e não de *comunicação propriamente dita*, pois, a deduzir do conjunto das respostas (e da simples observação da realidade), ela não tem sensibilizado o suficiente para tornar proativos os cidadãos e movê-los em direção a um engajamento concreto, mais politizado (no sentido de voltado ao interesse por participar e à participação efetiva nas políticas públicas concernentes à temática). Isso desnuda a premência em investir mais em projetos territorializados de comunicação e educação ambiental, integrados ao ensino formal, não formal e informal.

Considerando os resultados em campo e a literatura analisada, e de modo especial frente à abrangência e atualidade dos enfoques a cobrir os eixos da comunicação ambiental mencionados por Cox e Pezzullo (2016), constatamos que no Brasil o enfoque da comunicação socioambiental urbana carece de contribuições acadêmicas específicas — o que justificaria o

incentivo maior à configuração de projetos²⁴⁴, formação de grupos de pesquisa e implantação de “transdisciplinas”. (Outra justificativa plausível é sinalizada por Hansen (2011, p.4), para quem os estudos de comunicação ambiental emergem como “vertente distintiva” dos estudos de mídia e comunicação, motivo pelo qual igualmente valeria a pena o incremento de pesquisas na interface comunicação-educação ambiental urbana).

Os resultados da presente investigação evocam-nos, ademais, *urgência em caráter permanente* (o que soa quase paradoxo discursivo) no seguimento de caminhos qualitativos para aprofundar tanto as percepções socioambientais cidadãs quanto o espectro das possibilidades de trabalho educacional nessa seara.

²⁴⁴ Do tipo *PAP*, com o *Método OCA*, ensinados por Marcos Sorrentino e colaboradores; através da *Pedagogia da Demanda* (GUTIÉRREZ e PRADO, 2013); utilizando o *Estudo do Meio* (PONTUSCHKA, 2011 e 2013), entre outras abordagens da Educação Ambiental.

9. Considerações Finais

Embora não nos faltem aportes midiáticos e educativos os quais, somados, fazem avançar o entendimento de que educação ambiental de qualidade resolverá a longo prazo boa parte de nossos insucessos no cuidado planetário, sem uma comunicação eficaz que a torne parte integrante das vivências cotidianas, dos currículos e ementas na educação formal/informal/não formal, bem como de toda e qualquer discussão afim na esfera pública, o avanço permanecerá lento diante de premências aceleradas. Destruar engrenagens que promovem apenas o *mais do mesmo* em favor de um sistema de consumo conspícuo estacionário, senão em agigantamento infinito, requer esforço de todos os setores da sociedade para repensar estratégias sem as quais nos manteremos em rota de colisão com o planeta e, por extensão, conosco mesmos.

O estudo do discurso coletivo socioambiental parece evidenciar fresta relevante para a atualização do conceito de meio ambiente entre diferentes públicos, levando em conta que esse conceito, ao que averiguamos, continua a deslizar de ‘meio ambiente sem gente’ para *meio ambiente com gente* (NOVICKI, 2007), porém com tendência maior para a segunda possibilidade, segundo os resultados apurados. Nessa perspectiva, estudar conjuntos discursivos populares recolhidos em interações cotidianas nas ruas, nos lares, escolas, universidades, instituições religiosas (e outras) e em interações socioambientais mais formais, como as que se desenrolam durante audiências públicas, reuniões de comitês de bacia, fóruns temáticos, conselhos vários representa campo a explorar melhor na pesquisa científica brasileira voltada ao binômio comunicação-educação ambiental. Cabem também, como vemos, mais investigações centradas nos discursos institucionais vinculados às políticas públicas socioambientais, como parte de empenho importante para verificar pontos de convergência do tipo *discurso-ação* nos planos público/privado, coletivo/individual — correlacionando os resultados à gestão pública e ao cotidiano da população urbana.

Importa, especialmente, tentar por meio desses estudos e das práticas deles derivadas contribuir para reduzir a distância entre as políticas públicas e a participação dos cidadãos nos processos decisórios ligados à qualidade da vida cidadina. Para tanto, a identificação de mecanismos discursivos e comportamentais promotores ou cerceadores de transformações significativas no morar urbano emerge como oportunidade na pauta de novos processos interativos em Comunicação e Educação.

Procuramos ater-nos a essas variáveis e, por meio desta tese, buscamos oferecer nosso contributo acadêmico para as investigações sobre a reversão da ecocrise global, verificando: a) como os trânsitos discursos multidimensionais de cunho socioambiental se constituem como objeto de pesquisa apropriado ao estudo de formas para preencher lacunas de comunicação/educação nesse campo e b) de que maneira ensejam incremento de ações proativas em cenários de progressivo agravo socioambiental.

Os diálogos pluriangulares envolvidos nesse exercício reforçam a importância de pensar coletivamente em estratégias de enfrentamento dos problemas socioambientais que ultrapassem a perspectiva segundo a qual a comunicação pode estar contida apenas na ideia da troca de informação (por mais ampla que seja) a respeito de temáticas ecológicas, como afirmaram Del Vecchio de Lima et al. (2015). Investir maciçamente em informação socioambiental também é necessário, mas só faz sentido se houver promoção intencional e concomitante da “capacidade reflexiva da sociedade global para aumentar sua aprendizagem social e habilidade transformadora” (BRULLE, 2010, p. 94), de maneira a converter informação em comunicação, de fato.

Face ao exposto, cumpre acrescentar: seria interessante desenvolver mais pesquisas acerca de como diferentes públicos veem/propõem a operacionalização dos recursos humanos e tecnológicos no âmbito da comunicação-educação ambiental urbana, o que poderia amplificar interesse nas estratégias participativas capazes de conduzir indivíduos a engajar-se. Tal encaminhamento vem ao encontro do *processo social de atribuição de valor* (SPINK, 2002), que habilita o cidadão a promover não apenas simples intercâmbio de palavras, mas a gerar diálogo que faça ponte entre as diferenças — como sugere Muniz Sodré (2014) — e esta ponte, sim, *transforma*.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. A apropriação da sustentabilidade pelas grandes marcas globais. Folha de S. Paulo, 18 jul. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/colunas/2013/07/1312685-a-apropriacao-da-sustentabilidade-pelas-grandes-marcas-globais.shtml>
- AGUIAR, Sonia; CERQUEIRA, Jean Fábio. Comunicação ambiental como campo de práticas e de estudos. **Comunicação & Inovação**, São Caetano do Sul, v. 13, n. 24:(11-20) jan.-jun. 2012
- ALMEIDA, Maria do Carmo Souza de. **Prática educomunicativa com o cinema nas Licenciaturas**. 2014. Tese (Doutorado em Interfaces Sociais da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/T.27.2014.tde-20052014-125338. Acesso em: 23 out. 2017.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 2003, 9ª ed.
- ARIÈS, Paul. **A simplicidade voluntária contra o mito da abundância**. São Paulo: Loyola, 2013.
- AVANZI, Maria Rita. Ecopedagogia. In: **Identidades da educação ambiental brasileira**. LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.). – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_publicacao/20_publicacao13012009093816.pdf#page=27. Acesso em: 13 fev. 2018.
- BACCEGA, Maria Aparecida. **Comunicação e Consumo**. In: CITELLI, Adilson; BERGER, Christa; BACCEGA, Maria Aparecida; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; FRANÇA, Vera Veiga (orgs.). **Dicionário de Comunicação – Escolas, Teorias e Autores**. São Paulo: Contexto, 2014.
- BACCI, Denise de La Corte; SANTOS, Vânia Maria Nunes. Mapeamento socioambiental como contribuição metodológica à formação de professores e aprendizagem social. **Revista do Instituto de Geociências– USP. Geol. USP**, Publ. espec., São Paulo, v. 6, p. 1-28, Agosto 2013. Disponível em: <http://www.journals.usp.br/gusppe/article/viewFile/61959/64823>. Acesso em: 20 abr. 2016.
- BACHELARD, Gaston. **O Racionalismo Aplicado**. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. Tradução de Nathanael C. Caixeiro.
- _____. **A Filosofia do Não**. Lisboa, Editorial Presença, 2009.
- BAIRRO-ESCOLA. Diagnóstico Socioterritorial do Bairro-Escola – um olhar sobre microterritórios educativos. Disponível em: http://www.cidadeescolaaprendiz.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Bairro-escola_passo-a-passo.pdf. Acesso em 12/11/2014, às 10h26min.
- BAITELLO JR., Norval. **A Era da Iconofagia - Reflexões sobre imagem, comunicação, mídia e cultura**. São Paulo: Paulus, 2014.

BANKS, Marcus. **Dados Visuais para Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. A fluidez do mundo líquido. Entrevista. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7P1MAZXFVG0>. Acesso em 04 ago 2017. Programa Milênio. GloboNews. Abr. 2016. <https://youtu.be/7P1MAZXFVG0?t=270>.

BEDUSCHI FILHO, Luiz Carlos; ABRAMOVAY, Ricardo. Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil. XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER) – 27 a 30 de Julho de 2003 – Juiz de Fora – MG.

BERNA, Wilmar S. Demaman. **Como fazer educação ambiental**. São Paulo: Paulus, 2001.

BORDENAVE, Juan E. Diáz. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994, 8ª edição.

BOURDIEU, Pierre. **O Campo Científico**. In: Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 1983.

BRASIL. Programa de Educomunicação Socioambiental. Série Documentos Técnicos – 2. Brasília: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2005. Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/esa/arqs/progr_educom.pdf

_____. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Programa Nacional de Educação Ambiental. Educomunicação socioambiental: comunicação popular e educação. Organização: Francisco de Assis Moraes da Costa. Brasília: MMA, 2008. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/txbase_educom_20.pdf

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf. Acesso em 29 dez. 2017.

BRULLE, Robert J. From Environmental Campaigns to Advancing the Public Dialog: Environmental Communication for Civic Engagement, *Environmental Communication*, 4:1, 82-98(2010). Disponível em: goo.gl/P4SIf4. Acesso em: 18 jan 2017.

BUARQUE, Daniel. Políticos brasileiros ignoram cientistas e pesquisas, diz estudo. **Folha de S. Paulo**, 13 out. 2017. Ciência e Saúde.

BUBER, Martin. **Eu e Tu**. São Paulo: Centauro, 2001.

CALDAS, Eduardo de Lima. A Felicidade Geral da Nação. **Revista GV-Executivo**, v. 13, n. 2, jul. - dez, 2014. Disponível em: rae.fgv.br/gv-executivo/vol13-num2.../felicidade-geral-nacao.

CALIXTO, Douglas de Oliveira. **Memes na internet: entrelaçamentos entre educomunicação, cibercultura e a 'zoeira' de estudantes nas redes sociais**. 2017. Dissertação (Mestrado em Interfaces Sociais da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-01112017-102256/>. Acesso em: 14 jan. 2018.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. A invenção do sujeito ecológico: identidades e subjetividade na formação dos educadores ambientais. In: Sato, M. & Carvalho, I. C. M. (orgs) **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre, Artmed, 2005. Disponível em: http://www.sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/Repositorio/472/Documentos/Mural_PlanosdeFiscalizacao/FormacaoSocioambiental/Referencias/A%20INVENCAO%20DO%20SUJEITO%20ECOLOGICO.pdf. Acesso em: 08 mai. 2016.

CARVALHO, Sérgio Resende. As contradições da promoção à saúde em relação à produção de sujeitos e a mudança social. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9 n. 3 jul./set. 2004, pp. 669-678.

CATALÀ DOMÈNECH, Josep Maria. Por um olhar complexo sobre a imagem. Diálogos Midiológicos. Entrevista concedida a Márcia Rodrigues da Costa. Intercom – RBCC, São Paulo, vol. 38, n. 1, p. 295-308, jan.-jun.2015.

CHANG, Briankle G. Deconstructing Communication. In: CRAIG, Robert T.; Muller, Heidi L. **Theorizing Communication – readings across traditions**. Califórnia (EUA): Sage Publications, 2007.

CITELLI, Adilson. **Palavras, Meios de Comunicação e Educação**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Pensando o consumo entre a comunicação e a cultura. São Paulo: **Revista Comunicação, Mídia e Consumo**, vol. 6, n.15, p. 193-196, mar.2009.

_____. Comunicação e Educação: implicações contemporâneas. In: CITELLI, Adilson; COSTA, Maria Cristina Castilho (orgs.). **Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2011.

_____. Palestra proferida na mesa redonda *Comunicação e Culturas do Consumo: novos desafios para a Educação*. II Congresso Internacional em Comunicação e Consumo. São Paulo, ESPM, 15 e 16/10/2012.

_____. Teoria Performativa e Pragmática da Linguagem. In: CITELLI, Adilson; BERGER, Christa; BACCEGA, Maria Aparecida; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; FRANÇA, Vera Veiga (orgs.). **Dicionário de Comunicação – Escolas, Teorias e Autores**. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. Linguagem como ponto de convergência nas relações entre Comunicação e Educação. Excerto de aula do curso de pós-graduação *Processos de Linguagem em Comunicação e Educação*, ministrado na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, no primeiro semestre de 2014. 2014a.

_____. Comunicação e Educação: o problema da aceleração temporal. In: NAGAMINI, E., org. **Questões teóricas e formação profissional em comunicação e educação** [online]. Ilhéus, BA: Editus, 2015, pp. 11-23. Comunicação e educação series, vol. 1. ISBN 978-85-7455-439-6.

_____(org.). **Comunicação e educação - os desafios da aceleração social do tempo**. São Paulo: Paulinas, 2017.

CITELLI, Adilson; FALCÃO, Sandra Pereira. Comunicação e educação: um contributo para pensar a questão ambiental. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 15-26, oct. 2015. ISSN 2316-9125. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/100391>>. Acesso em: 23 abr. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v20i2p15-26>.

CONTRERA, Malena Segura; BAITELLO JR., Norval. A dissolução do Outro na comunicação contemporânea. **Matrizes** - revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, São Paulo, ano 4, jul-dez.2010, pp. 101-111.

COSTA, Alan; GALLO, Ana Alice Vercesi, HEIMANN, Candice et al.. A Emergência da Concepção do Prosumer na Era da Comunicação Digital. Trabalho coletivo dos alunos na disciplina “Novas Lógicas e Literacias Emergentes no Contexto da Educação em Rede: Práticas, Leituras e Reflexões” (PPGCOM-USP). Orientadora: Prof^a. Dr^a. Brasilina Passarelli. 2013. Disponível em: http://ccvap.futuro.usp.br/noticiasfiles/25.06.2013_TextoColetivo_Prosumer.pdf. Acesso em 27 jun. 2016.

COSTA, Maria Cristina Castilho. **Educação, imagem e mídias**. São Paulo: Cortez, 2013.

COX, Robert; PEZZULLO, Phaedra C. **Environmental Communication and the Public Sphere**. Los Angeles: Sage Publications, 2016, 4^a ed.

CRAIG, Robert T.; Muller, Heidi L. **Theorizing Communication** – readings across traditions. Califórnia (EUA): Sage Publications, 2007.

CRARY, Jonathan. **24/7: capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Cosac-Naify, 2014.

CURY, Lucilene. **O Dilema da Pesquisa**. São Paulo: EDUSP, 2008.

CURY, Lucilene; FALCÃO, Sandra Pereira. Comunicação/Comunicação Digital — uma análise relacionada ao *estar juntos* no mundo contemporâneo. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n. 39, p. 24-41, maio/ago. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.19132/1807-8583201739.24-41>

CUTTS, Steve. *Man*. Dir./Roteiro: Steve Cutts. Reino Unido, 2012, 3:35.

DAHLGREN, Peter. **Media and political engagement**: citizens, communication, and democracy. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

D’ALISA, Giacomo; DEMARIA, Federico; KALLIS, Giorgos (orgs.). **Decrescimento: vocabulário para um novo mundo**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016.

DANNORITZER, Cosima (direção). Comprar, tirar, comprar – La historia secreta de la obsolescencia programada. 2011 - Espanha/França. Produção TVE/Arte Duração 53min

DANTAS, Elenice. Metáporo e o conceito de comunicação como Acontecimento. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – Ouro Preto - MG – 28 a 30/06/2012.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo, Boitempo, 2016.

DE LA VEGA, Gabriela; CAMPOS, Maria Beatriz; CERQUEIRA, Jean Fábio Borba. A Comunicação Ambiental no Cinema de Animação: um panorama acerca da plataforma Youtube. Anais do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Recife - PE – 14 a 16/06/2012. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2012/resumos/R32-1446-1.pdf>. Acesso em 27 jan. 2017.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DECRETO. Decreto de Trump revoga atos de Obama contra aquecimento global. **Folha de S. Paulo**, 29 mar. 2017. Mundo, p. A12.

DEL VECCHIO DE LIMA, Myrian Regina et al. A comunicação ambiental e suas potencialidades no enfrentamento dos dilemas socioambientais. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 34, p. 75-84, ago. 2015.

DENCKER, Ada de F. Maneti e KUNSCH, Margarida M. K. (orgs.). **Comunicação e Meio Ambiente**. São Paulo/ São Bernardo do Campo: Intercom/ Instituto Metodista de Ensino Superior, 1996.

DEPOE, Stephen P.; DELICATH, John W. Introduction. In: DEPOE, Stephen P.; DELICATH, John W.; ELSENBEEER, Marie-France Aepli (eds.). **Communication and Public Participation in Environmental Decision Making**. New York: State University of New York, 2004.

EA-FEUSP. Estudo do Meio. Disponível em: <http://www2.ea.fe.usp.br/estudo-do-meio>. Acesso em: 02 ago. 2017.

EDUCAÇÃO. Alckmin libera celular nas escolas estaduais de SP. **Folha de S. Paulo**, 07 nov. 2013. Cotidiano, B5.

EICA. III Encontro Interdisciplinar de Comunicação Ambiental: Comunicação de riscos e vulnerabilidades socioambientais - ISBN: 978-85-7822-574-2. Sergipe, 5 a 7 jun. 2017.

ELGIN, Duane. **Simplicidade Voluntária**: em busca de um estilo de vida exteriormente simples, mas interiormente rico. São Paulo: Cultrix, 2012.

ELISEI, Mateus Guedes Martins. **Diagnóstico da Percepção Ambiental através de Desenho Infantil**. Taubaté – SP: Cabral, 2008.

FALCÃO, Sandra Pereira. **Comunicação e Educação Ambiental na construção de sentidos urbanos**. 2013. Dissertação (Mestrado em Interfaces Sociais da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-30012014-113513/>>. Acesso em: 04 jul. 2014.

_____. Espaço Público e Ressonância: Aproximações Comunicativo-Educativas em Tempos Acelerados. Trabalho apresentado no GP Comunicação e Educação, XVII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Curitiba - PR - 04 a 09/09/2017. Disponível em <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-1479-1.pdf>. Acesso em: 14 out. 2017.

FELICE, Massimo di; TORRES, Juliana Cutolo; YANAZE, Leandro Key Higuchi. **Redes Digitais e Sustentabilidade – as interações com o meio ambiente na era da informação**. São Paulo: Annablume, 2012.

FERRARA, Lucrécia D’Aléssio. **Leitura sem palavras**. São Paulo: Ática, 2007.

_____. **Comunicação, Mediações, Interações**. São Paulo: Paulus, 2015.

FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio; SORRENTINO, Marcos. Coletivos Educadores. In: Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005, v. 1, p. 57-69. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/encontros.pdf. Acesso em 17 jul 2016.

FERRÉS i PRATS, Joan. Educomunicação e Cultura Participativa. In: **Educomunicação — para além do 2.0**. São Paulo: Paulinas, 2014.

FÍGARO, Roseli. Introdução. In: Fígaro, Roseli (org.). **Comunicação e Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. A comunicação como processo de interação verbal e produção de sentidos. In: XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Foz do Iguaçu (PR), 2 a 5/9 de 2014. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/sis/2014/resumos/R9-1729-1.pdf>. Acesso em 28.dez.2015.

FLOR, Alexander G. Environmental Communication: Principles, Approaches and Strategies of Communication Applied to Environmental Management. Filipinas: UP Open University, 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Alexander_Flor/publication/276930253_Environmental_Communication_Principles_Approaches_and_Strategies_of_Communication_Applied_to_Environmental_Management/links/555c380908ae6aea081734c5/Environmental-Communication-Principles-Approaches-and-Strategies-of-Communication-Applied-to-Environmental-Management.pdf. Acesso em 17 dez. 2017.

FLUSSER, Vilém. **O mundo codificado**: por uma filosofia do design e da comunicação. São Paulo: CosacNaify, 2013.

FORMENTI, Lígia; PARAGUASSU, Lisandra. Morador de área nobre de SP vive até 13 anos mais. O Estado de São Paulo. São Paulo, 26 nov. 2014. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/morador-%C3%A1rea-nobre-sp-vive-13-anos-103200933.html>. Acesso em 26 nov. 2014.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2006, 13ª ed.

FRANÇA, Vera Veiga; SIMON, Paula Guimarães. Interação. In: FRANÇA, Vera; MARTINS, Bruno Guimarães; MENDES, André Melo (orgs.). **Trajetória, conceitos e pesquisa em Comunicação**. Belo Horizonte: PPGCOM-UFMG, 2015. Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade (GRIS). Disponível em: www.seloppgcom.fafich.ufmg.br/index.php/seloppgcom/catalog/download/7/2/45-1. Acesso em: 30 dez. 2017.

GADOTTI, Moacir. **Educar para a sustentabilidade** – uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora e livreria Instituto Paulo Freire, 2008. Disponível em: http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3080/1/FPF_PTPF_12_077.pdf. Acesso em 24 out 2017.

GALEANO, Eduardo. Automovelcracia: o carro domina nossa razão e nossa emoção. Revista Atenção, n° 3, fev.1996, p. 54. Disponível em: <https://ciclorganico.wordpress.com/2011/01/09/automovelcracia-o-carro-domina-nossa-razao-e-nossa-emocao/>. Acesso em 13 jan. 2016.

GATTÁS, Carmen Lúcia Melges Elias. **Novas mediações na interface comunicação e educação**: a educomunicação como proposta para uma educação ambiental transformadora. 2015. Tese (Doutorado em Interfaces Sociais da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.27.2015.tde-17112015-094913. Acesso em: 21 fev 2016.

GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como doença social**: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida: Ideias e Letras, 2007.

GIACOMINI FILHO, Gino. **Ecopropaganda**. São Paulo: SENAC, 2004.

_____. Consumismo e meio ambiente: discursos e conexões no campo religioso. **Estudos de Religião**, v. 24, n. 38, 52-74, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/viewFile/1982/2025>. Acesso em 18 dez 2017.

GIDDENS, Anthony. Viver numa sociedade pós-tradicional. In: BECK, ULRICH; GIDDENS, Anthony e LASH, Scott. **Modernização Reflexiva**: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna. São Paulo: UNESP, 1997.

_____. **A Política da Mudança Climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

GIULIO, Gabriela Marques Di; Vasconcellos, Maria da Penha. Building adaptive capacity in the megacity of São Paulo, Brazil: urgencies, possibilities and challenges. Trabalho apresentado na RC21 International Conference on “The Ideal City: between myth and reality. Representations, policies, contradictions and challenges for tomorrow's urban life”. Urbino (Italy) 27-29 August 2015. <http://www.rc21.org/en/conferences/urbino2015/>

GIULIO, Gabriela Marques Di et al. Percepção de risco: um campo de interesse para a interface ambiente, saúde e sustentabilidade. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 1217-1231, Dec. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-

12902015000401217&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 Jul. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902015136010>.

GÓMEZ, Guillermo Orozco. **Recepção midiática, aprendizagens e cidadania**. São Paulo: Paulinas, 2014.

GRANJA, Sandra Inês Baraglio. Cidadãos mediadores na cidade de São Paulo? – Trajetória, ambiguidades, sucessos parciais e contradições da busca pela convivência pacífica. In: INOJOSA, Rose Marie (org). **Aprendizagem socioambiental em livre percurso** – a experiência da UMAPAZ. São Paulo: Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, 2012.

GUATTARI, Félix. **As Três Ecologias**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2012.

GUMPERT, Gary. *What is “Urban Communication”?* Disponível em: <https://urbancomm.org/about-ucf/>. Acesso em: 20 jan. 2017

GÜNTHER, Hartmut. Como Elaborar um Questionário. In: PINHEIRO, José Q.; GÜNTHER, Hartmut. (orgs.) **Métodos de Pesquisa nos Estudos Pessoa-Ambiente**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

GÜNTHER, Hartmut; ELALI, Gleice Azambuja; PINHEIRO, José Q. Multimétodos. In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice Azambuja (orgs.). **Temas Básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GUTIÉRREZ, Francisco; PRADO, Cruz. **Ecopedagogia e Cidadania Planetária**. São Paulo: Cortez, 2013.

HABERMAS, J. O Papel da Sociedade Civil e da Esfera Pública Política (cap. VII). In: **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**, livro II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. Trad. Flávio B. Siebeneichler.

_____. O Espaço Público, trinta anos depois. Prefácio. In: **O Espaço Público**, 1990, 17ª edição, Editora Suhrkamp. Verlag. Tradução de Felipe Chaniel e Tobias Strauman.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006. Disponível em: file:///C:/Users/SANDR/Downloads/docslide.com.br_livro-rogerio-haesbaert-territorios-alternativos-capitulo-escalas-espaco-temporais.pdf. Acesso em: 04 out. 2017.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. São Paulo: Editora Vozes, 2015.

_____. **Sociedade da Transparência**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

HANSEN, Anders. Communication, media and environment: towards reconnecting research on the production, content and social implications of environmental communication. **International Communication Gazette**, vol. 73, 1-2: pp. 7-25. Jan. 2011. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1748048510386739>. Acesso em 20 jan. 2017.

HANSOTTE, Majo. **As inteligências cidadãs – como se adquire e inventa a palavra colectiva**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

HASENFELD, Yeheskel. **Organizaciones al servicio del hombre**. Cidade do México: Secretaría de Salud - Fondo de Cultura Económica, 1990.

HILL, Michael. Implementação: uma visão geral. In: Saravia, Enrique; Ferrarezi, Elisabete (orgs.). **Políticas Públicas** (coletânea). Brasília: ENAP, 2006.

IECA. About the IECA. International Environmental Communication Association. Disponível em: <https://theieca.org/about>. Acesso em 18 jan 2017.

IGREJA. Igreja Católica. Papa (2013 — : Francisco). Carta Encíclica Laudato Si': Louvado Sejas — sobre o cuidado da Casa Comum. 1.ed. São Paulo: Paulus/Loyola, 2015. 142p. (documentos pontifícios).

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional** – formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2011.

INOJOSA, Rose Marie (org). **Aprendizagem socioambiental em livre percurso** – a experiência da UMAPAZ. São Paulo: Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, 2012.

JACOBI, Pedro Roberto. **Cidade e Meio Ambiente: Percepções e Práticas em São Paulo**. São Paulo: AnnaBlume, 2008, 3ª ed.

_____. **Políticas Sociais e Ampliação da Cidadania**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação FGV, 2000.

JEFFRES, Leo W. Precisamos entender como o "capital comunicacional" de uma cidade está ligado ao engajamento cívico e a uma vida pública saudável. Disponível em: <https://urbancomm.org/who-we-are/leo-jeffres/>. Acesso em: 19 jan. 2017.

JUNQUEIRA, Antonio Hélio. A Igreja entra no clima: comunicação, educação e consumo em “sobre o cuidado da Casa Comum”— encíclica papal de Francisco. Trabalho apresentado no GT Comunicação, Educação e Consumo do 5º Encontro de GTs – Comunicon (5 a 7 out 2015).

JURIN, Richard, ROUSH, Donny e DANTER, K. Jeffrey. **Environmental Communication**. Springer: Dordrecht, Heidelberg; London, New York, 2010.

KINGDON, John. Como chega a hora de uma ideia? In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas Públicas – coletânea, vol. 1**. Brasília: ENAP, 2007.

KUNSCH, Margarida M. Khroling. A comunicação na gestão da sustentabilidade em organizações brasileiras. **Revista Mediterránea de Comunicación**. vol. 6(nº2), 32-65. 2015. Disponible en <http://mediterranea-comunicacion.org/>. DOI:<http://dx.doi.org/10.14198/MEDCOM2015.6.2.02>

LANA, Lígia; MARTINS, Bruno Guimarães; SALGADO, Thiago Barcelos P.; SILVEIRA, Fabrício José N. Experiência. In: FRANÇA, Vera; MARTINS, Bruno Guimarães; MENDES, André Melo (orgs.). **Trajetória, conceitos e pesquisa em Comunicação**. Belo Horizonte: PPGCOM-UFGM, 2015. Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade (GRIS). Disponível em: www.seloppgcom.fafich.ufmg.br/index.php/seloppgcom/catalog/download/7/2/45-1. Acesso em: 30 dez. 2017.

LATOUCHE, Serge. **Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

LEONARD, Annie. **A História das Coisas**: da natureza ao lixo, o que acontece com tudo que consumimos. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. Colaboração de Ariane Conrad.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2002, 5ªed.

LÉNA, Philippe. Política brasileira está na contramão do antropoceno. Entrevista especial com Liz-Rejane Issberner e Philippe Léna, concedida a Patricia Fachin. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos** (IHU on-line), n. 503, ano XVII, 24 abr. 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/566782-politica-brasileira-esta-na-contramao-do-antropoceno-entrevista-especial-com-liz-rejane-issbern-e-philippe-lena>. Acesso em: 15 dez. 2017.

LEROY, Pieter; SURAUD, Marie-Gabrielle. Environment and communication – the multiple transformations of environmental issues (introduction). **ESSACHESS - Journal for Communication Studies**. Vol. 7 N° 1(13)/2014. Disponível em: www.sciencedirect.com/www.elsevier.com/puhe. Acesso em 23 jan, 2017.

LIMA, Cristiane Rodrigues. O uso da leitura de imagens como instrumento para alfabetização visual. Disponível em: www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2483-8.pdf. Acesso em 06/05/2014, às 11h27min.

LIMEIRA, Amélia Ferreira Martins; ANDRADE, Maristela Oliveira. Eco(Teo)logia: discurso teológico ambiental x prática comunitária evangélica. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 28, p. 189-204, jul./dez. 2013. Editora UFPR.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. **Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2005, 9ª ed.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Teoria Social e Questão Ambiental: pressupostos de uma práxis crítica em educação ambiental. In: LOUREIRO, Carlos Frederico. B.; LAYRARGUES Philippe Pomier, CASTRO, Ronaldo Souza de (orgs.) **Sociedade e Meio Ambiente**: a educação ambiental em debate. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Sustentabilidade e Educação**: um olhar da ecologia política. São Paulo: Cortez, 2012.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza (orgs.). **Pensamento Complexo, Dialética e Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2011.

LYNCH, Kevin. **A boa forma da cidade**. Lisboa: Edições 70, 2010.

MAIA, Bibiana. Site permite que cidadão ajude em pesquisa. **Folha de S. Paulo**, 08 fev. 2018. Caderno Ciência+Saúde.

MAIA, Rousiley C. M. **Mídia e Deliberação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e Análise do Discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MARCONDES FILHO, Ciro. O que é Comunicação. Trajetórias Epistemológicas. 6ª Aula Magna de Referência Interprogramas. São Paulo, Faculdade Cásper Líbero. 10 ago. 2016. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=UcitjAXsMaM>. Acesso em: 10 dez. 2016.

_____. **Das coisas que nos fazem pensar** – o debate sobre a Nova Teoria da Comunicação. São Paulo: Ideias e Letras, 2014.

_____. A Comunicação no sentido estrito e o metáporo - ou porque a Nova Teoria não é estudo de recepção, etnografia nem tem a ver com Edgar Morin. Anais do XXI Encontro Anual da Compós, Universidade Federal de Juiz de Fora, 12 a 15 de junho de 2012.

_____. **Para entender a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2008.

MARQUES, Ângela. O papel dos interesses na construção de uma ética dos processos comunicativos. Juiz de Fora: **Revista Lumina**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, vol. 5, n.1, jun 2011. Disponível em: <http://ppgcomufjf.bem-vindo.net/lumina/index.php?journal=edicao&page=issue&op=current>

MARQUES, Ângela; MAIA, Rousiley Celi Moreira. A conversação sobre temas políticos nos contextos comunicativos do cotidiano. **Revista Política e Sociedade**, v. 7, n. 12, 2008, pp. 143-175. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/7646/6999>. Acesso em 15 jun. 2012.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **A Comunicação na Educação**. São Paulo: Contexto, 2014. Tradução: Maria Immacolata Vassalo de Lopes e Dafne Melo.

_____. Pistas para entre-ver meios e mediações. In: **Dos meios às mediações**. Rio: Ed. UFRJ, 2003. Novo prefácio.

_____. Comunicação e Cidade: entre Meios e Medos. **Novos Olhares**, n.1, jan.-jun 1998.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das Mídias Digitais**: linguagens, ambientes e redes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MASSARDIER, Gilles. Cognição, políticas e ações públicas: entre coerência, fragmentação e aprendizados. In: BONNAL, Philippe; LEITE, Sergio Pereira (orgs.). **Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

MASSONI, Neusa Teresinha. Ilya Prigogine: uma contribuição à filosofia da ciência. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 30, n. 2, 2308 (2008). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbef/v30n2/a09v30n2.pdf>. Acesso em 23 abr 2017.

MATOS, Heloiza. **Capital Social e Comunicação**: interfaces e articulações. São Paulo: Summus, 2009.

MATOS, Heloiza; NOBRE, Guilherme Fráguas. Capacitação em Comunicação Pública e em Comunicação Política: democratizando as habilidades parlamentares civis. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano**, n.5, dez. 2014. Disponível em: <http://www.ppgmidiaecotidiano.uff.br/ojs/index.php/Midecot/article/viewFile/130/126>. Acesso em: 20/ 12/2015.

MATSAGANIS, Matthew. UCF – *Who we are*. Disponível em: <https://urbancomm.org/who-we-are/matthew-matsaganis/>. Acesso em 19 jan. 2017.

MAZZOTTI, Tarso Bonilha. Representação Social de "Problema Ambiental": uma Contribuição à Educação Ambiental. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 78, n. 188/189/190, p. 86-123. jan./dez.1997. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/article/viewFile/1051/1025>. Acesso em 13 abr. 2017.

MEISNER, Mark. Environmental Communication: What it is and Why it Matters. One-Planet Talking Point. Disponível em: https://theieca.org/sites/default/files/optp/%20OPTP%231-EC_What_and_Why.pdf. Acesso em: 18 jan 2017.

MENDONÇA, Francisco (org.). **Impactos Socioambientais Urbanos**. Curitiba, PR: Editora UFPR, 2004.

MESSIAS, Claudio. **Duas décadas de educomunicação - da crítica ao espetáculo**. 2011. Dissertação (Mestrado em Interfaces Sociais da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/D.27.2011.tde-24032012-102952. Acesso em: 2017-04-07.

_____. A educomunicação concebida nas quatro décadas de Intercom: um paradigma, novas acepções de visão de mundo. Anais do Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba - PR – 04 a 09/09/2017.

MEYERS, Marcia K.; VORSANGER, Susan. Burocratas de nível de rua e a implementação de Políticas Públicas. In: PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (orgs.). **Administração Pública: Coletânea**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: ENAP, 2010.

MOGADOURO, Claudia de Almeida. **Educomunicação e escola: o cinema como mediação possível (desafios, práticas e proposta)**. 2011. Tese (Doutorado em Interfaces Sociais da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/T.27.2011.tde-23092011-174020. Acesso em: 2017-10-24.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 2006, 12ª ed.

_____. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

MORIN, Edgar; MOTTA, R. D.; CIURANA, E. R. **Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana**. São Paulo: Cortez, 2003.

MOYA, Iara Maria da Silva. **Crítica do discurso da sustentabilidade global: a comunicação como estratégia possível**. 2016. Tese (Doutorado em Interfaces Sociais da Comunicação) -

Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/T.27.2016.tde-14092016-114606. Acesso em: 14 fev. 2017.

NOVICKI, Victor. Práxis: problematizando consciência e participação na educação ambiental brasileira. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B. (org). **A Questão Ambiental no Pensamento Crítico – Natureza, Trabalho e Educação**. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

OCA. O "Método Oca" de Educação Ambiental: fundamentos e estrutura incremental. **Ambiente & Educação**, v. 21, n. 1, p. 75-93, 2016. Revista de Educação Ambiental do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Disponível em: <https://www.seer.furg.br/ambeduc/article/view/6012/3981>. Acesso em: 13 fev. 2017. ISSN- 1413-8638 E-ISSN - 2238-5533.

O'TOOLE JR., Laurence J. Relações Interorganizacionais no Processo de Implementação. In: PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (orgs.). **Administração Pública: Coletânea**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: ENAP, 2010.

PENTEADO, Heloísa Dupas. **Meio Ambiente e Formação de Professores**. São Paulo: Cortez, 2010.

PERUZZO, Cicilia. Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas. **Revista Fronteiras – Estudos midiáticos**. São Leopoldo: Editora Unisinos, Vol. 11 No 1 - jan/abr. 2009. Pp: 33-43. Disponível em www.frenteiras.unisinos.br/pdf/64.pdf. Acesso em 31 mar. 2017.

PHILIPPI JR, A.; ROMÉRO, M. A.; BRUNA, G. C. (eds.). **Curso de Gestão Ambiental**. Barueri, São Paulo: Manole, 2004.

PINTO, Antonio Augusto Biermann. Alteridade: categoria fundamental da ética ambiental. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 12, n. 1494, 4 ago. 2007. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/10241>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

PONTUSCHKA, Nídia; PAGANELLI, Tomoko YIda; CACETE, Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2009.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib e CONTIN, Myriam Krasilchik. Processos Educativos e Mudanças Socioambientais – O Projeto e a Integração das Instituições Escolares. In: PONTUSCHKA, N. N.; KRASILCHIK, M. (coordenação); RIBEIRO, H. (edição). **Pesquisa Ambiental: Construção de um Processo Participativo de Educação e Mudança**. São Paulo: EDUSP, 2006.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Estudo do Meio – Metodologia. Parte integrante da disciplina de pós-graduação *A Educação Ambiental e a Formação de Professores através da Pesquisa Interdisciplinar*, ministrada no 2º semestre de 2011, na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

_____. O conceito de Estudo do Meio transforma-se...em tempos diferentes, em escolas diferentes, com professores diferentes. In: VESENTINI, José William (org.). **O Ensino de Geografia no Século XXI**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2013 (7ªed.).

POPPER, Karl. A lógica das Ciências Sociais. In: **Em busca de um mundo melhor**. São Paulo, Martins Fontes, 2006.

PORCHEDDU, Alba. Zygmunt Bauman: entrevista sobre a educação. Desafios pedagógicos e modernidade líquida. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 137, p. 661-684, Ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742009000200016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 ago. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742009000200016>.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade Ambiental, Consumo e Cidadania**. São Paulo: Cortez, 2010, 2ª ed.

PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle (colab.). **O fim das certezas**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

RIBEIRO, H. Comunicação como Instrumento do Planejamento e da Gestão Ambientais. In: RIBEIRO, H; VARGAS, H.C. (orgs). **Novos Instrumentos de Gestão Ambiental Urbana**. São Paulo: EDUSP, 2004.

ROBERTSON, Roland. **Globalização – teoria social e cultura global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da Comunicação**. Questão Comunicacional e Formas de Sociabilidade. Lisboa: Presença, 1990, 3ª ed. (2001).

RORTY, Richard. **Contingência, ironia e solidariedade**. São Paulo: Martins, 2007.

ROSA, Hartmut. **Alienación y Aceleración** - hacia una teoría crítica de la temporalidad en la modernidad tardía. Buenos Aires: Katz, 2016.

ROSA, Hartmut. **Social Acceleration**. A New Theory of Modernity. New York: Columbia Press University, 2013.

RUIZ, Castor B. **Emmanuel Levinas, Alteridade e Alteridades**. Questões da Modernidade e a Modernidade em Questão. In: SOUZA, Ricardo Timm; FARIAS, André Brayner; FABRI, Marcelo. (orgs.). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

SAHEB, Daniele; LUZ, Araci Asinelli. A educação socioambiental na formação do professor/pedagogo: a conquista de espaços de produção de conhecimentos e atitudes. In: HAGEMEYER, Regina Cely. **Formação docente e contemporaneidade**: referenciais e interfaces da pesquisa na relação universidade-escola. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

SALDIVA, Paulo (et al.). **Meio Ambiente e Saúde: o desafio das metrópoles**. São Paulo: Ex-Libris Comunicação Integrada, 2010.

SANTAELLA, Lucia. **Leitura de imagens**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2012.

SANTOS, Heloisa Souza; CASADEI, Eliza Bachega; PIRES, Lara Stefany; CARDINALI, Marcos. Fotografia e meio ambiente: possíveis usos e interpretações. III Encontro Nacional de

Pesquisadores em Jornalismo Ambiental. VI Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental – CBJA, 20 a 22 de outubro de 2015 – São Paulo. Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental – RBJA.

SANTOS, Milton. O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, Ano XIII, n. 2, 1999, p. 15-26. Disponível em: <https://goo.gl/3dWFn6>. Acesso em 15/10/2017.

SÃO PAULO (município). Lei Nº 15.967, de 24 de janeiro de 2014. Lei de Apoio à Educação Ambiental. Diário Oficial da Cidade (25/01/2014).

SARDELICH, Maria Emília, Leitura de Imagens, Cultura Visual e Prática Educativa. **Cadernos de Pesquisa**, v.36, n.128, p.415-472, maio/agosto.2006.

SAYAGO, Doris; PINTO, Mariana Oliveira. Plano Diretor: Instrumento de Política Urbana e Gestão Ambiental. In: VI Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica ECOECO, 2005.

SENECAH, Susan L. The Trinity Of Voice: the role of practical theory in planning and evaluating the effectiveness of environmental participatory processes. In: DEPOE, Stephen P.; DELICATH, John W.; ELSENBEER, Marie-France Aepli (eds.). **Communication and Public Participation in Environmental Decision Making**. New York: State University of New York, 2004.

SESC. Encontro Internacional Pensar o Futuro: as histórias que tecemos e as histórias que queremos. Encontro. SESC São Paulo. 15 e 16 fev. 2017.

SGA. Superintendência de Gestão Ambiental da USP. PAP GT Educação. Disponível em: <http://www.sga.usp.br/acoes-da-sga/pap/>. Acesso em: 23 fev. 2017.

SHIRKY, Clay. **A Cultura da Participação - criatividade e generosidade no mundo conectado**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. Tradução: Celina Portocarrero.

_____. **Lá vem todo mundo - o poder de organizar sem organizações**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

SIETSKE, Veenman; LIEFFERINK, Duncan. Transnational communication and domestic environmental policy learning. **ESSACHESS. Journal for Communication Studies**, vol. 7, no. 1(13) / 2014: 147-167 eISSN 1775-352X. Disponível em: <https://www.essachess.com/index.php/jcs/article/viewFile/240/275>. Acesso em: 22 jan. 2017.

SILVA, Ana Cristina Teodoro. Comunicação e Educação: convergências e imagens como meios de campo. In: NAGAMINI, E., org. **Questões teóricas e formação profissional em comunicação e educação** [online]. Ilhéus, BA: Editus, 2015, pp. 11-23. Comunicação e educação séries, vol. 1. ISBN 978-85-7455-439-6.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio**. São Paulo: Paulinas, 2011.

SOBRINHO, Eduardo Jorge M. A. A Força da Simplicidade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 abr. 2014. Caderno Opinião.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SOUSA, Mauro Wilton. Práticas de recepção midiática como práticas de pertencimento. In: SOUSA, Mauro Wilton. **Recepção Mediática e Espaço Público**: novos olhares. São Paulo: Paulinas, 2006.

SOUSA SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estud. Av.**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 46-71, ago. 1988. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000200007&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 22 dez. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141988000200007>.

_____. **Um Discurso sobre as Ciências**. São Paulo: Cortez, 2010. 7ª ed.

SOUSANIS, Nick. **Desaplanar**. São Paulo: Veneta, 2017.

SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Rachel; MENDONÇA, Patrícia e FERRARO JUNIOR, Luiz Antonio. Educação ambiental como política pública. **Educ. Pesqui.** [online]. 2005, vol.31, n.2, pp. 285-299. ISSN 1517-9702.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA e SILVA, Wagner. **Foto 0 Foto 1**. São Paulo: EDUSP, 2016.

_____. Narrativas Fotográficas Confessionais e a Estética da Afetividade. Trabalho apresentado no GP Fotografia, XIII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, no XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Manaus, AM – 4 a 7/9/2013.

SPINK, Peter. Avaliação Democrática: propostas e práticas. In: CACCIA-BAVA, Sílvia; PAULIS, Verônica e SPINK, Peter (orgs.). São Paulo: Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.

_____. Parcerias e Alianças com Organizações Não-Estatais. In: CACCIA-BAVA, Sílvia; PAULIS, Verônica e SPINK, Peter (orgs.). São Paulo: Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2002.

STASSEN, Kristen R.; GISLASON, Maya; LEROY, Pieter. Impact of environmental discourses on public health policy arrangements: A comparative study in the UK and Flanders (Belgium). **Public Health** 124 (2010) 581 – 592.

SUBIRATS, Joan. Definición del problema. Relevancia pública y formación de la agenda de actuación de los poderes públicos. In: SARAIVA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete (Org.). **Políticas Públicas: Coletânea** – Volume 1. Brasília: ENAP, 2006a.

_____. El papel de la burocracia em el processo de determinación e implementación de las políticas publicas. In: SARAIVA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete (Org.). **Políticas Públicas: Coletânea** – Volume 2. Brasília: ENAP, 2006.

TASCHNER, Gisela. Raízes da Cultura de Consumo. **Revista USP**, Brasil, n. 32, p. 26-43, fev. 1997. ISSN 2316-9036. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/26029/27758>>. Acesso em: 04 jan. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i32p26-43>.

THRALL, Karin Vecchiatti. Cidade: da Ecologia à Comunicação. In: Ferrara, Lucrécia (org.). **Espaços Comunicantes**. São Paulo: Annablume/Grupo ESPACC, 2007.

TORRES, Cláudio Vaz; NEIVA, Elaine Rabelo et al.. **Psicologia Social** – principais temas e vertentes. Porto Alegre: Artmed, 2011.

TUCKER, Mary Evelyn; GRIM, John A. Introduction: The Emerging Alliance of World Religions and Ecology. **Daedalus**, vol. 130, no. 4, 2001, pp. 1–22. JSTOR. Disponível em: www.jstor.org/stable/20027715.

USP ASSINA. USP assina protocolos de intenções com Secretaria de Meio Ambiente. Jornal da USP. 24 jan 2018. Disponível em: <<http://jornal.usp.br/institucional/usp-assina-protocolos-de-intencoes-com-secretaria-de-meio-ambiente/>>. Acesso em 28 jan. 2018.

VASCONCELLOS-GUEDES, Liliana.; GUEDES, Luís Fernando Ascensão. E-surveys: Vantagens e Limitações dos Questionários Eletrônicos via Internet no Contexto da Pesquisa Científica. In: X SemeAd - Seminário em Administração FEA/USP (São Paulo, Brasil), 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/233852786_E-surveys_Vantagens_e_limitacoes_dos_questionarios_eletronicos_via_internet_no_contexto_da_pesquisa_cientifica. Acesso em 18/04/2017.

VEIGA, José Eli da. Entrevista. In: Arnt, Ricardo (org.). **O que os economistas pensam sobre sustentabilidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.

VESENTINI, José William (org.). **O Ensino de Geografia no Século XXI**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2013 (7ªed.).

VICENTE, Maximiliano Martin; FERREIRA, Mayra Fernanda. Eu e os outros em diálogo: revisitando conceitos sobre comunicação e alteridade. **Revista de Estudos da Comunicação**, [S.l.], v. 17, n. 43, nov. 2017. ISSN 1982-8675. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/estudosdecomunicacao/article/view/22556>>. Acesso em: 17 fev. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.7213/comunicacao.17.043.AO08>.

VIDA SIMPLES. Confira mais sobre simplicidade voluntária. **Revista Vida Simples**. Disponível em: <http://vidasimples.abril.com.br/temas/confira-mais-simplicidade-voluntaria-276244.shtml>. Acesso em 12 jul. 2014.

WAGNER, Marie-Cécile. Práticas do Microensino e da Videoformação: competências e estratégias privilegiadas. In: PAQUAY, Léopold; PERRENOUD, Philippe; ALTET, Marguerite; CHARLIER, Éveline. **Formando Professores Profissionais** – Quais estratégias? Quais competências? Porto Alegre: Artmed, 2001. Trad. Fátima Murad e Eunice Gruman.

WEBER, Maria Helena. A cidade traída: recortes da mídia, do governo e da academia. In: MÉDOLA, Ana Sílvia L.; ARAÚJO, Denise Correa; BRUNO, Fernanda. **Imagem, visibilidade e cultura midiática**. Livro da XV COMPÓS. Porto Alegre: Sulina, 2007.

WERTSCH, James V. Texto e dialogismo no estudo da memória coletiva. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.36, n. especial, p. 123-132, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/viewFile/28222/30048>. Acesso em 13 fev. 2018.

WESTPHAL, Márcia Faria. O Movimento Cidades/Municípios Saudáveis: um compromisso com a qualidade de vida. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 39-51, 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232000000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 jul. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232000000100005>.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. Petrópolis: Vozes, 2009.

WOLTON, Dominique. A Mídia é o pulso da Democracia (entrevista). **Revista MidiaCom**, Brasília, jan. 2009 n. 8. Mediação: Juremir Machado da Silva.

_____. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006.

_____. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. **Internet, e depois?** – Uma teoria crítica das novas mídias. Porto Alegre: Sulina, 2003.

_____. **La Otra Mundialización** – los desafíos de la cohabitación cultural global. Barcelona: Gedisa Editorial, 2004.

_____. **Pensar a Comunicação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004a Tradução de Zélia Leal Adghirni.

WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasquez (coords.). **História falada: memória, rede e mudança social**. São Paulo, SESC SP: Museu da Pessoa: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

ANEXOS

ANEXO A

QUESTIONÁRIO APLICADO AO GRUPO RDP – REDES DIGITAIS DE PERTENCIMENTO

Figura 118 - Questionário aplicado ao grupo RDP (Redes de Pertencimento Digital)

**Interfaces colaborativas socioambientais -
participação aberta**

Pesquisa PPGCOM-ECA-USP

1. Em qual cidade você reside?

1.1 Em qual estado fica sua cidade?

2. No caso de residir em São Paulo, a qual subprefeitura pertence o bairro onde você mora? (Caso tenha esquecido, consulte a lista das subprefeituras no final deste formulário.)

3. Seu bairro apresenta algum problema ambiental/socioambiental?

☐ sim

☐ não

☐ não sei dizer

3.1 Em caso positivo, qual ou quais problemas?

4. Numa escala de 0 a 10, com que frequência você se comunicou, durante o último ano, com a prefeitura/subprefeitura quando detectou problemas ambientais em seu bairro?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

5. Numa escala de 0 a 10, como você classifica a frequência com que recebeu informações do poder público, no último ano, sobre problemas ambientais da sua região ou sobre atividades promovidas para combatê-los?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

6. Você considera que a Comunicação Ambiental que chega hoje à sua região:

- ☐ está alterando para melhor o comportamento dos moradores e você tem notado aumento do cuidado com o espaço público do bairro
- ☐ não está interferindo no comportamento dos moradores e você tem notado pouco cuidado com o espaço público do bairro

7. Nas escolas em que cursou o ensino básico, você estudou sobre aspectos socioambientais do bairro ou da região onde a sua escola se localizava?

- ☐ sim
- ☐ não
- ☐ não me lembro

8. Numa escala de 0 a 10, quanto considera que a conexão Comunicação-Educação pode contribuir para estimular os cidadãos a serem mais proativos na busca de soluções para as dificuldades ambientais/socioambientais de sua comunidade?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

(continua)

9. Assinale formas de comunicação locais que na sua opinião sejam mais eficazes para auxiliar moradores a perceber, compreender e ajudar a buscar soluções para os problemas socioambientais da comunidade onde vivem:

(pode escolher mais de uma opção)

- ☐ informes e palestras em escolas locais
- ☐ conversa boca a boca
- ☐ mídia-poste
- ☐ distribuição de panfletos
- ☐ informações veiculadas em rádio comunitária
- ☐ informações veiculadas em estações comuns de rádio
- ☐ informes e palestras em reuniões de conselhos locais
- ☐ informes e palestras em instituições religiosas locais
- ☐ cartazes no comércio local
- ☐ matérias em jornais de bairro
- ☐ Outro:

10. Qual a sua idade?

Caso deseje conhecer os resultados desta pesquisa, deixe um e-mail de contato e seu primeiro nome ou apelido.

*** Para que suas respostas cheguem até nós, clique em "enviar" no final da página (após a lista das subprefeituras de São Paulo).**

Lista das subprefeituras de São Paulo

Aricanduva/Vila Formosa	M'Boi Mirim
Butantã	Mooca
Campo Limpo	Parelheiros
Capela do Socorro	Penha
Casa Verde	Perus
Cidade Ademar	Pinheiros
Cidade Tiradentes	Pirituba/Jaraguá
Ermelino Matarazzo	Santana/Tucuruvi
Freguesia do Ó/Brasilândia	Santo Amaro
Guaianases	São Mateus
Ipiranga	São Miguel Paulista
Itaim Paulista	Sapopemba
Itaquera	Sé
Jabaquara	Vila Maria/Vila Guilherme
Jaçanã/Tremembé	Vila Mariana
Lapa	Vila Prudente

Enviar

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

ANEXO B

QUESTIONÁRIO APLICADO AO GRUPO IQA – INICIAL QUESTÕES ABERTAS²⁴⁵ DIGITAL – GOOGLE FORMS²⁴⁶

²⁴⁵ Originalmente colorido, como o questionário anterior.

²⁴⁶ Formulário de Entrevista Digital com moradores do distrito (remodelado após análise preliminar do orientador e pré-teste). Este instrumento de pesquisa compõe-se de questões cujo objetivo foi comunicar aos moradores a situação socioambiental do distrito referência e ao mesmo tempo recolher sugestões de formas de comunicação que poderiam ser empregadas, na opinião deles, para divulgar a questão e buscar soluções conjuntas.

Figura 119 - Questionário aplicado ao grupo IQA (Inicial Questões Abertas)

Interfaces Colaborativas Socioambientais - Entrevista Digital

Esta entrevista digital faz parte do projeto Interfaces Colaborativas em Comunicação e Educação Ambiental (ECA-USP), sob orientação do Prof. Dr. Adilson Citelli. O objetivo é ouvir moradores sobre processos de comunicação a serem empregados para ajudar a resolver problemas socioambientais do distrito Vila Medeiros (este distrito abrange os bairros: Vila Ede, Vila Medeiros, Vila Sabrina, Vila Munhoz, Vila Nivi, Jardim Brasil, Jardim Julieta, Parque Rodrigues Alves, Conjunto Promorar Fernão Dias e uma parcela de bairros circunvizinhos, como o Parque Edu Chaves e a Vila Gustavo).

1. Nome (opcional):

2. Em qual bairro do distrito você reside?
(assinale apenas uma das opções abaixo)

- ☐ Vila Ede
- ☐ Vila Medeiros
- ☐ Vila Sabrina
- ☐ Vila Munhoz
- ☐ Vila Nivi
- ☐ Jardim Brasil
- ☐ Jardim Julieta
- ☐ Parque Rodrigues Alves
- ☐ Conjunto Promorar Fernão Dias
- ☐ Parque Edu Chaves
- ☐ Vila Gustavo

3. Qual a sua idade?

4. Atualmente, você:

(pode assinalar mais de uma opção, se for o caso)

- ☐ trabalha
- ☐ estuda
- ☐ cuida do lar
- ☐ nenhuma das anteriores

Instrução:

Leia com atenção o quadro mais abaixo (problemas socioambientais do distrito) antes de responder à próxima pergunta:

PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS DO DISTRITO VILA MEDEIROS

- *BAIXÍSSIMO ÍNDICE DE ARBORIZAÇÃO (o que agrava o fenômeno ilha de calor e tem reflexos negativos na saúde dos moradores)*
- *ALTA TAXA DE IMPERMEABILIZAÇÃO DO SOLO (maior risco de enchentes e aumento do calor)*
- *PRESENÇA DE SUBMORADIAS, EM ÁREAS DE RISCO*
- *BAIXA CONCENTRAÇÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS 'VERDES' (praças, parques, etc)*
- *NUMEROSOS PVDRs (PONTOS VICIADOS DE DESCARTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS)*
- *CÓRREGOS UTILIZADOS COMO LOCAL DE DESCARTE DE INSERVÍVEIS*
- *AGRAVAMENTO DA MÁ QUALIDADE DO AR E CASOS DE PROSTITUIÇÃO INFANTIL NA ÁREA DO TERMINAL DE CARGAS*
- *RUÍDO CRESCENTE EM HORÁRIOS INDEVIDOS (novas rotas de aviões; outras atividades que desrespeitam o Programa de Silêncio Urbano)*
- *CRESCIMENTO DO NÚMERO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES EM CIRCULAÇÃO NAS VIAS PÚBLICAS (intensificação dos poluentes do ar e aumento de ruído)*
- *BAIXÍSSIMO ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS MORADORES NOS CONSELHOS AMBIENTAL, PARTICIPATIVO, DE SEGURANÇA E DE SAÚDE DA REGIÃO*
- *POUCO CONHECIMENTO DOS MORADORES ACERCA DA PROBLEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL DO DISTRITO*

5. Os problemas listados no quadro acima atingem o distrito onde você mora e alguns deles talvez atinjam diretamente seu bairro. Dê sugestões de formas de comunicação que na sua opinião auxiliem os moradores a perceber, compreender e ajudar a buscar soluções para os problemas socioambientais verificados na região.

(pode escrever até 3000 caracteres e incluir ideias sobre qualquer tipo de comunicação)

6. Dê uma ou duas sugestões de atividades que poderiam ser desenvolvidas em escolas, instituições religiosas, ONGs, postos de saúde e outras instituições locais, para ajudar os moradores a compreenderem melhor os problemas socioambientais e se interessarem por buscar soluções:

(pode escrever até 3000 caracteres e será bom se você indicar para qual tipo de instituição está sugerindo a atividade)

7. Caso deseje conhecer os resultados desta pesquisa, deixe um e-mail de contato.

Enviar

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Interfaces Colaborativas Socioambientais - Entrevista Digital

Agradecemos a sua participação! Se possível, encaminhe este link a amigos seus que morem na região, para que também possam opinar. Quanto mais opiniões, melhor para pensarmos juntos nas soluções! (Observação: ao compartilhar esta entrevista digital, não se esqueça de escrever uma mensagem explicando que é um link confiável, criado para os moradores participarem de pesquisa científica da USP)

Este formulário foi criado com o Formulários Google.
Criar seu próprio formulário

ANEXO C

QUESTIONÁRIO APLICADO AO GRUPO CON (CONSELHEIROS) DIGITAL – GOOGLE FORMS

5. Numa escala de 0 a 10, como você classifica a frequência com que recebeu informações do poder público, no último ano, sobre problemas ambientais da sua região ou sobre atividades promovidas para combatê-los?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

6. Você considera que a Comunicação Ambiental que chega hoje à sua região:

- ☐ está alterando para melhor o comportamento dos moradores e você tem notado aumento do cuidado com o espaço público do bairro
- ☐ não está interferindo no comportamento dos moradores e você tem notado pouco cuidado com o espaço público do bairro

7. Nas escolas em que cursou o ensino básico, você estudou sobre aspectos socioambientais do bairro ou da região onde a sua escola se localizava?

- ☐ sim
- ☐ não
- ☐ não me lembro

8. Numa escala de 0 a 10, quanto considera que a conexão Comunicação-Educação pode contribuir para estimular os cidadãos a serem mais proativos na busca de soluções para as dificuldades ambientais/socioambientais da comunidade onde vivem?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

9. Você é conselheiro:

(pode selecionar mais de uma opção, se for o caso)

- ☐ ambiental
- ☐ participativo
- ☐ da saúde

☐ Outro:

10. Você é conselheiro:

- ☐ da sociedade civil
- ☐ do poder público

11. Qual a sua idade?

12. Se você fosse professor(a), qual ou quais das atividades abaixo você escolheria para ajudar seus alunos a pensarem no meio ambiente do bairro onde moram?

- ☐ caminhar com os alunos pelo bairro para elaborar um "mapa socioambiental"
- ☐ pedir para os alunos fotografarem alguma coisa de que eles gostem e outra de que eles não gostem no meio ambiente do bairro
- ☐ incentivar os alunos a fazerem um filme com o celular, sobre as coisas interessantes e as coisas problemáticas do meio ambiente do bairro
- ☐ pedir aos estudantes para entrevistarem moradores idosos, para saber como era o meio ambiente do bairro antigamente
- ☐ incentivar os alunos a trocarem cartas com estudantes de escolas próximas, falando sobre suas impressões em relação ao meio ambiente local
- ☐ solicitar uma pesquisa com os moradores para saber como fazem a reciclagem de embalagens e produtos que não usam mais
- ☐ solicitar uma pesquisa sobre instituições do bairro que trabalham em favor do meio ambiente
- ☐ incentivar a criação de uma peça de teatro a ser exibida na escola para conscientizar os moradores
- ☐ incentivar a produção de uma música que leve as pessoas a pensarem no meio ambiente local
- ☐ solicitar a confecção de cartazes sobre a situação socioambiental da região, para divulgar nos postes e pontos de ônibus do bairro
- ☐ criar um grupo no facebook sobre projetos comunitários para melhorar o meio ambiente local
- ☐ deixar que os próprios alunos proponham atividades para sensibilizar a comunidade quanto aos problemas socioambientais locais
- ☐ Outro:

13. Numa escala de 0 a 10, quanto você acha que participar de plataformas colaborativas na internet para tentar resolver problemas ambientais locais ajuda a resolver esses problemas?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

(continua)

14. Se você fosse responsável por desenvolver um projeto socioambiental comunitário, de quais das atividades abaixo você participaria prazerosamente para incentivar a sensibilização da comunidade?

(pode assinalar quantas quiser)

- ☐ uma roda de conversa sobre temas socioambientais
- ☐ uma atividade de fotografia ou filmagem sobre o meio ambiente do bairro
- ☐ uma atividade de desenho ou artesanato focada em temas ambientais
- ☐ uma caminhada pelo bairro, para observar o meio ambiente local
- ☐ uma discussão na internet sobre os problemas socioambientais da região
- ☐ um encontro público ou oficina na subprefeitura a respeito do tema
- ☐ uma palestra a ser dada por você ou por um convidado seu
- ☐ um minicurso sobre temas socioambientais, a ser ministrado por você ou por um convidado seu
- ☐ Outro:

Para responder à última pergunta, observe antes o quadro abaixo:

PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS DO DISTRITO VILA MEDEIROS
• <i>BAIXÍSSIMO ÍNDICE DE ARBORIZAÇÃO (o que agrava o fenômeno ilha de calor e tem reflexos negativos na saúde dos moradores)</i>
• <i>ALTA TAXA DE IMPERMEABILIZAÇÃO DO SOLO (maior risco de enchentes e aumento do calor)</i>
• <i>PRESENÇA DE SUBMORADIAS, EM ÁREAS DE RISCO</i>
• <i>BAIXA CONCENTRAÇÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS 'VERDES' (praças, parques, etc)</i>
• <i>NUMEROSOS PVDRs (PONTOS VICIADOS DE DESCARTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS)</i>
• <i>CÓRREGOS UTILIZADOS COMO LOCAL DE DESCARTE DE INSERVÍVEIS</i>
• <i>AGRAVAMENTO DA MÁ QUALIDADE DO AR E CASOS DE PROSTITUIÇÃO INFANTIL NA ÁREA DO TERMINAL DE CARGAS</i>
• <i>RUÍDO CRESCENTE EM HORÁRIOS INDEVIDOS (novas rotas de aviões; outras atividades que desrespeitam o Programa de Silêncio Urbano)</i>
• <i>CRESCIMENTO DO NÚMERO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES EM CIRCULAÇÃO NAS VIAS PÚBLICAS (intensificação dos poluentes do ar e aumento de ruído)</i>
• <i>BAIXÍSSIMO ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS MORADORES NOS CONSELHOS AMBIENTAL, PARTICIPATIVO, DE SEGURANÇA E DE SAÚDE DA REGIÃO</i>
• <i>POUCO CONHECIMENTO DOS MORADORES ACERCA DA PROBLEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL DO DISTRITO</i>

15. Assinale formas de comunicação locais que na sua opinião sejam mais eficazes para auxiliar moradores a perceber, compreender e ajudar a buscar soluções para os problemas socioambientais da comunidade onde vivem:

(pode escolher mais de uma opção)

- ☐ informes e palestras em escolas locais
- ☐ conversa boca a boca
- ☐ cartazes em postes e pontos de ônibus
- ☐ distribuição de panfletos
- ☐ informações veiculadas em rádio comunitária
- ☐ informações veiculadas em estações comuns de rádio
- ☐ informes e palestras em reuniões de conselhos locais
- ☐ informes e palestras em instituições religiosas locais
- ☐ cartazes no comércio local
- ☐ matérias em jornais de bairro
- ☐ Outro:

Caso deseje conhecer os resultados desta pesquisa, deixe um e-mail ou outra forma de contato e seu primeiro nome ou apelido:

*** Para que suas respostas cheguem até nós, clique em "enviar" no final da página (após a lista das subprefeituras de São Paulo).**

Lista das subprefeituras de São Paulo

Aricanduva/Vila Formosa	MBol Mirim
Butantã	Mooca
Campo Limpo	Parelheiros
Capela do Socorro	Penha
Casa Verde	Perus
Cidade Ademar	Pinheiros
Cidade Tiradentes	Pirituba/Jaraguá
Ermelino Matarazzo	Santana/Tucuruvi
Freguesia do Ó/Brasilândia	Santo Amaro
Guaianases	São Mateus
Ipiranga	São Miguel Paulista
Itaim Paulista	Sapopemba
Itaquera	Sé
Jabaquara	Vila Maria/Vila Guilherme
Jacana/Tremembé	Vila Mariana
Lapa	Vila Prudente

Enviar

Nunca envie senhas pelo Formulário Google.

Powered by
Google Forms

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.
Denunciar abuso - Termos de Serviço - Termos Adicionais

ANEXO D

**FORMULÁRIO GOOGLE DRIVE PARA ENTREVISTA DIGITAL (E PRESENCIAL)
COM PROFISSIONAIS DE ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO CIVIL (GRUPO ACC)
ATUANTES NO LÓCUS DE PESQUISA**

Figura 121 - Questionário-roteiro para interação com o grupo ACC (arquitetura e construção civil)

Interfaces colaborativas socioambientais - Entrevista

Esta entrevista digital faz parte do projeto Interfaces Colaborativas em Comunicação e Educação Ambiental (ECA-USP), sob orientação do Prof. Dr. Adilson Citelli.

Objetivo geral da pesquisa: buscar interfaces comunicacionais colaborativas de natureza socioambiental, envolvendo moradores do Distrito Vila Medeiros, bem como profissionais/instituições atuantes na região, escolas, poder público, meios de comunicação e universidade.

Objetivos desta entrevista: conhecer as visões de arquitetos e engenheiros civis atuantes na região acerca das questões ligadas às edificações e sua relação com a comunicação da sustentabilidade urbana no distrito.

1. Nome (opcional):

2. Idade:

3. Formação:

(Informe sobre carreira/ cursos realizados/ instituições de ensino em que estudou)

4. Há quanto tempo trabalha na área de arquitetura/construção civil?

5. Há quanto tempo desenvolve/acompanha projetos nos bairros do Distrito Vila Medeiros?

(Lembrando que o distrito Vila Medeiros abrange os bairros: Vila Medeiros, Vila Sabrina, Vila Ede, Vila Munhoz, Vila Nivi, Jardim Brasil, Jardim Julieta, Parque Rodrigues Alves, Conjunto Promorar Fernão Dias e uma parcela de bairros circunvizinhos, como o Parque Edu Chaves e a Vila Gustavo.)

6. Em seus projetos na região, você costuma incluir:

(assinale somente os itens que se apliquem aos seus projetos para o distrito Vila Medeiros, incluídos por sua iniciativa)

- ☐ sistema de aquecimento por placas solares
- ☐ placas fotovoltaicas
- ☐ sistema de recolhimento/aproveitamento da água de chuva
- ☐ calçada verde
- ☐ áreas permeáveis internas (jardins, canteiros, piso vazado sobre terra, etc)
- ☐ verde vertical (muros e paredes recobertos com vegetação)
- ☐ telhado verde
- ☐ sistema de irrigação controlada
- ☐ canteiro na calçada para plantio de árvore (em frente ao imóvel ou na divisa, em caso de lotes muito estreitos)
- ☐ elementos para otimização do uso de luz natural
- ☐ elementos para otimização da circulação natural de ar
- ☐ sistema de reúso das águas não-pluviais
- ☐ itens de redução de ruído externo (barreiras vegetais, janelas antirruído)
- ☐ Outro:

7. Quais dos itens abaixo os proprietários de imóveis que contratam seus serviços mais solicitam no(s) projeto(s)?

(assinale somente os itens que os clientes efetivamente solicitam que você inclua no(s) projeto(s))

- ☐ sistema de aquecimento por placas solares
- ☐ placas fotovoltaicas
- ☐ sistema de recolhimento/aproveitamento da água de chuva
- ☐ calçada verde
- ☐ áreas permeáveis internas (jardins, canteiros, piso vazado sobre terra, etc)
- ☐ verde vertical (muros e paredes recobertos com vegetação)
- ☐ telhado verde
- ☐ sistema de irrigação controlada
- ☐ canteiro na calçada para plantio de árvore (em frente ao imóvel ou na divisa, em caso de lotes muito estreitos)
- ☐ elementos para otimização do uso de luz natural
- ☐ elementos para otimização da circulação natural de ar
- ☐ sistema de reúso das águas não-pluviais
- ☐ itens de redução de ruído externo (barreiras vegetais, janelas antirruído)
- ☐ Outro:

8. Quais formas de comunicar você acredita que auxiliariam os moradores a perceber, compreender e ajudar a buscar soluções para os problemas socioambientais que o Distrito Vila Medeiros vive hoje (listados abaixo) ?

• Baixíssimo índice de arborização • Alta taxa de impermeabilização do solo • Presença de submoradias, em áreas de risco • Baixa concentração de equipamentos urbanos 'verdes' (praças, parques etc) • Numerosos PVDRs (pontos viciados de descarte de resíduos sólidos) • Córregos utilizados como local de descarte de inservíveis • Agravamento da má qualidade do ar e casos de prostituição infantil na região do Terminal de Cargas • Ruído crescente em horários indevidos (entre 22h e 6h) e descarga adicional de poluentes em razão da ampliação da quantidade de voos e alterações de rota no aeroporto de Guarulhos • Aumento do número de veículos automotores em circulação nas vias públicas – ruído/ intensificação dos índices de poluentes do ar • Baixíssimo índice de participação dos moradores nos Conselhos Ambiental, de Segurança e de Saúde da região • Pouco conhecimento dos moradores acerca da problemática socioambiental do distrito . (espaço de resposta até 1500 caracteres)

9. O distrito Vila Medeiros é uma severa ilha de calor urbana, fato documentado inclusive em fotos de satélite da NASA. Quais podem ser, em sua visão, as contribuições dos profissionais que trabalham com edificações para a reversão gradual do fenômeno na região?

(até 1500 caracteres)

10. Utilizando sua experiência acadêmica e prática, dê sugestão de um ou dois trabalhos escolares que poderiam ser desenvolvidos com alunos de escolas da região para reconhecimento arquitetônico do entorno, com observação e valorização da sustentabilidade urbana:

(até 3000 caracteres)

Enviar

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

100% concluído.

ANEXO E

QUESTIONÁRIO APLICADO AO GRUPO VST (VESTIBULANDOS) DIGITAL – GOOGLE FORMS

Figura 122 - Questionário aplicado ao grupo VST (vestibulandos)

Vestibulandos - Interfaces colaborativas socioambientais

Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da ECA-USP

1. Em que bairro você reside?

2. A qual subprefeitura pertence o bairro onde você mora? (Caso tenha esquecido, consulte a lista das subprefeituras no final deste formulário.)

3. Seu bairro apresenta algum problema ambiental/socioambiental?

☐ sim

☐ não

☐ não sei dizer

4. Em caso positivo, qual ou quais problemas?
(relate se desejar)

5. Numa escala de 0 a 10, com que frequência você se comunicou, durante o último ano, com a prefeitura/subprefeitura quando detectou problemas ambientais em seu bairro?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

● ● ● ● ● ● ● ● ● ●

6. Numa escala de 0 a 10, como você classifica a frequência com que recebeu informações do poder público, no último ano, sobre problemas ambientais da sua região ou sobre atividades promovidas para combatê-los?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

7. Você considera que a Comunicação Ambiental que chega hoje à sua região:

- ☐ está alterando para melhor o comportamento dos moradores e você tem notado aumento do cuidado com o espaço público do bairro
- ☐ não está interferindo no comportamento dos moradores e você tem notado pouco cuidado com o espaço público do bairro

8. Nas escolas em que cursou o ensino básico, você estudou sobre aspectos socioambientais do bairro ou da região onde a sua escola se localizava?

- ☐ sim
- ☐ não
- ☐ não me lembro

9. Assinale formas de comunicação locais que na sua opinião funcionam melhor para auxiliar moradores a perceber, compreender e ajudar a buscar soluções para os problemas socioambientais do bairro:

(pode escolher mais de uma opção)

- ☐ informes e palestras em escolas locais
- ☐ conversa boca a boca
- ☐ cartazes em postes e pontos de ônibus
- ☐ distribuição de panfletos
- ☐ informações veiculadas em rádio comunitária
- ☐ informações veiculadas em estações comuns de rádio
- ☐ informes e palestras em reuniões de conselhos locais
- ☐ informes e palestras em instituições religiosas locais
- ☐ cartazes no comércio do bairro
- ☐ matérias em jornais de bairro
- ☐ Outro:

10. Se você fosse professor(a), qual ou quais das atividades abaixo escolheria para ajudar seus alunos a pensarem sobre o meio ambiente do bairro onde moram?

(Pode assinalar quantas quiser. Caso seja professor, indique isso na questão 14.)

- ☐ caminhar com os alunos pelo bairro para elaborar um "mapa socioambiental"
- ☐ pedir para os alunos fotografarem alguma coisa de que eles gostem e outra de que eles não gostem no meio ambiente do bairro
- ☐ incentivar os alunos a fazerem um filme com o celular, sobre as coisas interessantes e as coisas problemáticas do meio ambiente do bairro
- ☐ pedir aos estudantes para entrevistarem moradores idosos, para saber como era o meio ambiente do bairro antigamente
- ☐ incentivar os alunos a trocarem cartas com estudantes de escolas próximas, falando sobre suas impressões em relação ao meio ambiente local
- ☐ solicitar uma pesquisa com os moradores para saber como fazem a reciclagem de embalagens e produtos que não usam mais
- ☐ solicitar uma pesquisa sobre instituições do bairro que trabalham em favor do meio ambiente
- ☐ incentivar a criação de uma peça de teatro a ser exibida na escola para conscientizar os moradores
- ☐ incentivar a produção de uma música que leve as pessoas a pensarem no meio ambiente local
- ☐ solicitar a confecção de cartazes sobre a situação socioambiental do distrito, para divulgar nos postes e pontos de ônibus do bairro
- ☐ criar um grupo no facebook sobre projetos comunitários para melhorar o meio ambiente local
- ☐ deixar que os próprios alunos proponham atividades para sensibilizar a comunidade quanto aos problemas socioambientais locais
- ☐ Outro:

11. Se você fosse responsável por desenvolver um projeto socioambiental comunitário, de quais das atividades abaixo você participaria prazerosamente para incentivar a sensibilização da comunidade?

(pode assinalar quantas quiser)

- ☐ uma roda de conversa sobre temas socioambientais
- ☐ uma atividade de fotografia ou filmagem sobre o meio ambiente do bairro
- ☐ uma atividade de desenho ou artesanato focada em temas ambientais
- ☐ uma caminhada pelo bairro, para observar o meio ambiente local
- ☐ uma discussão na internet sobre os problemas socioambientais da região
- ☐ um encontro público ou oficina na subprefeitura a respeito do tema
- ☐ uma palestra a ser dada por você ou por um convidado seu
- ☐ um minicurso sobre temas socioambientais
- ☐ Outro:

12. Numa escala de 0 a 10, quanto você acha que participar de plataformas colaborativas on-line para tentar resolver problemas ambientais locais ajuda a resolver esses problemas?

012345678910

13. Qual a sua idade?

15. Caso deseje conhecer os resultados desta pesquisa, deixe um e-mail ou outra forma de contato e seu primeiro nome ou apelido.

15. Observações da pesquisadora

* Para que suas respostas cheguem até nós, clique em "enviar" no final da página (após a lista das subprefeituras de São Paulo).

Lista das subprefeituras de São Paulo

Aricanduva/Vila Formosa	MBol Mirim
Butantã	Moooca
Campo Limpo	Parelheiros
Capela do Socorro	Penha
Casa Verde	Perus
Cidade Ademar	Pinheiros
Cidade Tiradentes	Pirituba/Jaraguá
Ermelino Matarazzo	Santana/Tucuruvi
Freguesia do Ó/Brasilândia	Santo Amaro
Guaianases	São Mateus
Ipiranga	São Miguel Paulista
Itaim Paulista	Sapopemba
Itaquera	Sé
Jabaquara	Vila Maria/Vila Guilherme
Jaçanã/Tremembé	Vila Mariana
Lapa	Vila Prudente

ANEXO F

QUESTIONÁRIO APLICADO AO GRUPO UN (UNIVERSITÁRIOS)

Figura 123 - Questionário aplicado ao grupo UN (universitários)

[illegible]

6. Numa escala de 0 a 10, como você classifica a frequência com que recebeu informações do poder público, no último ano, sobre problemas ambientais da sua região ou sobre atividades promovidas para combatê-los?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

● ● ● ● ● ● ● ● ● ● ●

7. Você considera que a Comunicação Ambiental que chega hoje à sua região:

- ☐ está alterando para melhor o comportamento dos moradores e você tem notado aumento do cuidado com o espaço público do bairro
- ☐ não está interferindo no comportamento dos moradores e você tem notado pouco cuidado com o espaço público do bairro

8. Nas escolas em que cursou o ensino básico, você estudou sobre aspectos socioambientais do bairro ou da região onde a sua escola se localizava?

- ☐ sim
- ☐ não
- ☐ não me lembro

9. Assinale formas de comunicação locais que na sua opinião funcionam melhor para auxiliar moradores a perceber, compreender e ajudar a buscar soluções para os problemas socioambientais do bairro:

(pode escolher mais de uma opção)

- ☐ informes e palestras em escolas locais
- ☐ conversa boca a boca
- ☐ cartazes em postes e pontos de ônibus
- ☐ distribuição de panfletos
- ☐ informações veiculadas em rádio comunitária
- ☐ informações veiculadas em estações comuns de rádio
- ☐ informes e palestras em reuniões de conselhos locais
- ☐ informes e palestras em instituições religiosas locais
- ☐ cartazes no comércio local
- ☐ matérias em jornais de bairro
- ☐ Outro:

10. Se você fosse professor(a), qual ou quais das atividades abaixo escolheria para ajudar seus alunos a pensarem sobre o meio ambiente do bairro onde moram?

(Pode assinalar quantas quiser)

- ☐ caminhar com os alunos pelo bairro para elaborar um "mapa socioambiental"
- ☐ pedir para os alunos fotografarem alguma coisa de que eles gostem e outra de que eles não gostem no meio ambiente do bairro
- ☐ incentivar os alunos a fazerem um filme com o celular, sobre as coisas interessantes e as coisas problemáticas do meio ambiente do bairro
- ☐ pedir aos estudantes para entrevistarem moradores idosos, para saber como era o meio ambiente do bairro antigamente
- ☐ incentivar os alunos a trocarem cartas com estudantes de escolas próximas, falando sobre suas impressões em relação ao meio ambiente local
- ☐ solicitar uma pesquisa com os moradores para saber como fazem a reciclagem de embalagens e produtos que não usam mais
- ☐ solicitar uma pesquisa sobre instituições do bairro que trabalham em favor do meio ambiente
- ☐ incentivar a criação de uma peça de teatro a ser exibida na escola para conscientizar os moradores
- ☐ incentivar a produção de uma música que leve as pessoas a pensarem no meio ambiente local
- ☐ solicitar a confecção de cartazes sobre a situação socioambiental da região, para divulgar nos postes e pontos de ônibus do bairro
- ☐ criar um grupo no facebook sobre projetos comunitários para melhorar o meio ambiente local
- ☐ deixar que os próprios alunos proponham atividades para sensibilizar a comunidade quanto aos problemas socioambientais locais
- ☐ Outro:

11. Se você fosse responsável por desenvolver um projeto socioambiental comunitário, de quais das atividades abaixo você participaria prazerosamente para incentivar a sensibilização da comunidade?

(pode assinalar quantas quiser)

- ☐ uma roda de conversa sobre temas socioambientais
- ☐ uma atividade de fotografia ou filmagem sobre o meio ambiente do bairro
- ☐ uma atividade de desenho ou artesanato focada em temas ambientais
- ☐ uma caminhada pelo bairro onde o projeto fosse desenvolvido, para observar o meio ambiente local
- ☐ uma discussão na internet sobre os problemas socioambientais da região
- ☐ um encontro público ou oficina na subprefeitura a respeito do tema
- ☐ uma palestra a ser dada por você ou por um convidado seu
- ☐ um minicurso sobre temas socioambientais (a ser ministrado por você ou por um convidado seu)
- ☐ Outro:

12. Numa escala de 0 a 10, quanto você acha que participar de plataformas colaborativas on-line para tentar resolver problemas ambientais locais ajuda a resolver esses problemas?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

● ● ● ● ● ● ● ● ● ● ●

13. Qual a sua idade?

14. Caso deseje conhecer os resultados desta pesquisa, deixe um e-mail ou outra forma de contato e seu primeiro nome ou apelido.

*** Para que suas respostas cheguem até nós, clique em "enviar" no final da página (após a lista das subprefeituras de São Paulo).**

Aricanduva/Vila Formosa	M'Boi Mirim
Butantã	Mooca
Campo Limpo	Parelheiros
Capela do Socorro	Penha
Casa Verde	Perus
Cidade Ademar	Pinheiros
Cidade Tiradentes	Pirituba/Jaraguá
Ermelino Matarazzo	Santana/Tucuruvi
Freguesia do Ó/Brasilândia	Santo Amaro
Guaianases	São Mateus
Ipiranga	São Miguel Paulista
Itaim Paulista	Sapopemba
Itaquera	Sé
Jabaquara	Vila Maria/Vila Guilherme
Jaçanã/Tremembé	Vila Mariana
Lapa	Vila Prudente

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

ANEXO G

QUESTIONÁRIO APLICADO AO GRUPO GIC - INTERAÇÕES COMPLEMENTARES

Figura 124 - Questionário aplicado ao grupo GIC (Interações complementares)

[illegible]

10. Se você fosse professor(a), qual ou quais das atividades abaixo escolheria para ajudar seus alunos a pensarem sobre o meio ambiente do bairro onde moram?

(pode assinalar quantas quiser)

- ☐ caminhar com os alunos pelo bairro para elaborar um "mapa socioambiental"
- ☐ pedir para os alunos fotografarem alguma coisa de que eles gostem e outra de que eles não gostem no meio ambiente do bairro
- ☐ incentivar os alunos a fazerem um filme com o celular, sobre as coisas interessantes e as coisas problemáticas do meio ambiente do bairro
- ☐ pedir aos estudantes para entrevistarem moradores idosos, para saber como era o meio ambiente do bairro antigamente
- ☐ incentivar os alunos a trocarem cartas com estudantes de escolas próximas, falando sobre suas impressões em relação ao meio ambiente local
- ☐ solicitar uma pesquisa com os moradores para saber como fazem a reciclagem de embalagens e produtos que não usam mais
- ☐ solicitar uma pesquisa sobre instituições do bairro que trabalham em favor do meio ambiente
- ☐ incentivar a criação de uma peça de teatro a ser exibida na escola para conscientizar os moradores
- ☐ incentivar a produção de uma música que leve as pessoas a pensarem no meio ambiente local
- ☐ solicitar a confecção de cartazes sobre a situação socioambiental da região, para divulgar nos postes e pontos de ônibus do bairro
- ☐ criar um grupo no facebook sobre projetos comunitários para melhorar o meio ambiente local
- ☐ deixar que os próprios alunos proponham atividades para sensibilizar a comunidade quanto aos problemas socioambientais locais
- ☐ Outro:

11. Se você fosse responsável por desenvolver um projeto socioambiental comunitário, de quais das atividades abaixo você participaria prazerosamente para incentivar a sensibilização da comunidade?

(pode assinalar quantas quiser)

- ☐ uma roda de conversa sobre temas socioambientais
- ☐ uma atividade de fotografia ou filmagem sobre o meio ambiente do bairro
- ☐ uma atividade de desenho ou artesanato focada em temas ambientais
- ☐ uma caminhada pelo bairro onde o projeto fosse desenvolvido, para observar o meio ambiente local
- ☐ uma discussão na internet sobre os problemas socioambientais da região
- ☐ um encontro público ou oficina na subprefeitura a respeito do tema
- ☐ uma palestra a ser dada por você ou por um convidado seu
- ☐ um minicurso sobre temas socioambientais (a ser ministrado por você ou por um convidado seu)
- ☐ Outro:

12. Numa escala de 0 a 10, quanto você acha que participar de plataformas colaborativas on-line para tentar resolver problemas ambientais locais ajuda a resolver esses problemas?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

13. Qual a sua idade?

14. Se você é professor(a) da educação formal ou educador comunitário, indique abaixo:

(deixe em branco se a questão não se aplica às suas atividades)

☐ professor da educação formal

☐ educador comunitário

☐ as duas opções acima

☐ Outro:

15. Caso deseje conhecer os resultados desta pesquisa, deixe um e-mail ou outra forma de contato e seu primeiro nome ou apelido.

*** Para que suas respostas cheguem até nós, clique em "enviar" no final da página (após a lista das subprefeituras de São Paulo).**

Aricanduva/Vila Formosa	M'Boi Mirim
Butantã	Mooca
Campo Limpo	Parelheiros
Capela do Socorro	Penha
Casa Verde	Perus
Cidade Ademar	Pinheiros
Cidade Tiradentes	Pirituba/Jaraguá
Ermelino Matarazzo	Santana/Tucuruvi
Freguesia do Ó/Brasilândia	Santo Amaro
Guaianases	São Mateus
Ipiranga	São Miguel Paulista
Itaim Paulista	Sapopemba
Itaquera	Sé
Jabaquara	Vila Maria/Vila Guilherme
Jaçanã/Tremembé	Vila Mariana
Lapa	Vila Prudente

Enviar

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Powered by
Google Forms

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.
Denunciar abuso - Termos de Serviço - Termos Adicionais

ANEXO H

**QUESTIONÁRIO APLICADO AO GRUPO AEJ –
ALUNOS DE ENSINO MÉDIO E EJA
(EM PAPEL RECICLADO)**

Figura 125 - Questionário aplicado ao grupo AEJ (alunos de EJA e Ensino Médio regular)

Nome: _____ série/sala: _____ idade: _____

Interfaces Colaborativas em Comunicação e Educação Ambiental – pesquisa
participação da Escola Estadual Dr. Justino Cardoso

Caro aluno, ajude-nos a pensar como a comunicação e a educação podem auxiliar os moradores a detectar e buscar soluções para os problemas socioambientais do nosso distrito!

1. Assinale formas de comunicação locais que na sua opinião funcionariam melhor para despertar interesse nos moradores quanto aos problemas socioambientais do seu bairro:
(pode marcar quantas quiser)

- ☐ informes e palestras em escolas locais
- ☐ conversa boca a boca
- ☐ cartazes em postes e pontos de ônibus
- ☐ distribuição de panfletos
- ☐ informações veiculadas em rádio comunitária
- ☐ informações veiculadas em estações comuns de rádio
- ☐ informes e palestras em reuniões de conselhos locais
- ☐ informes e palestras em instituições religiosas locais
- ☐ cartazes no comércio do bairro
- ☐ matérias em jornais de bairro
- ☐ outra(s) forma(s): _____

2. Escolha uma ou mais atividades de que você gostaria de participar, se a escola oferecesse:
(pode assinalar quantas quiser)

- ☐ uma roda de conversa sobre temas socioambientais
- ☐ uma atividade de fotografia ou filmagem sobre o meio ambiente do bairro
- ☐ uma atividade de desenho ou artesanato focada em temas ambientais
- ☐ uma caminhada pelo bairro onde fica sua escola, para observar o meio ambiente local
- ☐ uma discussão na internet sobre os problemas socioambientais do distrito
- ☐ mais uma palestra como a de hoje
- ☐ um minicurso sobre temas socioambientais
- ☐ nenhuma das anteriores
- outra(s): _____

vire ➡

3. Se você fosse professor(a), qual ou quais das atividades abaixo você escolheria para ajudar seus alunos a pensarem sobre o meio ambiente do bairro onde moram?

- ☐ CAMINHAR COM OS ALUNOS PELO BAIRRO PARA ELABORAR UM "MAPA SOCIOAMBIENTAL"
- ☐ PEDIR PARA OS ALUNOS FOTOGRAFAREM ALGUMA COISA DE QUE ELES GOSTEM E OUTRA COISA DE QUE NÃO GOSTEM NO MEIO AMBIENTE DO BAIRRO
- ☐ INCENTIVAR OS ALUNOS A FAZEREM UM FILME COM O CELULAR, SOBRE AS COISAS INTERESSANTES E AS COISAS PROBLEMÁTICAS DO MEIO AMBIENTE DO BAIRRO
- ☐ PEDIR AOS ESTUDANTES PARA ENTREVISTAR MORADORES IDOSOS, PARA SABER COMO ERA O MEIO AMBIENTE DO BAIRRO ANTIGAMENTE
- ☐ INCENTIVAR OS ALUNOS A TROCAREM CARTAS COM ESTUDANTES DE ESCOLAS PRÓXIMAS, FALANDO SOBRE AS SUAS IMPRESSÕES EM RELAÇÃO AO MEIO AMBIENTE LOCAL
- ☐ SOLICITAR UMA PESQUISA COM OS MORADORES PARA SABER COMO FAZEM A RECICLAGEM DE EMBALAGENS E PRODUTOS QUE NÃO USAM MAIS
- ☐ SOLICITAR UMA PESQUISA SOBRE INSTITUIÇÕES DO BAIRRO QUE TRABALHAM EM FAVOR DO MEIO AMBIENTE
- ☐ INCENTIVAR A CRIAÇÃO DE UMA PEÇA DE TEATRO A SER EXIBIDA NA ESCOLA PARA CONSCIENTIZAR OS MORADORES
- ☐ INCENTIVAR A PRODUÇÃO DE UMA MÚSICA QUE LEVE AS PESSOAS A PENSAREM NO MEIO AMBIENTE LOCAL
- ☐ SOLICITAR A CONFECCÃO DE CARTAZES SOBRE A SITUAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DO DISTRITO, PARA DIVULGAR NOS POSTES E PONTOS DE ÔNIBUS DO BAIRRO
- ☐ CRIAR UM GRUPO NO FACEBOOK SOBRE PROJETOS COMUNITÁRIOS PARA MELHORAR O MEIO AMBIENTE LOCAL
- ☐ DEIXAR QUE OS PRÓPRIOS ALUNOS PROPONHAM ATIVIDADES PARA SENSIBILIZAR A COMUNIDADE QUANTO AOS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS DO DISTRITO
- ☐ OUTRA(S) ATIVIDADE(S): _____

4. Em qual dos bairros do distrito você reside?

(assinale apenas uma das opções abaixo)

- ☐ Vila Ede
- ☐ Vila Medeiros
- ☐ Vila Sabrina
- ☐ Vila Munhoz
- ☐ Vila Nível
- ☐ Jardim Brasil
- ☐ Jardim Julieta
- ☐ Parque Rodrigues Alves
- ☐ Conjunto Promorar Fernão Dias
- ☐ Parque Edu Chaves
- ☐ Vila Gustavo
- ☐ Outro: _____

OBRIGADA
POR
RESPONDER!

Caso queira saber o resultado dessa pesquisa,
deixe aqui um e-mail de contato:

ANEXO I

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES – ENSINO BÁSICO ESCOLA MUNICIPAL LOURENÇO FILHO²⁴⁷ (EM PAPEL RECICLADO)

²⁴⁷ Originalmente colorido como o questionário imediatamente anterior.

Figura 126 -Questionário aplicado ao grupo PRF (professores do Ensino Básico)

Nome: _____ idade: _____

Interfaces Colaborativas em Comunicação e Educação Ambiental – pesquisa participação da Escola _____

Caro professor, ajude-nos a pensar como a comunicação e a educação podem auxiliar os alunos/moradores a detectar e buscar soluções para os problemas socioambientais do nosso distrito!

1. Assinale formas de comunicação locais que na sua opinião funcionariam melhor para despertar interesse nos moradores quanto aos problemas socioambientais do bairro onde residem: (pode marcar quantas quiser)

- ☐ informes e palestras em escolas locais
- ☐ conversa boca a boca
- ☐ cartazes em postes e pontos de ônibus
- ☐ distribuição de panfletos
- ☐ informações veiculadas em rádio comunitária
- ☐ informações veiculadas em estações comuns de rádio
- ☐ informes e palestras em reuniões de conselhos locais
- ☐ informes e palestras em instituições religiosas locais
- ☐ cartazes no comércio do bairro
- ☐ matérias em jornais de bairro
- ☐ outra(s) forma(s): _____

2. Qual (quais) das atividades abaixo você desenvolveria prazerosamente com seus alunos, a fim de sensibilizá-los sobre o tema em questão? (pode assinalar quantas quiser)

- ☐ uma roda de conversa sobre temas socioambientais
- ☐ uma atividade de fotografia ou filmagem sobre o meio ambiente do bairro
- ☐ uma atividade de desenho ou artesanato focada em temas ambientais
- ☐ uma caminhada pelo bairro onde fica sua escola, para observar o meio ambiente local
- ☐ uma discussão na internet sobre os problemas socioambientais do distrito
- ☐ mais uma palestra como a de hoje
- ☐ um minicurso sobre temas socioambientais
- ☐ nenhuma das anteriores
- outra(s): _____

vire ➡

3. Qual (ou quais) das atividades abaixo você escolheria para ajudar seus alunos a pensarem sobre o meio ambiente do bairro onde moram?

- ☐ CAMINHAR COM OS ALUNOS PELO BAIRRO PARA ELABORAR UM "MAPA SOCIOAMBIENTAL"
- ☐ PEDIR PARA OS ALUNOS FOTOGRAFAREM ALGUMA COISA DE QUE ELES GOSTEM E OUTRA COISA DE QUE NÃO GOSTEM NO MEIO AMBIENTE DO BAIRRO
- ☐ INCENTIVAR OS ALUNOS A FAZEREM UM FILME COM O CELULAR, SOBRE AS COISAS INTERESSANTES E AS COISAS PROBLEMÁTICAS DO MEIO AMBIENTE DO BAIRRO
- ☐ PEDIR AOS ESTUDANTES PARA ENTREVISTAR MORADORES IDOSOS, PARA SABER COMO ERA O MEIO AMBIENTE DO BAIRRO ANTIGAMENTE
- ☐ INCENTIVAR OS ALUNOS A TROCAREM CARTAS COM ESTUDANTES DE ESCOLAS PRÓXIMAS, FALANDO SOBRE AS SUAS IMPRESSÕES EM RELAÇÃO AO MEIO AMBIENTE LOCAL
- ☐ SOLICITAR UMA PESQUISA COM OS MORADORES PARA SABER COMO FAZEM A RECICLAGEM DE EMBALAGENS E PRODUTOS QUE NÃO USAM MAIS
- ☐ SOLICITAR UMA PESQUISA SOBRE INSTITUIÇÕES DO BAIRRO QUE TRABALHAM EM FAVOR DO MEIO AMBIENTE
- ☐ INCENTIVAR A CRIAÇÃO DE UMA PEÇA DE TEATRO A SER EXIBIDA NA ESCOLA PARA CONSCIENTIZAR OS MORADORES
- ☐ INCENTIVAR A PRODUÇÃO DE UMA MÚSICA QUE LEVE AS PESSOAS A PENSAREM NO MEIO AMBIENTE LOCAL
- ☐ SOLICITAR A CONFECÇÃO DE CARTAZES SOBRE A SITUAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DO DISTRITO, PARA DIVULGAR NOS POSTES E PONTOS DE ÔNIBUS DO BAIRRO
- ☐ CRIAR UM GRUPO NO FACEBOOK SOBRE PROJETOS COMUNITÁRIOS PARA MELHORAR O MEIO AMBIENTE LOCAL
- ☐ DEIXAR QUE OS PRÓPRIOS ALUNOS PROPONHAM ATIVIDADES PARA SENSIBILIZAR A COMUNIDADE QUANTO AOS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS DO DISTRITO
- ☐ OUTRA(S) ATIVIDADE(S): _____

4. Você reside nas imediações da escola?

(Em caso positivo, assinale abaixo em qual dos bairros. Em caso negativo, indique na opção "outro" o bairro onde reside.)

- ☐ Vila Ede
- ☐ Vila Medeiros
- ☐ Vila Sabrina
- ☐ Vila Munhoz
- ☐ Vila Nivi
- ☐ Jardim Brasil
- ☐ Jardim Julieta
- ☐ Parque Rodrigues Alves
- ☐ Conjunto Promorar FERNÃO DIAS
- ☐ Parque Edu Chaves
- ☐ Vila Gustavo
- ☐ Outro: _____

OBRIGADA
POR
RESPONDER!

Caso queira saber o resultado dessa pesquisa,
deixe aqui um e-mail ou outra forma de
contato:

ANEXO J

QUESTIONÁRIO EM PAPEL RECICLADO APLICADO AO GRUPO RELIGIOSO - RC

Figura 127 - Questionário aplicado ao grupo RC (Religioso - Crisma)

Nome: _____ idade: _____

Interfaces Colaborativas em Comunicação e Educação Ambiental – pesquisa participação da Paróquia Santo Antonio de Lisboa

Caro paroquiano, ajude-nos a pensar como a comunicação e a educação podem auxiliar os moradores a detectar e buscar soluções para os nossos problemas socioambientais!

1. Assinale formas de comunicação locais que na sua opinião funcionariam melhor para despertar interesse nos moradores quanto aos problemas socioambientais do bairro onde residem: (pode marcar quantas quiser)

- ☐ informes e palestras em escolas locais
- ☐ conversa boca a boca
- ☐ cartazes em postes e pontos de ônibus
- ☐ distribuição de panfletos
- ☐ informações veiculadas em rádio comunitária
- ☐ informações veiculadas em estações comuns de rádio
- ☐ informes e palestras em reuniões de conselhos locais
- ☐ informes e palestras em instituições religiosas locais
- ☐ cartazes no comércio do bairro
- ☐ matérias em jornais de bairro
- ☐ outra(s) forma(s): _____

2. Escolha uma ou mais atividades de que você gostaria de participar se a sua igreja oferecesse: (pode assinalar quantas quiser)

- ☐ uma roda de conversa sobre temas socioambientais
- ☐ uma atividade de fotografia ou filmagem sobre o meio ambiente do bairro
- ☐ uma atividade de desenho ou artesanato focada em temas ambientais
- ☐ uma caminhada pelo bairro onde fica sua escola, para observar o meio ambiente local
- ☐ uma discussão na internet sobre os problemas socioambientais do distrito
- ☐ mais uma palestra como a de hoje
- ☐ um minicurso sobre temas socioambientais
- ☐ nenhuma das anteriores

outra(s): _____

vire ➡

3. Se você fosse professor(a), qual ou quais das atividades abaixo você escolheria para ajudar seus alunos a pensarem no meio ambiente do bairro onde moram?

- ☐ CAMINHAR COM OS ALUNOS PELO BAIRRO PARA ELABORAR UM "MAPA SOCIOAMBIENTAL"
- ☐ PEDIR PARA OS ALUNOS FOTOGRAFAREM ALGUMA COISA DE QUE ELES GOSTEM E OUTRA COISA DE QUE NÃO GOSTEM NO MEIO AMBIENTE DO BAIRRO
- ☐ INCENTIVAR OS ALUNOS A FAZEREM UM FILME COM O CELULAR, SOBRE AS COISAS INTERESSANTES E AS COISAS PROBLEMÁTICAS DO MEIO AMBIENTE DO BAIRRO
- ☐ PEDIR AOS ESTUDANTES PARA ENTREVISTAR MORADORES IDOSOS, PARA SABER COMO ERA O MEIO AMBIENTE DO BAIRRO ANTIGAMENTE
- ☐ INCENTIVAR OS ALUNOS A TROCAREM CARTAS COM ESTUDANTES DE ESCOLAS PRÓXIMAS, FALANDO SOBRE AS SUAS IMPRESSÕES EM RELAÇÃO AO MEIO AMBIENTE LOCAL
- ☐ SOLICITAR UMA PESQUISA COM OS MORADORES PARA SABER COMO FAZEM A RECICLAGEM DE EMBALAGENS E PRODUTOS QUE NÃO USAM MAIS
- ☐ SOLICITAR UMA PESQUISA SOBRE INSTITUIÇÕES DO BAIRRO QUE TRABALHAM EM FAVOR DO MEIO AMBIENTE
- ☐ INCENTIVAR A CRIAÇÃO DE UMA PEÇA DE TEATRO A SER EXIBIDA NA ESCOLA PARA CONSCIENTIZAR OS MORADORES
- ☐ INCENTIVAR A PRODUÇÃO DE UMA MÚSICA QUE LEVE AS PESSOAS A PENSAREM NO MEIO AMBIENTE LOCAL
- ☐ SOLICITAR A CONFEÇÃO DE CARTAZES SOBRE A SITUAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DO DISTRITO, PARA DIVULGAR NOS POSTES E PONTOS DE ÔNIBUS DO BAIRRO
- ☐ CRIAR UM GRUPO NO FACEBOOK SOBRE PROJETOS COMUNITÁRIOS PARA MELHORAR O MEIO AMBIENTE LOCAL
- ☐ DEIXAR QUE OS PRÓPRIOS ALUNOS PROPONHAM ATIVIDADES PARA SENSIBILIZAR A COMUNIDADE QUANTO AOS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS DO DISTRITO
- ☐ OUTRA(S) ATIVIDADE(S): _____

4. Em qual dos bairros do distrito você reside?

(Assinale apenas uma das opções abaixo)

- ☐ Vila Ede
- ☐ Vila Medeiros
- ☐ Vila Sabrina
- ☐ Vila Munhoz
- ☐ Vila Nívi
- ☐ Jardim Brasil
- ☐ Jardim Julieta
- ☐ Parque Rodrigues Alves
- ☐ Conjunto Promorar Fernão Dias
- ☐ Parque Edu Chaves
- ☐ Vila Gustavo
- ☐ Outro: _____

OBRIGADA
POR
RESPONDER!

Caso queira saber o resultado dessa pesquisa,
deixe aqui um e-mail ou outra forma de
contato:

ANEXO K

QUESTIONÁRIO APLICADO AO GRUPO ADP - AUDIÊNCIA PÚBLICA (EM PAPEL RECICLADO)

Figura 128 - Questionário aplicado ao grupo ADP (Audiência Pública)

Interfaces Colaborativas em Comunicação e Educação Ambiental – pesquisa

Ajude-nos a pensar como a comunicação e a educação podem auxiliar na busca de soluções para os nossos problemas socioambientais!

1. Qual o seu bairro? _____

2. Qual a sua idade? _____

3. Assinale formas de comunicação locais que na sua opinião funcionariam melhor **para despertar interesse nos moradores** quanto aos problemas socioambientais do bairro onde residem: (pode marcar quantas quiser)

- ☐ informes e palestras em escolas locais
- ☐ conversa boca a boca
- ☐ cartazes em postes e pontos de ônibus
- ☐ distribuição de panfletos
- ☐ informações veiculadas em rádio comunitária
- ☐ informações veiculadas em estações comuns de rádio
- ☐ informes e palestras em reuniões de conselhos locais
- ☐ informes e palestras em instituições religiosas locais
- ☐ cartazes no comércio do bairro
- ☐ matérias em jornais de bairro
- ☐ outra(s) forma(s): _____

4. Se você fosse responsável por desenvolver um projeto socioambiental comunitário, de quais das atividades abaixo você participaria prazerosamente para incentivar a sensibilização da comunidade? (pode assinalar quantas quiser)

- ☐ uma roda de conversa sobre temas socioambientais
- ☐ uma atividade de fotografia ou filmagem sobre o meio ambiente do bairro
- ☐ uma atividade de desenho ou artesanato focada em temas ambientais
- ☐ uma caminhada pelo bairro, para observar o meio ambiente local
- ☐ uma discussão na internet sobre os problemas socioambientais da região
- ☐ um encontro público ou oficina na subprefeitura a respeito do tema
- ☐ uma palestra a ser dada por você ou por um convidado seu
- ☐ um minicurso sobre temas socioambientais
- ☐ outra(s): _____

vire ➡

3. Se você fosse professor(a), qual ou quais das atividades abaixo você escolheria para ajudar seus alunos a pensarem sobre o meio ambiente do bairro onde moram?

- ☐ CAMINHAR COM OS ALUNOS PELO BAIRRO PARA ELABORAR UM "MAPA SOCIOAMBIENTAL"
- ☐ PEDIR PARA OS ALUNOS FOTOGRAFAREM ALGUMA COISA DE QUE ELES GOSTEM E OUTRA COISA DE QUE NÃO GOSTEM NO MEIO AMBIENTE DO BAIRRO
- ☐ INCENTIVAR OS ALUNOS A FAZEREM UM FILME COM O CELULAR, SOBRE AS COISAS INTERESSANTES E AS COISAS PROBLEMÁTICAS DO MEIO AMBIENTE DO BAIRRO
- ☐ PEDIR AOS ESTUDANTES PARA ENTREVISTAR MORADORES IDOSOS, PARA SABER COMO ERA O MEIO AMBIENTE DO BAIRRO ANTIGAMENTE
- ☐ INCENTIVAR OS ALUNOS A TROCAREM CARTAS COM ESTUDANTES DE ESCOLAS PRÓXIMAS, FALANDO SOBRE AS SUAS IMPRESSÕES EM RELAÇÃO AO MEIO AMBIENTE LOCAL
- ☐ SOLICITAR UMA PESQUISA COM OS MORADORES PARA SABER COMO FAZEM A RECICLAGEM DE EMBALAGENS E PRODUTOS QUE NÃO USAM MAIS
- ☐ SOLICITAR UMA PESQUISA SOBRE INSTITUIÇÕES DO BAIRRO QUE TRABALHAM EM FAVOR DO MEIO AMBIENTE
- ☐ INCENTIVAR A CRIAÇÃO DE UMA PEÇA DE TEATRO A SER EXIBIDA NA ESCOLA PARA CONSCIENTIZAR OS MORADORES
- ☐ INCENTIVAR A PRODUÇÃO DE UMA MÚSICA QUE LEVE AS PESSOAS A PENSAREM NO MEIO AMBIENTE LOCAL
- ☐ SOLICITAR A CONFECÇÃO DE CARTAZES SOBRE A SITUAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DO DISTRITO, PARA DIVULGAR NOS POSTES E PONTOS DE ÔNIBUS DO BAIRRO
- ☐ CRIAR UM GRUPO NO FACEBOOK SOBRE PROJETOS COMUNITÁRIOS PARA MELHORAR O MEIO AMBIENTE LOCAL
- ☐ DEIXAR QUE OS PRÓPRIOS ALUNOS PROPONHAM ATIVIDADES PARA SENSIBILIZAR A COMUNIDADE QUANTO AOS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS DO DISTRITO
- ☐ OUTRA(S) ATIVIDADE(S): _____

4. Em qual dos bairros do distrito você reside?

(assinale apenas uma das opções abaixo)

- ☐ Vila Ede
- ☐ Vila Medeiros
- ☐ Vila Sabrina
- ☐ Vila Munhoz
- ☐ Vila Nivi
- ☐ Jardim Brasil
- ☐ Jardim Julieta
- ☐ Parque Rodrigues Alves
- ☐ Conjunto Promorar Fernão Dias
- ☐ Parque Edu Chaves
- ☐ Vila Gustavo
- ☐ Outro: _____

OBRIGADA
POR
RESPONDER!

Caso queira saber o resultado dessa pesquisa,
deixe aqui um e-mail de contato:

ANEXO L

**REFERÊNCIAS DO MINICURSO INTERCOM 2016 - *DA OBSOLESCÊNCIA
PROGRAMADA À TRANSFORMAÇÃO DO PENSAMENTO SOCIOAMBIENTAL
CONTEMPORÂNEO.***

Referências do Minicurso Intercom 2016 - *Da Obsolescência Programada à Transformação do Pensamento Socioambiental Contemporâneo.*

LIVROS/ARTIGOS/TRECHOS DE PALESTRAS:

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo. In: Revista Outra Travessia, eISSN 2176-8552, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Disponível em <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/issue/view/1201/showToc>. Acesso em 20/04/2012

ARIÈS, Paul. **A simplicidade voluntária contra o mito da abundância**. São Paulo: Loyola, 2013.

CAVALCANTI, Alberto. O Filme Documentário. In: MELO, José Marques de Melo (org). **Jornalismo Audiovisual: Técnica do Documentário**. ECA-USP: 1972.

CITELLI, Adilson. O. Comunicação e Educação: Implicações Contemporâneas. In: **Educomunicação: Construindo uma Nova Área de Conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2011.

CITELLI, Adilson. O. Mídia e Cidadania. In: **Marco Cultural: Questões Contemporâneas em debate**. Campo Grande: Editora UFMS, 2008.

CORTELLA, Mário Sérgio. Gestão Estratégica. Palestra. Superior Tribunal Militar, 2012. Disponível em: <http://www.stm.jus.br/noticias/item/1507-mario-sergio-cortella-encerra-primeiro-dia-de-seminario>

COSTA, Rogério da. Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva. Revista Interface Comunicação, Saúde, Educação. V. 9, n. 17, p. 235-48, mar/ago 2005.

ELGIN, Duane. **Simplicidade Voluntária**. São Paulo: Cultrix, 1993.

FALCÃO, Sandra Pereira; ALMEIDA, Maria do Carmo Souza. Redes Sociais e Documentários – Uso Sinérgico de Dispositivos Comunicacionais no Debate Socioambiental. Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Fortaleza, CE – 3 a 7/9/2012

FALCÃO, Sandra Pereira. Comunicação e Educação Ambiental na construção de sentidos urbanos. 2013. Dissertação (Mestrado em Interfaces Sociais da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-30012014-113513/>>.

GLAUBITZ, John Paul Adrian. Modern consumerism and the waste problem. Disponível em: http://users.physik.fu-berlin.de/~glaubit/mnses9100_essay.pdf. Publicado em julho de 2011.

HEIDEGGER, Martin. A Questão da Técnica. In: **Revista Scientiae Studia**. São Paulo, v. 5, n.3, p375-398, 2007.

JACOBI, Pedro Roberto. Meio Ambiente e Redes Sociais: Dimensões Intersetoriais e Complexidade na Articulação de Práticas Coletivas. Disponível em: http://www.redeapasul.com.br/publicacoes/meio_ambiente_e_redes_sociais_dimensoes_intersectoriais_e_complexidade_na_articulacao_de_praticas_coletivas_2000.pdf. Acesso em 27/6/2012, às 09h04min.

LABAKI, Amir. **É Tudo Verdade – Reflexões sobre a Cultura do Documentário**. São Paulo: Francis, 2005.

LATOUCHE, Serge. **Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

LEONARD, Annie. **A História das Coisas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011

MELO, Cristina Teixeira Vieira. **O Documentário como Gênero Audiovisual**. Anais do XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002. Trabalho apresentado no NP07 – Núcleo de Pesquisa Comunicação Audiovisual.

MUNDO SUSTENTÁVEL/AKATU. Entrevista com Cosima Dannoritzer, 2012. Disponível em: <http://www.mundosustentavel.com.br/2012/05/quem-ganha-e-quem-perde-com-a-obsolescencia-programada/>. Acesso em: 24/6/2012, às 11h58min.

NOVICKI, Victor. Práxis: problematizando consciência e participação na educação ambiental brasileira. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B. (org). **A Questão Ambiental no Pensamento Crítico – Natureza, Trabalho e Educação**. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

PRoFEA – Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais. Série Documentos Técnicos. Brasília, 2006.

RIBEIRO, Renato. **Sustentar a Vida**. São Paulo: Paulinas, 2011.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 1990, 3ª. ed (2001).

SOALHEIRO, Bárbara. **Como fazíamos sem...** São Paulo: Panda Books, 2006.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio**. São Paulo: Paulinas, 2011.

SORRENTINO, Marcos et al. Educação ambiental como política pública. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf>

TASSARA, Helena. In: TASSARA, Eda. (org.). **Dicionário Socioambiental – Ideias, Definições e Conceitos**. São Paulo: FAARTE Editora, 2008.

TEIXEIRA, Francisco Elinaldo. Documentário Moderno. In: Mascarello, Fernando (org.) **História do Cinema Mundial**. Campinas: Papirus, 2006.

VILLAS, Alberto. **O mundo acabou!** São Paulo, Globo, 2006.

FILMES/VÍDEOS MENCIONADOS:

THE LIGHT BULB CONSPIRACY/ A Conspiração da Lâmpada. Criação e Direção: Cosima Dannoritzer. Espanha-França, 2010. Duração: 52 min. Disponível em:
<http://www.youtube.com/watch?v=pDPsWANKS-g>. Acesso em 26/6/2012, às 8h32min.

THE STORY OF STUFF/ A História das Coisas. Criação: Annie Leonard. Direção: Funders Workgroup for Sustainable. Free Range Studios, Washington – DC, 2007. Disponível em:
<http://www.storyofstuff.org/movies-all/story-of-stuff/> (em inglês);
http://www.youtube.com/watch?v=3c88_Z0FF4k(legendado) ou
<http://www.youtube.com/watch?v=7qFiGMSnNjw> (dublado).

LIXO EXTRAORDINÁRIO. Direção: Lucy Walker; co-direção: João Jardim e Karen Harley. Paris Filmes. Brasil, 2009, DVD. (também disponível no youtube)

PIRATAS. Criação: Juan Falque. Disponível no youtube, em vários links. Por exemplo:
<https://www.youtube.com/watch?v=nbbiA67ArEQ> ou
<http://asclejr.blogspot.com.br/2012/04/documentario-piratas-de-juan-falque.html>.
 (Vale olhar vários links, para ver o que está com som e legendas melhores.)

ARNALDO JABOR ANALISA A QUESTÃO DOS PIRATAS DA SOMÁLIA. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=6RhQmQfhgaE>

EVOLUÇÃO DO ESCRITÓRIO. Disponível em
<http://bestreviews.com/office#transformation-of-the-office>

MAN. Criação: Steve Cutts. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=WfGMYdalCIU>

VÍDEO INDICADO PELA PROFA. Nanci Maziero Trevisan no dia do minicurso:

LOGORAMA

<https://www.youtube.com/watch?v=9MqAt8S5lws>

(Há versões traduzidas para diferentes idiomas)

ENDEREÇO DO REPAIR CAFÉ VERSÃO BRASILEIRA:

A N D E S

Agência Nacional de Desenvolvimento Eco-Social

Rua Teixeira de Freitas, 153 - Campo Grande
Santos - SP - CEP: 11075-721
13 3237.0846 e 13 3322.4649
contato@andesbrasil.org.br

ENDEREÇO DO CEDIR/USP:

CEDIR - Centro de Descarte e Reuso de Resíduos de Informática. Av. Prof. Lucio Martins Rodrigues, travessa 4, n. 399, Bloco 27. Informação: cedir.cce@usp.br

ANEXO M

EXEMPLOS DE CORRELAÇÕES ENTRE DADOS VERIFICADAS NO PROGRAMA CLIKSENSE

Captura de correlação de gráficos para pré-análise e desdobramentos no QlikSense.
Observação: o dinamismo das alterações só pode ser visto com clareza e precisão em meio digital.

ANEXO N

EXEMPLO DE CORRELAÇÕES ENTRE FAIXA ETÁRIA E VALORIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO /EDUCAÇÃO – RESPONDENTES DO GRUPO RDP

ANEXO O

**PRINTSCREEN DE PLANILHA EXCEL COM ARMAZENAMENTO DOS DADOS
DE CADA GRUPO, SUBDIVIDIDOS POR CORES**

Figura 131 - Planilha para armazenamento e organização dos dados totais por grupos/cores

[illegible]

ANEXO P

**PÁGINA DE RESPOSTAS DOS CONSELHEIROS NA BASE DE DADOS
*GOOGLEFORMS***

Demonstrativo de dados dos conselheiros (grupo CON) na planilha de respostas do Google Forms

Pesquisa USP - conselheiros - Interfaces Colaborativas Socioambientais (respostas)										
A	B	C	D	E	F	G	H			
Indicação de data e hora	1. Em qual bairro você mora?	2. A qual subprefeitura pertence o seu bairro?	3. Seu bairro apresenta algum dos seguintes problemas?	4. Numa escala de 0 a 10, com que frequência você utiliza o serviço de coleta seletiva de lixo?	5. Você considera que a coleta seletiva de lixo interfere no cotidiano?	6. Você considera que a coleta seletiva de lixo interfere no cotidiano?	7. Nas últimas 24 horas, você observou algum problema relacionado à coleta seletiva de lixo?	8. Você considera que a coleta seletiva de lixo interfere no cotidiano?	9. Você considera que a coleta seletiva de lixo interfere no cotidiano?	10. Você considera que a coleta seletiva de lixo interfere no cotidiano?
15/01/2016 09:09:28	Vila Ede	Vila Maria	sim	Diversos: Acúmulo de entulho, falta de uma maior arborização, falta de manutenção das áreas verdes, etc.	9	5	não está interferindo no cotidiano			
15/01/2016 23:34:35	Vila Medeiros	Vila Maria/Vila Guilherme	sim	Alta taxa de impermeabilização do solo, pontos de descarte incorreto de lixo	3	3	não está interferindo no cotidiano			
21/01/2016 17:24:07	Vila Maria	VNMG	sim	Pontos de descarte incorreto de lixo	9	4	não está interferindo no cotidiano			
27/01/2016 13:16:31	VILA GUILHERME	SP-MG	sim	FAVELAS DESESTRUTURADAS						
27/01/2016 13:43:20	Vila Maria	Vila Maria/Vila Guilherme	sim	MART CENTER ABANDONADO COM PEDIDO DE SER ÁREA PÚBLICA ACOPLADA AO TR	10	2	não está interferindo no cotidiano			
27/01/2016 13:44:06	Sumaré	Pinheiros	não sei dizer	Nossa, são tantos que fica difícil elencar, mas estamos	0	0	está alterando para melhor			
27/01/2016 15:08:27	Mooca	Mooca	sim	Descarte irregular de lixo e entulho em diversos pontos	7	1	não está interferindo no cotidiano			
27/01/2016 16:21:07	VILA PAIVA	VNMG	sim	PLANTÃO DE ÁRVORES/COLETA SELETIVA LIXO	10	6	não está interferindo no cotidiano			
27/01/2016 17:35:04	Jardim Japão	Vila Maria/Vila Guilherme	sim	Grande volume de descarte de inservíveis nas vias e praças, baixa frequência de varredores e coletores nas vias, grande concentração de árvores com risco total ou parcial de queda, grande concentração de áreas desprovidas de qualidade de vida (lazer, meio ambiente, etc.) com pouca ação do poder público em diminuir tais problemas						
27/01/2016 23:35:51	Jd. Brasil	Vila Maria/Vila Guilherme	sim	Devido à pouca vegetação (árvores) o calor é sentido com mais frequência	4	5	não está interferindo no cotidiano			
28/01/2016 12:19:18	Vila Maria	Vila Maria/Vila Guilherme	sim	Descarte irregular de lixo	5	5	está alterando para melhor			
28/01/2016 17:24:09	Vila Medeiros	Vila Maria/Vila Guilherme	sim	Muitos problemas, principalmente o mal cheiro crescendo em		3	não está interferindo no cotidiano			

Figura 132 - Demonstrativo de dados dos conselheiros na planilha de respostas do Google Forms

ANEXO Q

**ALGUMAS IMAGENS DA ABERTURA DO PROJETO
FORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DOS SERVIDORES DA USP
AUDITÓRIO DA FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO (FAU-USP)**

Primeiro encontro dos cursos de formação socioambiental do campus da Capital - 18.03.2015, no Auditório da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP):

Figura 133 - Algumas imagens da abertura do projeto Formação Socioambiental dos Servidores da USP (PAP)

DSC_1189

DSC_1190

DSC_1191

DSC_1192

DSC_1193

DSC_1194

DSC_1195

DSC_1196

DSC_1197

DSC_1198

pap37

pap38

pap39

pap40

pap41

pap42

pap43

pap44

pap45

pap46

pap52

pap53

pap54

pap55

pap56

pap57

pap58

pap59

pap60

pap61

pap62

pap63

pap64

pap65

pap67

ANEXO R

**ALGUMAS IMAGENS DAS PALESTRAS E ATIVIDADES DOS CURSOS DO
PROJETO *FORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DOS SERVIDORES DA USP*
(INSTITUTO DE FÍSICA DA USP – 2015)**

Figura 134 - Algumas imagens dos cursos e palestras do projeto Formação Socioambiental dos Servidores da USP (Instituto de Física)

Figura 135 - Servidores no Instituto de Física da USP, participantes do projeto *Conscientização Ambiental* (PAP-3)

ANEXO S
TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

Entrevista com empreiteiro (o entrevistado optou por permanecer anônimo)

Esta entrevista foi realizada em dezembro de 2016. Conversamos com um empreiteiro de pequeno porte que trabalha no distrito referência (e adjacências), com a finalidade de resposta oral ao nosso questionário de pesquisa. Por essa razão, conforme explicitado no item **Relato circunstanciado das interações**, ela é mais um diálogo com foto-elicitação, no qual a pesquisadora explica ao entrevistado algumas questões básicas da investigação em curso enquanto coleta as respostas.

Pesquisadora: — Bom dia! Vamos começar! Eu vou gravar porque faz parte de um trabalho da Universidade de São Paulo, da Escola de Comunicações e Artes - então você vai ficar conhecido lá na USP! [risos] Como é seu nome inteiro?

Empreiteiro: — Bom dia! Meu nome inteiro? ***** [o respondente optou por permanecer no anonimato quando indagado se desejava que seu nome aparecesse ou não na pesquisa]

Pesquisadora: — O ***** é empreiteiro, trabalha aqui na região, conhece bem essa região aqui, e conhece a região de Guarulhos, certo?

Empreiteiro: — É, na realidade eu conheço mais aqui que Guarulhos.

Pesquisadora: — Conhece mais aqui do que Guarulhos, então tá muito bom pra nós!

Empreiteiro: — Eu moro lá, mas minha área de serviço mesmo é praticamente essa região aqui, Tucuruvi. A gente sai pra fora [referindo-se a trabalhos fora da cidade], mas a região mais próxima é aqui mesmo.

Pesquisadora: — Você é a pessoa certa pra gente entrevistar! E que idade que você tem?

Empreiteiro: — 45 anos. Nasci em 1971.

Pesquisadora: — Quanto tempo faz que você trabalha na área de construção civil?

Empreiteiro: [hesitante] — Na área de construção civil... 45... 16... [fazendo contas mentalmente]. Já tem uns 20 anos.

Pesquisadora: — Há quanto tempo você faz obras aqui nesta região? [distrito Vila Medeiros e adjacências]

Empreiteiro: [pensativo] — Nessa região deve ter... Na avenida ***** [logradouro do distrito] mesmo, deve ter o quê? Uns 10 anos? Não tem isso não, né? [perguntando ao sócio, que seguia com interesse o diálogo]

Sócio: — Deve ter uns 6, 7 anos.

Empreiteiro: — É... Uns 6 ou 7 anos. É que a realidade é assim: a gente faz muito serviço [ao entrar em uma região para trabalhar], mas pequeno. Assim, um telhado. Começou o telhado aí a gente faz bastante. Aí faz tempo. Obra mesmo, obra mesmo, deve ter... Não deve ter muito tempo, não.

Pesquisadora: — Certo.

Empreiteiro: — Agora telhado, serviço pequeno assim a gente faz bastante aqui.

Pesquisadora: [expressão assertiva, manuseando o questionário em papel e entrando na temática da pesquisa] — ***** , eu vou te falar de algumas coisas [itens da questão sobre elementos de

arquitetura vinculados a práticas sustentáveis] que favorecem ou não favorecem o meio ambiente, aí você vai me falar se você costuma instalar isso em algum lugar...*Placa fotovoltaica*, você já instalou em telhado? Aquela placa que transforma o sol em energia elétrica, aqui na região?

Empreiteiro: — Aqui na região, não. A gente instalou — fixou — uma só no outro [trabalho] lá, né, ***** ? [indagando ao sócio]

Sócio: — As placas?

Empreiteiro: — Foi. Só no Mirante. Condomínio... É Mirante do Horto lá, é?

Sócio: — É.

Empreiteiro: — É, Mirante do Horto. Instalou... — a gente fixou. Aí quem instalou mesmo foi uma empresa lá do Rio de Janeiro.

Pesquisadora: [expressão assertiva] — E se você fosse falar, então, de uma frequência com que você instala, ou não, essas coisas na região?

Empreiteiro: — Não, as placas assim não.

Pesquisadora: — Nunca teve então a instalação de placa? [murmúrios ao fundo]. Tá [anotando na folha do questionário]. *Placa solar*?

Empreiteiro: — Também não.

Pesquisadora: — Aqui na região também não? Nunca?

Empreiteiro: — Não. Aqui, na obra que nós colocamos lá de *****[nome do dono da obra] não tinha placa solar, porque lá é...

Sócio: — [fala ininteligível]

Empreiteiro: — de *****? [citando novamente o nome do proprietário da obra a que se referiam]

Sócio: — Aquecedor.

Empreiteiro: — Lá só foi de aquecedor.

Pesquisadora: — Tá [anotando]. *Sistema pra recolher água de chuva*?

Empreiteiro: — Sistema de água cisterna só instalei uma só. Uma empresa que teve lá do... [palavra ininteligível] da transportadora ***** [nome da transportadora].

Pesquisadora: [anotando] — Uma vez. *Calçada verde*? (Calçada que não é toda cimentada, tem umas faixinhas de grama... um canteiro aberto...) Você já construiu pra alguém aqui?

Empreiteiro: — Aqui não. Eu fiz uma vez só lá na Paulista, que eu fiz em volta de um banco — só.

Pesquisadora: — Tá [anotando]. Aqui nunca fez. Ninguém nunca pediu aqui?

Empreiteiro: — Aqui não.

Pesquisadora: — Nas casas que você vai construir, já viu algum projeto em que o pessoal faz o *verde vertical* — projeta a parede pra plantar na parede?

Empreiteiro: — Também não. Acho que também não.

Pesquisadora: [assertiva, anotando] — Já viu, ou já executou, *telhado verde*? Fazer reforço de laje pra poder plantar em cima — aqui na região?

Empreiteiro: — Aqui nessa região...[pensando]. Já fiz, já que você tá falando, mas não nessa região.

Pesquisadora: — Também não [anotando e fazendo gesto assertivo].

Empreiteiro: — Eu quis dizer lá pro bairro da Paulista.

Pesquisadora: — Também Paulista [anotando]. Tá certo. Já preparou algum espaço pra acomodar *sistema de irrigação controlada*?

Empreiteiro: — Também não.

Pesquisadora: — A questão aqui tá em falta! [risos]. Tá, tá muita coisa em falta, não é?

Empreiteiro: — [manifestação assertiva com a cabeça] Então, esse...[sistema?] ...que eu deveria ter feito, né? No caso. Então isso [o descrito nas perguntas anteriores] é o que eu fiz.

Pesquisadora: [concordando com a cabeça e prosseguindo as perguntas] — *Canteiro na calçada pra plantar árvore*? As pessoas pedem pra você executar?

Empreiteiro: — Não, plantar árvore, não. No momento eles fazem muito canteiro pra jardineira, planta pequena, agora pra árvore mesmo, não.

Pesquisadora: — Pra árvore não?

Empreiteiro: — Pra árvore, não.

Pesquisadora: — E alguns *elementos pra otimizar a entrada de luz natural e... ventilação*? ... Assim, mais luz natural, bloco de vidro, telha de vidro, telha de policarbonato. Aí você classifica a frequência aqui na região [apontando no papel sobre qual questão falávamos]. *Sempre* você faz isso, *quase sempre* ou *algumas vezes, raramente*?

Empreiteiro: — No momento o pessoal faz bastante [inserção de elementos para otimização de luz natural e ventilação].

Pesquisadora: — Faz bastante? [estimulando a prosseguir a fala]

Empreiteiro: — Pra claridade.

Pesquisadora: — *Quase sempre*, você acha? Quase sempre alguém pede?

Empreiteiro: — Aham [concordância].

Pesquisadora: — E pra circular o ar, as pessoas se preocupam com isso na obra?

Empreiteiro: — Ah, se preocupam, né? É que a saída é necessária, né? [risos]

Pesquisadora: [concordando] — É? E...é sempre que as pessoas se preocupam? Ou você não...[interrupção – fala intercalada]

Empreiteiro: É — no momento quase todas... A gente deixa, né? [espaços de ventilação]

Pesquisadora: — Quase sempre? Tá bom [anotando e passando ao item seguinte]. *Janela pra reduzir ruído externo*. Algum preparo pra reduzir ruído de fora pra dentro da casa?... Você costuma...[...]? [empreiteiro antecipa fala]

Empreiteiro: — É....Aí já é mais difícil, né? Sempre...[lendo as alternativas e refletindo]. Eu já fiz umas duas vezes também.

Pesquisadora: — Umas duas vezes...[anotando]. Tá bom. Outra pergunta é pra... *sistema pra tratamento de água de reúso* — assim, água de esgoto mesmo. Alguém já te pediu pra instalar aqui na região? [resposta intercalada do empreiteiro: — Não.] Instalar um sistema pra... [resposta antecipada do empreiteiro: Eu sei. Aqui não.] ...reciclar água?

Empreiteiro: [respondendo a um comentário do sócio sobre ele conhecer ou não o sistema] — Eu sei, como é que é não? Isso? Nunca fiz, não.

Pesquisadora: [manifestação assertiva]. — Então, aqui... deixa eu [barulho de papel] te mostrar umas imagens – eu tirei foto aqui da região. E a gente encontrou alguns problemas que não sei se tem perto de onde você mora. [dirigindo-se ao sócio:] O ***** já pode olhar [as imagens], ***** , que você já dá entrevista junto. Tá escutando aí a entrevista... [risos]. Então, essa foto aqui é lá perto do Terminal de Cargas, em que o pessoal joga muito lixo, joga muito entulho. Tanto que até eles [o poder público] desmancharam uma pontinha pra fazer um ecoponto, tal, pra ver se...

Empreiteiro: — Ver se....É, pra não deixar.

Pesquisadora: — Então, essas imagens a gente tem encontrado muito nos últimos anos. Nos últimos quatro, cinco anos, a gente tá encontrando muito entulho, muito sofã jogado, aí a gente andou fotografando.

Empreiteiro: — É, tá faltando um cuidado aí no descarte.

Pesquisadora: — Tem gente que joga até o lixo orgânico mesmo na rua. E muito lixo jogado nos córregos também.

Empreiteiro: [uhum] — É. Sempre tem. Pessoal tá sempre jogando.

Pesquisadora: — É. Aí também lixeiras que vão sendo destruídas. São esses problemas que a gente tá vendo [mostrando as fotografias]as ruas muito... travessas secas, que não têm verde nem têm canteiro, nem têm árvore, nem têm nada. Algumas árvores que a gente vê aqui na região o pessoal tá serrando. Às vezes a prefeitura ou o próprio [morador]... A gente faz alguma campanha, planta árvore e, de vez em quando, aparecem as árvores serradas [mostrando a foto]. Isso aqui [mostrando a foto] é a porta de uma escola, a árvore na porta de uma escola com lixo dentro [do canteiro]. Aqui é também uma praça com lixo. Aqui é um colchão de casal atravessado na calçada aqui perto na Vila Medeiros. A gente tem visto essas cenas e... além desse problema de muito lançamento de lixo, a gente tá com um problema que a gente chama aqui de ilha de calor. Como eu já tinha te falado antes [barulho de papel] quando a gente conversou... Vou pegar a foto aqui pra...[procurando a imagem] queria te mostrar... Ó, essa foto aqui é uma foto de satélite tirada pela NASA. Então, a gente lê essa imagem. É um mapa. A gente lê esse mapa da seguinte maneira: as áreas mais escuras têm temperaturas mais baixas e essas áreas mais claras aqui [apontando], tudo que é claro tem temperatura alta [fala intercalada do empreiteiro: mais alta] na superfície, no chão. Essa aqui [apontando no mapa] é a nossa região, nossa divisa aqui, nordeste da cidade com a de Guarulhos, que é a região onde você mora. Então repara aqui como é que tá o mapa, a claridade. Tá maior, bem mais claro aqui. Isso significa que esse efeito de ilha de calor, de excesso de calor, ele tá mais forte aqui na nossa região. Não é o único lugar da cidade, mas tem esse problema.

Empreiteiro: — Essa área que tá dividido no meio é o [pouco inteligível — nome de um bairro na divisa São Paulo-Guarulhos?].

Pesquisadora: Isso [apontando] é nosso bairro. Onde a gente tá [apontando o mapa] tá mais ou menos aqui. E aqui é Guarulhos, o aeroporto, essa região toda ali. Então é uma região que, segundo a NASA, tá sofrendo mais com esse excesso de calor. E por causa desse excesso de calor, tem muitas doenças que vão aparecendo. Às vezes, quando cai uma tempestade, cai um número maior de raios em um lugar...

Empreiteiro: Às vezes esse vendaval que tá dando é perto dessas áreas que a gente fala. Não tem árvore pra segurar o vento, né? [inaudível] Vem, daí não tem o que segura.

Pesquisadora: Exatamente. Então...ocasiona esse tipo de fenômeno. Se você retira toda a vegetação, retira as árvores, deixa tudo no acimentado, essa temperatura muito alta vai favorecendo esse tipo de fenômeno, até desastres. Aqui a gente teve — não tivemos nenhum desastre muito grande — mas tivemos um miniciclone que arrancou as árvores que havia aqui perto pela raiz. Então você tem razão nisso. Quando a temperatura fica desse jeito, a região fica desse jeito, favorece, por exemplo, essas ventanias, essas grandes tempestades e aumenta o número de raios.

Empreiteiro: — É, foi isso que o cara que tava conversando comigo falou. Que tipo assim, vai tirando, tirando, quando vem o vento não tem nada. Que a árvore segura. Ele solta (isso?) mas também segura. Aí ele vem no lugar de quem [ininteligível – cachorro latindo].

Pesquisadora: — Justamente. Então... É por conta desse fenômeno aqui, que tá acontecendo. A gente tá preocupado com isso, e querendo perguntar pra quem trabalha com construção civil, pros arquitetos, pros engenheiros, pros empreiteiros, como é que eles acham que...eles poderiam contribuir, como profissionais. Quando você chega pra fazer uma obra, alguém fala “quero fazer uma obra assim, assim, assim, assim”. Sabendo dessa questão, como é que você imagina que daria pra você contribuir, dar uma opinião...? Pra quem vai fazer a obra.

Empreiteiro: — É que as coisas ‘tão meio difíceis. A gente trabalha no ramo, daí chega as pessoas e falam: “Eu quero fazer desse jeito”. E aí se tiver ainda serviço por fazer, aí a gente fala assim – a responsabilidade é da gente – se a gente fizer, a gente tá contribuindo com a pessoa. Mas o outro vem e faz. Então eu quero fazer desse jeito [ininteligível] dos sobrados, dos terrenos que eles [outros proprietários] ‘tão fazendo. Gostaria de fazer com 3,5m, daí vai e faz 3m de sobrado. Aí os caras vêm e fazem.

Pesquisadora: — Então você acha que não é muito viável, assim: é pouco viável ou totalmente inviável você conversar com o proprietário? Acha que não dá pra conversar?

Empreiteiro: — Eu acho assim. Igual eu falei: é igual uma pessoa que faz um negócio e compra o negócio do ladrão. Quê? ‘Cê tá ajudando o próprio ladrão, só que é errado (ininteligível). Eu fui fazer telhado pro cara, era sobradinho de 3, o cara fez [conversa pouco audível com o sócio, tentando lembrá-lo de certo trabalho realizado], na realidade nem é de 5m, é de 10m, 8m, os caras mudaram pra 5m, agora é 3,5m. [comentando a diferença entre a lei da frente mínima do lote no município de São Paulo e a desobediência civil ao critério no momento de construir].

Pesquisadora: Justamente. Essa é uma das questões que a gente vai conversar também. Agora você tá até adiantando, né? Então a gente pode passar pra essa página aqui [onde está a questão que tem ligação com a fala recente do empreiteiro], depois a gente volta. É justamente a foto de um terreno de 12m que foi transformado em 4 sobrados, de 3 de frente — 3x4, 12. Então o que acontece quando eles fazem esses sobradinhos? Eles vão [os construtores/proprietários] – se tiver árvore – vão arrancando a árvore pra dar passagem pro carro e não plantam na divisa. Poderiam plantar aqui na divisa. Não digo uma árvore grande, mas uma coisa pequena, assim, podia plantar na divisa, mas as pessoas às vezes não plantam. “Ah, porque atrapalha minha obra, tal, né? Não vou conseguir, tal”. Às vezes não dá certo de combinar com vizinho. Então

essas árvores vão desaparecendo. Nessa região, por exemplo, a gente já fez projetos de arborização pra tentar reverter esse fenômeno da ilha de calor, mas a gente tem dificuldade de fazer a pessoa, de alguma maneira, entender essa questão que a árvore não é...[algo ruim]. No geral a gente ouve as pessoas “Não, porque a árvore vai sujar, vai cair folha”, “Não, porque vai pegar o fio”. A gente ainda brinca e fala: “Não, mas a fiação devia estar embutida”. No lugar de cada poste, uma árvore. Mas ainda não é uma cultura, que a pessoa considere importante. Então vai tirando, tirando, tirando, aí acontece isso que você tá falando. Você tá me dizendo que, como profissional, você não tem como interferir nisso daí, não é? Não é muito viável, você tá dizendo isso?

Empreiteiro: É... É difícil por causa disso [a possibilidade de perda do trabalho], né?

Pesquisadora: Tá certo [barulho de folhas ao fundo]. Uma outra pergunta que eu queria fazer... Se você fosse pensar num trabalho escolar que pudesse ajudar os alunos, na escola, filhos, por exemplo, a prestar atenção no lugar onde moram, no meio ambiente, se você fosse propor um trabalho, inventar um trabalho de escola, pras crianças fazerem, que você achava que dava pra inventar?

Empreiteiro: [refletindo, latido de cachorro ao fundo] Trabalho de escola pra eles...

Pesquisadora: ...Fazerem na escola. Você acha que a gente poderia ajudar as crianças a prestarem mais atenção no ambiente onde elas moram, nas ruas pelas quais elas passam, onde moram, o entorno da escola, fazer a criança olhar, prestar mais atenção?

Empreiteiro: É que vai depender. Tem lugar que é complicado. Tem uma escola lá que... Vixe... Ficar atento, é perigoso. A gente vê eles fumando droga lá na porta da escola e a gente fica com medo, né? Então eu falo pra ele [filho]: tem que ter muito cuidado com essas coisas.

Pesquisadora: Tá certo.

Empreiteiro: Tem que saber a companhia que eles vão, com quem eles voltam. Quando eu saio, olho na porta pra ver se não tem pessoa estranha na rua, pra poder sair.

Pesquisadora: Sim...

Empreiteiro: Porque essas coisas é complicado.

Pesquisadora: E o professor? Você acha que o professor tem condição de propor alguma coisa pro aluno?

Empreiteiro: Tem, assim...mas na saída da escola, — meus meninos mais velhos estudam —, a escola, quando eles, se tipo assim, meus filhos vão estudar lá; se os meus meninos não chegarem na escola, eles ligam em casa procurando. Tipo assim: se o aluno... tá consciente que no caso meu filho não tá na aula. Aí eu vou saber se ele tá, se ele não tá. Se ele foi, se ele não foi, não é? Eles [a escola] procuram. Então, tem escola que...igual lá perto de casa, não liga, não procura. Tipo assim: meu menino estuda lá, hoje ele não foi. Aí a mulher, ou professora, que seja, liga procurando: “Cê tá consciente que o aluno tá ou não tá na escola?” Aí vou responder ou sim ou não. A gente vai atrás. Porque tem uma escola que eles não avisam não. Essa escola que meu menino mais velho estuda é do Estado, entendeu né, então a professora liga procurando. Então a gente vê que é uma escola boa, que o professor sabe que ele tá preocupado com o aluno. Agora tem outras escolas que não ligam.

Pesquisadora: [procurando retomar a questão central] você acha que os professores que estão nessa escola, por exemplo, eles poderiam caminhar com os alunos, no entorno da escola,

mostrando como é o ambiente, estudando o ambiente, caminhando na rua? Você acha que isso...seria um bom trabalho de escola?

Empreiteiro: É, assim, um trabalho eu acho que sim, agora em rua eu acho complicado, porque assim, [ininteligível] eu já acho difícil. Mas dentro da escola, talvez, igual a gente faz lá, uma reunião. Sai na rua, explicando, eu acho certo, né?

Pesquisadora: Ah, então eu vou falar uma lista, aí você vai falando o que você acha que dá e o que não dá pra fazer. “sair com as crianças para fazer, por exemplo, um mapa do ambiente, em volta [da escola]. Você acha que isso não é muito bom, não dá muito certo ou acha que dá?

Empreiteiro: É... Eu acho que até que dá. Porque assim, tem sentido, né?

Pesquisadora: [fala assertiva]. E pedir pros alunos fotografarem — saírem na rua e fotografarem uma coisa que eles gostam e uma coisa que eles não gostam no bairro e trazer pra escola pra discutir?

Empreiteiro: É bom, né?

Pesquisadora: E incentivar os alunos a fazer um filme com celular, sobre as coisas bacanas do bairro, que eles acham bacana do meio ambiente do bairro e o que eles não gostam?

Empreiteiro: É, assim, todas as coisas eu acho interessante...tipo uma coisa que eles gostam, passou um negócio que achou bonito, interessante — eu acho bonito, né? Chega a mostrar [ininteligível] tem esse trabalho aqui, que foi feito assim, eu achei bonito.

Pesquisadora: Tá certo. E pedir pros estudantes entrevistarem os idosos, pra saber como era o meio ambiente mais atrás no tempo. Que você acha? É um bom trabalho?

Empreiteiro: Humhum.

Pesquisadora: O que você achar que não você tem que falar que não, tem que ser sincero. O que achar que não funciona você fala “não, eu acho que isso não funciona”.

Empreiteiro: É mesma coisa ‘cê vai fazer um negócio, ‘cê vai começar antes e depois, né? Então você vai ter aquela recordação de como era antes, como que é depois.

Pesquisadora: Certo. E incentivar os alunos a trocar cartas com alunos de outras escolas, falando sobre meio ambiente?

Empreiteiro: Aí negócio de trocar carta, assim, eu não sou muito a favor não.

Pesquisadora: Tá. E pedir pra eles fazerem uma pesquisa com os moradores da própria região pra saber como é que os moradores fazem reciclagem de lixo, se fazem, se não fazem.

Empreiteiro: É, aí seria o certo, que tem a coleta.

Pesquisadora: Tem a coleta. Então você acha que uma pesquisa ajudaria?

Empreiteiro: É, ajudaria.

Pesquisadora: Tá. E solicitar — se o professor pedisse pro aluno uma pesquisa sobre as instituições do bairro que trabalham com meio ambiente. Por exemplo: ONGs, assim, se tem alguma ONG, alguma instituição que trabalha reciclando, se trabalha plantando. Você acha que seria legal o professor pedir pra eles irem lá pesquisar?

Empreiteiro: Apesar que lá tem esses negócios.

Pesquisadora: Tem?

Empreiteiro: Tem. Lá em Guarulhos.

Pesquisadora: Você acha que funciona?

Empreiteiro: Esse negócio lá tem.

Pesquisadora: [assentindo]. E se o professor incentivar os alunos a criarem uma peça de teatro, pra falar do Meio Ambiente, pra falar do meio ambiente local, das coisas do entorno da escola. Você acha que é bom ou não é pra conscientizar?

Empreiteiro: Acho que é bom, né? [ininteligível, ruídos ao fundo]

Pesquisadora: E produzir música? Se o professor pedir pros alunos produzirem uma música? “Ah, faça uma música que tenha alguma coisa do meio ambiente, aqui do local que a gente mora”.

Empreiteiro: Pra tentar fazer uma música, coisa bonita, né?

Pesquisadora: É bom?

Empreiteiro: Acho que é bom, né?

Pesquisadora: [fala assertiva]. E pedir pra eles fazerem cartazes pra pregar nos postes, nos muros da redondeza, comunicando os moradores da situação do bairro?

Empreiteiro: É, também sou a favor.

Pesquisadora: Você acha que funciona?

Empreiteiro: A gente vai vendo: tem pessoa que interessa, olha já fica ... [interessada?].

Pesquisadora: Tá certo. E você acha que as empresas de construção civil, de uma maneira geral, que trabalham aqui no distrito, elas podiam ser incentivadas, de alguma maneira, a trabalhar mais a favor do que contra? Porque você tá falando, por exemplo, que você é obrigado a fazer os sobradinhos de 3 de frente, né? Você acha que as empresas, se a gente fosse conversar com as empresas, com os empresários, com o pessoal que banca essas obras, você acha que eles podiam mudar alguma coisa...?

Empreiteiro: É que na realidade quem devia já implantar a lei era eles. Porque assim, vamos supor, é o que lhe falei, se a lei vem deles, lá de cima, “não pode”, aí ninguém vai fazer.

Pesquisadora: Mas aqui existe a lei. As leis existem.

Empreiteiro: Mas se existe, por que eles não vão lá? Tipo assim: “não pode, não vai fazer”. Porque, se é lei, não pode fazer.

Pesquisadora: Teoricamente deveria ser, é.

Empreiteiro: É problema que lhe falei. Que tipo assim: ele tá fazendo ali, ele tinha três pra pegar, ele foi lá e pegou, que é o homem que faz comigo, entendeu? Ele tá fazendo os três sobrados ali [uma das ruas do distrito base], tá fazendo tipo um condomínio. Ele falou: eu sou obrigado a pegar pra poder trabalhar. Tinha três caras e o cara era [ininteligível] que pega também. Aí foi obrigado a pegar. Então se a lei diz não faz, se o cara tem a lei, se o cara tem um terreno de 10m lá, pra poder fazer os três sobrados, ele já vai comprar o terreno de 10 pra fazer os dois, porque a lei admite. Mas se a lei não admite fazer três, então ele já tá consciente que compra pra fazer os dois. Se a lei diz, é proibida [a ação de tripartir um terreno de dez metros de frente], então o cara já tá comprando consciente pra poder fazer dois, que a lei é proibida, né?

Pesquisadora: Tá certo. Mas aí você acha que o poder público — a prefeitura, a subprefeitura, de alguma maneira, eles podiam....trabalhar comunicando, educando as pessoas, explicando melhor a lei, ou cobrando mais? O que você acha?

Empreiteiro: Eu acho que tem sim como, porque pelo que eles trabalham lá dentro.

Pesquisadora: Você acha que tem como trabalhar mais nesse sentido?

Empreiteiro: É, que tem coisa que eu acho que eles fazem que não deveria ser feita e tem coisa que devia ser feita e eles não fazem [risos], pelo contrário.

Pesquisadora: [riso e resposta assertiva]. Aí eu acho que a gente perguntou quase todas as perguntas. Eu só vou reatar a página – que a gente tinha pulado uma, né? —Pra falar dos sobradinhos, mas acho que foi tudo...Então a gente mostrou a questão da região aqui [barulho de páginas ao fundo], pediu as suas opiniões a respeito das empresas e tudo o mais, não é? E perguntamos dos trabalhos escolares também... E aí a nossa última pergunta é se você gostaria que seu nome fosse mencionado na pesquisa, ou se você prefere permanecer anônimo.

Empreiteiro: Eu prefiro deixar anônimo, que... [ininteligível]. [risos]

Pesquisadora: Prefere deixar anônimo? Tá bom, então vou deixar anônimo. Então não ponho seu nome: na hora em que for colocar eu digo que foi um empreiteiro, mas não digo qual é. É isso?

Empreiteiro: [assentiu com a cabeça e entrou noutro enfoque] Faço um serviço mais básico. Não serviço pesado. Que empreiteiro mesmo forte ele pega essas obras pesadas, né? E o serviço meu é serviço mais básico, serviço particular. [trecho pouco compreensível] Serviço assim básico eu faço. Se precisar de nós eu posso até aguentar, mas a maioria dos empreiteiros fortes mesmo têm firma aberta, né? Tem que ter empresa, então eu não tenho.

Pesquisadora: Tá certo. Mas trabalha muito bem! Faz um excelente trabalho — indicamos pra muita gente! Muito obrigada pela entrevista! [Fim da gravação]

Entrevista com Enilson Pires (arquiteto)

Pesquisadora (P.)— Boa tarde, comunidade ecana, nós estamos aqui com o Enilson, que é arquiteto...

Enilson (E.)— ...arquiteto e urbanista.

P.: — [manifestação assertiva]. Faremos uma entrevista com ele como parte do nosso projeto Interfaces Colaborativas Socioambientais e a primeira pergunta é sobre o seu nome, que você já disse! [risos]

E. — Meu nome é Enilson Biserra Pires.

P. — Sua idade?

E. — 54 anos.

P. — Sua formação?

E. — Arquiteto e urbanista.

P. — Da escola...?

E. — Universidade de Mogi das Cruzes.

P. — Você cursou algum curso específico [além da universidade] em relação a urbanismo?

E. — Olha, eu fiz minha TGI [trabalho de graduação individual] sobre planejamento urbano. Foi sobre a cidade de Santo André. Sobre o desenvolvimento urbano com relação às vilas operárias, sobre os bairros de periferia.

P. — Muito legal. E há quanto tempo você trabalha em construção? Nessa área?

E. — Eu me formei em 1989, já tem um bom tempo, por volta de uns 25 anos. Então, estou trabalhando efetivamente aqui na região tá com 20 anos, porque antes eu trabalhei num escritório desenvolvendo serviços fora, como situação anterior até comentei, fiz alguns trabalhos de cadastramento imobiliário, que era fazer...uma atualização do mapeamento da cidade com relação às omissões das vilas que vão crescendo em volta da cidade e a pessoa acaba não fazendo plantas, não fazendo o devido projeto que precisa e acaba ficando omissos. E isso onera também a prefeitura, pra falar a verdade, porque os serviços são uma contrapartida da coisa e que ocorre. Esse trabalho era de fazer uma atualização, fazer com que essas pessoas...[pausa]... passassem a pagar IPTU — e ficava regular também, automaticamente. Era um cadastramento imobiliário.

P. — Certo.

E. — Era um tipo de trabalho que atualizava, mas hoje existem sistemas mais atualizados, aí — de tecnologia —, que conseguem ver isto.

P. — Tá certo. E nesse distrito Vila Medeiros e adjacências, há quanto tempo você desenvolve projetos?

E. — Então, por volta de 20 anos.

P. — Vinte anos, tá...você já tinha me respondido....[riso]. Nesses projetos, você costuma incluir, por sua livre iniciativa, algumas estruturas que vão favorecer a questão ambiental? Por exemplo, essas que estão aqui nessa lista? Eu queria que você assinalasse as que você costuma incluir [oferecimento da lista escrita e tempo para avaliação].

E. — Então, agora já faz parte da lei de zoneamento, que é um *sistema de aquecimento por placas solares* — isso realmente é todo imóvel que tem acima de dois banheiros ...ahn... vai passar a ser lei, tem que ter a placa de aquecimento solar.

P. — Os projetos novos?

E. — Os projetos novos.

P. — Humhum [manifestação assertiva].

E. — [avaliando as opções e tecendo considerações ao mesmo tempo] Sistemas de recolhimento, de movimento de luz, reservatórios de água pluvial, que são também feitos e...áreas verdes...[breve pausa]...canteiro com árvore...[pausa]. É, são itens assim...[pausa]...seria basicamente esse — o canteiro na calçada pro plantio de árvore, sistema de recolhimento e aproveitamento de água e sistema de aquecimento solar. Eu procuro usar porque estamos num bairro de periferia.... e utilizado num bairro de periferia, muitas vezes a pessoa não tem condições também de fazer esse tipo de trabalho em todas as habitações. Então, fica um pouco a desejar essa parte, mas o correto realmente seria partir pra esse tipo de arquitetura sustentável, que seria telhado verde, se todo mundo fizesse — é, uma redução mesmo [de área construída], [aumento] de incidência de sol, seria muito legal.

P.: — Então a sua resposta já enseja a próxima pergunta, que é justamente quais dessas soluções os proprietários nessa região aqui — os que contratam os seus serviços — costumam solicitar?

E.: — É, pois é, então, quase respondendo mesmo porque...é mais ligado ao *sistema de aquecimento*, porque vai virando quase lei.

P.: — Aquecimento a maioria pede...[solicita que o entrevistado assinale a alternativa no questionário físico].

E.: — [refletindo] As placas fotovoltaicas...

P.: — Pra geração de energia....

E.: — Isso. Elas... aqui praticamente gera valores, assim, *econômicos* — praticamente não é utilizada aqui. É [continuando a refletir sobre as alternativas], o sistema de recolhimento de água de chuva, devido até mesmo a essa...[crise da água]...ahh...não foi nenhum projeto, nenhum planejamento, mas uma necessidade que todo mundo tem que fazer mesmo um reaproveitamento forçado, de ter uma água de reúso.

P.: — Humhum [manifestação assertiva].

E.: — E foi feito e é feito até basicamente talvez nem seja correto mas é utilizado, mas o correto é fazer um reservatório com a proteção devida pra poder fazer esse tipo de [inteligível].

P.: — Mas você sente que as pessoas solicitam isso ou ainda não é uma solicitação, é mais você que inclui?

E.: — O reúso, sim. O reúso tem várias já situações de...[interrupção de frase]. Porque em muitas situações também a gente encontra, por exemplo, uma mina. Quase todos os terrenos têm uma mina d'água.

P.: — Humhum [manifestação assertiva].

E.: — Entendeu? Nessa mina d'água geralmente é proposto um reservatório, que em vez de você desperdiçar essa água, filtrando ela, mandando ela pro sistema, você filtra ela e passa pro reservatório. É uma fonte também de reserva, né? Aqui tá dizendo sobre... as calçadas.... —

também já faz parte, de ter que plantar uma árvore toda calçada, que é o caso da sua casa, que 'cê tem logo duas, três [risos].

P.: — Mas essas solicitações você sente...

E.: — Ó [lendo as opções do questionário]: elementos para otimização do uso de luz natural é muito legal....[passando para a alternativa seguinte] são os dutos de ventilaçãoque o correto seria ter um duto de cinco metros quadrados, interno, nas casas... Você não tem aquilo que deveria.

P.: — E quando você faz o projeto, você coloca então, na verdade, esses elementos que tem aqui e aqui [apontando as questões às quais a pergunta se interconecta]

E.: — Coloco, é.

P.: — E acha que a gente pode também...[reencaminhando a questão], a gente tá tentando saber aquilo que as pessoas pedem pro arquiteto.

E.: — Os detalhes....não.....O que pedem....

P.: — Eles [os proprietários] chegam a pedir ou passa batido?

E.:— Ahn, não, praticamente. Ahn, é por causa....— eu até proponho, e aí as pessoas acabam....[interrupção de frase]...esse proposto....[pouco inteligível/hesitante].

P.: — [aclarando o foco da pergunta]....Se a pessoa tem um interesse, se a pessoa lembra...

E.: — Nem sempre é tudo igual, mas um ou outro pede...um pede um reservatório, o outro até fala com relação à placa, se é possível já deixar a placa, se é econômico, se não é; então, a nível de economia mesmo, eles pedem, pedem sim...devem ter pedido sim.

P.: — Humhum [manifestação assertiva].

E.: — Agora, sistema de reúso de águas não pluviais seria basicamente o...[refletindo mais longamente]...

P.: — Talvez uma empresa...

E.: — É, mais pra empresas...seria mais isso, exatamente.

P.: — São sistemas caros – sistemas mais caros...

E.: — É....não muito usados em residências, não é? E elementos de circulação de ar seriam os dutos de ventilação, que isso aí é proposto mais pelo profissional, por causa que ele é contratado mais pra poder propor alguma solução e isso aqui é uma das soluções que a gente adota.

P.: — [manifestação assertiva] Então as pessoas não vêm pedindo, elas já liberam pra que você diga o que é mais importante.

E.: É, já pedem pra gente...

P.: A próxima questão pede a leitura de um quadro socioambiental que a gente levantou aqui a respeito do nosso distrito e das adjacências, os problemas que a gente enfrenta aqui – se você pudesse dar uma 'lidinha' pra responder à próxima questão...

E.: [tempo de leitura] — Ah. Com certeza, isso aqui...ocorre tudo isso.

P.: — Nossa pergunta, que é de muito interesse pra nossa pesquisa, é saber sua opinião sobre as formas de sensibilizar as pessoas, incentivar as pessoas a buscar algum caminho, solução.

Então a gente propôs aqui uma lista sobre possibilidades comunicacionais e eu queria que você assinalasse as que você acredita que possam surtir um efeito melhor.

E.: — Ó, eu acho que os *informes* [nas escolas] é a melhor coisa que tem, né? Informar...

P.: — As que você escolheria se você fosse estabelecer uma ação de comunicação, a respeito dessa problemática?

E.: — São tudo assunto ligado ao povo, mas pra ser resolvido é muito técnico. Então, [breve interrupção]... não adianta a gente colocar de forma muito aberta que vai entrar por um ouvido e vai sair pelo outro. Tem que ser mesmo em forma de *palestras, reunindo mesmo as pessoas, algumas pessoas que vão encabeçar isso*, né? Porque realmente tudo isso ocorre, nem comparecer comparecem, essas pessoas. Tem que começar a convocar as pessoas, tem de fazer convocação mesmo, sabe, fazer [breve pausa]...pelo menos em cada rua eleger um morador e fazer — quase que propor algum tipo de desconto até efetivo pra que ele ajude de alguma forma.

P.: — Também é interessante.

E.: — É, seria uma forma de colaborar...porque...não é fácil.

P.: — E a próxima questão, a gente trouxe um mapa fornecido por um gestor ambiental aqui da região, que é um mapa de temperaturas urbanas da NASA e ...[breve pausa, mostrando o mapa]... aí ele colocou aqui a latitude e longitude da nossa localização – distrito Vila Medeiros, adjacências, e divisa com Guarulhos. Então, nesse mapa, você que trabalhou muito com mapas você já vai reconhecer imediatamente [risos]: as cores mais claras representam os locais mais aquecidos e no nosso caso a gente tá numa região bem clara, que é uma ilha de calor...

E.: — É...

P.: — *Uma* das ilhas da cidade, mas é...

E.: — Forte, né?

P.: — Forte. Isso aqui chama bastante atenção na imagem. Não tá tão bem impressa, mas observando aqui a gente vê que tá claro, que o fundo é claro e essa claridade aqui é bem atípica. Então a nossa preocupação é justamente em relação a esse fenômeno, que ele é um fenômeno desconhecido das pessoas, em linhas gerais. Na sua visão, que contribuições técnicas você acha que os profissionais que trabalham com edificações poderiam oferecer pra reverter gradualmente esse fenômeno de ilha de calor?

E.: — É, eu acho que um dos maiores problemas nossos aqui é a falta de permeabilidade do solo [breve pausa]...essa é grande....[breve pausa] e a grande quantidade de automóveis [riso]. É muito carro e pouco espaço.

P.: — Mas você como profissional de arquitetura, como urbanista, o que acha que poderia contribuir — *você*, nas suas atividades?

E.: Então...seria...[breve pausa]... Se a gente for falar aqui agora, “a gente vai começar a fazer uma arquitetura sustentável, iria resolver isso”, não iria resolver. Aqui teria que ser mesmo atitudes mais coletivas, né? São coisas assim que, por exemplo, a despoluição... seria assim um fator inédito. Se todo mundo plantasse uma árvore, pelo menos, já seria um caminho. Certo? Porque de tudo isso daqui se a gente começasse a adensar ela [a vegetação] ia dar uma marquinha melhor, já, aqui [apontando o mapa], entendeu? Porque é o caso que não ocorre aqui, por exemplo, como foi relatada aquela pergunta anterior sobre o baixo índice de árvores. Não é baixo, é baixíssimo. Se fosse baixo, ‘tava bom.

P.: — Sim. Pois é [risos].

E.: — Então, a gente, no caso da árvore, sugestão agora básica. E outra coisa é fazer tudo mais drenável, tem que ser mais drenado – o que eu falo é parte de permeabilidade, sabe?

P.: — Certo.

E.: — Sabe, ela...[breve pausa]...a cidade ela tá muito pavimentada, ela precisa de áreas mais verdes. Precisam ser abertas, talvez, áreas mais verdes na cidade.

P.: — Humhum [manifestação assertiva] – e essa região aqui é região bem adensada – dificulta um pouco essa questão. Você acredita que seja viável a gente comunicar essa situação pras pessoas? Assim, por exemplo, você tem os seus clientes, você acha que você, quando eles solicitam projetos, conseguiria conversar sobre isso ou não acha viável?

E.: Não, a gente até procura conversar, porque veja bem, até na hora de você fazer uma construção você...[breve interrupção]. Muita gente fala: não quero esse corredor, porque eu não gosto do vizinho, mas na verdade não é esse o caso. Você tem que pegar a insolação correta. Sabe, por exemplo, a face norte e a face leste é onde tem de estar abertos os quartos, os dormitórios todos pra que recebam melhor incidência de sol que é a parte da manhã. E ao contrário à tarde, pra poder realmente desaquecer a casa.

P.: — Então numa escala assim [mostrando as opções da referida questão], você consideraria totalmente viável ou parcialmente viável ter essa conversa com o cliente?

E.: — Então, esse é o caso. É parcialmente viável.

P.: — Parcialmente?

E.: — Parcialmente, porque a gente não pode... [breve interrupção]. Mesmo a gente falando sobre tudo isso, as pessoas ainda fazem isso aí [escolhas que prejudicam o meio ambiente].

P.: — [manifestação assertiva] [risos].

E.: — É [risos].

P.: — A próxima questão seria uma justificativa (que você já deu sua resposta!) e a próxima é: utilizando essa sua experiência acadêmica vasta, a sua experiência prática, que sugestão você poderia oferecer de dois trabalhos escolares – ou *um* trabalho – que os professores pudessem propor pros alunos como forma deles reconhecerem o entorno, observarem a arquitetura, as questões ambientais do bairro onde fica a escola, do lugar onde eles moram – onde os alunos moram — ? O que você acha que eles podiam propor pros alunos?

E.: — Você fala de ter dois trabalhos...escolares?

P.: — É, dois trabalhinhos. Se você fosse um professor, por exemplo; ou fosse orientar um professor, dar uma sugestão, como arquiteto, como urbanista...

E.: — Se em dois anos conseguiria desenvolver esse trabalho? Consequiria, já existe.

P.: Que tipo de trabalho *você* sugeriria?

E.: — O meu filho fez um trabalhinho de escola de arquitetura sustentável – que foi exatamente o reservatório de água pluvial. Ele fez lá uma maquetezinha, propondo fazer um reservatório – tubinho de iogurte pra fazer o reservatório...

P.: [manifestação assertiva]. E os alunos, por exemplo, poderiam sair com os professores, percorrer as ruas e ver, por exemplo, as pessoas que têm um reservatório, fazer um levantamento, talvez?

E.: — Isso. É. E fazer uma possível entrevista – com a casa que tem e a que não tem. Saber se esse tipo de...[breve pausa]...se há alguma diferença realmente....[breve pausa]...É um questionamento, não é?

P.: — É um caminho. Uma boa sugestão...Pensa em mais alguma? Mais alguma coisa que você queria sugerir – em termos de escola – na relação escola—professor—alunos, o que que eles podiam fazer?

E.: — De escola seria realmente os alunos fazerem esse tipo de trabalho que eu falei antes, porque o aluno, a criança, ela querendo ou não querendo ela chama a atenção. Então, se ela fizesse uma entrevista, ou fosse com os professores na entrevista, um grupo numa rua, outro grupo pra outra, outro pra outra — propor e fazer essa entrevista, que você tá fazendo, faz, comigo. Talvez, teria um pouquinho de....[breve pausa]... talvez mais um número assim um pouco mais suficiente pra você ter uma média mais alentada também. Seria também uma forma. O boca a boca.

P.: — Certo, muito obrigada, gostei. Vou anotar [as sugestões]. [breve pausa] Aí tem mais uma aqui [questão sobre sugestões]: a próxima questão também é pra assinalar – no caso de o professor estar em sala de aula e resolver propor um trabalho, tem aqui uma lista de possíveis trabalhos...A gente queria que você assinalasse os que você considerar que têm uma possibilidade de fazer as crianças e jovens pensarem de uma maneira mais efetiva sobre o meio ambiente do bairro, se o professor propuser um desses trabalhos...

E.: — [examinando as alternativas] caminhada pelo bairro...fazer um filme...

P.: — [estímulo gestual à escolha]. Dá uma assinalada naqueles que você...[breve pausa]...além da entrevista...[breve pausa]...E olha só, a entrevista não está [listada no bloco oferecido]!

E.: — É...[breve pausa]. Bom, ‘pedir aos estudantes para entrevistar os moradores’, isso aí vocês puseram.

P.: — Pensamos nos idosos, mas não pensamos nessa sugestão [mais geral]; vamos agregar essa que você acabou de dar.

E.: — [continuação da leitura das alternativas] solicitar uma pesquisa com moradores para saber... — Realmente conversar com os moradores eu acho que é uma boa saída porque...[breve pausa] ...e *insistir*, sabe, insistência na coisa, fazer algum tipo de meta, alguma coisa parecida, porque *às vezes as pessoas tomam iniciativa mas só tomam iniciativa e param...*

P.: — E isso é bastante comum – às vezes a gente encontra... vai às escolas e encontra professores que desenvolvem algum trabalho com os alunos, mas são projetos bem pontuais e em geral ocorrem dentro do ambiente da escola. Eles não extrapolam o muro da escola...

E.: — Não saem...

P.: — E assim não se trata do derredor, daquele ambiente em que a escola está inserida.

E.: — Entendi. E eu acho que precisa disso. Sair – essa parte aí...[breve pausa]...você precisa sair...[breve pausa]...precisa saber, realmente conhecer, porque...[breve pausa]...sair da parte ‘só pesquisa’ pra parte da...da... [ação?]... [interrupção da fala/prosseguimento da análise das outras alternativas]

P.: Mais prática...

E.: [segue analisando as alternativas]. Cartaz...Cartaz é um negócio interessante também...

P.: — Tá...marca as que você achar mais interessantes.

E.: — ...deixar que os alunos [referindo—se à alternativa na qual se propõe o protagonismo dos alunos] ...[breve pausa]. É [refletindo]...porque cada um sabe dos problemas que tem, né? [tempo de verificação das outras opções]... Nossa, a Elaine deve estar meio doida lá no carro! [risos]

P.: — Tem alguém te esperando lá embaixo?

E.: — Minha esposa tá no carro.

P.: — Ela tá no carro?

E.: — Tá.

P.: — Quer chamar ela?

E.: — Não, não.

P.: — Tá acabando. tá no finalzinho. Essa próxima é sobre as próprias empresas do setor construtivo. Como é que você acha que elas podiam colaborar nessa busca de sustentabilidade aqui na região? O pessoal das empreiteiras, o pessoal que pega as obras aqui, pra erguer...?

E.: — É...[breve pausa]...Na verdade eu não vejo as empreiteiras vendo dessa forma....Assim, são poucas as empresas que pensam numa arquitetura sustentável, pra te falar bem a verdade, porque eles até pagam pra construir a mais ainda do que pode. Mas o que eles teriam que propor aqui no distrito...[breve pausa]...olha, seria realmente não agredir muito a taxa de ocupação, o coeficiente de aproveitamento que é exigido, porque o bairro ele mostra seu perfil de acordo com a moradia que a gente tá vendo – você vai saber quem são os moradores. E...poder pelo menos deixar um pouco mais de área verde em cada casa. Se cada um deixasse um pouco, mas de dois a três metros quadrados, em cada casa, o mínimo é 15% de absorção de água permeável, de permeabilidade. Se deixasse pelo menos 5%, eu acho que resolveria e muito, e muito mesmo o problema de drenagem de águas, enchentes, entupimento. Resolveria *e muito, e muito, e muito*. Seria uma proposta ou exigência, deveria ser exigência. Até mesmo pra quem já tá resistente. Propor de fazer um jardim até no quintal que tá feito completo [impermeabilizado completamente].

P.: — Tentar fazer alguma...

E.: — Alguma coisa.

P.: — Alguma intervenção...

E.: — Voltar atrás um pouco, sabe. *Tem que voltar*. Entendeu? A pessoa vai ter que entender que não é só a parte impermeável. Ela vai ter que ajardinar e contribuir.

P.: — Certo.

E.: — Vai ter que explicar o meio ...[breve pausa]..pô, se [breve pausa].....aqueles quatro, cinco metros quadrados que ela tá cedendo ela não tá cedendo, ela não tá *perdendo*, ela tá ganhando. Ela tá ganhando por causa que ela vai ajudar exatamente nessa causa pelo meio ambiente.

P.: Certo. E as nossas últimas perguntas dizem respeito ao poder público. Que atitudes em termos de comunicação e educação você considera que seriam essenciais diante desse quadro que a gente tá vendo aqui no distrito?

E.: — Então, o poder público ele até incentiva, através de leis. Ela precisa mais, ser mais...precisa ter mais mídia. Precisa ter mais mídia... [pausa]...eu...[pausa]...Ele não dá muita bola pra essa parte de sustentabilidade não, porque...hmmm [pausa]. Deve fazer mais propaganda com relação a isso porque a televisão é a maior fonte que o poder público tem de colocar propaganda mostrando o que deve ser feito....uma construção com sustentabilidade.

P.: [manifestação assertiva]. E as últimas dizem respeito a se você... — numa escala de zero a dez, quanto é que você acredita que os estudos de comunicação e educação podem auxiliar nesse processo de revisão dos valores socioambientais, das empresas que atuam no distrito, dos moradores de uma maneira geral...?

E.: — [hesitação] Acho que contribui... muito...

P.: — É pra ser sincero, não precisa colocar dez não porque nós somos, estamos na ECA [risos].

E.: — [mais à vontade para falar] Uns oito merece, sabe? Porque é o único meio de...[breve pausa]...de...[breve pausa]...é através de estudos, não tem como...

P.: [manifestação assertiva] — E aí a gente está encerrando, então. A nossa última pergunta: se você gostaria de que o seu nome fosse publicado, na edição final da pesquisa, ou se você prefere se manter anônimo...

E.: — Não, pode ser mencionado [seu nome], pode ser mencionado.

P.: — Marca, por favor [a opção correspondente no questionário]. E a última... é um agradecimento, na verdade. E se você quiser saber o resultado dessa nossa pesquisa daqui a um tempo, a gente pede pra deixar um e-mail de contato.

E.: — Deixar meu e-mail aqui? [na folha do questionário] – você já tem, né? [já preenchendo]

P.: — Agradeço muito. Obrigada!

E.: — Imagina.

P.: — Estamos muito contentes, pedimos desculpa a você por causa do tempo. Mas agradecemos imensamente.

E.: — Não, imagina. A gente... [breve pausa]...Ah, não, por essa causa a gente fala sim! Por uma boa causa a gente fala!

P.: — Muito obrigada!

ANEXO T

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2246 (REGULAMENTAÇÃO DO USO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS NAS ESCOLAS)

Figura 136 - Substitutivo ao projeto de Lei nº 2.246/2007

Deputada ANGELA PORTELA

Relatora

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.246, DE 2007
(Aposos os PL's nº 2.547, de 2007, e nº 3.486, de 2008)

Proíbe o uso de aparelhos eletrônicos portáteis nas salas de aula dos estabelecimentos de educação básica e superior.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica proibido o uso de aparelhos eletrônicos portáteis nas salas de aula dos estabelecimentos de educação básica e superior.

Parágrafo único. Serão admitidos, nas salas de aula de estabelecimentos de educação básica e superior, aparelhos eletrônicos portáteis, desde que inseridos no desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas e devidamente autorizados pelo docentes ou corpo gestor.

(sic) ← Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 3 de junho de 2009.

Deputada ANGELA PORTELA

Relatora

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_2697
CONFERE COM O ORIGINAL AUTENTICADO
PL-2246-A/2007

ANEXO U

BREVE HISTÓRICO DO LÓCUS GEOGRÁFICO TOMADO COMO REFERÊNCIA PARA A PESQUISA DE CAMPO

Histórico do distrito Vila Medeiros

(reproduzido de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-30012014-113513/pt-br.php>)

O distrito Vila Medeiros, com 7,80 km², localiza-se na zona norte paulistana. Sua população total é de 129.919 habitantes, de acordo com o censo 2010 do IBGE. Abrange os bairros: Vila Medeiros, Vila Sabrina, Vila Ede, Vila Gustavo, Vila Munhoz, Vila Nivi, Jardim Brasil, Jardim Julieta, Parque Rodrigues Alves, Conjunto Promorar Fernão Dias e uma parcela de bairros circunvizinhos, como o Parque Edu Chaves. Entre as dificuldades socioambientais verificadas na região estão:

- Baixíssimo índice de arborização
- Alta taxa de impermeabilização do solo
- Numerosos PVDRs²⁴⁸ - pontos viciados de descarte de resíduos sólidos
- Córregos utilizados como local de descarte de inservíveis
- Terminal de cargas – agravamento da qualidade do ar/casos de prostituição infantil
- Proximidade do aeroporto de Guarulhos – ruído crescente em horários indevidos (entre 22h e 6h) e descarga adicional de poluentes em razão da ampliação da quantidade de voos e alterações de rotas.
- Aumento do número de veículos automotores em circulação nas vias públicas – ruído/ intensificação dos índices de poluentes do ar.
- Presença de submoradias, em áreas de risco
- Baixa concentração de equipamentos urbanos ‘verdes’ (praças, parques etc)
- Fraca adesão da população a campanhas ambientais
- Baixíssimo índice de participação dos moradores nos Conselhos Ambiental, de Segurança e de Saúde da região
- Comunicação Ambiental apresenta baixa circulação entre moradores e não tem revertido atitudes pouco colaborativas dos cidadãos.

²⁴⁸ PVDR – Ponto Viciado de Descarte de Resíduos Sólidos – é a denominação oficial empregada pelo poder público municipal para referência aos pontos nos quais ocorre descarte irregular e repetido de lixo (normalmente não orgânico) em área urbana. Esse tipo de resíduo inclui entulho, móveis usados, sobras industriais e comerciais, entre outros materiais que deveriam ser descartados nos ecopontos municipais ou encaminhados a centros de reciclagem.

Figura 137 - Localização do Distrito Vila Medeiros e mapa de cobertura vegetal

(Disponível em : <http://atlasambiental.prefeitura.sp.gov.br/conteudo/socioambiental/socioamb>)

A seguir vemos imagem de satélite da NASA colhida e cedida pelo gestor ambiental José Ramos de Carvalho, atuante na região, na qual é possível observar o efeito ilha de calor na circunscrição geográfica onde se localiza o distrito referência (zona nordeste da cidade de São Paulo). As áreas mais claras, nessa ilustração, indicam aquelas com as temperaturas mais elevadas. A marcação em branco, assemelhada a um triângulo, aponta especificamente

nosso locus físico de investigação. Essa imagem foi uma das utilizadas nas palestras e outras atividades com foto-elicitación.

Figura 138 - Mapa de temperaturas da superfície (imagem de satélite da NASA) – efeito ilha de calor no locus físico de pesquisa

Fontes: NASA (2010)/ DigitalGlobe (2010)/ Google (2010)/ Associação Paulista dos Gestores Ambientais (2010)

Uma noção mais precisa do efeito ilha de calor no distrito base será dada, na página seguinte, por meio de imagem ampliada e fotografia indicativa da maneira pela qual se pode compreender o mapa de temperaturas.

Figura 139 - Efeito ilha de calor no locus físico referência - imagem ampliada

Fonte: Portal da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo
<http://atlasambiental.prefeitura.sp.gov.br/mapas/105.pdf>

Figura 140 - Dados para a compreensão de mapa referente às ilhas de calor urbanas

Fonte: Portal da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo
<http://atlasambiental.prefeitura.sp.gov.br/mapas/105.pdf>

APÊNDICE

QUADROS-ENSAIO PARA DESENVOLVIMENTO DE OFICINAS DE FORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Figura 141 - Tabela-quadro para exercícios educomunicativos (I – Ideias/interesses/instituições)

ASPECTOS CONCERNENTES ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS RELAÇÕES COM UM PROJETO EDUCATIVO			
IDEIAS/ INTERESSES/ INSTITUIÇÕES	PROJETO BAIRRO-ESCOLA (EXCERTOS)	APORTES TEÓRICOS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS	POSSÍVEIS QUESTIONAMENTOS EM UM DIALOGO EDUCOMUNICATIVO
	<p>"o ato de aprender é o ato de se conhecer e de intervir em seu meio." (p. 9)</p> <p>"<u>entrar nas escolas para aprender e desenvolver inovações pedagógicas junto com os professores, formando com eles um grande "consórcio de vontades."</u>" (p. 9)</p> <p>"uma vez identificadas as oportunidades, torna-se necessário mapear, conquistar e formalizar a relação com os parceiros que irão viabilizar a sua disponibilização para a comunidade. As parcerias são firmadas com pessoas comuns, remuneradas ou voluntárias, instâncias do governo municipal, estadual e federal, organizações sociais, universidades, pequenos empreendimentos locais, empresas nacionais e multinacionais e agências de cooperação internacional." (p. 26)</p> <p>"apostar nas riquezas comunitárias e fortalecer o que já existe, através de um permanente trabalho de mapeamento investigativo." (p. 8)</p> <p>"a escola constitui-se em eixo central do programa, por ser, juntamente com a família, a principal responsável pela formação dos seus alunos e por reunir diariamente as crianças e jovens da região. Sua contribuição para a Educação Comunitária torna-se inestimável quando participa do mapeamento das oportunidades e da construção de parcerias com os atores locais, <u>apóia a montagem das trilhas educativas e articula seus conteúdos e vivências com o cotidiano escolar, motiva diretores, professores, familiares, e alunos para aderir ao processo, enquanto indivíduos e por meio de suas representações, como o conselho escolar, o grêmio estudantil e a associação de pais e mestres."</u> (p. 32)</p>	<p>Analisar cognitivamente as políticas públicas permite 'desnaturalizar' alguns monopólios liderados pela razão econômica, técnica ou burocrática.</p> <p>"(...) as escolhas técnicas e econômicas não são apenas uma opção dentre outras, os atores não são somente agentes econômicos ou <i>short-term self-interest maximisers</i>, os ajustamentos entre atores não são exclusivamente e imediatamente corrigidos pelo mercado e pelos preços" (MASSARDIER, 2011, p. 74, grifo do autor)</p> <p>"essas análises lançam a <i>competição entre as representações do mundo</i>, uma vez que, ao mostrar que as racionalidades dos atores sociais não se resumem à da burocracia, do mercado e da técnica, elas <i>abrem as políticas públicas à concorrência entre uma variedade de 'razões para agir' (equidade, justiça, emoções, segurança, todos os tipos de causas – miséria, meio ambiente...'</i>" (MASSARDIER, 2011, p. 75, grifo nosso)</p> <p>"(...) toda ideia é uma construção social não concebida <i>a priori</i>" (MASSARDIER, 2011, p. 75)</p> <p>"O debate sobre políticas públicas também tem sido influenciado pelas premissas advindas de outros campos teóricos, em especial do chamado <u>neo-institucionalismo</u>, que enfatiza a importância crucial das instituições <u>regras para a decisão, formulação e implementação de políticas públicas.</u>" (SOUZA, 2006, p. 37)</p>	<p>Que ideia(s) integram as políticas públicas que conhecemos e as que desejariamos que existissem?</p> <p>Que ideia(s) podemos oferecer para compor ou aprimorar políticas públicas?</p> <p>De que maneira podemos trabalhar essas ideias, em conjunto com uma ou várias instituições, negociando os interesses individuais e coletivos envolvidos?</p>

Figura 142 - Tabela-quadro para exercícios educomunicativos (II -Agenda)

ASPECTOS CONCERNENTES AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS RELAÇÕES COM UM PROJETO EDUCATIVO		
FOCO	PROJETO BAIRRO-ESCOLA (EXCERTOS)	APORTES TEÓRICOS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS POSSÍVEIS QUESTIONAMENTOS EM UM DIÁLOGO EDUCOMUNICATIVO
	<p>“A educação, transformada em objetivo comum e superior, passa a ser promovida por meio de uma rede de cooperação e ação conjunta. Cada um dos envolvidos disponibiliza sua expertise, seus recursos e sua força de trabalho, que se conectam e se fundem, constituindo uma malha complementar e coesa, capaz de atender as diferentes demandas levantadas pelo processo”. (p. 16)</p> <p>“A população deve ser encorajada a emitir suas ideias, opiniões e propostas a respeito da iniciativa, as quais devem ser valorizadas e consideradas sempre que possível. O programa, por sua vez, também precisa se comunicar permanentemente com a comunidade, a fim de conscientizar as pessoas sobre a importância da Educação Comunitária, convocá-las a contribuir de maneira cada vez mais intensa e divulgar oportunidades, ações e resultados para que sejam usufruídos e celebrados por todos.” (p. 28)</p> <p>“Campanhas de conscientização e mobilização social, agendas de oportunidades impressas e eletrônicas, boletins informativos, programas de rádio e tvê, vídeos documentários e exposições fotográficas estão entre os possíveis resultados desse processo. Sua execução depende da montagem de centros de mídia comunitária, que viabilizem o acesso, a produção e a difusão de comunicação pela população local.” (p. 27)</p>	<p>“Ao plantear <u>o problema como discrepância entre realidade e desejos</u>, <u>no se resolve a dificuldade de como atravessar a distância entre as dos situacionais</u>. <u>Quizá deberíamos referir-nos a los problemas como discrepâncias superables</u>. <u>Ello significa no limitarse a s-enalar las discrepancias</u>, sino también subrayar las <u>diferencias entre lo que es y lo que debería ser</u>, pero al mismo tiempo <u>articulando una solución que permita salvar la distancia</u>. <u>¿Qué sería solución em este sentido?</u>” (...) <u>El problema es básicamente una construcción analítica</u>” (SUBIRATS, 2006, p. 202-203)</p> <p>Como se define um “constrói” problema?</p> <p>Como se insere um problema na agenda pública?</p> <p>“A agenda, como eu a concebo, é a lista de temas ou problemas que são alvo em dado momento de séria atenção, tanto da parte das autoridades governamentais como de pessoas fora do governo, mas estreitamente associadas às autoridades.” (KINGDON, 2007, p. 222)</p> <p>“Estamos nos referindo a uma agenda de governo, ou seja, lista de temas que são objeto de séria atenção por parte de autoridades governamentais e seus assessores. (...) devemos ainda distinguir entre a agenda do governo, a lista de temas objeto das atenções e a agenda de decisões, ou seja, a lista dos assuntos dentro da agenda do governo encaminhados para deliberação. (...) a agenda de governo e a agenda de decisões são definidas por processos bastante diferentes.” (KINGDON, 2007, p. 222)</p>

Figura 143 - Tabelas-quadro para exercícios educomunicativos (III - Implementação)

ASPECTOS CONCERNENTES ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS RELAÇÕES COM UM PROJETO EDUCATIVO			
PROJETO BAIRRO-ESCOLA (EXCERTOS)		APORTES TEÓRICOS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS	POSSÍVEIS QUESTIONAMENTOS EM UM DIÁLOGO EDUCOMUNICATIVO
F D C D	<p>A proposta do Bairro-Escola só se realiza quando os esforços empreendidos pelo poder público são acompanhados e complementados pela sociedade civil. A população precisa ser mobilizada para compreender, desejar e participar da sua implementação. Torna-se interessante, portanto, que líderes comunitários, organizações sociais e formadores de opinião, juntamente com a prefeitura, construam uma espécie de pacto capaz de traçar objetivos, responsabilidades e metas comuns e garantir o comprometimento de todos com a sua consecução. (p.23)</p>	<p>“Apesar da aceitação de várias teses do ‘novo gerencialismo público’, e da experimentação de delegação de poder para grupos sociais comunitários e/ou que representam grupos de interesse, os governos continuam tomando decisões sobre situações-problema e desenhando políticas para enfrentá-las, mesmo que delegando parte de sua responsabilidade, principalmente a de implementação, para outras instâncias, inclusive não-governamentais” (SOUZA, 2006, p. 36)</p>	Quais medidas/ chamamentos mobilizariam com mais eficácia a população de nossa região, para que acompanhasse a implementação de um projeto?
			Qual seria um plano eficaz de comunicação para elevar o entendimento coletivo acerca dos processos de implementação de uma política pública?
IMPLEMENTAÇÃO			
		<p>“Por que o mundo da implementação de políticas é tão complexo estruturalmente? (...) Um fator para isso é o aumento no número de programas públicos elaborados para acolher valores múltiplos.” (O’TOOLE JR., p. 232)</p> <p>Quando uma determinada unidade pública implementadora de projetos tem de lidar também com problemas de degradação ambiental, deslocamento de moradias, poluição sonora e impactos outros de um determinado programa, as dificuldades de implementação, incluindo os arranjos institucionais, tornam-se mais complexos (O’TOOLE JR., p. 232).</p>	

Figura 144 - Tabela-quadro para exercícios educomunicativos (IV- Território e Pressupostos)

ASPECTOS CONCERNENTES ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS RELAÇÕES COM UM PROJETO EDUCATIVO			
F	PROJETO BAIRRO-ESCOLA (EXCERTOS)	APORTES TEÓRICOS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS	POSSÍVEIS QUESTIONAMENTOS EM UM DIÁLOGO EDUCOMUNICATIVO
O	O processo de expansão do Bairro-Escola deve priorizar regiões que apresentem: alto nível de vulnerabilidade e demanda social, capacidade de promover oportunidades e parcerias, receptividade e adesão local. (p. 29)	“(…) as políticas são construções sociais, especialmente construções sociais da realidade cujas evidências funcionais (técnicas…) representam apenas uma das possibilidades.” (MASSARDIER, 2011, p. 70)	Como cada um de nós entende a ideia de “território” e
C	“Ao planejar seu programa de Educação Comunitária, escolas, organizações e municípios devem ter a preocupação de conhecer e analisar experiências semelhantes que já vêm sendo realizadas dentro e fora dos seus limites geográficos. Iniciativas localizadas ou de grande escala que estão sendo implementadas em diferentes estados brasileiros podem servir de inspiração, subsidiar o processo de concepção e evitar problemas de execução que já foram enfrentados e solucionados por outras instituições”. (p. 24)	“(…) ao intervir num lugar, o projeto também vira constitutivo deste mesmo lugar; não é separado, mesmo tendo sua história própria. O projeto e o processo são como dois rios se juntando (…). A justaposição dos rios, do projeto e do processo é a parte mais visível de toda uma outra série de justaposições – ou interfaces – que estarão presentes” (SPINK, 2001, p. 12)	imagina possibilidades de nele trabalhar/ desenvolver um projeto que envolva educação comunitária?
D	“A Educação Comunitária acontece de forma mais potente quando se configura como um projeto de cidade. Quando deixa de ser uma iniciativa localizada, restrita a uma escola ou região, e ganha foco municipal. Vale ressaltar que a experiência só ganha esse nível de escala se: 1. Coordenada pelo poder público local; 2. Legitimada por um pacto com a sociedade civil; 3. Respalhada por leis que viabilizem a sua operacionalização.” (p. 22)	“Territórios não são, simplesmente, um conjunto neutro de fatores naturais e de dotações humanas capazes de determinar as opções de localização das empresas e dos trabalhadores: eles se constituem por laços informais, por modalidades não mercantis de interação construídas ao longo do tempo e que moldam uma certa personalidade e, portanto, uma das fontes da própria identidade dos indivíduos e dos grupos sociais (Abramovay, 2003). Em torno dos territórios existem certos modelos mentais partilhados e comportamentos que formam uma referência social cognitiva materializada numa certa forma de falar, em episódios históricos e num sentimento de origem e de trajetórias comuns. Os territórios não são definidos pela objetividade dos fatores de que dispõem, mas antes de tudo, pela maneira como se organizam” (BEDUSCHI FILHO e ABRAMOVAY, 2003)	

TERRITÓRIO E PRESSUPOSTOS

Figura 145 - Tabela-quadro para exercícios educomunicativos (V - Atores/Agentes)

ASPECTOS CONCERNENTES ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS RELAÇÕES COM UM PROJETO EDUCATIVO			
F O C O	PROJETO BAIRRO-ESCOLA (EXCERTOS)	APORTES TEÓRICOS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS	POSSÍVEIS QUESTIONAMENTOS EM UM DIÁLOGO EDUCOMUNICATIVO
ATORES / AGENTES (do serviço público/da sociedade civil)	<p>“sensibilizar as <u>lideranças comunitárias</u> e desenvolver entre elas um olhar educativo, capaz de atender às demandas do aprendizado permanente” (p. 9, grifo nosso)</p> <p>“<u>diferentes atores</u>, incluindo as <u>três esferas de governo</u>, o <u>empresariado</u>, as <u>organizações sociais</u>, as <u>universidades</u> e, principalmente, as <u>crianças e jovens</u>, agentes e beneficiários dessas mudanças.” (p. 9, grifo nosso).</p> <p>“O <u>Educador Comunitário</u> tem o papel de criar pontes entre a escola e a comunidade e construir redes de relações entre esses dois universos, atuando junto a grupos internos (grêmios, conselhos escolares, alunos, familiares, professores e direção) e externos (empresas, órgão públicos, organizações da sociedade civil e cidadãos).” (p. 32, grifo nosso)</p> <p>Quanto à Coordenação do Poder Público Local (desejável para o sucesso do projeto): “A condução do Bairro-Escola pela prefeitura facilita a criação das condições estruturais necessárias para que o programa seja executado em sua plenitude e expanda-se gradualmente por toda a cidade. Para tanto, a iniciativa não pode ser assumida por uma única secretaria. A liderança do processo deve estar nas mãos do próprio prefeito ou de um representante por ele designado. Já a execução depende da ação articulada entre diversas instâncias do governo, entre eles: planejamento; obras públicas; engenharia de tráfego; educação; saúde; assistência social.” (p.23)</p>	<p>“Devido a sua posição na interface entre o cidadão e o Estado, os burocratas de nível de rua têm oportunidades significativas de influenciar a execução das políticas públicas. Os trabalhadores de linha de frente são responsáveis por muitas das atividades centrais dos órgãos públicos, desde a determinação da elegibilidade do programa à alocação de benefícios, o julgamento de conformidade com as normas, a imposição de sanções e a isenção de penalidades a indivíduos e empresas. Essas atividades de frente formam o núcleo técnico de muitas organizações públicas. Uma vez que essas atividades envolvem interações diretas com os cidadãos, os trabalhadores de linha de frente também exercem discricão considerável. (...) por meio de sua rotina e das decisões que tomam, esses trabalhadores, em realidade, <u>produzem</u> políticas públicas tal como os cidadãos as experimentam.” (MEYERS E VORSANGER, 2010, p. 250-251, grifo das autoras)</p> <p>“ (...) sem a <u>cooperação ativa dos indivíduos que são beneficiários</u> dos serviços públicos ou os alvos das normas públicas, raramente os trabalhadores [burocratas de linha de frente] conseguem gerar os resultados de políticas desejados.” (HASENFELD, ap. MEYERS E VORSANGER, 2010, p. 251, grifo nosso)</p>	<p>Quais atores agem para tornar concretas políticas públicas?</p> <p>Como agem?</p> <p>Quais são os resultados esperados/imaginados a partir de sua ação?</p>

Figura 146 - Tabela-quadro para exercícios educomunicativos (VI - Redes)

ASPECTOS CONCERNENTES ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS RELAÇÕES COM UM PROJETO EDUCATIVO			
F	PROJETO BAIRRO-ESCOLA (EXCERTOS)	APORTES TEÓRICOS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS	POSSÍVEIS QUESTIONAMENTOS EM UM DIÁLOGO EDUCOMUNICATIVO
REDES	<p>"(...) construir alianças nos mais variados níveis e com diferentes atores, incluindo as três esferas de governo, o empresariado, as organizações sociais, as universidades e, principalmente, as crianças e jovens, agentes e beneficiários dessas mudanças." (p. 9)</p> <p>Os laboratórios externos do projeto apoiam a "implementação das metodologias desenvolvidas em outros contextos e municípios, por meio da formação de educadores comunitários e do fomento à construção de redes que integrem e articulem políticas públicas e potenciais locais". (p. 11)</p> <p>"Há que se reforçar que a montagem de uma rede de parceiros de múltiplos setores constitui-se em condição imprescindível para a implementação e a sustentabilidade da Educação Comunitária. Só a atuação efetiva e conjunta desses aliados poderá transformar todo um bairro ou uma cidade em um ambiente educativo, no qual os cidadãos aprendam a toda hora e em todo lugar". (p. 17)</p> <p>Na prática, o bairro torna-se uma escola quando os alunos aprendem na sala de aula, em atividades educativas realizadas nos mais variados espaços e quando se garante uma rede que dê suporte às suas diferentes necessidades e também (trilhas de apoio) conduzidas por diferentes pessoas da comunidade. Essas ações complementares, viabilizadas a baixo custo em função da construção de redes de parcerias, têm o desafio de se conectar com o cotidiano da escola e ampliar efetivamente o nível de aprendizagem dos estudantes. Para dar certo, o processo exige a montagem de um verdadeiro mosaico em que cada peça tem sua importância para a composição do todo. (p. 21)</p> <p>"Uma rede de parcerias sólida e diversificada é um processo de gestão transparente e participativo são requisitos essenciais para que a iniciativa tenha qualidade, sustentabilidade e continuidade. Isto porque enriquecem o conjunto de oportunidades oferecidas, geram mecanismos de controle e asseguram que o programa tenha caráter efetivamente público, evitando que seja confundido com a ação de um governo ou partido." (p. 23)</p>	<p>"As redes são importantes mecanismos interorganizacionais por permitirem contatos e articulações; ao mesmo tempo permitem que as pessoas mantenham-se informadas sem necessariamente compartilhar todas as mesmas ideias. Redes também são conjuntos de ligações abertas, permitem o acesso e agregação de outros. Às vezes as redes se agregam e adquirem características mais formais como fóruns populares ou fóruns temáticos, promovendo encontros e congressos." (SPINKS, 2002, p. 154)</p> <p>"Aportaciones recientes de la Ciencia Política (...) sugieren el concepto de entramado o de red como aquel más capaz de recoger toda la riqueza de actores (desde un profesor universitario, una profesión, un sindicato o una asociación de propietarios o vecinos), intercambios, presiones y negociación que encierra no sólo lo proceso de elaboración y decisión del programa de actuación sino también en la fase implementadora e incluso en los parámetros de evaluación que servirán para decidir la continuidad o no de la política en cuestión." (Mayniz, 1978; Hecho, 1978; Schneider, 1987, ap. SUBIRATS, 2006)</p> <p>O Estado se insere nas redes de políticas públicas "por intermédio de seus funcionários que vêm, então, contribuir, como atores dentre outros, para a negociação e para os aprendizados internos desses espaços de discussão e negociação. O interconhecimento entre os atores membros das redes (...) se estabelecerá sobre um simples interesse a ser mobilizado, sobre a troca dos recursos indispensáveis à existência de um dispositivo de política pública (informações, financiamentos...), e, claramente, para as redes mais unidas (tipo "comunidades" (...)), sobre um <i>sentido cognitivo compartilhado</i>." MASSARDIER, 2011, p. 86, grifo nosso)</p>	<p>Quais redes existem na região em que pretendemos desenvolver uma ação/projeto?</p> <p>De quais redes participamos?</p> <p>Quais facilidades/dificuldades enfrentaremos se tentássemos criar ou interconectar redes em nosso distrito?</p>

Figura 147 - Tabela-quadro para exercícios educomunicativos (VII - Avaliação)

ASPECTOS CONCERNENTES ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS RELAÇÕES COM UM PROJETO EDUCATIVO			
F O C O	PROJETO BAIRRO-ESCOLA (EXCERTOS)	APORTES TEÓRICOS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS	POSSÍVEIS QUESTIONAMENTOS EM UM DIALOGO EDUCOMUNICATIVO
AVALIAÇÃO	<p>“avaliar e sistematizar periodicamente o modelo de gestão, tornando-o mais eficiente”. (p. 9)</p> <p>“O ganho de escala deve ser acompanhado pela construção de parâmetros de qualidade e indicadores de resultados, analisados por meio de mecanismos permanentes de monitoramento e avaliação. A preocupação é preservar princípios e conceitos e assegurar o alcance dos impactos esperados. Conselhos ou comitês compostos por representantes do poder público e da sociedade civil podem se constituir em importantes aliados desse processo, desde que tenham clareza do seu papel e competência para cumprir essa função.” (p. 29)</p> <p>“Nesse processo de educação e re-significação dos espaços públicos, diversos atores locais se envolveram fortemente e muitos espaços comerciais passaram a abrir suas portas para a comunidade, transformando-se em verdadeiras salas de aula.” (p. 8)</p>	<p>“(…) em qualquer atividade de avaliação há participantes; o problema está em identificar quais são e, portanto, saber quem está sendo excluído” (SPINK, 2002, p.16)</p> <p>“Se atribuir valor é um processo social, pode-se atribuir valor em circunstâncias claras e também em circunstâncias menos claras, incluindo aquelas onde há pouca coisa definida, onde há muita tentativa e erro e onde o conhecimento emerge a partir da prática, ao longo de um caminho que se torna mais claro quando se olha para trás para ver o quanto se conseguiu avançar.” (SPINK, 2002, p. 16)</p> <p>“Preocupações hoje com transparência e responsabilização são muito mais visíveis do que alguns anos atrás.” (SPINK, 2002, p. 17)</p>	<p>De que modo sabemos se nossas decisões e encaminhamentos ou se as decisões e encaminhamentos de outros (co) responsáveis funcionaram/ estão funcionando?</p>